



POLÍTICA E FRAGMENTAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA

A PROPÓSITO DO PENSAMENTO DE ULRICH BECK

José Vilema Paulo

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em
Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais
Especialidade: Cultura, Política e Sociedade

ORIENTADORES: *Professor Doutor Silvério C. Matos Rocha e Cunha*
Professor Doutor Marco António G. B. Batista Martins

ÉVORA, NOVEMBRO, 2015



José Vilema Paulo

POLÍTICA E FRAGMENTAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA: A PROPÓSITO DO
PENSAMENTO DE ULRICH BECK

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em
Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais
Especialidade: Cultura, Política e Sociedade

ORIENTADORES: Professor Doutor Silvério C. Matos Rocha e Cunha
Professor Doutor Marco António G. B. Batista Martins

ÉVORA, NOVEMBRO, 2015

DEDICATÓRIA

Em memória de

Ulrich Beck

Maria Paulina (mãe Paula)

Pedro Luís Pereira (Pedú)

“Não há nada mais certo do que a própria incerteza”.

Ulrich Beck

“A sociedade moderna assemelha-se ao comboio que descarrilou, todavia continua em andamento”.

José Vilema

“Nós somos como que anões montados em ombros de gigantes para podermos ver mais e ver mais longe do que eles, não pela penetração do próprio olhar ou pela estatura do corpo, mas porque somos erguidos ao alto e somos alçados pela grandeza de gigantes”.

Bernardo de Chartre

AGRADECIMENTOS

Regraciar o desconhecido faz sempre mais sentido, pois aqueles que jamais saberão quão foram úteis para minha formação como pessoa humana, não seria em “alguns” parágrafos que, de maneira singela, iria expressar os meus ímpares agradecimentos, todavia não é menos verdade que qualquer caminhada só possível com o amparo de pessoas sem iguais.

A elaboração de uma tese de doutoramento constitui-se num dos desafios mais meritórios da vida académica. Quando demos início ao percurso da nossa atividade académica foram múltiplas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, convergiram com o intuito de nos dar alento e determinação e sem as quais qualquer passo em frente não seria realizável, muito menos a tese que se dá à estampa teria lugar.

O nosso doutoramento foi iniciado em circunstâncias que nos levaram a ir para fora do país (Angola), à Portugal em concreto, contactar com uma língua congénere, porém realidades vivenciais divergentes, com outras pessoas, com outros hábitos e uma cultura igualmente diferente. Contudo, a adaptação foi acessível uma vez que os Professores Doutores Silvério Rocha e Cunha e Marco António Batista Martins, orientadores, tiveram para connosco uma receptividade, compreensão e disponibilidade para nos orientar e que, na verdade, mais do que orientadores, foram uns paracetos e isso se traduziu numa alavanca essencial para o nosso trabalho. Por esse motivo, o nosso primário agradecimento vai para as pessoas em questão, cujas qualidades profissionais e humanas são decisivas para o exercício do magistério de que estão incumbidos.

Mais do que uma Universidade, a Universidade de Évora é factualmente uma “escola da vida”. Neste sentido, merecedor do nosso apreço foi, igualmente, o ambiente estimulante proporcionado por Professores da Universidade de Évora que nunca deixaram de expressar e transmitir a sua palavra de incentivo e tenacidade, designadamente aos Professores Doutores Manuel Branco, José Caetano, António Marques, Hélder Fonseca e às Professoras Doutoradas Maria da Saudade Baltazar, Maria de Deus Manso, Conceição Rego, Rosalina Costa, Maria Leonor Carvalho e Cristina Água-Mel.

Aos Professores da Ludwig-Maximilians – Universidade de Munique, Professores Doutores Albert Gröber e Ulrich Beck que prontamente se dispuseram em dar contributos teóricos e bibliográficos para a composição da presente tese de doutoramento, bem-hajam.

À minha família, em geral, pelo apoio e inspiração, por perdoar as minhas ausências, os meus maus momentos. Aos meus irmãos e primos, Edson Hilário, António Hilário, Teresa Augusta, Elsa Beatriz, Ana Maria, Maria Vitória, Suzana Sané, Carlos Renato Paulo, Yene da Silva, Zélia Dalli, Hamilton, Lola, Indira, Bárbara, Lucas Hilário, Euclides dos Santos, Euclides Feliciano, Pocongo, Miguel Kayanda, Verónica Tyimuma, Vat Santos, Belito Muteka e a todos cujos nomes não constam aqui, pela contribuição incalculável, apoio, preocupação durante este percurso.

Expressamos o nosso agradecimento peculiar à Maria Isabel Mbacu, minha amada mãe, cujas palavras são exíguas e não servem para tracejar linhas na presente tese, às minhas “múltiplas mães” que sempre contribuíram de maneira incansável para nossa formação em todas as dimensões da vida, à Rosalina Cameia, à Eugénia Massela, à Laudmira Zoáfua, à Antónia Mingas, aos meus tios, amigos e companheiros (as) desta “insuflável” caminhada, ao Tio Pinda Simão, ao Tio Samuel, ao Tio André Mingas, ao Tio Lubalo, ao Gonçalves Imperial, à Ana Mascarenhas, à Jéssica Cynthia, à Anália Paulo, à Djamila Rangel, à Teresa Mascarenhas, à Haussana Rita, ao Aníbal Lopes, ao Mauro Adilson, ao José Garcia, ao Mauro Damião, ao Asbel Quitunga, ao Walker Garcia, ao Rui David, ao Infeliz Coxe, ao Aníbal Simões, ao Paulo Rodrigues, ao Edson Silva, ao Otelo Gonçalves, ao Ricardo Constantino, ao Rodrigo Pingé, ao Kito Neto, ao António Distinto, ao José Zau, à Celine Mariano, ao Gime Luís, ao Matias Tchissoka, ao Queirós Figueira, ao Alfredo Figueira, à Linda Sissimo, ao Adilson Joaquim, ao Fernando Dala, ao Eduino Kubindama, ao Domingos das Neves, ao Jordão Vasconcelos, ao Paulo dos Santos Ribeiro, ao Pedro Cahunda, Josemar Nelson, Walter Biala, ao Joaquim João, ao Pedro Sakala, Álvaro Nguvo, ao José Andrade Moma, ao Miguel Quissola, ao Carlos Vieira, ao Joaquim Celestino, ao Agostinho Miguel, ao Ataliba Miguel, ao Edgar Vasconcelos, ao Eugénio Ferreira, ao Jorge Munginga, ao Osvaldo Silva, ao Paulo Bravo, ao Sérgio Maurício, ao Kizitu Mavungu, ao Fila Cassule, ao Alberto Seixas, em fim, e a todos cujos nomes não constam aqui, mas, decerto, representaram papéis sem iguais e, por isso, agradecemos a paciência e o encorajamento constantes ao longo da elaboração desta tese de doutoramento.

A todos, o meu MUITO OBRIGADO!

Política e Fragmentação da Sociedade Moderna.

A Propósito do Pensamento de Ulrich Beck.

RESUMO

A discussão em torno da fragmentação da sociedade moderna nas perspectivas sociopolítica, cultural e da cidadania numa era global, está vinculada à *destraditionalização*, à globalização e à reflexividade iminente à crise global numa sociedade cada vez mais incerta. No entanto, esses elementos contribuíram para uma arquitetura político-social que se criou e venceu na era moderna, começando pelo ocidente europeu e depois nos demais continentes, mas que agora se encontra em declínio.

Hoje, vivemos num mundo cada vez mais complexo, desordenado, complexificado nas Instituições, nas teorias, nos ordenamentos e normas, cada vez mais inseguro, incerto, pelo contrário, mais desculturado, embora muito mais complexo e diante de problemas característicos de um modelo político e social pós-industrial.

Tendo inicialmente como alicerce a teoria política e social de Ulrich Beck, a presente investigação analisa e explica os fundamentos que fortalecem as múltiplas concepções de modernidade, identifica os elementos que produzem a descontinuidade da sociedade moderna, examina a falência das Instituições e contribui para o conhecimento mais profundo a respeito da decadência das Instituições da sociedade moderna.

Palavras-Chave: Sociedade do risco; Reflexividade; Cosmopolitismo; Ulrich Beck e Modernidade.

Politics and fragmentation of modern society:

The Purpose of the thought of Ulrich Beck

ABSTRACT

The discussion around the fragmentation of modern society in the sociopolitical, cultural perspectives and citizenship in a global era, are linked to *destraditionalization*, globalisation and the imminent global crisis reflexivity in a society increasingly uncertain. However, those elements have contributed to a political-social architecture that has been created and stressed in the modern era, beginning with the European West and later in other continents, but that is now in decline.

Nowadays, we live in a world that is increasingly complex, cluttered, complex in the Institutions, in the theories, frameworks and standards in increasingly insecure, uncertain, on the contrary, more without culture, although much more complex and facing problems characteristic of a post-industrial political and social model.

Having initially as political theory and social foundation of Ulrich Beck, this research analyzes and explains the fundamentals that strengthen the multiple concessions to modernity, identifies the elements that produce the discontinuity of modern society, examines the failure of Institutions and contributes to deeper knowledge about the decay of modern society's Institutions.

Keywords: Risk Society; Reflexivity; Cosmopolitanism; Ulrich Beck and Modernity.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
INTRODUÇÃO.....	10
1. Relevância e pertinência da investigação.....	11
2. Territórios de análise e propósitos da investigação.....	13
3. Enquadramento e notas metodológicas.....	18
4. Estrutura do Trabalho.....	20
I PARTE.....	30
1º CAPÍTULO - INDAGAÇÃO E VERIFICAÇÃO TEÓRICA.....	31
2º CAPÍTULO - EVOLUÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA E RAÍZES HISTÓRICO-SOCIAIS.....	47
2.1 - Compreensão conceptual de Sociedade.....	48
2.2 - Teoria político-social e seus pressupostos.....	50
3º CAPÍTULO - QUERELA EM TORNO DO CONCEITO DE MODERNIDADE.....	57
3.1 - Modernidade: controvérsia conceitual.....	57
3.2 - A Modernidade e o seu classicismo.....	58
3.4 - A Modernidade como autocompreensão de uma época.....	73
3.4.1 - Do Iluminismo.....	73
3.4.2 - Da Filosofia e da Religião.....	76
3.4.3 - Da estética e literatura.....	88
3.4.4 - Contornos e eixos da Modernidade.....	95
3.5 - Modernidade e Pós-modernidade: discussão em volta da continuidade e da descontinuidade.....	103
3.5.1 - Da economia.....	107
3.5.2 - Da epistemologia.....	112
3.5.3 - Da política.....	115
3.5.4 - Da cultura.....	123
3.6 - A Pós-modernidade como referência ou contraponto à Modernidade.....	128
3.6.1 - Da Pós-modernidade à Hipermodernidade.....	137
3.6.2 - Modernidade, Modernização e Modernismo.....	139
3.6.2.1 – Modernismo.....	141
3.6.2.2 – Modernização.....	141
3.6.2.3 - Modernidade.....	144

II PARTE.....	148
4º CAPÍTULO - ULRICH BECK, A SOCIEDADE DO RISCO	149
4.1 - A sociedade do risco: características, consequências e perspectivas	151
4.1.1 - Categoria dos riscos.	159
4.2 - Perspetiva política na Sociedade do Risco.....	164
4.3 - Reflexão e Reflexividade	172
4.4 - Modernização reflexiva / segunda modernidade.....	176
4.5 - A Individualização na sociedade.....	186
4.5.1 - Destradicionalização das formas de vida. Família e género.	199
4.6 - Política e subpolítica	202
4.6.1 - Revisitar o conceito de subpolítica. Espaço-ação para novos diálogos	208
4.7 - A política da política e seus antagonismos	212
4.7.1 - Além do espectro político	215
4.7.2 - Política de vida-e-morte	221
4.7.3 - A vocação como ação política.....	223
4.8 - Compreensão e transformações do Estado.....	224
4.9 – Globalização: dimensões do conceito em Ulrich Beck	240
4.10 - Globalização e o colapso do Estado-nação em Ulrich Beck.....	245
4.11 - Globalismo, globalidade e globalização em Ulrich Beck	255
4.12 - A ambivalência identitária	262
4.13 - Lógicas, dimensões e consequências da globalização	263
4.14 - Globalização, uma janela para o cosmopolitismo.....	266
4.14.1 - A globalização da biografia	268
4.15 - Cosmopolitismo, dimensão e perspetiva em Ulrich Beck.....	270
4.15.1 - Cosmopolitismo em Ulrich Beck	272
4.15.2 - Universalismo e cosmopolitismo	275
4.16 - Cosmopolitismo contra nacionalismo metodológico	279
4.16.1 - A interligação entre o processo nacional das sociedades e o cosmopolitismo: a cosmopolitização	281
4.16.2 - Realpolitik cosmopolita	283
4.16.3 – Europa cosmopolita, o que significa?.....	284
4.17 - Democracia cosmopolita e sua dimensão política.....	288
4.17.1 - Dimensão política, Sociedade (Sem) Estado.....	290
4.17.2 - Dimensão e arquétipo do Estado transnacional.....	294
4.17.3 - Equívocos do globalismo	298

5º CAPÍTULO – POLÍTICA E FRAGMENTAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA.....	300
5.1 - Europa como realidade da “falência” dos modelos políticos, sociais e económicos	300
5.2 - Efeitos reflexivos da globalização na sociedade moderna	304
5.3 - Distribuições e desigualdades nos anais da crise económica e a Europa reflexiva.....	310
5.4 - Desprazimento, do poder à juridicidade.....	323
5.6 - Transformações do poder no xadrez da União Europeia. Efeitos de uma Europa reflexiva	331
5.7 - Uma cultura-mundo num mundo plural e complexo	336
5.8 - Em favor de uma sociedade cosmopolita.....	342
5.9 - A irreversibilidade dos riscos globais face a sociedade cosmopolita.....	349
5.10 - Política interna mundial e legitimação da segunda modernidade	351
CONSIDERAÇÕES FINAIS	355
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	360

INTRODUÇÃO

Por volta do ano de 1807, Hegel estava convencido de que a História chegara ao fim com Napoleão e com ele próprio. Profecias desta natureza situam-se no interior de todas as doutrinas milenares, de todos os messianismos políticos, sociais e religiosos.¹ As civilizações, quaisquer que sejam, ao atingirem o seu apogeu, tendem de forma natural a apresentar os seus valores como se fossem adequados para toda a Humanidade e a considerarem-se insuperáveis.²

O naufrágio das esperanças e certezas tecnológicas, políticas e científicas que se edificaram na Europa, em primeiro lugar, e, depois, nos demais continentes, configuraram uma época que alcançou a sua temporalidade. A fragmentação da sociedade moderna pressupõe que já não se vive seguramente num mundo que se pensou alcançar a plenitude do bem-estar político-social, onde não houvessem desigualdades económicas tão acentuadas, onde a indústria não fosse promotora de segregações políticas e socioeconómicas cuja consequência é a “falência” das Instituições³ que os clássicos da teoria política, do direito, da história, da sociologia, da filosofia, etc. pretenderam enunciar.

Com efeito, a presente tese de doutoramento tem como objeto de análise crítica a teoria política e social de Ulrich Beck, com maior ênfase no seu pensamento realístico e conceptual na sociedade moderna. No entanto, para se obter um maior panorama do seu projeto teórico sobre a modernidade, examinaremos, em primeiro lugar, a produção teórica a respeito da modernidade desde as funções das profundas transformações sociais, económicas e políticas que ocorreram, sobretudo, entre o início do século XIX até a contemporaneidade.

Trata-se de uma tese hermenêutica, analítica e crítica. Refletiremos sobre as várias querelas em volta do conceito de modernidade e, em seguida, de um modo geral, por intermédio dos

¹ PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges – **História das ideias políticas**. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2000, p. 19.

² Ibidem.

³ **Instituição/ões** (com maiúscula) para designar as componentes concretas de uma sociedade. No sentido geral, uma Instituição é uma componente concreta de uma sociedade real em oposição com os elementos analíticos do sistema social concebido como instrumento de análise de toda a sociedade possível (Parsons 1951). Mais precisamente, uma Instituição consiste num conjunto complexo de valores, de normas e de usos partilhados por um certo número de indivíduos. Como pertence ao mesmo tempo ao vocabulário quotidiano (a instituição familiar), ao da ação política (“é preciso preservar as Instituições”) e finalmente ao da ciência política, o termo “Instituição” conheceu uma fortuna ao mesmo tempo prolífica e caótica em sociologia. Segundo Parsons, podemos definir como Instituição todas as atividades regidas por antecipações estáveis e recíprocas entre os atores que entram em interação. Para R. Boudon e F. Bourricaud (1982) as Instituições são sistemas normativos, para os quais a primeira aprendizagem não pode iniciar em definitivo. Ver: BOUDON, Raymond et al. – **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1990, pp. 253-254.

conceitos beckianos, analisaremos criticamente a realidade política e social da sociedade moderna. A tese em questão contribui para a compreensão dos contornos e “eixos” da modernidade, elucidando as diversas mutações conceptuais, ou seja, levará ao entendimento da modernidade, da pós-modernidade à hipermodernidade. É igualmente uma tese que evidencia a falência das Instituições por intermédio dos instrumentos conceptuais de Ulrich Beck.

A sociedade que se criou com a implementação e a revolução da indústria originou consequências de difícil decifração. O “homem moderno” tornou-se inimigo de si mesmo, sendo ele mesmo a sua própria ameaça. Enfrentamos uma sociedade em que o *vir a ser* formou-se com base nas incertezas subentendidas nos avanços técnico-científicos, uma sociedade em que a degradação ecológica já é evidente com repercussões de larga escala, desde o desaparecimento das espécies mais sensíveis ao aquecimento global.

Por consequência, o processo político-social evolutivo conheceu a sua descontinuidade porque os modos de vida produzidos pela sociedade moderna desvencilharam-se de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes, pois, as mudanças ocorridas durante os últimos três séculos, um diminuto período de tempo histórico e das relações internacionais, foram tão dramáticas e tão impactantes que não têm precedentes, de nosso conhecimento, a fim de interpretá-las.⁴

Numa primeira fase, esta tese de forma analítica e crítica irá tornar mais saliente as diversas concepções e categorias da modernidade, designadamente nas dimensões filosóficas, político-culturais, estética e literárias bem como epistemológicas, a relação destas dimensões conceptuais com a realidade e sua modificação ao longo das épocas. A segunda fase é centrada na análise interpretativa conceptual do pensamento de Ulrich Beck e a sua aplicação para a percepção da realidade da sociedade moderna. Serão igualmente alvo de análise os desafios e virtualidades que o novo quadro político e social, na Europa com maior realce, tem vindo a registar fruto das transmutações globais.

1. Relevância e pertinência da investigação

A relevância da temática em análise parte da primordialidade de compreender a dinâmica da sociedade vigente, entendida como sociedade moderna, no que diz respeito aos conflitos entre gerações, a desintegração social, o elevado grau de pobreza, de uma forma geral, e, em

⁴ GIDDENS, Anthony - **As consequências da modernidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora UNESP Fundação, 1991, p. 10.

particular, a ascensão de um número cada vez mais restrito de ricos, a exígua atuação dos Estados na resolução dos problemas político-sociais bem como a ascendente conflagração dos cidadãos contra as políticas estatais.

Numa era em que se registam avanços tecnocientíficos consideráveis, também são produzidos elementos que põem em causa a segurança da Humanidade, como as bombas atômicas, o aquecimento global, o terrorismo institucionalizado, etc. Urge, assim, a necessidade de perceber a modernidade, ou melhor, saber se a sociedade que presenciamos é precisamente moderna e quais os desafios contramodernos a ela associada. Somos cada vez mais confrontados com as complexidades do mundo e da História. É mister pensar a ambiguidade da “mundialização”, pensar na crise mundial, pensar numa “antropolítica” ou política de humanidade, pensar na crise de civilização, pensar numa política de civilização, pensar na falência das Instituições, nos modelos de governação, nos sistemas políticos, enfim, pensar o Estado.

À medida que a ciência prosperou, novos elementos de “contramodernidade” se foram forjando, desde as armas nucleares aos *drones* que são, claramente, ferramentas que vêm cada vez mais colocar em risco a sociedade fruto do *fobos* originário dos homens e mulheres. Neste contexto, Bauman afirma que o medo nos estimula a assumir uma ação defensiva.⁵ Vivemos numa sociedade da incerteza onde o conhecimento “perito” deixou de ser a razão explicativa dos fenómenos políticos e sociais, pois, o “homem moderno” passou a ser mais “reflexivo”, pondo em causa todo e qualquer conhecimento até mesmo a sua própria existência.

Pensar os fenómenos como a globalização dos mercados, a crise financeira, a crise do Estado de bem-estar (e do seu sucedâneo, o Estado neoliberal), as novas formas de sociabilidade capitalista, a violência, a formação de blocos económicos em escala internacional como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o super-imperialismo, etc.

É, igualmente, pertinente entender as razões pelas quais existe cada vez mais uma inadequação das políticas dos Estados em relação aos mercados internacionais, isto é, perceber até que ponto os Estados deixaram de desempenhar os seus papéis enquanto tal, os efeitos da globalização, da globalidade, do individualismo assim como do cosmopolitismo na “sociedade moderna”. É revelante para a compreensão das relações de poderes entre os Estados, em particular na conjuntura europeia.

⁵ BAUMAN, Zygmunt – **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 15.

Ao mesmo tempo que as nossas consciências se tornaram incertas, o mundo tornou-se mais complexo não só no sentido literal, mas também no sentido em que a “centralidade explicativa” que dava resposta às inquietações mais correntes da sociedade, colapsou. O planeta unifica-se e, ao mesmo tempo, fragmenta-se cada vez mais.

Tudo comunica, tudo está em relação, tudo permite a compreensão, mas, ao mesmo tempo, aumenta a incompreensão. Tudo é solidário, mas ao mesmo tempo, tudo é conflitual. Os meios técnicos que permitiram unificar o planeta são ao mesmo tempo os que arrastam consigo as guerras e a possibilidade da sua destruição. Esta nova barbárie técnica alia-se a todas as barbáries antigas.⁶

2. Territórios de análise e propósitos da investigação

No intuito de analisar e compreender a sociedade moderna, o pensamento de Ulrich Beck é substancial para o efeito. A teoria política e social de Ulrich Beck nos últimos anos se transformou não somente numa referência teórica a nível académico, mas também a nível social. Ulrich Beck no final dos anos 80 do século XX construiu uma obra “compacta” (*Risk society: towards a new modernity*) cuja dimensão foi global. Todavia, para além da importância e projeção mundial da sua obra, Beck conseguiu conjugar a teoria política e a teoria social. Ele desenvolveu uma teoria política que visa dar conta da realidade social e política da sociedade moderna.

A importância de examinar o estado da sociedade moderna, ou melhor, da “segunda modernidade”, deriva de uma reflexão analítica e crítica que procurará averiguar a condição da sociedade vigente, bem como a dinâmica das Instituições atuais e os seus resultados globais.

Com efeito, a teoria política e social tenta captar a realidade através das suas categorias a fim de conceber e explicar as diferentes relações sociais de um horizonte normativo, emancipatório e transformador. A teoria política e social de Beck torna-se claramente uma filosofia política e social, comprometida com seu tempo e, deste modo, servirá de instrumento para diagnosticarmos o atual estado da sociedade moderna e, assim, obtermos respostas e inferências. Por outras palavras, a sociedade moderna corresponde à “segunda modernidade” e, como tal, é o nosso objeto de estudo.

⁶ NAIR, Sami; MORIN, Edgar – **Uma política de civilização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 24.

Beck possui uma posição crítica, apresentando oposição às correntes do pós-modernismo e da hipermodernidade e diferencia dois processos de modernização na história recente das sociedades, isto é, duas modernidades. A “primeira modernidade” está assente nos Estados-nação, com relações estritamente entendidas no sentido territorial, está, também, aliada ao processo de industrialização e ao núcleo da estrutura cultural e social que residia na família. A “segunda modernidade” (ou modernização reflexiva) é uma sociedade que se inclina à globalização e está em crescente expansão tecnológica, diluindo a centralidade do núcleo familiar e proporcionando à individualização. Os problemas vigentes são resultados, não antecipados, da modernização industrial, baseada no Estado-nação.

A desnaturação das relações de poder mostra a sociedade como uma interação conflituosa cujo horizonte normativo não pode ser outro senão a democracia. Não obstante a atribuição de uma determinada tradição teórica, Beck revela-se, e isto ocorre ao longo da sua trajetória teórico-política e social, como um “democrata radical”.

Um outro dado peculiar no pensamento beckiano é sua faculdade de combinar e reconciliar o plano descritivo com o plano prescritivo. Em razão da sua convicção democrática radical, Beck analisa e prescreve como deveria ser a realidade social. Ora, Beck não prescreve uma realidade social seguindo um modelo ideal, mas faz uma análise com base nas contradições reais, concretas e específicas fornecendo os elementos e instrumentos necessários para superá-las, através da autonomia material, formal, coletiva e individual.

Esta combinação original entre os planos descritivos e prescritivos torna-se um método de análise política e social crítica, extremamente interessante, todavia temerário. Enfim, a magnitude, extensão e difusão global do pensamento de Beck, em consequência da sua ligação sugestiva entre teoria política e social, do seu esforço para apreender e fixar a realidade social a partir das categorias teóricas, mas também por desnaturalizar a sua pesquisa para diferentes relações sociais assimétricas, pela sua componente de crítica emancipadora e democrática da realidade e pela distinta ligação entre teoria e práxis, etc., justifica-se pela análise e profundidade das suas teorias.

Esses pressupostos implicam um preparo intelectual cada vez mais exigente, peculiarmente para os investigadores envolvidos nas mais diversas áreas de investigação, nomeadamente, a assessoria política, na implementação e avaliação de políticas governamentais, no ensino das ciências políticas, sociais, humanas e jurídicas, nos movimentos populares, nas organizações

não-governamentais, em suma para todos aqueles que procuram alcançar e necessitam de explicar os processos sociopolíticos contemporâneos.

O propósito desta tese de doutoramento é examinar a crise da sociedade moderna. Com efeito, nos apoiaremos preferencialmente em razões claramente inteligíveis, conjugando com a teoria política e social de Beck. Nesta consta a distinção que tem pautado a nossa visão do mundo até à data, ou seja, que entre as esferas nacionais e internacionais, está sendo dissolvida a base essencial que outrora respondia os desafios que a sociedade manifestava, porém continuam a ser um espaço de poder um tanto quanto obscuro da política doméstica e global. No entanto, foi esta distinção que ajudou a moldar o mundo da “primeira modernidade”, incluindo os seus conceitos-chave (e teorias) da sociedade, identidade, Estado, soberania, legitimidade, violência e autoridade do Estado.

Esta tese questiona: como podemos conceituar um mundo e um conjunto de dinâmicas globais em que as consequências problemáticas da modernização radicalizada efetivamente eliminam os pilares e as lógicas de ação determinadas historicamente produzindo distinções fundamentais e Instituições inoperantes? Esta é a questão fulcral que a presente tese de doutoramento irá responder, desenvolvendo-se uma análise crítica, ampla e fundamental das ações jurídico-políticas, sociais, económicas e culturais da sociedade moderna.

Pretende-se, em primeiro lugar, compreender as evoluções concetuais de modernidade desde a perspectiva clássica à contemporânea e, em segundo lugar, analisar a contribuição de Beck em torno da modernidade que, para o autor, são duas modernidades. A “primeira modernidade” está vinculada e assente nos Estados-nação com relações estritamente entendidas no sentido territorial e decorre durante toda a modernização e industrialização da sociedade; a “segunda modernidade”, corresponde às novas formas de articulação da “política” e do “político”, o processo de globalização com as suas distintas dinâmicas, contradições, atores transnacionais e as relações teóricas e práticas presentes na sociedade moderna. A “segunda modernidade” é o objeto de estudo sobretudo na sua dimensão político-social e dos riscos globais, nomeadamente, a crise financeira, as alterações no xadrez político europeu como consequência da “subpolítica”, os efeitos deletérios da globalização, a individualização institucionalizada e a necessidade de Estados transnacionais como resposta aos desafios inerentes ao paradigma atual.

A presente investigação visa, especificamente, analisar, explicar e entender os fundamentos que alicerçam as múltiplas concepções de modernidade(s) e as questões que lhe estão associadas. Por

que razão a sociedade moderna se fragmentou? Por que é que as teses de Beck são importantes para entender a falência das Instituições?

O que se aspira com a presente investigação? Objetiva-se identificar os elementos que produzem a descontinuidade da sociedade moderna; analisar a falência das Instituições a partir do pensamento de Beck e contribuir para um conhecimento mais profundo a respeito da decadência das Instituições da sociedade moderna. O estudo das teorias e conceitos de Beck serão comparados com análises políticas e sociais e contextualizadas com os debates contemporâneos em torno destas questões.

A progressiva carência de refundação de conceitos face aos desafios modernos, é, outrossim, um dos objetivos da presente investigação, procurando restabelecer em toda a sua complexidade um “ser” que não se reduza às relações de produção, nem às relações económicas, mas que congregue as dimensões social, político-jurídica, económica, etc. Faltam os quadros conceptuais para se construir uma nova política e sociologia de um espaço cada vez mais sem fronteiras,⁷ pelo facto dos conceitos provenientes da “primeira modernidade” não convergirem aos desafios presentes.

A complexidade das variações económicas, sociais e políticas impõem uma redefinição da própria teoria, acima de tudo quando essa teoria tenciona ser também um instrumento de ação política e social. A própria problemática metodológica de estudo tem que sofrer modificações para dar conta do objeto que pretende estudar. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que nos abrem novos horizontes, é que se inicia uma contribuição para a ciência.⁸ A verdade de facto é sempre relativa a várias pessoas, pois diz respeito a acontecimentos e circunstâncias nos quais muitos estão implicados.⁹

A hipótese de investigação assente na presente tese de doutoramento fundamenta-se na constatação de que *a fragmentação da sociedade moderna é resultado do índice de não reconhecimento da falência das Instituições*. Há um fosso cada vez maior entre as dinâmicas políticas e sociais e o Estado agravando-se as contradições a ponto de criar maior problema na “ordem internacional”¹⁰.

⁷ BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude – **O mundo em viragem. Sociologia da cena internacional**. Lisboa: Piaget, 1999, p. 152

⁸ WEBER, Max – **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 40.

⁹ ARENDT, Hannah – **Verdade e política**. Lisboa: Relógio D’água, 1995, p. 24.

¹⁰ Ordem Internacional: existem duas perspetivas sobre o conceito de ordem internacional, a empírica e a normativa. Na perspetiva empírica ou hierárquica, que tem por base a teoria realista, a ordem internacional

O retorno dos diversos fanatismos, dos múltiplos terrorismos, a rebelião relativamente violenta, a deserção de numerosas Instituições, são fundamentalmente os sinais mais marcantes da fragmentação.¹¹ Esta sublevação crescente, na sociedade moderna, significa, certamente, o terminar de um ciclo instaurado pela consagração do bem como valor absoluto.¹² A história secreta do século XX torna-se, às portas do século XXI, num destino anunciado.¹³

Assim, estabelece-se uma depreciação teórica. Todavia, só se compreende bem uma época sentido o seu odor.¹⁴ A sociedade não é mais protegida pelo Estado, ou pelo menos é pouco provável que confie na proteção oferecida por este.¹⁵ A sociedade moderna está exposta à rapacidade de forças que não controla e não espera, nem pretende, recapturar e dominar. É precisamente por esse motivo, em primeiro lugar, que os governos dos Estados em luta para resistir às tempestades atuais, percorrem aos tropeções de uma campanha *ad hoc* de administração da crise e de um conjunto de medidas de emergência para outro, ansiando apenas permanecer no poder após a próxima eleição, contudo desprovidos de programas ou ambições de longo alcance, e muito menos projetos para uma solução radical dos problemas recorrentes da nação.¹⁶ O Estado está em profunda crise.¹⁷ O Estado, enfraquecido e sem capacidade de cumprir os seus deveres, acaba por perder consciência da sua própria função.¹⁸

A maneira de proceder muito ligada à realidade, faz com que Beck adote continuamente conceitos e categorias para apreender as mudanças políticas e sociais reais. Neste sentido, existem intuições imediatas e claras no que diz respeito a tendências sociais e políticas do

significa a distribuição de poder que num determinado tempo e espaço compõem a estrutura do sistema internacional. Neste sentido, existe uma ordem internacional que reflete a hierarquia de poder dos diferentes polos de poder do sistema internacional, nomeadamente, dos Estados mais poderosos que ao longo da história se vai modificando. Assim, podemos falar de uma ordem pós-Primeira Guerra Mundial, ou de uma ordem pós-Segunda Guerra Mundial, ou de uma ordem tendencialmente bipolar como foi a da guerra fria. Neste sentido, podemos afirmar que a velha ordem bipolar da guerra fria acabou e que estamos, presentemente, numa nova ordem internacional pós-guerra fria. Na perspetiva normativa, que tem por base as teorias liberais pluralistas, a ordem internacional significa a possibilidade de uma melhor e mais organizada ordem internacional. Aqui, a ordem internacional relaciona-se com a justiça, com a regulação internacional através do Direito Internacional e, fundamentalmente, com a assunção da validade e universalidade dos valores da democracia e dos direitos humanos. Neste sentido, atualmente, estaríamos em condições de instaurar uma nova ordem internacional mais justa e mais regulada com base numa governabilidade democrática mundial. Ver: SOUSA, Fernando - **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento, 2005, p. 129.

¹¹ MAFFESOLI, Michel – **Entre o bem e o mal. Compêndio de subversão Pós-moderna**. Lisboa: Piaget, 2002, p.10.

¹² Idem, p. 11.

¹³ Idem, p. 14.

¹⁴ Idem, p. 15.

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt – Op. Cit., 2007, p. 31.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ PRÉLOT, Marcel – **A ciência política atual**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1975, p. 80.

¹⁸ Idem, p. 81.

momento. Assim, é em função dos conceitos de Beck que atestamos a nossa hipótese de investigação.

3. Enquadramento e notas metodológicas

A tipologia das ciências sociais caracteriza-se por três enormes grupos de técnicas de seleção de dados, que prestam assistência para operacionalizar as investigações qualitativas. Estas compreendem, designadamente, a entrevista, a observação e a análise documental.¹⁹ A nossa investigação compreendeu preeminentemente a análise de dados primários e secundários através de estudos fundamentados do método qualitativo.

A metodologia utilizada para analisar as obras e o pensamento de Beck é baseada numa *hermenêutica crítica*. As obras de Beck são objetos de análise interna e externa. Interna na aceção de que são interpretadas dentro de um contexto teórico e determinado, mostrando as fundamentações e, em alguns casos, as contradições incorridas pelo autor. É essencialmente uma análise de natureza formal, analítica e conceitual. Com efeito, as teorias e categorias de Beck são apresentadas a partir de uma interpretação e avaliadas criticamente.

Será objeto de análise externa no sentido de que os textos são situados em contextos políticos e sociais em que eles se manifestam. Esta dupla análise hermenêutica permite observar a implantação categórica e teórica do pensamento de Beck mediante variações sucessivas, significados e qualificações. De um modo geral, partimos através de uma análise das categorias e conceitos, que examina o significado dos mesmos e como estes oscilam em função das alterações políticas e sociais. Esta é uma das características mais significativas de Beck, que passou alheia pela teoria política e social e que aqui aprofundamos.

A presente tese de doutoramento é de índole transdisciplinar. Deste modo, evidencia que, não obstante, o âmbito metodológico da teoria política constituir-se em três áreas de atividade, designadamente no pensamento político e filosófico, na perspetiva histórica; na teoria política normativa e na teoria política formal,²⁰ a ciência política não tem um método próprio, pois recorre aos métodos de outras ciências sociais a fim de auxiliar trabalhos “interdisciplinares”.²¹

¹⁹ GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1991, p. 75.

²⁰ MALTEZ, José Adelino – **Metodologia da ciência política**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007, p. 173.

²¹ DUVERGER, Maurice – **Ciência Política: teoria e método**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp.33-34.

A tese inclui duas partes e cada uma delas contém os seus respetivos capítulos, que para o entendimento da presente investigação são indissociáveis. Em referência à literatura usada para descrever, analisar e avaliar a produção da primeira parte da tese, recorreu aos autores que abordam as temáticas da modernidade, pós-modernidade e hipermodernidade, nomeadamente Jurgen Habermas, Anthony Giddens, Ralf Dahrendorf, Daniel Bell, Jean-François Lyotard, Fredric Jameson, Gilles Lipovetsky, Zygmunt Bauman, etc., a segunda parte da tese focou-se mais precisamente às obras de Beck correlacionando-as aos contextos político-sociais contemporâneos. A pesquisa bibliográfica é grandemente influenciada pelo conhecimento prévio existente acerca de uma precisa área científica, a teoria política e social, na qual se insere a nossa problemática.²²

Beck escreveu cerca de cinquenta e três livros, mais de cento e noventa e sete capítulos de livros e por volta de cento e oitenta e sete artigos científicos em revistas e um número infinito de artigos informativos na imprensa diária. Contudo, a presente tese não se destinou a analisar todas as obras de Beck, mas sim as que se conjugam com a corrente investigação. É caso das obras: *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad* (1998), é a obra fulcral do pensamento político e social de Beck, publicada em alemão, *Risikogesellschaft* (1986), e foi traduzido para o inglês em 1992 e para o espanhol em 1998. Nesta obra, Beck sustenta que houve uma rutura dentro da modernidade que a desuniu da sociedade industrial clássica e fez desabrochar algo transformado: a sociedade (industrial) do risco. Suas obras foram traduzidas em mais de 35 línguas.²³ Seguem-se igualmente algumas obras, *A política na sociedade de Risco* (1992); *O que é a globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização* (1999); *A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna* (1997); *Libertad o capitalismo. Conversaciones con Johannes Willms* (2000); *Individualization* (2002); *The Reinvention of Politics: Rethinking Modernity in the Global Social Order* (1997); *La europa cosmopolita. Sociedad y política en la segunda modernidade* (2006), etc.

Ainda no âmbito metodológico no que concerne à análise aplicada e aquisição documental e bibliográfica, distinguimos duas etapas substanciais. Em primeiro, como anteriormente salientamos, decorremos a recolha de dados e a análise hermenêutica crítica dos mesmos, no intuito de responder às questões fulcrais a que nos propusemos. Em segundo lugar, mantivemos conversações com Beck, presencialmente e através de correio eletrónico e, a pedido deste, com

²² SOUSA, Maria José; BAPTISTA, Cristina Sales – **Como fazer investigação, dissertação, teses e relatórios**. 4ª Edição. Lisboa: Pactor, 2011, p. 33.

²³ BECK, Ulrich – **Ulrich Beck, pioneer in cosmopolitan sociology and risk society**. London: Springer, 2014, p. 2.

Albert Gröber, colaborador de Beck, de quem foi possível obter maior suporte bibliográfico a propósito das teses de Ulrich Beck.

4. Estrutura do Trabalho

A presente tese está dividida em duas partes. A primeira parte contém três capítulos e a segunda dois capítulos. No primeiro capítulo apresentamos reflexões mais profundas sobre a crise da sociedade moderna, onde fazemos uma indagação e verificação teórica a respeito do estado da arte. É um capítulo em que se observa a dinâmica da realidade atual procurando demonstrar o insucesso do projeto político e filosófico da modernidade que Theodor Adorno e Habermas descrevem.

A indagação teórica, neste capítulo, não se prende ao pensamento de Beck, mas aos vários autores que diagnosticam o estado da sociedade vigente, como: Gilles Lipovetsky que adverte ao desmoronamento da fé no futuro em consequência da crescente miséria no cotidiano. Hans Haferkamp busca a compreensão das diferentes categorias que envolvem a continuidade ou descontinuidade da modernidade, deste modo, apresenta por vezes posições pessimistas e por vezes otimistas. A convicção em alguns casos e a incerteza noutros caracteriza o pensamento político de Edgar Morin que assegura a ideia de que se perdeu o universo determinista e o futuro infalível. A dubiedade que encontramos no pensamento dos autores referidos no primeiro capítulo demonstra a “ambivalência” da sociedade que Zygmunt Bauman sustentara e os “dois mundos” de Thomas Piketty que, na realidade, se traduzem como os sinais vitais da fragmentação política e social.

Em seguida, o segundo capítulo da tese centra-se na evolução teórico-empírica assim como nas raízes histórico-sociais. É um capítulo que apresenta as várias concepções do conceito de sociedade e seus pressupostos teóricos. O debate em volta do conceito de sociedade é incessantemente complexo, todavia, para Max Weber, este diálogo se torna possível ao entendimento quando se expõe de maneira unívoca o que se pretende definir do conceito. Para ressaltar a forte conexão entre teoria e práxis, Herbert Spencer afirma que as sociedades seguem a progressão do simples ao complexo.

Neste mesmo sentido, Talcott Parsons, ao sistematizar a sociedade, reacende o debate ao contrapor a ideia de que uma sociedade é composta por indivíduos. Parsons sustenta que, quer

os organismos quer as personalidades de membros da sociedade seriam internos à sociedade e não parte do seu ambiente. Niklas Luhmann revisita também a perspectiva parsoniana a fim de fundamentar as suas teses. Luhmann interpreta a sociedade como um sistema, ou melhor, a observa por intermédio da distinção sistema - meio. Com isso, preliminarmente, recorre aos instrumentos da teoria geral dos sistemas, sobretudo às mudanças paradigmáticas que ocorreram na sociedade nos anos 70 e 80 do século XX. Na realidade, Luhmann apresenta a teoria dos sistemas como teoria de sistemas *auto-poiéticos*, *auto-referenciais* e operacionalmente fechados. Castoriadis afasta-se destes autores para olhar o indivíduo como sendo aquele que compõe o “imaginário social”. Castoriadis parte de uma dimensão mais político-filosófica do que pragmática, ou seja, apresenta uma “sociedade instituinte” e outra “sociedade instituída”.

Esta sociedade que se pretende definir, no segundo capítulo, não é uma sociedade que olhou para indústria, e esta é precisamente uma das críticas que Beck profere aos autores clássicos, como Max Weber, Émile Durkheim, Talcott Parsons, Georg Herbert Mead, Georg Simmel e outros. Beck demonstra até que ponto a sociedade contemporânea (sociedade moderna) é diferente dos outros tipos de sociedades que a precederam.

O terceiro capítulo é longo e complexo, pois, como veremos, se abordará a querela em torno do conceito de modernidade e as diferentes concepções, ou seja, sua compreensão a partir do iluminismo, da filosofia e da religião, da estética e da literatura. Serão também analisadas as perspectivas económicas, epistemológicas, políticas e culturais do conceito. A modernidade entendida como o deslocamento e contornos de um eixo será examinada na dimensão de pós-modernidade e hipermodernidade. Por fim, a diferenciação de modernismo, modernização e modernidade.

A complexidade de compreender o início da modernidade pode nos levar a subscrever a ideia de Shmuel N. Eisenstadt que afirma existirem factualmente “múltiplas modernidades”, contudo esta inferência reaviva a discussão sobre o conceito de modernidade. Todavia, é difícil datar a modernidade. Dahrendorf sustenta que a modernidade tem o seu início no ponto de viragem dos séculos XV e XVI, mas a modernidade é compreendida como sendo a rutura de um modo de vida e de pensar tradicionais. Esta forma de vida e de pensar não foi linear no decurso do tempo, como afirma Marshall Berman, ou seja, a modernidade caminhou para um sentido muito contrário às raízes primárias, reconhece, ainda, que estamos numa era mais labiríntica onde a vida das pessoas perdeu o seu sentido original. Os clássicos da teoria política e social não

debateram precisamente sobre modernidade, no entanto Marx, por exemplo, usa a palavra “desenvolvimento”, o que pressupõe dizer que, Marx reconhece que as mudanças se avizinhavam. Ralf Dahrendorf reforça esta ideia ao inferir que os clássicos, como Marx e outros, não encontraram uma explicação conceitual exaustiva para designar a sociedade industrial do século XIX, mas compreende que os mesmos terão apercebido das transformações que presenciavam em seu tempo.

Com a sensibilidade à transformação histórica de longo prazo e à distinção cultural global, Simmel compreende que, com a modernidade, o homem se desprende de todas as raízes tradicionais, Estado, religião, moral e economia, e, abriu espaços às novas concepções e transformações sociais. Neste mesmo sentido corrobora Max Weber. Este é o panorama iluminista. As ideias produzidas pelos iluministas tracejaram o pensamento político de uma época, reduzindo a modernidade como a maneira de pensar e agir. Assim, a modernidade começa a fazer-se presente pela via filosófica, estética, arquitetónica e pela Razão. O Iluminismo foi o movimento, essencial, que realizou esta estratégia. Pregava a liberdade, a cidadania, a sociedade civil, a democracia, eram os princípios da Declaração dos Direitos do Homem.

Ademais, o paradigma filosófico e religioso é fortemente conturbado. Hegel serve-se do conceito de modernidade em contextos históricos, como conceito de época, isto é, os “novos tempos” são precisamente os “tempos modernos”. Ora, a modernidade conjuntamente com o reacender da filosofia moderna não foi nada mais do que uma gigantesca empresa de racionalização, sustentada de secularização, pois aqui a Razão opõe-se à Revelação dos conteúdos da vida religiosa cristã. Foucault procura não associar a *subjetividade* do homem ao divino. Contudo, retorquindo Foucault, Nietzsche atribui a figura de Deus como sendo mitológica, para ele num inesperado momento, o Homem inventara um mito chamado Deus, e, a partir desse momento, ficara acorrentado para sempre à história da sua própria criação. Para Nietzsche, o Homem deve lutar para se tornar super-homem.

Ainda na mesma dimensão, a modernidade como autocompreensão de uma época é revista, igualmente, sobre o pensamento de Immanuel Kant no seu ensaio sobre a *Aufklärung*. A visão kantiana sobre o iluminismo centra-se no *esclarecimento* do Homem e na sua liberdade. Para Horkheimer, Kant alia-se, ele próprio, ao erro dos utopistas no que diz respeito aos pressupostos da realização. Adorno e Max Horkheimer veem a “sociedade moderna” como sendo “realista”

no agir ao qual se assemelharia ao *homo homini lupus*, ou seja, é da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade.

Para o entendimento da estética e literatura recuámos ao século XVIII. O século XVIII é o das emoções e das diferenças no que diz respeito a estética e literatura. Entre os anos de 1687 e 1715, desabrochou em França uma crise, então, denominada por Querela entre os Antigos e Modernos (*Querelle des Anciens et des Modernes*). No início do século XVIII surge na Inglaterra a então denominada “Batalha dos Livros” (*The Battle of the Books*). Já em Portugal, apenas no século XIX, surge a então designada “Geração de 70”. As “sublevações” quer em França e Inglaterra quer em Portugal tiveram natureza semelhante, pois marcam a consciência histórica de uma época em busca pela emergência da modernidade.

A discussão em torno da continuidade e da descontinuidade da modernidade salienta-se a partir da perspectiva económica à cultural. As mudanças socioculturais acompanharam a dinâmica do processo industrial marcando o começo da ideia de pós-modernidade. Daniel Bell não chegou a mencionar o termo pós-modernidade (*postmodernity*), contudo abordou aspetos inerentes a fragmentação da modernidade, cuja inferência se restringe de que a modernidade é na sua maioria industrial e capitalista. Para Bell a dinâmica da sociedade *pós-industrial* não deve ser travada, ela por si só se dinamiza. Por conseguinte, John Naisbitt deu um outro tratamento ao termo, *sociedade da informação*, na sua obra *Megatrends*. Naisbitt conclui que na *sociedade da informação* a produção do conhecimento está sistematizada e, precisamente, aumentou a nossa capacidade intelectual. Domenico De Masi demonstra que o advento pós-industrial é, factualmente, uma revolução épica, ao mesmo tempo, profunda, global, não é um mero retoque.

A dimensão epistemológica de modernidade caracteriza-se pelo emprego do conceito (prefixo) de “pós” na filosofia e na teoria crítica, assim, isto representa a culminação do progresso em função do político-social anterior, o que se refere a uma transição da modernidade para uma eventual pós-modernidade. Mike Featherstone observa que o pós-modernismo despertou grande interesse entre os intelectuais, todavia alguns o depreciaram como uma moda intelectual superficial e passageira. Esta discussão se retomará com Jean-François Lyotard que afirma o pós-moderno como o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do fim do século XIX. Lyotard demonstra que a percepção do conceito de pós-modernidade está enlaçada à crise das narrativas. Baudelaire interpreta a modernidade como sendo a conversão das ideias no que respeita à cidade, ou seja, para Baudelaire a vida urbana nos expõe, a possibilidade de uma experiência moderna.

A perspectiva política da modernidade faz a distinção entre “velhos conservadores”, “neoconservadores” e os “jovens conservadores”, na dimensão habermasiana. A discussão em torno da ruptura da modernidade no âmbito da política é a mais acentuada. Rouanet, os “velhos conservadores” não admitem a modernidade cultural, observam-na com melancolia o declínio da razão substantiva e pedem com insistência o recuo para uma posição anterior à modernidade; os “neoconservadores” repudiam os conteúdos subversivos ligados à modernidade cultural, porém estão de acordo com as estruturas sociais da modernidade, inclusive a implementação da ciência e da técnica para animar o crescimento económico; os “*jovens conservadores*” partem da tentativa básica do modernismo estético e opõem à *razão instrumental*, irremediavelmente associada à modernidade, um princípio transcendente, como a vontade de poder, etc. Fredric Jameson tenciona construir uma arquitetura político-social de forma a inserir o indivíduo nas discussões e decisões que, de alguma forma, refletirão sobre o mesmo.

Na dimensão cultural, Lipovetsky classifica a pós-modernidade como sedutora. Para ele, o indivíduo pós-moderno está mais ligado com o exterior do seu “seio social”, por exemplo, através da música, que o faz sentir a necessidade de ser *transportado* e envolvido por uma atmosfera ambiente sincopada. Berger e Luckmann defendem a ideia segundo a qual o ser humano é tão dimensionado quanto as culturas humanas. Por fim, da pós-modernidade à hipermodernidade. Neste sentido, Giddens fala da pós-modernidade como superação da modernidade. Ao contrário de Giddens, Hal Foster, por sua vez, partilha a mesma crença de Habermas de que a o projeto da modernidade é efetivamente cada vez mais problemático. Já para Vattimo a pós-modernidade foi suficientemente discutida que já se tornou quase que obrigatório manter as distâncias em relação a este conceito, isto é, considera-lo uma moda passageira, declará-lo mais uma vez um conceito “ultrapassado”. Jeffrey Alexander atribui a pós-modernidade como aspiração meramente inexata e simplesmente semântica. Para Alexander, todo pensamento sobre a pós-modernidade é precisamente uma reflexão acima das categorias e uma falsa aspiração da narrativa coletiva tradicional, e, no entanto, para muitos pós-modernistas a distopia do mundo contemporâneo está no resultado semântico.

O conceito da “hipermodernidade” vem a propósito de ser bastante recente que Lipovetsky criou este termo. O conceito de pós-modernidade na perspectiva de Lipovetsky representa o momento histórico preciso em que todos os freios institucionais que se objetavam à emancipação individual se abatem e desaparecem, dando lugar à manifestação de desejos singulares, da realização pessoal, da estima por si. Assim, Lipovetsky define a “hipermodernidade” descrevendo-a como uma sociedade liberal caracterizada pelo movimento,

pela fluidez, pela flexibilidade, afastada como nunca dos grandes princípios estruturantes da modernidade, que teve de se adaptar ao ritmo hipermoderno para não desaparecer.

Já o conceito de “modernismo”, de acordo com Le Goff, amplia o campo de ação do “moderno”, objetando-se mais do que a “antigo”, a “tradicional; quanto ao conceito de “modernização”, Le Goff faz a distinção do mesmo atribuindo-lhe três características, a saber: a “modernização equilibrada”; a “modernização conflitual” e a “modernização por tentativas”. Do mesmo modo, Gianfranco Pasquino entende por “modernização” o conjunto de mudanças operadas nas esferas políticas, económica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. O termo “modernidade” foi lançado por Baudelaire no artigo *Le peintre de la vie moderne*, escrito na sua maior parte em 1860 e publicado em 1863. Em Baudelaire mantém-se a antiga questão: O que é a modernidade? Para ele, é o que há de “poético” no “histórico”, de “eterno” no “transitório”. A modernidade tem ligações com a “moda”.

A segunda parte da tese:

A segunda parte da tese está composta por dois capítulos extensos. O quarto centra-se no pensamento teórico-político e social de Ulrich Beck, onde se expõem as suas teses e categorias. É um capítulo que busca diferenciar claramente entre a dimensão descritiva e a dimensão puramente crítica. Corresponde a uma diferenciação analítica, cientificamente preponderante, pois obedece a comparações conceptuais defendidas por outros autores. No quinto capítulo analisamos a dimensão prática e concreta das teorias de Beck em torno das dinâmicas política, social, económica e cultural da sociedade moderna e que irão, todavia, desenvolver e demonstrar as hipóteses levantadas durante a nossa investigação.

Os conceitos de “pós-modernidade” e “hipermodernidade”, como anteriormente se referiu, são objetados por Beck. Neste capítulo, passaremos a analisar a “modernidade”, “pós-modernidade” e “hipermodernidade”, a partir de uma perspetiva mais subjetiva, ou seja, olhar-se-á para os efeitos deletérios que a transição de um estado para outro originou bem como os efeitos que a “sociedade industrial” pavimentou até aos dias de hoje. Contudo, para Beck, somente existem duas modernidades, a primeira e a segunda.

A *primeira modernidade* evidencia uma sociedade estatal e nacional, de estruturas coletivas, com pleno emprego, célere industrialização e um aproveitamento da natureza não “visível”. O paradigma da *primeira modernidade*, que poderemos também autodenominar por “simples” ou “industrial”, tem profundas raízes históricas. Atualmente estamos perante a “modernização da

modernização” ou “segunda modernidade” ou ainda “modernidade reflexiva”. A tudo isto estão associados problemas cruciais da política moderna, ou seja, a modernidade iluminista enfrenta o desafio de cinco processos, a saber: a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a revolução dos géneros e os riscos globais da crise ecológica e da agitação dos mercados financeiros.

O que não se questionava no pensamento político e social clássico eram os eventuais efeitos que a presumível passagem de um paradigma para outro acarretaria consequências imperceptíveis. Neste sentido, Beck defende a existência de uma rutura dentro da modernidade que a afastou da sociedade industrial clássica e pavimentou veredas distintas, como a “sociedade industrial do risco”.

A segunda modernidade não é “pós-moderna” ou “hipermoderna”. Para compreendermos a “segunda modernidade” é necessária uma perceção mais acurada sobre a caracterização da “pós-modernidade” em Beck, pois, o sociólogo alemão procura, entretanto, diferenciar do conceito de “segunda modernidade”. A pós-modernidade deixa-nos, de alguma forma, indefesos que é necessário questionar como analisar a perspectiva político-social da pós-modernidade. A pós-modernidade nasceu e se desenvolveu sem, à partida, existirem novas conceitualidades. Beck sustenta que este prefixo *pos(t)* age como uma espécie de “muleta” para os intelectuais.

Para Beck, a diferença entre a *primeira* e a *segunda modernidade* implica a existência de “modernidades”, ou seja, pressupõe uma comunidade que agora se deve determinar, entender bem, descobrir, perguntar e alcançar transnacionalmente o confronto entre periferia e centro, entre experiências e projetos de modernização asiática, africana, chinesa, sul-americanos, etc.

Ademais, será igualmente matéria de análise, no presente capítulo, a dimensão da individualização, da política e subpolítica, da globalização, do cosmopolitismo e do Estado-nação aos Estados transnacionais. O processo de “individualização”, na perspectiva de Beck, está associado ao contexto de mudanças da primeira para a segunda modernidade. A “individualização” assume feições muito próprias da *modernização reflexiva*. Beck cria este conceito no intuito de retratar a dissolução da sociedade e a sua falta de conexão com as formas de vida tradicionais, ou seja, a forma de vida ligada à sociedade industrial.

As dimensões política e subpolítica marcam o pensamento político e social de Beck, assim, o conceito de *subpolítica*, apresentado por Beck, designa uma nova forma de fazer política, a qual

se distingue da política simples por consentir que agentes *externos* ao sistema político apareçam no cenário do planeamento social, não somente os agentes sociais e coletivos, mas também indivíduos por meio da “individualização”. A *subpolítica* conseguiu uma vitória temática absolutamente improvável e inesperada. A insatisfação para com o sistema político tradicional cresce e é visível a perda de capacidade de decisão dos Estados. Todavia, pretende-se levar em linha de conta uma *nova cultura política*, com fundamento na atividade dos cidadãos.

A temática da globalização será discutida a partir de inúmeras perspectivas e confrontadas com pensamento de Beck em volta desta matéria. A “globalização”, atualmente, impõe preocupação em qualquer declaração pública, não assinala agora para o fim da política, mas sim para a exclusão da política do quadro categorial do Estado-nação.²⁴ O Estado atingiu a sua “temporalidade”, de acordo com Zaki Laïdi, contudo, quando referimos a esse Estado, está em evidência o Estado-providência, que se esforçou por proteger os indivíduos dos acasos do mercado.²⁵ Beck analisa o meio como o debate sobre a globalização e a globalidade têm repercutido atualmente, no plano da atuação política dos Estados-nação. Ora, Beck se debruça sobre as consequências do atual momento para o modo como as sociedades nacionais se organizaram politicamente na modernidade, acompanhando o modelo do Estado territorial.

No que diz respeito ao cosmopolitismo, Beck salienta que este apresenta um contraste no relacionamento com o capitalismo global, com as leis da limitação territorial, da identidade, etc. Com o surgimento de normas cosmopolitas, como a lei da desterritorialização, fragilizou-se cada vez mais o Estado-nação e, de algum modo, se lhe escapa a soberania e a cidadania nacional. O “cosmopolitismo” sustentado por Beck não tem a ver com o que a “sociedade mundial” que refere Luhmann na década de 1970, nem é o “sistema capitalista globalizado” de Immanuel Wallerstein. Por outras palavras, não é um olhar total em relação ao mundo, ou seja, o “cosmopolitismo” pôs um fim às fronteiras do pensamento. Essas outras teorias são, rigorosamente falando, uma radicalização das ideias do nacionalismo clássico levadas a outro nível, mas ainda atravessadas por um modo implícito dos limites anteriores, enquanto o cosmopolitismo quer aboli-los completamente.²⁶

²⁴ BECK, Ulrich – **O que é a globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 13.

²⁵ LAÏDI, Zaki – **A chegada do Homem-Presente ou da nova condição do tempo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, p. 185.

²⁶ BECK, Ulrich - Mi cosmopolitismo es realista, autocrítico, incluso escéptico. **Revista de Occidente**. Nº 296, (2006c), p. 3.

O quinto capítulo da tese dedica-se exclusivamente a dimensão teórico-prática, isto é, analisaremos profunda e criticamente a política e a fragmentação da sociedade moderna a partir das observações dos factos e fenómenos vigentes. Olharemos para Europa como uma realidade visível da decadência dos modelos políticos, sociais e económicos. Do mesmo modo, será matéria de análise crítica os efeitos reflexivos da globalização na sociedade moderna, a distribuição e desigualdades cada vez mais crescente como resultado da inadequação dos modelos institucionais; as transformações do poder na arquitetura da União Europeia, a política interna mundial e a necessidade de uma sociedade mais cosmopolita e, por último, analisar-se-á a irreversibilidade dos riscos globais ante a uma sociedade securitária.

A sociedade moderna não encontrou estabilidade em si mesma em consequência da falência das próprias Instituições. O Estado ficou mais pobre, mas cresceram o número de ricos. Classicamente diríamos que a Burguesia fez do Estado o seu próprio motor para o enriquecimento. Bauman demonstra uma nova estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados, isto é, muitas áreas do “Terceiro Mundo” mostram à Europa o quadro do seu futuro. Por um lado, este seria um aspeto positivo, se factualmente se pudesse indicar elementos como o desenvolvimento de sociedades multirreligiosas, multiétnicas, e multiculturais, estilos de vida intraculturais e uma multiplicação das soberanias.²⁷

É necessário, entretanto, acrescentar a radicalização das desigualdades e uma alta taxa de violência e criminalidade. Neste contexto, Bauman alerta a ascensão da segregação político-social em função da venda da profissionalização do indivíduo. Isto é, em função do “imaginário mercantil” do qual o “homem moderno”, atualmente, se encontra revestido, este vende a mão-de-obra a favor de si mesmo a fim de obter maior e melhor prestígio junto dos mercadores.²⁸

A globalização entra nas fábricas, nos Estados, na vida das pessoas e muda as suas regras. Os Estados do século XIX haviam produzido Instituições a fim de limitar os danos que o capitalismo industrial podia provocar. Contudo, este matrimónio entre poder e política está acabando em divórcio. As políticas neoliberais, nos últimos 20 anos, foram expressas como o progresso, mas agora nos damos conta de que são “categorias zumbis”. Ou seja, haviam-nos

²⁷ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – A sociedade do risco. Um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. **Prim@ Facie**. [Em linha]. Ano 1, Nº 1 (2002), pp. 14-15. [Consult. 07 Agosto 2013]. Disponível: <URL: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4245>>.

²⁸ BAUMAN, Zygmunt – **Vida para o consumo. A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 16.

asseverado “mais mercado, menos pobres”, e ocorreu o oposto. O mesmo com a crise financeira.

No atual quadro da globalização, os Estados-nação por si e por mais nobre que tenha sido o seu passado configuram-se como algo exíguo.²⁹ Os vastos espaços políticos e económicos são hodiernamente inevitáveis. Contudo, “o puro cego sacrifício das nações no altar da Europa apenas gerará males temíveis”³⁰. Esta nova configuração reacende a convicção da ausência de “cooperação” entre os Estados membros. Por outras palavras, a falta de “cooperação” entre os Estados demonstra que os mais “fracos” perdem as suas soberanias em favor dos mais “fortes”.

No entanto, o quadro que se vive na UE, é a ameaça existencial da crise financeira e do euro que ocasiona que os europeus compreendam que não vivem na Alemanha, em França, em Itália, etc., mas na Europa.³¹ O que está em questão é precisamente a exigência de justiça social. A Europa bem como a sua juventude está unificada pela antipatia em consequência de uma política que resgata bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, todavia desperdiça o futuro da juventude.³²

Por último, a fim de responder estas e outras perspetivas, paradoxos e as implicações da compulsão da política, Beck desenvolve e elucida usando o conceito de *meta-game* “meta-jogo” da política mundial. Por “meta-jogo” entende-se que a política do velho mundo, que funcionou por aplicação das regras, e as novas políticas mundiais, que funciona, mudando as regras, são totalmente interligadas, ou seja, elas não podem ser separadas, seja em termos de atores específicos, estratégias ou alianças.³³ Os riscos provocados pelo progresso da ciência e da técnica mantiveram-se como sombras construindo uma sociedade não propriamente moderna, mas contra-moderna. Este é começo de uma “sociedade do risco”, pois os elementos que causam a contra-modernidade não são identificados até que estes se manifestem.

²⁹ ALBUQUERQUE, Martim – **A ideia de Europa no pensamento português**. Lisboa: Babel, 2014, p. 15.

³⁰ Ibidem.

³¹ BECK, Ulrich – **A europa alemã. De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de poder na crise do euro**. Lisboa: Edições 70, 2013a, p. 19.

³² Idem, p. 20.

³³ BECK, Ulrich – **Power in the Global age**. Uk: Polity Press, 2005b, pp. 20-21.

I PARTE

1º CAPÍTULO - INDAGAÇÃO E VERIFICAÇÃO TEÓRICA

As promessas do iluminismo, decerto, não terão alcançado o seu desiderato. Pensar o estado da sociedade atual faz-nos compreender que, na verdade, caminhamos para as incertezas. Falar da sociedade moderna pressupõe assumir que estamos, de facto, num estado da modernidade e, por conseguinte, falar da fragmentação da sociedade moderna faz-nos compreender que a sociedade vigente não é precisamente moderna, ou seja, a compreensão da existência da sociedade moderna seria uma intuição da própria modernidade.

A tentativa de compreensão da “realidade factual” eleva-nos às “realidades ideais” cada vez mais complexas. A afirmação segundo a qual os ideais do iluminismo ainda estão por se cumprir com intuito de melhorar a condição humana, apesar das patologias da modernidade, vai ao encontro da “dialética negativa” de Adorno, isto é, uma dialética autêntica não deveria encaminhar a uma grande síntese, mas “à aceitação de uma permanente fissura – ou não coincidência – entre conceito e objeto”.³⁴

Ao se observar a dinâmica da realidade, será, na verdade, aceitável estar em unissonância com Adorno na constatação de que Auschwitz demonstrou o fracasso do projeto filosófico moderno, inextricavelmente ligado à “racionalidade instrumental”, tratando-se agora de encontrar uma nova forma de pensar e agir a fim de que Auschwitz não se repita.³⁵

Com efeito, a ênfase pós-moderna na fragmentação e disjunção pode, entretanto, ser analisada como derivando do interior da própria modernidade.³⁶ Contudo, Habermas apresenta a “ação comunicativa” como uma forma de interação social em que os protagonistas são coordenados através de uma troca de atos comunicativos, ou seja, através da utilização da linguagem tendo em vista a criação de um consenso.³⁷ A “ação comunicativa” está precisamente ligada à racionalidade inerente à pragmática universal, desse modo, procura a sua orientação em função do reconhecimento intersubjetivo das pretensões à validade do discurso (verdade, justiça e autenticidade).³⁸

Sabe-se que o iluminismo representara o desvencilhar dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Do mesmo modo, os tutelados englobavam aqueles que

³⁴ HABERMAS, Jürgen – **A modernidade: Um projeto inacabado**. Lisboa: Passagens, 2013, p. 7.

³⁵ ADORNO, Theodor – **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 302.

³⁶ HABERMAS, Jürgen – Op. Cit., 2013, p. 8.

³⁷ Idem, p. 10.

³⁸ Ibidem.

se encontravam incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem.

Para Habermas, a “ação comunicativa” permite resistir à ascendente colonização do “mundo da vida”³⁹, domínio esse definido pela divisão de consensos através de contactos interpessoais, por intermédio dos sistemas burocráticos do Estado e da economia.⁴⁰ Com efeito, a “racionalidade instrumental” subsiste nestes últimos, “contrastando com os mecanismos consensuais de coordenação de ação existentes na vida social”⁴¹.

Conceber a modernidade e, por conseguinte, a fragmentação da sociedade é, de facto, sair da sua circunscrição e olhar a partir de fora a fim de analisar a dinâmica em torno de si mesma. Para tal, as teses de Beck servem precisamente de “instrumento” para análise da realidade da sociedade vigente, ou seja, a *segunda modernidade*.

A sociedade moderna é caracterizada pela sua complexidade, pois deixou de ser fundamental pretender impor as simplificações dos modelos marxistas e procedentes, com as suas determinações político-económicas em última instância e a correspondente simplificação da política a uma relação dualista de conflitualidade entre classes sociais e entre os seus representantes políticos.

A sociedade moderna é mais do que uma sociedade da informação. A informação substituiu, forçosamente, a proximidade e a política como factor mais provável de afeiçoar os fluxos de atividade económica.⁴² No entanto, o terreno físico e as fronteiras políticas ainda apresentam a sua importância, contudo nenhum deles, mormente as fronteiras políticas, importa tanto como o que as pessoas sabem, desejam ou valorizam.⁴³

³⁹ O conceito de “mundo da vida” corresponde ao horizonte onde se realiza uma situação de ação. E o ambiente apreendido onde se situa uma ação. Esse ambiente se desloca à medida que as situações variam. Sobre esse(s) ambiente(s), os agentes dispõem de saberes prévios ou de pressuposições. O “mundo da vida” em relação ao horizonte é esse conjunto de referências que os agentes constroem linguisticamente e acumulam, servindo para orientar a compreensão de cada ação “nova” (no caso, de cada “novo” ambiente situacional). Sob outro aspeto, o “mundo da vida” é o conjunto de referências culturais e de outro tipo que permite interpretar os componentes internos de uma situação de ação (que se constitui a partir de temas específicos). É o celeiro de interpretações acumuladas ou de recursos que permite a definição de uma situação de ação a partir dos fins dos agentes. Esta aceção é a do contexto cultural. O “mundo da vida” corresponde, por conseguinte, à linguagem e ao reservatório cultural em cujo contexto os sujeitos desenvolvem a interpretação de uma situação e uma ação correlata. Sobre assunto, ver: RIVIERA, Francisco J. Uribe – **Agir comunicativo e planeamento social: uma crítica ao enfoque estratégico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995, p. 216.

⁴⁰ HABERMAS, Jurgen – Op. Cit., 2013, pp. 10-11.

⁴¹ Idem, p. 11.

⁴² OHMAE, Kenichi – **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 22.

⁴³ Ibidem.

Nota-se, todavia, que na “estrada” da modernidade não há caminho de volta. Nem é possível desacelerar.⁴⁴ É a irreversibilidade da sociedade moderna. Ninguém está isento dos “riscos” que a *primeira modernidade* engendrou. As fronteiras políticas podem proporcionar pouca resistência significativa à invasão por novas constelações de apetências dos consumidores, porém as fronteiras sociais procuram, de alguma forma, limitar o seu objetivo e os isolam das camadas superficiais da cultura.⁴⁵

Os efeitos deletérios dessa aceleração vertiginosa alcançam, até certo ponto, o nexó que está por baixo da cultura.⁴⁶ Contudo, essa aceleração está justamente ocorrendo num momento da história em que a própria natureza da exposição aos meios de comunicação que a incita passa por uma mudança radical.⁴⁷ Nas sociedades designadas por “abertas” à influência da multimídia, o equilíbrio crítico está seguindo novos itinerários, quer crianças quer adolescentes estão a se converter, em níveis mais profundos de sensibilidade e de perspectiva do mundo.

Todavia, a continuidade essencial entre as gerações, de que cada sociedade, outrora, dependia necessariamente para sua integridade e sobrevivência, começou a desgastar-se.⁴⁸ Esse desgaste representa, entretanto, a falência e o desligamento com a “primeira modernidade”. O novo individualismo, o enfraquecimento dos vínculos humanos e o definhamento da solidariedade estão gravados no paradigma da sociedade atual cuja outra face mostra os contornos nebulosos da “globalização negativa”.⁴⁹ Em sua forma atual, estritamente negativa, a globalização é um processo parasitário e predatório que se nutre da energia sugada dos corpos dos Estados-nação e de seus sujeitos. As nações organizadas em Estados “perdem sua influência na direção geral das coisas e, no processo de globalização, sofrem o confisco dos meios de que precisariam para orientar seu destino e resistir às numerosas formas que o medo pode assumir”⁵⁰.

A sociedade moderna não está somente caracterizada pela falência das Instituições, mas também do próprio homem. O homem é, naturalmente, um animal social fundamentalmente direcionado para os outros, contudo, a sua sociabilidade não o conduz a uma sociedade civil imperturbável, mas a uma violenta luta de morte pelo prestígio.⁵¹

⁴⁴ Idem, p. 23.

⁴⁵ Idem, p. 24.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Idem, pp. 24.25.

⁴⁹ BAUMAN, Zygmunt – Op. Cit., 2007, p. 30.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ FUKUYAMA, Francis – **O fim da história e o último homem**. Lisboa: Gradiva, 1992, p. 154.

Essa luta sangrenta pode originar três consequências que são distantes entre si. A necessidade de arriscar a vida numa divergência político-social pressupõe a escassez de um significado de liberdade humana. A primeira das consequências que homem “moderno” enfrenta está no facto de que a “contenda” pode provocar a morte de ambos os combatentes, concluindo assim a vida na dupla perspectiva humana e natural.⁵² Por outro lado, pode originar a morte de um dos combatentes, abandonando o sobrevivente insatisfeito por ter deixado de existir uma outra consciência humana passível de o reconhecer.⁵³ Por último, a batalha pode resultar numa relação de domínio/servidão, fazendo com que um dos combatentes prefira subjugar-se a uma vida de escravidão e confrontar o risco de uma morte muito mais violenta.⁵⁴

A sociedade está cada vez mais distante das causas iluministas. A razão por que se luta é, factualmente, que um outro ser humano reconheça o facto de se estar disposto a arriscar a vida e de ser, por isso, autenticamente humano e livre.⁵⁵ A dinâmica da sociedade moderna está “acima” do paradigma das relações interestatais, pois do mesmo modo que a razão de ser da dificuldade em obter a paz nos sistemas históricos de Estado assenta no facto de certos Estados pretenderem mais do que a autopreservação, igualmente sucede nas sociedades modernas.

Com efeito, a democracia liberal, a longo prazo, vira-se internamente seja por excesso de *megalothymia*, seja por excesso de *isothymia*, ou seja, “o desejo fanático de um reconhecimento igualitário”⁵⁶. Ora, esta última constitui a maior ameaça à democracia.⁵⁷ Uma civilização que cultiva uma desenfreada *isothymia*, que procura fanaticamente eliminar todas as manifestações de reconhecimento desigual, corre rapidamente para os limites impostos pela própria natureza.

A fé no futuro, que servia de contrapeso à miséria do quotidiano, desmoronou-se.⁵⁸ Não obstante, o progresso manifesta-se como uma incompreensível fuga para a frente que, arrastando tudo na sua corrida desenfreada, origina um mundo hipertrofiado.⁵⁹

A Grande Desorientação não se fica por aqui, pois todas as esferas da vida social e íntima são agora afetadas. Na família, na identidade sexual, nas relações entre os sexos, na educação dos filhos, na moda, na alimentação, nas novas tecnologias, a

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Idem, pp. 154-155.

⁵⁵ Idem, p. 157.

⁵⁶ Idem, p. 303.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ LIPOVETSKY, Gilles – **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 30.

⁵⁹ Ibidem.

incerteza tornou-se a coisa mais presente do mundo. Nem a “alta” cultura escapa à desorientação generalizada, como se verifica na relação com a arte contemporânea, julgada “incompreensível”, ocupando-se de coisas “insignificantes” e vendida, para o cúmulo, por preços astronómicos.⁶⁰

O mais destrutivo século de todos os milénios da história da humanidade conheceu o seu termo. A nossa era moderna, designada, iluminista, produziu os maiores dos horrores, “as agressões maciças, as guerras “totais”, as fomes, os genocídios, o conflito nuclear, e os perpetradores desses horrores foram os países mais avançados e mais iluminados do mundo”⁶¹.

Neste contexto, reconhece-se, face a esta terrível realidade, que a modernidade não produziu um bem maior, mas formas piores do mal. Não houve progresso. Embora se reconheça alguns benefícios com o avanço tecnológico, o que não se sabe sobre as eventuais consequências torna a sociedade moderna não precisamente moderna, ou seja, é uma sociedade *contramoderna*.

A atenção concentrada no deslumbrante cortejo de progresso no final da Guerra Fria ignorou os arames, as vigas e os andaimes que tinham tornado possível tal progresso. Não conseguiu reconhecer que o progresso não era inevitável mas contingente em relação aos acontecimentos – batalhas ganhas ou perdidas, movimentos sociais triunfantes ou esmagados, práticas económicas implementadas ou rejeitadas.⁶²

Ao descortinar a dimensão das relações internacionais, compreende-se que o cataclismo da nossa era tem sido precisamente a crença de que uma ordem internacional liberal repousa no triunfo das ideias e no desenrolar natural do progresso humano.⁶³ É, entretanto, uma noção grandemente atrativa, profundamente “enraizada na conceção do mundo do Iluminismo da qual todos nós, no mundo liberal, somos produto”⁶⁴.

Poder-se-ia imaginar que assuntos transnacionais como a doença, a pobreza e as alterações climáticas estão além das capacidades das grandes potências, contudo estas deveriam ser capazes de trabalhar em conjunto apesar dos seus interesses e conceções do mundo divergentes. Contudo, mesmo nisso, as divergências entre as grandes potências complicam as questões enunciadas. As controvérsias entre as democracias e a China sobre se se deve, no entanto,

⁶⁰ Idem, p. 28.

⁶¹ KAGAN, Robert – **O regresso da história e o fim dos sonhos**. Portugal: Casa das Letras, 2009, p. 152.

⁶² Idem, p. 153.

⁶³ Idem, p. 150.

⁶⁴ Ibidem.

condicionar, e como, o auxílio a países pobres em África afetam significativamente a luta contra a pobreza.⁶⁵

Os cálculos geopolíticos importunam negociações internacionais sobre a melhor resposta a dar às alterações climáticas.⁶⁶ Seguidamente, o regime de não proliferação nuclear prolongar-se-á enquanto os interesses conflitantes das grandes potências e os meios divergentes de governo se sobrepuserem ao que, pelo contrário, deveria ser de interesse comum impedir que outros países obtenham armas nucleares.⁶⁷

A divergência de islamitas radicais contra as poderosas e muitas vezes impessoais forças da modernização, do capitalismo e da globalização que eles associam ao Ocidente judaico-cristão é o outro grande conflito do sistema internacional atualmente.⁶⁸ Ora, é efetivamente a mais dramática refutação do paradigma da convergência, uma vez que é factualmente a convergência, designadamente a conceção de “valores universais” do mundo liberal, que os islamitas radicais rejeitam.⁶⁹

A partir da ocorrência histórico-política, o confronto entre a modernização e o radicalismo islâmico, em última análise, acentua-se cada vez mais nos assuntos internacionais sobrepondo as divergências entre as grandes potências e entre as formas da democracia e da autocracia.

Nota-se que a resistência islâmica à ocidentalização não é, de outro modo, uma ocorrência nova, embora, hodiernamente, tenha sido levado a uma dimensão nova e potencialmente cataclísmica.⁷⁰ Atualmente, os mais radicais proponentes do tradicionalismo islâmico, embora repugnem o mundo moderno, estão ainda assim a utilizar não só os antigos métodos de assassínio e de ataques suicidas como igualmente recorrem às armas do mundo moderno contra ele.⁷¹

Todos aderiram, se bem com graus diferentes de contragosto e de resistência, à livre circulação de bens, finanças e serviços e à simbiose cultural e estilos de vida que estão relacionados ao mundo moderno.⁷² Crescentemente, os povos do globo veem as mesmas cadeias televisivas, ouvem a mesma música e assistem aos mesmos filmes. A par desta cultura moderna soberana,

⁶⁵ Idem, p. 117.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Idem, p. 122.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Idem, pp. 122-123.

⁷² Idem, p. 123.

aceitaram, mesmo que igualmente deplorem, as características essenciais de uma moral e de uma estética modernas.⁷³

A modernidade designa, entre outras coisas, o “enfraquecimento da autoridade das igrejas e o esforço do secularismo, a existência do que se costumava chamar a contracultura e a livre expressão nas artes (quando não na política)”⁷⁴ o que abarca a liberdade de proferir blasfêmias e da autoridade da moralidade. Contudo, a Europa tentou conduzir o mundo para uma era “pós-moderna” na qual os interesses nacionais tradicionais bem como a política do poder enunciariam o direito internacional, instituições supranacionais e soberania partilhada.⁷⁵ No entanto, não sucedeu exatamente isso.

A sociedade moderna transformou-se num repertório de formas à disposição e nós podemos escolher o nosso menu, basta querê-lo e, acessoriamente, pagá-lo.⁷⁶ É a “cultura-mundo”. Os meios da “cultura-mundo” têm isto de inquietante que emprestam à ilusão, isto é, a cultura escolhe-se como numa prateleira, compra-se como um *McDonald*, consome-se como um *DVD*, troca-se rapidamente.⁷⁷ Na verdade, o advento da “cultura-mundo” resulta de um estado do mundo no qual esconder-se, desaparecer, desvanecer-se, são da mesma forma impossíveis.⁷⁸ Nunca se comunicou tanto à distância, nunca houve tantas associações e tanto voluntariado.⁷⁹

Cada vez mais as pessoas combinam dois mundos, na rede e fora dela, ou seja, utilizam a Internet para conhecerem o mundo, para se localizarem, alargar o círculo de relações, encontrar um companheiro.⁸⁰ Com efeito, a cultura que se difunde propõe persuadir-nos que cada um de nós é homem de parte nenhuma, que falar de origens, de raízes, de pertença é incorreto e tabu.⁸¹ Na verdade, o universo tornou-se policêntrico.

A “cultura-mundo” é precisamente o lugar do paradoxo e da falsa aparência, por outras palavras, o da confusão e da ilusão.⁸² As mesmas ferramentas que difundem as representações

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Idem, p. 124. Estas são as consequências do liberalismo e do capitalismo à solta e não refreado pela mão esmagadora da tradição, de uma igreja poderosa ou de um governo moralista e tirânico. Mesmo os chineses aprenderam que embora seja possível o capitalismo sem liberalização política, é muito mais difícil haver capitalismo sem liberalização cultural.

⁷⁵ Idem, p. 28.

⁷⁶ LIPOVETSKY, Gilles; JUVIN, Hervé – **O ocidente mundializado. Controvérsia sobre a cultura planetária**. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 209-210.

⁷⁷ Idem, p. 211.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Idem, p. 220.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Idem, p. 221.

⁸² Idem, p. 144.

ocidentais, os valores do Ocidente, os arquétipos do mundo ocidental, esgotam a sua magia, e estão, presentemente, à disposição de todos.⁸³

A despeito da cultura-mundo pacifique as democracias e recomponha a experiência do espaço-tempo, nota-se que ela também desorganiza em grande escala as consciências, os modos de vida e as experiências.⁸⁴ Lipovetsky afirma que o mundo “hipermoderno” está desorientado, inseguro e destabilizado, não fortuitamente, mas quotidianamente, de maneira estrutural e crônica.⁸⁵ Ademais, este é o facto precisamente novo.⁸⁶

O desmoronamento dos grandes sistemas ideológicos-políticos que estruturavam o conflito Este-Oeste e, igualmente, a ordem mundializada é um dos vetores desta desorientação.⁸⁷ Com efeito, a “cultura-mundo” da hipermodernidade coincide com o fim da Guerra Fria, com a dissolvência das ideologias progressistas “que afirmavam que a História tinha um sentido, que ela avançava necessariamente para a liberdade e a felicidade”⁸⁸.

O mundo moderno está em crise. Ora, isso pressupõe que a sociedade moderna chegou a um ponto crítico, por outras palavras, uma transformação, mais ou menos, profunda está iminente, uma mudança de orientação deverá inevitavelmente produzir-se de modo mais ou menos brusco, com ou sem catástrofe.⁸⁹ O perigo está presente, mesmo se o sintam mais do que percebam ou compreendam verdadeiramente. Neste contexto, esta civilização, de que os modernos estão fortemente enfatuados, não ocupa lugar privilegiado na História do Mundo.⁹⁰

Na dimensão política e social, a causa de toda esta desordem é formalmente a negação das diferenças de natureza que existem entre os homens, arrastando consigo toda a hierarquia social, e essa negação, desprezou-se a natureza dos indivíduos antes de se chegar ao ponto de não fazer qualquer referência dela, foi seguidamente erigida pelos modernos em pseudo-princípio sob o nome de “igualdade”.⁹¹

Seria muito fácil mostrar que a igualdade não pode existir em nenhum lugar, pela simples razão de que não poderia haver dois seres que fossem ao mesmo tempo

⁸³ Idem, p. 145.

⁸⁴ LIPOVETSKY, Gilles – **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 24.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Idem, p. 25.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ GUÉNON, René – **A crise do mundo moderno**. 3ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2013, p. 26.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Idem, p. 104.

realmente distintos e inteiramente semelhantes entre si sob todos os aspectos; e não seria menos fácil fazer salientar todas as consequências absurdas que decorrem dessa ideia quimérica, em nome da qual se pretende impor toda a parte uma completa uniformidade, por exemplo distribuindo a todos ensino idêntico, como se todos fossem igualmente aptos a compreender as mesmas coisas e como se para as fazer compreender os mesmos métodos conviessem a todos indistintamente.⁹²

No entanto, dentro do âmbito das teorias, existem diferenças significativas sobre se “modernização” que envolve a continuidade ou descontinuidade, se o teórico é relativamente otimista ou pessimista, se a fase “moderna” do desenvolvimento social, deu lugar a alguma outra era.⁹³

Por outras palavras, os valores do liberalismo e sua institucionalização em órgãos públicos e culturais das sociedades ocidentais modernas tornaram-se reconhecidos como insuficientes para definir a situação da modernidade, ao mesmo tempo, os contravalores e os *counterprocesses* que surgiram nos últimos vinte anos, não são tomados como os parâmetros de uma nova ordem à modernidade.⁹⁴

A incerteza de modelos passados desafia as noções de tradição e autoridade e implica uma crença no progresso e no desenvolvimento constante da humanidade. A discussão entre os antigos e os modernos mantém a sua génese, anunciada na filosofia do Iluminismo, mas com aplicação contrária.⁹⁵ Portanto, “quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece”⁹⁶.

As complexidades e as dificuldades para se estabelecer e implementar as agendas são bem conhecidas por aqueles que estão envolvidos na vida política, contudo frequentemente são ignoradas por especialistas ainda fiéis à antiga fé modernista dos poderes ilimitados da ciência e da racionalidade.

O progresso avança por entre escombros e obstáculos sempre reanimados, nunca deixando de coexistir progresso e retrocesso: sempre que sabemos de um novo Estado que ratificou um Pacto das Nações Unidas sobre os direitos do homem, os jornais

⁹² Ibidem.

⁹³ HAFERKAMP, Hans; SMELSER, Neil J. – **Social Change and Modernity**. Los Angeles: Oxford, 1992, p. 13.

⁹⁴ TIRYAKIAN, Edward A. – Dialectics of Modernity: Reenchantment and Dedifferentiation as Counterprocesses. In HAFERKAMP, Hans; SMELSER, Neil J. – **Social Change and Modernity**. Los Angeles: Oxford, 1992, p. 82.

⁹⁵ SCHWARTZMAN, Simon – **Pobreza, exclusão social e modernidade: Uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora, 2004, p. 10.

⁹⁶ LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro Editora, 2011, p. 14.

revelam-nos que ao mesmo tempo, em qualquer outro lugar, os mesmos direitos foram vergonhosamente espezinados.⁹⁷

Para alguns, tudo pode ser resolvido por meio de um projeto e de um Estado mais poderoso, ignorando os malogros históricos das economias planificadas e os custos políticos e humanos das burocracias centralizadas.⁹⁸ Mas, neste sentido, continua-se a jogar xadrez com peças de damas, como sublinha Beck. Todavia, esses elementos não funcionarão isoladamente, ou simplesmente não funcionarão, no entanto, se não forem parte de alterações mais profundas nos valores e nas atitudes da população e na atividade da vida política.

Os problemas engendrados pela agenda da modernização e sua nova face, a globalização, têm levado muitas pessoas e países inteiros a tentar objetar o projeto de modernização como um todo e a buscar alternativas.⁹⁹ Todavia, sabe-se que não existe nenhuma sociedade que consiga uma plena unidade cultural.¹⁰⁰ Seria inexato fazer esta inferência. Cada vez mais, as circunstâncias que exigem a atenção da comunidade mundial, no âmbito das Relações Internacionais, não se limitam convenientemente às fronteiras dos Estados-nação ou ao objetivo das instituições multilaterais ou globais que as abrange.¹⁰¹ Essas circunstâncias, em geral, não são problemas ligados à *realpolitik* ou à balança do poder, mas à rotina e qualidade de vida de pessoas comuns em cenários igualmente comuns.¹⁰² No entanto, as lentes associadas aos Estados-nação tendem a filtrar tais problemas, obliterando-os.¹⁰³

Ao lado da cultura altamente arquitetada encontra-se sempre a que é vivida pelas camadas inferiores da sociedade, fazendo com que seja impossível, qualquer que seja o modelo de sociedade, uma efetiva unificação.¹⁰⁴ Assim, sendo o elemento cultural uma das características de um povo, justifica a razão do *nacionalismo metodológico* continuar a ser o “obstáculo”, por exemplo, para uma União Europeia, de facto.

Contudo, os conflitos assim como as contradições, de ordinário, não produzem necessariamente ruturas. Adequam-se às formas, comedem-se os conteúdos, de maneira a permitir

⁹⁷ ROCHA-CUNHA, Silvério - **O Improvável que Aconteceu & Outros Estudos em Torno de Dilemas do Direito e da Política numa Era Global**. Lisboa: Húmus, 2008, p. 91

⁹⁸ SCHWARTZMAN, Simon – Op. Cit., 2004, p.146.

⁹⁹ Idem, p. 148.

¹⁰⁰ FERNANDES, António Teixeira – A mudança cultural e a sociedade moderna. [Em linha]. **Revista de comunicação e linguagem**. 1988, p. 134. [Consult. 20 de Nov. 2014]. Disponível: URL:<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1691.pdf>>.

¹⁰¹ OHMAE, Kenichi – Op. Cit., 1996, p. 114.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ FERNANDES, António Teixeira – Op. Cit., 1988, p. 136.

eventualmente a coexistência de contrários.¹⁰⁵ As duas principais forças de interação cultural duradoura antes deste século foram a guerra (e os grandes sistemas políticos que por vezes a geraram) e as religiões de conversão que por vezes tiveram, à semelhança do caso do islão, a guerra como um dos seus instrumentos de expansão legítimos.¹⁰⁶

Bertrand Badie sustenta que é ilusório refletir que o jogo complexo das culturas se delimita em estimular o nacionalismo e a favorecer o seu progresso e a sua extensão à escala universal.¹⁰⁷ Para ele, o próprio nacionalismo é factualmente uma corrente de pensamento e um modo de mobilização que inscreve numa história, isto é, numa cultura.¹⁰⁸

O pensamento político está em perigo, afirmam Sami Nair e Edgar Morin, pois perdeu o universo determinista e o futuro assegurado.¹⁰⁹ Assim, o progresso humano ainda é possível, mas é cada vez mais incerto e talvez improvável.¹¹⁰ A fé no progresso orientou-se desde o século XIX pela certeza de que os avanços da ciência, da técnica, da economia extinguiriam a barbárie da história humana e garantiriam a conquista da civilização.¹¹¹ Por conseguinte, constata-se frequentemente que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da indústria são fortemente ambivalentes, sem que seja factível decidir quem vencerá, se o pior ou o melhor.¹¹²

Com efeito, a querela em torno da fragmentação da sociedade moderna atinente às perspetivas cultural, político-jurídica, da cidadania, do Estado e da sociedade em geral, estão vinculadas à *destraditionalização*, à globalização, ao cosmopolitismo e à reflexividade iminente à crise global numa sociedade incerta que produz os seus próprios riscos. Com a descoberta e os acidentes começados em Hiroxima, Chernobyl e a crise nuclear japonesa de Fukushima, confere-se a “ambivalência dos avanços da ciência física, capazes de levar ao aniquilamento da espécie humana”¹¹³.

¹⁰⁵ Ibidem. Aqui imperam leis mais ou menos radicais, na ordem do existencial operam-se metamorfoses que conduzem aos necessários ajustamentos. A exemplificação é fácil de encontrar. Verifica-se vulgarmente que a perda da crença religiosa não leva necessariamente ao ateísmo.

¹⁰⁶ APPADURAI, Arjun - **Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004, p.44.

¹⁰⁷ BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude – **O mundo em viragem. Sociologia da cena internacional**. Lisboa: Piaget, 1999, p. 49.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ NAIR, Sami; MORIN, Edgar – **Uma política de civilização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 15.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Idem, p. 16.

Nota-se, hodiernamente, a ambivalência da biologia. A genética tem capacidade de substituir genes fragilizados e, desse modo, extinguir carências genéticas capazes de invalidar, contudo poderá também fazer indivíduos hipernormais, de acordo com o modelo desejado.¹¹⁴ Com efeito, as neurociências consentem manipulações cerebrais que fazem cidadãos felizes e submissos.¹¹⁵

Todavia, “as prodigiosas elucidações trazidas pelo conhecimento científico são acompanhadas pelas regressões cognitivas da especialização, que impede a percepção do contextual e do global”¹¹⁶. Do mesmo modo, “os poderes derivados da ciência são não só benéficos, mas também destruidores, manipuladores e cegos”¹¹⁷.

O planeta corre perigo: a crise do progresso afeta a humanidade inteira, provoca ruturas em toda a parte, rebenta as articulações, determina os recuos particularistas; as guerras reacendem-se; o mundo perde a visão global e o sentido do interesse geral. Ao mesmo tempo, estamos na era damoclesiana das ameaças mortais, com possibilidades de destruição e de autodestruição que, após a curta moratória dos anos 89-90, conheceram um novo agravamento.¹¹⁸

Morin e Nair sustentam que ao mesmo tempo que se estimulam no mundo turbulências e regressões de toda a espécie, quando, de facto, vivemos na incapacidade de deduzir o nosso presente, aceitamos os diagnósticos unidimensionais do fim da História e do choque das civilizações.¹¹⁹

O paradoxo que se confronta, atualmente, designado por *paradoxo do possível-impossível* espelha as reais falências da sociedade moderna no que diz respeito as políticas socioeconómicas dos Estados modernos face à crescente industrialização e à crescente pobreza. Tecnicamente, pelo avanço das tecnociências, é possível alimentar toda a gente, assegurar uma vida digna a todos, estabilizar a economia, obter soluções para os mais diversos problemas materiais, confederar pacificamente todas as nações da terra.¹²⁰ E, no entanto, este realismo é utópico.

Ora, o que parece, de facto, possível tropeça com outras realidades que vão no sentido contrário. E “institui-se” como normal que se “destruam os excedentes agrícolas europeus quando a fome

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Idem, p. 17.

¹¹⁹ Idem, p. 18.

¹²⁰ Idem, p. 19.

atinge um quarto da humanidade”¹²¹. Não podemos falar em progresso, mas, sim, em fragmentação ou “contraprogresso”.

Estamos precisamente em “dois mundos”¹²², como sustenta Thomas Piketty. A primeira metade do século XXI está marcada por intensos conflitos religiosos que vem aclarar a falência das Instituições modernas tornando estes conflitos inextinguíveis. É evidente que a modernidade está em crise porque a certeza do progresso e a fé no futuro eram precisamente o fundamento da modernidade.¹²³ Contudo, o vocábulo *pós-moderno* é insuficiente para exprimir o atual paradigma, e que é mais do que o fim dos Tempos Modernos.¹²⁴

A política continua a ser a arte de governar, todavia, ao longo do corrente século, cresceu colossalmente, abarcando problemas cada vez mais complexos e domínios numerosos. Ora, esse fluxo do político faz com que a política aumente o seu campo e se fragmente. Com efeito, a política, na “segunda modernidade”, incorpora a responsabilização pelas necessidades e problemas sociais, a proliferação das ajudas e proteções que transportaram no século XX ao Estado-providência ou ao Estado Social (*welfare State*), englobando a compensação dos danos, menos naturais.¹²⁵

Na sociedade moderna, nascer, viver e morrer são, atualmente, coisas da área da política, assim como os fundamentos perturbados da identidade, a definição do pai, da mãe, do filho, da família.¹²⁶ É a era da “destradicionalização”. É a era das incertezas, é a era da falência das Instituições.

Contudo, estas últimas “patologias”, que referimos, da sociedade moderna só entram na política de maneira “secreta”, isto é, são discutidas em comissões de bioética ou em debates televisivos e nas universidades, não são admitidas nas preocupações dos partidos políticos, nem sujeitos à

¹²¹ Ibidem.

¹²² PIKETTY, Thomas – **O capital do século XXI**. Lisboa: Temas e Debates, 2014, p. 403.

¹²³ NAIR, Sami; MORIN, Edgar – Op. Cit., 1997, p. 19.

¹²⁴ Ibidem. Vivemos algo de tão importante como foi a transição entre o paleolítico e o neolítico, que viu o começo do desaparecimento das pequenas sociedades de algumas centenas de indivíduos – sem agricultura, sem Estado, sem cidade, sem exército, sem classes sociais, etc. -, ao mesmo tempo que nasciam, ainda de forma muito marginal, as primeiras cidades e os primeiros impérios.

¹²⁵ Idem, p. 20. A responsabilização, nomeadamente nas novas nações pelo desenvolvimento – termo que engloba a melhoria económica, social, cultural. A responsabilização pelos problemas vitais, nos sentidos biológico e humano do termo: a fome; a demografia; os flagelos naturais (cancro, sida) e artificiais (droga); a defesa do meio ambiente natural até à escala planetária da biosfera; a decisão em matéria de problemas tradicionais de reprodução (contraceção, aborto) e de problemas novos nesse campo (filho de esperma estranho ou anónimo, mãe “de aluguer”, mãe virgem).

¹²⁶ Idem, p. 21.

opinião dos cidadãos, contudo esta não democratização de problemas convertidos essenciais é precisamente um problema político novo.¹²⁷

A irrupção dos problemas vitais não se verificou unicamente no quadro dos Estados-nação. Universalizou-se a ameaça de suicídio a prazo da humanidade por uma irreversível degradação da biosfera. Assim, a política tem de tomar a seu cargo o que até há pouco era inimaginável: a relação vital da humanidade com a natureza e a salvaguarda vital da humanidade ameaçada pela própria política desde que a mesma se tornou dona do nuclear.¹²⁸

As virulências mitológicas da nação, da raça, da etnia, da felicidade, igualmente uma religião de salvação terrestre parasitaram gradativamente a política.¹²⁹ Dessarte, há cada vez mais uma politização do que era outrora infra, extra suprapolítico, incluindo a vida e a morte do “mundo da vida”.¹³⁰ Pelo diagnóstico efetuado, verifica-se a despoltização da política, que autodissolve na administração, na técnica, na sociedade etc. A política, *de per si*, se fragmenta perde a compreensão do “mundo da vida” e das necessidades não quantificáveis.

Os desafios que a sociedade moderna acarreta estão simultaneamente sobrecarregados de problemas cujas soluções políticas se encontram em desvantagens. As ambivalências dos progressos da ciência, da técnica, da indústria, não só propiciam benefícios nunca antes conhecidos, mas também as maiores ameaças de sempre.¹³¹

O contrassenso realista segundo o qual à medida que crescem as indústrias aumenta a pobreza revela a falência das políticas socioeconómicas. A marcha acelerada e, ao mesmo tempo, descontrolada da tecnociência, resultante dos desenvolvimentos da genética e das neurociências denota a “sociedade do risco”.

A ambivalência de uma “mundialização” que aumenta as trocas, as comunicações e as intercompreensões entre os humanos, engloba igualmente um processo de homogeneização, de mecanização, destruidora das diversidades culturais¹³². O mundo está a tornar-se um lugar mais perigoso.¹³³ A decrépita ideia segundo a qual o “nacionalismo moderno consiste na procura de autodeterminação, da soberania com a qual cada nação ou complexo de nações se torna um

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Idem, p. 22.

¹³² Idem, p. 23.

¹³³ POJMAN, Louis – **Terrorismo, Direitos Humanos e a apologia do Governo Mundial**. Lisboa: 2007, p. 65.

corpo político autónomo”¹³⁴, tornou-se infundada. O nacionalismo deixou de ser o instrumento para unir pessoas étnica e religiosamente semelhantes num conjunto comum de instituições.

A conceção da Paz de Vestefália que a sociedade ocidental passou a reconhecer o Estado-nação como o único meio de coerção no interior de um território, face aos desafios globais, como as transnacionalizações dos mercados, o nascimento de normas cosmopolitas, a ingerência de instituições supranacionais, faz desta conceção inapta e em definhamento.

Os Estados democráticos estão seguramente em rivalidade, contudo não se consideram inimigos a destruir ou a anexar pela força.¹³⁵ Por conseguinte, na era do capitalismo globalizado, os diferendos entre as nações democráticas já não se administram pela via das armas, mas pela negociação e por tratados, por regulações e instituições internacionais.¹³⁶

Apesar das democracias não terem inimigos internos capazes de as destruir, estamos estranhamente perdidos numa errância generalizada. Todos os pontos de referência coletivos se foram evaporando sucessivamente e já nem sequer somos capazes de imaginar um futuro da sociedade que se possa fundir princípios substancialmente diferentes dos que presidem à organização do nosso presente.¹³⁷

Não se pode falar de fronteiras sacrossantas, algo que não deve ser infringido exceto numa guerra justa de autodefesa. Os Estados criaram as suas próprias porosidades. Com efeito, a disseminação das “normas cosmopolitanas” e as transmutações da soberania inevitavelmente acompanham uma a outra.¹³⁸

A ascensão de um regime internacional de direitos humanos, o qual é um dos marcos das mudanças pós-vestefalianas na soberania, prognostica igualmente alterações na prerrogativa jurisdicional de Estados-nação.¹³⁹ Neste contexto, é crucial averiguar as demarcações desse potencial ambivalente, ou seja, enquanto o surgimento de “normas cosmopolitanas” se propõe a proteger o indivíduo numa sociedade civil global, existem perigos tanto quanto oportunidades originadas pelo enfraquecimento da soberania do Estado.¹⁴⁰

¹³⁴ Idem, p. 66.

¹³⁵ LIPOVETSKY, Gilles; JUVIN, Hervé – **O ocidente mundializado. Controvérsia sobre a cultura planetária**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 198.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ LIPOVETSKY, Gilles – Op. Cit., 2013, p. 24.

¹³⁸ BENHABIB, Seyla: “O declínio da soberania ou a emergência de normas cosmopolitanas? Respondendo a cidadania em tempos voláteis”. **Civitas -Revista de Ciências Sociais**. [Em linha]. Vol. 12, Nº 1, (2012). P. 23. [Consult. 03 Abril 2013]. Disponível em: <URL: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11146/7630>>.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Idem, p. 24.

Soberania de Estado, a qual é eminentemente associada à habilidade de proteger fronteiras, agora mais do que nunca se revela dependente de hábeis negociações, transações, acordos e fluxos com outros Estados.¹⁴¹ No entanto, esses elementos contribuíram para uma arquitetura político-social que se criou e vincou na era moderna, começando pelo ocidente europeu e depois pelo resto do mundo, mas que agora se encontra em declínio.

¹⁴¹ Idem, p. 29.

2º CAPÍTULO - EVOLUÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA E RAÍZES HISTÓRICO-SOCIAIS

A distinção entre simplicidade e complexidade levanta dificuldades filosóficas consideráveis quando levadas ao reconhecimento. Mas parece existir uma maneira bastante fácil e adequada para medir o grau de complexidade dos diferentes tipos de padrões abstratos. Todavia, é somente mediante uma construção rigorosa dos conceitos, ou melhor, graças ao tipo ideal, que se torna possível expor de maneira unívoca o que se entende e pode entender pelos conceitos teóricos.¹⁴²

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica.¹⁴³ De acordo com Friedrich Hayek, o número mínimo de elementos de que uma instância do padrão deve constituir de modo a exibir todos os atributos característicos da classe de padrões em questão parece fornecer um critério inequívoco.¹⁴⁴

Tem-se, ocasionalmente, levantado a questão se os fenómenos da vida, da mente e da sociedade são realmente mais complexos do que os do mundo da física. Ora, esta parece existir, em grande parte, devido a uma confusão entre o grau de complexidade característico de um tipo particular de fenómeno e o grau de complexidade para que, por uma combinação de elementos, qualquer tipo de fenómeno torna-se bastante evidente.¹⁴⁵

O progresso da sociedade consiste nas variações de estrutura do organismo social, causa donde derivam as consequências que se observam, conforme sustenta Herbert Spencer.¹⁴⁶ Para ele, todo organismo existente desenvolveu-se seguindo a progressão do simples para o complexo,¹⁴⁷ portanto, o mesmo sucede com as sociedades. Neste contexto, as ideias já não são “meios

¹⁴² WEBER, Max – **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 84.

¹⁴³ MARX, Karl - Teses sobre Feuerbach. **Edições Progresso Lisboa – Moscovo** [Em linha]. (1982). [Consult. 11 Dez. 2013] Disponível em: <URL: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>.

¹⁴⁴ HAYEK, Friedrich A. Von - **The Theory of Complex Phenomena: A Precocious Play on the Epistemology of Complexity**. Originally published in Hayek, F. A. London, UK: Routledge & Kegan Paul, Studies in Philosophy, Politics and Economics, 1967, p.4

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ SPENCER, Herbert – **Do progresso: sua lei e sua causa**. Lisboa: Editorial Inquérito, 2002, p. 13.

¹⁴⁷ Idem, p. 22.

auxiliares puramente *lógicos*, nem conceito relativamente aos quais se *mede* a realidade de modo comparativo, mas antes são ideais a partir dos quais se *julga* a realidade avaliando-a”¹⁴⁸.

2.1 - Compreensão conceptual de Sociedade

O conceito *Sociedade* pode ser vislumbrado como um grupo de pessoas com semelhanças étnicas, culturais, políticas e/ou religiosas ou mesmo pessoas com um objetivo inteiramente comum. Todavia, uma delimitação física (como um território, um país ou um continente) não seria suficiente para definir uma sociedade, pois entre eles podem existir diferenças que, naturalmente, podem se afastar do conceito da sociedade.

Ao definir uma sociedade, Talcott Parsons considera que se trata de um tipo de sistema social que atinge o mais elevado nível de autossuficiência, como um sistema, com relação aos seus ambientes. Essa definição refere-se a um sistema separado, do qual os outros subsistemas de ação, igualmente separados, são os ambientes fundamentais.¹⁴⁹ A posição apresentada por Parsons, contrapõe de forma nítida com a noção de senso comum de que a sociedade é composta de indivíduos humanos concretos. Assim sendo, os organismos e as personalidades de membros da sociedade seriam internos à sociedade, e não parte de seu ambiente.

O conceito de *Sociedade* ocupa uma posição fulcral no discurso sociológico. Não obstante, este conceito, *Sociedade*, é obviamente uma noção ambígua, referindo-se tanto à “associação social” de um modo genérico quanto a um sistema específico de relações sociais. Levaremos em conta, aqui, apenas com o segundo destes usos, que certamente figura de uma maneira básica em cada uma das perspectivas sociológicas dominantes.

Anthony Giddens reconhece que, embora os autores marxistas possam às vezes favorecer o termo “formação social” em relação à “sociedade”, a conotação de “sistema fechado” é análoga. As “sociedades” são simplesmente Estados-nação. Embora um sociólogo, falando de uma sociedade específica, possa casualmente empregar o termo “nação” ou “país”, o caráter do Estado-nação é raras vezes diretamente teorizado. Ao contextualizar a teoria social face à natureza das sociedades modernas, temos que capturar as características específicas do Estado-

¹⁴⁸ WEBER, Max – Op. Cit., 1977, p. 88.

¹⁴⁹ PARSONS, Talcott - **Sociedades perspectivas evolutivas e comparadas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969, p. 21

nação; um tipo de comunidade social que contrasta de maneira radical com os Estados pré-modernos.¹⁵⁰

A teoria sociológica apresenta um campo muito amplo e diverso, e quaisquer generalizações sobre ela são questionáveis. Conforme examinou, por exemplo, Fernand Braudel: as sociedades quando densas decompõem-se em “conjuntos” de diversos tipos, ou seja, pelo económico, o político, o cultural e pelo o social que, no entanto, obedecem a um ponto de vista hierárquico.¹⁵¹

Cornelius Castoriadis compreende que o mundo das significações tem que ser pensado, não como uma reprodução de um real, não como um nome diferente para os sistemas hierárquicos de “conceitos”, não como sistemas de relações que se adicionariam sujeitos e objetos que modificariam o contexto histórico-social.¹⁵²

A dificuldade passa por compreender o sentido histórico-social, afirma Castoriadis, pois não visamos nem um substantivo, nem um adjetivo, muito menos um adjetivo substantivado, que o “imaginário social” não é precisamente uma substância, nem qualidade, nem ação, nem representações, nem conceitos.¹⁵³

Nesse contexto, o conceito de “sociedade” compõe-se através de um “imaginário radical”, e, por conseguinte, a “sociedade instituinte” e “sociedade instituída”.¹⁵⁴

O imaginário social ou a sociedade instituinte é na e pela posição-criação de significações imaginárias sociais e da intuição; da intuição como “presentificação” destas significações e destas significações como instituídas. A imaginação radical é na e pela posição-criação de figuras como presentificação de sentido e de sentido como sempre figurado-representado. A intuição da sociedade pela sociedade instituinte apoia-se no primeiro estrato natural do dado – e encontra-se sempre (até um ponto de origem insondável) numa relação de receção/alteração com o que já tinha sido instituído.¹⁵⁵

¹⁵⁰ GIDDENS, Anthony - **As consequências da modernidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Unesp Fundação, 1991.

¹⁵¹ BRAUDEL, Fernand – **A dinâmica do capitalismo**. 1ª Edição. Paris: Editorial Teorema, 1985, p. 71. O económico só pode ser compreendido em ligação com os outros conjuntos, nos quais se dispersa e aos quais abre, simultaneamente, as suas portas. Há uma ação, uma interação. E esta forma peculiar e parcial do económico, que é o capitalismo, só poderá ser inteiramente explicada à luz dessas vizinhanças e intromissões em que acaba por assumir a sua verdadeira face.

¹⁵² CASTORIADIS, Cornelius – **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982, p. 413.

¹⁵³ Idem, p. 414.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ Ibidem.

De acordo com Castoriadis, a instituição da sociedade é, na verdade, intuição de um magma de significações, que só é possível em e por sua instrumentalização de duas instituições fundamentais que fazem ser uma organização identitária-conjuntista daquilo que é para a sociedade¹⁵⁶.

Com efeito, “cada sociedade faz ser também seu próprio modo de auto-alteração, que podemos também denominar sua temporalidade, isto é, se faz ser também *como* modo de ser”¹⁵⁷. A sociedade é, por fim, sempre autoinstituição do social-histórico,¹⁵⁸ é um produto de uma “instituição imaginária”.

2.2 - Teoria político-social e seus pressupostos

Giddens destaca três concepções amplamente defendidas, derivadas, em parte, do prolongado impacto da teoria social clássica na sociologia, que inibem uma análise satisfatória das Instituições modernas. A primeira pauta-se sobre o diagnóstico institucional da modernidade; a segunda tem a ver com o foco principal da análise sociológica, a “sociedade”; a terceira se relaciona às conexões entre conhecimento sociológico e as características da modernidade às quais se refere este conhecimento.¹⁵⁹

Ademais, as tradições teóricas mais proeminentes na sociologia, incluindo as que derivam dos escritos de Marx, Durkheim e Weber, têm tido a tendência de cuidar de uma única e mais importante dinâmica de transformação ao interpretar a natureza da modernidade.

Para autores influenciados por Marx, por exemplo, a força transformadora principal que modela o mundo moderno é o capitalismo. A ordem social emergente da modernidade é *capitalista* tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. Ora, o caráter móvel, inquieto da modernidade é explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Idem, p. 416. A história da gênese ontológica não como produção de diferentes instâncias da essência sociedade, mas como criação em e por cada sociedade, de um outro *tipo* (forma-figura – aspeto-sentido: *eidós*) do ser-sociedade, que é ao mesmo tempo criação de *tipos* novos de entidades social-históricas (objetos, indivíduos, ideias, instituições, etc.) em todos os níveis e em níveis que são *eles-próprios* estabelecidos-criados pela sociedade e por tal sociedade.

¹⁵⁸ Idem, p. 417. Mas esta autoinstituição geralmente não se sabe como tal (o que levou a fazer crer que ela não pode saber-se como tal).

¹⁵⁹ GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1991, p. 15

investimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para o sistema se expandir.¹⁶⁰

A teoria apresentada por Marx é contraposta por Franz Hinkelammert, pois este afirma que “todos os pensamentos sociais do século passado e até de séculos anteriores nos legaram a tradição de uma espécie de ingenuidade utópica que recobre como um véu a percepção da realidade social.”¹⁶¹ Com isso, ao invés de superar as utopias e criticar a razão utópica, criou-se uma nova utopia camuflada. Hinkelammert dedica-se justamente a criticar a razão utópica.

A crítica é tratada não como ignorar ou rejeitar um pensamento, mas sim partir desse pensamento, revelando seus limites e abrindo horizontes para, por fim, superá-lo. Deste modo, são analisados os modelos teóricos do conservadorismo, do neoliberalismo, do socialismo e do anarquismo, para concluir que todos eles apresentam utopias que não são realizáveis.¹⁶²

A forte influência do pensamento anarquista, principalmente, em Marx levou-o às diferenças profundas, tendo em vista que o pensamento marxista se concentra na problemática da mediação institucional entre ação revolucionária presente e construção da sociedade futura. Hinkelammert observa que uma agressão pura e simples ao pensamento utópico também pode trazer consequências equivocadas, tais como a defesa de que nenhuma utopia possa existir.

Em dissonância a Hinkelammert, Karl Popper apresenta suas teorias geradas a partir de um princípio comum que é central de toda sua teoria sobre a sociedade, qualquer que seja: o princípio da impossibilidade, que consiste na afirmação empírica sobre a índole da impossibilidade empírica absoluta. Popper expressa esse princípio em termos categóricos e sustenta que se trata de uma impossibilidade lógica do conhecimento ilimitado.

Todavia, não se trata de uma afirmação nova, a incapacidade do conhecimento ilimitado, porém a conformação que isso admite nas ciências sociais evidencia algo de novo. Aparece como categoria de discernimento da ação social humana da qual se origina a impossibilidade de qualquer ação humana, cuja realização exigisse tal conhecimento ilimitado.¹⁶³

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ HINKELAMMERT, Franz apud HONÓRIO, Cláudia; KROL, Heloísa da Silva – A contribuição teórica de Franz Hinkelammert ao projeto ético de libertação formulado por Dussel. **Revista Eletrônica do CEJUR** [Em linha]. V.1, n.3, ago./dez. (2008), p. 65. [Consult. 03 Jan. 2014]. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cejur/article/viewFile/16758/11144>>.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Idem, pp. 69-79.

O pensamento sociopolítico de Durkheim, durante o percurso de sua carreira, sofreu uma série de mudanças profundas, tendo inicialmente apresentando uma posição “positivista”, e, posteriormente, evoluiu para uma outra fase de caráter mais “idealista”. O contributo de Durkheim no que toca ao individualismo moral, defende que não era, de alguma forma, o mesmo que egoísmo (busca do interesse individual), como havia sido postulado na teoria económica clássica e na filosofia utilitária.¹⁶⁴

Durkheim reconhece a ciência como sendo um dos elementos da civilização que apresenta um caráter moral. Com efeito, as sociedades tendem a ver como um dever do indivíduo desenvolver sua inteligência, assimilando as verdades científicas que são desenvolvidas e estabelecidas. Há um número de conhecimento que todos devem possuir.¹⁶⁵ Contudo, não se é obrigado a jogar-se no grande conflito industrial, não se é obrigado a ser um “*expert*”, mas agora todo mundo é obrigado a não permanecer ignorante. Durkheim é adepto da extensão do conhecimento científico, quer individual quer coletivo. A ciência não é outra coisa senão a consciência levada até ao seu mais alto ponto de claridade.¹⁶⁶

É notório que os pensadores clássicos, apesar dos seus grandes contributos, não anteviram as consequências de uma sociedade pós-industrial. O pensamento de Saint-Simon, por exemplo, continha uma fraqueza essencial, o facto de considerar a “indústria”, isto é, a mudança económica como o principal mecanismo para a crise moderna.¹⁶⁷

Parsons concebe que um sistema social consiste, pois, numa pluralidade de atores individuais que interatuam entre si numa situação que tem, ao mesmo tempo, um aspeto físico do meio ambiente, atores motivados por uma tendência e cuja relações com suas situações, incluindo as dos demais atores, estão mediadas e definidas por um sistema de símbolos culturalmente estruturados e compartilhados.¹⁶⁸ Correlativamente a isto, um sistema social só é um dos três aspetos da estruturação de um sistema total concreto de ação social. Os outros aspetos são os sistemas da personalidade dos atores individuais e o sistema cultural que se estabelece em suas ações.

Luhmann interpreta a sociedade como um sistema, ou seja, a observa através da distinção sistema - meio. Com isso, inicialmente, recorre aos instrumentos da teoria geral dos sistemas,

¹⁶⁴ GIDDENS, Anthony – Op. Cit. 1998.

¹⁶⁵ DURKHEIM, Émile - **Da divisão do trabalho social**. [s.l]: Editor Victor Civita, 1983, pp. 24-25.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ GIDDENS, Anthony – Op. Cit. 1998.

¹⁶⁸ PARSONS, Talcott - **El sistema social**. Madrid: Alianza Editorial, 1984, p. 17.

sobretudo às mudanças paradigmáticas que ocorreram na sociedade dos anos 70 e 80 do século XX, em função de novas descobertas nas ciências exatas e biológicas. A teoria geral dos sistemas apresenta-se, atualmente, como teoria de sistemas *auto-poiéticos*, *auto-referenciais* e operacionalmente fechados.¹⁶⁹ Luhmann assimila em sua teoria as mudanças que aconteceram no plano da teoria geral dos sistemas.

Uma das mudanças principais foi a substituição do conceito sistema aberto - fechado pelo conceito de *autopoiesis*¹⁷⁰. *Autopoiesis* denota que um sistema complexo reproduz os seus elementos e suas estruturas dentro de um processo operacionalmente fechado com ajuda dos seus próprios elementos. Luhmann amplia este conceito para todos os sistemas em que se pode observar um modo de operação específico e exclusivo, que são, a seu ver, os sistemas sociais e os sistemas psíquicos.¹⁷¹

Deste modo, as operações básicas dos sistemas sociais são comunicações e as operações básicas dos sistemas psíquicos são pensamentos. As comunicações dos sistemas sociais se reproduzem através de comunicações, e os pensamentos se reproduzem através de pensamentos. Fora dos sistemas sociais, não pode haver comunicação e fora dos sistemas psíquicos não pode haver pensamento. Ambos os sistemas operam fechados, no sentido que as operações que produzem os novos elementos do sistema, dependem das operações anteriores do mesmo sistema e são, concomitantemente, as condições para futuras operações. Esse término resume-se na base da autonomia do sistema. Dito de outro modo, nenhum sistema pode atuar fora das suas fronteiras.¹⁷²

É necessário, portanto, ressaltar que o conceito da *autopoiesis* em nenhum momento vem negar a importância do meio para o sistema, pois, evidentemente, sem meio não há sistema. *Autopoiesis* refere-se à autonomia, o que não significa autarquia.¹⁷³ Não obstante, Niklas Luhmann sofreu uma forte influência quando conheceu a teoria dos sistemas de Talcott Parsons,

¹⁶⁹ LUHMANN, Niklas apud MATHIS, Armin - A sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann [Em linha]. [s.d], p. 3. [Consult. 10 Maio. 2013] Disponível em: <URL:http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf>.

¹⁷⁰ *Autopoiese ou autopoiesis* (originalmente do grego *auto* "próprio", *poiesis* "criação") é um vocábulo que surgiu na década de 1970 pelos biólogos e filósofos chilenos Francisco Varela e Humberto Maturana para designar a capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios. Segundo Humberto Maturana e Francisco Varela, todos os organismos funcionam devido a seu acoplamento estrutural, ou seja, devido à sua interação com o meio, que se caracteriza por uma mudança estrutural contínua (que não cessa enquanto houver vida) e, ao mesmo tempo, pela conservação dessa recíproca relação de transformação entre o organismo (unidade) e o meio, pois a forma como ocorre esse processo depende do meio e do contexto em que se vive.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Idem, p. 4.

que serviu de ponto de partida para a construção de sua própria teoria, de traços distintos. Luhmann, entretanto, preocupou-se com a complexidade do mundo e a teoria sistêmica propõe sua redução, ao tentar explicar de que forma é possível nascer a ordem do caos.

Conforme salienta Caroline Kunzler ao referir-se sobre a teoria dos sistemas de Luhmann:

Um sistema pode ser chamado de complexo quando contém mais possibilidades do que pode realizar num dado momento. As possibilidades são tantas que o sistema vê-se obrigado a selecionar apenas algumas delas para poder continuar operando. O sistema não consegue dar conta de todas elas ao mesmo tempo. Quanto maior o número de elementos no seu interior, maior o número de relações possíveis entre eles que crescem de modo exponencial.¹⁷⁴

Apesar disso, a tendência é de que num ambiente mais complexo o sistema também se torne mais complexo, ainda que não seja na mesma proporção. Sob um outro ponto de vista, pode-se concluir que o aumento da complexidade de um sistema estimula o aumento da complexidade de outros sistemas que o observam, quando aquele estiver na condição de entorno destes.

É importante considerar que a complexidade do sistema é uma construção sua que, em hipótese alguma, pode ser considerada um mero reflexo do ambiente, pois, se assim fosse, haveria uma dissolução dos seus limites e, com isso, a morte do próprio sistema.

Luhmann defende que todo o ambiente apresenta para o sistema inúmeras possibilidades. De cada uma delas surgem várias outras, o que dá causa a um aumento de desordem e contingência.¹⁷⁵ O sistema, entretanto, seleciona apenas algumas possibilidades que lhe fazem sentido de acordo com a função que desempenha, tornando o ambiente menos complexo para ele. De modo contrário, se selecionasse todas elas, dificilmente sobreviveria.¹⁷⁶

¹⁷⁴ KUNZLER, Caroline de Moraes – A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. *Revista – Estudos de Sociologia* [Em linha]. V. 9, n. 16 (2004), pp. 124-125. [Consult. 07 Jan. 2014]. Disponível em: <URL: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/146/144>>.

O sistema torna-se, então, complexo quando não consegue responder imediatamente a todas as relações entre os elementos, e nem todas as suas possibilidades podem realizar-se. Somente algumas possibilidades de relações entre elementos, por exemplo, a relação de uma comunicação com outra, ou de um pensamento com outro, são realizadas; as demais ficam potencializadas como opções no futuro. Essas relações entre os elementos não acontecem simultaneamente, mas, ao contrário, uma após a outra, em sucessão. E cada vez que o sistema opera acaba gerando novas possibilidades de relações, tornando-se assim ainda mais complexo, mas não mais que o seu ambiente, que é sempre mais complexo por conter um número maior de elementos. Outra razão para isso é o facto de o sistema ser capaz de fixar seus próprios limites, ao diferenciar-se do ambiente, limitando as possibilidades no seu interior.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ A título de exemplo, o sistema Direito diferenciou-se, primeiramente em público e privado, depois, em direito constitucional, administrativo, penal... e civil, comercial..., e assim sucessivamente. Esse processo revela a evolução.

O sistema não tem uma estrutura imutável que enfrenta um ambiente complexo. É condição para esse enfrentamento que o próprio sistema se transforme internamente, criando subsistemas, deixando de ser simples e tornando-se mais complexo, ou seja, evoluindo. Cada um desses subsistemas criados dentro do sistema tem o seu próprio entorno.

A diferenciação do sistema não significa, portanto, a decomposição de um todo em partes, mas da diferenciação de diferenças sistema/entorno. Não existe um agente externo que o modifica, é ele mesmo que o faz para sobreviver no ambiente. Mas a evolução do sistema não ocorre de forma isolada, ela depende das irritações do ambiente. E, conforme a tolerância do sistema, as irritações podem levá-lo a mudar suas estruturas.¹⁷⁷ Para Humberto Maturana, sua discrepância com Luhmann não é trivial, embora reconheça que é possível conceber o sistema social como um sistema fechado e *autopoiético* no espaço onde as comunicações acontecem.¹⁷⁸

Contudo, ele chega a reconhecer que [...] a noção do social está mal aplicada ao tipo de sistemas que Luhmann chama de sistemas sociais [...] O social não pertence à sociologia, pertence à vida cotidiana e a sociologia somente faz sentido como tentativa de explicar a vida cotidiana, caso contrário, é só literatura. Não obstante, tudo o que Luhmann pretende explicar com sua teoria dos sistemas sociais (isolando o humano e deixando como parte do entorno) e muito mais do que ele não pode explicar, como a origem da linguagem, se pode explicar com esse argumento.¹⁷⁹

Na perspectiva de Max Weber ainda era evidente a relação interna, e não a meramente contingente, entre a modernidade e aquilo que designou como racionalismo ocidental. Weber descreveu como “racional” aquele processo de desencantamento ocorrido na Europa que, ao destruir as imagens religiosas do mundo, criou uma cultura profana. Assim, as ciências empíricas modernas, as artes tornadas autónomas e as teorias morais e jurídicas fundamentadas em princípios formaram esferas culturais de valor que possibilitaram processos de aprendizado de problemas teóricos, estéticos ou prático-morais, segundo suas respectivas legalidades internas.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ MATURANA, Humberto apud MORAES, Maria Cândida - O social sob o ponto de vista autopoiético. [Em linha]. PUC. Setembro, (2002), p. 2. [Consult. 07 Janeiro 2014]. Disponível em: <URL:http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/o_social.pdf>.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ WEBER, Max apud HABERMAS, Jurgen - **O discurso filosófico da modernidade**. 2ª Edição. São Paulo – Brasil, 2002, pp. 3-4.

De facto, os elementos principais das metodologias weberiana foram elaboradas simultaneamente à Ética Protestante, e estes pontos de vista constituíram um importante *input* intelectual, do qual se moldou a sua análise genérica sobre os ciclos de desenvolvimento do capitalismo ocidental e, peculiarmente, acerca da estrutura social e política da Alemanha.

No sistema teórico de Marx Weber, teve este que reconhecer a necessidade de uma liderança carismática, originada pela generalização do sufrágio universal, pois, na fase inicial do desenvolvimento político moderno, a liderança dos sistemas de dominação racional originava-se, comumente, a partir de círculos de “notáveis”, com isso, o declínio que se registou no poder desses grupos, conjugado com o avanço da burocracia, veio chamar a atenção para o facto da racionalização (quer “intelectualmente”, quer “carisma hereditário”) somente fornecer os “meios”, nunca os “fins” para a conduta.¹⁸¹

A dominação de Bismarck influenciou a teoria e o pensamento político de Weber, no entanto, Weber concentrou, primordialmente, suas energias na “questão das lideranças”. Na sua visão, o governo democrático não se podia fundamentar em qualquer concepção do direito natural como, nos séculos XVIII e XIX, era argumentado na teoria democrática clássica.

Embora haja alguma proximidade nas suas obras aos pensamentos de Maquiavel, Weber evitou quaisquer implicações da qual o poder devesse ser atribuído aos que evidenciassem qualidades éticas ou estéticas. A este propósito Weber salientou “o trabalho de um político guiado meramente da “sede de poder” não conduz à parte alguma e não faz qualquer sentido”.¹⁸²

O contexto sociopolítico de Weber estava ensopado nas tradições do liberalismo europeu. A sua reafirmação na defesa dos valores da “autonomia individual” e os “valores espirituais e morais da humanidade” põem em evidência os seus argumentos. Essa concepção epistemológica entorno da “irracionalidade ética” do mundo envolveu uma forte tentativa de integração de diversas tendências no pensamento social alemão.

¹⁸¹ GIDDENS, Anthony - **Política, sociologia e teoria social – Confrontos com o pensamento social clássico e contemporâneo**. 1ª Edição. Oeiras: Celta Editora, 1998, pp. 35-45.

¹⁸² WEBER, Max apud GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1998, p. 45.

3º CAPÍTULO - QUERELA EM TORNO DO CONCEITO DE MODERNIDADE

3.1 - Modernidade: controvérsia conceitual

Para compreendermos adequadamente a natureza da modernidade, é necessário romper com as perspectivas sociológicas existentes. Temos que dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das Instituições modernas e explicar a natureza de suas discontinuidades em relação às culturas tradicionais, pois os elementos que pavimentaram as sociedades durante séculos mostraram uma interrupção às suas raízes.

Ralf Dahrendorf argumenta que o início da modernidade pode ser visto em Erasmus de Rotterdam, cuja era caiu “entre o outono da Idade Média e do primeiro traço da ética protestante e o espírito do capitalismo, isto é, o ponto de viragem dos séculos XV e XVI, o período-chave do mundo moderno”¹⁸³. Parsons coloca igualmente o início da modernidade no Renascimento e Reforma, mas, além disso, ele destaca a importância das revoluções industriais e democráticas e a revolução educacional que se seguiu.¹⁸⁴

A modernidade é compreendida como sendo a rutura de um modo de vida e de pensar tradicionais. Assim, em função das profundas transformações sociais, económicas e políticas que ocorreram, sobretudo, entre o início do século XIX até a contemporaneidade, é marcado como “modernidade”. Com efeito, observa-se que os séculos XX e XXI são, precisamente, séculos de guerras e conflitos, marcado pela ameaça de confronto nuclear.

Atualmente, é mais presente a realidade de vários conflitos étnicos, religiosos e militares que formam um ambiente “mais sombrio” da modernidade. A modernidade apresenta-se, na verdade, carregada de ambiguidades, e, ao mesmo tempo que oferece segurança, oferece perigos, que oferece confiança, oferece riscos.

Numa era mais global em que o processo de “modernização” se expande através de um *click*, Marshall Berman observa que a “modernidade” terá caminhado para um sentido muito adverso às raízes primárias, reconhece, ainda, que estamos numa era mais complexa onde a vida das pessoas perderam o seu original sentido.

[...] O processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo [...] À medida que se expande, o público moderno se multiplica numa multidão

¹⁸³ DAHRENDORF, Ralf apud HAFERKAMP, Hans; SMELSER, Neil J. - **Social Change and Modernity**. Los Angeles: Oxford, 1992, p. 15

¹⁸⁴ PARSONS, Talcott apud HAFERKAMP, Hans; SMELSER, Neil J., p. 15.

de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contacto com as raízes de sua própria modernidade [...].¹⁸⁵

Nesse caráter ambivalente que a modernidade se sobrepuja, somos acometidos por um ritmo vertiginoso de mudanças onde o avanço da intercomunicação nos põe em conexão com diferentes partes do globo sem que, no entanto, o desenvolvimento das forças de produção, antevista pelos clássicos, tenha, com isso, trazido benefício significativo na qualidade de vida dos homens e mulheres.

Sem a intenção de listar exhaustivamente os autores que, no entanto, discutiram e discutem sobre o conceito de “modernidade”, ressalva-se alguns como: Zygmunt Bauman, Alain Touraine, Anthony Giddens, Jurgen Habermas, Daniel Bell, Ulrich Beck, Pierre Bourdieu, Thomas Luckmann, Manuel Castells, Marshall Berman, Krishan Kumar, Mike Featherstone, Jean-François Lyotard, Fredric Jameson, Peter L. Berger, Michel Maffesoli e outros que introduzem na discussão os termos de “pós-modernidade” e “pós-moderno”, mas longe de encerrar o debate em torno do conceito de “modernidade”.

3.2 - A Modernidade e o seu classicismo

Teoricamente os clássicos do pensamento político e sociológico não discutiram, entre si, a palavra “modernidade”, contudo não se pode descorar os seus contributos para engrandecimento e compreensão deste conceito. Os clássicos como, Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim não olharam além do “capitalismo” e, as possíveis, influências que chamada “revolução industrial” pudesse trazer à sociedade.

Marx, no entanto, não aponta que com aparecimento da indústria moderna, esta, tenha trazido consequências ou inventou a exploração ou a luta de classes, somente, reconhece que engendrou, claramente, a revolução da maioria em favor da maioria em dissonância aos movimentos sociais anteriores, aos quais, teriam sido sempre revoluções de uma minoria em benefício de uma minoria.

¹⁸⁵ BERMAN, Marshall – **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1986, p. 11.

Marx usa a palavra “desenvolvimento”, o que pressupõe dizer que, Marx reconhece que as mudanças se avizinham.¹⁸⁶ Ainda assim, Marx identifica, a posterior, a contradição entre a produção coletiva da riqueza e a sua, eventual, apropriação privada como força motriz do capitalismo moderno, assim, legitimava ao povo a competência de impor ao “conquistador” o seu modo de produção para estabelecer “um equilíbrio” na distribuição da riqueza.¹⁸⁷

Dahrendorf, ao desenvolver os seus escritos sobre teoria dos conflitos de classes, contrapõe Marx ao entender que o capitalismo sofreu inúmeras mudanças e que, tratando por pós-capitalismo, é caracterizado por uma estrutura de classe diversificada e por um sistema fluído de relação de poderes.¹⁸⁸ Dahrendorf infere que os clássicos, como Marx e outros, não encontraram uma explicação conceitual exaustiva para designar a sociedade industrial do século XIX, mas compreende que os mesmos terão apercebido das transformações que presenciavam em seu tempo.

De igual modo, Fernand Braudel entenderá que o *capitalismo* só triunfa quando identificado com o Estado, ou seja, quando é o Estado.¹⁸⁹ Com efeito, Braudel observa, assim, que o Estado é favorável ou é hostil ao mundo do dinheiro, em função do seu próprio equilíbrio e a sua própria capacidade de resistência.¹⁹⁰

Não obstante os clássicos não se terem valido do substantivo de “modernidade”, consegue-se, no entanto, extrair, a partir das posições teórico-sociológicas e políticas apresentadas, que os

¹⁸⁶ MARX, Karl – **Para uma crítica da economia política**. Ridendo Castigat Mores. Brasil: Rocket Edition, 2005, p. 15. [Consult. 18 Abril 2014]. Disponível: <URL: <http://pensamentonomas.files.wordpress.com/2012/03/karl-marx-para-uma-crc3adtica-da-economia-polc3adtica.pdf>>. É claro que, quando as condições sociais correspondentes a uma determinada forma da produção se encontram ainda em desenvolvimento – ou quando já entraram em declínio – se manifestam certas perturbações na produção, embora suas intensidades e efeitos sejam variáveis.

¹⁸⁷ Idem, p. 32

¹⁸⁸ DAHRENDORF, Ralf apud TITTENBRUN, Jacek - Ralph Dahrendorf's conflict theory of social differentiation and elite theory. **Innovative Issues and Approaches in Social Sciences** [Em linha]. Vol. 6, Nº. 3 (2013), p.120. [Consult. 18 Abril 2014]. Disponível: <URL: <http://www.iiass.com/pdf/IIASS-volume6-number3-article7.pdf>>. He rejects Marx's two class system as too simplistic and overly focused on property ownership. Due to the rise of the joint stock company, ownership does not necessarily reflect control of economic production in modern society. Instead of describing the fundamental differences of class in terms of property, Dahrendorf argues that we must “replace the possession, or non-possession, of effective private property by the exercise of, or exclusion from, authority as the criterion of class formation: "By social class shall be understood such organised or unorganised collectivises of individuals as share manifest or latent interests arising from and related to the authority structure of imperatively coordinated associations. It follows from the definitions of latent and manifest interests that social classes are always conflict groups"

¹⁸⁹ BRAUDEL, Fernand – **A dinâmica do capitalismo**. 1ª Edição. Paris: Editorial Teorema, 1985, pp. 71-72

¹⁹⁰ Ibidem.

mesmos estavam esquadriando o capitalismo industrial (moderno) e as formas de vida social que, em mudanças, o acompanham.

Marx e Engels eram opositores da Economia Política, pois viam nela, tão-somente, interesses ideológicos capitalistas.¹⁹¹ Sem a designação de “moderno”, Marx observa que se procede a separação entre dois elementos fundamentais, a saber: o agente do processo de trabalho e a propriedade dos meios de produção.¹⁹²

Todavia, “tal separação constitui condição prévia indispensável ao surgimento do modo de produção capitalista e lhe marca o caráter de organização social historicamente transitória”¹⁹³. Como se pode observar, Marx não terá olhado para indústria moderna como sendo a invenção da exploração ou a luta de classes, contudo, deu-lhe somente novos contornos, se em comparação com a filosofia da história, assim, com essa transição, abrem-se, pela primeira vez, possibilidades propícias a maioria em favor da maioria contrapondo, à partida, aos movimentos históricos anteriores.

Dito de outro modo, o que Marx propunha era uma espécie de antropologia consignada no “*homo faber*”¹⁹⁴.

Do ponto de vista da Antropologia, o que sobreleva é a relação do homem com a natureza por meio do trabalho e a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercurso humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações económicas e sociais em geral.¹⁹⁵

Marx, ao identificar o paradoxo entre a produção coletiva da riqueza, sua posse e apropriação privada como força motriz do capitalismo moderno, privilegiava o papel revolucionário do proletariado. De modo que, adianta Marx, “chegamos ao ponto de os indivíduos se verem obrigados a apropriarem-se da totalidade das forças produtivas existentes,

¹⁹¹ MARX, Karl – **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 12. [Consult. 19 Abril 2014]. Disponível: <ULR: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Idem, p. 17

¹⁹⁴ *Homo faber*: entende-se por “Homem criador”. Contudo, mais tarde, dentro das filosofias de Hannah Arendt e Max Scheler este conceito será novamente articulado para, entretanto, referir o controlo que homem exerce sobre o ambiente através das suas técnicas (ferramentas).

¹⁹⁵ MARX, Karl – *Op. Cit.*, 1996, p. 22

não apenas para conseguirem manifestar o seu eu, mas sobretudo para assegurar a sua existência”¹⁹⁶.

Com efeito, Marx era otimista no sentido de que, com a “apropriação da totalidade das forças produtivas pelos indivíduos unidos, é abolida a propriedade privada”¹⁹⁷. Embora Marx otimizasse este sentido, Dahrendorf acautela e aponta que a intensidade de conflitos entre grupos de interesse, como Marx pensou em “indivíduos unidos”, não é exatamente como ele a observou, pois dependerá da mobilidade social e dos mecanismos que a regulam de modo a que os “indivíduos unidos” ajam em concomitância.¹⁹⁸

Marshall Berman vê um Marx menos otimista, pois Marx constata uma dicotomia entre a “base da vida”, ou seja, com o aparecimento das forças industriais e científicas, o que não acontecera em épocas anteriores, o homem passou a ser mais sacrificado e subcarregado ao ponto de reduzir a vida humana ao nível da força material.¹⁹⁹

Os escritos de Marx são famosos pelos seus fechos. Mas, se o virmos como um modernista, perceberemos o impulso dialético que subjaz ao seu pensamento,

¹⁹⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich - **A ideologia alemã**. Brasil: Ridendo Castigat Mores, 2005, p. 118. Esta apropriação é, antes de tudo, condicionada pelo objeto a apropriar, neste caso as forças produtivas desenvolvidas ao ponto de constituírem uma totalidade e existindo unicamente no âmbito das trocas mundiais. Sob este ângulo, esta apropriação deve necessariamente apresentar um carácter universal correspondente às forças produtivas e às trocas. A apropriação destas forças consiste no desenvolvimento das faculdades individuais que de algum modo correspondem aos instrumentos materiais de produção. Por isso mesmo, a apropriação de uma totalidade dos instrumentos de produção constitui já o desenvolvimento de uma totalidade de faculdade nos próprios indivíduos. Esta propriedade ainda pelos indivíduos que se apropriam. Só os proletários da época atual, totalmente excluído de qualquer manifestação de si, se encontram em condições de puderem alcançar uma manifestação de si total, não limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no desenvolvimento de uma totalidade de dificuldades que isso implica.

¹⁹⁷ Idem, p. 120.

¹⁹⁸ DAHRENDORF, Ralf - Toward a Theory of Social Conflict. **The Journal of Conflict Resolution** [Em linha]. Vol. 2, Nº 2 (1958), p. 179. [Consult. 20 Abril 2014] Disponível: <URL: <http://petermarina.com/DOCUMENTS/sociologyofconflict/mail2/Toward%20a%20Theory%20of%20Social%20Conflict.pdf>>.

¹⁹⁹ MARX, Karl apud BERMAN, Marshall - **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1986, pp. 13-14. De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinado, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fontes de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do carácter. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material.

animando-o, um impulso de final em aberto, que se move contra a corrente de seus próprios conceitos e desejos.²⁰⁰

J. A. Giannotti sobre a crítica de Marx à “Economia Política de seu tempo, entretanto, desperta mais interesse do que mero objeto de museu”²⁰¹. A *ontologia do estado falso* segundo a qual “os novos desenvolvimentos do mecanismo de reposição do capital mostraram que o mercado não pode mais funcionar sem a intervenção direta do Estado”²⁰².

Além do mais, afirma Giannotti, nunca Marx imaginou que as leis económicas fossem apenas aquelas que regem os movimentos dos mercados, e, ademais, elas se separam progressivamente conforme avança o próprio desenvolvimento do conceito de capital, ou seja, conforme essa categoria vai sendo repostada graças à exploração da mais-valia relativa ligada ao desenvolvimento tecnológico.²⁰³

F. Pollock sustenta que a primeira e mais frequente objeção contra a viabilidade económica de um sistema capitalista de estado é que ele só é bom numa economia de escassez, especialmente para períodos de preparação para guerra.²⁰⁴ Numa economia de escassez, de acordo com esse argumento, a maioria das dificuldades económicas contra a qual luta o capitalismo privado não existem.²⁰⁵

Como se pode observar, os clássicos compreenderam as mudanças sociais, porém sem prever uma “sociedade industrial”, como, Georg Simmel que procurou demonstrar que o maior problema da vida moderna deriva das reivindicações que fazem os indivíduos preservarem a sua autonomia e individualidade da sua existência em detrimento das esmagadoras forças sociais, do legado histórico, da cultura externa e da técnica da vida.²⁰⁶

The antagonism represents the most modern form of the conflict which primitive man must carry on with nature for his on bodily existence. The fight with nature which

²⁰⁰ BERMAN, Marshall – Op. Cit., 1986, p. 14

²⁰¹ GIANNOTTI, José Arthur – **Certa herança marxista**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 86

²⁰² Idem, p. 87.

²⁰³ Idem, p. 90.

²⁰⁴ POLLOCK, Friedrich - State Capitalism: Its Possibilities and Limitations. In **The Essential Frankfurt school reader**. New York: The Continuum Publishing Company, 1990, p. 85.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ SIMMEL, Georg – **The metropolis and mental life (1903)**. In Gary Bridge and Sophie Watson. Eds: The Blackwell City Reader. Oxford and Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2002, p.11. [Consult. 07 Maio 2014]. Disponível: <URL: http://www.esperdy.net/wp-content/uploads/2009/09/Simmel_21.pdf>.

primitive man has to wage for his bodily existence attains in this modern form its latest transformation.²⁰⁷

Simmel compreende que, com a modernidade, o homem se libertou de todas as raízes tradicionais, Estado, religião, moral e a economia, e, abriu espaços às novas concepções e transformações sociais.²⁰⁸ A evolução sociopolítica da “modernidade, até aqui apresentada, é de igual modo sustentada por Simmel, que recorre ao cruzamento de círculos sociais para definir a evolução social. Basta a coincidência casual no espaço e no tempo para que as representações se associem psicologicamente.

De acordo com Simmel, a evolução que se pode verificar entre as representações tem a sua analogia na relação dos indivíduos entre si. Contudo, o indivíduo vê-se, em primeiro lugar, colocado num meio que, sendo relativamente indiferente à sua individualidade, o prende ao seu próprio destino e lhe impõe uma convivência estreita com aqueles junto de quem foi colocado por acaso do nascimento.²⁰⁹

A posição apresentada por Simmel é mais tarde discutida por Beck. Embora se aproximem as perspetivas concernente a ideia de que o homem moderno pertence primeiro à família dos pais, depois à que ele próprio constitui e bem assim à da mulher, em seguida à profissão que, por si, o integrará muitas vezes em vários círculos de interesses, *verbi gratia*, em todas as profissões, repartições, escritório, etc.

Face às posições apresentadas, embora não passe de um truísmo, poderíamos avançar o seguinte: o pensamento dos grandes cientistas sociais expressa-se no quadro de um contexto social e político ao seu quotidiano, todavia encarna também concepções capazes de aplicações generalizáveis.

Simmel coloca o homem no centro das transformações e alterações que têm lugar na “sociedade moderna”, dando ao homem o carácter de ser uma criatura que procede a diferenciações. “Sua mente é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu.

²⁰⁷ Ibidem. The eighteenth century called upon man to free himself of all the historical bonds in the state and in religion, in morals and in economics. Man's nature, originally good and common to all, should develop unhampered. In addition to more liberty, the nineteenth century demanded the functional specialization of man and his work; this specialization makes one individual incomparable to another, and each of them indispensable to the highest possible extent. However, this specialization makes each man the more directly dependent upon the supplementary activities of all others.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ SIMMEL, Georg apud CRUZ, M. Braga - **Teorias sociológicas – Os fundadores e os clássicos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 573-574.

Impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra”²¹⁰, ou seja, de forma transcendental, todas essas formas de impressão gastam, por assim dizer, “menos consciência do que a rápida convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas”²¹¹.

Todavia, Simmel olha para “modernidade” como sendo a transformação psicológica que a metrópole cria. Como, por exemplo, cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida económica, ocupacional e social, a cidade, por estes efeitos, faz um contraste profundo com a vida de cidades mais pequenas e a vida rural no que diz respeito aos fundamentos sensoriais da vida psíquica.²¹²

O paradigma apresentado por Simmel, embora brilhante pela sua abordagem em compilar acontecimentos de modo a demonstrar a verdade, é exíguo no que toca aos seus objetivos, pois passa, no entanto, ao lado das pretensões de compreender o fenómeno da “modernidade” da era vigente. Sem descorar esta visível idiosincrasia de sua personalidade intelectual, e, sem apartar ao seu contexto histórico, Simmel, em função da sua tomada de consciência, compreende que pertence a uma “cultura moderna”.

Com isso, basta recordar que Simmel evidencia que na medida em que o indivíduo submetido a esta forma de existência, na metrópole, pertencer à “cultura moderna”, tem de chegar a termos com ela inteiramente por si mesmo, de tal modo que, sua autopreservação perante a *cidade grande* exija dele um comportamento de natureza social não menos negativo, a fim de que, essa atitude mental dos metropolitanos de uns para com os outros, se possa alcunhar, a partir de um ponto de vista formal, de reserva.²¹³

²¹⁰ SIMMEL, Georg apud VELHO, Octávio Guilherme – **O fenómeno urbano**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 12.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Idem, p. 13. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente, da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível - enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. Estes últimos se enraízam nas camadas mais inconscientes do psiquismo e crescem sem grande dificuldade ao ritmo constante da aquisição ininterrupta de hábitos. O intelecto, entretanto, se situa nas camadas transparentes, conscientes, mais altas do psiquismo; é a mais adaptável de nossas forças interiores. Para acomodar-se a mudança e ao contraste de fenómenos, o intelecto não exige qualquer choque ou transtorno interior; ao passo que é somente através de tais transtornos que a mente mais conservadora se poderia acomodar ao ritmo metropolitano de acontecimentos.

²¹³ Idem, p. 17.

Na metrópole, observa Simmel, “o indivíduo se tornou um mero elo numa enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transforma-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva”²¹⁴, de maneira que, não seria preciso mais do que apontar que a metrópole é, no fundo, o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida pessoal.²¹⁵

Aqui, nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, oferece-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e despersonalizado que a personalidade, por assim dizer, não se pode manter sob o seu impacto.²¹⁶

Simmel acredita que uma reflexão sobre a vida é historicamente constituída, que a vida se torna objeto de contemplação e angústias quando aquilo que nós vivenciamos de forma imediata pode ser diferenciado daquilo que concebemos com o auxílio do intelecto. Simmel eleva seu discurso à uma escala transcendental para procurar compreender as mudanças sociais que ocorriam na metrópole, ou seja, era a “modernidade” que se fazia presente e com ela ressurgiu a alteração “psíquica” do indivíduo.

Sem embargo, a perspectiva da “modernidade” que Simmel nos apresenta, está ligada às transformações e mudanças sociais concernente aos fenómenos estéticos, à moda, à cultura, às inferências e reflexões em torno da *cidade grande*, e, sobretudo, as alterações “psíquicas” do indivíduo.

O diagnóstico que Simmel busca numa sociedade em mudança será retorquido por Max Weber, este, por sua vez, procurará encontrar uma teoria da modernidade com base na sua análise às diferentes características do processo de racionalização ocidental sobre as demais formas possíveis da vida social.

Passando para a perspectiva Weberiana, encontramos um elo, entre K. Marx e Max Weber, no que tange ao futuro do moderno capitalismo industrial. Max Weber entendeu que o traço mais distinto das sociedades modernas é seu carácter burocrático. Não obstante ser “indispensável nas condições atuais de funcionamento da vida moderna, a organização burocrática, por suas dimensões e expansão, criou graves problemas e situações novas para vida em sociedade”²¹⁷.

²¹⁴ Idem, p. 24.

²¹⁵ Idem, pp. 24-25.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ WEBER, Max et al. – **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 9

Todavia, não se pode colocar à parte a necessidade de se chegar a uma caracterização destas Instituições sem fazer em primeiro lugar a questão: quais são as fontes da natureza dinâmica da modernidade? Para se pensar numa formulação de uma resposta devem-se distinguir vários conjuntos de elementos, cada um dos quais é relevante tanto para o carácter dinâmico como para o carácter global das Instituições modernas.

Weber mantém-se fiel à sua análise sobre o desenvolvimento das sociedades ocidentais como um processo de racionalização da vida, sendo exclusivamente ocidental. Para tal, é necessário descortinar a génese dessa racionalização.

Racionalizações dos mais variados tipos têm existido em vários sectores da vida, em todas as áreas da cultura. Para caracterizar suas diferenças de um ponto de vista da história da cultura é necessário saber quais sectores foram racionalizados e em que direção. Por isso, nossa primeira preocupação é desvendar e explicar a génese e a peculiaridade do racionalismo ocidental e, por esse enfoque, sua forma moderna.²¹⁸

A dinâmica do processo de racionalização do capitalismo moderno, em Weber, encontra sua génese genuína na natureza da ação racional com relações às ações de valor, afetiva e tradicional. Não obstante, Weber procura não se afastar da ideia de que a racionalização da sociedade moderna para, no entanto, acompanhar a modernidade era necessário desvincular-se dos elementos tradicionais. Se comparado à Anthony Giddens, lembramos que, este começa por salientar dando ênfase ao velho dilema entre tempo e espaço:

O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenómeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espço); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos.²¹⁹

²¹⁸ WEBER, Max - **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª Edição Revista. [s.l]: [s.d], p. 9. [Consult. 29 Janeiro 2014]. Disponível em: <URL:http://www.nesua.uac.pt/uploads/uac_documento_plugin/ficheiro/8db98cff48151daf946fe625988763bfb0737c7e.pdf>.

²¹⁹ GIDDENS, Anthony - **As consequências da modernidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Unesp Fundação, 1991, p. 21. Devo analisar isto mais detalhadamente (incluindo um exame inicial da natureza da confiança), a começar pela ordenação do tempo e do espaço A separação entre o tempo e o espaço não deve ser vista como um desenvolvimento unilinear, no qual não há reversões ou que é todo abrangente. Pelo contrário, como todas as tendências de desenvolvimento, ela tem traços dialéticos provocando características opostas. Além do mais, o rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para sua recombinação em relação à atividade social. Isto é facilmente demonstrado tomando-se o exemplo do horário. Um horário, tal como uma tabela que marca as horas em que correm os trens, pode parecer à primeira vista meramente um mapa temporal. Mas na verdade é

Uma posição para além das fronteiras da sociedade remete-nos a questão: por que é que a separação entre tempo e espaço são tão cruciais para o extremo dinamismo da sociedade moderna? Iremos dar sequência a esta discussão onde as posições “contemporâneas” terão o seu “ímpar” tratamento.

O que Weber traçou do ponto de vista da racionalização não foi apenas a profanação da cultura ocidental, mas, sobretudo, o desenvolvimento das sociedades modernas. As novas estruturas sociais são caracterizadas pela diferenciação daqueles dois sistemas, funcionalmente interligados, que se cristalizaram em torno dos núcleos organizadores da empresa capitalista e do aparelho burocrático do Estado.²²⁰

A posição de Weber sobre o capitalismo levou-o a constatar que as atividades capitalistas, à exceção do comércio e do crédito, assim como das transações bancárias, eram de carácter predominantemente irracional e especulativo, ou projetado para a aquisição pela força, sobretudo a aquisição do botim, tanto na guerra como na exploração fiscal contínua das pessoas a eles sujeitas.²²¹

Contudo, é necessário levar em consideração que Weber foi vítima de uma espécie de determinismo materialista particular, conforme o descreve Giddens, e verificou que existia um excesso de irracionalidade no seio do capitalismo, ou seja, a racionalização “formal” da burocracia.²²² Weber previu que não havia forma alguma de quebrar esta irracionalidade, pois o futuro forjava uma única probabilidade, a progressiva subordinação da autonomia humana e da individualização à expansão da burocratização da vida moderna.²²³

No entanto, ao referir Max Weber, devemos recordar que a influência de Nietzsche sobre a teoria social não é, de forma alguma, apenas um fenómeno contemporâneo. Habermas, por seu turno, observa que Weber reconheceu a dissolução da vida tradicional, dando espaço ao nascimento de uma “nova” visão e sentido social.

um dispositivo de ordenação tempo-espaço, indicando quando e onde chegam os trens. Como tal, ele permite a complexa coordenação de trens e seus passageiros e cargas através de grandes extensões de tempo-espaço.

²²⁰ WEBER, Max apud HABERMAS, Jurgen - **O discurso filosófico da modernidade**. 2ª Edição. São Paulo – Brasil, 2002, pp. 4-5

²²¹ WEBER, Max - **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª Edição Revista. [s.l]: [s.d], p. 6. [Consult. 29 Janeiro 2014]. Disponível em: <URL:http://www.nesua.uac.pt/uploads/uac_documento_plugin/ficheiro/8db98cff48151daf946fe625988763bfb0737c7e.pdf>.

²²² GIDDENS, Anthony – *Op. Cit.* 1998, p. 66.

²²³ *Ibidem*.

À medida que o cotidiano foi tomado por esta racionalização cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício. No entanto, a modernização do mundo da vida não foi determinada apenas pelas estruturas da racionalidade com respeito a fins.²²⁴

Émile Durkheim e Georg Herbert Mead constataram que o *mundo da vida* racionalizado é caracterizado antes por um relacionamento reflexivo com tradições que perderam sua espontaneidade natural, ou seja, o *mundo da vida* não seguiu linearmente as raízes tradicionais, pela universalização das normas de ação e uma generalização dos valores que, no fundo, liberam a *ação comunicativa* de contextos estreitamente delimitados, e, com isso, abriu um leque de opções mais amplo, dito de outro modo, “por modelos de socialização que se dirigem à formação de identidades abstratas do eu e que forçam a individualização dos adolescentes. Em linhas gerais, esse é o quadro da modernidade tal como traçado pelos clássicos da teoria social”²²⁵.

Com efeito, Weber vai de encontro ao “capitalismo vitorioso”, que, em todo caso, se apoia em bases mecânicas instituindo a ideia do “dever profissional” com o intuito de rondar nossa vida como se de um fantasma religioso se tratasse.²²⁶ O que predomina na visão de Weber, sobre a moral de negócios da burguesia, é que vê nela como o verdadeiro alvo os indivíduos, que se tornam “reféns” e isolados dos seus próprios princípios. Era visível, a dicotomia entre o *ethos* económico puritano e judaico, e, com isso, foi-se forjando a conduta de vida racional sobre uma cultura moderna assente na ideia segundo a qual, a profissão passava a ser uma vocação e sua gênese nasceu do espírito da *ascese cristã*.

Um dos elementos componentes do espírito capitalista (moderno), e não só deste, mas da própria cultura moderna: a conduta de vida racional fundada na ideia de profissão como vocação nasceu – como queria demonstrar esta exposição – do espírito da *ascese cristã*.²²⁷

²²⁴ HABERMAS, Jürgen – Op. Cit. 2002, p. 4.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ WEBER, Max – **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Scharcz Lda, 2005, p. 165.

²²⁷ Idem, p. 164. Basta ler mais uma vez o tratado de Franklin [...] para ver como os elementos essenciais da disposição ali designada de “espírito do capitalismo” são precisamente aqueles que aqui apuramos como conteúdo da *ascese* profissional puritana, embora sem a fundamentação religiosa, que já em Franklin se apagara. A ideia de que o trabalho profissional moderno traz em si o cunho da *ascese* também não é nova. Restringir-se a um trabalho especializado e com isso renunciar ao tipo fáustico do homem universalista é, no mundo de hoje, o pressuposto da atividade que vale a pena de modo geral, pois atualmente “ação” e “renúncia” se condicionam uma à outra inevitavelmente: esse motivo ascético básico do estilo de vida burguês – se é que é estilo e não falta

Weber mantém-se fiel à distinção entre política e ciência como vocação. Para Weber, essa constatação significava uma renúncia a uma época assente em dois elementos fundamentais, a plenitude e beleza da humanidade, que deixaria de se repetir ao longo dos “próximos” desenvolvimentos culturais, à semelhança, do que aconteceu com a era do esplendor de Atenas na Antiguidade.²²⁸

Weber, no fundo, procura deixar claro que o puritano ansiava ser um profissional, revestindo-se de um imperativo, “*nós devemos sê-lo*”²²⁹, com isso, passou a dominar e a ter efeitos sobre a moralidade intramundana, edificando um poder sobre o cosmos da ordem económica moderna.

Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [com sua parte] para edificar esse poderoso cosmos da ordem económica moderna ligado aos pressupostos técnicos e económicos da produção pela máquina, que hoje determinada com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem – não só dos economicamente ativos – e talvez continue a determinar até que cesse de queimar última porção de combustível fóssil.²³⁰

A modernidade em Weber é entendida como uma *jaula de ferro*, uma “*iron cage*” conforme traduz Talcott Parsons, pois, como observa Weber, quis o destino que a ascese transformasse e produzisse no mundo seus efeitos, e, como resultado, “os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história”²³¹.

Embora Weber visse um “futuro” mais sistemático e sombrio, preso nas “garras” do capitalismo burguês, em última análise, este pensador reconhece que “ninguém sabe ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta e, se ao cabo desse desenvolvimento monstro hão de surgir profetas inteiramente novos, [...] ou, o que vai restar não será uma petrificação chinesa [...]”²³².

Assim sendo, Weber afirma: “Especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado”²³³. Portanto, é necessário

de estilo – também Goethe, do alto de sua sabedoria de vida, nos quis ensinar com os *Wanderjahre* {*Anos de peregrinação*} e com o fim que deu à vida de Fausto.

²²⁸ Idem, p. 165.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem.

²³² Idem, p. 166.

²³³ Ibidem.

mostrar que o racionalismo ascético teve influência para o conteúdo da ética *político-social*, tal como Weber observa, ou seja, a fim de se criar o modo de organização e de funcionamento das comunidades sociais, este racionalismo, estendeu-se desde o conventículo até ao Estado.²³⁴

De tal modo que, seria necessário, ainda, analisar sua relação com o racionalismo humanista, no que diz respeito aos ideais de vida, suas influências culturais e, por fim, com o desenvolvimento do empirismo filosófico e científico, “sua relação com desenvolvimento técnico e com os bens culturais espirituais”²³⁵.

Entre os dois últimos clássicos, Simmel e Weber, embora se reconheça as suas diferenças, requer salientar que o ensaio para compreender a “sociedade moderna” em Simmel tende ao seu complemento mais sistemático do processo de racionalização ocidental proposto por Weber. Simmel constrói uma teoria da “modernidade” baseando-se nas evidências do indivíduo, no “novo”, na fragmentação e na estética.

A conceção sociológica de Simmel encontrou “barreiras” para se impor no ambiente universitário da época por variadíssimas limitações, das quais sua condição de judeu foi significativa e marcante por prejuízos e tendências antisemitas.²³⁶

Autores como Jurgen Habermas, apesar de sua caracterização positiva em relação ao pensamento de Simmel, em grande parte da sua argumentação em torno das origens sociais, bem como no discurso sobre a modernidade, vivamente, posiciona preferências a Weber, e em suas obras, Habermas, faz referências sobre Simmel muito à margem do seu discurso.²³⁷

Na verdade, o diagnóstico sobre a “modernidade” feita por Simmel era de índole “ensaísta”, ou seja, continha um carácter “poético”, conforme observa Habermas e embora Weber o

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ Ibidem. Por fim, valeria a pena acompanhar seu vir-a-ser *histórico*, desde os primeiros ensaios medievais de uma ascese intramundana até a sua dissolução no puro utilitarismo, passando em revista cada uma das zonas de disseminação da religiosidade ascética. Só daí se poderia *tirar a medida* da significação cultural do protestantismo ascético em comparação com outros elementos que plasmam a cultura moderna.

²³⁶ SIMMEL, Georg apud GARCÍA, José M. González – Max Weber y Goerg Simmel: Dos teorías sociológicas de la mordenidad? **Reis: Espanhol Jornal da pesquisa sociológica**. [Em linha]. N.º 89 (2000), p. 74. [Consult. 08 Maio 2014]. Disponível: <URL: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=250156>>.

²³⁷ Idem, p. 75.

contrapusesse.²³⁸ Ao contrário de Habermas, as críticas direcionadas a Simmel por Weber são sempre de âmbito lógico, metodológico conceptual e nunca de conteúdos.²³⁹

Não obstante, Weber objeta a ideia segundo a qual a sociologia baseia-se na redução tipicamente psicológica dos indivíduos, como Simmel frisara, essa, por sua vez, afirma Weber, deve analisar-se no sentido objetivo das ações individuais, como uma componente, mas não única, e as motivações internas dos sujeitos da ação.²⁴⁰

O diagnóstico simmeliano da “modernidade” consiste, no fundo, na observação das alterações da “realidade social”, o que se pode denominar por “paradigma da produção ou paradigma do consumo”²⁴¹. Finalmente, talvez a diferença mais saliente entre Weber e Simmel esteja enquadrada nesta contraposição, da produção ao consumo dos bens. Ora, Max Weber procura analisar a compulsão que determinadas forças da ética protestante exercem sobre a constituição de um indivíduo economizador, propenso a trabalhar, incessantemente, na criação de riqueza e sempre mais riqueza.²⁴²

Já, de modo contrário, Simmel procura analisar a influência crescente da economia monetária no desenvolvimento dos novos estilos de vida, na constituição de um novo indivíduo propenso ao consumo das mercadorias.²⁴³ Se para Weber era funcional em uma época de acumulação capitalista, para Simmel era o próprio capitalismo mais desenvolvido em que os indivíduos acedem ao consumo.

Os clássicos da sociologia procuraram mostrar a “modernidade”, embora se tenham servido de outros substantivos, nomeadamente: “metrópole”, “burguesia moderna”, “Estado moderno” “cultura moderna”, “vida moderna” “cultura capitalista”. Esses atributos, sem dúvidas, marcam os limites de uma época de transformação e mudança social.

A “modernidade”, como conceito, refere-se, ao mesmo tempo, a todas as transformações recorrentes dentro da sociedade, à maneira de compreender o mundo mediante às

²³⁸ Idem, p. 80. Se ha solido suponer que Weber reprimió esta parte negativa de su opinión sobre Simmel para no hacer todavía más difícil la carrera académica de éste, ya suficientemente amenazada por su condición de judío en un medio académico antisemita y por su carácter de «ensayista» frente a las exigencias de sistematicidad propias de las concepciones científicas vigentes.

²³⁹ Idem, p. 81.

²⁴⁰ Idem, p. 82. Nuevamente resuena aquí la acusación de psicologismo dirigida a Simmel, pues éste acaba aceptando como válido el sentido de una acción expresado por el individuo sin distinguirlo de otro sentido objetivo, analizable desde fuera de él. De hecho, el individuo muchas veces se equivoca o se engaña acerca de los motivos o el sentido de su propia acción.

²⁴¹ Idem, p. 86.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ Ibidem.

intensificações e mudanças sociais. Por conseguinte, são os indivíduos que dinamizam esta sociedade, através da implementação de novas ferramentas para adotar ao novo estilo e modo de vida.

Podemos inferir que os clássicos procuraram perceber que as transformações quer com o surgimento do capitalismo, metrópole, *cidade grande*, quer pela burguesia capitalista foram, certamente, mudanças e alterações político-sociais que, independentemente do seu difuso anterior, até o início ou meados dos anos 80 do Século XX, tornaram o homem mais distante do conceito tradicional de sociedade.

Berman atribui responsabilidade da “modernidade” aos “futuristas”, pois, estes levaram a celebração da tecnologia moderna a um extremo grotesco e autodestrutivo, cuja garantia de que suas extravagâncias jamais se repetiriam. Mas o seu acrítico namoro com as máquinas, combinado com o profundo distanciamento do povo, ressurgiria em formas menos bizarras, no entanto mais longevas.²⁴⁴

Agora, Marx e Nietzsche — e Tocqueville e Carlyle e Mill e Kierkegaard e todos os demais grandes críticos do século XIX — chegam a compreender como a tecnologia moderna e a organização social condicionaram o destino do homem. Porém, todos eles acreditavam que os homens modernos tinham a capacidade não só de compreender esse destino, mas também de, tendo-o compreendido, combatê-lo. Assim, mesmo em meio a um presente tão desafortunado, eles poderiam imaginar uma brecha para o futuro. Os críticos da modernidade, no século XX, carecem quase inteiramente dessa empatia com e fé em seus camaradas, homens e mulheres modernos.²⁴⁵

Weber retorque seus contemporâneos, afirmando que, não passam de “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração e essa nulidade caiu na armadilha de julgar que atingiu um nível de desenvolvimento jamais sonhado antes pela espécie humana”²⁴⁶

²⁴⁴ BERMAN, Marshall - **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1986, p. 20.

²⁴⁵ Idem, pp. 21-22.

²⁴⁶ WEBER, Max apud BERMAN, Marshall – Op. Cit., 1986, p. 22. Portanto, não só a sociedade moderna é um cárcere, como as pessoas que aí vivem foram moldadas por suas barras; somos seres sem espírito, sem coração, sem identidade sexual ou pessoal — quase podíamos dizer: sem ser. Aqui, como nas formas futuristas e tecnopastorais do modernismo, o homem moderno como sujeito — como um ser vivente capaz de resposta, julgamento e ação sobre o mundo — desapareceu. Ironicamente, os críticos do “cárcere de ferro”, no século XX, adotam a perspectiva do carcereiro: como os confinados são desprovidos do sentimento interior de liberdade e dignidade, o cárcere não é uma prisão, apenas fornece a uma raça de inúteis o vazio que eles imploram e de que necessitam.

Edgar Morin, à semelhança de Simmel, reconhece a metrópole como a sede da complexidade social. É, no entanto, aí que se fixa o aparelho centralizador, o palácio ou a assembleia, a administração, a guarda, a polícia.²⁴⁷ Com efeito, neste progresso geral de complexidade, emergem cada vez mais estremeções, conforme Morin traduz, de hipercomplexidade, ou seja, situações e fenómenos em que o mero relaxamento das restrições irá corresponder a um gigante progresso nas aptidões organizacionais e evolutivas.²⁴⁸

Em suma, estas sociedades, apesar de sua unidade de base, poderão desenvolver-se de forma divergente, não só em função do seu tamanho e com a sua população, das cidades aos impérios, contudo também de acordo com a combinação de diversos níveis de complexidade e de hipercomplexidade que irão, no fundo, caracterizar não só cada uma delas, mas também os seus momentos evolutivos, porque, como veremos, se trata de combinações instáveis.²⁴⁹

3.4 - A Modernidade como autocompreensão de uma época

3.4.1 - Do Iluminismo

Compreender o iluminismo a partir do seu contexto social, político, cultura, histórico e filosófico, requer enunciar a emancipação da burguesia na Europa Ocidental que manifestava em função de uma sociedade forjada em mercado e lucro, como sendo novos “ventos” para a “modernidade”. Este novo panorama trouxe novas formas de olhar e compreender o mundo. Novos conceitos surgiram, como o de cidadania, dado que, com a inserção de novos indivíduos nas esferas político-social, cultural e religiosa marcaram a mudança de uma época apelidada como “moderna”.

A centralização promovida pelo absolutismo monárquico manteve o carácter hereditário do poder e as características da Idade Média. Com um olho na tradição do passado e outro no progresso do futuro, este período é marcado por uma transição político-social. Surgiram revoluções sociais, económicas, políticas e culturais nas artes e na disseminação do

²⁴⁷ MORIN, Edgar – **O paradigma perdido. A natureza humana**. Portugal: Editor Francisco Lyon de Castro, 2000, p. 177.

²⁴⁸ Idem, p. 178.

²⁴⁹ Idem, p. 179.

conhecimento, da busca de liberdade de pensamento e de igualdade entre os indivíduos, com isso, plantaram-se novas visões sobre o conceito de cidadania.

Filósofos modernos, como Jonh Locke e Jean J. Rousseau, fizeram desabrochar ideias que, decerto, alteram a concepção do conceito de cidadania oriundas das etapas anteriores. Essas novas ideias serviram de substrato teórico para as chamadas Revoluções Burguesas, pavimentando ideais de uma democracia liberal, baseando-se na razão e contrapondo o direito divino.

Todavia, as ideias produzidas pelos iluministas tracejaram o pensamento político da época, influenciado tanto os movimentos de independência na América, quanto as Revoluções Francesa e Inglesa.

Rousseau contestava o uso da força como reguladora da sociedade, esta, deveria reger-se pela consciência múltipla dos direitos e deveres dos cidadãos, os quais atuariam diretamente sobre si mesmos, no sentido de proporcionar a liberdade plena.

Encontrar uma forma de associação que defende e protege de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça portanto senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente.²⁵⁰

Com efeito, as ideias de Rousseau continham um caráter universalista, ao passo que as de Locke forneciam substratos que a burguesia necessitava para afirmar-se como tal, politicamente, ao associar o conceito de liberdade ao de propriedade material.

Locke compreende que um homem está naturalmente livre de sujeição a qualquer governo, embora ele tenha nascido num lugar sob sua jurisdição, contudo se ele rejeitar “o governo legal do país em que nasceu, deve também renunciar ao direito que lhe pertencia por suas leis e às posses ali situadas que lhe cabem por herança de seus ancestrais, no caso destes últimos terem participado da fundação do governo”²⁵¹. Se, no entanto, “concordamos que o conquistador numa guerra justa tem tanto direito aos bens quanto poder sobre as pessoas e do conquistado, o que evidentemente é falso, nada indica que este governo se transforme num poder absoluto caso vier a se prolongar”²⁵², pois, como os descendentes destes são todos homens livres, se ele lhes outorga bens e posses para habitar em seu país.

²⁵⁰ ROSSEAU, Jean-Jacques - **Do contrato social**. Edição Ridendo Castigat Mores, Março, 2002, p. 24.

²⁵¹ LOCKE, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**. Editora Vozes. [Em linha]. [s.d], p. 88 [Consult. 29 Agosto 2013] Disponível em:<URL:http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf>.

²⁵² Ibidem.

Esta concepção democrática quer seja nacional ou transnacional, implica a observância de três regras básicas decorrentes de vínculos estabelecidos internamente numa sociedade para que seja possível tomar decisões e aceitá-las coletivamente. “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”²⁵³.

A nova maneira de pensar e agir acarretou os princípios igualdade, liberdade e fraternidade. Com a Reforma Protestante surge uma rutura fundamental para a conquista do, então, chamado “Mundo Novo”. Norberto Bobbio procura então enumerar as alterações mais vivenciais que serviriam de instrumentos para o ambiente democrático que acabava de nascer nesta nova era. Em primeiro lugar, refere-se à modalidade de decisão que tem como fundamental o critério da maioria.²⁵⁴ Em seguida encontra-se a definição de quais cidadãos devem participar, direta ou indiretamente das decisões coletivas. A terceira regra, defendida por Bobbio, refere-se às condições de escolha e decisão dos cidadãos chamados a decidir ou eleger e que, para tanto, precisam ser garantidos os direitos de liberdade de opinião, de expressão, de reunião, de associação, etc. A estas condições, Bobbio vincula o modelo de sociedade liberal democrática.²⁵⁵

A “modernidade” começa a fazer-se presente pela via filosófica, estética, arquitetônica e pela Razão. Presenciava, no fundo, uma nova época. A burguesia necessitou de todo tipo de estratégia. Por exemplo, de uma estratégia para criar ideologias favoráveis à sua práxis, e aos poucos conseguir competir e sobrepujar as práxis pré-capitalistas diversas que contradiziam sua lógica então emergente.

O Iluminismo foi o movimento, necessário, que realizou esta estratégia. Pregava a liberdade, a cidadania, a sociedade civil, a democracia, eram os princípios da declaração dos direitos do homem. A tolerância do ponto de vista universal, uma criação liberal iluminista, é essencial para que a pluralidade seja, notoriamente, aceite sem a multiplicação eterna de toda sorte de conflitos, o que seria, no entanto, o fim da democracia do tipo almejada pela sociedade burguesa. Ora, a rejeição do iluminismo seria, precisamente, a própria rejeição desta democracia.

²⁵³ BOBBIO, Norberto - **A era dos direitos**. 7ª Edição. São Paulo, Brasil: Editora Campus/Elsevier, 2004, p. 16.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Ibidem.

Os princípios do iluminismo eram defendidos, assim como dos direitos humanos, de tal modo que se observa como a forte bandeira de uma “pós-modernidade”, a manipulação das verdades também, o que mostra o quanto a “pós-modernidade” é iluminista e, portanto, bastante moderna.

A sociedade pôs-se em movimento de forma intempestiva e os regimes burgueses que obtiveram a vitória são, ulteriormente, por sentimento de insegurança e de pânico. Com efeito, François Châtelet observa que a tradição, o privilégio da aristocracia, a auréola cristã, o prestígio da ordem imóvel, tudo caiu em ruínas.²⁵⁶

3.4.2 - Da Filosofia e da Religião.

No panorama filosófico Hegel serve-se do conceito de modernidade, antes de mais, em contextos históricos, como conceito de época, isto é, os “novos tempos” são precisamente os “tempos modernos”.²⁵⁷

Com a descoberta do então designado “Novo Mundo” bem como o Renascimento e a Reforma, ficaram registados como os três grandes acontecimentos por volta de 1500, o que constitui o limiar entre a época moderna e a medieval.²⁵⁸

Habermas mostra que a classificação, ainda hoje usual para, por exemplo, a caracterização de disciplinas de história, em Idade Moderna, Idade Média e Antiguidade (respetivamente História moderna, medieval e antiga), somente se “pôde compor depois que as expressões “novos tempos” ou “tempos modernos” (“mundo novo” ou “mundo moderno”) perderam o seu sentido puramente cronológico, assumindo a significação oposta de uma época enfaticamente «nova»²⁵⁹.

A perspetiva religiosa, mormente, no Ocidente cristão, os “novos tempos” definiam a idade do mundo que ainda está por vir e que “despontará somente com o Juízo Final, como ocorre ainda na *filosofia das idades do mundo*, de Schelling”²⁶⁰, [...] como o de profano, de tempos

²⁵⁶ CHÂTELET, François – **A filosofia do mundo científico e industrial (1860-1940)**. 6ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 1972, p. 36.

²⁵⁷ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich apud HABERMAS, Jurgen - **O discurso filosófico da modernidade**. 2ª Edição. São Paulo – Brasil: Martins Fontes, 2002, p.9. Isso corresponde ao uso contemporâneo do termo em inglês e francês: por volta de 1800, *modern times* e *temps modernes* designam os três séculos precedentes.

²⁵⁸ HABERMAS, Jurgen – Op. Cit., 2002, p. 9

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Ibidem.

modernos “expressa a convicção de que o futuro já começou: indica a época orientada para o futuro, que está aberta ao novo que há-de vir”²⁶¹.

Esta tarefa realizada pela filosofia foi sem dúvida bastante fácil de determinar, senão de compreender ao pormenor. Na fase iluminista, compreender e admitir, passou a critério de cada um. O ideal democrático passou a suscetibilidade de duas leituras, segundo sermos ou não crentes. Assim, “a ideia de que é mais o *estatuto* da mensagem cristã (a sua fundamentação em Deus, numa Revelação, ou no homem, pela sua vontade e razão) do que o seu *conteúdo* que mudou pode ser facilmente reconhecida”²⁶². Precisamente, os laços que forjaram os primeiros princípios, “a liberdade de opinião, o respeito pelo outro, a segurança, o direito à propriedade, etc. – mantêm com a moral comum e o direito moderno, os dois de essência laica”²⁶³.

A questão do direito e da moral inserem-se na vida quotidiana, entram em jogo, inclusive na educação das crianças, e, no fundo, a esse nível, quer elas estejam secularizadas ou não muda significativamente as suas perceções. Em contrapartida, a questão das relações do homem com Deus, do finito com o infinito, do relativo com o absoluto, do mortal com o imortal, não intervém necessariamente, porém, é uma *lítotes*, na vida de todos os dias.²⁶⁴

Não obstante, no Iluminismo, sua ciência e crença eram inteiramente flexíveis quando convinha, e rígidos e absolutos da mesma forma. O que pressupõe dizer que isso era necessário, pois estava em jogo não só o avanço do modo de produção e reprodução da nova ordem, como também o controlo social das classes subalternas da mesma, às quais não se podia permitir sair da linha.

Neste contexto, sobretudo quando a hierarquia é rígida, a desigualdade social tende a ser uma verdadeira desigualdade de vida; “na casta elevada, os indivíduos têm uma grande liberdade de movimentos, a faculdade de realizar os seus desejos e os seus prazeres com muito poucas inibições”²⁶⁵. Procuramos, no entanto, realçar que não é pela Reforma que devemos começar a busca pela autocompreensão de uma época moderna.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc – **A sabedoria dos Modernos. Dez questões para o Nosso Tempo**. Instituto Piaget, 2000, p. 463.

²⁶³ Ibidem. Mesmo no seu nível de abstração mais elevado – na *Crítica da Razão Pura*, por exemplo -, a filosofia moral conserva ainda um laço com alguns elementos bastante concretos da nossa «cultura geral». Podemos encontrar-lhe, por assim dizer, equivalentes em domínios mais acessíveis aos «não profissionais».

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ MORIN, Edgar – **O paradigma perdido. A natureza humana**. Portugal: Editor Francisco Lyon de Castro, 2000, p. 34.

A Igreja é, em si mesma, escatológica. Com efeito, na qualidade de elemento constitutivo da Igreja e configurado como o possível fim do mundo futuro foi integrado ao tempo; ele não se localiza no fim dos tempos, num sentido linear; por sua vez, o fim dos tempos só pôde ser vivenciado porque sempre fora colocado em estado de suspensão pela própria Igreja, o que permitiu que a história da Igreja se perpetuasse como a própria história da Salvação.²⁶⁶

Contudo, partindo do pressuposto de que o Iluminismo debatia tenazmente por este sucesso, naquele período em que o mundo era quase todo pré-capitalista, nota-se que o encontro do iluminismo idealista e da “modernidade” no seu fim comum, a vitória do capitalismo, só que em dois momentos diferentes, o primeiro no início da luta, e o último festejando a vitória. Isso identifica os dois conjuntos ideológicos como pertencentes à mesma classe social e à sua hegemonia: a burguesia.

A “modernidade” conjuntamente com o reacender da filosofia moderna não foi nada mais, no fundo, do que uma gigantesca empresa de racionalização, carregada de secularização, pois aqui a Razão opõe-se à Revelação, dos conteúdos da vida religiosa cristã.²⁶⁷

Hegel, pela sua passagem da teologia à filosofia, nunca deixou à parte suas convicções. Para ele, “sobre as relações desses três domínios da vida do espírito que são a arte, a religião e a filosofia”²⁶⁸ era preciso verdadeiramente que os espíritos estivessem obscurecidos pelas interpretações marxistas para que não o percebessem.

Pela arte, Hegel entende que, “como tarefa apresentar em geral a Ideia para a intuição imediata na sua forma sensível e não na forma do pensar e da pura espiritualidade”²⁶⁹. O que se pode deduzir, é que, na verdade, Hegel, claramente, faz crer que a arte traduz a ideia de Deus, o divino em geral, ou seja, é através, a partir de uma certa época, da arte que o divino assim como o cristianismo o cogitou, como detentor do “saber absoluto” (duma omnisciência), num “material sensível, ela exprime, como a religião, a Verdade inteligível mais alta (a Ideia de Deus), mas fá-lo numa forma que lhe é inadequada uma vez que é, precisamente, sensível”²⁷⁰.

²⁶⁶ KOSELLECK, Reinhart – **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora Puc Rio, 2006, p. 26.

²⁶⁷ COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc – Op. Cit., 2000, p. 464.

²⁶⁸ HEGEL, G. W. F. apud COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc - Op. Cit., 2000, p. 464.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc – Op. Cit., 2000, p. 464.

É certo que, Deus não é sensível, é, todavia, inteligível, espiritual.²⁷¹ Com efeito, a “modernidade”, isto é, não seria na arte em que Deus se deveria expressar. Dessarte, não se pode inferir assim, portanto, deverá ser, objetivamente, ultrapassada esta perspectiva.

Da mesma forma que a arte encontra seu “antes” dentro da natureza e nos domínios da vida, ela possui também seu “depois”, isto é uma esfera que por sua vez ultrapassa o seu modo de apreensão e de apresentação do absoluto. Porque a arte contém ainda em si própria um limite e deve logo dissolver-se em formas superiores de consciência.²⁷²

No Iluminismo, a “modernidade” propiciava a “atingir a maior liberdade, o máximo de verdade e de amor possíveis, eis o que a consciência nos revela como a lei do nosso ser. Lei que coincide com o *progresso*”²⁷³.

O substantivo “progresso” que surge na fase iluminística está vinculado ao Infinito, ou seja, em Deus, e este vai, no entanto, requerer do ser finito uma infinidade de esforços sucessivos e diversos que tendam, com isso, a aproximá-lo do ideal.²⁷⁴ Como resultado, a consciência forjada em função dessa progressão e complementaridade levará, por sua vez, o Homem a contemplar a História sob uma visão imparcial, e a preservar-se, de modo simultâneo, do espírito utópico e de imobilismo.²⁷⁵

Todavia, a percepção Lockeana sobre esta “dicotomia” resume-se nas seguintes palavras:

Os homens não nascem livres e, logo, nunca poderiam ter a liberdade de escolher seus governantes ou suas formas de governo. Os príncipes detêm, por direito divino, um poder absoluto, pois escravos nunca poderiam ter direito ao pacto ou ao consentimento. Adão era um monarca absoluto, assim como todos os reis a partir dele.²⁷⁶

Esta dissonância em torno destes dilemas, Locke ataca em várias vertentes. Portanto, dedica-se a uma crítica exegética do suposto poder de Adão, denuncia a confusão estabelecida entre as várias espécies de poderes e, por fim, critica a relação entre a autoridade e a propriedade. Desde modo, apresenta como o poder paterno tem limites prescritos pela lei natural, isto é, “o pai não

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Idem, pp. 464-465.

²⁷³ PACHECO, Mário – **A gênese do problema da ação em Blondel (1878-1882). Sentido de um projeto filosófico**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 17.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ MICHAUD, Ives – **Locke**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1991, p. 35.

pode atentar contra a vida nem contra a propriedade dos filhos, e não pode mais limitar sua liberdade a partir do momento em que se tornaram racionais”²⁷⁷.

De modo contrário à arte, mas em função da mesma, a religião vai muito mais longe, pois exprime o divino no elemento da consciência de um determinado *sujeito*, numa interioridade e já não na exterioridade dum material sensível, como mármore, cor, e som.²⁷⁸

Desta forma, Hegel fala-nos do divino através de *representações*, onde o divino está expresso numa *subjetividade*.²⁷⁹ Ora, Hegel, somente, entende que é através da filosofia que se pode realizar a verdadeira tarefa de *pensar e de dizer* adequadamente o divino: “se este último é de ordem espiritual, inteligível é com efeito no elemento da inteligência (e não no do sensível ou do mito) que é preciso exprimi-lo, logo na racionalidade filosófica bem entendida”²⁸⁰.

Hegel preocupa-se em mostrar que o objetivo do indivíduo é, precisamente, o próprio indivíduo. Para ele, os homens sempre atuarão segundo os seus objetivos pessoais, o que em Beck entenderemos por *individualização*, mas a Ideia confiscará os resultados da sua ação, desviá-los-á em seu proveito.²⁸¹

Hegel encontra na subjetividade o princípio elementar dos tempos modernos. A este princípio seriam, assim, acopladas outras componentes, tais como: o individualismo, o direito à crítica e a faculdade de agir. O Iluminismo não poderia, no fundo, ser observado como uma resistência ao clero, ao déspota ou mesmo ao povo. Hegel esclarece que sendo a essência do iluminismo a inteligência pura, o que é *universal* em si e para si, sua real e verdadeira relação com o outro extremo é, certamente, aquela em que o Iluminismo se dirige ao que há de *comum e igual* entre ambos.²⁸²

²⁷⁷ Idem, pp. 35-36. A crítica conceitual da confusão entre as diferentes espécies de poderes se desenvolve no primeiro e também no segundo *tratado*: ela introduz diretamente à concepção lockeana de autoridade. O poder paterno, diz Locke, não é um poder absoluto. Em primeiro lugar, ele é apenas relativo: só Deus é o criador dos homens. Por outro lado, o pai divide esse poder com a mãe: esse poder é mais parental do que paterno. Principalmente, trata-se de um poder definido. Os filhos não são escravos de seus pais. Não têm inicialmente os meios de se conduzirem como seres livres e racionais. O Poder dos pais sobre eles resulta assim daquilo que devem fazer até que a razão os substitua: a sujeição dos filhos é, pois, o outro lado de seu aprendizado da liberdade e da razão.

²⁷⁸ COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc – Op. Cit., 2000, p. 465.

²⁷⁹ Ibidem. A religião eleva-nos do estético, do sensível, ao espiritual. Mas, por um lado, o conteúdo permanece o mesmo, e, pelo outro, ela não atinge ainda a expressão mais alta.

²⁸⁰ Ibidem.

²⁸¹ HEGEL, Georg W. Friedrich apud D’HONDT, Jacques; et al. – **Hegel e o pensamento moderno**. Porto: Rés Editora Limitada, 1979, pp. 32-35.

²⁸² HEGEL, Georg W. Friedrich – **Fenomenologia do espírito**. Brasil: Editora Vozes Ltda, 1992, 69.

A *autocompreensão* do Iluminismo como “modernidade” de uma época está, precisamente, nestas alterações que surgiram em função das várias visões a que a sociedade, o homem em particular, obteve da realidade e da vida. Com o objetivo de procurar entender a realidade, as mudanças político-sociais através do divino ou da Razão humana, a “modernidade” na era iluminista pauta-se naquilo a que Foucault chamaria de *Vontade de Saber*. Todavia, o homem ao procurar gerir e controlar a vida de modo a sintetizar a multiplicidade, adquire sentidos entre categorias de poder.

A Vontade de Saber considerará outra função que emerge ao mesmo tempo: gerir e controlar a vida numa multiplicidade seja numerosa (população) e o espaço extenso ou aberto. É aí que «tornar provável» adquire o seu sentido, entre as categorias de poder [...].²⁸³

Com efeito, as duas funções puras nas sociedades modernas serão, conforme adianta Foucault, a “anatômico-política” e a “biopolítica”, e as duas matérias nuas, um corpo qualquer, uma população qualquer.²⁸⁴ Foucault procura não relacionar a *subjetividade* do homem ao divino. Para ele, “trata-se de saber com outras forças as forças do homem entram em relação, nesta ou naquela relação histórica, e que forma resulta desse composto de forças”²⁸⁵.

À partida, o que se prevê relativamente às forças no homem, estas não entram, precisamente, na composição de uma *forma-Homem*, porém pode-se empregar de outro modo, em outro composto, noutra forma. Foucault refuta a existência *ad aeternum* do Homem, ou seja, “o Homem nem sempre existiu, e não existirá sempre”²⁸⁶.

É, precisamente, esta conceção que irá alterar, de algum modo, a forma como o homem inserir-se-á na nova arquitetura político-social da fase iluminista e pós-iluminismo, sendo ele o “centro do cosmos”, o que iremos, no entanto, analisar os efeitos deletérios que esta visão trouxe às sociedades “modernas” e “pós-modernas”, que Foucault concebe, isto é, para que “a forma-Homem apareça ou se desenhe, é necessário que as forças no homem entrem em relação com forças do fora muito especiais”²⁸⁷.

Com isso, é evidente que o pensamento ancestral reconhece-se através da sua forma clássica de pensar o infinito. É que toda a realidade, congregada numa força, é “igual” a perfeição, assim

²⁸³ FOUCAULT, Michel apud DELEUZE, Gilles – **Foucault**. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 100.

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ *Idem*, p. 169.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ *Idem*, p. 170.

sendo, é engradecido ao infinito (infinitamente perfeito), sendo tudo o resto limitação, nada mais do que limitação.²⁸⁸

Por fim, de acordo com Foucault, as forças intrínsecas do homem entram em relação com forças de elevação ao infinito. O que se entende como sendo forças do fora, porque o homem é limitado, e não se poderia atribuir a ele próprio esta potência que o atravessa.²⁸⁹

Dito de outro modo, Foucault, através da limitação humana procura apresentar a relação do Homem com o divino, pois não seria o próprio homem a tracejar as suas barreiras, a sua limitação dependeria de um ser acima das suas limitações.

Do mesmo modo, o composto das forças no homem, por um lado, e das forças de elevação ao infinito que elas enfrentam, por outro, não é uma forma-Homem, mas a forma-Deus. Objeta-se que Deus não é composto, e que é unidade absoluta, insondável.²⁹⁰

Com esta maneira de compreender a realidade, começou-se a criar uma “sociedade voluntária” de suas próprias ações, ou seja, ao desvincular-se das raízes eclesiais, a sociedade religiosa passou a ser uma questão de âmbito pessoal, cuja interpretação e julgamento da razão assentou-se à autocrítica, e que, mais tarde, Immanuel Kant apelidará por Crítica da Razão Pura. Esta *autocompreensão*, desde a rutura com a igreja (religião) à autocrítica do homem, formam, no entanto, características de uma era moderna que o próprio Iluminismo concebeu e transmitiu às épocas posteriores.

A limitação humana elevou o Homem à criação de divindades, retorquindo a Foucault, Nietzsche atribui a figura de Deus como sendo mitológica, para ele “num mau momento, o Homem inventara um mito chamado Deus, e, a partir desse momento, ficara acorrentado para sempre à história da sua própria criação”²⁹¹.

²⁸⁸ Ibidem. Por exemplo, a força de conceber é elevável ao infinito, de modo que o entendimento infinito humano é apenas a limitação de um entendimento infinito. E não há dúvida de que há ordens de infinidade muito diferentes, mas apenas segundo a natureza da limitação que lesa esta ou aquela força. A força de conceber pode ser elevada ao infinito diretamente, enquanto a de imaginar só é capaz de um infinito de ordem inferior ou derivada.

²⁸⁹ Idem, p. 171.

²⁹⁰ Idem. É verdade, mas, para todos os autores do século XVII, a forma-Deus é composta. É composta precisamente de todas as forças diretamente eleváveis ao infinito (ora entendimento e vontade, ora pensamento e extensão, etc.)

²⁹¹ NIETZSCHE, Friedrich apud THOMAS, Henry; THOMAS, Dana Lee – **Vidas de grandes filósofos**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1956, p. 331.

A influência de Nietzsche na compreensão da realidade, fundada no seu ateísmo, do ponto de vista político, religioso, social, filosófico e cultural, fez com que o antropocentrismo tivesse lugar, e evoluísse às escalas mais elevadas. Nietzsche, contrapondo a perspectiva moderna teocêntrica proveniente da Era Medieval, sublinha que havia somente uma divindade real que era o Homem, ou seja, cabe ao Homem ter, ao menos, “a coragem de afirmar-se e superar-se a si próprio! Era isso, o Homem deve lutar para se tornar super-homem”²⁹².

A “modernidade” como autocompreensão de uma época é revista, também, sobre o pensamento de Immanuel Kant no seu ensaio sobre a *Aufklärung*²⁹³. Na última década do século XVIII, no interior de diversos círculos, surpreendentemente, teve lugar privilegiado a temática da razão, da religião e da história, e, precisamente, a cultura alemã, da *Aufklärung* ao Idealismo e ao Romantismo, se desenrola e se configura.²⁹⁴

A construção do espírito de uma época para compreensão da realidade “moderna” esteve no manifesto do pensamento idealista, que também se estendeu ao movimento romântico, e que veio a ser difundido nos séculos seguintes.

As perspectivas vigentes da época, encontravam-se diante do paradoxo que envolvia uma “mitologia da razão”, cuja dissonância se estendeu às várias esferas do saber, foi mais tarde explicado como “desdobrando-se num «monoteísmo da razão e do coração» e num «politeísmo da imaginação e da arte»”²⁹⁵. Com efeito, ter-se-iam as condições para o cumprimento do programa da *Aufklärung*, na sua extrema universalidade e na plenitude do seu intento

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Esclarecimento (*Aufklärung*) significa a saída do homem de sua menoridade, pela qual ele próprio é responsável. A menoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa menoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento. Que um público, porém, esclareça-se a si mesmo, é ainda assim possível; é até, se lhe deixarem a liberdade, praticamente inevitável. Pois então sempre se encontrarão alguns homens pensando por si mesmos, incluindo os tutores oficiais da grande maioria, que, após terem eles mesmos rejeitado o jugo da menoridade, difundirão o espírito de uma apreciação razoável de seu próprio valor e a vocação de cada homem de pensar por si mesmo. O que há de especial nesse caso é que o público, que outrora eles haviam submetido, os forçará então a permanecer nesse estado, por pouco que eles sejam pressionados pelas iniciativas de alguns de seus tutores totalmente inaptos ao Esclarecimento. O que prova a que ponto é nocivo inculcar preconceitos, pois eles acabam vingando-se de seus autores ou dos predecessores destes. É por esse motivo que um público só pode aceder lentamente ao Esclarecimento.

²⁹⁴ FERREIRA, Manuel J. Carmo; SANTOS, Leonel Rideiro – **Religião, História e Razão. Da *Aufklärung* ao Romantismo**. Lisboa: Edições Colibri, 1994, p. 341.

²⁹⁵ Idem, p. 242. Antes de construirmos as Ideias esteticamente, isto é, mitologicamente, elas não têm para o povo nenhum interesse e, inversamente, antes de a mitologia ser racional, o filósofo deve envergonhar-se dela. Assim, ilustrados e não ilustrados, têm de, finalmente, dar-se as mãos; a mitologia tem de fazer-se filosófica para tornar o povo racional, e a filosofia tem de fazer-se mitológica para tornar os filósofos sensíveis.

emancipador, assim, a esfera religiosa, a arte e a política convergiriam no suscitar de uma nova época (modernidade).

É, precisamente, com a abolição de todas as relações de domínio e servidão, assim como as justificações provenientes de uma ética e de uma antropologia redutoras, a interrupção da rigidez hegemónica de uma razão ou de uma vontade, fixados na sua absolutidade abstrata e inerte, a produção de uma quebra que apenas esteticamente será viável e efetiva, que introduzirá uma nova época moderna, ou seja, com isso, inaugura-se um novo ambiente político-social.²⁹⁶

A posição defendida por Kant surge de modo incontornável, pois enquanto o mundo se configurava à uma “nova religião”, uma “nova organização social e política”, Kant realça que a recetividade das mudanças que ocorrem dentro e fora da sociedade não podem estar dispensadas da Crítica da Razão Pura.²⁹⁷

Kant, por meio da *Aufklärung*, procura transmitir que a “modernidade” não passa, somente, pelas alterações político-sociais, mas também pela *Aufklärung*, o que pressupõe uma análise dos elementos espaço e tempo de modo a intuir as representações sejam singulares ou plurais a fim de se chegar ao *esclarecimento*.

Uma análise mais atenta da forma do conhecimento mostra-nos que as formas *a priori* da sensibilidade – o espaço e o tempo – não são conceitos, mas intuições, isto é, representações singulares, e quando falamos em espaços ou tempos no plural, não queremos significar espaços diferentes, mas partes de um espaço ou de um tempo únicos.²⁹⁸

Todavia, a visão kantiana é retorquida por Hegel, pois este infere que, é na religião onde se proporciona a representação do espírito absoluto, ou seja, não somente para a intuição e a representação, mas, também para o pensamento e conhecimento.²⁹⁹

Kant critica e observa que o homem pode até, em certa medida, adiar a ilustração, mas “renunciar a ela, quer seja para si, quer ainda mais para a descendência, significa lesar e calcar aos pés o sagrado direito da humanidade”³⁰⁰.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ Idem, p. 246.

²⁹⁸ KANT, Immanuel Kant – **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. XIII.

²⁹⁹ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – **Propedêutica filosófica**. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 82.

³⁰⁰ KANT, Immanuel – **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 16.

Com efeito, a visão kantiana sobre o iluminismo centra-se no *esclarecimento* do Homem e na sua liberdade, isto é, “os homens libertam-se pouco a pouco da brutalidade, quando de nenhum modo se procura intencionalmente nela os conservar”³⁰¹.

A saída do Homem da sua menoridade culpada, sobretudo nas questões de âmbito religioso, porque no que concerne às artes e as ciências os governantes não têm qualquer interesse em exercer tutela sobre os seus súbditos, Kant observa como sendo a mais prejudicial e também a mais desonrosa de todas.³⁰² Contudo, já o Homem *esclarecido* não teme as sombras e, ao mesmo tempo, dispõe de um exercício bem disciplinado e numeroso para garantir a ordem político-social, ou seja, “pode dizer o que a um Estado livre não é permitido ousar: *raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes; mas obedece!*”³⁰³.

Um grau maior da liberdade civil parece vantajosa para a liberdade do espírito do povo e, no entanto, estabelece-lhe limites intransponíveis; um grau menor cria-lhe, pelo contrário, o espaço para ela se alargar segundo toda a sua capacidade.³⁰⁴

Kant procura contrapor àqueles que objetam a liberdade do Homem. À liberdade de pensar contrapõe-se, efetivamente, a *coação civil*. Com efeito, há quem defenda que a liberdade de *falar* ou *escrever* pode-nos ser tirada por um poder superior, mas não a liberdade de *pensar*.³⁰⁵

Poder-se-ia dizer muito bem que o poder exterior, que priva aos homens a liberdade de *comunicar* publicamente os seus pensamentos, por conseguinte, lhes rouba também a liberdade de *pensar*, ou seja, a única riqueza que estes possuem.³⁰⁶ Portanto, “o direito nunca se deve adaptar à política, mas é a política que sempre se deve ajustar ao direito”³⁰⁷.

³⁰¹ Idem, p. 18.

³⁰² Ibidem.

³⁰³ Ibidem.

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ Idem, p. 52. Mas quanto e com que correção *pensaríamos* nós se, por assim dizer, não pensássemos em comunhão com os outros, a quem comunicamos os nossos pensamentos e eles nos *comunicam* os seus!

³⁰⁶ Ibidem. A liberdade de pensar toma-se também no sentido de que se opõe à *pressão sobre a consciência moral*; quando, sem qualquer poder em matéria de religião, há cidadãos que se constituem tutores dos outros e, em de/argumentos, sabem banir todo o exame da razão mediante uma impressão inicial sobre os ânimos, através de fórmulas de fé prescritas e acompanhadas pelo angustiante temor do *perigo de uma inquirição pessoal*.

³⁰⁷ Idem, p. 178. Um princípio reconhecido como verdadeiro (e eu acrescento: reconhecido *a priori*, por conseguinte, apodítico) nunca se deve abandonar, seja qual for o perigo aparente que nele se encontre, diz o autor. O que aqui se deve apenas compreender não é o perigo de (acidentalmente) *causar dano*, mas em geral o de *cometer uma injustiça*.

À visão kantiana, poderíamos sintetizar com a reformulada frase de Goethe “cinzenta é toda teoria que liberta a vida, e cinzenta toda vida que se fecha à razão”³⁰⁸. A preponderância de Kant deve-se ao facto de o mesmo procurar responder o que o Iluminismo significa para si mesmo com a seguinte questão: “Vivemos nós agora numa *época esclarecida?*”³⁰⁹. Kant conclui que não. Porém, observa que estamos numa época do *Iluminismo*.

Em suma, falta ainda muito para que os homens conjuntamente, da maneira como as coisas agora se desenrolam, se encontrem já numa situação ou nela se possam somente vir a pôr, em matéria de religião, por exemplo, se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem.³¹⁰

As perceções kantiana e hegeliana, no século XIX, encontraram respostas a estes equívocos. A “sociedade moderna” ao aliar-se às ideias emancipatórias dos clássicos não anteviu as consequências da moderna indústria, e, com isso, se viu que o homem guiado pela Razão perdeu lugar com o desenvolvimento de uma *racionalidade instrumental* que acabou por sufocar os laços dos homens.

Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Max Weber, Theodor Adorno e Max Horkheimer, Walter Benjamin, Michel Foucault, Georg W. F. Hegel, John Locke, Jean Jacques Rousseau, Georg Simmel procuraram manifestar, cada um a seu modo, os processos de desenvolvimento das sociedades, cuja desumanização e dominação em função dos resultados da implementação do moderno capitalismo racional bem como a burguesia (em Weber) foram hediondos.

Contudo, diferente de Kant e Hegel que admitiram não viver numa época esclarecida, e sim, numa época de esclarecimento, Horkheimer objeta apelidando-os de “ignorantes” do presente e que este é o maior erro. Decerto que saltar sobre o presente e ignorar, com a divulgação de uma perfeição total, as possibilidades deste foi um erro. Contudo é igualmente uma falta não conceber uma ordem melhor e não reconhecer os seus pressupostos”³¹¹.

Para Horkheimer, Kant alia-se, ele próprio, ao erro dos utopistas no que diz respeito aos pressupostos da realização, quando justifica a precária realização de um estado social perfeito

³⁰⁸ GOETHE, Johann Wolfgang von apud ROUANET, Sergio Paulo – **As razões do iluminismo**. 5ª Edição. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1998, p. 20.

³⁰⁹ KANT, Immanuel – Op. Cit., 1995, p. 17.

³¹⁰ Ibidem.

³¹¹ HORKHEIMER, Max – **Origens da filosofia burguesa da história**. Lisboa: Editorial Presença, 1984, p. 85.

sobretudo “com o desleixo das verdadeiras ideias pela legislação e afirma que o importante seria ensinar estas ideias verdadeiras aos legisladores”³¹².

Adorno e Horkheimer compreendem, em última análise, que os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza do eu. Assim, “com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie”³¹³.

A humanidade teve que se submeter a terríveis provações até que se formasse o eu, o carácter idêntico, determinado e viril do homem, e toda infância ainda é de certa forma a repetição disso. O esforço para manter a coesão do ego marca-o em todas as suas fases, e a tentativa de perdê-lo jamais deixou de acompanhar a determinação cega de conservá-lo.³¹⁴

Com efeito, Adorno e Horkheimer veem a “sociedade moderna” como sendo “realista” no agir do *homo homini lupus*, ou seja, é da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade.

Pela mediação da sociedade total, que engloba todas as relações e emoções, os homens se reconvertem exatamente naquilo contra o que se voltara a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força.³¹⁵

Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, económica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz.³¹⁶

³¹² Ibidem. Também ele se agarra ao fantasma de uma sociedade harmoniosa, para cuja fundação dependeria, para ele, o juízo aceite e a boa vontade de todos os intervenientes. Mas não são os legisladores do presente, mas aqueles grupos que experienciam a necessidade em sequência da sua posição no processo de vida social, que são os portadores naturais do conhecimento das raízes do mal – que se reflete na utopia e nos objetivos, aos quais está ligada a salvação.

³¹³ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max – **Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp. 17-18.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ Idem, p. 20. Os remadores que não podem falar estão atrelados a um compasso, assim como o trabalhador moderno na fábrica, no cinema e no coletivo. São as condições concretas do trabalho na sociedade que forçam o conformismo e não as influências conscientes, as quais por acréscimo embruteceriam e afastariam da verdade os homens oprimidos. A impotência dos trabalhadores não é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial, na qual o fado antigo acabou por se transformar no esforço de a ele escapar.

³¹⁶ Idem, p. 19.

3.4.3 - Da estética e literatura.

No âmbito da literatura, a modernidade como autocompreensão de uma época, também se desenvolveu neste campo, pois sua relevância cinge-se na maneira como a sociedade e a racionalidade mudaram em função da estética e das produções literárias. É uma época em que as produções literárias influenciaram a forma de ver e conceber o mundo. Evidentemente, teríamos de recuar, pelo menos, um século antes do texto de Kant sobre a *Aufklärung*. Recuamos ao século XVIII precisamente para compreender que não é só a época da Ilustração (*Aufklärung*), da final convergência produtiva dos conflituantes racionalismo e empirismo.

O século XVIII é, sobretudo, sem descurar o anterior enunciado, o da sensibilidade, das emoções e da diferença; um século que pretende salvar a existência concreta e, também a natureza circundante das teias da abstração, que “valoriza o sentimento, distingue a genialidade, dá propriedade ao “sens intime” no recorte do mundo”.³¹⁷

Em França, nos finais do século XVII e início do século XVIII, precisamente entre os anos de 1687 e 1715, desabrochou uma crise, então, denominada por *Querela entre os Antigos e Modernos* (*Querelle des Anciens et des Modernes*).³¹⁸

No início do século XVIII surge na Inglaterra a então batizada “Batalha dos Livros”. A batalha dos livros é a obra de Jonathan Swift de 1704: “*The Battle of the Books*” decorre na biblioteca inglesa *King’s Library* em que as ideias e os autores se combatem pela sua supremacia. Já em Portugal, apenas no século XIX, surge a então designada “Geração de 70”. As “sublevações” quer em França e Inglaterra quer em Portugal tiveram natureza semelhante, pois marcam a consciência histórica de uma época em busca pela emergência da modernidade. Assim sendo, olharemos para os efeitos nas realidades francesa e portuguesa.

Em França a guerra serviu, no fundo, para legitimar o primeiro “fim de século”, marcando o início de uma rutura com a homogeneidade literária tradicional com vista à implementação do que seria propriamente uma verdadeira novidade (modernidade) para a cultura francesa bem como a opinião pública.³¹⁹ As leituras do poema de Charles Perrault³²⁰ principalmente *Le Siècle*

³¹⁷ PIMENTEL, F. J. Vieira – **Literatura portuguesa e modernidade**. Portugal: Angelus Novus, 2001, p. 90.

³¹⁸ DEJEAN, Joan – **Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um *fin de siècle***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 299.

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ Charles Perrault (1628-1703) foi imortalizado por criar uma literatura de cunho popular que caiu no gosto infantil e contou também com a aprovação dos adultos. *La Belle au Bois Dormant* - A Bela Adormecida no Bosque; *Le Petit Chaperon Rouge* - Chapeuzinho Vermelho; *La Barbe-Bleue* - O Barba Azul; *Le Maître Chat ou Le Chat Botté*

de Louis le Grand (O século de Luís, o Grande), causou a disputa intelectual na Academia Francesa, em 22 de janeiro de 1687.³²¹

Perrault procura primazia na arte da sua época reduzindo a originalidade aos clássicos, como Homero, considerando-o como sendo tão-somente o produto de uma época. Homero, considera Perrault, embora fosse uma figura proeminente na literatura da antiguidade, continha “defeitos” em suas histórias, pois usava demasiadas digressões, e seus heróis eram excessivamente brutais, cruéis e muito caprichados.³²²

Perrault, no fundo, procura revitalizar o seu tempo moderno, numa altura em que se comemorava a revitalização da saúde de Luís XIV, pois seus argumentos são assentes no valor do tempo. A ideia defendida por Perrault resume-se na perspectiva de que cada época possui, efetivamente, o seu código estético e literário próprio e, na verdade, o presente se impõe como referência à época transata, dessa forma, as obras não se separam de suas épocas, elas trazem as marcas dos tempos pretéritos, contudo não lhes correspondem. Com efeito, em função da construção da autoconsciência de uma época demonstra, por isso, que o ponto de vista do tempo perpassa toda a *Querela*.³²³

Perrault retira dele o valor que possa ter para, entretanto, distinguir o presente, formando a consciência de si na separação do outro. Assim, os modernos se afastam, pois, de uma identidade histórico-cultural que não lhes pertence, querem, todavia, ler o passado com os olhos de seu próprio tempo, o que precisamente gera um novo projeto em que a “qualidade” será atribuída a partir da experiência do presente.³²⁴

Já para Dejean, a nova literatura que se desenrola na história da sociedade cultural nos finais do século XVII representa, no fundo, as diversidades sociais provenientes de uma cultura tradicional de erudição cuja ansiedade de mudanças e participação sociais eram notórias. Dessa

- O Gato de Botas; *Les Fées* - As Fadas; *Cendrillon ou La Petit Pantoufle de verre* - A Gata Borralheira; *Riquet à la Houppe* - Henrique, o topetudo; *Le Petit Poucet* - O Pequeno Polegar. Com quase 70 anos, publicou um livro de contos conhecido, na época, como “contos de velha”, “contos da cegonha” ou “contos da mamãe gansa”, sendo o último o título por que ficou conhecida a obra em todo o mundo. A primeira edição, de onze de janeiro de 1697, recebeu o nome de “Histórias ou contos do tempo passado com moralidades”, que remete à famosa moral da história presente ao final de cada texto.

³²¹ PERRAULT, Charles – **Le Siecle de Louis le Grand**. [Em linha]. Paris: Academie, 1687. [Consult. 28 Maio 2014] Disponível: <URL: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k108214v/f1.image>>.

³²² Idem, p. 8. [...] sur les faits eclatans des Heros de leur race. Ta verve auroit formé ces vaillans demy-Dieux, moins brutaux moins cruels, e moins capricieux.

³²³ Idem, pp. 9-13.

³²⁴ Idem, p. 25-27.

forma, os movimentos iniciados pelos “modernos” tornaram-se fundamentais para a literatura.³²⁵

Com o desenvolvimento de uma literatura mais pública se propagaram novas formas de afetividade e interioridade, ou seja, constrói-se a chamada *subjetividade moderna*, que, desta forma, o romance alcançou o seu patamar cimeiro por se tratar de um género literário ligado às características marcantes dessa época, quer nos aspetos culturais, políticos quer nos aspetos sociais e económicos.³²⁶

O desabrochar da literatura, precisamente em França, embora nos Estados Unidos, conforme descreve Dejean, estivesse a começar uma revolução através da então chamada “derrocada do iluminismo”, Dejean faz menção a autores como Iain Chambers, Bruno Latour e Phillippe Áries que se dedicaram a realçar o fim da crença na irreversibilidade do progresso científico e tecnológico³²⁷, todavia, em França pela importância dada à psicologia dos personagens e à interioridade, a sua extensão atingiu os jornais da época, foi assim que Jean Donneau De Visé, editor da revista *Le Mercure Galant*, passou a publicar suplementos literários com romances modernos.

Donneau de Visé procurou congregar ao princípio, “moderno”, da valorização do género feminino em matéria de publicações de romances dando, assim, origem à liberdade e maior vitalização do jornal, com novos romances: *La Princesse de Clèves*³²⁸ cuja autora foi Marie-Madeleine Pioche de La Vergne, apelidada por Condessa de La Fayette (ou Lafayette) e que teve um sucesso imenso.³²⁹

Como consequência dessa e outras companhas em torno da literatura, a sociedade foi-se tornando mais dinâmica, cultivava-se, no entanto, a *democratização do gosto*, a defesa da livre

³²⁵ DEJEAN, Joan – Op. Cit., 2005, p. 300.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ Idem, p. 302.

³²⁸ *La Princesse de Clèves* é um romance publicado anonimamente por Marie-Madeleine de La Fayette, em 1678. O romance faz parte da vida na corte de *Valois* “nos últimos anos do reinado de Henrique II”, como o narrador diz nas primeiras linhas. Portanto, pode ser definido como um romance histórico, embora inaugurado, em muitos aspetos (uma questão de verossimilhança, a construção rigorosa, personagens de introspeção) tradição do romance de análise que será chamado por um partido da modernidade.

³²⁹ DORÉ, Andréa - Joan Dejean. Antigos contra modernos. As guerras culturais e a construção de um *fin de siècle*. **História: Questões & Debate**. [Em linha]. Nº 48/49 (2008), pp. 433-434. [Consult. 30 Maio 2014]. Disponível: <URL: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/15312/10302>>.

interpretação e a criação de um público literário bem como a participação das mulheres como produtoras e consumidoras de literatura, era, no fundo, a “modernidade”.³³⁰

No entanto, o substantivo *modernitas* (junto com o par antitético de adjetivos *antiqui/moderni*) fosse já empregado num sentido cronológico desde os fins da Antiguidade, nas línguas europeias da época moderna, o adjetivo “moderno” foi substantivado só muito mais tarde, aproximadamente nos meados do século XIX e, de novo pela primeira vez, ainda sob à esfera de ação das belas-arts. Portanto, isso explica por que as expressões *Moderne* ou *Modernität* ou *Modernité* conservaram até hoje um cerne de significado estético, marcado pela autocompreensão da arte de vanguarda.³³¹

Charles Baudelaire, ainda no âmbito da literatura, porém no século XIX, será, entretanto, marcado pela sua poética, traduzindo em seus textos a vivacidade da sua escrita ensaísta. Habermas sobre Baudelaire observará que para este, a experiência *estética* confundia-se, nesse momento, com a experiência *histórica* da modernidade.³³² Não obstante, “na experiência fundamental da modernidade estética, intensifica-se o problema da autofundamentação, pois aqui o horizonte da experiência do tempo se reduz à subjetividade descentrada, que se afasta das convenções quotidianas”³³³.

Baudelaire questiona-se sobre o que realmente o homem procura e, em função deste questionamento, entende que “ele procura aquela qualquer coisa que nos permitiremos chamar a *modernidade*”³³⁴, pois não existirá melhor substantivo para designar a ideia em questão. Contudo, há um novo panorama que se desenvolve em torno da literatura cuja posição de Baudelaire resume na ideia segundo a qual “a modernidade é transitória, o fugitivo, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável”³³⁵.

O ponto de referência da modernidade torna-se, entretanto, uma atualidade que se autoconsome, que perde a extensão de um período de transição, de um tempo atual, constituído no centro dos tempos modernos, e que dura algumas décadas. Deste modo, o presente não pode mais obter

³³⁰ Ibidem. Assim, em 1719, o Abade Jean-Baptiste Du Bos, autor da primeira teoria estética do Iluminismo de grande expressão, *Réflexions critiques sur la peinture et sur la poésie* [Reflexões críticas sobre a pintura e sobre a poesia], amarrava esses elementos em sua definição: “A palavra *public* é aqui usada para representar aquelas pessoas que atingiram o iluminismo, ou por meio de leitura ou da vida em sociedade. São os únicos que podem determinar o valor dos poemas e pinturas”.

³³¹ HABERMAS, Jürgen - **O discurso filosófico da modernidade**. 2ª Edição. São Paulo – Brasil: Martins Fontes, 2002, pp. 13-14.

³³² BAUDELAIRE, Charles apud HABERMAS, Jürgen – Idem, p. 14.

³³³ Ibidem.

³³⁴ BAUDELAIRE, Charles – **O pintor da vida moderna**. 1ª Edição. Lisboa: Passagens, 1993, p. 21.

³³⁵ Ibidem.

sua autoconsciência com base na impugnação a uma época rejeitada e ultrapassada, a uma figura do passado.³³⁶

Em função desta tendência imediata de atualidade e eternidade não permite realmente à modernidade libertar-se da sua infame precaridade, mas do que há nela de trivial; do mesmo modo que Baudelaire entende a modernidade, ou seja, a modernidade tenciona que o instante transitório seja, no entanto, confirmado como o passado autêntico de um presente que há-de vir.³³⁷

Baudelaire infere que “existiu uma modernidade para cada pintor e o imutável. Existiu uma modernidade para cada pintor antigo; a maior parte dos belos retratos que nos ficaram de tempos anteriores estão revestidos de vestuário da sua época”³³⁸.

São perfeitamente harmoniosos porque o facto, o penteado e mesmo o gesto, o olhar e o sorriso (cada época tem o seu porte, o seu olhar e mesmo o seu sorriso) formam um todo de uma completa vitalidade. Este elemento transitório, fugitivo, cujas metamorfoses são frequentes, não tendes o direito de o desprezar ou de o dispensar. Ao suprimi-lo, caireis forçosamente no vazio de uma beleza abstrata e indefinível, como a da única mulher antes do primeiro pecado.³³⁹

Baudelaire ao olhar para realidade transitória, observa que não se poderá alterar o percurso social a que sociedade está sujeita. Cada época traz consigo alterações de várias naturezas o que irá, precisamente, ditar as metamorfoses sociais e, não se pode, entretanto, substituir sob pena de ser um contrassenso.

Em Portugal, a chamada *Geração de 70*³⁴⁰, a de Antero de Quental, conforme salienta Álvaro Machado, que foi também a de Eça de Queirós, a de Oliveira Martins e, a um nível cultural e

³³⁶ HABERMAS, Jurgen – Op. Cit., 2002, p. 14.

³³⁷ Idem, p. 15.

³³⁸ BAUDELAIRE, Charles – Op. Cit., 1993, pp. 21-22.

³³⁹ Idem, p. 22. Se substituídes o vestuário da época, que necessariamente se impõe, por um outro, cometeis um contrassenso, que só terá desculpa no caso de uma mascarada pretendida pela moda.

³⁴⁰ Este conceito é, precisamente, ambíguo. «Geração» é aqui adotado na sua aceção mais restrita de criação de ideias e de obras em que essas ideias se refletem por um determinado número, inevitavelmente restrito, de grandes figuras da literatura portuguesa num determinado momento de confluência de tendências culturais. Assim, serão considerados como pertencentes à Geração de 70 sobretudo os que a «geraram» no plano das ideias e não os que a ela eventualmente aderiram, prolongando-a historicamente. Eis os que pertencem à Geração de 70: Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins. Nesta perspetiva, só secundariamente a ela pertencerão Ramalho Ortigão e, ainda mais secundariamente, um Teófilo Braga, um Gomes Leal, um Guerra Junqueira, um Jaime Batalha Reis, etc.

esteticamente mais reduzido, a de Ramalho Ortigão e muitos outros, sentiu-se, no entanto, atraída por essa pretensa aceleração, essa vertigem, esse totalitarismo da história.³⁴¹

Porquê “Geração de 70”? O grupo de homens que formou a elite de escritores, romancistas, poetas, pensadores, historiadores, investigadores, críticos sociais, etc., foram, assim, batizados, porém o advento desta “Geração” remonta três anos antes, isto é, em 1867, que, em parte, já estava constituída.³⁴²

Em verdade, a única coisa que justifica o designativo em causa – “geração de 70” - é a circunstância de haver sido nesse decénio, o decénio de 70, que se realizaram alguns dos atos decisivos para a consagração dos homens que, vindos de Coimbra [...], do Porto [...] e de Lisboa [...], acabaram por formar esse admirável escola que passaria à história sob a designação famosa de “geração de 70”.³⁴³

Num ambiente em que se formam precisamente ideologias para compreender as transições e mudanças sociais, as discussões em torno da literatura, religião, educação e política marcaram o “espírito da época” pavimentando novas apetências e formas de olhar e perceber a realidade social. Porém, convém ressaltar que “espírito da época” e “espírito do tempo” já não são igualmente entendidos por autores contemporâneos, pelo contrário, atribuem características mais incisivas, latentes e de natureza estético-cultural.

Não se trata do “espírito do tempo”, expressão de conotações hegelianas que evoca blocos rígidos, homogeneidades forçadas. Não se trata também do “estilo de época”, constituído por um certo vocabulário, certos traços manifestos e organizados que lhe restringem o alcance. Será algo mais incisivo, latente e de natureza estético-cultural – um substrato que inspira as obras e nelas se inspira; algo que cresce, procura e adquire consistência, emergindo a partir de certa altura como vetor inspirador, energia propulsora de uma certa visão criadora.³⁴⁴

³⁴¹ MACHADO, Álvaro Manuel – **A Geração de 70 – Uma revolução cultural e literária**. 1ª Edição. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, pp. 13-14.

³⁴² SIMÕES, João Gaspar – **A Geração de 70. Alguns tópicos para a sua história**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, [s.d], pp. 60-61. As únicas efemérides a salientar no ano de 1870 são, afinal, a entrada de Ramalho Ortigão no mesmo Cenáculo, e o regresso de Eça de Queirós da sua viagem ao Egipto, para onde partira em fins de 69 e onde assistira à solene inauguração do canal de Suez.

³⁴³ Idem, p. 61. Coimbra: Antero, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Guerra Junqueira, Manuel de Arriaga, etc.; Porto: Ramalho Ortigão; Lisboa: Oliveira Martins, Batalha Reis, Adolfo Coelho, Salomão Sáraga.

³⁴⁴ PIMENTEL, F. J. Vieira – **Literatura portuguesa e modernidade. Ensaio sobre os séculos XIX e XX**. Ponta Delgada: F. J. Vieira Pimentel, 1991, pp. 32-33.

Assim, ainda em Portugal, Antero de Quental infere que tudo é tragédia. Ademais, “tragédia estritamente pessoal (apesar das suas implicações coletivas) que o conduziu ao suicídio como a um fim inevitável, tornando inevitável pela própria lógica do mecanismo das ideias”³⁴⁵.

De igual mesmo modo, encontramos que em Oliveira Martins o trágico predomina, ou seja, um trágico inseparável da sua ideia da decadência histórica de Portugal. Apesar de conter ambiguidade na sua frase “um homem é um momento”³⁴⁶, Oliveira Martins, mantém-se inseparável, paralelamente, do que no essencial sobre a sua teoria da história.³⁴⁷

Já em Eça de Queirós, de forma inversa, tudo tomou a forma de *jonglerie* irónica. Isto é, lâmina de dois gumes, a ironia não deixa, contudo, em Eça bem como noutros (exíguos na literatura portuguesa), de ser comédia e tragédia ao mesmo tempo.³⁴⁸ Em outro plano, Ramalho Ortigão, “destituído de grande capacidade criadora e com igualmente menor capacidade de perceção do que no homem e do que do homem perante a história”³⁴⁹, apresenta uma perspetiva mais complexa onde tudo se tornou sátira, mera caricatura.

Do romantismo à revolução cultural seja qual forem os níveis de abordagem crítica e analítica, certo é que a então chamada Geração de 70 representa, em Portugal, uma gigantesca revolução cultural. Ora, através desta Geração foram, precisamente, rompendo as limitações aos problemas e obsessões nacionais.³⁵⁰ São, efetivamente, estas novas formas de relatar a sociedade e a autocompreensão de uma época que vão ter influências na “sociedade moderna”.

A Geração de 70 veio, por assim dizer, arrancar dessa sonolência de degenerescência romântica não só, evidentemente, a literatura portuguesa, mas sobretudo, de maneira global, a cultura portuguesa.³⁵¹ Em suma, na Geração de 70 marca essencialmente um dinamismo cultural, ou seja, uma procura de transformar de forma radical “através das ideias encarnadas no fluir da história e da criação estéticas estruturas sociais, políticas e mesmo económicas”³⁵².

³⁴⁵ MACHADO, Álvaro Manuel – Op. Cit., 1977, p. 14.

³⁴⁶ Ibidem.

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ Ibidem. Ela desencadeia o riso para logo fazer dele um esgar. É que, como diz Vladimir Jankelevitch, *l'ironie regarde ailleurs*, ela pertence ao domínio da consciência inquieta e multiforme.

³⁴⁹ Ibidem. Tudo descambou nesse gargalhar a que muito frequentemente se reduz o pretense espírito hipercrítico do português.

³⁵⁰ Idem, p. 15. Se, apesar das suas limitações, que são justamente as que se ligam a um certo nacionalismo cultural excessivo, o nosso primeiro romantismo, o da Geração de 1830, trouxe com Garret e Herculano qualquer coisa de novo e perdurável, a verdade é que, por meados do século XIX, o que restava desse romantismo pouco era.

³⁵¹ Idem, p. 16.

³⁵² Idem, p. 87. Poderá ocorrer-nos uma frase-chave de Hoelderlin: «Não somos nada; o que procuramos é tudo».

É evidente que o homem não pode determinar a forma do futuro sem conhecer as condições do presente e os limites do passado. Ora, dir-se-ia que, afinal, o que se passou com os maiores da Geração de 70 foi que, justamente, nunca chegaram a limitar o passado (mito da Idade de Ouro das Descobertas, sobretudo em Eça e Oliveira Martins) nem nunca chegaram a conhecer concretamente as condições do presente (utopia social de Antero).³⁵³

É importante salientar que em função das visões, demasiadamente escolares do Eça de Queirós, sistemáticas do *Crime do Padre Amaro* liberta-se de regras rígidas impostas pelo momento histórico social, tornado absoluto, para acabar por criar o seu universo próprio, precisamente, com elementos históricos e sociais e muitos outros.

No desenrolar do século XIX, ficou cada vez mais visível que não se está diante de uma, mas “duas modernidades” conflitantes, isto é, a sociológica ou científico-tecnológica vinculada ao considerado progressista, racionalizadora, burguesa e largamente amnésica, e, por outro lado, a estético-cultural essa por sua vez é de cariz mais nostálgica, aristocrática, carregada de memória, propícia à recuperação da Tradição ou a importantes elementos dela.³⁵⁴

3.4.4 - Contornos e eixos da Modernidade.

Nos parágrafos anteriores procuramos refletir sobre a visão clássica e a imergência que se observou nas diferentes perspetivas sobre a modernidade. É evidente que as transformações em torno do conceito sempre resistiram às diferentes perceções, o que o torna ainda mais complexo numa sociedade em constante mudanças.

A crítica da modernidade bem como os seus contornos e “eixos” manifestado nos finais do século XIX constitui o apogeu da ideia de um homem guiado pela Razão, porém com o desenvolvimento de uma *racionalidade instrumental* novos reptos tornaram mais estreitos os laços de dominação. A consciência de modernidade ganhou espaços de forma gradual graças aos contributos das diferentes áreas como: a filosofia, literatura, arte e, mais tarde, a sociologia, que em diversas etapas históricas foram observando as particularidades culturais e, como consequência das simbioses destas estabeleceram-se novos contornos.

³⁵³ Idem, pp. 88-89.

³⁵⁴ PIMENTEL, F. J. Vieira – Op. Cit., 2001, 91.

Koselleck chegou a afirmar que o tempo, neste momento, não é tomado como algo natural e evidente, todavia “como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas”³⁵⁵.

Não se trata, porém, de analisar as perspectivas cronológicas do ponto de vista histórico-social, mas é necessário olhar para aquilo que é o “tempo histórico” para exaustivamente refletirmos sobre as evoluções do conceito de “modernidade”. Ora, Koselleck não examina o “tempo histórico” sobre a mesma perspectiva, procura sobretudo aclarar que a datação é meramente um pressuposto e não uma determinação proveniente da natureza.

A datação exata é imprescindível para que se possa organizar e narrar esse conteúdo constituído de eventos. Mas a datação correta é apenas um pressuposto, e não uma determinação da natureza daquilo que se pode chamar de “tempo histórico”.³⁵⁶

Na verdade, o conceito de “tempos modernos”, ou de “modernidade” [*Neuzeit*], de acordo com o dicionário Grimm, só é documentado a partir de 1879, precisamente, em Freiligrath³⁵⁷ Com o processo e o desenvolvimento das sociedades, a modernidade viu-se remetida em sua própria direção sem com isso haver possibilidades de fuga.³⁵⁸ Com efeito, é possível explicar a hipersensibilidade com que se observa a si mesma, ou seja, em função do dinamismo e das tentativas de se “estabelecer” a si própria que se tem, portanto, registado continuamente os seus contornos até aos nossos dias.³⁵⁹

Assim, a diferenciação que se forma mediante o “progresso”, é característico da própria “modernidade”, essa tendência trivial pois existem cada vez mais tentativas de classificar as épocas pela estrutura orgânica espiritual, política, social ou económica.³⁶⁰

³⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart – **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora Puc Rio, 2006, p. 9.

³⁵⁶ Idem, pp. 13-15. As decisões políticas dos meios de transporte de informação sobre a economia ou sobre as ações militares, a permanência ou instabilidade de determinadas formas de comportamento social no âmbito das exigências económicas e políticas temporalmente determinadas, tudo isso conduz obrigatoriamente – seja através de atuação e de ação recíproca ou de uma relação de dependência – a um tipo de determinação temporal que, sem dúvida, é condicionada pela natureza, mas que também precisa ser definida especialmente sobre o ponto de vista histórico.

³⁵⁷ Idem, p. 269.

³⁵⁸ HABERMAS, Jurgen – Op. Cit., 2002, p. 12.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ KOSELLECK, Reinhart – Op. Cit., 2006, p. 270.

Não obstante, toda e qualquer época contém acontecimentos que lhe são peculiares, conforme observou Koster³⁶¹, porém é evidente que os acontecimentos que se configuram num século anterior acabam por se desenvolver somente mais tarde³⁶², o que, precisamente, nos levaria a entender que, o processo dos contornos da “modernidade” fora, todavia, pavimentado pelas etapas precedentes e, as “consequências” da modernidade, como apelida Giddens, seriam, portanto, inevitáveis.

Quando Marx anteviu a *sociedade capitalista* é, evidente, que não cogitava a dinâmica do capitalismo em detrimento da revolução industrial consolidando, assim, a sociedade burguesa liberal cujos princípios se alicerçavam na igualdade entre os homens e na livre iniciativa privada. Contudo, a sociedade moderna não pode ser objetivamente resumida ao capitalismo nem as transformações industriais, a sociedade moderna vai além destes limites. Todavia, é evidente que quer o capitalismo quer a “indústria” dinamizaram a sociedade moderna provocando nela não só bons resultados, mas também os mais hediondos que a humanidade já presenciara.

Fernand Braudel compreende que o termo *capitalismo* está cada vez mais desacreditado nos dias de hoje, porém continua a ser usado por não ter encontrado outro que o substitua.³⁶³ Marx, quase, ignorou essa palavra. Braudel observa que “eis-nos, pois, ameaçados, diretamente, pelo pior dos pecados o pecado de anacronismo”³⁶⁴. Para Braudel, “não há capitalismo antes da Revolução Industrial: Capital, sim; capitalismo, não”³⁶⁵.

É desse modo que não se pode reduzir a modernidade ao capitalismo. Daí o peso da afirmação de Immanuel Wallerstein: “o capitalismo é uma criação da desigualdade no mundo; para se desenvolver, precisa da conveniência da economia internacional”³⁶⁶. Embora não sejam sincrônicos, o *capitalismo* propiciou os contornos da “modernidade”. Por conseguinte, entender-se-ia por capitalismo “a produção mercantil no seu mais alto grau de

³⁶¹ KOSTER, H. M. G. apud KOSELLECK, Reinhart - Op. Cit., 2006, p. 284.

³⁶² Idem, p. 284.

³⁶³ BRAUDEL, Fernand – **A dinâmica do capitalismo**. 1ª Edição. Paris: Editorial Teorema, 1985, p. 54. É um termo que, sem dúvida, tem o inconveniente de arrastar atrás de si inúmeras controvérsias e questões. É, porém, verdadeiramente impossível evitar essas controvérsias, quer sejam fecundas, pouco fecundas, ou mesmo estéreis, e é impossível atuar ou polemizar como se não existissem. O maior conveniente reside no facto de essa palavra estar carregada das significações que a vida de hoje em dia lhe atribui.

³⁶⁴ Ibidem.

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ WALLERSTEIN, Immanuel apud BRAUDEL, Fernand – Op. Cit., 1985, p. 99.

desenvolvimento; dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, enquanto milhões de pequenas empresas nada são”³⁶⁷.

A modernidade adquiriu uma ordem pós-tradicional, mas sem que as firmezas da tradição e do hábito tenham sido, portanto, substituídas pela certeza do conhecimento racional. Giddens compreende que os contornos da modernidade estão, no entanto, institucionalizados ao princípio da dúvida radical e insiste que todo o conhecimento toma a forma de hipóteses, isto é, as alegações, por sua vez, podem muito bem ser verdade, porém, em contrapartida, estão sempre abertas à revisão e podem muito bem ser abandonadas em determinado ponto.³⁶⁸

A sociedade não encontrou “eixos” sobre os quais pudesse se firmar. Por conseguinte, a modernidade é uma cultura do risco³⁶⁹, não significa, exatamente, que a vida social seja inerentemente mais arriscada do que a vida tradicional, mas aclarar que o conceito de risco se torna mais presente para o modo como os demais atores organizam o mundo social.³⁷⁰

A modernidade subtrai o caráter geral de risco de determinadas áreas e modos de vida, porém enceta ao mesmo tempo novos parâmetros de riscos na sua maioria ou completamente desconhecidos em épocas transatas.³⁷¹ Giddens cognomina o mundo moderno contemporâneo por *modernidade tardia*, pois, para ele, trata-se de uma modernidade apocalíptica, “não por estar a encaminhar-se inevitavelmente para a calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram de enfrentar”³⁷².

Apesar de todo o progresso que possa haver no sentido da negociação e controlo internacional dos armamentos, enquanto as armas nucleares existirem, ou simplesmente o conhecimento necessário para a sua construção, e a ciência e a tecnologia continuarem a envolver-se na criação de novas armas, persistirá o risco de uma guerra de destruição maciça.³⁷³

³⁶⁷ BRAUDEL, Fernand – Op. Cit., 1985, p. 118.

³⁶⁸ GIDDENS, Anthony - **Modernidade e identidade pessoal**. 1ª Edição. Portugal: Celta Editora, 1994, p. 2.

³⁶⁹ Idem, p. 3.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Ibidem. Agora que a natureza, enquanto fenómeno exterior à vida social, chegou, num certo sentido, ao “fim” – como resultado da sua dominação pelos seres humanos -, os riscos de catástrofe ecológica constituem uma parte inevitável do horizonte da nossa vida quotidiana. Outros riscos de grandes consequências, tais como o colapso dos mecanismos económicos globais, ou a ascensão de superestados totalitários, são uma parte igualmente inevitável da nossa experiência contemporânea.

É evidente que a “sociedade moderna” não seguiu, de forma linear, os passos das sociedades que a antecederam o que, por sua vez, trouxe inaptações a ela e, fez com a “sociedade tradicional” reagisse às mudanças e rebelasse contra ela.

Francisco Foot Hardman procura mostrar, na sua obra *O trem fantasma. A modernidade na selva*, que a sociedade reage às mudanças nas quais não fora paulatinamente inserida, ou seja, quando a sociedade não está e não é, progressivamente, preparada para a mudança, reage às transformações que essa possa registar em função da dinâmica societal.

Vivíamos a “época heroica dos engenheiros: excitação, autoconfiança e orgulho eram sentimentos compartilhados por essa geração de empreendedores. Além do mais, tratava-se de uma atmosfera ideológica respaldada no mais eficiente pragmatismo: esses homens não apenas arquitetavam planos mirabolantes, mas sobretudo faziam.”³⁷⁴

Os contornos da modernidade foram, também, analisados por Hegel, como observa Habermas, na perspectiva de que há precisamente um processo pelo qual a modernidade se desliga das sugestões normativas do passado que lhe são estranhas.³⁷⁵ Deste modo, o facto de uma modernidade sem modelos ter de estabilizar-se com base nas condições por ela própria produzida causa, portanto, uma inquietude que intender-se-á como “a fonte de autocertificação”.³⁷⁶

Rouanet atribui aos contornos da modernidade como sendo efetivamente uma “crise da Razão” e, acredita que estamos a assistir, em todo o mundo, ao advento da construção de um novo irracionalismo.³⁷⁷ Contudo, ele é mais perturbador que o antigo, pois não está mais coligado a posições políticas de direita. Logo, “a razão não está mais repudiada por negar realidades transcendentais – a pátria, a religião, a família, o Estado –, e comprometida com o poder”³⁷⁸. Este novo irracionalismo se considera, todavia, crítico e denuncia, por sua vez, um *statu quo* visto como hostil à vida.³⁷⁹

Dessarte, temos, portanto, uma modernidade que perdeu os seus eixos. A modernidade foi-se esgotando à medida que foi triunfando. Portanto, inferíamos que a modernidade forjou a sua descontinuidade à medida que foi procurando ser contínua.

³⁷⁴ HARDMAN, Francisco Foot – *Trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 120.

³⁷⁵ HABERMAS, Jürgen – Op. Cit., 2002, p. 24.

³⁷⁶ Idem, pp. 24-25.

³⁷⁷ ROUANET, Sérgio Paulo – *As razões do iluminismo*. 5ª Edição. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1998, p. 11.

³⁷⁸ Ibidem.

³⁷⁹ Idem, p.12.

Alain Touraine afirma que estamos diante de uma modernidade plurifacetada, uma modernidade que nos extraiu os limites culturais locais e exalou-nos à uma cultura de massas.

Vivíamos no silêncio, agora vivemos no ruído; estávamos isolados, agora estamos perdidos na multidão; recebíamos poucas mensagens, agora somos bombardeados por elas. A modernidade arrancou-nos aos limites estreitos da cultura local onde vivíamos e lançou-nos, tanto na liberdade individual, como na sociedade e na cultura de massas.³⁸⁰

É vidente que estamos diante de uma sociedade moderna dinamizada pelas suas próprias sinergias e, de igual modo, forjando seus próprios contornos. É, no fundo, uma *modernidade líquida* conforme entendera Bauman, na qual estamos sujeitos aos malefícios assim como aos benefícios. A força proeminente da modernidade, força de um mundo compacto e fragmentado, esgota-se à medida que as alterações se intensificam e cresce a densidade em homens e mulheres, em capital, em consumo, em instrumentos de controlo social e em armas.³⁸¹

A conjuntura global ao se formar com o fim de sair das próprias comunidades e empenhar-se na construção de uma sociedade em movimento, ou seja, mais global, construiu elementos dos quais, hoje, procura afastar-se, tais como, da multidão, da poluição e da propaganda.³⁸² Não nos podemos apartar da modernidade, pois ela, por si mesma, aloca todos os recursos e meios disponíveis, de tal forma que nos tornámos dependentes dela.

Touraine chama a atenção de que alguns fogem da modernidade, mas não são muitos, pois os centros da modernidade aglomeram tantos recursos disponíveis e dominam de forma global o mundo no seu todo, pelo que, nos tornámos reféns da própria modernidade, onde já não existem espaços pré-modernos nem bons selvagens, somente reservas de matérias-primas ou de mão-de-obra, terrenos de exercícios militares, etc.³⁸³

Não obstante, o esvaziamento da modernidade converteu-se repentinamente no sentimento angustiante do absurdo de um comportamento que já não aceita outros critérios que não sejam os da *racionalidade instrumental*.³⁸⁴

Recordamos que Horkheimer chegou a denunciar, os contornos da modernidade, através da observação sobre a degradação da “razão objetiva” em “razão subjetiva”, especificamente, de

³⁸⁰ TOURAINE, Alain – ***Crítica da Modernidade***. Lisboa: Instituto Piaget, 1992, p. 113.

³⁸¹ Idem, p. 114.

³⁸² Ibidem.

³⁸³ Ibidem.

³⁸⁴ Idem, p. 115.

uma visão racionalista do mundo num comportamento puramente técnico em função do qual a racionalidade é colocada ao serviço das necessidades, “sejam elas de um ditador ou dos consumidores, que deixam de estar submetidos à razão e aos seus princípios de regulação, tanto de ordem social como da ordem natural”³⁸⁵.

Giddens reconhece que a “modernidade tardia” se estende muito para além “dos meios das atividades individuais e dos compromissos pessoais”³⁸⁶. Como consequência, o mundo é cada vez mais repleto de riscos e perigos, ao qual se poderia aplicar o vocábulo “crise”, não somente no sentido de simples interrupção mas no de um estado de coisas mais ou menos contínuo.³⁸⁷

Os sistemas propriamente abstratos da modernidade criaram extensas áreas de segurança relativa para a continuidade da vida do dia-a-dia. Porém, cogitar em termos de riscos tem por certo os seus aspetos inquietantes, mas é também um meio pelo qual se pudesse procurar estabilizar os resultados, “um modo de colonizar o futuro”³⁸⁸, de modo centrar o seu “eixo”.

Para efetivamente encontrarmos os eixos da “modernidade” devemos antes assumir a existência das suas fragilidades. Será, portanto, menos escabroso lidar com os riscos que a “sociedade moderna” engendrou se, na verdade, reconhecermos a existência dos mesmos, pois será possível domina-los.

Precisamos lembrar que as sociedades são, de facto, dinâmicas. Giddens, em particular, considera que o movimento impulsivo da mudança mais ou menos constante, profundo e dinâmico, peculiar das Instituições modernas, ligado à reflexividade estruturada, quer dizer que, ao nível da prática quotidiana, tal como na interpretação filosófica, nada pode ser dado por adquirido.³⁸⁹

O que atualmente pode ser um comportamento aceitável, correto, recomendado, pode ser visto futuramente, de modo contrário, à luz de circunstâncias alteradas ou de reivindicações de conhecimento que vão emergindo ao longo das épocas.³⁹⁰

A intervenção da ciência tecnológica na natureza foi precisamente a condição do desenvolvimento de sistemas abstratos, mas evidentemente que tais alterações acabam por

³⁸⁵ HORKHEIMER, Max apud TOURAINE, Alain – Op. Cit., 1992, p. 115.

³⁸⁶ GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1994, p. 11

³⁸⁷ Ibidem.

³⁸⁸ Idem, p. 119.

³⁸⁹ Ibidem.

³⁹⁰ Ibidem. Consideram-se alguns exemplos. O dinheiro moderno é um sistema abstrato de formidável complexidade, uma ilustração primordial de um sistema simbólico que conecta processos verdadeiramente globais às trivialidades mundanas da vida diária.

afetar muitos outros aspetos da vida social moderna.³⁹¹ Assim, a então designada “«socialização da natureza» ajudou a estabilizar uma variedade de influências no comportamento humano anteriormente irregulares e imprevisíveis”³⁹².

Touraine aponta que a ideia de modernidade é substituída pela ação modernizadora, assim sendo, esta mobiliza forças não modernas que, de certa forma, liberta o indivíduo e a sociedade até então cativos das leis impessoais da razão, depois, portanto, de o terem estado da lei divina.³⁹³ A ambivalência societal, cuja hipótese levantamos, inicialmente, vem, entretanto, demonstrar que a sociedade moderna não foi suficientemente capaz de identificar os seus próprios riscos, ou seja, forjou a sua própria decomposição.

Lembrar que, Touraine confere importância a esta observação quando destaca que o campo cultural e social no qual vivemos, desde os finais do século XIX, não foi suficientemente compacto, ou seja, não possuiu unidade: “não constitui uma nova etapa da modernidade, mas a sua decomposição”³⁹⁴.

Esta preposição, não é menos verdade, pois possivelmente nenhuma civilização tivesse sentido igual quantidade de um princípio central, visto que nenhuma grande religião fez o uso de uma influência dominante sobre a presente cultura secularizada, onde efetivamente a separação entre as Igrejas e o Estado é, portanto, um princípio essencial.³⁹⁵

A rápida apresentação dos fragmentos da modernidade acaba de demonstrar que cada um deles transporta em si a marca de uma modernidade voluntária. Isso é evidente no que toca aos elementos que definem a nova sociedade de produção e de consumo e é também manifesto no que diz respeito aos nacionalismos, que nunca são tradicionalismos.³⁹⁶

³⁹¹ Idem, p. 121.

³⁹² Ibidem. O controlo da natureza foi um empreendimento importante nos tempos pré-modernos [...], porém, ao longo dos dois ou três últimos séculos, o processo de intervenção humana na natureza estendeu-se maciçamente; mais, já não se confina a certas áreas ou regiões, mas tornou-se globalizado como outros aspetos da modernidade.

³⁹³ TOURAINE, Alain – Op. Cit., 1992, p. 122.

³⁹⁴ Ibidem.

³⁹⁵ Ibidem.

³⁹⁶ Idem, p. 122-123. O grande impulso da industrialização ocidental, em particular na Alemanha e em Viena no final do século XIX, não foi acompanhado de um vasto movimento intelectual de crítica da modernidade? E um longo meio século mais tarde, o período a que Jean Fourastié chamou os «Trinta Gloriosos» não foi dominado em França, pelo pensamento antimoderno e profundamente pessimista dos descontentes de Nietzsche, com Michel Foucault à cabeça, depois de ter sido influenciado pelas críticas radicais de Jean-Paul Sartre? É impossível citar em França um único intelectual importante que tenha cantado a modernidade, e o próprio Raymond Aron, o que esteve mais perto de o fazer, reconheceu demasiadas vezes a prioridade dos problemas da guerra e da paz

Não obstante, a representação do nosso século, que nos é dada pelos estatísticos, encontra-se em oposição aberta com a que foi preparada pelos pensadores clássicos. Esta dissociação, todavia, entre factos e sentido, economia, política e cultura, é, portanto, a melhor explicação para da crise da modernidade.³⁹⁷

Não se pode colocar à parte o processo de industrialização mormente capitalista, que, sem restrições, se difundiu em todo espaço do globo ocupando o lugar, quase independente, de característica originária da modernidade. Contudo, iremos fazer a distinção entre modernidade e modernização, pois ainda que introduzam elementos aos processos de modernização económica não deixa esta em separado as restrições ao desenvolvimento cultural, político etc.

3.5 - Modernidade e Pós-modernidade: discussão em volta da continuidade e da descontinuidade

Até ao presente momento discutiu-se sobre o conceito de “modernidade” em várias dimensões e, observámos que o mesmo é demasiado complexo e sofreu diversas interpretações ao longo das épocas. Neste contexto, o termo “modernidade” entende-se como o “equivalente tosco de “mundo industrializado”, desde que se reconheça que o industrialismo se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da energia mecânica e das máquinas nos processos de produção”³⁹⁸.

A modernidade proporciona certas formas sociais distintas, das quais a mais proeminente é o estado-nação.³⁹⁹ Giddens aponta que a “sociedade” dos sociólogos emprega ao “tempo” da modernidade, é um estado-nação, contudo refere-se a uma equação oculta mais do que explicitamente teorizada.⁴⁰⁰ Não obstante, Giddens procura esclarecer que a modernidade está ligada à descontextualização sobre os riscos e perigos que podem ser locais ou globais, como por exemplo as inclemências da natureza.

sobre os da produção e da distribuição, foi muito político e pouco economista, para se ter afastado do pessimismo dominante, a seus olhos justificado pela guerra fria e pela extensão dos regimes totalitários.

³⁹⁷ Idem, p. 123.

³⁹⁸ GIDDENS, Anthony - **Modernidade e identidade pessoal**. 1ª Edição. Portugal: Celta Editora, 1994, p. 13.

³⁹⁹ Ibidem. Uma observação banal, é certo, a não ser que se recorte a tendência estabelecida na sociologia em concentrar-se na “sociedade” como assunto de estudo.

⁴⁰⁰ Ibidem.

Contudo, a modernidade é precisamente uma ordem pós-tradicional.⁴⁰¹ Giddens compreende que a transformação do tempo e do espaço, acompanhada dos mecanismos da descontextualização, acabam por impulsionar a vida social para fora do alcance de preconceitos e comportamentos ou práticas pré-estabelecidas.⁴⁰²

Giddens procura, acima de tudo, clarificar que as dinâmicas das Instituições modernas são fortemente influenciadas pela *reflexividade*, e que, de algum modo, esta é revista como sendo radical à luz de novas informações ou conhecimentos.

Este é o contexto da exaustiva reflexividade, que é a terceira grande influência sobre o dinamismo das Instituições modernas. A reflexividade da modernidade diz respeito à possibilidade de a maioria dos aspetos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, serem revistos radicalmente à luz de novas informações ou conhecimentos. Essa informação ou conhecimento não é mero incidente nas Instituições modernas, mas sua parte constituinte – um fenómeno complicado, pois nas condições sociais modernas existem muitas possibilidades de reflexão acerca da reflexividade.⁴⁰³

Assinalamos que a ideia de modernidade está também associada ao grau em que um meio serve para alterar as relações espaço-tempo como referiu Giddens, porém estas relações não dependem primariamente do conteúdo. Ora, a modernidade não se pode separar dos seus “próprios” *media*, ou seja, “o texto impresso, e subseqüentemente, o sinal eletrónico”⁴⁰⁴.

Entendemos que a imprensa foi uma das fundamentais “influências na ascensão do estado moderno e de outras instituições antecedentes da modernidade”⁴⁰⁵, mas é necessário destacar que em condições de modernidade, em síntese, os *media* não dissipam as realidades porém em certa medida formam-nas.⁴⁰⁶

A visão de Giddens sobre a *modernidade tardia* é, no entanto, caracterizada por um ceticismo difundido acerca da razão providencial, ligado ao reconhecimento de que a ciência e a tecnologia são um pau de dois bicos, e criam novos parâmetros de risco e perigo assim como oferecem possibilidades favoráveis para a humanidade.⁴⁰⁷

⁴⁰¹ Idem, p. 18.

⁴⁰² Ibidem.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Idem, p. 21.

⁴⁰⁵ Idem, p. 22

⁴⁰⁶ Idem, p. 24. Mas isto não quer dizer que devemos concluir que os *media* tenham criado um reino autónomo de “hiper-realidade”, no qual o signo ou a imagem são tudo.

⁴⁰⁷ Idem, p. 25.

É verdade que a ambivalência que sociedade moderna pavimentou resumir-se-ia na frase segundo a qual “viver no mundo produzido pela modernidade tardia assemelha-se à sensação de conduzir o carro do *juggernaut*^{408,409}.

A *modernidade tardia* está veiculada a extrema *reflexividade*, ou seja, o futuro não consiste somente na expectativa dos acontecimentos por vir. Desse modo, Giddens infere que “os “futuros” são organizados reflexivamente no presente em termos de fluxo crônico de acontecimento para o interior dos ambientes acerca dos quais esse conhecimento foi desenvolvido”⁴¹⁰.

A popularidade da futurologia no sistema da modernidade tardia não é uma preocupação excêntrica, o equivalente contemporâneo dos adivinhos de antanho. Representa um reconhecimento de que a consideração de possibilidades simuladas é intrínseca à reflexividade no contexto de avaliação e previsão de riscos.⁴¹¹

Por conseguinte, a modernidade está enlaçada às transformações na autoidentidade e na globalização, assim, são estes precisamente os dois polos da dialética do local e do global em condições de *modernidade tardia*.⁴¹²

Giddens alerta que as mudanças nos aspetos íntimos da vida pessoal “estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de âmbito muito largo”⁴¹³. Embora Giddens acautele o futuro em detrimento da produção e do fluxo de acontecimentos, Berman vê a modernidade como sendo a liberdade, ou seja, a desvinculação dos caminhos unilateralmente fechados.

Berman procura separar a modernidade da tradição objetando qualquer similitude, por isso entende ele, que “aí não há ambiguidades: «tradição» — todas as tradições da humanidade atiradas no mesmo saco — se iguala simplesmente a dócil escravidão, e modernidade se iguala a liberdade; caminhos unilateralmente fechados”⁴¹⁴.

⁴⁰⁸ *Juggernaut*, ou *Jagrená*, é uma representação do deus Vishnu que, diz-se, inspira tanta devoção e excitação nos crentes que, muitas vezes, no esforço de tocarem a sua imagem no desfile, eram esmagados pelas rodas do carro que o transportava (N.T).

⁴⁰⁹ GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1994, p. 25.

⁴¹⁰ Idem, p. 26. O mesmo processo que, de forma aparentemente paradoxal, frequentemente destrói as expectativas que esse conhecimento infunde.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Idem, p. 29

⁴¹³ Ibidem. Não pretendo negar a existência de muitos tipos de conexões intermédias – entre, por exemplo, localidades e organizações estatais. Mas o nível da distanciação do espaço-tempo introduzido pela modernidade tardia é tão extensivo que, pela primeira vez na história humana, o “*self*” e a “*sociedade*” interrelacionam-se num meio global.

⁴¹⁴ BERMAN, Marshall - **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1986, p. 19.

Berman analisa que muitos artistas e intelectuais mergulharam “no mundo do estruturalismo, um mundo que simplesmente risca do mapa a questão da modernidade e todas as outras questões a respeito da autoidentidade e da história”⁴¹⁵. Outros consideraram como sua a mística do pós-modernismo, que mais adiante abordaremos, que se esforça para desenvolver a ignorância da história e da cultura modernas e se dá indícios como se todas as qualidades humanas, toda a expressividade, atividade, sexualidade e senso de comunidade cessassem de ser inventados, pelos pós-modernistas.⁴¹⁶

Enquanto isso, cientistas sociais, constrangidos pelos ataques a seus modelos tecnopastorais, abdicaram de sua tentativa de construir um modelo eventualmente mais verdadeiro para a vida moderna. Em vez disso, retalharam a modernidade em uma série de componentes isolados — industrialização, construção, urbanização, desenvolvimento de mercados, formação de elites — e resistem a qualquer tentativa de integrá-los num todo.⁴¹⁷

Encontramos aqui a dissonância entre a tese levantada por Berman e a de Lipovetsky. Este último defende a ideia de que a modernidade está clivada, ou seja, a modernidade já não possui um caráter homogêneo e, por conseguinte, apresenta-se como a articulação complexa de três ordens distintas.⁴¹⁸

Lipovetsky, em primeiro lugar, observa nesta articulação a ordem tecno-económica, em segundo lugar, a ordem do regime político e, por último, a da cultura.⁴¹⁹ Estas três ordens distintas obedecem cada uma delas a um princípio axial diferente, ou até contrário.⁴²⁰

Com isso, pretende-se dizer que, estas esferas não estão em conformidade umas com as outras e têm precisamente ritmos e transformações diferentes. Assim sendo, obedecem a normas diferentes que justificam comportamentos diferentes e mesmo antagónicos.⁴²¹

Para Lipovetsky, são portanto as discordâncias entre estas esferas que são responsáveis pelas várias contradições da sociedade.⁴²² Desse modo, analisaremos a dimensão do conceito de

⁴¹⁵ *Idem*, p. 28.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

⁴¹⁸ LIPOVETSKY, Gilles – **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 126.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ *Ibidem*.

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² *Ibidem*.

“modernidade” à luz da perspectiva económica, mormente, sobre o entendimento da *sociedade pós-industrial*.

3.5.1 - Da economia.

As mudanças socioculturais acompanharam a dinâmica do processo industrial. O ritmo social passou a ser mais dinâmico e o maior desafio foi a eficácia da produção proveniente do conjunto do processo de industrialização. A génese da sociedade *pós-industrial* está relacionada com a Segunda Guerra Mundial, numa época em que a produção da informação e de serviços começaram a ter lugar. De igual modo, a sociedade *pós-industrial* é também apelidada como sendo a era da informação e do conhecimento.

Daniel Bell ao observar a transição económica na qual a maior parte do emprego se situava na indústria, e com a sociedade *pós-industrial*, isto é, com a inserção das novas tecnologias, entende que as indústrias continuam a existir, contudo produzem objetivamente menos empregos.⁴²³ Bell não chegou a mencionar o termo pós-modernidade (*postmodernity*), contudo abordou aspetos inerentes à fragmentação da modernidade, cuja inferência se restringe ao facto da modernidade ser na sua maioria industrial e capitalista.

Bell analisa a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade *pós-industrial* dentro da dinâmica societal. Para este autor, a previsão tecnológica relaciona-se com classes de transformação ou trocas e combinações de fatores dentro das classes de *acontecimentos*.⁴²⁴ Não obstante, “como não se podem prever acontecimentos, também não se podem prever as invenções específicas”⁴²⁵. Em outras palavras, Bell conclui que a dinâmica da sociedade *pós-industrial* não deve ser travada, ela por si só se dinamiza.

Essas dinâmicas, propostas por Bell, influenciam as mudanças dos valores e o aparecimento de novos processos sociais, e conseqüentemente anunciam modificações essenciais na organização da sociedade, e seu itinerário pode ser delineado, em linhas gerais, ao longo do tempo histórico.⁴²⁶

⁴²³ BELL, Daniel – **Advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974, p. 17.

⁴²⁴ Ibidem.

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Idem, p. 20.

Bell procura demonstrar que o conceito de sociedade *pós-industrial* obtém sentido quando se iguala aos seus atributos das sociedades industrial e pré-industrial. A sociedade pré-industrial caracterizava-se como sendo do tipo agrária, estruturada em moldes tradicionais, no qual o poder estava geralmente associado à propriedade da terra. A sociedade industrial baseava-se na produção de bens industriais e o poder nela instituído estava ligado aos capitalistas.⁴²⁷

Já a sociedade *pós-industrial* tem por pedestal os serviços e a origem do poder nela existente radica na informação. Assim sendo, esta sociedade regula-se, pois, pela ascensão dos serviços, que se vertem hegemónicos e, inversamente, pelo declínio das atividades industriais.⁴²⁸ A relevância de Bell prende-se ao facto do mesmo ter feito uma relação entre a indústria e o conhecimento, que são, na verdade, o cerne do debate em torno da teoria da pós-modernidade.

Bell chega a afirmar que o grande dilema da sociedade *pós-industrial* é o conflito originado pela meritocracia para a atribuições de posições à semelhança das sociedades eruditas.

O aparecimento de todo o sistema novo gera hostilidade nos que se sentem ameaçados por ele. O problema principal da emergente sociedade pós-industrial é o conflito gerado por um princípio da meritocracia, de importância primordial para a atribuição de posições na sociedade erudita. Desta maneira, a tensão entre populismo e elitismo, que já se tornou aparente, passa a constituir uma questão política nas comunidades. Um segundo conjunto dos problemas origina-se da independência histórica da comunidade científica e dos problemas contraditórios gerados por sua tradição de autonomia, sua crescente dependência do governo para obtenção de fundos para suas pesquisas, e dos serviços que está destinada a prestar.⁴²⁹

Bell tenciona demonstrar na sua obra que a maior fonte de mudança da estrutura na sociedade, a mudança nas formas de inovação no relacionamento entre a Ciência e a tecnologia e na conduta política, “é a mudança no carácter do conhecimento: o crescimento exponencial e a subdivisão da Ciência, o aparecimento de uma nova tecnologia intelectual”⁴³⁰ para finalmente criar a codificação do conhecimento teórico.⁴³¹

Na verdade, a atitude frente ao conhecimento científico define o sistema de valores de uma sociedade. Atualmente, esta ambição sem limites tem presidido à busca do conhecimento.⁴³²

Por conseguinte, conclui Bell, “o homem procurou dominar a ordem natural; e quase foi bem-

⁴²⁷ Idem, p. 148.

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ Idem, p. 60.

⁴³⁰ Idem, p. 61.

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² Ibidem.

sucedido”⁴³³. No último século, o homem tentou substituir a ordem natural por uma ordem técnica, com perspectiva de consegui-lo.⁴³⁴

No fundo, Bell justifica que a sociedade pós-industrial constitui uma reformulação dessa busca de uma ordem técnica sob uma forma ainda mais poderosa. Todavia, surge agora a questão de saber se o homem irá querer ou não levá-la adiante.⁴³⁵

A perspectiva apresentada por Bell teve sua continuidade com os trabalhos de John Naisbitt que procurou dar um outro tratamento ao termo *sociedade da informação*, na sua obra *Megatrends*. Naisbitt observa que o único recurso estratégico da *sociedade industrial* é o capital.⁴³⁶ Consequentemente, o acesso ao sistema foi, portanto, limitado. Contudo, a sociedade *pós-industrial* reviu como única estratégia e recurso a informação, como já adiantara Bell.⁴³⁷

Naisbitt conclui que na *sociedade da informação* a produção do conhecimento está sistematizada e, precisamente, aumentou a nossa capacidade intelectual. Desse modo, podemos produzir conhecimento e este conhecimento converte-se na força motriz da nossa economia.⁴³⁸ No mesmo itinerário e, de algum modo, contrapondo Bell e Naisbitt, Manuel Castells e Gustavo Cardoso compreendem que o mundo é um processo multidimensional, contudo “está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo”⁴³⁹.

De acordo com Castells e Cardoso, comumente, a sociedade emergente tem sido caracterizada como sociedade de informação ou sociedade do conhecimento, tal como Bell e Naisbitt inferiram, porém, Castells e Cardoso não concordam com esta terminologia.⁴⁴⁰ Para estes autores, justifica-se que, “não porque conhecimento e informação não sejam centrais na nossa sociedade, mas porque eles sempre o foram, em todas as sociedades historicamente conhecidas”

⁴³³ Idem, pp. 61-66.

⁴³⁴ Ibidem.

⁴³⁵ Ibidem.

⁴³⁶ NAISBITT, Jonh – **Megatrends. Ten New Directions Transforming Our Lives**. New York, 1984, p. 8

⁴³⁷ Ibidem. In an industrial society, the strategic resource is capital; a hundred years ago, a lot of people may have known how to build a steel plant, but not very many could get the money to build one. Consequently, access to the system was limited. But in our new society, as Daniel Bell first pointed out, the strategic resource is information. Not the only resource, but the most important.

⁴³⁸ Idem, p. 7.

⁴³⁹ CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo – **A sociedade em rede. Do conhecimento à acção política**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p.17.

⁴⁴⁰ Ibidem.

⁴⁴¹. Todavia, o que passa por ser novidade “é o facto de serem de base microeletrónica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes”⁴⁴².

[...] A sociedade em rede manifesta-se de diversas formas, conforme a cultura, as instituições e a trajetória histórica de cada sociedade, tal como a sociedade industrial englobou realidades tão diferentes como os EUA e a União Soviética, a Inglaterra e o Japão, que partilhavam algumas características fundamentais que permitiam a sua definição, dentro do industrialismo, como uma forma distintiva de organização humana não determinada pelas tecnologias industriais, mas impensável sem elas.⁴⁴³

Na verdade, Castells e Cardoso procuram simplificar a definição da *sociedade em redes* entendendo que esta é uma estrutura social fundada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação estabelecidas na microeletrónica e, precisamente, em redes digitais de computadores que originam, processam e repartem informação a partir de conhecimento aglomerado nos nós dessas redes.⁴⁴⁴ Para os autores em referência, as novas tecnologias da informação assinalam-se como propulsoras da integração do mundo em redes globais de instrumentalidade.⁴⁴⁵ Assim sendo, a comunicação mediada por computadores produz uma gama enorme de comunidades virtuais.⁴⁴⁶

De igual modo, Domenico De Masi demonstra que o advento pós-industrial é, factualmente, uma revolução épica, ao mesmo tempo, profunda, global, não é um mero retoque, “uma aceleração de marcha ou uma mudança de rota em relação à sociedade industrial a que estávamos habituados há dois séculos, de meados do século XVIII a meados do século XX”⁴⁴⁷.

De Masi apelida a sociedade industrializa como sendo “de massa”, ou seja, para ele, esta sociedade permitiu à maioria dos cidadãos incorporarem-se à coisa pública e, sucessivamente, à gestão do poder numa medida jamais atingida antes.⁴⁴⁸ Para De Masi, “o cidadão é mais

⁴⁴¹ Ibidem.

⁴⁴² Ibidem. As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projeto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa.

⁴⁴³ Idem, p. 18.

⁴⁴⁴ Idem, p. 20.

⁴⁴⁵ CASTELLS, Manuel – **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999a, p. 38.

⁴⁴⁶ Idem, pp. 38-39.

⁴⁴⁷ DE MASI, Domenico - **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001, p. 177.

⁴⁴⁸ Idem, p. 129.

solidário com a coletividade e sente mais afinidade com os seus concidadãos; a autoridade perdeu todo o caráter carismático; a tradição exerce a sua influência mediante formas mais abertas e interpretações divergentes”⁴⁴⁹.

Cada um goza de maior dignidade; as minorias, os jovens, as mulheres adquirem maior destaque no contexto social; a civilização encontra-se realizada mais inteiramente, graças a formas de adiantado sentido igualitário moral; a cidadania efetiva abrange toda a população adulta; a tecnologia liberou o homem da fadiga física, fornecendo-lhe novos recursos “graças aos quais tornou-lhe possíveis novas experiências sensoriais, de convívio e de introspeção”; as capacidades de conhecimento, estética e moral dos indivíduos são livres para se realizar, já liberadas do jogo da tradição, da escassez e da autoridade; a participação no poder é assegurada graças à solicitação de consenso nas decisões.⁴⁵⁰

De Masi sustenta que a globalização obtém um efeito homologador, de tal modo que a sociedade e o seu imaginário coletivo, por sua vez, se fragmentam em subgrupos.⁴⁵¹ Portanto, essa dialética da globalização equivale à esquizofrenia que sempre acompanha as revoluções épicas, ou seja, por um lado, a embriaguez da ubiquidade; por outro lado, o impulso de indagar segurança no apego ao lugar e às raízes.⁴⁵²

Neste sentido de reflexão pretendeu-se referenciar a *sociedade pós-industrial*, a *sociedade da informação* e a *globalização*. Todavia, Touraine entendeu que o mundo das técnicas, mundo dos meios, permanece tanto mais subordinado ao mundo dos fins pessoais ou coletivos quanto a ligação entre a razão objetiva e a razão subjetiva foi quebrada e a técnica já não está ao serviço exclusivo de uma visão racionalista do mundo.⁴⁵³

A racionalidade técnica, por seu turno, limita as pretensões ao domínio de cada tendência cultural sobre as outras, de modo as impedir de se transformar em forças sociais empenhadas na conquista da hegemonia política.⁴⁵⁴

⁴⁴⁹ Idem, pp. 129-130.

⁴⁵⁰ Idem, p. 130.

⁴⁵¹ Idem, p. 155.

⁴⁵² Idem, pp. 155-157. Na sociedade industrial procurava-se fazer frente – por meio de descobertas, da exploração da natureza e da produção de manufaturas – aos problemas e necessidades que se acumulavam ao longo do tempo. Os problemas precediam as soluções. Hoje, entretanto, a ciência tem possibilidade de fornecer inúmeras respostas: nós é que não sabemos fazer as perguntas. Na sociedade industrial, uma máquina de lavar roupas sabia dar uma única resposta (lavar roupas) e tinha uma exigência preliminar (lavar roupas, à falta de lavadeiras). Na sociedade pós-industrial, o computador sabe dar infinitas respostas a infinitas perguntas – nós é que não sabemos interrogar.

⁴⁵³ TOURAINE, Alain – **Crítica da Modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992, p. 125.

⁴⁵⁴ Idem, p. 126.

3.5.2 - Da epistemologia.

A ideia de progresso faz transparecer que o novo é melhor e mais avançado que o velho. Ora, o conceito de “pós” na filosofia e na teoria crítica representa a culminação do progresso em função do político-social anterior, o que se refere a uma transição da modernidade para uma eventual pós-modernidade.

Mike Featherstone observa que o pós-modernismo despertou grande interesse entre os intelectuais, contudo alguns o depreciaram como uma moda intelectual superficial e passageira, outros o viram como a expressão de uma rutura profunda não unicamente com o modernismo artístico, mas com a época maior da modernidade.⁴⁵⁵

Jean-François Lyotard compreende que o pós-moderno “designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do fim do século XIX”⁴⁵⁶. Lyotard procura demonstrar que a percepção do conceito de pós-modernidade está enlaçada à crise das narrativas, ou seja, com a supressão da ideia de verdade, alterou objetivamente a arquitetura de quem possuía.⁴⁵⁷

Do mesmo modo, lembra Lyotard, que a regra do consenso entre o destinador e o destinatário de um enunciado com o valor de verdade, conforme sucedera épocas transatas, será considerada aceitável se, porventura, ela se inscrever na perspectiva de uma unanimidade possível dos espíritos racionais, como acontecera no panorama da narrativa na era das Luzes, onde precisamente o designado “herói do saber” trabalhava para um bom fim ético-político: a paz universal.⁴⁵⁸

O que, na verdade, Lyotard pretende esclarecer é que, com a emancipação dos trabalhadores a condição pós-moderna passou a pôr em cena uma incredulidade em relação às grandes narrativas. Dito de outro modo, Lyotard simplifica ao extremo ao considerar que “o pós-moderno é a incredulidade em relação às metanarrativas. Esta é, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências, mas este progresso, por sua vez, pressupõe-na”⁴⁵⁹.

⁴⁵⁵ FEATHERSTONE, Mike – **Cultura de consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995, p. 79.

⁴⁵⁶ LYOTARD, Jean-François – **A condição pós-moderna**. 1ª Edição. Lisboa: Ed. Gradiva, 1989, p. 7.

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ Idem, pp. 7-8.

⁴⁵⁹ Idem, p. 8. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde especialmente a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária de que dela dependia. A função narrativa perde os seus funtores, o grande herói, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela dispersa-se em nuvens

A ambivalência da sociedade moderna está implicitamente no pensamento de vários autores que, no entanto, não a decifram. A inferência de que “a condição pós-moderna é, no entanto, estranha, tanto ao desencanto, como à positividade cega da deslegalização”⁴⁶⁰ faz-nos crer que o “pós-moderno” engendrou os seus próprios contornos.

Lyotard vê o “*saber*” como característica principal da era dita “pós-industrial”. Assim sendo, a incidência das transformações tecnológicas sobre o *saber* são cada vez mais consideráveis.⁴⁶¹ Por outras palavras, para Lyotard as sociedades mais desenvolvidas são as sociedades informatizadas. Dentro destas sociedades, a circulação da informação e do conhecimento ocorre em grande velocidade.

A alta e crescente capacidade de transmissão de dados observáveis nestas sociedades desenvolveu em si elementos para se pensar numa manifestação do *saber* em conexão ao sujeito que sabe. A natureza do *saber* não sai intacta nesta transformação geral.⁴⁶²

O saber é e será produzido para ser vendido e é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: em ambos os casos, para ser trocado. Ele deixa de ser, para si mesmo, a sua própria finalidade, perdendo o seu “valor de uso”. Sabe-se que ele se tornou, nos últimos decénios, a principal força de produção, o que já modificou notavelmente a composição das populações ativas nos países mais desenvolvidos e constitui o principal colo de estrangulamento para os países em vidas de desenvolvimento.⁴⁶³

Não obstante, Lyotard entende que é precisamente na era pós-industrial e pós-moderna que, a ciência conservará e, evidentemente, reforçará ainda mais a sua proeminência na bateria das capacidades produtivas dos Estados-nação.⁴⁶⁴

É notório que o *saber* “já é, e será, uma aposta maior, talvez a mais importante, na competição mundial pelo poder”⁴⁶⁵. Todavia, a transformação da natureza do *saber* pode, por consequência, ter sobre os poderes públicos estabelecidos um resultado de retorno tão grande, que os obrigue,

de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritos, descritivos, etc., veiculando cada um consigo valências pragmáticas *sui generis*.

⁴⁶⁰ Idem, p. 9

⁴⁶¹ Idem, p. 12.

⁴⁶² Idem, p. 13.

⁴⁶³ Idem, pp. 14-15.

⁴⁶⁴ Idem, p. 15.

⁴⁶⁵ Idem, p. 16. Assim como os Estados-nação se bateram para dominar os territórios, depois para dominar o acesso às e a exploração das matérias-primas e da mão-de-obra, é pensável que eles baterão no futuro para dominar as informações. Encontra-se, assim, aberto um novo campo para as estratégias industriais e comerciais e para as estratégias militares e policiais.

assim, a considerar as suas dependências de direito e de facto com as gigantescas empresas e particularmente com a sociedade civil.⁴⁶⁶

Lyotard, embora não chegue a demonstrar a índole “pós-moderna” como fragmentação da sociedade, examina, à semelhança de Bell, a função do conhecimento (*saber*) na indústria. A perspectiva pós-moderna em Lyotard não é nada mais do que uma abdicação diante do capitalismo industrial, que se transformou numa revolução da informação. Ora, o efeito de a obter é, no fundo, a contribuição ótima do ensino superior para preferencialmente inserir-se uma performatividade do sistema social.⁴⁶⁷

A transmissão de saberes já não deriva com o fim a formar uma *élite* apta a conduzir a nação na sua emancipação, pelo contrário ministra o necessário ao sistema os “jogadores” aptos de asseverar convenientemente o seu papel nos lugares pragmáticos de que as Instituições necessitam.⁴⁶⁸ Neste contexto, os discursos em torno da sociedade moderna comparam-na já associada a uma nova selvajaria, como sucedera em Paris do século XIX, e que por muitos já é sabido.⁴⁶⁹

Baudelaire interpreta a modernidade como sendo a conversão das ideias no que respeita à cidade, “numa verdadeira nova forma de *heroicidade*, a de resgatar de modo simultâneo a estética e ética, e ainda que à custa dos sucessivos *shocks* a que a vida urbana nos expõe, a possibilidade de uma experiência moderna”⁴⁷⁰.

Giddens procura distinguir a pós-modernidade de pós-modernismo. Para ele, pós-modernidade é frequentemente usada como se fosse sinónimo de pós-modernismo.⁴⁷¹ Com efeito, Giddens compreende que “Pós-modernismo, se é que significa alguma coisa, é mais apropriado para se referir a estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura”⁴⁷².

Numa linha próxima a Lyotard, Giddens observa que à medida que a ciência atinge novos andares, consigo acarreta também incertezas, de tal modo, que Beck intenderá como sendo a *sociedade do risco*.

⁴⁶⁶ Idem, p. 17.

⁴⁶⁷ Idem, p. 94.

⁴⁶⁸ Idem, p. 95.

⁴⁶⁹ Idem, p. 80.

⁴⁷⁰ BAUDELAIRE, Charles apud LYOTARD, Jean-François – Opus Cit., 1989, p. 80.

⁴⁷¹ GIDDENS, Anthony - **As consequências da modernidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Unesp Fundação, 1991, p.45.

⁴⁷² Ibidem.

As incertezas envolvidas nas decisões de investimento derivam em parte das dificuldades de antecipar eventos extrínsecos, tais como inovações tecnológicas, mas fazem parte também da natureza dos próprios mercados.⁴⁷³

3.5.3 - Da política.

A perspectiva política da “modernidade” procura fazer a distinção entre “velhos conservadores”, “neoconservadores” e “jovens conservadores”.⁴⁷⁴ A discussão em torno da ruptura da modernidade no âmbito da política é a mais acentuada, seja a respeito da *ius gentium* e da lei natural que, no entanto, enfatizam a relação entre a dimensão moral e desenvolvimento do pensamento político na modernidade.

Conforme define Rouanet, os “*velhos conservadores*” não admitem a modernidade cultural, observam, com melancolia, o declínio da razão substantiva e pedem com insistência o recuo para uma posição anterior à modernidade.⁴⁷⁵

Por outro lado, os *neoconservadores* repudiam os conteúdos subversivos ligados à modernidade cultural, porém estão de acordo com as estruturas sociais da modernidade, inclusive a implementação da ciência e da técnica para animar o crescimento económico.⁴⁷⁶ Em suma, “consideram que a política e a tradição não necessitam de qualquer justificação discursiva”⁴⁷⁷.

Por fim, os *jovens conservadores* partem da tentativa básica do modernismo estético e “opõem à *razão instrumental*, irremediavelmente associada à modernidade, um princípio transcendente, como a vontade de poder, o Ser ou a força dionisíaca do poético”⁴⁷⁸.

O afastamento da Modernidade está, no entanto, associado com a debilidade da tradição, obviamente, com a exaustão das suas categorias para a compreensão do fenómeno político na sociedade vigente, e este “declínio” tem a sua génese no fim da estabilidade do conjunto das três unidades religião, autoridade e tradição.

⁴⁷³ Idem, p. 115.

⁴⁷⁴ ROUANET, Sérgio Paulo – Op. Cit., 1998, p. 217.

⁴⁷⁵ Ibidem. Essa escola, na qual o aristotelismo goza de uma certa voga, originou-se com Leo Strauss e conta com Hans Jonas entre seus representantes.

⁴⁷⁶ Ibidem. O primeiro Wittgenstein, Carl Schimidt e Gottfried Benn são incluídos nessa corrente.

⁴⁷⁷ Ibidem.

⁴⁷⁸ Ibidem. Pertencem a essa corrente George Bataille, Derrida e, naturalmente, Foucault.

Não obstante, nos últimos decênios o mundo transformou-se abruptamente, e cabe-nos, intelectuais, conforme salienta Ortiz, procurar decifrá-lo, mesmo conhecendo a nossa condição fragilizada em relação a este quadro abrangente.⁴⁷⁹ De igual modo, com a transição do século, percebemos que os homens estão linearmente interligados, independentemente de suas vontades e divergências.

Todavia, “somos todos cidadãos do mundo, mas não no antigo sentido, de cosmopolita, de viagem. Cidadãos mundiais, mesmo quando não nos deslocamos, o que significa dizer que o mundo chegou até nós, penetrou no nosso cotidiano”⁴⁸⁰.

A perspectiva examinada por Ortiz dá conta de que vários são os escritos de homens de governo ou de administradores de multinacionais, contudo, eles pensam o mundo a partir de um horizonte estreito, parcial.⁴⁸¹ Com efeito, a política apresentada que lhes importa é defender os interesses de seus países, competidores na arena geopolítica, ou a porção de seus lucros no mercado que se encontra cada vez mais globalizado.⁴⁸²

A decomposição do Estado-nação não significa somente uma decisão entre opções políticas da “modernidade”, mas a mudança repentina de uma tradição político-institucional de mais de cinco séculos no pensamento ocidental.

Recordamos que Hobsbawm manteve um certo ceticismo quanto à dinâmica política da era que se avizinhava. Para ele, tudo é imprevisível, desse modo, compreende que “não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX”⁴⁸³. É evidente que esta visão menos otimista de Hobsbawm não só veio acautelar as pretensões dos Estados, mas também trouxe implicitamente, com ela, a experiência vivida fruto das Duas grandes Guerras.

A compreensão de Hobsbawm, à semelhança da crise econômica mundial dos anos 20 do século XX, resulta do facto de que uma crise econômica, atendendo à sua dimensão, põe de joelhos até mesmo as economias capitalistas mais fortes e reverte a posição econômica, ou seja, como resultado do colapso, enquanto a economia balança, as instituições da democracia liberal praticamente desaparecem.⁴⁸⁴

⁴⁷⁹ ORTIZ, Renato - **Mundialização e cultura**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, p. 7

⁴⁸⁰ Idem, p. 8.

⁴⁸¹ Idem, p. 13.

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ HOBBSAWM, Eric – **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. 26ª Edição. São Paulo, 2003, p. 15.

⁴⁸⁴ Idem, pp. 16-17.

Independentemente de qualquer discordância teórica, autores como Locke, Hobbes e Grotius, todos eles raciocinavam a partir da existência comum do Estado, ou seja, pensavam num gigante “reflexo especular” da sociedade, como uma jurisdição separada e artificial em conexão ao corpo social.

Este novo paradigma associado à globalização permitiu que abrangesse a esfera política, de tal modo que, o Estado moderno encontra-se cada vez menos combinado aos seus pressupostos iniciais que são a forma de um Estado-nação.

Milton Santos compreende que a globalização não é apenas a existência de um novo sistema de técnicas, pelo contrário, ela é também o resultado das ações que salvaguardam a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes.⁴⁸⁵

A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede ao outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem.⁴⁸⁶

Santos vê a sociedade moderna presa numa “crise”, mas uma crise que o capitalismo engendrou e conseqüentemente dilatou-se às esferas político-social, cultural e religiosa. Com efeito, aponta Santos, a tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Deste modo, sem o controlo dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças.⁴⁸⁷

Portanto, como resultado desta discrepância, sobressai o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemónicos, que atuam sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise.⁴⁸⁸

⁴⁸⁵ SANTOS, Milton - **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2000, p. 12.

⁴⁸⁶ Idem, p. 16.

⁴⁸⁷ Idem, p. 17.

⁴⁸⁸ Ibidem.

Lipovetsky afirma que enquanto o capitalismo se desenvolveu sob a égide da ética protestante, conseqüentemente, a ordem tecno-econômica e a cultura formavam um conjunto coerente, favorável à acumulação do capital, ao progresso, à ordem social.⁴⁸⁹

Em contrapartida, à medida que o hedonismo, sustenta Lipovetsky, “se impôs como valor último e legitimação do capitalismo, este último perdeu o seu caráter de totalidade orgânica, o seu consenso, a sua vontade”⁴⁹⁰. Em suma, “a crise das sociedades modernas é, antes de mais, cultural ou espiritual”⁴⁹¹.

Recordamos que Lyotard chegou a aclarar que esta condição pós-moderna não deixa alternativas ao sistema, desse modo, o campo da ação política consubstancia-se em três elementos: Em primeiro lugar, preservar a heterogeneidade dos jogos de linguagem; em segundo lugar, insistir em consensos locais, preservando sempre a possibilidade de anulação; por último, acesso sem restrições às informações armazenadas nas bases de dados para que os grupos de consenso locais possam, deste modo, tomar decisões com conhecimento de causa.⁴⁹²

Lyotard observa que na metrópole a liberdade e a dominação, a diversificação de possibilidades e o estreitamento das vidas, a sofisticação civilizacional e a mais crua violência a que se está sujeito, parecem crescer em proporção.⁴⁹³

Fredric Jameson faz referência de que é muito mais seguro entender o conceito do pós-moderno como uma tentativa de pensar historicamente o presente numa época que já esqueceu como pensar dessa maneira.⁴⁹⁴ Jameson propõe uma estética do mapeamento cognitivo, uma cultura política e pedagógica que busque dotar o sujeito individual de um sentido mais penetrante do seu lugar no sistema global, de tal modo que terá, necessariamente, que levar em conta essa dialética representacional extremamente complexa e inventar formas radicalmente novas para lhe fazer justiça.⁴⁹⁵

⁴⁸⁹ LIPOVETSKY, Gilles – Op. Cit., 2013, p. 127.

⁴⁹⁰ Ibidem.

⁴⁹¹ Ibidem.

⁴⁹² FERREIRA, Valdinei Aparecido – **Protestantismo e modernidade no Brasil**. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

⁴⁹³ LYOTARD, Jean-François – Op. Cit., 1989, p. 80.

⁴⁹⁴ JAMESON, Fredric – **Postmodernism or, the cultural logic of late capitalism**. 2ª Print. United States of America: Duke Universty, 1992, p. 9.

⁴⁹⁵ Idem, p. 54.

Neste contexto, observamos que Jameson tenciona construir uma arquitetura político-social de forma a inserir o indivíduo nas discussões e decisões que, de alguma forma, refletirão sobre o mesmo.

Esta não é, então, uma convocação para a volta a um tipo mais antigo de aparelhagem, a um espaço nacional mais antigo e transparente, ou a qualquer enclave de uma perspectiva mimética mais tradicional e tranquilizadora: a nova arte política (se ela for de facto possível) terá que se ater à verdade do pós-modernismo, isto é, a seu objeto fundamental, o espaço mundial do capital multinacional, ao mesmo tempo que terá que realizar a façanha de chegar a uma nova modalidade, que ainda não somos capazes de imaginar, de representá-lo, de tal modo que nós possamos começar novamente a entender nosso posicionamento como sujeitos individuais e coletivos e recuperar nossa capacidade de agir e lutar, que está, hoje neutralizada pela nossa confusão espacial e social.⁴⁹⁶

Jameson defende que a forma política existente no pós-modernismo, se houver uma efetivamente, terá como vocação a invenção e a projeção do mapeamento cognitivo global, numa escala das perspectivas social e espacial.⁴⁹⁷ Jameson mantém o seu posicionamento relativamente à existência da utilidade do conceito de pós-modernismo, entendendo ele que, este é meramente concetual, carregado de certa mistificação.

Esta querela em volta da legitimação dos conceitos de modernidade e pós-modernidade dentro da perspectiva política é analisada por Habermas cuja inferência se encontra na legitimidade do Estado social. Contudo, o Estado social tende a afastar-se do seu compromisso abrindo, assim, condições para o nascimento de um novo.

Conforme compreende Habermas, a questão que se coloca hoje é a de saber se, na verdade, se pode estabelecer um segundo (novo) compromisso segundo as normas antigas da política orientada para o sistema.⁴⁹⁸ Do mesmo modo, “ou se o *management* das crises, adaptado a crises causadas sistematicamente e encaradas como tais, é iludido pelos movimentos sociais que já

⁴⁹⁶ Ibidem. This is not then, clearly, a call for a return to some older kind of machinery, some older and more transparente national space, or some more tradicional and reassuring perspectical or mimetic enclave: the new political art (if it is possible at all) will have to hold to the truth of postmodernism, that is to say, to its fundamental object – the world space of multinational capital – at the same time at which it achieves a breakthrough to some as yet unimaginable new mode of representing this last, in which we may again begin to grasp our positioning as individual and collective subjects and regain a capacity to act and struggle which is at present neutralized by our spatial as well as our social confusion.

⁴⁹⁷ Idem, pp. 54-55. The problem of postmodernism – how its fundamental characteristics are to be described, whether it even exists in the first place, whether the very concept is of any use, or is, on the contrary, a mystification – this problem is at one and the same time an aesthetic and a political one.

⁴⁹⁸ HABERMAS, Jurgen – Op. Cit., 2002, p. 327.

não se orientam pela necessidade de controlo do sistema”⁴⁹⁹ e que, de modo contrário, “se orientam pelos *contornos fronteiros* existentes entre sistema e *mundo da vida*”⁵⁰⁰.

Esta perspetiva desenvolvida por Habermas, evidencia a ideia formulada sobre o agir racional com respeito a fins, ou seja, compreende a duas formas de racionalização incidentes no mundo moderno e capitalista, que poderíamos decifrá-las em outras palavras.

Em primeiro lugar, resultaria das mudanças procedidas “de baixo pra cima” nas esferas da produção e circulação de mercadorias, em segundo lugar, corresponderia a modificações ocorridas de “cima para baixo”, a qual legitima a dominação mediante a ideologia justificada pela técnica da ciência moderna.

O conceito de razão comunicacional introduzido inicialmente de modo provisório, remetendo para além da razão centrada no sujeito, tem de conduzir para fora dos paradoxos e dos nivelamentos de uma crítica autorreferencial da razão; por outro lado, ele tem de se afirmar em oposição à abordagem concorrente de uma teoria sistémica que coloca a problemática da racionalidade de lado, que renega todo e qualquer conceito de razão [...].⁵⁰¹

Habermas esclarece que “as técnicas com as quais se poria sob controlo uma sociedade altamente industrializada não podem já interpretar-se segundo o modelo de instrumento”⁵⁰² ou seja, como se de modo simples estivessem organizadas como meios apropriados para fins que se consideram evidentes ou que se podem elucidar e propor no seio da comunicação.⁵⁰³

Opondo-se à teoria de N. Luhmann, Habermas confere que a “teoria dos sistemas não conduz à sociologia pela senda segura da ciência, ela apresenta-se antes como sucessora de uma filosofia que se dispensou”⁵⁰⁴. Por conseguinte, Habermas retorque, pois a teoria dos sistemas quer herdar conceitos fundamentais e formulações de problemas da filosofia do sujeito e, ao mesmo tempo, ultrapassar a capacidade de resolução de problemas daquela.⁵⁰⁵

Habermas transmiti-nos que a repercussão das formas de racionalização no mundo moderno aparece inserida nos mecanismos institucionais criado pelo Estado, de modo que, os quais

⁴⁹⁹ Ibidem.

⁵⁰⁰ Ibidem.

⁵⁰¹ Idem, p. 313.

⁵⁰² HABERMAS, Jurgen – **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 102.

⁵⁰³ Ibidem.

⁵⁰⁴ HABERMAS, Jurgen – Op. Cit., 2002, p. 336

⁵⁰⁵ Ibidem. De modo que ela procede a uma mudança de perspetiva que torna inútil a autocrítica de uma modernidade em luta consigo mesma. A teoria sistémica da sociedade, aplicada a si mesma, não pode deixar de ter uma atitude afirmativa face ao incremento em complexidade das sociedades modernas.

cooperem para “burocratizar” e para a “despolitizar” a vida social. A “racionalização da dominação só podemos esperá-la de situações que favoreçam o poder político de um pensamento ligado ao diálogo”⁵⁰⁶.

Acrescenta Habermas que “a força libertadora da reflexão não pode ser substituída pela difusão de um saber tecnicamente utilizável”⁵⁰⁷. Para ele, a despolitização da massa da população e o desmoronamento de uma opinião pública política são, no fundo, componentes de um sistema de dominação que tenciona eliminar da discussão pública as questões práticas.⁵⁰⁸

No mesmo diapasão, Touraine observa que no centro da sociedade pós-moderna, a dos tempos transatos e, ainda mais, a atual, encontra-se, na melhor das probabilidades, um vazio de valores que garante a autonomia da racionalidade técnica e permite proteger este vazio de poder no centro da sociedade, o princípio primeiro da democracia.⁵⁰⁹

Touraine entende o pós-modernismo como resultado de um longo movimento intelectual que se opôs quase constantemente a uma modernização técnica e económica, que, no fundo, não foi interpretada por nenhuma outra obra intelectual maior ao longo do século passado.⁵¹⁰

Touraine associa a ideia de revolução à de modernidade. Para ele, a ideia de revolução esteve sempre estreitamente ligada à de modernidade. De tal forma que, o sucesso intelectual do pós-modernismo foi, no final dos anos setenta, um efeito direto da crise do esquerdismo revolucionário.⁵¹¹

O pós-modernismo torna-se, entretanto, aqui pós-*historicismo*, o que constitui, de algum modo, o seu sentido principal e lhe atribui a sua importância.⁵¹² Assim sendo, Touraine observa o Sujeito como ator do regresso à modernidade e, quase todas as sociedades são constantemente penetradas por novas formas de produção, de consumo e de comunicação.⁵¹³

⁵⁰⁶ HABERMAS, Jürgen – Op. Cit., 2011 p. 106.

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ Idem, p. 122.

⁵⁰⁹ TOURAINE, Alain – Op. Cit., 1992, p. 126.

⁵¹⁰ Idem, p. 222. Nesta afirmação, Touraine excetua Dewey.

⁵¹¹ Idem, p. 223.

⁵¹² Idem, p. 225. Corresponde à experiência dos nossos contemporâneos que atravessam o espaço e o tempo através de viagens, de visitas a museus, da leitura de livros, da arte, da audição de discos e de cassetes que os tornam igualmente sensíveis a obras das quais estão materialmente próximos ou, pelo contrário, separados por séculos ou por milhares de quilómetros.

⁵¹³ Idem, p. 239.

Todavia, a *subjetivação* em Touraine reside no espaço onde o Sujeito se torna o principal agente social relevante, cuja compreensão e transformação societal se deve unicamente a ele.

Na sociedade tradicional, o homem é submetido a forças impessoais ou a um destino sobre o qual não tem controlo; sobretudo, a sua ação passa apenas pelo conformismo em relação a uma ordem concebida, pelo menos no pensamento ocidental, como um mundo racional que ele deve compreender.⁵¹⁴

Em suma, Touraine infere que a modernidade passa pelo declínio da razão objetiva e pela separação entre a subjetivação e a racionalização. Deste modo, procura desdramatizar o entendimento de Sujeito. Para ele, entendia-se por Sujeito “a criação de um mundo regido por leis racionais e inteligíveis ao pensamento do homem”⁵¹⁵, por outras palavras, “a formação do homem como sujeito foi identificada, como se vê melhor nos programas de educação, com a aprendizagem do pensamento racional e com a capacidade de resistir às opressões dos costumes e do desejo, para se submeter apenas ao desejo da razão”⁵¹⁶

Não obstante que a modernidade só existe através da interação crescente do Sujeito e da razão, da consciência e da ciência, Touraine impõe a ideia de que era, todavia, necessário renunciar à ideia de sujeito para, no entanto, fazer triunfar a ciência, que era necessário sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão, e, por fim, era necessário esmagar as categorias sociais identificadas com as paixões, os trabalhadores, sob o jugo da elite capitalista identificada com a racionalidade.⁵¹⁷

O retorno do sujeito é tão difícil numa sociedade puramente liberal que, com quanto, confia em mecanismos impessoais, uma vez que são estes os mecanismos do cálculo racional do interesse, como numa sociedade estatizada e dirigista que impõe uma integração completa e destrói o individualismo e qualquer referência a um sujeito definido pela sua oposição a esta integração.⁵¹⁸

Contudo, não reduzamos nunca a modernidade ao nascimento do Sujeito.⁵¹⁹ Touraine procura deixar claro que “esta seria a maneira mais segura de o destruir, de o transformar no seu

⁵¹⁴ Idem, pp. 243-244. O mundo do sagrado é, ao mesmo tempo, um mundo criado e animado por um deus ou por um grande número de divindades, e um mundo inteligível. O que a nossa sociedade destrói não é um mundo à mercê das intenções favoráveis ou desfavoráveis de forças ocultas; é um mundo que é, simultaneamente, criado por um sujeito divino e organizado segundo leis racionais, de modo que a tarefa mais elevada do homem consista em contemplar a criação e em descobrir as suas leis, ou ainda, em descobrir as leis ideais que estão por detrás das aparências.

⁵¹⁵ Idem, p. 245.

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ Idem, p. 270.

⁵¹⁹ Idem, p. 271.

contrário, o Si-mesmo, ou seja, no agente que é definido pelas expectativas dos outros e controlado por regras institucionais”⁵²⁰.

3.5.4 - Da cultura.

A rutura da modernidade na perspectiva cultural está associada, também, à discussão epistemológica. Se, eventualmente, levarmos em consideração as percepções meramente excludentes e um tanto quanto antagónicas de autores, como Bell, Marcuse, Baudrillard, Lipovetsky, que, independentemente de suas perspectivas singulares, dirigem-se para um centro comum.

Bell entendeu que a cultura consiste num processo contínuo de sustentação de uma identidade mediante a uma coerência alcançada por um consistente ponto de vista estético, uma concepção moral do eu e um estilo de vida que, portanto, exhibe estas concepções.⁵²¹

Os autores em referência, no fundo, procuram buscar uma resposta inerente à questão segundo a qual, estamos numa era de dissolução social? Para muitos, a resposta para esta inquietação prende-se no desejo de encontrar o sentido profundo de uma decomposição cuja ideia de pós-modernismo adquire apenas o aspeto de interrupção com uma tradição intelectual e cultural.⁵²²

Para Lyotard, especificamente, “o pós-moderno é a incredulidade em relação às metanarrativas”⁵²³ conforme fora referenciado, o que, de alguma forma, demonstra as observações censuradas à ciência que acabam por influenciar o mundo da cultura em geral.

Lipovetsky classifica a pós-modernidade como sedutora. Para ele, o indivíduo pós-moderno está cada vez mais ligado com o exterior do seu “seio social”, por exemplo através da música, que o faz sentir a necessidade de ser *transportado* e envolvido por uma atmosfera ambiente sincopada.⁵²⁴

Sabe-se que há mais de um século que o capitalismo está dilacerado por uma crise cultural profunda, aberta, que poder-se-ia resumir numa palavra: modernismo. Lipovetsky sustenta que

⁵²⁰ Idem, pp. 271-272.

⁵²¹ BELL, Daniel - **Las contradicciones culturales del capitalismo**. 2ª Edição. México: Editorial Patria, 1994, p. 44.

⁵²² TOURAINE, Alain – Op. Cit., 1992, p. 223.

⁵²³ LYOTARD, Jean-François – Op. Cit., 1989, p. 8.

⁵²⁴ LIPOVETSKY, Gilles – **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 46.

o modernismo, ou seja, essa nova lógica artística fundamentada em rupturas e descontinuidades, está assente na negação da tradição, no culto da novidade assim como da mudança.⁵²⁵

A modernidade age como uma espécie de autodestruição criadora, a arte moderna, no entanto, não é somente filha da idade crítica, mas crítica de si mesma.⁵²⁶ Deste modo, o modernismo não se satisfaz com gerar variações estilísticas e temas inéditos, por sua vez, quer romper a continuidade que nos liga ao passado, instituindo obras absolutamente novas.⁵²⁷

Recordamos que Bell observou com justeza que nas nossas sociedades, as transformações tecno-económicas não resolvem as metamorfoses culturais, e, precisamente, o pós-modernismo não é o reflexo da sociedade pós-industrial.⁵²⁸ Contudo, o modernismo não é somente rebelião contra si mesmo, é ao mesmo tempo revolta contra todas as normas e valores da sociedade burguesa: “a revolução cultural” começa nos finais do século XIX.⁵²⁹

A ética protestante foi minada, não pelo modernismo, mas pelo próprio capitalismo, conforme salienta Lipovetsky. Neste mesmo sentido, nota-se que o “maior instrumento de destruição da ética protestante foi a invenção do crédito. Anteriormente, para comprar era preciso começar por economizar mas com um cartão de crédito era possível satisfazer imediatamente os desejos”.⁵³⁰

O estilo de vida moderno resulta não só das transformações de sensibilidade impulsionadas pelos artistas desde há mais de um século, mas, mais profundamente ainda, pelas transformações do capitalismo desde há sessenta anos. Instalou-se, portanto, sob o efeito conjugado do modernismo e do consumo de massa, uma cultura centrada na realização do eu, na espontaneidade e na fruição: o hedonismo torna-se o “princípio axial” da cultura moderna, e entra a partir daí em oposição aberta com a lógica do económico e do político – eis a hipótese geral que orienta as análises de Daniel Bell.⁵³¹

A dimensão cultural que é, todavia, compreendida como sendo a mais lesada no processo de Globalização, muitos autores procuram, metaforicamente, descrever as transformações deste final de século: “primeira revolução mundial” (Alexander King), “terceira onda” (Alvin

⁵²⁵ Idem, p. 121.

⁵²⁶ Idem, p. 122.

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ BELL, Daniel apud LIPOVETSKY, Gilles – Op. Cit., 2013, pp. 123-124.

⁵²⁹ LIPOVETSKY, Gilles – Op. Cit., 2013, p. 124.

⁵³⁰ Idem, p. 125.

⁵³¹ Idem, p. 126.

Toffler), “sociedade informática” (Adam Shaff), “sociedade amébrica” (Kenichi Ohmae), “aldeia global” (McLuhan).⁵³²

Ortiz compreende que atualmente o tema da pós-modernidade se impõe devido ao facto de que no ponto essencial deste mundo que descrevemos como sendo capitalista surgem outras configurações irreduzíveis ao processo económico. Contudo, cada vez mais, discute-se sobre o “sistema-mundo”, isto é, no conjunto articulado no interior do qual todos os elementos se encontrariam funcionalmente determinados pelo todo.⁵³³

Com efeito, nas condições modernas, como consequência de uma diferenciação funcional, em que o elemento cultural é “sufocado”, somente um sistema societário pode existir. Assim, a sua rede comunicativa se espalha por todo o globo. Esta rede congrega e inclui todas as comunicações humanas.

A sociedade moderna é, portanto, “uma sociedade mundial no duplo sentido. Ela vincula um mundo a um sistema, e ela integra todos os horizontes mundiais como horizontes de um único sistema comunicativo”⁵³⁴.

Ortiz faz menção a Wallerstein, afirmando este último, que a cultura não passa de uma esfera ideológica de um *world-system*.⁵³⁵ Para Wallerstein “cultura é o sistema-ideia desta economia capitalista mundial, a consequência de nossas tentativas, coletivas e históricas, em nos relacionarmos com as contradições, as ambiguidades, e a complexidade da realidade sociopolítica desse sistema particular”⁵³⁶

Bell objeta a posição apresentada por Ortiz. Para Bell, a maior parte das culturas e das estruturas sociais, por si só, mostram unidade, ainda que sempre existam grupos que expressam valores esotéricos, desviados e comumente libertinos.⁵³⁷ Todavia, Bell reconhece que o modernismo cria uma incoerência na cultura.⁵³⁸ Portanto, há uma sensação geral de que a cultura tenha sido a causa da descontinuidade da modernidade, ou seja, a desorientação cultural é entendida como a fonte da crise da modernidade.⁵³⁹

⁵³² ORTIZ, Renato – **Mundialização e cultura**. 9ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 14.

⁵³³ Idem, p. 24.

⁵³⁴ Ibidem.

⁵³⁵ WALLERSTEIN, Immanuel apud ORTIZ, Renato – Op. Cit., 2007, p. 26.

⁵³⁶ Ibidem.

⁵³⁷ BELL, Daniel – Op. Cit., 1994, p. 44.

⁵³⁸ Idem, p. 89.

⁵³⁹ Ibidem.

Já Berger e Luckmann defendem a ideia segundo a qual o ser humano é tão dimensionado quanto as culturas humanas. Para ambos, a humanização é variável em sentido sociocultural.⁵⁴⁰ Por outras palavras, estes autores justificam que, “não existe natureza humana no sentido de um substrato biologicamente fixo, que determine a variabilidade das formações socioculturais”⁵⁴¹.

Lipovetsky admite que o modernismo é somente uma face do vasto processo secular que transporta ao advento das sociedades democráticas assentes na soberania do indivíduo e do povo, ou seja, trata-se de sociedades libertas da submissão aos deuses, das hierarquias hereditárias bem como das forças da tradição.⁵⁴²

A revisão proposta por Mike Featherstone é de que, com o aparecimento da “pós-modernidade” implicou uma rejeição de todas as manifestações culturais da modernidade como ultrapassadas. Deste modo, o conceito de “cultura” é alargado para incluir a produção cultural mais ampla, não somente nas artes, mas também nas esferas da ciência, do direito e da moralidade, que Weber considerava, tanto origem, quanto parte do processo de diferenciação da modernidade.⁵⁴³

De igual modo, o pós-modernismo ergueu “questões de longo alcance sobre a natureza da mudança cultural e o nexó metateorético subjacente com o qual procuramos analisá-la”⁵⁴⁴. Featherstone observa que até ao momento grande parte dos que teorizam o “pós-moderno” o fizeram a partir de uma perspectiva filosófica, da literatura e das humanidades, ao lado da lógica antissubstantivista e antievidencial de suas teorias, ou seja, entende Featherstone que, aquilo que outrora os círculos de ciências sociais observavam como factos e tratavam com certa precaução, agora pode ser tratado de forma proeminente; em seus piores excessos.⁵⁴⁵

Ainda assim, Featherstone refere que o “pós-modernismo” chega a legitimar a composição de histórias rarefeitas e o “vale tudo”, isto é, o uso idiossincrático da evidência, para auxiliar a pretensão do eclipse da evidencialidade.⁵⁴⁶

⁵⁴⁰ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas – **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. 24ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004, p. 72.

⁵⁴¹ Ibidem.

⁵⁴² LIPOVETSKY, Gilles – Op. Cit., 2013, p. 128.

⁵⁴³ FEATHERSTONE, Mike – Op. Cit., 1995, p. 79.

⁵⁴⁴ Ibidem.

⁵⁴⁵ Idem, p. 80

⁵⁴⁶ Ibidem. Às vezes, isso vem acompanhado de uma tendência para generalizar e interpretar as transformações dos processos sociais e das práticas sociais a partir de evidências recolhidas da análise de textos artísticos e literários, considerados precursores da nova ordem social “desordenada”.

Embora se note uma dissonância entre os autores mencionados, fica, contudo, evidente que, estes dirigem-se para o epicentro da fragmentação da sociedade moderna, assim sendo, este epicentro cria e criou a sua própria “sociedade” e, conseqüentemente, também, a consome.

Baudrillard, por sua vez, compreende que a nossa sociedade é objetivamente e de modo decisivo, uma sociedade de produção, *uma ordem de produção*, de modo conseqüente, é o lugar de estratégia económica e política.⁵⁴⁷ De acordo com este autor estamos, precisamente, numa sociedade em que são produzidos os próprios consumidores, ou seja, há *uma ordem do consumo*, que se manifesta como ordem da manipulação dos signos.⁵⁴⁸

A sociedade de consumo está estreitamente caracterizada pela *universalidade do fait-divers* na comunicação de massa. Toda e qualquer informação política, histórica e cultural é acolhida sob a mesma maneira, simultaneamente anódina e miraculosa, *fait-divers*.⁵⁴⁹

Atualiza-se integralmente, isto é, aparece dramaticamente no modo espetacular – e permanece de modo inatualizada, quer dizer, distanciada pelos meios de comunicação e reduzida a signos. O acontecimento irrelevante não constitui, pois, uma categoria entre outras, mas a categoria cardial do nosso pensamento mágico e da nossa mitologia.⁵⁵⁰

Em suma, Baudrillard, na sua obra designada “A Sociedade de Consumo”, apresenta, no fundo, uma análise detalhada das características da sociedade atual. Embora se vislumbre um tom profundamente pessimista e moralizante a respeito da “sociedade descontínua”.

Embora Baudrillard chegue a ter uma visão um tanto quanto “pessimista”, ele reconhece que, na verdade, “a massa é característica da nossa modernidade, na qualidade de fenómeno altamente implosivo, irreduzível a qualquer prática e teoria tradicionais, talvez mesmo irreduzível a qualquer prática e a qualquer teoria simplesmente”⁵⁵¹.

⁵⁴⁷ BAUDRILLARD, Jean – **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 24.

⁵⁴⁸ Ibidem.

⁵⁴⁹ Idem, p. 25.

⁵⁵⁰ Ibidem.

⁵⁵¹ BAUDRILLARD, Jean – **À sombra das maiorias silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas**. Brasil: Editora Brasiliense, 1985, p. 5.

De acordo com Lipovetsky, a grande fase do modernismo, a que viu portanto florescer os escândalos da vanguarda, pode ser dada por concluída.⁵⁵² Neste contexto, a massa cultural institucionalizou a revolta modernista.⁵⁵³

3.6 - A Pós-modernidade como referência ou contraponto à Modernidade

A discussão em torno do conceito de “pós-modernidade” vem da percepção de que estamos, entretanto, numa era em que as mudanças são cada vez mais visíveis e nos afetam direta ou indiretamente e que, de alguma forma, têm um impacto na vida social. Autores como Jean Baudrillard, Zygmund Bauman, Mike Featherstone e Gilles Lipovetsky afirmam que a sociedade pós-moderna é, precisamente, uma sociedade de consumo. Assim sendo, nela, o indivíduo é encarado como consumidor, em consequência da automatização do sistema de produção.

É preciso notar que a perspectiva de uma sociedade pós-moderna ou de uma sociedade de consumo, como Baudrillard infere, não se caracteriza somente pelo rápido crescimento das despesas individuais, vem também acompanhada pela intensificação das despesas assumidas por terceiros (sobretudo pela administração).⁵⁵⁴

As tipicidades da pós-modernidade podem, todavia, ser resumidas em algumas características, tais como a tendência de se deixar dominar pela imaginação das mídias eletrônicas, isto é, a colonização do seu universo pelos mercados (económico, político, cultural e social) e a celebração do consumo como expressão pessoal.

Contudo, existem outros aspetos que também são característicos da pós-modernidade como, por exemplo, a pluralidade de culturas, as falências das metanarrativas emancipadoras como aquelas propostas pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Não obstante, Rouanet compreende que dizer que somos pós-modernos dá precisamente um pouco a impressão de que, no fundo, deixamos de ser contemporâneos de nós mesmos. Contudo, é preciso reconhecer que, de facto, entramos na era da pós-modernidade.⁵⁵⁵

⁵⁵² LIPOVETSKY, Gilles – Op. Cit., 2013, p. 151.

⁵⁵³ Ibidem. No domínio artístico, são raros os que se opõem a uma liberdade total, a experiências ilimitadas, a uma sensibilidade desenfreada, ao primado do instinto sobre a ordem, à imaginação que recusa as críticas da razão.

⁵⁵⁴ Idem, p. 29.

⁵⁵⁵ ROUANET, Sérgio Paulo – Op. Cit., 1998, p. 229.

É nesta evidência que se procura esclarecer que a pós-modernidade se estende à totalidade da esfera cultural, abrangendo também a ciência e a filosofia. De igual modo, o termo aplica-se, também, à economia, à política, à sociedade em geral.⁵⁵⁶ Para uns o fenómeno é relativamente recente, outros o fazem remontar aos anos 50 e para outros ele está sempre presente em toda a história humana, ou seja, cada época vive sempre, em cada momento, o seu próprio pós-moderno.⁵⁵⁷

É, no fundo, esta dissonância que faz com que o conceito de pós-modernidade seja tão indefinido, porém é precisamente dentro deste antagonismo que se reflete um estado de espírito, mais do que uma realidade já cristalizada.⁵⁵⁸

Rouanet observa que existem, no entanto, três posições que não se conjugam. Em primeiro lugar, os que sentem o fenómeno da pós-modernidade como novo, em segundo lugar, os que afirmam ser um fenómeno antigo e, em último lugar, os que identificam este fenómeno num ou noutro sector da cultura, outros como presença difusa que atravessa inteiramente o quotidiano, mas essas três posições não unânimes em reconhecer a afirmação: a modernidade envelheceu.⁵⁵⁹

Há uma consciência de rutura. Como tal, trata-se de um fenómeno que não se deve afrontar de forma sonogada, por mais confusas que sejam as suas manifestações. Resta saber se a essa consciência corresponde uma rutura real. Nem sempre existe coincidência entre rutura e consciência de rutura. Num extremo, existe rutura, mas não consciência de rutura.⁵⁶⁰

Ferreira, por exemplo, observa que no campo económico o trabalho e a industrialização perderam, portanto, a centralidade explicativa. Assim sendo, a economia mantém o seu carácter capitalista embora se fale numa sociedade pós-industrial. Cabe-nos, todavia, destacar que, por exemplo, “o *fordismo* não teve paralelo na sua capacidade de produzir bens padronizados e em escala de massa”⁵⁶¹. Contudo, “tudo isso estava muito bem enquanto havia grupos suficientes na população ainda à espera por sua vez de saborear os frutos da produção em massa”⁵⁶².

⁵⁵⁶ Ibidem.

⁵⁵⁷ Ibidem.

⁵⁵⁸ Idem, p. 230.

⁵⁵⁹ Ibidem.

⁵⁶⁰ Ibidem.

⁵⁶¹ KUMAR, Krishan – **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**. 2ª Edição. São Paulo: Jorge Zahar, 1997, p. 55.

⁵⁶² Ibidem.

De igual modo, “ao falarmos de pós-fordismo⁵⁶³ não afirmamos que o trabalho alienado e a exploração tenham desaparecido”⁵⁶⁴. Assim sendo, surge um novo modelo de produção e consumo, novo pelo menos em escala, o modelo da «especialização flexível»⁵⁶⁵.

A especialização flexível depende da nova tecnologia da informação (destacando, assim, a interpenetração e a coincidência parcial das atuais teorias de mudança social). Máquinas-ferramentas numericamente controladas permitem a produção económica de pequenos lotes de bens, tanto de capital quanto de consumo, voltados para sectores especializados do mercado. As novas máquinas tornam possíveis mudanças rápidas de produção em resposta a novas oportunidades e necessidades.⁵⁶⁶

Bauman acredita que transpusemos da “modernidade pesada” à “modernidade leve”, ou seja, passámos da era do *hardware* à era do *software*. De acordo com Bauman, a era do *hardware* ou “modernidade pesada” designa a “modernidade obcecada pelo volume, uma modernidade do tipo “quanto maior, melhor”, «tamanho é poder, volume é sucesso»”⁵⁶⁷.

Essa foi a era do *hardware*, a época das máquinas pesadas e cada vez mais desejadas, dos muros de fábricas cada vez mais longos guardando fábricas cada vez maiores que ingerem equipas cada vez maiores, das poderosas locomotivas e dos gigantescos transatlânticos. O território estava entre as mais agudas obsessões enquanto a manutenção das fronteiras se tornava um de seus vícios mais ubíquos, resistentes e inexoráveis.⁵⁶⁸

A modernidade pesada foi a era da conquista territorial.⁵⁶⁹ Para Bauman, a riqueza e o poder que estão sujeitas ao tamanho e qualidade do *hardware* tendem, portanto, a ser lentas, sólidas e complexas de mover.⁵⁷⁰ Na era do *hardware*, ou seja, da “modernidade pesada” que à semelhança de Max Weber era igualmente a era da «racionalidade instrumental», o tempo era

⁵⁶³ *Pós-fordismo* – conceito que define um modelo de gestão produtiva que se diferencia do fordismo. Ao invés de centrar-se na produção em massa, fundamenta-se na ideia de flexibilidade. Exemplo: Toyotismo (por Taiichi Ohno) é considerado um dos expoentes do pós-fordismo. *Fordismo* – termo criado por Henry Ford, em 1914, refere-se aos sistemas de produção em massa (linha de produção) e gestão idealizados em 1913 [...] trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em inovações técnicas e organizacionais que articulam: produção em massa mais consumo em massa.

⁵⁶⁴ FERREIRA, Valdinei Aparecido – **Protestantismo e modernidade no Brasil**. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, p. 61.

⁵⁶⁵ KUMAR, Krishan – Op. Cit., 1997, p. 55.

⁵⁶⁶ Idem, pp. 55-56.

⁵⁶⁷ BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 132.

⁵⁶⁸ Ibidem.

⁵⁶⁹ Ibidem. A riqueza e o poder estavam firmemente enraizados ou depositadas dentro da terra – volumosos, fortes e inamovíveis como os leitos de mineiro de ferro e de carvão.

⁵⁷⁰ Idem, p. 133.

o meio que necessitava de ser administrado prudentemente a fim de que o retorno de valor, que era o espaço, pudesse ser maximizado.⁵⁷¹

Já na era do *software*, da “modernidade leve”, a eficácia do tempo como meio de alcançar valor tende a aproximar-se do infinito, com o efeito paradoxal de “nivelar por cima (ou, antes, por baixo) o valor de todas as unidades no campo dos objetivos potenciais”⁵⁷². Para Bauman, a era do *software*, da “modernidade leve” o tempo é sem consequência, é “instantâneo” e sem substância deste mundo do *software*.⁵⁷³ Portanto, ““Instantaneidade” significa realização imediata “no ato”, mas também exaustão e desaparecimento de interesse”⁵⁷⁴.

A questão que se coloca é de saber o que é realmente a pós-modernidade? A que ela se refere normalmente? Quais os indícios de que, de facto, se está diante de uma pós-modernidade? Para respondermos a estas questões, levaremos em consideração as inferências de Rouanet. Desse modo, partindo do princípio que o pós-moderno se define, em sua aceção mais geral, por um questionamento da modernidade, no todo e em parte, seria, portanto, permissível dizer que estamos vivendo uma época de transição de paradigma.

Rouanet compreende, igualmente, que a modernização da cultura é, no fundo, o processo de racionalização das visões do mundo e especialmente da religião.⁵⁷⁵ Com isso, a pós-modernidade, em consequência desse processo, “vão se diferenciando esferas axiológicas autónomas, até então embutidas na religião: a ciência, a moral e a arte”⁵⁷⁶.

A moral, derivada da religião, se torna cada vez mais secular. Ela deriva de princípios gerais, e tem carácter universalista, distinguindo-se nisto das morais tradicionalistas, cujos limites coincidem com os do grupo ou do clã. Esses princípios morais, internalizados pelo indivíduo, deram origem à ética do trabalho e forneceram o substrato motivacional para o desenvolvimento capitalista, segundo a famosa análise weberiana que postula uma relação causal entre a ética protestante, ou uma ética profissional, e o progresso material.⁵⁷⁷

⁵⁷¹ Idem, p. 137.

⁵⁷² Ibidem.

⁵⁷³ Ibidem.

⁵⁷⁴ Ibidem.

⁵⁷⁵ ROUANET, Sérgio Paulo – Op. Cit.,1998, p. 231. Recordamos que, do mesmo modo que Marx, Weber compreende a modernização social pela diferenciação da economia capitalista e do Estado moderno. A empresa capitalista supõe a existência de força de trabalho formalmente livre e um tipo de organização racional da produção baseado no cálculo contábil e na utilização técnica com base num sistema tributário centralizado, num poder militar perante, no monopólio da legislação e da violência e principalmente numa administração burocrática racional.

⁵⁷⁶ Ibidem.

⁵⁷⁷ Idem, p. 232.

Rouanet vê na pós-modernidade o desligamento da moral religiosa face à sociedade vigente. Contudo, atribui também à arte uma autonomia fruto deste desligamento, ou seja, a arte desprende-se do seu contexto tradicionalista, por exemplo, arte religiosa, e direcionou-se às formas cada vez mais independentes, como o mecenato secular e finalmente a produção para o mercado.⁵⁷⁸

Não obstante, Rouanet compreende que “as três esferas são funcionais para o processo de modernização social, mas muitas vezes entram numa relação tensa entre si e com os subsistemas da sociedade”⁵⁷⁹. A pós-modernidade se manifesta, inicialmente, “no plano do mundo vivido, através de um novo quotidiano, qualitativamente diferente do que caracterizava a modernidade”⁵⁸⁰.

É um quotidiano em que a máquina foi substituída pela informação, a fábrica pelo shopping center, o contacto de pessoa a pessoa pela relação com o vídeo. A estética impregna os objetos, para que eles se tornem mais atraentes. O apelo da publicidade estetizada envolve a personalização e a erotização do mundo das mercadorias; o homem é seduzido pelo objeto para se integrar no circuito do capitalismo como obra de arte. O mundo social se desmaterializa, passa a ser signo, simulacro, hiper-realidade.⁵⁸¹

Para Baudrillard, por exemplo, o homem tardo-moderno da sociedade de consumo tinha como propósito ter uma casa e um automóvel, em que projetava sua aspiração de poder e que pressupunham existência de um espaço individualizado de intimidade.⁵⁸²

O homem pós-moderno é esquizoide, como descreve Baudrillard, é permeável a tudo, tudo, para ele, é demasiado próximo, é promiscuo com tudo que o toca, ainda assim, deixa-se penetrar por todos os poros e orifícios, e, desse modo, “se parece com o anti-Êdipo de Deleuze e Guattari,

⁵⁷⁸ Ibidem. Cada uma das esferas axiológicas se desenvolve dentro de complexos institucionais próprios – as universidades e laboratórios, no caso da ciência, a comunidade dos crentes, no caso da moral, e o sistema de produção, distribuição e consumo da arte, bem como a crítica (mediante entre o artista e o público), no caso da estética.

⁵⁷⁹ Por exemplo, a ética, na medida em que se vinculava ainda, na origem, à religião, podia entrar em contradição com a ciência e a arte, e esta, cuja principal função era fornecer uma compensação pela dureza da vida racionalizada e pelos imperativos da competição económica, estimulada a formação de uma “contracultura” boémia que podia ocasionalmente entrar em choque com as exigências da racionalização capitalista.

⁵⁸⁰ Idem, p. 233.

⁵⁸¹ Ibidem.

⁵⁸² BAUDRILLARD, Jean apud ROUANET, Sergio Paulo – Op. Cit.,1998, p. 233. O espetáculo supunha a diferença entre cena e plateia. Sob a implacável luz néon da sociedade informatizada, não há mais cena - a realidade tornou-se, literalmente, *obscena*, pois tudo é transparência e visibilidade imediata, excluída a dimensão da interioridade.

que liberta os fluxos de energia obstruídos pelo capitalismo, transformando-se, assim, na pura máquina desejante”⁵⁸³.

Giddens, no entanto, entende que a pós-modernidade se refere a algo diferente. Dito de outro modo, se estamos efetivamente nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, “isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das Instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social”⁵⁸⁴.

Contudo, Giddens não põe de parte as consequências que, eventualmente, esta transição possa trazer à sociedade vigente, com efeito, infere que cada vez mais se projetam “fundamentos” epistemológicos incrédveis.

Afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com frequência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral.⁵⁸⁵

A querela para identificar a pós-modernidade com que ela tão amplamente chegou a significar – a substituição do capitalismo pelo socialismo. Todavia, o deslocamento desta transição para distante do núcleo, corresponde, na verdade, um dos principais agentes que incitam as discussões atuais sobre a possível dissolução da modernidade.⁵⁸⁶

Giddens identifica Nietzsche e Heidegger. De acordo com Giddens, ambos os autores, com o seu “nihilismo”⁵⁸⁷, convergem à modernidade a percepção intelectual de que a “história” pode, efetivamente ser identificada como uma apropriação que avança sem parar dos fundamentos racionais do conhecimento.⁵⁸⁸

⁵⁸³ ROUANET, Sergio Paulo – Op. Cit.,1998, p. 234.

⁵⁸⁴ GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1991, p. 45.

⁵⁸⁵ Idem, pp. 45-46.

⁵⁸⁶ Idem, p. 46.

⁵⁸⁷ *Nihilismo* é uma doutrina filosófica que indica um pessimismo e ceticismo extremos perante qualquer situação ou realidade possível. Consiste na negação de todos os princípios religiosos, políticos e sociais. Este conceito teve origem na palavra em latim *nihil*, que significa “nada”. O seu sentido original foi alcançado graças a Friedrich Heinrich Jacobi e Jean Paul. Este conceito foi abordado mais tarde por Nietzsche, que o descreveu como falta de convicção em que se encontra o ser humano após a desvalorização de qualquer crença. Essa desvalorização acaba por culminar na consciência do absurdo e do nada.

⁵⁸⁸ Idem, p. 46.

Não obstante, para Giddens, falar da pós-modernidade como superação da modernidade parece invocar aquilo mesmo que é (atualmente) declarado impossível, ou seja, dar alguma coerência à história e situar o nosso lugar nela.⁵⁸⁹ Hal Foster, por sua vez, partilha a mesma crença de Habermas de que a o projeto da modernidade é efetivamente cada vez mais problemático.⁵⁹⁰

Habermas identifica que a pós-modernidade se apresenta, precisamente, como anti-modernidade. Ora, esta afirmação descreve a atual corrente emocional do nosso tempo que tem vindo a penetrar em todas as esferas da vida intelectual.⁵⁹¹ Habermas procura, no entanto, aclarar a génese conceptual de “moderno” para compreender quais as eventuais tendências de se rever a transição do antigo ao moderno. Para tal, remeta-se sobre a perspetiva histórica.

The term “modern” has a long history, one which has been investigated by Hans Robert Jauss. The word “modern” in its Latin form “modernus” was used for the first time in the late 5th century in order to distinguish the present, which had become officially Christian, from the Roman and pagan past. With varying content, the term “modern” again and again expresses the consciousness of an epoch that relates itself to the past of antiquity, in order to view itself as the result of a transition from the old to the new.⁵⁹²

Habermas apresenta como alternativa, em vez de se considerar a modernidade e seu projeto como uma causa perdida, nós deveríamos aprender com os erros desses programas extravagantes que têm tentado, com isso, negar a modernidade.⁵⁹³ Em contrapartida, Giddens observa que a modernidade revela-se enigmática em seu cerne e parece não haver maneira deste enigma poder ser “superado”.⁵⁹⁴

Portanto, fomos todos “deixados com perguntas que uma vez pareceram ser respostas, e devo argumentar ulteriormente que não são apenas os filósofos que se dão conta disto. Uma consciência geral deste fenómeno se filtra em ansiedades cuja pressão todos sentem”⁵⁹⁵. Não obstante, Giddens conclui que o pós-modernismo tem sido associado não apenas com o fim da aceitação de fundamentos mas com o “fim da história”⁵⁹⁶.

⁵⁸⁹ Idem, p. 47.

⁵⁹⁰ FOSTER, Hal – **The anti-aesthetic. Essays on postmodern culture**. 15ª Edição. Washington: Bay Press, 1987, p. IX.

⁵⁹¹ HABERMAS, Jurgen – Modernity - An Incomplete Project. In, **The anti-aesthetic. Essays on postmodern culture**. 15ª Edição. Washington: Bay Press, 1987, p. 3.

⁵⁹² Ibidem.

⁵⁹³ Idem, p. 12.

⁵⁹⁴ GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1991, p. 48.

⁵⁹⁵ Ibidem.

⁵⁹⁶ Ibidem.

A “história” não tem forma intrínseca nem teleologia total. Uma pluralidade de histórias pode ser escrita, e estas não podem ser ancoradas por referência a um ponto arquimediano (tal como a ideia de que a história tem uma direção evolucionária). A história não deve ser equacionada à “historicidade”, pois esta última está claramente ligada às Instituições da modernidade.⁵⁹⁷

Gianni Vattimo propõe a ideia de que a pós-modernidade foi suficientemente discutida que já se tornou quase obrigatório manter as distâncias em relação a este conceito, isto é, considerá-lo uma moda passageira, declará-lo mais uma vez um conceito “ultrapassado”.⁵⁹⁸

Ora, para o filósofo italiano, Vattimo, o pós-moderno tem um único sentido e, este sentido está precisamente ligado ao “facto de que a sociedade em que vivemos ser uma sociedade de comunicação generalizada, a sociedade dos *mass média*”⁵⁹⁹, uma sociedade dependente de outras “sociedades” e dos meios de comunicação para que, de facto, possa existir.

Contraopondo as teses de Habermas, Vattimo insiste que, de facto, a modernidade teve o seu término. Assim sendo, Vattimo afirma que “a modernidade é a época em que se torna valor determinante o facto de ser moderno”⁶⁰⁰. A modernidade encontra o seu término quanto, por múltiplas razões, já não parece possível falar de história como qualquer coisa de unitário.⁶⁰¹

No mesmo itinerário, recordamos que Touraine considera que a crise da modernidade chega precisamente ao seu termo quando a sociedade se liberta de todo e qualquer princípio de racionalização, portanto, quer funcione como um mercado quer se defina apenas por uma identidade de carácter histórico, e quando os agentes não obtêm outras referências que não as culturais, comunitárias ou individuais.⁶⁰²

Lipovetsky dá, no entanto, espaços à pós-modernidade e adverte que “se uma nova época da arte, do saber e da cultura se anuncia, impõe-se a tarefa de determinar o que foi o clico anterior, a novidade requer aqui a memória, a ordenação cronológica, a genealogia”⁶⁰³ Neste contexto, pós-moderno dir-se-á, em poucas palavras, que não se trata de uma noção clara, remetendo, antes de mais, para níveis e esferas de análise que às vezes é difícil fazer coincidir.⁶⁰⁴

⁵⁹⁷ Ibidem.

⁵⁹⁸ VATTIMO, Gianni – **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio D’Água, 1992, p. 7.

⁵⁹⁹ Ibidem.

⁶⁰⁰ Ibidem.

⁶⁰¹ Idem, p. 8.

⁶⁰² TOURAINE, Alain – Op. Cit., 1992, p. 213.

⁶⁰³ LIPOVETSKY, Gilles – **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 119

⁶⁰⁴ Ibidem.

Bauman sustenta que a pós-modernidade pode ser entendida como a *modernidade sem ilusões* (o posto disso é que a modernidade é a pós-modernidade que recusa aceitar a sua própria verdade).⁶⁰⁵ Bauman propõe que a pós-modernidade pode ser entendida como o “reencantamento” do mundo depois da moderna batalha com a modernidade.

A pós-modernidade, também pode-se dizer, traz o “reencantamento “ do mundo depois da moderna luta, longa e seríssima, se bem que no fim inconclusiva, para desencantá-lo (ou, mais exatamente, a resistência ao desencantamento, quase nunca posta para dormir, foi continuamente o “espinho pós-moderno” na carne da modernidade.⁶⁰⁶

O mundo pós-moderno é precisamente o mundo em que o *mistério* não é mais exótico mal tolerado à espera da ordem de deportação.⁶⁰⁷ No mundo atual, observa Bauman, sucedem coisas que não têm nenhuma causa que as faça necessárias.⁶⁰⁸ O reencantamento pós-moderno do mundo proporciona a oportunidade de encarar a capacidade moral humana sem dissimulação, “tal como é realmente, sem disfarces e sem deformações; de readmiti-la no mundo humano vindo de seu exílio moderno”⁶⁰⁹.

Bauman critica que a redução da pós-modernidade em conceitos unicamente dos fenómenos intelectuais. Para ele, somente em alguns casos é que este conceito tem sido extensivo às artes e, noutros casos, transbordam para incluir um espectro mais amplo como as formas e preceitos culturais.⁶¹⁰ Contudo, raramente, a pós-modernidade transpõe a fronteira espiritual, ou seja, são poucas as conjunturas em que a pós-modernidade se refere à mudança social que os movimentos artísticos, culturais e intelectuais engendram como reflexão pós-moderna.⁶¹¹

Se eventualmente a pós-modernidade implica uma reforma conceptual da cultura, da perceção do mundo e da postura intelectual, então, infere Bauman, há uma tarefa mais alargada para a sociologia e um novo ajuste estratégico deve ser levado em consideração.⁶¹²

A cultura pós-moderna deve, no entanto, romper as suas ligações com as premissas ontológicas e epistemológicas da modernidade. Assim sendo, é necessário transformar a sociologia numa sociologia moderna. Bauman, a este respeito, propõe uma aceitação da pós-modernidade no

⁶⁰⁵ BAUMAN, Zygmunt – *Ética pós-moderna*. 1ª Edição. São Paulo: Paulus, 1997, p. 51.

⁶⁰⁶ Idem, pp. 51-52.

⁶⁰⁷ Idem, p. 52.

⁶⁰⁸ Ibidem.

⁶⁰⁹ Idem, p. 53.

⁶¹⁰ BAUMAN, Zygmunt – *Intimations of postmodernity*. First published. New York: Routledge, 1992, p. 26

⁶¹¹ Ibidem.

⁶¹² Ibidem.

plano teórico e prático e um abandono da identidade tradicional caracterizado na possibilidade de tentar decifrar os significados, reflexões sociais.⁶¹³

Sem embargo, Bauman levanta a seguinte questão: Por que precisamos do conceito de “pós-modernidade”? Em face disso, esse conceito é redundante, conclui Bauman. Isto é, é redundante na medida em que se propõe a capturar e articular o que é novo na fase atual da história ocidental, que se legitima em termos de um trabalho que já foi realizado por outra (modernidade), com isso, melhor seria estabelecer conceitos como os do “pós-capitalista” ou sociedade “pós-industrial”.⁶¹⁴

3.6.1 - Da Pós-modernidade à Hipermodernidade

Como vimos nos parágrafos anteriores, o conceito de “pós-modernidade” esteve, quase sempre, entrelaçado com as transformações que ocorreram na sociedade, acentuando mais às esferas cultural, política, económica e social.

A discussão em torno do conceito da “hipermodernidade” vem a propósito de ser bastante recente que Gilles Lipovetsky criou este termo, não, precisamente, para contrapor à modernidade ou pós-modernidade, mas, sobretudo, para referir que com a transformação das sociedades modernas, elas tornam-se mais flexíveis, liberais e fluídas.

De acordo com Lipovetsky a modernidade não conseguiu concretizar os ideais das Luzes que fixara como propósito. Além disso, em lugar de caucionar um trabalho de verdadeira libertação, deu “lugar a um empreendimento de dependência real, burocrática e disciplinar, exercido não somente sobre os corpos, mas igualmente sobre os espíritos”⁶¹⁵

As análises tradicionais do mundo moderno, tanto de direita como de esquerda, baseiam-se geralmente numa crítica similar: a autonomia prometida pelas Luzes teve por consequência última uma alienação total do mundo humano submetido ao peso terrível das duas calamidades da modernidade que são a técnica e o liberalismo de mercado.⁶¹⁶

⁶¹³ Ibidem.

⁶¹⁴ Idem, p. 93.

⁶¹⁵ LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien – **Os tempos hipermodernos**. Lisboa: Edições 70, 2013, p.18.

⁶¹⁶ Idem, pp. 17-18.

Lipovetsky não pretende atenuar o papel da negatividade na imagem que traça da pós-modernidade, mas antes “inpletir o sentido desta mesma pós-modernidade ao propor não o pensamento como um fenómeno unidimensional mas duplo”⁶¹⁷. Trata-se, no fundo, de compreender que a pós-modernidade se apresenta como um paradoxo e que nela duas lógicas existem simultaneamente e de forma íntima, uma que favorece a autonomia e a outra que aumenta a dependência.⁶¹⁸

Se, eventualmente, o conceito de “pós-modernidade” é problemático porque parece indicar uma rutura significativa na história do individualismo moderno, desse modo, não é menos apropriado sublinhar uma mudança de panorama nada negligenciável nesta mesma história.⁶¹⁹

Lipovetsky fundamenta que a modernidade é pensada através de dois valores essenciais, isto é, a liberdade e a igualdade, e sob uma figura ignota, o indivíduo autónomo, em rutura com o mundo da tradição.⁶²⁰

Só que, na idade clássica, a emergência do individualismo andou a *pari passu* com o crescimento do poder estatal, o que fez com que esta autonomização dos sujeitos fosse mais teórica do que real.⁶²¹

O conceito de pós-modernidade em Lipovetsky representa o momento histórico preciso em que todos os freios institucionais que se objetavam à emancipação individual se abatem e desaparecem, dando lugar à manifestação de desejos singulares, da realização pessoal, da estima por si.⁶²²

As grandes estruturas socializantes perderam a sua autoridade, as grandes ideologias já não trazem nada de novo, os projetos históricos já não mobilizam, o campo social é apenas o prolongamento da esfera privada: a era do vazio instala-se, mas «sem tragédia nem apocalipse».⁶²³

Jeffrey Alexander afirma que todo pensamento sobre a pós-modernidade é precisamente uma reflexão acima das categorias e uma falsa aspiração da narrativa coletiva tradicional, e, no

⁶¹⁷ Idem, p. 23.

⁶¹⁸ Ibidem. O importante é efetivamente apreender que é a própria lógica do individualismo e da desagregação das estruturas tradicionais de normalização o que produz fenómenos tão opostos como o controlo sobre si e a abulia individual, o sobre-vestimento *prometeico* e a falta de vontade total.

⁶¹⁹ Idem, p. 24

⁶²⁰ Ibidem.

⁶²¹ Idem, p. 25.

⁶²² Ibidem.

⁶²³ Ibidem.

entanto, para muitos pós-modernistas a distopia do mundo contemporâneo está no resultado semântico.⁶²⁴

Assim sendo, sustenta Alexander, estamos a testemunhar o nascimento da quarta versão da guerra do pensamento mitopoético social.⁶²⁵ Neste mesmo sentido, à semelhança de Lipovetsky, Alexander não apelida este novo paradigma de hipermodernidade, mas de Neo-Modernismo.⁶²⁶

O Neo-Modernismo servirá como uma caracterização áspera-e-pronta da fase da teoria pós-moderna, até, portanto, o conceito representar o novo espírito do tempo e de uma forma mais imaginativa.⁶²⁷ No fundo, Alexander não apresenta a sua posição se, na verdade, atingimos ou não o término da pós-modernidade, apesar de apresentar o Neo-Modernismo. Porém, fica caracteriza a pós-modernidade como sendo aquela que engendrou o Neo-Modernismo.

Embora Alexander observe que as teorias de mudanças sociais devam ser consideradas como ideologias, Lipovetsky define a “hipermodernidade” descrevendo-a como uma “sociedade liberal caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade, afastada como nunca dos grandes princípios estruturantes da modernidade, que teve de se adaptar ao ritmo hipermoderno para não desaparecer”⁶²⁸.

3.6.2 - Modernidade, Modernização e Modernismo

A discussão em torno destes três conceitos, modernidade, modernização e modernismo, reflete as transformações ocorridas no final do século XIX e início do século XX. Ora, estes conceitos são usados a partir de diferentes áreas e autores, como anteriormente evidenciámos.

Este processo poderá ser efetivamente simbolizado no encadeamento histórico e semântico de três conceitos, todavia, todos eles encontram-se inscritos na raiz do projeto moderno: modernidade, modernismo e modernização.⁶²⁹

⁶²⁴ ALEXANDER, Jeffrey C. – Modern, Anti, Post, and Neo: How social theories have tried to understand the “new word” of “our time”. *Zeitschrift fur Soziologie* [Em linha]. Jg. 23, Heft, 3, Juni (1994), S. 165-197. [Consult. 23 Julho 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.zfs-online.org/index.php/zfs/article/viewFile/2860/2397>>.

⁶²⁵ Idem, p. 185.

⁶²⁶ Do inglês: “Neo-Modernism”.

⁶²⁷ ALEXANDER, Jeffrey C. – Op. Cit., 1994, p. 185.

⁶²⁸ LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien – Op. Cit., 2013, p.28.

⁶²⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa – **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 8ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 73.

Recordamos que Jacques Le Goff aponta o século XIX como o século da transformação e do aparecimento do conceito de “modernidade”, “que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial”⁶³⁰.

De igual modo, a modernidade “na segunda metade do século XX generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de “modernização”, nascida do contacto com o Ocidente”⁶³¹.

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: “antigo” pode ser substituído por “tradicional” e moderno, por “recente” ou “novo”) e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras.⁶³²

Quanto ao termo “moderno aparece no baixo latim, com o sentido de «recente» e, precisamente, mantém este significado por muito tempo, ao longo da Idade Média”⁶³³. Contudo, “o par e o seu jogo dialético são gerados por “moderno” e a consciência da modernidade nasce do sentimento de rutura com o passado”⁶³⁴.

Le Goff analisa que, de facto, “as sociedades históricas, mesmo que não se tenham apercebido da amplitude das mutações que viviam, experimentaram o sentimento de moderno e forjaram o vocabulário da modernidade nas grandes viragens da sua história”⁶³⁵

A palavra “moderno” nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja “modernidade” foi assinalada por Henri Hauser [1930]; Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de “modernidade” na França do Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a ideia de “modernização” logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo.⁶³⁶

⁶³⁰ LE GOFF, Jacques – **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1990, p. 167.

⁶³¹ Ibidem.

⁶³² Ibidem.

⁶³³ Ibidem.

⁶³⁴ Idem, p. 169.

⁶³⁵ Ibidem.

⁶³⁶ Idem, pp. 169-170.

3.6.2.1 – Modernismo.

O conceito de “modernismo”, de acordo com Le Goff, amplia, o campo de ação do “moderno”, objetando-se mais do que a “antigo”, a “tradicional” e “num sentido mais preciso em termos religiosos, fala-se por exemplo de modernismo ascético e de modernismo militar, de semimodernismo e de modernização”⁶³⁷.

Não obstante, Berman classifica e divide o “modernismo” nos anos 60 do século XX em três tendências, com base em sua atitude perante a vida moderna como um todo: afirmativo, negativo e ausente. Ora, essa divisão parece simplista, mas as atitudes recentes diante da modernidade tendem de facto a ser mais grosseiras e mais simples, menos sutis e menos dialéticas do que aquelas de um século atrás.⁶³⁸

Já Lipovetsky sustenta que “modernismo” não é uma rutura primeira e incomparável: na sua raiva de destruir a tradição e de inovar radicalmente, o modernismo prossegue na ordem cultural, após o intervalo de um século, a obra própria das sociedades modernas visando instituir-se de modo democrático.⁶³⁹

Deste modo, o “modernismo” institui uma arte desligada do passado, soberanamente mestra de si própria; “é uma figura da igualdade, a primeira manifestação da democratização da cultura, ainda que possa surgir sob a feição elitista de uma arte separa das massas”⁶⁴⁰.

3.6.2.2 – Modernização.

Quanto ao conceito de “modernização”, Le Goff faz a distinção do mesmo atribuindo-lhe três características, a saber: a “modernização equilibrada”; a “modernização conflitual” e a “modernização por tentativas”.

Sem minimizar o carácter relativamente arbitrário desta enumeração, distinguir-se-ão três tipos de modernização: a) a modernização equilibrada, em que o êxito da penetração do “moderno” não destruiu os valores do “antigo”; b) a modernização conflitual que, atingindo apenas uma parte da sociedade, ao tender para o “moderno”, criou conflitos graves com as tradições antigas; c) a modernização por tentativas que,

⁶³⁷ Idem, p. 182.

⁶³⁸ BERMAN, Marshall – Op. Cit., 1986, p. 24.

⁶³⁹ LIPOVETSKY, Gilles – Op. Cit., 2013, p. 128.

⁶⁴⁰ Idem, p. 129.

sob diversas formas, procura conciliar “moderno” e “antigo”, não através de um novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais.⁶⁴¹

Para Featherstone, “modernização” é um termo usado habitualmente na “sociologia do desenvolvimento para indicar o desenvolvimento económico sobre estruturas sociais e valores tradicionais”⁶⁴².

Neste contexto, a teoria da “modernização” é também empregue para designar as etapas do desenvolvimento social assentes na industrialização, “a expansão da ciência e da tecnologia, o Estado-nação moderno, o mercado capitalista mundial, a urbanização e outros elementos infraestruturais”⁶⁴³.

Gianfranco Pasquino, Norberto Bobbio e Nicola Matteucci entendem por “modernização” o conjunto de mudanças operadas nas esferas políticas, económica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos.⁶⁴⁴ Para estes autores, a modernização não se limita ao processo de difusão de valores e técnicas europeias, contudo reconhece que os processos de transformações profundas e frequentemente rápidos tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte.⁶⁴⁵

Com o passar do tempo, se tomou consciência de que a Modernização não é apenas o processo de difusão de instituições, valores e técnicas europeias, mas é um processo

⁶⁴¹ LE GOFF, Jacques – Op. Cit., 1990, p. 185. O modelo de *modernização equilibrada* é o Japão. Decidida, de cima, numa sociedade hierarquizada, no momento em que a revolução industrial e as descobertas do século XIX se difundiam – o que permitirá ao Japão juntar-se rapidamente ao conjunto das nações modernas –, a modernização Meiji (a partir de 1867) caracterizou-se pela receção das técnicas ocidentais e a conservação dos valores próprios.

Modernização conflitual acontece na maioria dos países do mundo muçulmano. Aí a modernização não teve origem, na maior parte dos casos, numa escolha, mas numa invasão (militar ou não) e, em todos os casos, num choque com o exterior. Em quase toda a parte, a modernização adquiriu a forma de ocidentalização, o que tornou evidente ou criou um problema fundamental: Ocidente ou Oriente? Sem analisar em detalhe este conflito, podemos dizer que, historicamente, revestiu três aspetos: no século XIX, como contragolpe do Imperialismo europeu, colonialista ou não; depois da Segunda Guerra Mundial, no quadro da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo; nos anos 70 (século XX) com o *boom* do petróleo.

Pode-se tomar o mundo da África negra como laboratório *da modernização tateante*. Seja qual for a variedade das heranças e das orientações, dois elementos básicos dominam o problema antigo/moderno: a) a independência é muito recente, os elementos de modernismo trazidos pelos colonialistas são fracos, descontínuos, inadequados às necessidades reais dos povos e das nações, em resumo, o “moderno” é muito jovem; b) em contrapartida, o atraso histórico é grande, e o “antigo” é muito pesado. Em consequência, através das diversas fórmulas políticas e ideológicas há, em geral, dois desejos: a) encontrar o que, no “moderno”, convém à África, praticar uma modernização seletiva, parcial, lacunar, empírica; b) procurar um equilíbrio especificamente africano, entre tradição e modernização.

⁶⁴² FEATHERSTONE, Mike – Op. Cit., 1995, p. 23

⁶⁴³ Ibidem.

⁶⁴⁴ PASQUINO, Gianfranco; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola – **Dicionário de política**. 11ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 768.

⁶⁴⁵ Ibidem.

aberto e contínuo de interação entre as várias instituições, culturas e técnicas. Este processo envolve todas as esferas do sistema social de forma frequentemente conjunta, se desenvolve segundo modelos alternativos que apresentam características semelhantes e peculiares, modelos que permitem, porém, identificar, no transcorrer da história, sistemas políticos, económicos e sociais mais ou menos modernos do que outros, com base em categorias comparadas.⁶⁴⁶

Na esfera política, a “modernização” permite captar o processo do seu desenvolvimento dinâmico sem, à partida, assumir modelos e formas políticas preexistentes, porém permite “enuclear as características de modernidade, tanto as relativas aos cidadãos como as relativas ao sistema político, e evitar a confusão entre modernidade e democraticidade”⁶⁴⁷.

No âmbito económico, a “modernização” compreende “o processo pelo qual a organização da esfera económica de um determinado sistema se torna mais racional e mais eficiente”⁶⁴⁸. Todavia, Pasquino, Bobbio e Matteucci observam que a “modernização económica” conduz à sociedade altamente industrializada, contudo o processo que ela implica e as mudanças que instiga, são muito mais abrangente do que as provocadas pela industrialização⁶⁴⁹.

No âmbito social, a “modernização” envolve, antes de tudo, um “êxodo mais ou menos maciço de mão-de-obra excedente dos campos, mão-de-obra expulsa em parte pela mecanização do sector agrícola, em parte atraída pelas nascentes industriais urbanas”⁶⁵⁰.

⁶⁴⁶ Ibidem.

⁶⁴⁷ Ibidem. A definição até hoje mais satisfatória e que mais atende a estes requisitos acentua três características principais: a igualdade, a capacidade e a diferenciação. Existe, portanto, Modernização política quanto à população de uma comunidade política em seu conjunto, quando se verifica a transição de uma condição generalizada de súditos para um número crescente de cidadãos unidos entre si por vínculos de colaboração, passagem que é acompanhada pela expansão do direito de voto e da participação política, por uma maior sensibilidade e adesão aos princípios de *igualdade*, e por uma mais ampla aceitação do valor das leis *erga omnes*. Existe Modernização política quanto ao desempenho do Governo e do sistema na sua globalidade, quando se verifica um aumento da *capacidade* das autoridades em dirigir os negócios públicos, em controlar as tensões sociais e em enfrentar as exigências dos membros do sistema.

⁶⁴⁸ Idem, p. 772. A racionalidade é medida com base na correspondência dos meios usados em relação aos fins que se pretendem atingir. A eficiência é medida com base em três índices: o produto nacional bruto, a renda *per capita* e o índice de crescimento de produção *per capita*.

⁶⁴⁹ Idem, p. 773.

⁶⁵⁰ Idem, p. 774. A necessidade de saber manejar máquinas complexas e de prover a administração de grandes empresas torna necessário o aumento da alfabetização para que se torne possível uma mais rápida, mais segura e mais ampla aquisição dos conhecimentos indispensáveis. O processo de alfabetização é acompanhado e favorecido pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa [...] estimulando consideravelmente a mobilidade geográfica.

3.6.2.3 - Modernidade.

O termo “modernidade” foi lançado por Baudelaire no artigo *Le peintre de La vie moderne*, escrito na sua maior parte em 1860 e publicado em 1863.⁶⁵¹ O termo teve um grande impacto inicial, mas limitado aos ambientes literários e artísticos da segunda metade do século XIX, ademais, teve depois um reaparecimento e uma ampla difusão após a Segunda Guerra Mundial.⁶⁵²

Em Baudelaire mantém-se a antiga questão: O que é a modernidade? Para ele, é o que há de “poético” no “histórico”, de “eterno” no “transitório”. A modernidade tem ligações com a “moda”.⁶⁵³ De igual modo, Baudelaire fala também de moda feminina, do “estudo do militar, do *dandy* e do próprio animal, cão ou cavalo”⁶⁵⁴. Portanto, concede ao significado de moderno uma tonalidade que o liga aos comportamentos, costumes e decoração. Cada época, diz ele, “tem o seu porte, o seu olhar, o seu gesto”⁶⁵⁵.

Touraine, neste sentido, compreende que a definição de “modernidade” nos conduz numa direção diferente da que é anunciada pela palavra sociedade.⁶⁵⁶ Assim sendo, para existir modernidade são indispensáveis a liberdade e a criatividade no seio de sistemas sociais que tendem precisamente a reforçar-se a si mesmos, mais do que a formar atores livres.⁶⁵⁷

No paradigma da modernidade, Alain Touraine identifica dois princípios como fundamentais para formular a conclusão da análise sobre o conceito de “modernidade”. Primeiro o princípio da *crença na razão e na ação racional*, e, segundo, o princípio do *reconhecimento dos direitos do indivíduo*.

O primeiro princípio é a crença na razão e na ação racional. A ciência e a tecnologia, o cálculo e a precisão, a aplicação dos resultados da ciência a domínios cada vez mais diversos da nossa vida e da sociedade, são para nós componentes necessárias, e quase evidentes, da civilização moderna. O segundo princípio fundador da modernidade é o

⁶⁵¹ BAUDELAIRE, Charles apud LE GOFF, Jacques – Op. Cit., 1990, p. 188.

⁶⁵² Ibidem.

⁶⁵³ LE GOFF, Jacques – Op. Cit., 1990, p. 189.

⁶⁵⁴ Ibidem.

⁶⁵⁵ Ibidem.

⁶⁵⁶ TOURAINE, Alain – **Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 88.

⁶⁵⁷ Ibidem.

reconhecimento dos direitos do indivíduo, isto é, a afirmação de um universalismo que dá atributos económicos, sociais e políticos.⁶⁵⁸

Barry Smart defende que a modernidade está associada a várias consequências e, entretanto, estas múltiplas consequências estão longe de serem esgotadas, pois, à semelhança de Habermas, Smart afirma que a modernidade ainda não acabou de forma alguma o seu curso.⁶⁵⁹ Desse modo, as consequências da modernidade estão precisamente identificadas e derivam da maneira como a modernidade é conceptualizada.⁶⁶⁰

Smart ao analisar a finalidade da modernidade observa que o nosso destino moderno é “vivermos num mundo que recusa submeter-se a desígnios, sejam eles grandiosos ou não tão grandiosos”⁶⁶¹, e, de alguma forma, aclara estarmos num mundo que “não adere nem se acomoda ao ordeiro pragmático potencial da razão e que rejeita as seguranças da certeza”⁶⁶².

A modernidade não foi unicamente observada como rutura com a tradição. José da Silva, por exemplo, aponta o sujeito (homem) como o símbolo da modernidade e, por conseguinte, como elemento de interligação entre o desenvolvimento e o capitalismo.

De acordo com Silva, “o sujeito, ou seja, o homem, também é um símbolo da modernidade. Mas é o homem definido pela razão e não pela sensibilidade, o homem/representação; não o homem/ser”⁶⁶³.

A modernidade resulta da interligação entre o incremento do processo de individualização do homem e o desenvolvimento do capitalismo industrial. Por isso, o encontro entre o capitalismo e a industrialização foi precedido e seguido, simultaneamente como causa e como efeito, por um encontro entre a liberdade e a razão, operado por um homem que se libertava de forças transcendentais, estranhas à sua individualidade.⁶⁶⁴

A liberdade, como adiante veremos em Beck sobre a *individualização*, a par de insubstituível motor do progresso material e social, foi de modo simultâneo fonte do aprofundamento das desigualdades entre os fortes e os fracos, os ricos e os pobres.⁶⁶⁵

⁶⁵⁸ Idem, pp. 88-89.

⁶⁵⁹ SMART, Barry – **A pós-modernidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1993, p. 115.

⁶⁶⁰ Ibidem.

⁶⁶¹ Idem, p. 134.

⁶⁶² Ibidem.

⁶⁶³ SILVA, José Maria Rodrigues – **A (pós) modernidade e o estado de direito democrático**. Lisboa: Europress, 1994, p. 39.

⁶⁶⁴ Idem, p. 40.

⁶⁶⁵ Idem, p. 41.

É precisamente a exacerbada “individualização” que Bauman apelida como *mal-estar da modernidade*. Bauman observa que os mal-estares da modernidade provêm de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual.⁶⁶⁶ O mesmo sucede à pós-modernidade, “os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais”⁶⁶⁷.

Santos considera que o trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo, mormente, nos países centrais.⁶⁶⁸ A “modernidade” não foi aceite de “braços abertos”. É, entretanto, natural que a “modernidade” tenha encontrado também resistências. Canclini aborda que não basta somente o interesse de abrir e expandir o mercado, é necessário que se persuade os seus destinatários que, ao mesmo tempo que renovam a sociedade, prolongam tradições compartilhadas.⁶⁶⁹

Canclini propõe um exame na teoria da modernidade associando essa a uma relação indispensável com as operações de ritualização cultural.⁶⁷⁰ De modo que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriam dela, acrescenta Canclini, é necessário colocá-las em cena.⁶⁷¹

Ora, Mike Featherstone faz a distinção da noção preliminar do significado de “pós-modernismo”, identificando e demonstrando a derivação de “pós-moderno” a qual pode ser contraposta com a família de termos derivados de “moderno”.

Featherstone apresenta a seguinte estrutura:⁶⁷²

Moderno – Pós-moderno

Modernidade – pós-modernidade;

⁶⁶⁶ BAUMAN, Zygmunt – **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 10.

⁶⁶⁷ Ibidem.

⁶⁶⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa – Op. Cit., 2002, p. 72.

⁶⁶⁹ CANCLINI, Néstor García – **Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), 2000, p. 159.

⁶⁷⁰ Idem, p. 161.

⁶⁷¹ Idem, pp. 161-162.

⁶⁷² FEATHERSTONE, Mike – Op. Cit., 1995, p. 19. Se “moderno” e “pós-moderno” são termos genéricos, é imediatamente visível que o prefixo “pós” (*post*) significa algo que vem depois, uma quebra ou uma rutura com o moderno, definida em contraposição a ele. Ora, o termo “pós-modernismo” apoia-se mais vigorosamente numa negação do moderno, num abandono, rompimento ou afastamento das características decisivas do moderno, com uma ênfase marcante no sentido de deslocamento relacional. Isso tornaria o pós-moderno um termo relativamente indefinido, uma vez que estamos apenas no limiar do alegado deslocamento, e não em posição de ver o pós-moderno como uma positividade plenamente desenvolvida, capaz de ser definida em toda sua amplitude por sua própria natureza.

Modernité – postmodernité

Modernização - pós-modernização

Modernismo – pós-modernismo.

Embora Featherstone demonstre estruturalmente a procedência do significado de pós-modernismo, Stuart Hall chegou a afirmar que o sujeito moderno emergiu num momento particular, que apelidaria como seu “nascimento”, e tem sua história, segue-se que também pode mudar e, de facto, sob certas circunstâncias, podemos contemplar a sua “morte”.⁶⁷³ Com efeito, isto significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduos mas que a individualidade era tanto “vívida” quanto “conceptualizada” de forma diferente.⁶⁷⁴ Stuart Hall compreende que as “transformações associadas à modernidade libertam o indivíduo dos seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”⁶⁷⁵.

⁶⁷³ HALL, Stuart – **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p. 24

⁶⁷⁴ *Idem*, p. 25.

⁶⁷⁵ *Ibidem*.

II PARTE

4º CAPÍTULO - ULRICH BECK, A SOCIEDADE DO RISCO

A discussão em torno dos conceitos de “modernidade”, “pós-modernidade” e “hipermodernidade”, como, anteriormente, analisámos, não se esgota e muito menos fica para atrás. Neste capítulo, passaremos a analisar estes estados, “modernidade”, “pós-modernidade” e “hipermodernidade”, a partir de uma perspetiva mais subjetiva, ou seja, olhar-se-á para os efeitos deletérios que a transição de um estado para outro originou bem como os efeitos que a “sociedade industrial” pavimentou até aos dias de hoje. Contudo, para Ulrich Beck, somente existem duas modernidades, a primeira e a segunda.

O avanço tecnológico deu um outro dinamismo à sociedade através das inovações na indústria, na medicina, na política, na cultura, etc..., em suma, em todas as esferas da sociedade. O que não se considerava, inicialmente, nem se questionava, era o perigo e a destruição da natureza e, este perigo se tornou o motor da história. Na verdade, não se trata de uma análise dos perigos enquanto tais, mas de demonstrar que, diante da pressão do perigo industrial que nos ameaça e o conseqüente desaparecimento das questões tradicionais no conflito de classe e interesses, aparecem oportunidades de novas configurações.

Para analisarmos a questão conceptual teórica em causa, a *sociedade do risco*, apresentaremos, antes de tudo, a biografia do autor deste conceito e, seguidamente, abordaremos os conceitos a ele vinculados como: *sociedade do risco; globalização, globalismo, globalidade; individualização, individualismo institucionalizado; modernização reflexiva; política e subpolítica; modernidade reflexiva, segunda modernidade; cosmopolitismo metodológico; cosmopolitização reflexiva; Estado cooperativo e destradicionalização*. É neste linear e no panorama da sociologia contemporânea que se destaca com nitidez o autor da Teoria da *Sociedade do Risco*, Ulrich Beck⁶⁷⁶.

⁶⁷⁶ Ulrich Beck nasceu em 15 de Maio 1944 em Slupsk, Alemanha. Estudou sociologia, filosofia, psicologia e ciências políticas em Freiburg e Munich. Doutorou-se em 1972. Iniciou sua atividade docente em Munster (1979-1981), de onde passou à Universidade de Bamberg (1981-1992) antes de ser catedrático em sociologia (1992), na Universidade Ludwig-Maximilian, em Munich. Atualmente, também é docente da London School of Economics. Editor da revista sociológica *Soziale Welt* (desde 1980). Doutor “honoris causa” pela Universidade de Jyväskylä, Finlândia. O hiperativo, irónico e criativo sociólogo alemão Ulrich Beck insere-se, todavia, no conjunto de pensadores pós-1980 que desejavam encontrar um novo fundamento categorial para as relações políticas e sociais. Beck faleceu prematuramente na cidade alemã de Munique, após ter sofrido um enfarte no primeiro dia 1 de janeiro de 2015.

Since 1992 Professor of Sociology, Ludwig Maximilian University of Munich (LMU Munich).
Since 1997 British Journal of Sociology Visiting Centennial Professor at the London School of Economics and Political Science (LSE).

-
- Since 2008 Fellow at the Centre for Advanced Studies of the LMU Munich.
- Since 2009 Senior Loeb Fellowship of Harvard University.
- Since 2009 Senior Research Fellow at Max-Planck-Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity, Göttingen.
- Since 2011 Professor at the Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Paris.
- 2011 Member of the Ethics Commission of the German Government on the evaluation of nuclear energy and its alternatives.
- 2005 Offer of the Chair for Sociology, University Cambridge, as successor to Anthony Giddens.
- Since 1997 Editor of "Second Modernity", book series published by Suhrkamp.
- 1995-1997 Distinguished Research Professor at the University of Wales College of Cardiff.
- 1995-1997 Member of the Commission for Future Questions established by the State of Bavaria and the State of Saxony.
- Since 1995 Member of Editorial Boards or International Advisory Boards (selection): British Journal of Sociology; International Politics; European Journal of International Relations; European Journal of Social Theory; Zeitschrift für Internationale Beziehungen; 21st Century Society.
- 1981-1992 Professor of Sociology at the University of Bamberg.
- 1990-1991 Fellow at the Institute for Advanced Study in Berlin (Wissenschaftskolleg zu Berlin).
- Since 1980 Editor of the journal SOZIALE WELT.
- 1979-1981 Professor of Sociology at the University of Münster.
- 1979 Higher doctorate (Habilitation) at the LMU Munich.
- 1974 Dr. Phil. in Sociology at the LMU Munich on "The Value-Debate in German and American Sociology" (summa cum laude).
- 1972-1979 LMU Munich, Research Fellow at the Research Centre on "Social Scientific Perspectives on Occupational Change, Labour Market and Work Conditions", financed by the DFG.
- 1966 Started university, studying Law in Freiburg; transferred to the LMU Munich after one term to study Sociology, Philosophy, Psychology and Political Science; Scholarship from the German National Academic Foundation (Studienstiftung des deutschen Volkes).
- 1961-1962 Foreign exchange student, American Field Service (AFS); High School Diploma in Springfield, Min., USA.
- 1944 Born in Stolp/Pomerania; childhood in Hanover.

Funding ID

- Since 2013 Principal Investigator of the European Research Council (ERC) project: "Methodological Cosmopolitanism – In the Laboratory of Climate Change"
- 1999-2009 Founding Director of the Collaborative Research Centre (SFB 536) "Reflexive Modernization" at the LMU Munich, financed by the German Research Foundation (DFG), Grant of 15 Mio. €
- 2008-2009 Partner in FP7 Cooperation Project "Mapping Risk Controversies on Science for Politics (MACOSPOL), Coordinator Bruno Latour, in cooperation with the universities of Oslo, Manchester, Munich, Lausanne, Pisa, and Amsterdam; "Science in Societies", Grant in total 1 Mio. € (Grant Munich 100.000 €)
- 2002-2003 Academic Scholarship: Research Project "The Cosmopolitan Society and its Enemies", financed by the Volkswagen Foundation (Volkswagen Stiftung), Grant of 76.700 €
- 1997-2001 Leader of the research project "Professional Action in the Context of Law, Professional Autonomy and Reflexive Competence – the Example Human Genetics", financed by the Volkswagen Foundation (Volkswagen Stiftung), Grant of 600.000 DM
- 1989-1993 Leader of the research project "Individualization of Social Inequality" financed by the DFG, Grant of 610.000 DM
- 1981-1988 Founding Director of the National Research Centre "Uses of Social Sciences", financed by the DFG, Grant of 16 Mio. DM

Scientific Leadership Profile

Since the 1980s I have been engaged in systematically developing a multi-layered theoretical and empirical diagnosis of the self-transformation and self-interrogation of modern societies. This diagnosis has had a growing international and interdisciplinary impact during the decade up to the present, as indicated by three facts: 1) I

4.1 - A sociedade do risco: características, consequências e perspectivas

Na teoria da “sociedade de risco”⁶⁷⁷, Beck defende a existência de uma rutura dentro da modernidade que a afastou da sociedade industrial clássica e pavimentou veredas distintas, como a “sociedade industrial do risco”.

am ranked as one of the most cited social scientists. 2) My books have been translated into more than 35 languages. 3) In the last 10 years, I supervised 27 PhD students and 11 post docs – “Habilitation” (all of whom have meanwhile become professors of sociology).

As Founding Director of the Collaborative Research Centre (SFB 536) “Reflexive Modernization” (Grant of 15 Mio. €), I have learned how to apply a variety of empirical methods to a large number of topics and have done so under the watchful eyes of the German Research Foundation (DFG) which has carried out regular assessments. In particular, I have helped to define and to elaborate on both a theoretical and empirical plane four concepts that have triggered debates and further research beyond disciplinary and geographical borders and continue to do so: “risk society”, “individualization”, “cosmopolitanism” or “cosmopolitization”, all of which I regard as partial processes of “reflexive modernization” (or “second modernity”).

My book *Risk Society* (German 1986, English translation 1992) was nominated one of the 20 sociological “works of the century” by the International Association of Sociology. The theory and research on risk based on this is regarded (e.g. by Jakob Arnoldi, *Risk, Polity* 2009), alongside the writings of Mary Douglas and Michel Foucault, as one of the three great innovations in both specialized and general sociology. Since 1986 I emphasize the uncontrollable nature of manufactured risks, their organised irresponsibility, their global reach and their enforcement of a security gap which undermines basic institutions of the 20th century model of nation-state security in scientific, economic, social, ecological and military terms. The history of the impact of *Risk Society* can be traced and demonstrated with reference, for example, to the writings of Anthony Giddens (“new manufactured risks in a runaway world”) and the worldwide influence of his writings on contemporary sociology. A similar claim may be made with regard to further key authors of contemporary social sciences – e.g. Mary Kaldor (“global security risks”), Bruno Latour (“risk as mediation”), Scott Lash (“global risks as externalities”), Richard V. Ericson (“terrorist risk and insurance”), François Ewald (“precaution as prevention”), Barbara Adam (“risk and time”).

A comparable effect can be seen in the remarkable interdisciplinary and international career of the “individualization debate” which I similarly helped to launch. This applies, for example, to the controversies it has unleashed in the sociology of inequality and of social classes. On this point, see most recently Will Atkinson “Beck, Individualization and the Death of Class: A Critique”, in *The British Journal of Sociology* 58(3), 2007 and my reply “Beyond Class and Nation” in *The British Journal of Sociology* 58(4), 2007. At the same time, the individualization theorem has also led to sustained debates in social psychology, biographical research, the sociology of the family, research on sexual difference and in religious studies (an example is *Contested Individualization*, edited by Cosmo Howard. New York: Palgrave Macmillan, 2007). Zygmunt Bauman (“individualized society”) likewise makes my individualization theorem a central focus of his own reflections. The debate on individualization reached a new peak with the discussion of varieties of individualization in China (Yunxiang Yan), Japan (Munenori Suzuki, Midori Ito, Mitsunori Ishida, Norihiro Nihei and Masao Maruyama) and South Korea (Chang Kyung-Sup and Song Min-Young).

Over the last decade, I have made a significant contribution to the sociological debate on cosmopolitanism. In the process, cosmopolitanism has refashioned itself, moving beyond philosophy and political theory, its conventional home, to social theory and research, ranging widely across anthropology, geography, cultural studies, literary criticism, legal studies, international relations, and social history. New, more or less reflexive and critical cosmopolitanisms have since proliferated, preoccupied with expanding the boundaries of the circle to include (if not to favour) those for whom cosmopolitanism is not a lifestyle choice, but the tragic involuntary condition of the refugee or otherwise dispossessed. The influence of my writings on initiating this multidisciplinary exchange of ideas can be reconstructed in exemplary fashion in the Special Issues devoted to this topic: 2006: *The British Journal of Sociology* 57(1); 2007: *European Journal of Social Theory* 10(1); 2008: *Daedalus* 137(3); 2009: *The Hedgehog Review* 11(3); 2010: *The British Journal of Sociology* 61(3).

⁶⁷⁷ Ulrich Beck’s *Risk Society* is already one of the most influential European works of social analysis in the late twentieth century. *Risikogesellschaft* was published in German in 1986. In its first five years it sold some 60,000

Nesta fase de desenvolvimento da sociedade moderna os riscos sociais, políticos, económicos e industriais tomam proporções cada vez maiores escapando da alçada das Instituições de controlo e proteção da sociedade industrial. Os problemas da “sociedade industrial de risco” foram gerados pelo próprio avanço técnico-económico. O processo de modernização volta-se para si mesmo como tema e problema através da “reflexividade”.

Ao contrário dos períodos anteriores (incluindo a sociedade industrial), a “sociedade de risco” é essencialmente caracterizada por uma falta: a impossibilidade de prever externamente as situações perigosas. Contrariamente a todas as culturas anteriores e todas as fases do desenvolvimento político e social, que se enfrentaram em várias maneiras com ameaças, a sociedade de hoje é confrontada consigo mesma em relação aos riscos.⁶⁷⁸

Para Beck, sociedade é algo que não se pode sentir o cheiro, ver ou tocar, nem tampouco degustar.⁶⁷⁹ Dito de outro modo, a aglomeração de pessoas não é exatamente o que a sociologia considera “sociedade”. No entanto, a pessoa que está lendo um livro tranquilamente em casa junto à lareira também se enquadra no âmbito da sociedade.⁶⁸⁰

Convém notar que a sociologia não analisa a sociedade em geral, mas as sociedades concretas.⁶⁸¹ Assim, no contexto atual da sociologia, as sociedades organizam-se também a nível do Estado-nação correspondente. Isto é, o Estado serve como criador, controlador, fiador da sociedade.⁶⁸²

Vivemos numa época de construtivismo, no entanto, a tentativa de traçar uma linha entre modernidade (ou primeira modernidade industrial) e sociedade de risco global (ou segunda modernidade reflexiva) parece ser ingénua ou mesmo contraditória. Dentro de um quadro construtivista, ninguém é capaz de definir ou declarar o que realmente “é” ou “não é”.⁶⁸³ A

copies. Only a very few books in post-war social science have realized that sort of figure, and most of those have been textbooks. Risk Society is most definitely not a textbook. In the German speaking world - in terms of impact both across disciplines and on the lay public - comparison is probably best made with Habermas's *Strukturwandel der Öffentlichkeit (mudança estrutural da esfera pública)*, published in German some twenty-five years before Beck's book, though only released in English as *The Transformation of the Public Sphere* in 1989.

⁶⁷⁸ BECK, Ulrich - **La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidade**. Barcelona: Paidós, 1998, 237.

⁶⁷⁹ BECK, Ulrich. **Libertad o capitalismo. Conversaciones con Johannes Willms**. Buenos Aires: Paidós, 2000b, p. 7.

⁶⁸⁰ Ibidem.

⁶⁸¹ Idem, p. 8.

⁶⁸² Ibidem.

⁶⁸³ BECK, Ulrich; ADAM, Barbara; LOON, Joostvan - **The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory**. London: Sage publications, 2005, p. 211.

tentativa de “colonizar” o futuro com auxílio de categorias de risco é que torna a sociedade menos controlável.⁶⁸⁴

A “sociedade do risco” significa que vivemos num mundo fora de controlo. Nada é certo, mas incerto. O conceito “risco” tem dois significados radicalmente diferentes. Aplica-se por um lado a um mundo regido inteiramente pelas leis da probabilidade, em que tudo é mensurável e calculável. Todavia o conceito é igualmente usado para se referir a incertezas não-quantitativas, para “os riscos que não podem ser conhecidos”. A ideia de “sociedade de risco” é neste último sentido de incertezas fabricadas.⁶⁸⁵ Estas incertezas “verdadeiras”, impostas por inovações tecnológicas rápidas e aceleradas respostas sociais, criaram uma paisagem fundamentalmente nova de risco global. Em todas essas novas tecnologias de risco incerto, estamos separados de resultados finais possíveis por um oceano de não saber.⁶⁸⁶

A “sociedade de risco” designa uma época em que os aspetos negativos do progresso determinam cada vez mais a natureza das controvérsias que animam a sociedade. O que inicialmente ninguém via e, sobretudo, desejava ou queria conhecer, era colocar a si mesmo em perigo e a destruição da natureza tornou-se, portanto, o motor da história.⁶⁸⁷

É necessário, entretanto, fazer a distinção entre *riscos* e *perigos* para a análise política, cuja perspectiva é a mais importante. A existência dos *riscos* envolvem a recusa de quem os “produz”, de tal modo que, para o desenvolvimento tecnológico que evocamos, “transpassamos o limiar entre riscos calculáveis e perigos incalculáveis”⁶⁸⁸.

Por outras palavras, Beck compreende que “à luz dos riscos incorridos, o sistema regulador que controla «racionalmente» as destruições industriais, se assemelha aos freios de uma bicicleta montados num avião supersónico”⁶⁸⁹.

Se os efeitos secundários não-pensados da produção industrial se tornaram o berço de uma crise ecológica global, não se deve ainda assim concluir que teríamos diante de nós simples problemas ambientais. Trata-se, antes, de uma crise profunda das

⁶⁸⁴ Idem, p. 216.

⁶⁸⁵ YATES, Joshua - An interview with Ulrich Beck on fear and risk society. **IASC: The Hedgehog Review**. [Em linha]. Volume 5, Nº 3 (Fall 2003), pp. 96-107. [Consult. 22 Nov. 2014]. Disponível em: <URL: <http://iasc-culture.org/THR/archives/Fear/5.3HBeck.pdf>>.

⁶⁸⁶ Ibidem.

⁶⁸⁷ BECK, Ulrich - **A política na sociedade de Risco**. Brasil: 1992a, p. 229.

⁶⁸⁸ Idem, p. 230.

⁶⁸⁹ Ibidem.

Instituições da sociedade industrial, cujas questões políticas em jogo são consideráveis.⁶⁹⁰

Os *perigos* “são fabricados de forma industrial, exteriorizados economicamente, individualizados no plano jurídico, legitimados no plano das ciências exatas, e minimizados no plano político”⁶⁹¹. Deste modo, Beck observa que o confronto da sociedade com próprio potencial de autodestruição, produzido artificialmente, é que marca a rutura.⁶⁹²

Para Beck, os perigos do átomo, os perigos químicos e ecológicos e os da manipulação genética constituem riscos que, em resistência ao primeiro período industrial, não são, todavia, limitáveis nem no espaço nem no tempo e tampouco no plano social.⁶⁹³ Estes riscos não podem ser atribuídos a pessoas com base nas regras da causalidade, da culpabilidade e da responsabilidade corrente, e não podem ser objeto de compensação ou de alguma fiança.⁶⁹⁴

Recordamos que Chernobyl foi um dos casos onde se vivenciou a dimensão da contaminação nuclear, o que demonstra que a “sociedade do risco” escapa de toda a percepção e transforma a vida quotidiana num “jogo político”.⁶⁹⁵ Beck reconhece que Chernobyl o influenciou fortemente na teoria da “sociedade do risco” e, isso, vem mais uma vez provar a construção de incertezas por parte das Instituições defensoras do conhecimento “perito”.

Neste contexto, Beck afirma que as nossas formas de vida foram quebradas e iluminadas por três lados: em primeiro lugar, a expropriação dos nossos sentidos; em segundo lugar, a diferença entre segurança e segurança provável e, por último, a qualidade adstritiva de *perigo* que transcende todas as diferenciações e desigualdades sociais.⁶⁹⁶

Chernobyl chamou à consciência de que a nossa relação com a realidade se transformou consideravelmente. O que já tem sido verdade há muito tempo, não somente na era nuclear, mas com a universalização de venenos químicos no ar, na água e nos alimentos.⁶⁹⁷ De uma outra perspectiva, isto significa que a realidade do *perigo* é sempre e necessariamente administrada de forma centralizada, ou seja, estamos à mercê de instituições sociais tais como

⁶⁹⁰ Ibidem.

⁶⁹¹ Ibidem.

⁶⁹² Idem, p.229.

⁶⁹³ Idem, p. 230.

⁶⁹⁴ Ibidem.

⁶⁹⁵ BECK, Ulrich - The Anthropological Shock: Chernobyl And The Contours Of The Risk Society. **Berkeley Journal of Sociology**. [Em linha]. Vol. 32 (1987), pp. 153-165 [Consult. 01 Agosto 2014]. Disponível: <URL: <http://www.jstor.org/stable/41035363>>.

⁶⁹⁶ Idem, p. 154.

⁶⁹⁷ Idem, p. 155.

os serviços meteorológicos, meios de comunicação, escritórios de gabinete, os níveis de tolerância oficialmente determinado, etc.⁶⁹⁸ Com isso, não há informação nos meios de comunicação, nem tão pouco a consciência do *risco*⁶⁹⁹.

A objetividade física de *perigo* e destruição é uma questão (por exemplo, uma usina de energia nuclear não é de forma alguma apenas uma “definição social”, mas uma coisa muito real).⁷⁰⁰ Outro aspeto é a construção de *perigo* pelos órgãos sociais que possuem um monopólio a este respeito (Ciências da Engenharia, Sistema Legal, etc.).⁷⁰¹

Na “sociedade do risco” com a existência do perigo atômico, a vida quotidiana “perdeu o Norte” (headless), ou seja, a era nuclear representa, precisamente, ao invés de um efeito de perspicácia, o início de uma construção social das realidades do *risco*.⁷⁰² Beck alerta para três atitudes da política ecológica global que classifica como ingênuas. Em primeiro lugar, “uma política como esta não pode apoiar-se mecanicamente nem sobre a amplitude do perigo, nem sobre a ideia implícita de que todo mundo se sente necessariamente envolvido”⁷⁰³.

Assim sendo, evidenciam-se muitos *perigos*, basta exemplificar, o das radiações atômicas, estes, são invisíveis e imperceptíveis para o homem comum.

O que significa: destruição e denúncia são realidades mediatizadas por símbolos – tal como a “morte das florestas” (*Waldsterben*). É somente através de imagens e símbolos culturalmente significantes e publicamente encenados, que o nosso quotidiano pode tornar-se “atento” aos perigos imperceptíveis.⁷⁰⁴

Numa segunda atitude, Beck compreende que, “quanto maior e mais próximo o perigo estiver, mais, paradoxalmente, resistimos a reconhecer-lhe a evidência”⁷⁰⁵. Todavia, aqueles, que são mais duramente atingidos, são efetivamente na maioria das vezes também aqueles que negam

⁶⁹⁸ Ibidem.

⁶⁹⁹ Ibidem.

⁷⁰⁰ Ibidem.

⁷⁰¹ Ibidem. Finally, the everyday knowledge about the danger, which in decisive respects is a sort of fourth-hand knowledge, in others is based on personal evidence opposed to scientific and legal definitions. All three factors vary independently of one another. It is thus hardly surprising that the extremes lie close to each other. Periods of radical unrest follow times of aggressive calm. Both reactions may have the same cause: the unthinkable of a danger with which one must nonetheless live.

⁷⁰² Idem, p. 156. The struggles and strategies over risk definitions are based upon the expropriation of the senses: information equals reality, and thus reality can be *created and transformed in the shaping of information and information policy*.

⁷⁰³ BECK, Ulrich - **A política na sociedade de Risco**. Brasil: 1992a, pp. 230-231.

⁷⁰⁴ Idem, p. 231.

⁷⁰⁵ Ibidem.

mais obstinadamente o *perigo*, e que tem de negá-lo para poder continuar a viver.⁷⁰⁶ Em última análise, na terceira atitude, “a busca por um sujeito revolucionário, que nos legou a sociedade de classes, não vingará se os anúncios dos desaparecidos forem agora colocados em fanzines da contracultura”⁷⁰⁷.

De acordo com Beck, a definição do *perigo* é sempre uma construção cognitiva e social.⁷⁰⁸ Por isso, as sociedades modernas são comumente confrontadas com as “bases e com os limites do seu próprio modelo até o grau exato em que eles não se modificam, não se refletem sobre seus efeitos e dão continuidade a uma política muito parecida”⁷⁰⁹.

O conceito de “sociedade de risco” designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da “sociedade industrial”.⁷¹⁰ Por outras palavras, os *riscos* que eventualmente acompanham a produção dos bens, tais como: megatecnologia nuclear e química, pesquisa genética, a ameaça ao ambiente, supermilitarização e miséria crescente fora da sociedade industrial ocidental, no fundo, podem ser desfeitos, impedidos, controlados e legitimados.⁷¹¹

Beck observa que o conceito de “sociedade de risco” provoca transformações visíveis e sistemáticas em três áreas de grande referência. Em primeiro lugar, está o relacionamento existente entre a sociedade industrial moderna com os recursos da natureza e da cultura, sobre cuja existência ela é edificada, mas que, por hoje, estão a ser dissipados no surgimento de uma modernização amplamente estabelecida.⁷¹²

Num segundo plano, há efetivamente o relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas produzidos por ela, que, por seu turno, ultrapassam as bases das ideias sociais de segurança.⁷¹³ Em última análise esta análise, num terceiro plano, corresponde às fontes de

⁷⁰⁶ Ibidem. Multiplicar as visões apocalípticas pode facilmente engendrar efeitos contrários àqueles que procurávamos e reforçar a impotência e o fatalismo.

⁷⁰⁷ Ibidem.

⁷⁰⁸ BECK, Ulrich - A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 17.

⁷⁰⁹ Ibidem.

⁷¹⁰ Ibidem.

⁷¹¹ Ibidem.

⁷¹² Idem, pp. 17-18. Isto se aplica à natureza não humana e à cultura humana em geral, assim como aos modos de vida culturais específicos (por exemplo, a família nuclear e a ordem baseada na diferença entre os sexos) e aos recursos de trabalho social (por exemplo, o trabalho doméstico da esposa, que convencionalmente não tem sido reconhecido como trabalho, ainda que tenha sido ele, em primeiro lugar, que possibilitou o trabalho assalariado do marido).

⁷¹³ Idem, p. 18. Por essa razão, assim que as pessoas tomam consciência deles, são capazes de abalar as suposições fundamentais da ordem social convencional. Isto se aplica a componentes da sociedade, como os

significado coletiva e específica de grupo, *verbi gratia*, “consciência de classe ou crença no progresso, na cultura da sociedade industrial estão sofrendo de exaustão, desintegração e desencantamento”⁷¹⁴.

Ora, já para o filósofo social britânico, Anthony Giddens, para compreensão das incertezas, é fundamental que se faça também menção e distinção entre *perigos* e *riscos*, observando a imprevisão dos fenómenos sucessórios à *sociedade industrial*. O que, na realidade, os clássicos não previram foram as consequências daquilo que seria a chegada e o avanço da indústria. Na verdade, a guerra aniquilou a previsão que Durkheim fizera de que uma ordem industrial pacífica e integrada seria naturalmente promovida pelo industrialismo e revelou ser impossível acomodá-la dentro do esquema intelectual que ele desenvolvera como a base de sua sociologia⁷¹⁵.

Weber deu mais atenção ao papel do poder militar na história passada do que Marx ou Durkheim o fizeram. Mas ele não elaborou uma avaliação do militarismo nos tempos modernos, deslocando a carga de sua análise para a racionalização e a burocratização. Nenhum dos fundadores clássicos da sociologia deu atenção sistemática ao fenómeno da “industrialização da guerra”. Pensadores sociais escrevendo no fim do século XIX e início do século XX não poderiam ter previsto a invenção do armamento nuclear.⁷¹⁶

É preciso notar que na “sociedade do risco global”, as sociedades não ocidentais compartilham com o Ocidente não só o mesmo espaço e tempo mas, e isto é o mais importante, os mesmos desafios básicos da “segunda modernidade”, que mais adiante abordaremos.⁷¹⁷

Beck sustenta que “a metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca”⁷¹⁸, antes demais, era um chamado “problema ambiental”, mas há entretanto, uma crise institucional profunda da própria *sociedade industrial*.⁷¹⁹

negócios, o direito ou a ciência, mas se torna um problema particular na área da ação política e da tomada de decisões.

⁷¹⁴ Ibidem. Estas deram apoio às democracias e às sociedades económicas ocidentais no decorrer do século XX e sua perda conduz à imposição de todo esforço de definição sobre os indivíduos; é isso que significa o conceito do “processo de individualização”. Mas agora a individualização tem um significado bastante diferente.

⁷¹⁵ GIDDENS, Anthony – Op. Cit. 1991, p. 14

⁷¹⁶ Ibidem.

⁷¹⁷ BECK, Ulrich – **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo veintiuno, 2002b, p. 3.

⁷¹⁸ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1997, p. 19.

⁷¹⁹ Ibidem.

Nota-se que, na “sociedade de risco” o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial ordena imperiosamente a autorreflexão em relação aos alicerces da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da “racionalidade”.⁷²⁰

A compreensão do autoconceito da *sociedade de risco* corresponde à ideia de que a sociedade torna-se reflexiva, o que, na verdade, significa que ela se torna um tema e um problema para ela própria.

O cerne dessas irritações é que poderia ser caracterizado como o “retorno da incerteza à sociedade”. O “retorno da incerteza à sociedade” significa aqui, antes de tudo, que um número cada vez maior de conflitos sociais não é mais tratado como problemas de ordem, mas como problemas de risco. Tais problemas de risco são caracterizados por não terem soluções ambíguas; ao contrário, são distinguidos por uma ambivalência fundamental, que pode em geral ser compreendida por cálculos de probabilidade, mas que não podem ser resolvidos dessa maneira.⁷²¹

O surgimento de *riscos* industriais no processo de tomadas de decisões, se forma um problema irrevogável da existência de responsabilidade social, inserida nos âmbitos em que as normas dominantes da ciência e do direito somente admitem, em casos excepcionais, tal existência de responsabilidade.⁷²² Por conseguinte, não são precisamente o número de mortos ou de feridos, mas sim uma característica social, ou seja, sua “autogeração” industrial, que faz com que os *perigos* da megatecnologia se tornem uma questão política.⁷²³

A novidade da “sociedade de risco” reside no facto de que nossas decisões civilizacionais envolvem consequências globais e perigos, e estes contradizem radicalmente a linguagem institucionalizada de controlo. Na verdade, a promessa de controlo, que é irradiada para o público global em caso de catástrofe (como em Chernobyl e também nos ataques terroristas em Nova York e Washington).⁷²⁴

⁷²⁰ Ibidem.

⁷²¹ Idem, pp. 19-20. É sua ambivalência fundamental que distingue os problemas de risco dos problemas de ordem, que por definição estão voltados para a clareza e a faculdade de decisão. Em face da crescente ausência de clareza - e este é um desenvolvimento que vem se intensificando - desaparece quase obrigatoriamente a fé na factibilidade técnica da sociedade.

⁷²² BECK, Ulrich – Op. Cit., 2002b, pp. 78-79.

⁷²³ Idem, p. 79.

⁷²⁴ YATES, Joshua – Op. Cit., 2003, p. 98.

4.1.1 - Categoria dos riscos.

Os *riscos* obedecem várias categorias dentro da “sociedade de risco”, e, assim sendo, é imperativo a classificação do *risco* como categoria de discussão de agendas de políticas públicas. O *risco* é, de modo variável, matematizado ou proporcionalizado de forma que o indivíduo possa ter alguma segurança. Contudo, nota-se que, quanto mais se desenvolve a “sociedade de risco”, mais cresce o número de pessoas que são afetadas por ele.

A noção de *risco* é inseparável da condição de modernidade, de emoção e aventura. Uma compreensão positiva de risco é a própria fonte de energia que cria a liberdade e riqueza no mundo moderno. A questão principal é sobre a aceitação do *risco* e suas condições. Por outras palavras, a aceitabilidade do *risco* depende se aqueles que carregam as perdas também recebem os benefícios. Quando isto não for o caso, o *risco* será inaceitável para os afetados.⁷²⁵

Max Weber, por exemplo, não percebeu que a categoria do *risco* depende um tipo de pensamento e ação social.⁷²⁶ O *risco* é “pós-tradicional e, em certo sentido, pós-reacional pelo menos no sentido de não ser mais instrumentalmente racional”⁷²⁷.

Entretanto, os riscos têm sua origem precisamente no triunfo da ordem instrumentalmente racional. Somente depois da normalização, seja de um desenvolvimento industrial além dos limites do seguro, seja do questionamento e da forma perceptível de risco, torna-se reconhecível que, e em que extensão, as questões de risco anulam e fragmentam, por seus próprios meios e de dentro para fora, as questões de ordem.⁷²⁸

Na primeira fase da modernidade (essencialmente o período desde o início da modernidade industrial nos séculos XVII e XVIII até o início XX século) *risco* significa essencialmente uma forma de cálculo de consequências imprevisíveis (decisões industriais).⁷²⁹ Para Beck, este significado do conceito de *risco* refere-se a um mundo em que a maioria das coisas, incluindo a natureza externa e as formas de vida estão como determinadas e coordenadas pela tradição e

⁷²⁵ Idem, p. 101.

⁷²⁶ WEBER, Max apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 1995, p. 20.

⁷²⁷ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1995, p. 20.

⁷²⁸ Ibidem.

⁷²⁹ BECK, Ulrich; ADAM, Barbara; LOON, Joostvan – Op. Cit., 2005, p. 216.

continuam a ser consideradas predeterminadas (destino).⁷³⁰ Portanto, os *riscos* apenas sugerem o que não deve ser feito, não o que deve ser feito.⁷³¹

Os *riscos* são reproduzíveis de forma infinita, pois se reproduzem juntamente com as decisões e os pontos de vista com que cada um pode e deve entretanto avaliar as decisões na sociedade pluralista.⁷³² Torna-se necessário aflorar que nas questões de risco, ninguém é especialista, ou todo mundo é especialista, pois os especialistas pressupõem o que se espera que eles tornem possível e produzam, isto é, a aceitação cultural.⁷³³

Beck alerta insistentemente que o ponto decisivo é que o horizonte se obscurece à medida que os *riscos* crescem. Porque, na verdade, os *riscos* nos dizem o que não deve ser feito, mas não o que se deve evitar.⁷³⁴ Ao contrário, “alguém que considere o mundo como um *risco* vai finalmente se tornar incapaz de agir. O ponto que se destaca aqui é que, por fim, a expansão e a intensificação da intenção do controlo terminam produzindo o oposto”⁷³⁵.

É fundamental reafirmar que o *risco* não significa catástrofe, porém a antecipação da catástrofe. *Riscos* existem em permanente estado de virtualidade e tornam-se “tópicos” apenas na medida em que eles são antecipados. Ou melhor, os *riscos* não são “reais”, eles “tornam-se reais”. No momento em que os *riscos* se tornam reais, por exemplo, na forma de um ataque terrorista, eles deixam de ser riscos e tornam-se em catástrofes.⁷³⁶

Levando esta abordagem em consideração, observa-se que, no fundo, as questões inerentes aos *riscos*, de algum modo, apelam para o reconhecimento da “ambivalência”⁷³⁷, conforme referiu Bauman. Os cálculos dos *riscos* vinculam-se às ciências físicas, engenharia e às ciências sociais. Podem aplicar-se aos fenómenos totalmente díspares, desde os *riscos* de fumar aos *riscos* da

⁷³⁰ Ibidem.

⁷³¹ Idem, p. 218.

⁷³² BECK, Ulrich – Op. Cit., 2002b, p. 20.

⁷³³ Ibidem.

⁷³⁴ Ibidem.

⁷³⁵ Idem, p. 21. Em sua revisão de *Risk Society*, Bauman criticou o “otimismo” - alguns chamariam de ilusão - que é também uma base do meu diagnóstico. Esta crítica, como pode ser dito a partir da minha perspectiva, fundamenta-se no difundido equívoco de que as questões de risco são questões de ordem, ou pelo menos podem ser consideradas como tal. São exatamente isso, mas também é justamente isso o que não são. Ao contrário, são a forma pela qual a lógica instrumentalmente racional do controlo e da ordem é conduzida em virtude do seu próprio dinamismo *ad absurdum* (compreendido no sentido da “reflexividade”, ou seja, despercebido e indesejado, não necessariamente no sentido da “reflexão”). Isto implica que aqui começa uma rutura, um conflito no interior da modernidade sobre as bases da racionalidade e o autoconceito da sociedade industrial, e isto está ocorrendo bem no centro da própria modernização industrial (e não em suas zonas marginais ou naquelas que se sobrepõem ao âmbito da vida privada).

⁷³⁶ BECK, Ulrich – **Risk Society’s “Cosmopolitan Moment”**. EUA: Harvard University, 2008a, p. 2.

⁷³⁷ BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

energia nuclear, senão também aos riscos económicos, da velhice, dos acidentes de trabalho e outros, etc.

Esta perspetiva permite um tipo de “moralização tecnológica” que não se aplica diretamente aos imperativos morais e éticos.⁷³⁸ Assim, um “imperativo categórico” é substituído pelos elevados índices de mortalidade condicionados pelas condições atmosféricas. Neste contexto, o cálculo dos *riscos* demonstram um tipo de ética sem moral, a ética matemática da era tecnológica.⁷³⁹

O *risco*, por sua vez, esgota uma dinâmica estimuladora que serve de agente à sociedade veloz de desenvolvimento e evolução. Ora, o conceito de *risco* não poder ser visto, essencialmente, como um factor de carácter negativo. Anthony Giddens, por exemplo, considera o *risco* inseparável das ideias de probabilidade e de incerteza. Portanto, não se deve dizer que alguém enfrenta o risco quando o resultado da ação está totalmente garantido.⁷⁴⁰

Giddens sustenta que não se pode, todavia, assemelhar *riscos* ao *perigo* ou *acaso*, pois há distinção entre os mesmos. Ora, *risco* “refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras”⁷⁴¹. Só tem aplicabilidade presente numa sociedade cuja direção está apontada para o futuro, ou seja, uma sociedade que observa o futuro precisamente como território a ser conquistado ou colonizado.⁷⁴²

Ainda assim, Giddens distingue dois tipos de *riscos*: o *exterior* e o *provocado*.⁷⁴³ O primeiro está relacionado ao que se manifesta e chega até nós através da tradição ou da natureza, por exemplo: más colheitas, inundações, pragas ou fomes. O segundo deriva precisamente do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ou seja, provém da ação do homem.

Há que admitir que a ideia de *risco* sempre andou associada à modernidade, mas Giddens observa que na época atual ele assume uma importância nova e particular.⁷⁴⁴ O *risco* era comumente considerado um mecanismo de regular o futuro, de o normalizar e de o colocar sob o nosso domínio. Porém as coisas não se passaram assim.⁷⁴⁵

⁷³⁸ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2002b, p. 80.

⁷³⁹ Ibidem.

⁷⁴⁰ GIDDENS, Anthony – **O mundo na era da globalização**. 6ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2006, p. 32.

⁷⁴¹ Idem, p. 33.

⁷⁴² Ibidem.

⁷⁴³ Idem, p. 35.

⁷⁴⁴ Ibidem.

⁷⁴⁵ Ibidem.

Constata-se que, à medida que o *risco* provocado pelo homem se expande, o *risco* torna-se mais “arriscado”.⁷⁴⁶ Isto é, a génese da noção de *risco* esteve sempre estritamente relacionada com a capacidade de cálculo. Mas as situações de *risco* provocado não obedecem a esta regra. Foi precisamente na tentativa de controlar o futuro que se reverteu contra nós, forjando, assim, novas formas de vida a fim de se viver com a incerteza. É, portanto, este *risco* que, de acordo com Beck, caracteriza a *sociedade de risco*, nesta segunda modernidade.

Para Beck, os princípios e práticas de informação científica mediante inquérito funcionam historicamente como uma pedra angular para o desenvolvimento social. Por exemplo, no período do Iluminismo, a ciência era vista como o mecanismo através do qual a sociedade conseguia dominar a natureza.⁷⁴⁷

Como anteriormente referimos, o cálculo do *risco* é essencialmente um paradigma económico, através do qual os métodos de avaliação de *risco* estão vinculados aos princípios da matemática e da probabilidade.⁷⁴⁸ A título de exemplo, os sistemas de seguro atuariais surgiu para determinar a probabilidade de ocorrência de acidentes, foram introduzidos sistemas jurídicos nacionais para apurar responsabilidades e o “Estado social” evoluiu para melhorar a saúde pública.⁷⁴⁹ Contudo, tudo isto é falível.

Durante a fase industrial, os ideais científicos eram confiáveis e foram valorizados e, com o avanço tecnológico considerou-se como um caminho para a prosperidade. No clima consensual da sociedade industrial, a distância entre a racionalidade científica e social é irrelevante.⁷⁵⁰

Na transição da sociedade industrial para a *sociedade de risco*, ameaças manufaturadas surgem repetidamente, estourando os limites institucionais e dirigindo as duas racionalidades para caminhos sem fim. Essas duas “sociedades leigas” tornaram-se cada vez mais incertas pela inépcia das relações de definição, desse modo, conflitos de valores e objetivos acabaram por ser perceptíveis.

O conceito de *risco* está diretamente ligado ao conceito de *modernização reflexiva*.⁷⁵¹ O *risco* pode ser definido como uma forma sistemática de lidar com perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização. Dito de outro modo, os *riscos*, ao contrário de outros

⁷⁴⁶ Idem, p. 37.

⁷⁴⁷ MYTHEN, Gabe – **Ulrich Beck: a critical introduction to the risk society**. London: Pluto Press, 2004, p. 54.

⁷⁴⁸ Idem, pp. 55-56.

⁷⁴⁹ Idem, p. 57.

⁷⁵⁰ Idem, p.

⁷⁵¹ BECK, Ulrich – **Risk society towards a new modernity**. London: Sage publications, 1992b, p. 21.

perigos, são consequências que se relacionam com a força ameaçadora da modernização e a globalização da dúvida. Eles são politicamente reflexivos.⁷⁵²

Na tese “sociedade de risco”, o valor de conflito entre a racionalidade científica e social pode ser rastreada até os primeiros trabalhos do estado de segurança. Como já foi anteriormente observado, o cálculo do risco tornou-se o método de ação e regulação do século XVIII até meados da década de 80 do século XX.⁷⁵³ No entanto, nos meados do século XX, a legitimidade do cálculo de *risco* torna-se ameaçada pela geração de *riscos* incontroláveis que começou a superar os métodos vigentes de cálculo e responsabilidade.

Por um lado, o *risco* é um conceito moderno, isto é, *risco* pressupõe decisões humanas, humanamente feitos futuros (probabilidade, tecnologia, modernização). Por outro lado, *Risco-come-antecipação* é o ponto de viragem para a tecnologia moderna, como ele tem de abraçar o futuro como um presente estendido.⁷⁵⁴ Neste contexto, a ideia fulcral de Beck nesta abordagem define que as sociedades modernas e suas fundações são balanceadas por antecipação global de catástrofes globais (mudança climática, crise financeira, terrorismo).⁷⁵⁵

As percepções dos *riscos* globais fabricados e incertezas são definidas, conforme salienta Beck, por três características: em primeiro lugar, a “deslocalização” (*De-localisation*), quer dizer, as causas e consequências dos *riscos* não se limitam a um local ou espaço geográfico, mas são, a princípio, omnipresentes.⁷⁵⁶

Em segundo lugar, a “incalculabilidade” (*Incalculableness*), isto é, as suas consequências são em princípio incalculáveis, no fundo é uma questão de *riscos* “hipotéticos” ou “virtuais” que são baseados na indução científica do “não-saber” e na dissidência normativa.⁷⁵⁷ Por último, as características “não compensáveis” (*Non-compensability*), ou seja, o sonho de segurança da modernidade europeia do século XIX baseava-se na utopia científica de fazer as consequências inseguras e perigos de decisão cada vez mais controláveis, portanto, os acidentes poderiam eventualmente ocorrer pois consideravam que era compensável.⁷⁵⁸

⁷⁵² Ibidem.

⁷⁵³ MYTHEN, Gabe – Op. Cit., 2004, p. 57.

⁷⁵⁴ BECK, Ulrich - World Risk Society and Manufactured Uncertainties. *Iris*. ISSN: 1234-567. Vol. II, Nº 1 (2009d), pp. 3-11.

⁷⁵⁵ Idem, p. 5.

⁷⁵⁶ Idem, p. 6.

⁷⁵⁷ Ibidem.

⁷⁵⁸ Ibidem.

Westphal, por seu turno, observa que Beck se esforçou em desenvolver e adicionar as perspectivas da pesquisa sociológica de um modo mais inovador e criativo, com as suas teses sobre a *sociedade de riscos*, a *modernidade reflexiva* e a *globalização*, e contemporaneamente, com a ideia de uma sociologia cosmopolita, ou seja, de uma sociologia que traspassa os limites e o pensar nacionais.⁷⁵⁹

A teoria da sociedade do risco global não pede ou incentiva um retorno a uma lógica de controlo numa idade de risco e incertezas fabricadas, que era a solução da primeira/simplex modernidade. Pelo contrário, na sociedade de risco global a lógica do controlo é questionada fundamentalmente, não só do ponto de vista sociológico, mas também pela modernização em curso.⁷⁶⁰

4.2 - Perspetiva política na Sociedade do Risco

A perspetiva política na análise da teoria da “sociedade de risco” significa que se admitirmos que convivemos com os *riscos*, talvez, seria mais fácil poder dominá-los e todas as ameaças gerais estariam protegidas pelas políticas a aplicar. Todavia, se, porventura, admitirmos e ficar comprovado que os guardiões da racionalidade e da ordem estão envolvidos na legalização dos *perigos* de sobrevivência, naturalmente, criar-se-ia uma desordem ao nível político.⁷⁶¹

Assim sendo, poderíamos dizer que a questão pelo sujeito político na sociedade industrial e de classes corresponde à questão pela *reflexividade*⁷⁶² política na *sociedade de risco*.⁷⁶³ Neste contexto, a *reflexividade política* serve de igual maneira a ambos, ou seja, “ela serve ao mesmo tempo aos movimentos ecologistas de contestação e à expansiva política industrial, como bem pudemos nos dar conta logo após Chernobyl”⁷⁶⁴.

Os desafios ao novo conflito ecológico têm uma vertente “negativa”, ou seja, estão relacionados com as perdas, destruições e ameaças.⁷⁶⁵ Ora, trata-se de um jogo entre perdedores. Ou mais

⁷⁵⁹ WESTPHAL, Vera Herweg – A individualização em Ulrich Beck: análise da sociedade contemporânea. **Emancipação**. [Em linha]. Vol. 10, Nº 2 (2010), pp.419-433. [Consult. 13 Julho 2013]. Disponível: URL:<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1325>>.

⁷⁶⁰ BECK, Ulrich; ADAM, Barbara; LOON, Joostvan – Op. Cit., 2005, p. 218.

⁷⁶¹ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1992a, p. 231.

⁷⁶² A sociedade de risco neste sentido é reflexiva, pois se torna um tema e um problema para si própria. Adiante iremos aclarar o sentido de “reflexividade” em Beck.

⁷⁶³ Ibidem.

⁷⁶⁴ Ibidem.

⁷⁶⁵ Idem, p. 232.

precisamente, entre perdedores que não querem tomar consciência de suas perdas reprimindo-as.⁷⁶⁶

Nesta perspectiva, também, encontramos o princípio de sobrevivência que exige legitimamente que se salvguarde a vida e que se afaste todo perigo que a ameace. Contudo, o que se pode encontrar de novo e decisivo é precisamente a distribuição de perdas, isto é, “é um combate contra sombras”⁷⁶⁷. Relativamente a esta questão, Volker von Prittwitz sustenta que se pode distinguir duas constelações sistêmicas no conflito ecológico. A primeira constelação é precisamente o bloqueio, em que as indústrias poluidoras e os grupos afetados se enfrentam reciprocamente de maneira exclusiva e espetacular.⁷⁶⁸

Esta constelação de confrontos começa a se movimentar dentro de uma segunda constelação, em que (a) os interesses de auxílio despertam e (b) fragiliza-se a coalizão do segredo entre os poluidores e os perdedores potenciais. Isto ocorre na medida em que parcelas do empreendimento, mas também da intelligentsia profissional (engenheiros, pesquisadores, advogados e juizes), se revestem do papel de quem recupera e auxilia, quer dizer, descobrem a questão ecológica como uma construção de poder e de mercados, ou seja, como expansão do poder e dos mercados.⁷⁶⁹

No entanto, isso, por sua vez, pressupõe que a sociedade industrial se transforme numa sociedade industrial com má consciência, que ela admite a sua culpa como sendo uma sociedade de risco.⁷⁷⁰ Com efeito, “a questão ecológica deve ser trabalhada em conjunto com outras questões: a tecnologia, o desenvolvimento, os arranjos de produção, a política de produto, o tipo de nutrição, os estilos de vida, as normas legais, as formas organizacionais e administrativas etc.”⁷⁷¹. Em função dos resultados do conhecimento científico ou do ativismo de grupos especializados, é possível observar que “as posições ameaçadas parecem um barril

⁷⁶⁶ Ibidem. As vantagens pelas quais lutamos são sempre relativas, sempre ameaçadas, consistindo principalmente 1) em negar os perigos (mascará-los ou eufemizá-los), ou ainda, 2) na medida em que a negação não funciona, o fim de partida consiste em dissimular ou impedir o estabelecimento das relações de causa e efeito, ou, de maneira mais geral, de responsabilidades.

⁷⁶⁷ Ibidem. No imediato, trata-se antes de tudo de desvantagens e apenas indiretamente de vantagens (evitar alguns custos, a imagem da empresa, posição no mercado, favorecer valores como a saúde, o descanso e os lazeres na natureza) e, sobretudo, de reprimir os efeitos, suas definições e atribuições. Quanto mais os aspetos negativos do progresso aumentam, mais os agentes industriais se tornam transparentes. No final, eles se tornarão personagens luminosos, irradiando, todavia, como um material radioativo.

⁷⁶⁸ PRITTWITZ, Volker von apud BECK, Ulrich - A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 67.

⁷⁶⁹ Ibidem.

⁷⁷⁰ Ibidem. Somente dessa maneira as atividades e as carreiras de ajuda e fiscalização se desenvolvem e ao seu heroísmo, que ao mesmo tempo motivam e selecionam os lucros. Isto pressupõe um distanciamento do mero criticismo e a transição em direção a um aprisionamento do *status quo* pelas alternativas.

⁷⁷¹ Ibidem.

de pólvora suscetível, que em algumas circunstâncias podem explodir pelo contacto com uma única faísca de informação”⁷⁷².

Desse modo, tudo isso quer significar uma ameaça universal, para todos, logo também uma ameaça para os centros do poder industrial, até a esfera política.⁷⁷³ Qualquer um que conceba a modernização como um processo de inovação autónoma deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial. O outro lado dessa obsolescência é a emergência da *sociedade de risco*.⁷⁷⁴

O conceito de *sociedade de risco* designa uma etapa no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos de âmbito social, político, económico e individuais se inclinam cada vez mais para escapar das instituições para entrar no controlo e proteção da *sociedade industrial*.⁷⁷⁵ Assim sendo, Beck faz uma autocrítica à *sociedade de risco* distinguindo duas fases que entende por serem cruciais na dinâmica da sociedade vigente. Em primeiro lugar, observa-se a existência de “um estágio em que os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos”⁷⁷⁶. Nesta primeira abordagem o autoconceito da sociedade industrial ainda é relevante, quer multiplicando quer “legitimando” as ameaças produzidas por tomadas de decisão, como “riscos residuais” (a “sociedade de risco residual”).⁷⁷⁷

Observa-se, em segundo lugar, uma ocorrência completamente diferente que emerge quando os perigos da sociedade industrial principiam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos como privados.⁷⁷⁸ Nesse caso, as Instituições da *sociedade industrial* tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar. O que acontece aqui é que alguns aspetos da sociedade industrial tornam-se social e politicamente problemáticos.⁷⁷⁹

Por um lado, a sociedade ainda toma decisões e realiza ações segundo o padrão da velha sociedade industrial, mas, por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política são obscurecidos por debates e conflitos que se originam do dinamismo da sociedade de risco.⁷⁸⁰

⁷⁷² BECK, Ulrich – Op. Cit., 1992a, p. 233.

⁷⁷³ Ibidem.

⁷⁷⁴ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 15.

⁷⁷⁵ Ibidem.

⁷⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷⁷ Ibidem.

⁷⁷⁸ Ibidem.

⁷⁷⁹ Idem, pp. 15-16.

⁷⁸⁰ Ibidem.

A ideia de risco ainda não foi absorvida pela sociedade em geral, neste contexto, na “modernidade reflexiva” o domínio do social é posto em causa. Com efeito, a “cultura de risco” é a entidade que desloca a “sociedade institucional”. Scott Lash afirma que a “cultura de risco” é efetivamente exígua, não basta termos a noção do risco, mas admiti-lo que, de facto, estão presentes.⁷⁸¹ A “sociedade de risco” é normativamente ordenada, estruturada verticalmente e fundamentada individualmente. Porém, a “cultura de risco” em contraposição são valores desordenados, horizontalmente desestruturados e baseados comunitariamente.⁷⁸²

A catástrofe que Beck antecipa na perspetiva política da *sociedade de risco* é que se trata de um conflito em que a expansão industrial é visível para todos, ou seja, é necessário que se crie uma consciência sobre o tema e a dimensão da ameaça contra a crença cega no progresso. Com efeito, Beck propõe a implementação de dispositivos de imputabilidade da culpa em todos os níveis e por todos os meios.⁷⁸³ A saber:

Modificar, em pequenas e grandes proporções, o ônus da prova, tendo como consequência que as empresas e os cientistas tenham obrigação de se justificar diante da opinião pública (primeiro passo: as leis sobre o meio ambiente na Califórnia);

Abrir os círculos de discussão e de peritos políticos, científicos e industriais ao pluralismo disciplinar, favorecendo as contra-perícias e a intervenção de advogados do outro lado.⁷⁸⁴

Contudo, não se trata de colocar em evidência o *perigo* e a perspetiva de sua supressão o que domina a cena política, mas o processo de contenção dos riscos de maior escala. Ainda assim, não se trata exclusivamente de negar os perigos, mas sobretudo de desacreditar as alternativas. Se assim fosse, poder-se-ia também “afastar” um risco colocando deliberadamente o acento sobre outro, que passaria então a ocupar o primeiro lugar a título de risco maior.⁷⁸⁵

⁷⁸¹ LASH, Scott - Risk Culture. In **The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory**. London: Sage publications, 2005, pp. 48-49.

⁷⁸² Idem, p. 50.

⁷⁸³ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1992a, p. 236.

⁷⁸⁴ Ibidem. Levantar novas questões em matéria de responsabilidade civil, reformar o direito penal; trazer à luz do dia as lacunas do sistema de seguros e a impossibilidade de se cobrir pelo seguro numerosos desenvolvimentos de alta tecnologia; reformular o princípio de imputabilidade da culpa: estabelecer responsabilidades regionais de vencedores e perdedores, por exemplo, nas regiões litorâneas onde as estruturas hoteleiras veem fugir seus clientes porque as regiões industriais colocam veneno nos seus pratos; propor e negociar convenções regionais entre as empresas industriais e a população, em matéria de reconhecimento dos danos infligidos e de concessão de indenizações (como no Japão, em parte).

⁷⁸⁵ Idem, p. 238.

De um ponto de vista político e sociológico, “a questão ecológica é uma *violação dos direitos fundamentais condicionados e legitimados pelos sistemas* notadamente, o direito à vida e à integridade dos cidadãos”⁷⁸⁶.

E isso não acontece de forma secundária, aleatória, individual, mas pelo desenvolvimento da indústria, da prosperidade, da racionalidade técnica, hoje em plena luz do dia, sob os holofotes da mídia e sob o olhar lúcido de iniciativas cidadãs democráticas. Violação dos direitos fundamentais do homem por um sistema [...] É certamente incomparável, mas, no caso da ecologia, trata-se também de uma crise dos direitos fundamentais, uma crise reprimida e atenuada pela prosperidade, cujos efeitos a longo prazo, que fragilizam a sociedade, não podem ser subestimados.⁷⁸⁷

A partir do momento em que a sobrevivência de todos está em causa, “os conflitos ecológicos estão suficientemente fundados, moral e socialmente”⁷⁸⁸. Esses conflitos rompem com aquelas “falsas-aparências” de segurança. A “arquitetura causal” do perigo, revelada no momento da sua negociação pública e política, é decisiva. A causalidade parece ser obscura, ambígua, irresolúvel.⁷⁸⁹ Quando são ameaçados por uma catástrofe industrial, as regiões, os Estados, tornam-se recantos de aflição.⁷⁹⁰ Por outras palavras, no seio das zonas perigosas, joga-se um interessante “judo político”⁷⁹¹.

Trata-se, na realidade, de virar as “consequências da potência industrial dominante contra ela mesma, por exemplo, fazendo valer que as matérias perigosas se tornaram onipresentes”⁷⁹².

Redesenhar assim as fronteiras políticas na sociedade de risco, não conduz necessariamente à afirmação de que a ação coletiva encampada pelas instâncias políticas tradicionais tenha tornado-se supérflua. Pelo contrário, modificar os dispositivos de imputação de responsabilidades requer necessariamente rogar pela capacidade da “grande política” em pronunciar sanções.⁷⁹³

Conforme observou François Ewald, imputar-se-ia a responsabilidade através de fórmulas de compensação generalizáveis, ou seja, “dinheiro por danos”.⁷⁹⁴ Um sistema normativo de

⁷⁸⁶ Idem, p. 239.

⁷⁸⁷ Idem, pp. 239-240.

⁷⁸⁸ Idem, p. 241.

⁷⁸⁹ Idem, p. 243.

⁷⁹⁰ Ibidem.

⁷⁹¹ Ibidem.

⁷⁹² Idem, pp. 234-244.

⁷⁹³ Idem, p. 244.

⁷⁹⁴ EWALD, François – **L'état providence**. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 1986, pp. 26-27.

responsabilidade social, indemnização e precaução, cria segurança no momento presente frente a um futuro cada vez mais incerto.⁷⁹⁵

O panorama ecológico, como já salientamos, libera uma *reflexividade de ordem política*. Por exemplo, poderíamos circunscrever a pobreza com várias definições, e fazê-la desaparecer das estatísticas, contudo ela não deixa de ser uma prova sensível e dolorosa para o homem.⁷⁹⁶ Pelo contrário, “a ecologia não é somente abstrata: ela supõe, pelo contrário, uma desconsideração dos sentidos. O perigo é muitas vezes percebido apenas contra as aparências de normalidade”⁷⁹⁷.

A cegueira do quotidiano frente à omnipresença de perigos universais formalizados cientificamente é, então, um processo relativo, reversível, que depende do conhecimento disponível para a sociedade, de sua capacidade de dar forma concreta à própria experiência e da atenção culturalmente avaliada que é atribuída aos processos que, num primeiro olhar, atuam discretamente.⁷⁹⁸

A natureza, por si só, é muda. Desse modo, “não é a extinção das espécies que atenta para a extinção das espécies”⁷⁹⁹. A *sociedade do risco* é precisamente este campo onde se dá a extinção das espécies e se produzem os riscos. É necessário que a *reflexividade política* aceda e desenvolva uma conceção de um programa e de questões a serem indagadas e construídas nos média, onde se fabricam as opiniões públicas.⁸⁰⁰

Beck compreende que já há muito tempo que a ciência não é mais uma ciência da experiência, ou seja, é muito mais uma ciência interessada em produzir dados, métodos, produtos e cujo êxito, “mensurado à luz da sua auto-compreensão, repousa justamente sobre a limitação e desvalorização da experiência enquanto fonte subjetiva de incerteza sensível”⁸⁰¹.

⁷⁹⁵ Ibidem.

⁷⁹⁶ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1992a, p. 246.

⁷⁹⁷ Ibidem.

⁷⁹⁸ Idem, p. 247. Visto de uma perspectiva extrema, uma sociedade que dedica toda a sua atenção à destruição industrial da vida e de suas normas, permitirá a aquisição e difusão de possibilidades de conhecimento e valorizará modos de atuação que mostrem o até então invisível a ser julgado por todos, em relação às suas características fundamentais e básicas.

⁷⁹⁹ Idem, p. 248.

⁸⁰⁰ Idem, p. 249.

⁸⁰¹ Ibidem. A experiência entendida no sentido da apreensão sensível do indivíduo é a órfã deste mundo transformado pela ciência. A experiência, testemunha número 1, juíza da verdade, se torna o conceito essencial do subjetivo, uma relíquia – o atelier de falsificações que se apoderam da razão e a enganam. Não é a ciência, mas o sujeito, a subjetividade que se enganam. Desprovida de sujeito, a ciência seria, conforme seu ideal, tão perfeita quanto a técnica que precisa excluir o homem quando se trata de controlar os perigos produzidos por ela.

Quer com isso dizer, que a ciência se impôs em duas linhas e dois tipos de ciência começam a se dissociar na civilização do *perigo*, isto é, “a ciência dos dados e a ciência da experiência”⁸⁰². A mais antiga ciência dos laboratórios, atualmente no seu auge, matematiza, penetra e deduz, de modo técnico, porém sem experiência, o mundo de maneira transformadora até à manipulação do código genético.⁸⁰³

A ciência dos dados e dos laboratórios jamais será capaz de suprimir a incerteza de probabilidades, que por definição nada exclui, e ela é cega às consequências que acompanham e ameaçam os seus sucessos. Ao contrário, a negociação pública dos perigos possui um vínculo com o quotidiano; ela é saturada de experiências, mas também dependente da média, manipulável, histórica e em todos os casos desprovida de laboratórios, ou seja, ela depende da pesquisa e argumentação científicas, e precisa da ciência (eis a tarefa clássica das universidades) para levantar e manter questões, não formuladas há muito tempo, contra todas as formas de resistência.⁸⁰⁴

Beck, no fundo, sustenta que não precisamos de uma ciência que se limite a respostas, mas de uma ciência de perguntas. Para tal, seria necessário versar sobre as características concretas e sobre os erros fundamentais. A política na *sociedade do risco* não se esgota por aqui. Ela conserva-se subjetivamente ligada à questão: como queremos viver? Desse modo, é preciso aplicá-la aos projetos e às consequências da pesquisa científica.

Todavia, uma política de longo prazo contra os *perigos* exige frear o desenvolvimento das tecnociências, abrir possibilidades de curvá-lo, de revisá-lo e de estabelecer responsabilidades.⁸⁰⁵ Em suma, Beck observa que não se pretende uma “retroatividade da sociedade”, ou seja, o “objetivo não é o de voltar para trás, mas propor *outra modernidade*, uma modernidade que exige e cumpre a exigência de autodeterminação e lute contra sua negação na sociedade industrial”⁸⁰⁶.

De igual modo, a sociedade industrial, a ordem social civil e, particularmente, o *welfare state*⁸⁰⁷ e o *Estado providenciário*⁸⁰⁸ estão precisamente sujeitos à exigência de se fazer que as

⁸⁰² Idem, pp. 249-250.

⁸⁰³ Ibidem.

⁸⁰⁴ Ibidem.

⁸⁰⁵ Idem, p. 251.

⁸⁰⁶ Idem, p. 252.

⁸⁰⁷ **Estado de bem-estar social, Estado-providência** ou **Estado social** é um tipo de organização política e económica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e económica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

⁸⁰⁸ EWALD, François – **L'état providence**. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 1986.

ocorrências da vida humana sejam controláveis pela racionalidade instrumental, manufaturável, disponível e (individual e legalmente) contabilizável.⁸⁰⁹

De outro lado, na *sociedade de risco*, a parte imprevisível e os efeitos secundários desta demanda por controlo levam ao que tem sido considerado superado, ou seja, o reino da incerteza, da ambivalência em suma, da alienação.⁸¹⁰

A reflexividade e a impossibilidade de controlo do desenvolvimento social invadem as sub-regiões individuais, desconsiderando jurisdições, classificações e limites regionais, nacionais, políticos e científicos. No caso extremo, quando se trata de enfrentar as consequências de uma catástrofe nuclear, não há mais a possibilidade de alguém ser não participante. Inversamente, isto também implica que todos os que estão sob esta ameaça são necessários como participantes e parte afetada, e podem parecer igualmente auto-responsáveis.⁸¹¹

Por outras palavras, a *sociedade de risco* revela-se tendencialmente também uma sociedade autocrítica.⁸¹² Assim sendo, este conflito já está contagiando e corroendo as coordenadas políticas da velha sociedade industrial, ou seja, os antagonismos ideológicos, culturais, económicos e políticos que se adicionam em torno da dicotomia seguro/inseguro e impulsionam se distinguir uns dos outros.⁸¹³ Esta constelação metateórica social, política e teórica aparece e se intensifica com a *modernização reflexiva*. Apenas na redefinição do presente as demarcações da velha ordem estouram e as ambivalências irredutíveis, o novo distúrbio da civilização de risco, aparecem abertamente.⁸¹⁴

⁸⁰⁹ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1997, p. 21.

⁸¹⁰ Ibidem.

⁸¹¹ Idem, p. 22

⁸¹² Ibidem. Especialistas são anulados ou depostos por especialistas de áreas opostas. Políticos encontram resistência de grupos de cidadãos, e a gerência industrial encontra boicotes de consumidores organizados e politicamente motivados. As administrações são criticadas pelos grupos de auto-ajuda. Finalmente, até os sectores poluidores (por exemplo, a indústria química no caso de poluição marítima) devem enfrentar a resistência dos sectores afetados (neste caso, a indústria da pesca e os sectores que vivem do turismo litorâneo). Estes poluidores podem ser questionados pelos outros sectores, controlados e talvez até corrigidos. Na verdade, a questão de risco divide as famílias, grupos profissionais de trabalhadores químicos especializados em todos os níveis até a gerência, e com muita frequência até os próprios indivíduos. O que a cabeça quer e a língua diz pode não ser o que a mão (finalmente) faz.

⁸¹³ Idem, p. 23.

⁸¹⁴ Ibidem.

4.3 - Reflexão e Reflexividade

Como anteriormente referimos é necessário aclarar a distinção entre *reflexão* e *reflexividade* no pensamento de Beck, Giddens e Lash, pois para além de serem conceitos equidistantes são, no fundo, primordiais para compreender a dinâmica das duas modernidades. Para seguramente se evidenciar o conceito de “*modernização reflexiva*” a diferenciação entre “reflexão” e “reflexividade” é necessária de modo a evitarmos quaisquer equívocos fundamentais.

Ademais, o conceito “*reflexivo*” (entendido como adjetivo) não implica, neste contexto, *reflexão*, mas, antes, *autoconfrontação*.⁸¹⁵ Isto é, a transição do período industrial para o período de risco da modernidade acontece de maneira indesejada, despercebida e compulsiva no acordar do dinamismo autónomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes.⁸¹⁶

As constelações da “sociedade de risco” são, no entanto, produzidas devido ao facto de que as certezas da sociedade industrial, isto é, o consenso para o progresso ou o alheamento dos efeitos e dos riscos ecológicos, dominam o pensamento e a ação das pessoas singulares e coletivas (Instituições) na sociedade industrial.⁸¹⁷

Beck sustenta que a *sociedade de risco* não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela nasce no seguimento dos processos de modernização autónoma que, no entanto, são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças.⁸¹⁸ De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que colocam em questão e finalmente destroem as bases da sociedade industrial.⁸¹⁹

A “*modernização reflexiva*” traduz-se em autoconfrontação com os efeitos da *sociedade de risco* que não podem ser classificados e assimilados no sistema da sociedade industrial, como é determinado o valor pelos padrões institucionais desta última.⁸²⁰

⁸¹⁵ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 16.

⁸¹⁶ Ibidem.

⁸¹⁷ Ibidem.

⁸¹⁸ Ibidem.

⁸¹⁹ Ibidem. O tipo de confrontação das bases da modernização com as consequências da modernização deve ser claramente distinguido do aumento do conhecimento e da cientificação no sentido da auto-reflexão sobre a modernização. Vamos recordar a transição autónoma, indesejada e despercebida da *reflexividade* da sociedade industrial para aquela da sociedade de risco (para diferenciá-la e contrastá-la com *reflexão*).

⁸²⁰ Ibidem. O facto de esta própria constelação poder mais tarde, num segundo estágio, vir a se tornar objeto de reflexão (pública, política e científica) não deve obscurecer o mecanismo não refletido e quase autónomo da transição: é exatamente a abstração que produz e proporciona realidade à sociedade de risco.

Em Giddens o conceito de *reflexividade* assume um caráter diferente com o advento da modernidade. Para Giddens a *reflexividade* é incorporada na própria base de reprodução do sistema, de modo que o pensamento e ação estão constantemente refletidos entre si.⁸²¹ Dito de outro modo, Giddens compreende que “a rotinização da vida quotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca com o passado, exceto na medida em que o que “foi feito antes” por acaso coincide com o que pode ser defendido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado”⁸²².

Não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o qual, por sua vez, não é autenticado pela tradição. Combinado com a inércia do hábito, isto significa que, mesmo na mais modernizada das sociedades, a tradição continua a desempenhar um papel. Mas este papel é geralmente muito menos significativo do que supõem os autores que enfocam a atenção na integração da tradição com a modernidade no mundo contemporâneo. Pois a tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno.⁸²³

Para acurar a perspectiva de Giddens no que toca a *reflexividade*, torna-se indispensável compreender a noção de “desencaixe”. Considera-se “desencaixe” o deslocamento das relações sociais de âmbitos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço.⁸²⁴

Este contexto que Giddens sustenta que a reflexividade da vida social moderna consiste no facto de que as práticas sociais são frequentemente aprofundadas e restauradas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, modificando assim constitutivamente o seu caráter.⁸²⁵

A modernidade é assinalada por uma primazia pelo novo, contudo talvez isto não seja completamente correto. A modernidade é composta “por e através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas a equação entre conhecimento e certeza revelou-se erroneamente interpretada”⁸²⁶.

⁸²¹ GIDDENS, Anthony - **As consequências da modernidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora UNESP Fundação, 1991, p. 39.

⁸²² Ibidem.

⁸²³ Ibidem.

⁸²⁴ Idem, p. 24.

⁸²⁵ Idem, p. 39. Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em principio) a todos os aspetos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material.

⁸²⁶ Idem, p.40.

Nota-se que, em grande parte, andamos num mundo que é inteiramente organizado através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, de igual modo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer princípio dado por este conhecimento não será revisado.⁸²⁷

No mesmo sentido, substancia-se que na visão de Giddens sobre a *reflexividade* moderna se expressa como um fenómeno peculiar que ultrapassa o sentido mais geral de ser um traço comum a todas as sociedades humanas. De um modo geral, a *reflexividade* refere-se ao “monitoramento” que se encontra intrinsecamente em toda atividade humana. Já na modernidade, corresponde a todas as atividades sociais suscetíveis de revisão sob a luz de nova “informação” e “entendimento”, a própria reflexão se converte em tópico para reflexão.

A distinção entre estes dois conceitos corresponde a “reflexão” como forma de “conhecimento” e “reflexividade” querendo dizer “autodissolução”. Estes conceitos parecem aproximar-se, como foi referido, contudo Scott Lash distingue entre “reflexão” cognitiva, moral e estética, uma perspetiva dissemelhante às de Beck e Giddens.⁸²⁸

A respeito dessa dissemelhança, Beck afirma que esta carece de uma distinção fundamental entre “reflexão” (conhecimento) e “reflexividade” (autodissolução ou auto-risco não intencional). De igual modo, é rigorosamente a distinção existente entre as dimensões cognitiva, moral e estética da “modernização reflexiva” que, para Beck, Lash fala exclusivamente da “reflexão” (mais ou menos consciente), de modo que “interpreta mal a problemática da reflexividade inconsciente e não intencional, no sentido da autoaplicação, autodissolução e auto-risco da modernização industrial”⁸²⁹.

A “reflexividade” é o princípio axial da “modernidade reflexiva” que entra em contradição com o princípio da modernidade simples. Ou seja, presentemente, a “modernidade reflexiva” permanece, em grande parte, lidando com os efeitos colaterais, os perigos ou “males” que derivam da produção de bens da “modernidade simples”.⁸³⁰

Além disso, o *ethos* da “ambivalência” da “modernidade reflexiva” entra em discordância com o imperativo da ordem da “modernidade simples”. Não obstante, Beck afirma que a

⁸²⁷ Ibidem.

⁸²⁸ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 209.

⁸²⁹ Ibidem.

⁸³⁰ Idem, p. 238.

“reflexividade” também inclui a “reflexão”. Esta última pode ser individual ou coletiva e institucional.⁸³¹

De forma mais terminante, a “reflexividade” da modernidade e da modernização, de acordo com Beck, não significa “reflexão” sobre a modernidade, ou ainda, a auto-relação, a autorreferencialidade da modernidade, nem denota a autojustificativa ou autocrítica da modernidade no sentido da teoria sociológica e política clássicas, antes, porém, “a modernização *reduz* a modernização, não intencional e não vista, e por isso também livre da reflexão com a forma da modernização autonomizada”⁸³².

A premissa clássica da teoria da reflexão da modernidade pode ser simplificada até a tese inicialmente sustentada: quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os agentes (sujeitos) adquirem capacidade de refletir sobre as condições sociais da sua existência e, assim, modificá-las. Em contraste com isso, a tese fundamental da teoria da reflexividade da modernidade, grosseiramente simplificada, afirma o seguinte: quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mais ficam dissolvidas, consumidas, modificadas e ameaçadas as bases da sociedade industrial. O contraste está no facto de que isso pode muito bem ocorrer sem reflexão, ultrapassando o conhecimento e a consciência.⁸³³

Como se pode verificar as duas teorias não são forçosamente tão diferentes, pois apresentam, de algum modo, uma consequência central. Ambas asseveram que, na *modernidade reflexiva* os indivíduos se tornam cada vez mais desatados das estruturas e, assim sendo, tendem a redefinir a estrutura, isto é, reinventar a sociedade bem como a política.⁸³⁴

Com este sentido, Beck constata que a teoria da “reflexividade”, sob certas condições, abarca a teoria da “reflexão” da modernidade, porém não o contrário.⁸³⁵ A “modernização reflexiva”, de Lash, no sentido de “teoria cognitiva” rejeita a possibilidade de que a transição, por exemplo, para outra época da modernidade possa, de facto, ocorrer de maneira não intencional, não contemplada, e suplantando as categorias e teorias dominantes da sociedade industrial.⁸³⁶

⁸³¹ Ibidem.

⁸³² Idem, pp. 209-210.

⁸³³ Idem, p. 210.

⁸³⁴ Ibidem.

⁸³⁵ Ibidem.

⁸³⁶ Ibidem. A teoria cognitiva da modernização reflexiva é, em seu âmago, otimista, mais reflexão, mais especialistas, mais ciência, mais esfera pública, mais autoconsciência e autocrítica vão abrir novas e melhores possibilidades para a ação num mundo que está desarticulado. Este otimismo não é compartilhado pela teoria da reflexividade da modernidade; ela também não compartilha o pessimismo da posição oposta, por exemplo, da Dialética do esclarecimento, de Adorno e Horkheimer. A teoria sugerida por mim é neutra e mais complexa com respeito a isso; ela considera e carrega a “ambivalência da modernidade” (Bauman).

Giddens, por exemplo, adota o termo “reflexividade institucional” ao termo “modernização reflexiva”. Para ele, “modernização reflexiva” tende a implicar uma espécie de “conclusão” da modernidade, ou seja, supõe o desabrochar de aspetos da vida social e da natureza que estavam outrora adormecidos.⁸³⁷

Por isso, esta não é precisamente uma teoria da crise ou de classe, não é, como se verificou, uma teoria do declínio, porém uma teoria da desincorporação e da reincorporação não intencional e latente da sociedade industrial, em virtude do sucesso da modernização ocidental.⁸³⁸

Todas as instituições fundamentais (como os partidos políticos e os sindicatos, mas também os princípios causais da responsabilidade na ciência e no direito, as fronteiras nacionais, a ética da responsabilidade individual, a ordem da família nuclear, e assim por diante) perdem suas bases e sua legitimação histórica. Por isso, a reflexividade da modernidade é equivalente ao prognóstico dos conflitos de valor de difícil resolução sobre os fundamentos do futuro.⁸³⁹

Portanto, à semelhança de um diagnóstico que acompanha o tempo, isto denota que a reflexividade da modernidade fornece não somente uma crise cultural de orientação, mas uma crise institucional fundamental e mais extensivamente profunda na “sociedade industrial tardia”.

4.4 - Modernização reflexiva / segunda modernidade

A teoria da *Sociedade do Risco* de Ulrich Beck assenta em duas modernidades. O paradigma que hoje presenciamos demonstra que já não vivemos mais exclusivamente preocupados em transformar de forma unitária a natureza, ou tentando livrar a humanidade dos tradicionais males e contingências, mas também temos agora de nos preocuparmos com os resultados, que muitas vezes não são visíveis nem transparentes, do desenvolvimento técnico e económico.

Decerto, colocar-se-ia a velha questão: estamos precisamente a viver mesmo a “maior narração” da modernidade? No capítulo anterior discutimos esta temática a partir diferentes perspetivas,

⁸³⁷ Idem, p. 220.

⁸³⁸ Idem, p. 211.

⁸³⁹ Idem, p. 211-212.

pois observa-se que a “modernidade” é, por si, a crise de si mesma e, ao mesmo tempo, a reflexão sobre esta crise.⁸⁴⁰

Para, efetivamente, compreendermos a “segunda modernidade” é necessária uma percepção mais acurada sobre a caracterização da “pós-modernidade” em Beck, que, o sociólogo alemão procura, entretanto, diferenciar do conceito de “segunda modernidade”. Beck sustenta que a pós-modernidade projeta uma imagem demasiada simples da modernidade, que se entende somente como uma justaposição de diferentes crises, além da possibilidade de abordar de maneira imprecisa estas crises mediante ulteriores “modernizações”.⁸⁴¹

De igual modo, sempre eclodiram contradições e conflitos que questionaram a existência da “modernidade”, de modo que, neste sentido, não estamos perante uma nova situação, ou seja, para Beck, a pós-modernidade é a origem do mundo moderno, assim como a modernidade era também sua própria pós-modernidade.⁸⁴²

A pós-modernidade deixa-nos, de alguma forma, indefesos de tal modo que é necessário questionar como analisar a perspectiva político-social da pós-modernidade. A pós-modernidade nasceu e desenvolveu-se sem, à partida, existirem novas conceitualidades. Beck sustenta que este prefixo *pos(t)* age como uma espécie de “muleta” para os intelectuais.⁸⁴³ Estamos precisamente vivendo uma “época de *post-ismo*, de *massalá-ismo* e de *lueguismo*”⁸⁴⁴. Se tudo for considerado *post*, e em seguida ou mais tarde!?

Toda essa abordagem se refere, no entanto, de um “médio-diagnóstico”, que simplesmente nos impede de utilizar a velha conceitualidade.⁸⁴⁵ Neste contexto, é onde se constata o que Beck apelida por “preguiça intelectual”, e, em certo modo também, se observa a deslealdade e a hipocrisia intelectual⁸⁴⁶, pois a tarefa do intelectual, neste ponto de vista, é desenvolver os conceitos cuja ajuda poderá definir e organizar a sociedade e a política.⁸⁴⁷ Este mesmo argumento se aplica também contra a teoria da “segunda modernidade”. Conforme se observou

⁸⁴⁰ BECK, Ulrich. **Libertad o capitalismo. Conversaciones con Johannes Willms**. Buenos Aires: Paidós, 2000b, p. 18.

⁸⁴¹ Ibidem.

⁸⁴² Ibidem.

⁸⁴³ Idem, p. 19.

⁸⁴⁴ Ibidem.

⁸⁴⁵ Ibidem.

⁸⁴⁶ Ibidem.

⁸⁴⁷ Ibidem.

à entrada na “segunda modernidade”, contudo a “modernidade” está caracterizada pela superação dos seus próprios fundamentos.

O Ocidente é frequentemente confrontado por questões que desafiam as premissas fundamentais do seu próprio sistema social e político.⁸⁴⁸ A questão fundamental que ora enfrentamos é se a simbiose histórica entre o capitalismo e a democracia, que distingue o Ocidente, na verdade, pode adquirir um sentido comum numa escala global, sem consumir suas bases físicas, culturais e sociais.⁸⁴⁹

Beck observa que a “primeira modernidade” está assente nos Estados-nação com relações estritamente entendidas no sentido territorial e decorre durante toda a modernização e industrialização da sociedade. A família assumia um papel central no âmbito social. A família fazia parte da esfera económica, cultural e laboral, e da estrutura da sociabilização primária.

Já o que Beck considera por *segunda modernidade* prende-se à ideia segundo qual a sociedade precisa de responder a todas as demandas simultaneamente. Nesta “modernidade”, a família apresenta-se distante do conceito anterior e vincula-se a uma sociedade fortemente dominada pela estrutura económica e financeira das políticas neoliberais, a família é impelida à *individualização*.

É neste processo de *individualização* onde se acentuam as incertezas do indivíduo na *sociedade do risco*. Por outras palavras, estas incertezas transformam o indivíduo um indivíduo, ou, mais precisamente, apenas num indivíduo, detentor de direitos e de obrigações.⁸⁵⁰

As oportunidades, ameaças, ambivalências da biografia, que anteriormente era possível superar num grupo familiar, na comunidade da aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos.⁸⁵¹

Decerto, ainda podem ser encontradas famílias, mas a família nuclear está se tornando uma Instituição muito mais rara. Na verdade, há cada vez mais desigualdades, mas as desigualdades e a consciência de classe perderam sua posição central na sociedade.⁸⁵²

⁸⁴⁸ BECK, Ulrich - A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 11.

⁸⁴⁹ Ibidem.

⁸⁵⁰ Idem, p. 18.

⁸⁵¹ Ibidem.

⁸⁵² Idem, p. 19.

E mesmo o eu [self] não é mais o eu inequívoco, mas se tornou fragmentado em discursos fragmentados do eu. Hoje em dia, espera-se que os indivíduos dominem essas “oportunidades arriscadas”, sem serem capazes, em razão da complexidade da sociedade moderna, de tomar as decisões necessárias numa base bem fundamentada e responsável, ou seja, considerando as possíveis consequências.⁸⁵³

A teoria sobre a *segunda modernidade* não deve ser entendida no sentido de uma nova periodização, que por si é bastante problemática, que tencione, por exemplo, objetivar que a *primeira modernidade* tenha durado até aos anos setenta e que, desde então, passamos à *segunda modernidade*.

Também não se pode compreender que tudo que tenha surgido com a *primeira modernidade* se desmoronou e que, como consequência, agora estamos vivendo uma época completamente nova, de tal modo que precisamos conceitos totalmente diferentes para interpretar as novas realidades.

Para Beck, a diferença entre a *primeira* e a *segunda modernidade* implica a existência de “modernidades”, ou seja, pressupõe uma comunidade que agora se deve determinar, entender bem, descobrir, perguntar e alcançar transnacionalmente o confronto entre periferia e centro, entre experiências e projetos de modernização asiática, africana, chinesa, sul-americanos etc.⁸⁵⁴

Por conseguinte, esta diferença significa também encontrar uma diferenciação entre continuidade e ruptura.⁸⁵⁵ Em determinados elementos se supõe uma continuidade, como, por exemplo, o significado das vias de desenvolvimento, dos direitos humanos e cívicos, assim como os valores e pressupostos da democracia, no entanto, existem elementos que variaram basicamente, como, por exemplo, o “nacionalismo metodológico” e o domínio do Ocidente também nas ciências sociais, que têm sido superados por um “cosmopolitismo metodológico”.⁸⁵⁶

⁸⁵³ Ibidem.

⁸⁵⁴ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2000b, p. 20.

⁸⁵⁵ Ibidem.

⁸⁵⁶ Ibidem.

O ponto central desta diferenciação entre a *primeira* e a *segunda modernidade* está precisamente no agravamento das “*categorias zombis*”⁸⁵⁷, conforme observa Beck, as quais, aliás, também correspondem a umas Instituições *zombis*.⁸⁵⁸

Desse modo, impõe-se a necessidade de buscar uma nova referência conceptual, reinterpretar o velho para poder preencher com novos conteúdos, ou seja, reposicionar e fundar a teoria sociológica e política como uma ciência da realidade transnacional, numa escala tanto pequena quanto grande, e isso de maneira conceptual, empírica e organizativa.⁸⁵⁹ As características fundamentais da *primeira modernidade*, como anteriormente já referimos, são, em primeiro lugar, *as sociedades próprias do Estado-nação* e, em segundo lugar, *as sociedades de grupos coletivos*.⁸⁶⁰

Nota-se, todavia, que as sociedades da *primeira modernidade* se apoiam essencialmente numa clara diferenciação entre *sociedade* e *natureza*.⁸⁶¹ Desse modo, a natureza se presume como uma fonte de recursos ilimitados para o processo industrializador que se opõe à sociedade e que é imposto ao controlo.⁸⁶²

Beck, na verdade, identifica que a dinâmica industrial é uma dinâmica que põe em movimento uma produção de riqueza que, por sua vez, possibilita alguns processos de redistribuição, que produzem, com o tempo, satisfação e democracia.⁸⁶³ Assim sendo, as sociedades da *primeira modernidade* são também, neste sentido, sociedades de trabalho ou sociedades de pleno emprego.

A etapa da *primeira* para a *segunda modernidade* não se efetua como uma entropia original nem como uma revolução, mas antes como algo no político, fora do Parlamento, do governo e da vida pública ou mesmo como uma grande mudança produzida pelas consequências associadas, mudança essa que só é visível, de maneira gradual e em toda sua profundidade e alcance, em oposição das diferentes opiniões.⁸⁶⁴

⁸⁵⁷ Beck chamou “*categorias zombis*” a certos conceitos que já tiveram vida (aplicabilidade) e, que sobrevivem até hoje como sombras linguísticas, margens de conteúdos claros e precisos, incapazes de esclarecer o debate e, portanto, orientar a ação. Por exemplos, conceitos como “Soberania”, “classe”, “nação” etc., todas essas expressões na época abrigava um significado abrangente, mas hoje, estes conceitos, estão longe de nos proporcionar uma ferramenta teórica eficaz.

⁸⁵⁸ Ibidem.

⁸⁵⁹ Ibidem.

⁸⁶⁰ Ibidem.

⁸⁶¹ Idem, p. 21.

⁸⁶² Ibidem.

⁸⁶³ Ibidem.

⁸⁶⁴ Idem, p. 22.

A abordagem sobre a *segunda modernidade* e a respeito da *modernização reflexiva* tem como objetivo uma *autocrítica radical da teoria e da sociologia da modernização ocidental*.⁸⁶⁵ Com esta perspectiva, abre-se um novo espaço para uma discussão cosmopolita acerca dos objetivos, valores, pressupostos, contextos e possibilidades de caminhos de modernidades alternativas.

A intensificação dos processos de *individualização*, que adiante se irá esmiuçar, é uma das características principais da *segunda modernidade*. Ou seja, existe uma espécie de *individualismo institucionalizado* que é sobretudo característico das sociedades desta modernidade. Isso explica, de facto, de que as principais Instituições básicas da sociedade, como, por exemplo, a educação, os direitos sociais, os direitos políticos e cívicos, mas também as oportunidades de participação no mercado de trabalho ou os processos de mobilidade, estão orientados para o indivíduo e não para grupo ou a família.⁸⁶⁶

Se esses fatores têm sido levados em consideração, todas essas transformações fundamentais em sua mútua interação saltam à vista, e esta é precisamente a hipótese da *segunda modernidade*. A maior parte dos fenómenos são, no entanto, fruto das consequências associadas de uma *primeira modernidade* radicalizada e, não surgem de um processo político nem de uma revolução consciente, nem tão pouco do facto de que as pessoas tenham decidido, senão porque a própria dinâmica produz estas consequências.⁸⁶⁷

O conceito de “consequências associadas” de Beck pressupõe uma radicalização no sentido de que estamos enfrentando uma dinâmica da modernização que, acima das “consequências associadas” corrói e consome os fundamentos da *primeira modernidade*.⁸⁶⁸ A *primeira modernidade* evidencia uma sociedade estatal e nacional, de estruturas coletivas, com pleno emprego, célere industrialização e um aproveitamento da natureza não “visível”. O paradigma da *primeira modernidade*, que poderemos também autodenominar por “simples” ou “industrial”, tem profundas raízes históricas.⁸⁶⁹

Atualmente, encontramos-nos perante a “modernização da modernização” ou “segunda modernidade” ou ainda “modernidade reflexiva”. A tudo isto estão associados problemas cruciais da política moderna, ou seja, a modernidade iluminista enfrenta o desafio de cinco

⁸⁶⁵ Ibidem.

⁸⁶⁶ Idem, p. 23.

⁸⁶⁷ Idem, p. 24.

⁸⁶⁸ Idem, p. 26.

⁸⁶⁹ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – A sociedade do risco. Um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. **Prim@ Facie**. [Em linha]. Ano 1, Nº 1 (2002), p. 1. [Consult. 07 Agosto 2013]. Disponível: <URL: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4245>>.

processos, a saber: a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a revolução dos géneros e, *last but not least*, os riscos globais da crise ecológica e da agitação dos mercados financeiros.⁸⁷⁰

Neste contexto, é fundamental libertar-se de algumas certezas antropológicas do passado e, de igual modo, tentar construir, no meio de uma quantidade de contradições e de ruturas, linhas de coerência e de continuidade. É notório que a esperança e desespero não deixam de cruzar-se na nossa experiência. O conceito de “modernidade” sempre significou também crises em curso, descontinuidades e incertezas. Contudo, o que distingue a “modernidade reflexiva” e a torna problemática é o facto de que devemos encontrar respostas radicais aos desafios e aos riscos globais produzidos pela própria modernidade.⁸⁷¹

Beck discorda com a imagem do mundo contemporâneo que Samuel Huntington⁸⁷² retratou. Ou seja, quando Huntington fala em “conflitos entre civilizações”, na realidade tem em mente a experiência de um homem branco e protestante ameaçado pela efervescente emergência da América do Norte já modificada em multicultural e cada vez mais influenciada pelas tradições culturais de origens não europeias.⁸⁷³

Pelo contrário, a teoria de “segunda modernidade” é uma tentativa séria de ultrapassar todo o tipo de “imperialismo ocidental” e toda a conceção unilateral de modernidade. Beck apresenta como alternativa, superar o preconceito de evolução que aflige grande parte da ciência social ocidental. É um preconceito que relega as sociedades não ocidentais contemporâneas à categoria do “tradicional” e do “pré-moderno” e, no entanto, em vez de defini-las pelo seu próprio ponto de vista, concebem-nas em termos de oposição à modernidade ou de não-modernização.⁸⁷⁴

Comumente se pensa que o estudo das sociedades ocidentais pré-modernas nos possa ajudar a entender as características que os países não-ocidentais apresentam atualmente. A “segunda modernidade” significa, ao contrário, que devemos pôr com firmeza o mundo não ocidental no

⁸⁷⁰ Idem, pp. 1-2.

⁸⁷¹ Idem, p. 3.

⁸⁷² HUNTINGTON, Samuel – **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p. 21 A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre grupos definidos em termos económicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. Entretanto, a violência entre Estados e grupos de civilizações diferentes carrega consigo o potencial para uma escalada na medida em que outros Estados e grupos dessas civilizações acorrem em apoio a seus “países afins”.

⁸⁷³ BECK, Ulrich; SOLO, Danilo – Op. Cit., 2002, p.3.

⁸⁷⁴ Ibidem.

âmbito da “modernização da modernização”, isto é, dentro de um pluralismo de modernidade. Nessa perspectiva, há espaço para conceitualizar a possibilidade de trajetórias divergentes da modernidade.⁸⁷⁵

Na Ásia, na África, na China, na América do Sul, que têm como objeto o tema das “modernidades divergentes”. Na sociedade global do risco, as sociedades não ocidentais têm em comum com as sociedades ocidentais não só o mesmo espaço e o mesmo tempo mas também alguns dos desafios fundamentais da segunda modernidade, mesmo que percebidas em âmbitos culturais diferentes e segundo perspectivas divergentes. A idêntica situação de risco produzida por uma modernização muito rápida pode dar vida a perspectivas culturais divergentes e, justamente por isso, muito interessantes tanto do ponto de vista teórico quanto do político.⁸⁷⁶

A modernidade aparece principalmente como contraproducente. Isso extrai de modo permanente suas irrenunciáveis condições morais de existência.⁸⁷⁷ Com efeito, se não chegarmos à conclusão de que temos de repensar, na verdade reinventar, a nossa civilização industrial, então, certamente que iremos continuar a ignorar que o velho sistema da sociedade industrializada está se desmoronando no decorrer do seu próprio sucesso.⁸⁷⁸ Não obstante, Beck salienta que “*modernização reflexiva*” “significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O “sujeito” dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental”⁸⁷⁹.

Beck procura distinguir a *modernização reflexiva* da *modernização simples ou ortodoxa*. Para ele, esta última “significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais”⁸⁸⁰, já a *modernização reflexiva* “significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade”⁸⁸¹.

⁸⁷⁵ Idem, p. 4

⁸⁷⁶ Idem, p. 5.

⁸⁷⁷ BECK, Ulrich – **Hijos de la libertad**. 2ª Edição. México: FCE, 2002a, p. 8.

⁸⁷⁸ BECK, Ulrich et al. – Op. Cit., 1997, p. 12.

⁸⁷⁹ Ibidem. A burguesia não pode existir sem continuamente revolucionar os instrumentos de produção, ou seja, as relações de produção, e, portanto, todos os relacionamentos sociais. A manutenção inalterada do antigo modo de produção, ao contrário, era a condição primária para a existência de todas as classes industriais anteriores. A revolução constante da produção, a perturbação ininterrupta de todas as relações sociais, a incerteza e agitação permanentes distinguem a era burguesa de todas as anteriores. Todos os relacionamentos estabelecidos e fixados, com sua série de ideias e pontos de vista veneráveis, estão sendo destruídos; todos os novos tornam-se obsoletos antes de poderem se fixar. Tudo o que é sólido dissolve-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente obrigadas a enfrentar com racionalidade as condições reais de suas vidas e de suas relações com seus semelhantes.

⁸⁸⁰ Ibidem.

⁸⁸¹ Ibidem.

Em determinação do inerente dinamismo, a *sociedade moderna* está concluindo com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, sectores empresariais e, é efetivamente, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do avanço técnico-económico.⁸⁸²

Assim sendo, com este novo estágio, em que o progresso pode-se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que Beck apelida de etapa da *modernização reflexiva*.⁸⁸³

A ideia de que o dinamismo da sociedade industrial acaba com suas próprias fundações recorda a mensagem de Karl Marx de que o capitalismo é seu próprio coveiro, mas significa também algo completamente diferente. Primeiro, não é a crise, mas, repito, as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social. Segundo, isto significa que não é a luta de classe, mas a modernização normal e a modernização adicional que estão dissolvendo os contornos da sociedade industrial.⁸⁸⁴

Do mesmo modo, se supusermos que *modernização reflexiva* significa que uma mudança da sociedade industrial, “ocorrida sub-repticiamente e sem planeamento no início de uma modernização normal, autónoma, e com uma ordem política e económica inalterada e intacta”⁸⁸⁵, isto, por sua vez, implica a radicalização da modernidade, que vai penetrar nas premissas e nos contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para outra modernidade.⁸⁸⁶

A ideia de que a transição de uma época social para outra poderia ocorrer não intencionalmente e sem influência política, extrapolando todos os fóruns das decisões políticas, as linhas de conflito e as controvérsias partidárias, contradiz o auto-entendimento democrático desta sociedade, da mesma forma que contradiz as convicções fundamentais de sua sociologia.⁸⁸⁷

A *modernização reflexiva* da sociedade industrial ocorre silenciosamente, como anteriormente referimos, ela age despercebida pelos sociólogos e politólogos, que, sem levantarem questões, dão seguimento as coletas de dados de acordo com as velhas categorias científicas. Beck propõe uma fórmula para compreender a nova modernidade, isto é: *o desejado + o familiar = nova*

⁸⁸² Ibidem.

⁸⁸³ Ibidem.

⁸⁸⁴ Idem, pp. 12-13. A constelação que está surgindo como resultado disso também nada tem em comum com as utopias até agora fracassadas de uma sociedade socialista. Em vez disso, o que se enfatiza é que o dinamismo industrial, extremamente veloz, está se transformando numa nova sociedade sem a explosão primeva de uma revolução, sobrepondo-se a discussões e decisões políticas de parlamentos e governos.

⁸⁸⁵ Idem, p. 13.

⁸⁸⁶ Ibidem.

⁸⁸⁷ Ibidem.

modernidade.⁸⁸⁸ Contudo, a *modernização reflexiva*, como sendo uma modernização ampla, liberta e modifica a estrutura, merece mais que a curiosidade filantrópica por se tratar de uma espécie de “nova criatura”.⁸⁸⁹

Essa perspectiva também é extensiva à política, dado que a modernização da modernização, como Beck enfatiza, é um fenómeno relevante que requer a maior atenção. Isto, por sua vez, implica inseguranças de toda a sociedade, não fáceis de delimitar, com duelos entre fações em todos os níveis, igualmente difíceis de delimitar.⁸⁹⁰

A modernização reflexiva envolve apenas uma dinamização do desenvolvimento, que, em si, embora em contraposição uma base diferente, pode ter consequências exatamente opostas. Em vários grupos culturais e continentes isso é associado ao nacionalismo, à pobreza em massa, ao fundamentalismo religioso de várias fações e credos, a crises económicas, crises ecológicas, possivelmente guerras e revoluções, sem esquecer os estados de emergência produzidos por grandes catástrofes, ou seja, no sentido mais restrito, o dinamismo do conflito da sociedade de risco.⁸⁹¹

Nota-se que na teoria da *modernização reflexiva*, a base para a crítica é concebida, de certo modo, como autónoma. Ou seja, não há objeto claramente definível.⁸⁹² Em virtude de sua dinâmica que goza de independência e de seus sucessos, a sociedade industrial está a deslizar para uma terra de ninguém, de ameaças sem garantia. Desse modo, a incerteza retorna e prolifera por toda parte.⁸⁹³

Neste contexto, isso significa que se trata de uma mudança cujas causas estão enraizadas sob a dinâmica até então da modernização, mas que ao mesmo tempo transcende este âmbito e representa uma mudança fundamental, uma mudança de paradigma, que nos obriga a

⁸⁸⁸ Idem, p. 14.

⁸⁸⁹ Ibidem.

⁸⁹⁰ Ibidem.

⁸⁹¹ Idem, pp. 14-15. É claro que a modernização reflexiva deve ser analiticamente distinguida das categorias convencionais da mudança social - crise, transformação social e revoluções - mas pode também coincidir com essas conceituações tradicionais, favorecendo-as, sobrepondo-se a elas e intensificando-as.

⁸⁹² Idem, p. 24

⁸⁹³ Ibidem. Neste contexto, Wolfgang Zapf escreveu: “Comentando criticamente, gostaria de dizer que a posição de Ulrich Beck é tão fascinante porque ele se aterm firmemente não somente ao programa de modernização, mas também a uma crítica fundamental da sociedade presente, incluindo a maior parte da sociologia atual. Beck deseja uma nova modernidade e uma teoria mais introspetiva, mais conscienciosa e mais refletida - em suma, uma teoria reflexiva. Esta é capaz de vencer os defensores da Teoria Crítica das décadas de 1930 e 1960, para os quais se aplica a máxima de Adorno: a totalidade é a não-verdade. Ela pode assimilar os marxistas desiludidos, cujos sonhos de socialismo se desintegraram, mas que agora estão percebendo que as democracias do mercado livre também devem fracassar em razão de suas próprias contradições. A teoria é uma variante modernizada da doutrina do capitalismo tardio, no qual a crise ecológica assume, no momento, o papel anteriormente desempenhado pela crise de legitimação do capitalismo tardio. É outra teoria do terceiro caminho, além do socialismo e do capitalismo”.

desenvolver novos conceitos no âmbito das ciências sociais, mas também novas Instituições sociais e políticas que deem respostas a esses desafios.

4.5 - A Individualização na sociedade

O processo de “individualização”, na perspectiva de Beck, está associado às mudanças da primeira para a segunda modernidade. A “individualização” assume feições muito peculiares da *modernização reflexiva*. Beck desenvolve este conceito no intuito de apresentar a dissolução da sociedade e o seu desligamento com as formas de vida tradicionais, ou seja, a forma de vida ligada à sociedade industrial.

Todavia, antes de darmos seguimento à análise do nosso tema principal, iremos, entretanto, diferenciar um obstáculo a transpor, isto é, esclarecer um equívoco responsável em grande parte pelo modo como estamos sendo, muitas vezes, levados a situações não desejadas. Esse equívoco, na verdade, diz respeito aos próprios conceitos de *individualização* e *individualismo*.

O conceito “individualização” não contém inúmeros dos significados que muitas vezes lhe atribuem com o intuito de serem capazes de pensar que não significa absolutamente nada. René Guénon sustenta, por exemplo, que o “individualismo” é a “negação de qualquer princípio superior à individualidade e, por consequência, a redução da civilização, em todos os domínios, apenas aos elementos humanos”⁸⁹⁴.

No entanto, o “individualismo”, tal como é definido por Guénon, é a causa determinante da atual queda do Ocidente, pelo peculiar facto de que ele é, de certo modo, o motor do desenvolvimento exclusivo das possibilidades mais inferiores da Humanidade.⁸⁹⁵ Quem se refere ao “individualismo” recusa assumir uma autoridade superior ao indivíduo, tal como uma faculdade de conhecimento superior à razão individual; ambas as coisas são inseparáveis uma da outra.⁸⁹⁶

Em Beck o conceito de individualização não significa atomização, isolamento, egocentrismo, solidão, o fim de todos os tipos de sociedade, ou desconexão, conforme sucede com o

⁸⁹⁴ GUÉNON, René – **A crise do mundo moderno**. 3ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2013, p. 87.

⁸⁹⁵ Idem, pp. 87-88.

⁸⁹⁶ Idem, p. 93.

individualismo. Também se ouve com frequência a declaração refutável de que significa a emancipação ou a renovação dos indivíduos burgueses após a sua morte.⁸⁹⁷

A “Individualização” significa, primeiro, a desincorporação, e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias. Daí a palavra “individualização”. A desincorporação e a reincorporação (nas palavras de Giddens) não ocorrem por acaso, nem individualmente, nem voluntariamente ou por diversos tipos de condições históricas, mas sim ao mesmo tempo e sob as condições gerais do *welfare state*, na sociedade desenvolvida de trabalho industrial, como vem se desenvolvendo desde a década de 1960 em muitos países industriais do Ocidente.⁸⁹⁸

O processo de “individualização” dá-se mediante a *modernização reflexiva*, pois esse processo não se efetiva por decisão própria, antes, pelo contrário, os indivíduos são “obrigados” a configurar as suas próprias biografias bem como os seus valores morais, político-sociais e culturais. A “individualização” deu origem a uma nova “forma social”, ou seja, engendrou novas maneiras coletivas de viver e são, cada vez mais, compreendidas dentro e fora dos espaços tradicionalmente concebido como a família nuclear.

Neste contexto, a classe supõe a família nuclear, que presume os papéis dos sexos, a divisão do trabalho entre homens e mulheres, o casamento.⁸⁹⁹ Estes são somente alguns dos exemplos de como, de certa maneira, as categorias das situações de vida e da conduta de vida da sociedade industrial se presumem uma à outra.⁹⁰⁰

Elas estão sendo substituídas não por um vazio (que é precisamente o alvo da maior parte das refutações à teoria da individualização), mas antes por um novo tipo de condução e disposição da vida - não mais obrigatória e “incorporada” (Giddens) nos modelos tradicionais, mas baseada em regulamentos do *welfare state*. Este último, no entanto, considera o indivíduo como ator, planejador, prestidigitador e diretor de cena de sua própria biografia, identidade, redes sociais, compromissos e convicções.⁹⁰¹

⁸⁹⁷ BECK, Ulrich - A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, 24.

⁸⁹⁸ Idem, pp. 24-25.

⁸⁹⁹ Idem, p. 25. As classes também são concebidas como a soma das situações familiares nucleares, que se parecem uma com a outra e são diferenciadas de outras “situações familiares” típicas de classe (aquelas da classe alta, por exemplo).

⁹⁰⁰ Ibidem.

⁹⁰¹ Ibidem.

Na sociedade do risco as mudanças são uma “*reflexão*”, poderíamos dizer que é o resultado de um programa cuja política impõe o seu poder e, conseqüentemente, a dinâmica das inovações tecnológicas. À semelhança da globalização poder-se-ia entender como um processo que vem de fora, que mina e varre o mundo político, moral e económico dos Estados-nação.

Não obstante, em termos mais simples, “*individualização*” significa “a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem”⁹⁰². Contudo, também significa novas interdependências, até de âmbito globais. Por outras palavras, a *individualização* e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de *modernização reflexiva*.⁹⁰³

Para colocar de outra maneira ainda, a reclamação sobre a individualização que está atualmente em moda - a invocação dos “sentimentos compartilhados”, a dissociação dos estrangeiros, a tendência a mimar a família e os sentimentos de solidariedade, transformados numa teoria moderna, o comunitarismo - tudo isso é propagado em contraposição a um passado baseado na individualização estabelecida. Estas são, em sua maioria, reações à experimentação de aspetos intoleráveis da individualização, que está assumindo características anômalas.⁹⁰⁴

Beck defende que vivemos num período de mudanças problemáticas, da primeira à segunda modernidade radical. A *primeira modernidade*, apesar de que tudo se transforma, ainda conserva categorias elementares das mudanças sociais. Contudo, na *segunda modernidade* essas categorias questionam-se publicamente, de modo que, essa mudança de paradigma centraliza os grupos sociais e coloca à sociologia exigência de mudar as suas teorias.

Essa perspectiva encontra, também, respaldo na visão apresentada, por exemplo, por Friedrich Hayek. Mediante o processo de *individualização* outras categorias se formam que se conjugam entre si. Entretanto, o “liberalismo económico”, a propósito, é oposto à substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais. Ou seja, considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, “na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo por ser o único método pelo qual as nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade”⁹⁰⁵.

⁹⁰² Idem, pp. 25-26.

⁹⁰³ Idem, p. 26.

⁹⁰⁴ Ibidem.

⁹⁰⁵ HAYEK, Friedrich – **O caminho da servidão**. 6ª Edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 58.

Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham.⁹⁰⁶

Mas embora todas as mudanças que estamos observando se inclinem para uma direção central abrangente da atividade económica, a luta universal contra a concorrência promete gerar antes de tudo algo ainda pior sob vários aspetos: uma situação que não pode satisfazer nem os planejadores nem os liberais, uma espécie de organização sindicalista ou “corporativista”, na qual a concorrência é mais ou menos suprimida, mas o planeamento fica nas mãos de monopólios independentes, controlados por cada sector da economia.⁹⁰⁷

Quer dizer, se as preposições de Hayek forem adaptadas ao contexto em causa, facilmente, compreenderemos que os indivíduos são exatamente os elementos da concorrência do mercado, ou seja, através do “liberalismo económico” os indivíduos constroem o seu “imaginário mercantil”⁹⁰⁸, e, por conseguinte, entram no processo de *individualização* que Beck observara. Apesar de parecer ilógico, estes pressupostos do “liberalismo económico” engendraram o que, no entanto, foi apelidado por Laïdi de “imaginário mercantil”. É necessário que se entenda a perspectiva de Hayek fora do âmbito económico, mas, sim, numa perspectiva filosófico-política. É necessário, todavia, desmistificar esta abordagem de modo a clarificá-la. A penetração do “imaginário mercantil” tem influências nas relações sociais e configura-se numa estrutura a prazo. Quando, na escola, as expectativas dos alunos ou dos pais são apreciadas na razão exclusiva da capacidade para os preparar para a procura de um emprego, é, entretanto, observa Laïdi, o “imaginário mercantil” que predomina, ainda que isso não decorra de transação mercantil correspondente.⁹⁰⁹

O “imaginário mercantil” “é uma representação do mundo que admite que as relações sociais retirem o seu sentido e o seu valor exclusivo das vantagens que concedem imediatamente ao indivíduo”⁹¹⁰. É precisamente com este propósito que se produzem mensagens implícitas nas

⁹⁰⁶ Ibidem.

⁹⁰⁷ Idem, p. 61. Este é inevitavelmente o primeiro resultado de uma situação na qual todos, unidos na hostilidade à concorrência, em pouco mais concordam. Eliminando a concorrência de modo gradual em cada sector da economia, essa política deixa o consumidor à mercê da ação monopólica conjunta dos capitalistas e dos trabalhadores dos sectores melhor organizados.

⁹⁰⁸ LAÏDI, Zaki – **A chegada do Homem-Presente ou da nova condição do tempo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, p. 207.

⁹⁰⁹ Idem, p. 208.

⁹¹⁰ Ibidem.

escolas, mais intensas do que os discursos magistrals, pois apenas uma coisa conta na vida: ter um emprego e um bom salário.⁹¹¹ Ora, esta mensagem é inadmissível, não se pode fundamentar o sistema escolar num tal princípio.⁹¹²

O “imaginário mercantil” assenta numa individualização crescente das escolhas, e, seguidamente, apoia-se também no princípio da reversibilidade destas.⁹¹³ Assim, se uma outra instituição não indaga os benefícios antecipadamente gozados, não é delas que nos ocupamos. Na verdade, os fatores de inércia cultural, sociológica e política continuam a influenciar a lógica das escolhas.⁹¹⁴

Nota-se que no próprio seio das famílias, este “imaginário” se desenvolve, privando os indivíduos de toda a distância em relação a si próprios e, condenando-os, desse modo, ao imediatismo da sua relação com o mundo.⁹¹⁵

Este imediatismo da relação com o mundo, sem dúvida nenhuma, tem a ver com a extensão da esfera mercantil em sectores onde estávamos habituados a pensar os serviços oferecidos como direitos sociais (transporte, segurança, educação). Contudo, a importância do “imaginário mercantil” vai para além disso. Ela parece-nos remeter para mutações mais amplas. Doravante, temos que procurar estas mutações na hegemonia cultural do contrato nas sociedades modernas, hegemonia essa que conduz a um verdadeiro encerramento processual.⁹¹⁶

Mais uma vez, a *individualização* não é baseada na livre decisão dos indivíduos. Com efeito, as pessoas são condenadas à *individualização*, como anteriormente referimos, pois ocorre de maneira não intencional. A *individualização* é uma compulsão, mas uma compulsão pela fabricação, o autoprojeto e a autorrepresentação, não apenas da própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações à medida que as fases da vida mudam, porém, evidentemente, sob as condições gerais e os modelos do *welfare state*, tais como o sistema educacional (adquirindo certificados), o mercado de trabalho e a regra social, o mercado imobiliário e assim por diante.⁹¹⁷

⁹¹¹ Ibidem.

⁹¹² PROST, Antoine apud LAÏDI, Zaki – Op. Cit., 2000, p. 208.

⁹¹³ LAÏDI, Zaki – Op. Cit., 2000, p. 209.

⁹¹⁴ Ibidem.

⁹¹⁵ Ibidem.

⁹¹⁶ Ibidem.

⁹¹⁷ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 26. Mesmo as tradições do casamento e da família estão se tornando dependentes de processos decisórios, e todas as suas contradições devem ser experimentadas como riscos pessoais.

Na defluência da primeira metade do século XX, as estruturas sociais que funcionavam como freios ao desenvolvimento do individualismo (tradição, família, Igreja, grandes ideologias, partidos políticos, etc.) perderam a sua precedente autoridade em benefício da expansão social do princípio da individualidade.⁹¹⁸ É precisamente neste sentido que a “individualização” designa que a biografia padronizada reverte-se numa biografia escolhida, uma biografia do tipo “faça-você-mesmo”⁹¹⁹, ou, à semelhança da abordagem de Giddens, uma “biografia reflexiva”⁹²⁰.

Na verdade, o processo de *individualização* que a sociedade enfrenta estende-se até à dimensão institucional. Por outras palavras, presenciamos a um vazio institucional que se alarga aos partidos políticos, aos órgãos de representação pública e aos sindicatos, que, por vezes, encorajam essa crise e insegurança. A *individualização* é cada vez mais crescente porque os indivíduos deixaram de acreditar em si mesmos, em suas próprias ações, no sistema instituído e na própria sociedade. Este ambiente de insegurança que procura buscar a estabilidade leva ao processo de *individualização*.

As observações atestam que para a próxima geração de mulheres, uma carreira e a maternidade serão certamente consideradas parte de seus planos de vida. Se eventualmente a tendência para as famílias de duas carreiras continuar, então duas biografias individuais, educação, trabalho e carreira, desse modo, terão de ser consideradas juntas e mantidas sob a forma de família nuclear.⁹²¹

Estes modelos não consolidam a união das pessoas, como Beck constata, mas a dissolvem e multiplicam as dúvidas. Como consequência, forçam todo homem e mulher, tanto dentro como fora do casamento, a operar e persistir como agente individual e planejador de sua própria biografia.⁹²²

⁹¹⁸ LIPOVETSKY, Gilles; JUVIN, Hervé – **O ocidente mundializado. Controvérsia sobre a cultura planetária**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 62.

⁹¹⁹ HITZLER, Ronald apud BECK, Ulrich - Op. Cit., 1997, p. 26.

⁹²⁰ GIDDENS, Anthony apud BECK, Ulrich - Op. Cit., 1997, p. 26.

⁹²¹ BECK, Ulrich - Op. Cit., 1997, p. 27. Anteriormente, as regras do casamento baseado no *status* dominavam como imperativos (a indissolubilidade do casamento, os deveres da maternidade e assim por diante). Isso certamente reduzia o escopo da ação, mas também obrigava e forçava os indivíduos a ficarem juntos. Em contraste com isso, hoje em dia não há um modelo, mas vários modelos, especificamente aqueles negativos: modelos que requerem que as mulheres construam e mantenham carreiras educacionais e profissionais próprias como mulheres, porque do contrário enfrentarão a ruína em caso de divórcio e permanecerão dependentes do dinheiro do marido dentro do casamento - com todas as outras dependências simbólicas e reais que isso lhes traz.

⁹²² Ibidem.

Beck refere que os direitos sociais são direitos individuais.⁹²³ As famílias não podem reivindicá-los, somente os indivíduos, e mais precisamente os indivíduos trabalhadores (ou aqueles que estão desempregados, mas desejam trabalhar). A participação nas proteções e benefícios materiais do *welfare state* pressupõe na grande maioria dos casos participar na força de trabalho.⁹²⁴

Beck defende que as mudanças no mundo do trabalho devem ser compreendidas como abertura perante as novas diretrizes para o Estado, a economia assim como a sociedade. Essa observação elaborada por Beck deve-se ao facto de que a sociedade política dos indivíduos está precisamente relacionada com a criação de uma sociedade transnacional, uma sociedade de cidadãos cada vez ativos procurando dar respostas à *individualização*.

Beck estudou a *individualização* das condições objetivas e não como o produto de uma mudança na consciência subjetiva. Desse modo, os indivíduos são cada vez mais acrisolados pelas incertezas e os riscos da precariedade do trabalho, que tornam o indivíduo gradativamente inseguro e exposto a riscos que não os pode controlar.

Beck não afirma um outro conceito de *individualização*, antes, porém, defende a existência de uma *individualização* institucionalizada, abrangendo as próprias Instituições bem como os indivíduos. Nota-se que o processo de *individualização* ocorre em três etapas. Em primeiro lugar, dá-se com o desacorrentamento das formas sociais históricas e de vínculos tradicionais; em segundo lugar, através da perda da estabilidade relacionada com o conhecimento, crenças e normas, e, por último, reintegração, ou seja, um novo tipo de coesão social, em que o significado do conceito de *individualização* torna-se seu oposto. Portanto, a *individualização* é contraditória. O processo de socialização impede a autonomia individual.

Este tema da *individualização* assenta-se na compreensão da realidade social vigente cuja vertente tem uma dupla função. *Individualização* significa, portanto, que homens e mulheres são e tornam-se livres a partir dos papéis de género prescritos pela sociedade industrial para a vida na família nuclear. Contudo, ao mesmo tempo, isso agrava a situação, eles se veem obrigados, sob pena de desvantagem material, para construir uma vida própria por meio do

⁹²³ Ibidem.

⁹²⁴ Ibidem.

mercado de trabalho, formação e mobilidade, e se for necessário para prosseguir esta vida em custo de seus compromissos com a família, parentes e amigos.⁹²⁵

Esta “ambivalência” que se observa no processo de *individualização*, por um lado, representa uma necessidade, e, por outro lado, nasce de um afã de fazer incidir uma vida própria, que não se diferencie por sexos. Todavia, é em função desta uniformidade que o problema se torna mais sério na sociedade. Com efeito, deparámo-nos com o fim do que foi tradicionalmente postulado na organização familiar, ou seja, na sociedade industrial. Diante disto, quer o homem quer a mulher relacionam-se e tomam as decisões em conjunto, planificando na esfera da *individualização* de cada um.

Beck refere que mulheres e homens estão compulsivamente na busca da maneira correta de viver, experimentando a convivência, divórcio ou casamento contratual, lutando para coordenar a família e a carreira, amor e casamento, a “nova” maternidade e a paternidade, amizade e familiaridade.⁹²⁶ Este movimento está em andamento, e não há nenhuma forma de o fazer parar.

No entanto, poder-se-ia chamar a este processo “*luta de status*” que vem depois da luta de classes. Beck observa que nos países onde a prosperidade e a segurança social atingiram um nível elevado, onde a paz e os direitos democráticos começam a ser dados como certos, as contradições entre as demandas da família e da liberdade pessoal, ou entre as demandas da família e amor não podem mais ser escondidas atrás da diária luta contra a miséria e a opressão.⁹²⁷

É imprudente inferir que o processo de “individualização” leva o indivíduo a pensar unicamente em si próprio e no que o circunda. Antes, porém, refere-se a uma geração e cultura que se formou, ansiosa por experimentar esse individualismo, a moral social e interrelacionar o livre arbítrio e a *individualização* como um viver para os outros.

Na medida em que as identidades sociais tradicionais se desvanecem gradualmente, os antagonismos entre homens e mulheres sobre os papéis do género surgem cada vez mais no coração da esfera privada.⁹²⁸ Em toda uma série de questões triviais e importantes, que vão desde quem faz os pratos ao sexo e fidelidade e as atitudes que estes revelam, esses

⁹²⁵ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth - **The Normal Chaos of Love**. United Kingdom: Polity Press, 2004, p. 6.

⁹²⁶ Idem, p. 2.

⁹²⁷ Ibidem.

⁹²⁸ Ibidem.

antagonismos estão começando a mudar a sociedade de maneira óbvia e menos óbvia.⁹²⁹ Contudo, oprimidos pela esperança, o amor parece escapar porque ele é idolatrado por uma sociedade voltada para o crescimento do indivíduo. Ou seja, é carregado com mais esperanças, quanto mais rápido ele parece desaparecer no ar, mais desprovido fica de quaisquer laços sociais.⁹³⁰

A *individualização* dá outra direção às formas e condições de vida das pessoas bem como as suas direções. Assume a sua necessidade de justificação e tomada de decisões. A própria *individualização* está em constante transformação. O conceito de *individualização* abrange, assim, um complexo, múltiplo, fenómeno ambíguo, ou mais precisamente uma transformação social, a variedade de sentidos têm que ser distinguidos uns dos outros, mas todos eles têm implicações práticas, que não podem ser ignoradas.⁹³¹

Noutros termos, *individualização* corresponde à liberdade de escolha, por um lado, e à pressão para se conformar às exigências internalizadas, por outro. Quer dizer, o indivíduo torna-se responsável por si mesmo, e dependente de condições que escapam completamente ao seu alcance. São muitas as condições que incentivam o “individualismo” a produzir novas dependências desconhecidas: ora, o indivíduo é obrigado a padronizar sua própria existência.⁹³²

Os indivíduos ao se libertarem das restrições tradicionais descobrem que eles são regidos pelo mercado de trabalho e, portanto, dependentes de ofertas de formação, regulamentos de assistência social e benefícios, de transporte público, lugares na creche e horários de abertura, bolsas de estudo e planos de aposentadoria.⁹³³

Dito de outra maneira, um casamento tradicional e familiar não representa restrição nem a vida do indivíduo moderno significa liberdade. É, simplesmente, uma mistura contendo ambas restrição e liberdade que está sendo substituída por outra, que parece mais moderna e atraente.⁹³⁴

Obviamente procura-se o que melhor se adapta aos desafios do nosso tempo, e é mostrado pelo facto de que quase ninguém quer voltar aos “bons velhos tempos”. Há, naturalmente, um

⁹²⁹ Ibidem.

⁹³⁰ Ibidem.

⁹³¹ Idem, p. 7.

⁹³² Ibidem.

⁹³³ Ibidem.

⁹³⁴ Ibidem.

bom número de homens que querem transformar os relógios de volta, mas não para si mesmos, somente para as mulheres.⁹³⁵

Neste sentido, Lévi-Strauss está correto ao observar que nas sociedades modernas as relações com o outro são meramente ocasionais e fragmentárias, estabelecidas sobre esta experiência global, esta apreensão concreta dos sujeitos uns pelos outros.⁹³⁶ Beck observa que desde os meados dos anos 70, mas sobretudo na década de 80, a desigualdade cresceu consideravelmente, contudo esclarece que este pressuposto não invalida a sua tese sobre a *individualização* como resultado do progresso. Todavia, dá-se agora uma *desigualdade ambivalente*.

Não só coexistem pobreza e riqueza, mas também se passa a ser rico ou pobre, empregado ou desempregado, de um momento para outro. Como consequência, os indivíduos são favorecidos ou não dependendo de seu lugar no ciclo de vida. A pobreza e o desemprego afetam a todos independentes de sua classe social.

Beck assegura que a palavra-chave nesta controvérsia internacional é a *globalização*. As consequências desta para a sociedade (e da sociologia) foram enunciados mais claramente nos países de língua inglesa, mas precisamente na Grã-Bretanha, onde foi vigorosamente argumentado que a ciência social e política convencional permanecem presas em um conceito nacional-territorial da sociedade.⁹³⁷

Conquanto, a economia neoliberal repousa sobre uma imagem do ser humano autárquica. Assim, assume-se que os indivíduos sozinhos podem dominar toda a sua vida, que deles deriva, e renovar a sua capacidade de ação dentro de si mesmos.⁹³⁸ Esta concepção neoliberal vem inevitavelmente ameaçar o *welfare state*, porque com a noção ideológica do “indivíduo autossuficiente” implica o desaparecimento de qualquer senso de obrigação mútua.

A compreensão sociológica da *individualização* está intimamente ligada com a questão de como os indivíduos podem desmistificar essa falsa imagem da autarquia. Ou seja, não é a liberdade de escolha, mas uma visão sobre a incompletude fundamental do homem, que está no núcleo da liberdade individual e política na *segunda modernidade*.⁹³⁹

⁹³⁵ Ibidem.

⁹³⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude – **A antropologia face aos problemas do mundo moderno**. 1ª Edição. Lisboa: Temas & Debates, 2012, p.51.

⁹³⁷ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – **Individualization**. London: SAGE Publications, 2002, p. 20.

⁹³⁸ Idem, p. 21.

⁹³⁹ Ibidem.

A multiplicidade de perspectivas e sistemas criados pelo processo de *individualização* encontram somente suportes devido ao facto de que existe um princípio assente na tolerância. Por este motivo, reconhece-se que esta é, de facto, uma nova era, na qual nascem novas culturas, cada vez mais heterogêneas, não assentes na religião ou na cultura étnica. Nasce uma cultura assente na possibilidade de desenvolvimento do indivíduo como indivíduo nas suas aptidões criadas, nas suas aptidões vivenciais. Contudo, esta cultura individualista é também, necessariamente, política.

O conceito de *individualização* é, no entanto, implantado num sentido sociológico do individualismo institucionalizado. As Instituições centrais da sociedade moderna, os direitos civis, políticos e sociais básicos, mas também o emprego remunerado e formação e a mobilidade necessária para isso, estão somente voltadas para o indivíduo e não para o grupo.⁹⁴⁰ Na medida em que os direitos básicos como são internalizados e todo mundo quer ou deve ser economicamente ativo para ganhar seu sustento, a espiral da individualização destrói as bases dadas para uma convivência social.⁹⁴¹

É precisamente neste sentido que John Rawls leva em consideração as regras fundamentais de moral e justiça social, no intuito de espelhar que estas regras assentam numa base contratual entre indivíduos iguais que têm entre si obrigações recíprocas.⁹⁴² De igual modo, “as pessoas livres e racionais, desejosas de favorecer os seus próprios interesses e colocadas numa posição inicial de igualdade, aceitariam e definiriam os termos fundamentais da sua associação”⁹⁴³.

Neste contexto, para Beck, a *segunda modernidade* poderá não se tornar um cenário meramente positivo, todavia, é preciso que seja também considerada como um panorama assustador. Com a *segunda modernidade* abrem-se novas alternativas de desenvolvimento, polivalentes e ambivalentes. Com efeito, há incidências de que uma cultura individualizada nasça e crie um mundo universal e cosmopolita.

O que quer que se leve em consideração, seja de uma perspectiva teológica, animista, etc., seja Deus, natureza, verdade, ciência, tecnologia, moral, amor, casamento, etc., a vida moderna está transformando-os todos em “liberdades precárias”.⁹⁴⁴ Toda metafísica e transcendência, toda necessidade e certeza estão sendo substituídas pela arte. Assim, muitos de nós estão a cair. Não

⁹⁴⁰ Idem, p. 22.

⁹⁴¹ Ibidem.

⁹⁴² RAWLS, John – **Uma teoria da Justiça**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 57.

⁹⁴³ Idem, p. 60

⁹⁴⁴ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – Op. Cit., 2002, p. 2.

só no Ocidente, mas nos países que abriram abruptamente as suas portas a formas de vida ocidental.⁹⁴⁵

Indubitavelmente, poder-se-ia levantar uma série de questões em torno da descontinuidade da sociedade moderna, visto que novos modos de vida, que não se assemelham aos antigos, religião, tradição ou Estado, estão desvinculando-se cada vez mais. Contudo, Beck procura responder apontando para o segundo aspeto da *individualização*. O segundo aspeto da *individualização* é, simplesmente, que, nas sociedades modernas, novas exigências, controlos e restrições estão sendo impostos sobre os indivíduos.⁹⁴⁶

Através do mercado de trabalho, do Estado e das instituições de “bem-estar”, as pessoas são amarradas a uma rede de regulamentações, condições e cláusulas. Do direito à pensão para a proteção do seguro, de bolsas de estudo às taxas de imposto: todos estes são pontos de referência institucionais que marcam o horizonte dentro do qual o pensamento moderno deve ocorrer no planeamento e na ação.⁹⁴⁷

Contudo, *individualização* neste sentido, pois, certamente, não significa uma “lógica de ação desenfreada, fazendo malabarismos num espaço praticamente vazio”⁹⁴⁸; também não significa mera “subjetividade”, uma atitude que se recusa a ver que “sob a superfície da vida é, uma sociedade institucional densamente tecida e altamente eficiente”⁹⁴⁹. Pelo contrário, o espaço em que os sujeitos modernos implantam as suas opções é tudo, mas não uma esfera não-social.⁹⁵⁰

A política da sociedade individualizada é uma política diferente da que existia anteriormente. Poderíamos dizer que assistimos ao apelidado “fim da política”. Atualmente exige-se uma política que se adapte à nova realidade. Neste contexto, a expressão política da sociedade individualizada atravessa necessariamente uma *subpolítica*, isto é, passa por uma democratização da democracia. Do mesmo modo, desigualdade, já não depende das classes, todos estão sujeitos ao *risco*. Vivemos, presentemente, numa sociedade de empregados que é definida em termos de direito do trabalho e de categorias sociopolíticas dentro da “sociedade do risco”.

⁹⁴⁵ Ibidem.

⁹⁴⁶ Ibidem.

⁹⁴⁷ Ibidem.

⁹⁴⁸ Idem, p. 2.

⁹⁴⁹ Ibidem.

⁹⁵⁰ Ibidem.

A *individualização* compreende, também, o processo de formação e constituição social, no qual o indivíduo é a menção central das ações no mundo social. Por outras palavras, enquanto processo, é caracterizado por ambivalências e contradições: amplia e restringe as capacidades de ação dos indivíduos, sendo compreendido e experimentado como fardo e como alternativa simultânea.⁹⁵¹

A individualização é um processo social que assume feições muito particularizadas na *modernidade reflexiva*. Beck esclarece que a modernização dirigiu a diversas formações, sejam, do domínio do Estado, a concentração de capital, a mistura de divisão do trabalho e relações de mercado cada vez mais sofisticados, a mobilidade social e o consumo de massa.⁹⁵²

Em alguns casos a *individualização* é associada, em forma de equivalência, com individuação, devir pessoal, singularidade e emancipação. Contudo isso nem sempre é verdadeiro, pois pode também significar o contrário.⁹⁵³

Até o presente, o processo de *individualização* na “modernidade reflexiva” foi compreendido como conceito social, não individual-pessoal.⁹⁵⁴

No processo de libertação das Instituições tradicionais (família, empresa, etc.), surgem simultaneamente novas dependências. Estas apontam às contradições iminentes ao processo de individualização Para a libertação da classe e da família surgem outras instâncias e organizações que atravessam a vida dos indivíduos particulares (escola, instituições de assistência à saúde, local de trabalho, etc.).⁹⁵⁵

Beck salienta que, uma das principais características decisivas de processos de *individualização*, até então, é que não só permitem, mas também exigem uma contribuição ativa dos indivíduos. Como o leque de opções aumenta e a necessidade de decidir entre eles cresce, o mesmo acontece com a necessidade de ações realizadas individualmente, para o ajuste, coordenação, integração.⁹⁵⁶

⁹⁵¹ WESTPHAL, Vera Herweg – Op. Cit., 2010, p. 420.

⁹⁵² Idem, p. 426.

⁹⁵³ Idem, p. 427.

⁹⁵⁴ Ibidem.

⁹⁵⁵ Ibidem.

⁹⁵⁶ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – **Individualization**. London: SAGE Publications, 2002, p. 4.

4.5.1 - Destradicionalização das formas de vida. Família e género.

A perspetiva desenvolvida por Beck dá conta que, existe um paradoxo, ou seja, o progresso tem sido feito no discurso, mas não na prática. A maior educação e a conscientização fazem com que as mulheres jovens tenham expectativas de igualdade e parceria no trabalho e na família. Contudo, os homens, por conta própria, têm cultivado uma retórica de igualdade, sem uma correspondência entre palavras e ações. Portanto, estamos apenas no início da liberdade de género. Com efeito, a consciência antecipou relacionamentos.

Beck sustenta que, quer a religião quer o amor seguem ambos o esquema de uma utopia de construção analógica, cada um à sua maneira, são uma chave para sair da gaiola da normalidade.⁹⁵⁷

O pensamento de Beck em relação a mudança dentro do género pode ser resumido em três teses.⁹⁵⁸ Em primeiro lugar, Beck afirma que a sociedade industrial moderna é uma sociedade de classes. O conflito entre os géneros não é o produto de uma relação de classes, nem um traço tradicional, são concessões vinculadas que provocaram o nascimento de um novo tipo de género. Estes, por sua vez, constituem as “forças modernas”.

Os conflitos entre os géneros, que emergem com a *destradiconalização* familiar, estão precisamente entre os casais, no interior da relação, na cozinha, na cama e no quarto das crianças. Beck compreende que nestes casos o processo de *individualização* aponta para dois lados.⁹⁵⁹ Ora, quando o matrimónio deixa de ser um acordo altamente rígido e pré-determinado, como sucedera na sociedade pré-industrial, e passa a ser uma união voluntária entre dois indivíduos, abrem-se, aqui, novos dilemas para enfrentar, por mais que um tenha sentimento pelo outro.⁹⁶⁰

Há, entretanto, um paradoxo que se deve tomar em consideração. Beck sustenta que nada disso é mera coincidência; é, portanto, inerente ao nosso “mundo moderno” e sobre a ideia ambígua de “liberdade”. As dificuldades residem no princípio da liberdade de escolha, o que nos oferece novas possibilidades, mas também nos aterra com a responsabilidade pelos resultados, bons ou ruins.⁹⁶¹

⁹⁵⁷ BECK, Ulrich - **La democracia y sus enemigos**. Barcelona: Paidós, 2000a, p. 47.

⁹⁵⁸ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – Op. Cit., 2004, p. 78.

⁹⁵⁹ Ibidem.

⁹⁶⁰ Ibidem.

⁹⁶¹ Idem, pp. 78-79.

No século XIX, o triunfo da *sociedade industrial* produziu a família nuclear. Por um lado, encontra-se a família e, por outro, o trabalho. O primeiro opera a comunidade coletiva do matrimónio e, na segunda, o poder do mercado. Contudo, com a “segunda modernidade ou reflexiva”, a sociedade industrial de mercado promove a supressão da moral da família, seus destinos sexuais, a sua ideia de casamento, paternidade e sexualidade.

Modernização, para Beck, tem uma dupla face, acompanhada de “contra-modernização”. O século XX tenta reunificar, sem sucesso, a separação das tarefas domésticas e trabalho remunerado. Propõe-se a libertação do ser humano no que diz respeito às noções feudais de género, mas os problemas não podem ser resolvidos na sociedade de mercado.

Uma das consequências é que o amor e os cuidados se tornam “mercadorias”, exportadas, importadas e delegadas às outras mulheres “indígenas”. Podemos dizer então que o trabalho globalizado na família constitui o “ouro dos pobres”, mais um “recurso” que pode ser explorado pelos ricos.⁹⁶² Contudo, os pobres também se beneficiam financeiramente dessas transações, embora reconhecidamente eles ganhem apenas uma fração do que o “local” ou que os trabalhadores “normais” receberiam.⁹⁶³

A este respeito Giddens compreende por “tradição da modernidade”⁹⁶⁴, ou seja, diferente das civilizações pré-modernas, as atividades do centro político penetraram inteiramente na vida quotidiana da comunidade.

Na segunda tese, Beck examina as tendências para a *individualização* das mulheres e dos homens. Com efeito, o aumento da expectativa de vida em mulheres produziu uma “libertação demográfica” das mulheres. Isto é, o tempo dedicado à educação de crianças é menor, é, de facto, um período de transição.

Como resultado de todos os métodos de planeamento familiar, as crianças já não são um destino natural, mas crianças desejadas. Agora a mulher dispõe de três décadas de “ninho vazio”, como apelida Beck. Por outro lado, os processos de modernização reestruturaram o trabalho doméstico, e, com isso, a racionalização voltou para casa. Para sair do isolamento, as mulheres procuram uma vida plena no trabalho, embora nem sempre bem-sucedidas, porque encontram

⁹⁶² BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – **Distant love. Personal live in the global age**. UK: Polity Press, 2014, p. 14.

⁹⁶³ Ibidem.

⁹⁶⁴ GIDDENS, Anthony – A vida em sociedade pós-tradicional. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, pp. 113-114.

nele uma alienação similar. As mulheres fogem do trabalho doméstico para trabalho remunerado e vice-versa. No entanto, em situações de desemprego em massa, as mulheres procuram nos homens, de acordo com o Beck, a segurança perdida.

Na verdade, em qualquer parte do globo a maioria das famílias vive as suas vidas de modo homogêneo como família domiciliada num país a que pertence por direito: mãe, pai e criança em idade escolar, habitam juntos no mesmo agregado familiar e na mesma localidade e falam a mesma língua materna. Esta é uma combinação que o senso comum considera como necessária e natural.⁹⁶⁵ Todavia, nossa experiência atual adequa-se cada vez menos nesse modelo. Gradativamente, mulheres, homens e famílias rompem com o que parecia, até então, a lei da natureza e da vida, em parte por escolha, em parte por forças das circunstâncias.⁹⁶⁶

De acordo com os historiadores sociais, os casais começaram a comportar-se diferentemente em relação uns aos outros, como a sociedade agrária deu lugar à sociedade moderna industrial.⁹⁶⁷ O clã familiar perdeu grande quantidade da sua influência, e foram reforçados os direitos daqueles cuja união ao longo da vida esteve sempre em jogo.⁹⁶⁸ *“It is people who choose one another, and no longer families which unite and ally”*⁹⁶⁹.

Na terceira tese, Beck examina o conflito que surge diante da obrigação de escolher. Embora existam diferenças entre homens e mulheres ao longo do tempo, a partir dos anos sessenta as mulheres tomaram consciência. Esta tomada de consciência deve-se à necessidade e à obrigação de tomar decisões.

Beck afirma que “sofremos”, portanto, a liberdade e não a crise. As consequências não intencionais e as formas de expressão de um excesso de liberdade tornaram-se matérias de querela todos os dias.⁹⁷⁰ A “concretização da liberdade” é uma revolução, mas uma revolução apenas perceptível, porque os fundamentos da ordem social até então existentes têm que ser negociados novamente.⁹⁷¹

Em todas as dimensões da *biografia* aparecem tanto as possibilidades como as obrigações de escolhas. Por um lado, o mercado de trabalho exige mobilidade. Casamento e família exigem o contrário. O mercado é, portanto, uma sociedade sem famílias ou casamentos. Todo mundo

⁹⁶⁵ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – Op. Cit., 2014, p. 4.

⁹⁶⁶ Ibidem.

⁹⁶⁷ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – Op. Cit., 2004, p. 81.

⁹⁶⁸ Ibidem.

⁹⁶⁹ ROSENMAYR, L. (1984: 113) apud BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – Op. Cit., 2004, p. 81.

⁹⁷⁰ BECK, Ulrich – *Hijos de la libertad*. 2ª Edição. México: FCE, 2002a, p. 10.

⁹⁷¹ Ibidem.

deve ser livre e independente para atender às exigências do mercado e garantir uma existência económica.

A contradição entre as exigências no relacionamento do casal e o mercado de trabalho poderia permanecer escondida enquanto se pensou que o casamento significava a exclusão do trabalho para as mulheres. A contradição surge novamente quando ambos os cônjuges querem ser livres para garantir a sua existência através do trabalho assalariado. Poderia haver soluções institucionais, como por exemplo, a segurança social não ligada ao trabalho remunerado. Mas estas soluções não são ou estão sendo planejadas. Portanto, os cônjuges devem encontrar soluções em privado.

4.6 - Política e subpolítica

Diante de um mundo mais globalizado, o modelo industrial de estruturação social e desenvolvimento económico, por sua inerente capacidade de produzir efeitos não esperados, propiciou uma série de consequências não desejadas para a sociedade contemporânea. Um dos fatores de relevância presentes nessa teoria, proposta por Beck, é a contribuição para a formação de variados espaços de manifestação de práticas da política, ou seja, pretende, entretanto, proporcionar a participação dos indivíduos e novas formas de cidadania.

O conceito de *Subpolítica*, apresentado por Beck, designa uma nova forma de fazer política, a qual se distingue da política simples por consentir que agentes *externos* ao sistema político apareçam no cenário do planeamento social, não somente os agentes sociais e coletivos, mas também indivíduos por meio da “individualização”.

De acordo com Beck este tipo de *individualização* não permanece privada, torna-se político num sentido novo, definido como “os indivíduos individualizados, aqueles que lutam consigo mesmos e com seu mundo, não são mais os “protagonistas” da sociedade industrial simples e clássica, como supunha o funcionalismo”⁹⁷².

Nota-se que este conceito não se distancia da “pluralidade” apresentada por Hannah Arendt, embora Beck observe a subjetividade daquilo que é considerado política. Recordamos que

⁹⁷² BECK, Ulrich - A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 28.

Arendt sustenta que “a política se baseia na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana”⁹⁷³.

A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entendem, o parentesco significa, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras.⁹⁷⁴

Na verdade, Arendt enquadra a “construção” do indivíduo dentro do seio familiar, em função da sua organização, objetando qualquer “individualidade” por parte deste. Porém, sob o ponto de vista prático-político, afirma Arendt, a família adquire sua importância inquestionável porque o mundo assim está organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo, vale dizer, para os mais diferentes.⁹⁷⁵

Por conseguinte, as famílias são edificadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual é preciso ter parentesco. “Esse desejo leva à perversão fundamental da coisa política, porque anula a qualidade básica da pluralidade ou a perde através da introdução do conceito de parentesco”⁹⁷⁶.

Ora, em Beck, os indivíduos são construídos através de uma interação discursiva complexa que é muito mais aberta do que supunha o modelo funcionalista de papéis sociais, ao contrário do que Arendt observou. Em contrapartida, as instituições estão se tornando, cada vez mais, irreais em seus programas e fundações, e por isso dependentes dos indivíduos.⁹⁷⁷

Todo esse processo deve-se ao facto de que o Estado se tem mostrado pouco presente na resolução de múltiplas questões e, portanto, a começar no momento em que riscos sociais, políticos, económicos e ambientais saem do controlo das Instituições, cuja finalidade é proteger

⁹⁷³ ARENDT, Hannah – **O que é a política**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 7.

⁹⁷⁴ Ibidem.

⁹⁷⁵ Ibidem.

⁹⁷⁶ Ibidem.

⁹⁷⁷ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 28. As usinas nucleares, que podem destruir ou contaminar por todo um milênio, são avaliadas como riscos e “legitimadas” em comparação ao hábito de fumar, que é estatisticamente mais perigoso. Nas Instituições, está começando a haver uma busca pela consciência de classe perdida “lá em cima” e “cá em baixo”, porque os sindicatos, os partidos políticos e outros construíram seus programas, a filiação de seus membros e o seu poder tendo isso como base. A dissolução das famílias pelo pluralismo pós-familiar está sendo despejada nas velhas garrafas conceituais, arrolhada e armazenada.

a sociedade, ocorre, por consequência, o retorno do sujeito individual às Instituições da sociedade, ambicionando a resolução dos seus problemas.

Um paradigma duplo está adquirindo vida, e uma parte dele não pode ser representado na outra, isto é, um mundo caótico de conflitos, jogos de poder, instrumentos e arenas que pertencem a duas épocas diferentes. A primeira é aquela do “não ambíguo” e, a segunda é aquela da modernidade “ambivalente”.⁹⁷⁸

Por um lado, nota-se que, está se desenvolvendo um vazio político das Instituições; por outro, evidencia-se um renascimento não institucional do político. O sujeito individual retorna às Instituições da sociedade.⁹⁷⁹ Contudo, a começar da constituição de uma nova cultura política através da incorporação de diferentes atores e áreas sociais, Beck enfatiza o surgimento não-institucionalizado do político. Observa-se que na *sociedade de risco*, a política toma por si uma ação dos agentes sociais desenvolvida fora das Instituições tradicionais da política da modernidade.

Nota-se que, está tornando-se cada vez menos possível obter decisões da superestrutura corporativista e político-partidária. Assim, ao contrário do que se observava, as organizações dos partidos, os sindicatos e grupos de interesses similares fazem uso das inúmeras questões livremente disponíveis para exigir juntos os pré-requisitos programáticos para a continuação de sua existência.⁹⁸⁰

Na verdade, interna e externamente, pelo menos assim se constata, o político está perdendo sua polarização e também sua qualidade utópica, criativa.⁹⁸¹ Contudo, o certo é que a retórica política, quer nacional quer internacional, protege de forma totalmente paradoxal, uma segurança utópica, quando, no fundo, desponta uma crise econômica, uma crise político-institucional, uma catástrofe ecológica, uma ameaça terrorista.

De igual modo, perdeu-se a centralidade da política, ou seja, distanciou-se da velha percepção de que “a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*”⁹⁸². Beck sustenta que este diagnóstico apoia-se num erro de categoria, ou seja, a “equação entre política e Estado, entre a política e o

⁹⁷⁸ Ibidem.

⁹⁷⁹ Ibidem.

⁹⁸⁰ Idem, p. 29.

⁹⁸¹ Ibidem.

⁹⁸² HANNAH, Arendt – Op. Cit., 2002, p. 8.

sistema político; a correção desse erro não priva o diagnóstico de seus elementos verdadeiros, mas apesar disso transforma-o em seu oposto”⁹⁸³.

Factualmente, as pessoas esperam encontrar a política nas arenas a ela designadas, e executada pelos agentes devidamente autorizados, nomeadamente, parlamento, partidos políticos, sindicatos etc. “Se os relógios da política param aqui; desse ponto de vista, o político como um todo parou de funcionar. Isso desconsidera duas coisas”⁹⁸⁴. Em primeiro lugar, Beck sustenta que a imobilidade do aparato governamental e de seus órgãos subsidiários têm a capacidade de acompanhar a mobilidade dos agentes em todos os níveis possíveis da sociedade, ou seja, o fracasso da política com a ativação da *subpolítica*.⁹⁸⁵

Qualquer um que observe a política de cima e espere resultados está precisamente negligenciando a auto-organização do político, que, pelo menos potencialmente, pode movimentar “subpoliticamente” muitos ou até todos os campos da sociedade.⁹⁸⁶ Em segundo lugar, Beck entende que o monopólio político das instituições e dos agentes políticos, dos quais os últimos dominavam a constelação política da *sociedade industrial* clássica, está incorporado em opiniões e julgamentos.⁹⁸⁷

Este monopólio político continua a ignorar o facto de que o sistema político e a constelação historicamente política podem ter entre si a mesma relação existente entre as realidades de duas épocas distintas. Ora, a ordem judicial não estimula mais a paz social, pois sanciona e legitima as desvantagens juntamente com as ameaças e assim por diante.⁹⁸⁸

Beck leva em consideração que este é, no fundo, o grande paradigma da sociedade vigente. Dito de outro modo, o político invade e irrompe além das responsabilidades e hierarquias formais.⁹⁸⁹ Não obstante, isso é mal compreendido, peculiarmente por aqueles que claramente igualam a

⁹⁸³ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 29.

⁹⁸⁴ Ibidem.

⁹⁸⁵ Ibidem.

⁹⁸⁶ Ibidem.

⁹⁸⁷ Ibidem.

⁹⁸⁸ Ibidem. Por exemplo, o aumento do bem-estar social e o aumento dos riscos condicionam mutuamente um ao outro. Na medida em que isso se torna (publicamente) consciente, os defensores da segurança não estão mais no mesmo barco que os planejadores e produtores de riqueza económica. A coalizão da tecnologia e da economia fica abalada, porque a tecnologia pode aumentar a produtividade, mas ao mesmo tempo coloca em risco a legitimidade.

⁹⁸⁹ Idem, p. 30.

política com o Estado, com o sistema político, com as responsabilidades formais e com as carreiras políticas de tempo integral.⁹⁹⁰

Na verdade, a constelação política proveniente da *sociedade industrial* está se tornando não política, ou seja, o que outrora não era político no industrialismo está se tornando político. Esta é precisamente uma transformação de categoria do político que se desenvolve sem que haja mudanças de Instituições e com elites de poder intactas que não foram substituídas por novas.⁹⁹¹

Assim, procuramos o político no lugar errado, nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais. Aquelas áreas de tomada de decisão que têm sido protegidas pelo político no capitalismo industrial, o sector privado, os negócios, a ciência, as cidades, a vida quotidiana etc., são aprisionadas nas tempestades dos conflitos políticos da modernidade reflexiva.⁹⁹²

É necessário salientar que a política determina a política, estendendo-a e lhe concedendo poder. São, portanto, essas possibilidades de uma *política da política*, de acordo com Beck, é, entretanto, uma *(re)invenção* do político após a comprovação de sua morte, que devemos ampliar e esclarecer.⁹⁹³

Na década de 1980, constatou-se um fenómeno social com características assombrosas e surpreendentes, e quiçá o com menor compreensão: o renascimento de uma subjetividade política, dentro e fora das Instituições.⁹⁹⁴

A *subpolítica* conseguiu uma vitória temática absolutamente improvável e inesperada. A insatisfação para com o sistema político tradicional cresce e é visível a perda de capacidade de decisão. Todavia, pretende-se levar em linha de conta uma *nova cultura política*, com fundamento na atividade dos cidadãos.

Há grupos de cidadãos, contrários a toda a *intelligentsia* da ciência social, que partiram do zero, sem nenhuma organização, em um sistema de conformidade vigiada, e apesar de tudo, sem máquinas copiadoras ou telefones, conseguiram obrigar o grupo governante a recuar e ceder, apenas se reunindo numa praça. Esta rebelião dos indivíduos da vida real contra um “sistema” que supostamente os dominava por

⁹⁹⁰ Ibidem. Um “conceito expressionista de política”, ambivalente e de muitos níveis (Jürgen Habermas), que nos permite posicionar a forma social e a política como mutuamente variáveis, está sendo introduzido aqui por uma razão muito simples.

⁹⁹¹ Ibidem.

⁹⁹² Ibidem.

⁹⁹³ Ibidem.

⁹⁹⁴ Ibidem.

completo em sua existência quotidiana é inexplicável e inconcebível nas categorias e teorias prevalecentes. Mas não é apenas a economia planejada que está falindo.⁹⁹⁵

Por esta razão, a teoria dos sistemas, que anteriormente concebia a sociedade como independente do sujeito, também tem encontrado a sua contestação. Ora, numa sociedade sem consenso, carente de um cerne legitimador, é visivelmente que até mesmo uma ínfima rajada de vento, causada pelo grito por liberdade, venha a derrubar toda a arquitetura do poder.⁹⁹⁶

Nota-se que, a cultura individualizada diariamente do Ocidente é unicamente uma cultura de acúmulo de conhecimento e autoconfiança, como: educação mais aprimorada e em maior escala, assim como empregos e melhores oportunidades para angariar receitas, em que as pessoas não mais apenas obedecem.⁹⁹⁷

Contudo, os indivíduos ainda se comunicam e agem em conformidade com as velhas fórmulas e Instituições, todavia também se distanciam delas, pois, junto com pelo menos parte de sua existência, sua identidade, seu compromisso e sua coragem.⁹⁹⁸

Sua retirada, no entanto, não é apenas uma retirada, mas ao mesmo tempo uma emigração para novos locais de atividade e identidade. Estes parecem tão obscuros e inconsistentes, especialmente porque esta imigração interna frequentemente ocorre de maneira pouco convicta, com um dos pés, digamos assim, enquanto o outro está ainda apoiado na velha ordem.⁹⁹⁹

Neste contexto, evidenciamos aquilo que Bauman entende por “fim da clareza”, ou seja, as formas de envolvimento político, protesto e retirada mesclam-se numa ambivalência que afronta as velhas categorias de clareza política. Bauman sustenta que o “medo é reconhecidamente o mais sinistro dos demónios que se aninha nas sociedades abertas de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável”¹⁰⁰⁰.

Essa insegurança e essa incerteza nascem de um sentimento de impotência. Parecemos não estar mais em controlo, seja individual, separados ou coletivamente, e, escasseiam-nos as

⁹⁹⁵ Idem, p. 31.

⁹⁹⁶ Ibidem.

⁹⁹⁷ Ibidem.

⁹⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹⁹ Ibidem. As pessoas deixam o “ninho” do seu “lar político” passo a passo e questão por questão. Mas isso significa que ora as pessoas estão do lado da revolução, ora estão apoiando a reação; ora estão se afastando, ora estão se envolvendo. Isso não se ajusta mais no planeamento de uma ordem sobre a qual os especialistas em pesquisa do mapa político podem basear sua análise.

¹⁰⁰⁰ BAUMAN, Zygmunt – **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 32.

ferramentas que, efetivamente, nos possibilitariam buscar a política a um nível em que o poder já se instituiu, capacitando-nos assim a recuperar e reaver o controle sobre as forças que dão forma à condição que compartilhamos.¹⁰⁰¹

De igual modo, “o demônio do medo não será exorcizado até encontrarmos (ou, mais precisamente, construirmos) tais ferramentas”¹⁰⁰² que possam assegurar o controle que agora escapou ou foi arrancado de nossas mãos.

A democracia e a liberdade não podem mais estar plena e verdadeiramente seguras num único país, ou mesmo num grupo de países; sua defesa num mundo saturado de injustiça e habitado por bilhões de pessoas a quem se negou a dignidade humana vai corromper inevitavelmente os próprios valores *que os* indivíduos deveriam defender. O futuro da democracia e da liberdade só pode se tornar seguro numa escala planetária – ou talvez nem assim.¹⁰⁰³

Desse modo, observa-se que a individualização dos conflitos e dos interesses políticos não significa a não colaboração, “democracia da pesquisa de opinião” e esgotamento da política. Contudo surge um envolvimento múltiplo contraditório, que mistura e combina os polos clássicos da política de forma que, se eventualmente pensarmos nas coisas em relação à “sua conclusão lógica, todo mundo pensa e age como um direitista ou um esquerdista, de maneira radical ou conservadora, democrática ou não democraticamente, ecológica e antiecológicamente, política e não politicamente, tudo ao mesmo tempo”¹⁰⁰⁴.

4.6.1 - Revisitar o conceito de subpolítica. Espaço-ação para novos diálogos

A proposta apresentada por Beck dentro da dimensão política assenta na ação desenvolvida por vários agentes sociais. Assim, o conceito de *subpolítica* ajusta-se à ideia de reinvenção do político e consigna-se por dar lugar à intervenção ao nível político e análogo ao político.

A ciência política ampliou e elaborou seu conceito de *política* em três aspectos considerados fundamentais. Em primeira análise, investiga a constituição institucional da comunidade

¹⁰⁰¹ Ibidem.

¹⁰⁰² Ibidem.

¹⁰⁰³ Ibidem.

¹⁰⁰⁴ BECK, Ulrich - A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 33.

política em que a sociedade se organiza (*polity*).¹⁰⁰⁵ Já num segundo plano, a substância dos programas políticos para determinar as circunstâncias sociais (*policy*), e, por último, o processo de conflito político com relação à separação de poder e às posições de poder (*politics*).¹⁰⁰⁶ Aqui não é o indivíduo que é considerado conveniente à política; as questões é que são conduzidas aos agentes corporativos, ou seja, coletivos.¹⁰⁰⁷

Beck estabelece a diferença do conceito de *subpolítica* (*sub-politics*). Em primeiro lugar, distingue-se da “política” pois permite que os agentes *externos* ao sistema político ou corporativo surjam no cenário do planeamento social¹⁰⁰⁸ e, em segundo lugar, “porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também os indivíduos, competem com este último e um com o outro pelo poder, de conformação emergente do político”¹⁰⁰⁹. Contudo, é necessário observar que o prefixo *sub*, neste contexto, não tem a pretensão de advertir que esta forma de política é de menor importância que a política formal, mas que é menos institucionalizada.

É precisamente na *subpolítica* que se observa um espaço para uma ação política (não formal) efetiva. Desse modo, surgem novas propostas de alterações institucionais e individuais, sendo estas fruto de uma nova forma política, e constitui-se, simultaneamente, espaço (por se tratar de uma arena pública não formal na qual instituições, grupos e cidadãos fazem uma política “diferente”) e ação (por designar igualmente a forma como esta política “diferente” é levada a efeito neste mesmo espaço) no qual interrogações globais são articuladas com dilemas locais com a finalidade de rever práticas e princípios do Estado, do mercado e da própria sociedade civil.

Efetivamente, de acordo com Beck, *subpolítica* (*sub-politics*), então, “significa moldar a sociedade *de baixo para cima*. Visto de cima, isto resulta na perda do poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política”¹⁰¹⁰. Se a *subpolítica* admite “moldar a sociedade

¹⁰⁰⁵ Idem, p. 34.

¹⁰⁰⁶ As palavras *polity*, *policy* e *politics* têm a mesma tradução em português – “política”. Em inglês, elas têm diferenças sutis. Segundo o Dicionário Oxford, *polity* é (1) a forma ou o processo de governo; (2) a sociedade como um Estado organizado. *Policy* é definido - como uma declaração escrita dos termos de um contrato de seguro. E *politics* como visões e crenças políticas. Para manter a diferença estabelecida pelo autor, optamos por incluir as palavras *polity*, *policy*, *sub-polity* e *sub-policy* no original.

¹⁰⁰⁷ Idem, p. 34.

¹⁰⁰⁸ (este grupo inclui os grupos profissionais e ocupacionais, a *intelligentsia* técnica nas fábricas, as instituições e o gerenciamento de pesquisa, trabalhadores especializados, iniciativas dos cidadãos, a esfera pública e assim por diante).

¹⁰⁰⁹ Ibidem.

¹⁰¹⁰ Idem, pp. 35-36. No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho; há até mesmo oportunidades para os indivíduos corajosos

de baixo para cima”, uma vez que é desimpedida e ampla o suficiente para que cidadãos e os mais diversos “agentes externos aos sistema político ou corporativo” nela se envolvem entre si (e com problemas por nós mesmos gerados), e combatem pelo atendimento tanto de interesses específicos quanto anseios coletivos (não atendidos pelo Estado, desrespeitados pelo mercado ou ignorados pela sociedade civil), é, portanto, através de ações coordenadas neste sentido (“de baixo para cima”) que processos transformacionais podem acontecer nos Estados-Nação.

Beck aponta para o surgimento, então, de uma “paralisia relativa” geral (e ela prossegue sem dizer que os grupos de cidadãos também foram afetados), que é o outro lado da ativação *subpolítica*.¹⁰¹¹ Segundo Beck o indivíduo está precisamente aprisionado ao surgimento, ou melhor, ao ressurgimento de novos sujeitos políticos, que, de alguma forma, articulam a partir de suas preocupações. De igual modo, as ações destes novos sujeitos constituem o que Beck designa por *subpolítica* ou política fora dos paradigmas já que realizam, por assim dizer, fora das regras do jogo, que são características da *sociedade industrial*.

Na verdade, o próprio malogro do processo de implementação da industrialização, que habitualmente era tão bem lubrificado pelo consenso, que agora produz perdedores em todos os níveis, pode portanto retardar o processo e pode ser um precursor de uma autolimitação e um autocontrolo anárquicos e desregulados.¹⁰¹²

Na visão de Guivant, Beck aprofunda as conexões entre sua teoria e as possíveis consequências que ela transporta para a ação política.¹⁰¹³ Por conseguinte, novas configurações políticas abriram espaços para, entretanto, perceber os contornos da modernidade. Todo o léxico político e social (a simbiose ocidental de capitalismo, democracia e governo das leis) tornou-se obsoleto e, portanto, Beck alça a necessidade de uma *reinvenção* da política que não introduziria à força revoluções, crises, desintegrações ou conspirações, mas uma renegociação, um redesenho, uma autotransformação da *sociedade industrial*.¹⁰¹⁴

“moverem montanhas” nos centros estratégicos de desenvolvimento. Por isso, a politização implica um decréscimo da abordagem da regra central; significa que os processos que anteriormente sempre se desenvolveram sem atrito malograram, resistindo a objetivos contraditórios.

¹⁰¹¹ Idem, p. 36.

¹⁰¹² Ibidem.

¹⁰¹³ GUIVANT, Julia S. - A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos sociedade e agricultura** [Em linha]. Nº 16 (2001), pp. 95-112. [Consult. 10 Maio 2013]. Disponível em: <URL: <http://www.civil.ist.utl.pt/~joana/DFA-riscos-net/sociedade%20risco.pdf>>.

¹⁰¹⁴ Ibidem. O mundo das instituições políticas (parlamentos, partidos políticos, sindicatos etc.) simbolicamente rico, no qual se identifica política com Estado, sistema político com carreiras políticas *full-time*, estaria coexistindo com o mundo das práticas políticas quotidianas, caracterizado por uma individualização dos conflitos e interesses.

Nota-se que transformações complexas estão a ocorrer no plano da *individualização* conjuntamente com os processos de globalização. Entretanto, essa *individualização* não seria equivalente a atomização, isolamento ou abandono, porém a processos em que os indivíduos devem criar as suas biografias (à semelhança de Giddens sobre a reflexividade).¹⁰¹⁵

Na verdade, “a esse tipo de individualização corresponde um tipo de política que ainda coexiste com a anterior, mas esta superposição não implica necessariamente diálogo entre as duas formas de fazer política”¹⁰¹⁶. Se efetivamente quando a *subpolítica* se torna reflexiva e permite uma “política da política”, no sentido da modificação das próprias regras do jogo, ela, *de per se*, também se mostra extremamente útil para uma atuação da cidadania no sentido de cooperar para as reformas iminentes nas regras e no próprio jogo político formal nos Estados-nação.

Esta visão deve ganhar especificidade, defendendo-se de, pelo menos, três objeções. Primeiro, “qualquer pessoa que derrube os limites entre a política e a não-política se priva das bases do seu argumento. Onde tudo é um pouco político, então, de algum modo, nada mais é político”¹⁰¹⁷. A perspectiva, por exemplo, apresentada por Klaus von Beyme sustenta que “o conhecimento de que tudo é política, confunde-nos se não for suplementado com a percepção de que tudo é, também, economia ou cultura”¹⁰¹⁸.

Beck levanta determinadas questões no sentido de evidenciar que a *subpolítica* não termina exatamente onde a política começa, isto é, onde a “coisa real”, “a questão fundamental do poder, está em jogo, em sectores como a força militar, a política externa, o crescimento económico e o desemprego? Neste caso, a ênfase na subpolítica não é apenas outra manifestação da obediência crescente?”¹⁰¹⁹

Por último, faz menção que a *subpolítica* não teria como alcance e duração aquilo que certamente sustenta a política, as leis e o dinheiro? “Não devemos, então, modificar totalmente o argumento: será que o desenvolvimento da subpolítica não supõe a reativação do centro e do sistema políticos?”¹⁰²⁰ E tentador suspeitar que a formulação “reinvenção da política” seja

¹⁰¹⁵ Idem, p. 7.

¹⁰¹⁶ Idem, pp. 7-8.

¹⁰¹⁷ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 47. Não é, de certo modo, a necessidade de paralisia política que está sendo falseada em virtude da mobilidade e da emocionalidade subpolítica, conforme o lema de que, se nada mais funciona, então, de algum modo tudo funciona?

¹⁰¹⁸ BEYME, Klaus Von apud BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 48.

¹⁰¹⁹ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 48.

¹⁰²⁰ Ibidem.

somente algo que se deseja. Beck procura, no fundo, deter e refutar essas objeções por meio de uma acentuação e diferenciação tipológicas do político e da politização.¹⁰²¹

4.7 - A política da política e seus antagonismos

O espaço para a política encontra-se cada vez mais freado, destituído de Instituições, grandes e pequenas, em todas as suas esferas, mesmo naquelas como a tecnologia, indústria e negócios. A teoria política não permaneceu estagnada e enclausurada. A década proporcionou motivos suficientes de incertezas em relação a conclusões afirmadas e firmadas de novos problemas. Com efeito, o debate doutrinal concedeu-se tanto a escala dos agentes políticos, a partir dos criadores de programas partidários de ação imediata, como no contexto da filosofia política e do domínio da politologia que estuda as convicções, correntes intelectuais e movimentos de opinião “ideológica”.

A paradoxalidade entre Ocidente-Oriente foi uma consolidação gigantesca do político. O antagonismo fixou papéis em todos os domínios da sociedade. Quer em pequena escala, do cotidiano, quer no grande palco geopolítico, normalidade e desvio, “liderança”, “parceria” e neutralidade foram estabelecidas e determinaram todo o caminho rumo aos detalhes da produção industrial, política municipal, política familiar, política da tecnologia, política de ajuda externa etc.¹⁰²²

Beck entende que foi a ordem do Grande Antagonismo, em sua extensão eterna, que trouxe à superfície e reproduziu três coisas: “tensão, possibilidades claras de se orientar e uma ordem política mundial que poderia proporcionar a si mesma a aparência de ser não-política”¹⁰²³. Na verdade, a política posicionava-se e continuava mantendo o seu cariz vestefaliano, no agir e no responder às solicitações de diversas naturezas. A política está se tornando trivial. Tudo, no fundo, era manejo de cena. Assim, as coisas que de qualquer forma teriam acontecido e a maneira de apresentá-las seguiam a lei da proporcionalidade inversa, isto é, quanto menores o escopo da ação e as diferenças entre os partidos, mais confusão.¹⁰²⁴

¹⁰²¹ Ibidem.

¹⁰²² Ibidem.

¹⁰²³ Ibidem.

¹⁰²⁴ Idem, p. 49.

Embora se vislumbrasse o colapso do antagonismo entre Oriente e Ocidente, sucedeu, portanto, uma situação paradoxal. A política ainda se desenvolve nas mesmas “velhas jaulas, mas o leão está livre”¹⁰²⁵. A distinção entre *política oficial, rotulada* (do sistema político), e *subpolítica* (no sentido da política subsistémica autónoma). Esta restituição do político, além do conflito Oriente-Occidente e além das antigas certezas do período industrial, impõe e justifica mais uma distinção, que atravessa os elementos citados, ou seja, a distinção entre a *política dirigida por regras* e a *política que altera as regras*.¹⁰²⁶

O primeiro tipo pode seguramente ser criativo e não-conformista, mas se efetiva dentro do sistema de regras da sociedade industrial e do *welfare state* no Estado-nação (ou, em outros termos, a *modernidade simples*).¹⁰²⁷

A *política que altera as regras*, por sua vez, almeja uma “política da política”, no sentido da modificação das próprias regras do jogo. Por conseguinte, existem “duas coisas relacionadas a este tipo de meta ou *superpolítica*: primeiro, a mudança do sistema de regras e, segundo, a questão de saber para qual sistema de regras se deve mudar”¹⁰²⁸.

A *política dirigida por regras* e aquela que *altera as regras* se sobrepõem, se mesclam e interferem uma na outra. Assim, existem períodos em que um lado domina e, mais uma vez, períodos em que o outro domina.¹⁰²⁹ A distinção entre a *política oficial* e a *subpolítica*, que é orientada para a estrutura sistémica da sociedade, deve ser contrastada com a distinção entre política simples (dirigida por regras) e reflexiva (que altera as regras).¹⁰³⁰ Esta última, por assim dizer, avalia a si mesma pela profundidade, pela qualidade do político. A expressão “política da política”, ou “invenção do político”, que se reclama como tal, não necessita, de modo algum, de um significado normativo.¹⁰³¹

¹⁰²⁵ Ibidem. Se fosse possível a comparação entre o caráter irrestrito do político e uma criatura do reino animal, poder-se-ia mencionar um leão sentado no zoológico, bocejando. O tratador cuidaria dele, protegeria a jaula e jogaria para o leão alguns pedaços de carne sangrando para amedrontar e divertir os visitantes do zoológico que olhavam de todos os lados. Muitas cabeças inteligentes chamariam esta alimentação telegénica do leão, este circo político, de “política simbólica”. O treinamento era geral e onipresente. As pessoas fingem estar no zoológico - sem o leão. Elas tratam os leões que correm soltos como leões do zoológico, e consideram isso sensibilidade narcisista, caso estes últimos não procurem obedientemente jaulas pacíficas para lá se trancarem.

¹⁰²⁶ Ibidem.

¹⁰²⁷ Ibidem.

¹⁰²⁸ Ibidem.

¹⁰²⁹ Idem, p. 50. Enquanto a Europa está experimentando uma regressão de volta às variantes da modernidade simples, rígidas e sangrentas do jogo Estado-nação, algumas forças na América estão tentando estabelecer, para o novo continente, a invenção do político, experimentando - e sofrendo - a política da política.

¹⁰³⁰ Ibidem.

¹⁰³¹ Ibidem.

Se eventualmente concebermos isto em seu grau máximo, a “sociedade” ou grupos da sociedade estão iniciando essa missão. A distinção entre *política oficial* e *reflexiva* pode ser ajustada tanto à política quanto à subpolítica, assim como às condições para a sua politização.¹⁰³²

O político, na medida em que se comporta ou pode ser mantido pacificamente, tem lugar dentro do conceito de democracia do Estado-nação apenas como uma luta, orientada por regras, entre partidos sobre as fontes de alimentação e as alavancas do poder, tendo como objetivo o crescimento económico, amplo emprego, seguridade social e mudança de governos, no sentido de mudança de pessoas ou de partidos. Isso é democracia e é assim que ela ocorre e se manifesta.¹⁰³³

As pessoas lutam para conservar e proteger as regras do jogo democrático, e económico nos Estados-nação. Porém, este modelo de política é dúbio por várias razões, não somente por uma inflação redobrada das exigências. Assim, espera-se que a política governamental esteja incumbida de tudo, e também que todos que dela participem estejam desejando maximizar sua influência pessoal.¹⁰³⁴

Mesmo que ninguém possa dizer honestamente que acredita numa transformação de uma economia nacional de autodestruição numa civilização mundial global e democrática, ainda assim será possível chegar a um consenso de que as atuais Instituições obsoletas serão incapazes de atingir estes objetivos sob quaisquer circunstâncias.¹⁰³⁵

Se porventura não quisermos mais fechar os olhos para isso, devemos abandonar a estrutura da política do *status quo* em nossos próprios objetivos, crescimento económico, amplo emprego e seguridade social, ou pelo menos abri-los, expandi-los, repensá-los e recompô-los. É isso exatamente que a invenção dos objetivos políticos deseja fazer.¹⁰³⁶

E neste sentido, tem razão Hannah Arendt quando manifesta o propósito de que, na verdade, “ainda que as verdades politicamente mais importantes sejam verdades de facto, o conflito entre a verdade e a política foi descoberto e articulado pela primeira vez relativamente à verdade racional”¹⁰³⁷. Conclusivamente, “inventar” o político traduz-se por uma política criativa e

¹⁰³² Ibidem.

¹⁰³³ Idem, pp. 50-51. Mas política, no sentido de uma reconstrução do sistema governamental, uma transformação do governo, uma autodissolução tanto ascendente quanto descendente do governo; por um lado, pela delegação da autoridade de tomada de decisão para grupos, e por outro, para agências globais, nunca! Em outras palavras, a política na estrutura do Estado-nação e no sistema de regras não é o ponto de partida para um novo território do político, do geopolítico ou da sociedade de risco global.

¹⁰³⁴ Idem, p. 51.

¹⁰³⁵ Idem, pp. 51-52.

¹⁰³⁶ Idem, p. 52.

¹⁰³⁷ HANNAH, Arendt – **Verdade e política**. The New Yorker, 1967, p. 6.

autocriativa que não cultiva nem renova velhas hostilidades, que delas não extrai, nem intensifica, portanto, os meios do seu poder, em vez disso, projeta e cria novos conteúdos, formas e coalizões.¹⁰³⁸

A invenção da política requer um realismo maquiavélico, mas não se esgota nisso. Opostamente, exercita-se e luta por espaços, formas e fóruns de formatação de estilo e de estrutura, dentro e fora do sistema político.

4.7.1 - Além do espectro político

A compreensão e classificação de “espectros” políticos foram adotados a partir de várias maneiras e com uma série de objetivos. Do ponto de vista da ciência política, por exemplo, a classificação pode ser tida como uma forma elementar de construção de teoria que envolve o tipo de generalização exigido para atribuir fenômenos a determinadas classes.

Afirmar que toda a sociedade é revestida de um sistema político não significa declarar que toda sociedade tenha um “Estado”, no sentido de preencher um aparelho político bem distinto e separado.¹⁰³⁹ Antes de nos atermos à perspectiva de Beck, primeiramente, observaremos a díade *esquerda* e *direita* a partir das sustentações de Norberto Bobbio e Anthony Giddens. Assim, analisaremos se, eventualmente, estes espectros políticos ainda têm lugar no quadro do paradigma político atual.

Os espectros políticos, *direita* e *esquerda*, na verdade, são termos antitéticos que aproximadamente há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para indicar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, excessivamente conflitual, do pensamento e das ações políticas.¹⁰⁴⁰

Não obstante, existem díades em que os dois termos são antitéticos, outras em que são precisamente complementares. As primeiras surgem da interpretação de um universo concebido

¹⁰³⁸ Ibidem. O que isso significa é um renascimento do político que “se institui”, para emprestar uma imagem de Fichte. Ou seja, ela desenvolve sua atividade a partir da própria atividade, impulsionando-se por esforço próprio para fora do pântano da rotina. Isto não tem o mesmo sentido da “política das convicções” (Max Weber) ou de uma política apenas de fachada.

¹⁰³⁹ BOTTOMORE, Tom – **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 65.

¹⁰⁴⁰ BOBBIO, Norberto – **Direito e esquerda. Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995, p. 31. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universal a qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita ou de esquerda. São exaustivos no sentido de que, ao menos a aceção mais forte da dupla, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda.

como composto de entes divergentes, que se opõem uns aos outros; a segunda da interpretação de um universo harmonioso, projetado como composto de entes convergentes, que tendem a se encontrar e a formarem, juntos, uma unidade superior.¹⁰⁴¹

Bobbio refuta a ideia de que as ideologias terão perdido a sua razão de ser bem como o desaparecimento da distinção. Para ele, a “árvore das ideologias está sempre verde”¹⁰⁴², ou seja, não existe nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise.¹⁰⁴³

A redução de *esquerda* e *direita* a pura expressão de pensamento ideológico seria uma indevida simplificação, conforme sustenta Bobbio. Contudo, *esquerda* e *direita* indicam “programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contraste não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade”¹⁰⁴⁴.

Esta distinção é mais evidenciada no universo político cada vez mais complexo como o das sociedades, e, peculiarmente, das sociedades democráticas, torna-se sempre mais impróprio a separação muito nítida entre duas únicas partes contrapostas, sempre mais insuficiente a visão dicotômica da política.¹⁰⁴⁵

A oposição vai ao ponto certo, contudo não é decisiva. A distinção entre *direita* e *esquerda* não põe de parte de modo algum a configuração de uma linha contínua sobre a qual entre *esquerda* inicial e a *direita* final, “se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos, normalmente designado, e bastante conhecido, com o nome de «centro»”¹⁰⁴⁶.

Assim, se eventualmente quisermos usar uma linguagem da lógica, poder-se-ia, entretanto, dizer que, enquanto a visão dialética da política, segundo a qual o espaço político é projetado como dividido em duas partes únicas, uma das quais precisamente exclui a outra e nada entre elas se interpõe, pode naturalmente ser denominado de “Terceiro Excluído”¹⁰⁴⁷.

¹⁰⁴¹ Idem, p. 32.

¹⁰⁴² Idem, p. 33.

¹⁰⁴³ Ibidem.

¹⁰⁴⁴ Ibidem.

¹⁰⁴⁵ Idem, p. 35.

¹⁰⁴⁶ Ibidem.

¹⁰⁴⁷ Ibidem.

Essa visão triádica, que abrange entre *direita* e *esquerda* um espaço relativamente intermediário, que não é nem de direita nem tão pouco de esquerda, mas está intervalada uma e outra, pode ser designada de “Terceiro Incluído”¹⁰⁴⁸.

No primeiro caso, os dois termos, que mantêm entre si uma relação de “ou-ou”, dizem-se contraditórios; no segundo caso, em que existe um espaço intermediário simbolizado pela fórmula “nem-nem”, dizem-se contrários. Nada de estranho: entre o branco e o preto pode existir o cinza; entre o dia e a noite há o crepúsculo. Mas o cinza não elimina a diferença entre branco e o preto, nem o crepúsculo elimina a diferença entre a noite e o dia.¹⁰⁴⁹

Na verdade, o facto de que, em diversos sistemas democráticos com elevado pluralismo, o Terceiro Incluído tender a se tornar tão excedido ao limite que passa a ocupar a parte mais extensa do sistema político, empurrando a direita e a esquerda para as margens, não exclui nada da antítese originária.¹⁰⁵⁰ Ademais, “o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir”¹⁰⁵¹.

Giddens defende que a perspectiva proposta por Bobbio necessita de algum “aprimoramento”, e, por conseguinte, revê-se mais próximo da *esquerda*. Giddens apresenta uma perspectiva mais sociológica. Para ele a *esquerda* trata de descobrir não somente igualdade, mas também acredita que o governo deve desempenhar um papel-chave na promoção desse objetivo. Giddens observa que um Estado forte era apreciado pelos conservadores porque, no fundo, protegia a hierarquia, e não porque criasse condições sob as quais todas as formas de trabalho fossem, assim, consideradas de igual valor.¹⁰⁵²

Os neoconservadores aceitam a influência difusa que o capitalismo e a democracia liberal passaram a ter na vida dos indivíduos atualmente, no entanto, “veem a ordem burguesa como destruidora dos símbolos e práticas tradicionais dos quais depende uma existência social

¹⁰⁴⁸ Idem, p. 36.

¹⁰⁴⁹ Ibidem.

¹⁰⁵⁰ Ibidem.

¹⁰⁵¹ Idem, pp. 36-37. A individuação deste espaço intermediário torna possível uma compreensão mais articulada do sistema, já que permite distinguir um centro mais vizinho da esquerda, ou centro-esquerda, e um centro mais vizinho da direita, ou centro-direita, e do mesmo modo, no âmbito da esquerda extrema que ao centro se contrapõe, e igualmente, no âmbito da direita, uma direita atraída pelo centro e uma direita que dele se afasta a ponto de se contrapor em igual medida tanto ao centro quanto à esquerda. Deve-se também ter em conta que, não obstante as possíveis divisões dentro do espaço do centro, restará sempre um centro indiviso, que poderia ser chamado de centro-centro; a tríade torna-se na realidade uma pentáde.

¹⁰⁵² GIDDENS, Anthony – **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: Editora Unesp, 1996, p. 50.

significativa”¹⁰⁵³. A “tarefa do conservadorismo é preservar as Instituições fora das esferas da política e da economia (tais como família ou a igreja) nas quais o significado moral ainda pode ser acessível”¹⁰⁵⁴.

Oakeshott insiste que o conservador em política o é porque tem certas crenças religiosas, uma crença, como por exemplo, na lei natural obtida da experiência humana, e “numa ordem providencial que é o reflexo de um objetivo divino na natureza e na história da humanidade, ao qual esta deve adaptar a sua conduta e cujo afastamento significa injustiça e calamidade”¹⁰⁵⁵.

Para o sociólogo inglês, Giddens, é necessário inferir que “ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade é importante sobretudo por ser relevante para a oportunidade de vida, o bem-estar e a autoestima das pessoas”¹⁰⁵⁶. Apesar do “aprimoramento” sustentado por Giddens, é, entretanto, notório que há concordância na base da questão sobre díade esquerda/direita. Quer Giddens quer Bobbio, um mais liberal-socialista e o outro mais estigmatizado de “autor” da Terceira Via, deram, de alguma forma, contribuições fundamentais para expansão dessa tão profunda querela.

O debate sobre a diferença entre a *esquerda* e a *direita*, na visão de Giddens, trata da direita neoliberal que passou a defender o domínio dos mercados, enquanto a esquerda apoia maior previdência e provisão públicas. Por outras palavras, Giddens procura distinguir as duas partes do campo político de forma semelhante a perspectiva de Bobbio. Assim, para o primeiro, “no todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo importante”¹⁰⁵⁷.

Nota-se que, nenhum conservador, atualmente, defende a desigualdade e a hierarquia à maneira do Velho Conservadorismo. De igual modo, os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, de alguma forma, a observam como um princípio motivador da eficiência económica.¹⁰⁵⁸

A metáfora espacial sempre se aplica em toda parte, e sua extensão ao político está historicamente estabelecida, moldando a (sobrecarregada) complexidade em um

¹⁰⁵³ Idem, p. 40.

¹⁰⁵⁴ Idem, p. 41.

¹⁰⁵⁵ OAKESHOTT, Michael Joseph – **Ser conservador**. Lisboa: Editora: Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2012, p. 17.

¹⁰⁵⁶ GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 1996, p. 51.

¹⁰⁵⁷ Idem, p. 284.

¹⁰⁵⁸ Idem, pp. 284-285.

modo bipolar, o que a torna suscetível à ação, qualidade cujo valor aumenta precisamente com a desintegração da ordem mundial.¹⁰⁵⁹

É precisamente a partir desta perspectiva que Beck sustenta que, certamente, a ciência empírico-política confirma a importância e o significado do padrão *esquerda-direita* na percepção popular. As coisas podem estar ocorrendo da mesma maneira, tanto para os pesquisadores quanto para os cientistas sociais, os pesquisadores, eles não têm alternativa. Entretanto, “em seu desamparo, ajudam-se mutuamente a permanecer com as muletas conceituais do passado, ainda que percebam claramente a fragilidade dessas muletas antiquadas”¹⁰⁶⁰.

Para Beck a metáfora política esquerda-direita, que desabrochou com a sociedade burguesa, é provavelmente incontestável, a menos que “destronada” por alternativas. Ora, analisa as coordenadas da política e do conflito cuidadosa e hipoteticamente localizadas e, procura abordar conceitualmente em três dicotomias: *seguro-inseguro*, *dentro-fora* e *político-não político*.¹⁰⁶¹

A partir da teoria da *modernização reflexiva* Beck procura delinear que, é plausível presumir, em primeiro lugar, que mesmo no futuro ainda será possível dirigir contramodernizações, em segundo lugar, que a continuação da autodestruição vai aprofundar as linhas de batalha entre o seguro e o inseguro, e, por último, que o “conflito das duas modernidades” ainda tem de mostrar, política e *subpoliticamente*, sua explosividade.¹⁰⁶²

Beck compreende que considerando as guerras nacionalistas e o crescimento das migrações de refugiados, dificilmente se faz necessária uma teoria da *modernização reflexiva* para arriscar este prognóstico. Muito seguramente, talvez esta teoria fosse necessária para explicar o porquê desses fenômenos. Assim, onde quer que as Instituições se desintegram, avalanches de possibilidades despenham sobre aqueles que devem realizar a ação.¹⁰⁶³

Se as Instituições alternativas, que possibilitam e liberam a ação, não estão disponíveis, inicia a fuga para a simulação das antigas certezas. Estas devem ser ressuscitadas, por assim dizer,

¹⁰⁵⁹ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 56.

¹⁰⁶⁰ Idem, p. 57.

¹⁰⁶¹ Ibidem.

¹⁰⁶² Ibidem.

¹⁰⁶³ Idem, p. 58. Este propósito é satisfeito por “disfarces” (num sentido absolutamente literal) que combinam duas coisas: atribuição (o antídoto mais forte para a desincorporação) e, de uma forma bastante paradoxal - construtibilidade. O vazio não pode ser preenchido de nenhuma outra maneira.

reafirmadas mesmo quando parecem estar a desaparecer. Pode-se dizer algo intrinsecamente semelhante com respeito às outras duas polarizações.

O crescimento de controvérsias relativas às ameaças fabricadas faz com que o antagonismo *seguro* versus *inseguro* se aprofundem. Isso significa que qualquer pessoa que, de um lado, resguarda a segurança de outro se encontra nas listas dos ameaçados. Foi a partir daí que observámos que Luhmann concluiu que esta oposição não pode ser tratada institucionalmente nem levada a padrões frontais claros.

Para Luhmann, o resultado é uma flutuação potencial do conflito, que não pode ser nem limitado nem agudizado para se transformar em disputas políticas. Neste caso, sempre permanece pouco claro que a segurança e as próprias instituições de seguros contenham e mantenham padrões segundo os quais elas podem ser acusadas de insegurança sem a cobertura de seguros.¹⁰⁶⁴

É precisamente isso que abre caminho para a *subpolitização* e desencadeia impulsos opostos para “continuar na mesma” e para a *não-política*. “A oposição entre a velha e a nova modernidade é um choque que abarca e eletrifica todos os campos de ação na sociedade moderna”¹⁰⁶⁵. Nota-se que juntamente com a *subpolitização* aparece uma paralisia geral, ou seja, os modernizadores, assim como seus críticos, permanecem no mesmo lugar ou são absorvidos por um conjunto de opiniões e interesses divergentes.

Na verdade, este declínio do processo de implementação da industrialização, anteriormente tão bem “lubrificado” pelo consenso, desacelera o processo e é o antecessor de uma autolimitação anárquica e autocontrolo da industrialização, como comumente, não questionada previamente.¹⁰⁶⁶

A confusão geral e a oposição existente dentro e fora das Instituições necessitam e favorecem a formação de redes de apoio que ultrapassem os limites dos sistemas e das Instituições, os quais devem ser pessoalmente conectados e preservados. De certa maneira, portanto, a desintegração das Instituições dá lugar a uma refeudalização dos relacionamentos sociais.¹⁰⁶⁷

Neste contexto, evidencia-se a abertura para um *neomaquiavelismo* em todos os sectores da ação social. A ordem deve ser criada, forjada e formada. Ora, “Apenas as redes, que devem ser

¹⁰⁶⁴ Idem, p. 59.

¹⁰⁶⁵ Ibidem.

¹⁰⁶⁶ Ibidem.

¹⁰⁶⁷ Ibidem.

conectadas em conjunto e preservadas, e que possuem a sua própria “moeda-corrente”, permitem a formação do poder ou do poder de oposição”¹⁰⁶⁸.

4.7.2 - Política de vida-e-morte

Os antagonismos do mundo político, tais como o liberalismo, o socialismo, o nacionalismo ou o conservadorismo, que comandam os dirigentes, partidos, parlamentos e as instituições de educação política, são os produtos do industrialismo emergente. Ao observarmos essas teorias políticas referem-se exatamente aos problemas de adaptação da natureza e destruição ambiental com toda a “sensibilidade de um cego falando sobre cores, e o mesmo se aplica às questões do feminismo, à crítica aos especialistas e à tecnologia e às versões alternativas da ciência”.¹⁰⁶⁹

O conceito de política na *modernidade simples* é baseado num sistema de eixos, em que uma coordenada passa precisamente entre os polos da *esquerda* e da *direita* e a outra, entre os polos público e privado. Beck sustenta que, tornar-se político significa deixar a esfera privada e caminhar em direção à esfera pública, ou, ao contrário, consentir que as exigências dos partidos, da política partidária ou do governo “prolifere em todos os nichos da vida privada. Se o cidadão não vai para a política, a política vem para o cidadão”¹⁰⁷⁰.

Giddens apelida este modelo de “política emancipatória” e delimita-a em contraposição à “política da vida”. Para ele, “A política da vida diz respeito às questões políticas que fluem dos processos de auto-realização nos contextos pós-tradicionais, onde as tendências de globalização penetram profundamente no projeto reflexivo do eu [self], e, inversamente, onde os processos de auto-realização influenciam as estratégias globais”¹⁰⁷¹.

Todas as coisas consideradas perda, perigo, desperdício e decadência na estrutura esquerda-direita da política burguesa, coisas como a preocupação com o eu e às perguntas: quem sou eu? o que eu quero? para onde estou indo?, em suma, todos os pecados originais do individualismo conduzem a um tipo diferente de identidade do político: a política de vida-e-morte.¹⁰⁷²

¹⁰⁶⁸ Ibidem.

¹⁰⁶⁹ Idem, pp. 59-60.

¹⁰⁷⁰ Idem, p. 60.

¹⁰⁷¹ GIDDENS, Anthony apud BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 60.

¹⁰⁷² BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, pp. 60-61. A vida privada torna-se, em essência, o brinquedo de resultados e teorias científicas, ou de controvérsias e conflitos públicos. As questões de um longínquo mundo de fórmulas químicas explodem com uma seriedade mortal nos recônditos mais internos da

Para Beck esta é a experiência do “destino da natureza” fortalecido pela civilização, na qual a cultura do ego reflexivo experimenta e sofre a inquietação de sua construtividade técnica e de sua sociedade global. “Agora, o microcosmo da conduta da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais, terrivelmente insolúveis”¹⁰⁷³.

Novos reptos são, atualmente, colocados às diversas esferas da vida social, assim, esta nova simbiose da filosofia e da vida quotidiana aparece notavelmente nas questões sobre as quais as pessoas são forçadas a decidir, envolvendo a medicina avançada e a engenharia genética.¹⁰⁷⁴

Os triunfos da medicina reprodutiva e da engenharia genética logo colocarão os pais e os médicos numa posição de optar pelas qualidades da geração futura, de uma forma negativa ou, fortuitamente, talvez também positiva. Já é possível reconhecer algumas “doenças congénitas”, como são chamadas, em um estágio inicial, e, em combinação com o aborto, evitar o nascimento de uma criança com estas prováveis características.

Beck constata que é previsível que a preferência do sexo das crianças também possa ser “controlada” dessa maneira, a menos que haja proibições explícitas, difíceis de monitorar, que também se adotam, especialmente, a um determinado grupo cultural. E, entretanto, tudo isso é apenas o início de uma longa série de revoluções científicas.¹⁰⁷⁵

O “ramo executivo” da revolução genética, cultural e social do futuro é a decisão individual do “indivíduo particular”. Dito de outro modo, o paciente vai converter-se num revolucionário em causa própria. Assim, a revolução da engenharia genética é extraparlamentar. De igual modo,

conduta da vida pessoal como as questões do eu, da identidade e da existência, e não podem ser ignoradas. Desta forma, utilizando mais uma vez a imagem das bonecas russas, na sociedade de risco global, a privacidade - como a menor unidade concebível do político - contém dentro de si a sociedade mundial. O político se aninha no centro da vida privada e nos atormenta.

¹⁰⁷³ Ibidem.

¹⁰⁷⁴ Idem, pp. 61-62. As questões filosóficas do existencialismo, por exemplo, tornam-se parte da vida quotidiana; são quase questões candentes. A preocupação de Soren Kierkegaard com a ansiedade como o outro lado da liberdade, por exemplo, ou as questões de quem define e decide sobre a vida e a morte, e de que maneira, levam todos forçosamente à angústia de ter de tomar uma decisão e se tornam grandes questões que a todos atingem.

¹⁰⁷⁵ Idem, p. 62. A qualidade do político que está emergindo aqui é capaz de mudar a sociedade num sentido existencial. Se os desenvolvimentos da biologia e da genética continuam sendo implementados apenas como demanda do mercado, da constituição, da liberdade de pesquisa e da crença no progresso médico, então o efeito cumulativo será, e não por decisão parlamentar ou governamental, uma profunda mudança “genética” da sociedade, no sentido mais verdadeiro da palavra. Ao contrário, isto vai ocorrer na esfera privada não política da decisão de milhares de indivíduos, pais e mães, com o aconselhamento de médicos e dessas criaturas burocráticas dos tubos de ensaio, “conselheiros genéticos”. As utopias do progresso eugênico dos séculos anteriores provavelmente não serão impostas de cima, com crueldade e brutalidade organizadas, como ocorreu com a insanidade racial Nacional Socialista (embora isso não possa ser normatizado).

a fórmula “o privado é o político” adquire um sentido biotécnico, que pode velozmente se transformar no seu significado principal.¹⁰⁷⁶

Como anteriormente já reafirmamos, a história da humanidade, seu perigo e sua tragédia, está apenas se estabelecendo, ao contrário do “*fim da história*”¹⁰⁷⁷, pois a tecnologia, em sua intensificada aplicação no reino genético, está transfigurando o local de nascimento de guerras religiosas que, ao contrário de suas antecessoras do final da Idade Média, não podem mais ser neutralizadas pelo Estado.

4.7.3 - A vocação como ação política

Uma das questões fundamentais será em que extensão esses antagonismos vão causar impacto nos guardiães da racionalidade, os especialistas. As vocações e as profissões, compreendidas como “*marcas consagradas*” no mercado de trabalho, como mercadoria de competência reconhecida são as guardiãs de uma certa forma de *subpolítica* normalizada.

Para Beck a identidade pessoal-social está associada nesses “padrões de força de trabalho” com o direito e o dever de dispor da essência do trabalho. Os grupos vocacionais detêm a inteligência produtiva e o poder para conceder as coisas na sociedade.¹⁰⁷⁸ Num primeiro plano, “a forma profissional proporciona proteção contra as injustiças do mercado de trabalho, protegendo as oportunidades de ação estratégica, mesmo com respeito às indústrias, compradoras de mão-de-obra”¹⁰⁷⁹.

Existe um segundo fator relacionado a isso, ou seja, as vocações e as profissões são (eventualmente) focos da política de oposição burguesa. Além das lutas pela segurança social e legal, a permissão e o direito de se reunir é um centro de irredutibilidade para a individualidade autoconfiante.¹⁰⁸⁰

Num terceiro plano, Beck sustenta que as profissões são *de facto* agentes de uma sociedade global de especialistas, e esta supranacionalidade concretamente existente as predestina a serem agentes de soluções globais.¹⁰⁸¹ Por último lugar, “a *subpolitização* (reflexiva) dos especialistas

¹⁰⁷⁶ Idem, pp. 62-63.

¹⁰⁷⁷ FUKUYAMA, Francis – **O fim da história e o último homem**. Lisboa: Gradiva, 1992.

¹⁰⁷⁸ Idem, p. 63.

¹⁰⁷⁹ Ibidem.

¹⁰⁸⁰ Ibidem.

¹⁰⁸¹ Ibidem.

ocorre precisamente até o ponto em que as racionalidades e oportunidades alternativas para a ação são produzidas e contrastadas dentro dos campos profissional e especializado”¹⁰⁸².

4.8 - Compreensão e transformações do Estado

A compreensão das fontes principais do Estado subordina-se à história das Instituições políticas e à história das doutrinas políticas. Assim, embora a história das Instituições, de alguma forma, possa ser extraída da história das doutrinas não pressupõe que ambas sejam equivocadas. Um Estado surge em momentos tidos como extraordinários, através de verdadeiras provações históricas que as populações são submetidas a uma migração étnica, uma luta de libertação ou uma guerra civil. De igual modo, pode desabrochar (o Estado) a partir da fuga de indivíduos e grupos de regimes opressores e a conquista de novos territórios, bem como a decomposição de um império ou a constituição de uma federação, etc. Estes são precisamente momentos nos quais o povo, em função da provação histórica, abstrai da cultura, da religião, da tradição, da experiência vivida, as linhas de orientação do novo Estado e proporciona a estabilidade para a fundação de um novo Estado.

O conceito de Estado, na verdade, remonta aos estudos teóricos debatidos desde a Antiguidade, desde as perspectivas platônicas e aristotélicas cuja designação do Estado consubstanciava na maior organização da sociedade, de igual modo, era entendido como aquela forma de articulação dos indivíduos e das classes que permitia que se implementasse um princípio de justiça, atribuindo a cada um o que lhe pertencia.

As contribuições de Aristóteles sobre a compreensão e para o estudo das Instituições políticas acarretam grande relevância. Contudo, não seria, portanto, admissível ter um contacto com as obras de Hobbes para compreender o ordenamento dos primeiros grandes Estados territoriais da idade moderna, ou as de Rosseau para perceber o ordenamento das modernas democracias.¹⁰⁸³

Embora se constate um número cada vez mais elevado a respeito das metamorfoses do conceito de Estado, existem autores imprescindíveis para esta compreensão, assim, “Hobbes foi

¹⁰⁸² Ibidem.

¹⁰⁸³ BOBBIO, Norberto – **Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 53.

identificado com o Estado absoluto, Locke com a monarquia parlamentar, Montesquieu com o Estado limitado, Rosseau com a democracia, Hegel com a monarquia constitucional, etc.”¹⁰⁸⁴.

Hoje, a história das Instituições não só se emancipou da história das doutrinas como também ampliou o estudo dos ordenamentos civis para bem além das formas jurídicas que os modelaram; dirige suas pesquisas para a análise do concreto funcionamento, num determinado período histórico, de um específico instituto, através dos documentos escritos, dos testemunhos dos atores, das avaliações dos contemporâneos, progredindo do estudo de um instituto fundamental como, por exemplo, o parlamento e as suas vicissitudes nos diversos países, ao estudo de institutos particulares como o secretário de Estado, o superintendente, o gabinete secreto, etc.¹⁰⁸⁵

O sentido que Norberto Bobbio sustentara, que se analisará na perspectiva de Beck, dá conta que, a passagem do Estado da sua condição Feudal à monarquia absoluta, ou, por assim dizer, à gradual formação do aparato administrativo, por meio do qual se pode reconstruir o processo de formação do Estado moderno e contemporâneo, se encontra distanciado do seu sentido central.

Convencionalmente, no presente, o campo da investigação encontra-se dividido entre duas doutrinas até didaticamente opostas: a filosofia política e a ciência política.¹⁰⁸⁶ Com efeito, a indagação a cerca do conceito e metamorfoses do Estado passa, forçosamente, por ambas e se estende às outras disciplinas.

Bobbio, neste contexto, identifica três obras que deixaram marcas indeléveis na história da reflexão política e que no âmbito da investigação do conceito em análise se distinguem enquanto tal.

A Utopia de More [1516], desenho da república ideal; o Leviatã de Hobbes [1651], que pretende dar uma justificação racional e portanto universal da existência do Estado e indicar as razões pelas quais os seus comandos devem ser obedecidos; e o Príncipe de Maquiavel [1513], no qual, ao menos numa de suas interpretações (a única aliás que dá origem a um “ismo”, o maquiavelismo), seria mostrado em que consiste a propriedade específica da atividade política e como se distingue ela enquanto tal da moral.¹⁰⁸⁷

¹⁰⁸⁴ Idem, p. 54.

¹⁰⁸⁵ Ibidem.

¹⁰⁸⁶ Idem, p. 55.

¹⁰⁸⁷ Ibidem.

Nota-se que a investigação conceptual de Estado não se extingue nos, então, denominados campos convencionais. Além da distinção apresentada, o objeto de análise também se insere nos pontos de vista sociológico, jurídico e das relações internacionais, o que demonstra que o tema Estado pode ser abordado sob diferentes perspectivas.

Ao se ater nas doutrinas sociológica e jurídica esta distinção “torna-se necessária em seguida à tecnicização do direito público e à consideração do Estado como pessoa jurídica”¹⁰⁸⁸, fundamenta Bobbio. Embora se considerasse o Estado como ordenamento jurídico não se dispensou que ao Estado também se lhe dê uma forma de organização social e que não podia ser desunido da sociedade e das relações sociais subjacentes.¹⁰⁸⁹

Georg Jilinek, por exemplo, faz uma reconhecida e relevante distinção entre o ponto de vista sociológico e jurídico. Para ele, a teoria e a doutrina do Estado deve ser dividida em geral e em particular.¹⁰⁹⁰ A primeira, visa encontrar o princípio fundamental do Estado e submeter-se a investigação científica, o mesmo fenómeno geral e suas determinações fundamentais. A última, é a doutrina das instituições concretas em Estado em geral.¹⁰⁹¹

Definir o Estado é cada vez mais difícil. Às vezes, a palavra é empregue em um sentido bem vasto, para designar a “sociedade” como tal, ou alguma forma especial de sociedade.¹⁰⁹² De um modo restrito o Estado também denomina um órgão particular da sociedade, *verbi gratia*, o governo, ou os sujeitos do governo, uma “nação”, ou o território que eles habitam.¹⁰⁹³ Naturalmente, a conceção do Estado sob o ponto de vista puramente jurídico é mais simples de ser analisada, ou seja, é tomado em consideração somente como um fenómeno jurídico, como uma pessoa jurídica, como uma corporação.¹⁰⁹⁴ Sua natureza mantém-se estritamente ligada,

¹⁰⁸⁸ Idem, p. 56.

¹⁰⁸⁹ Ibidem. [...] a tecnicização do direito público era a consequência natural da conceção do Estado como Estado de direito, como Estado concebido principalmente como órgão de produção jurídica e, no seu conjunto, como ordenamento jurídico. Por outro lado, tal reconstrução do Estado como ordenamento jurídico não tinha feito com que se esquecesse que o Estado era também, através do direito, uma forma de organização social e que, como tal, não podia ser dissociado da sociedade e das relações sociais subjacentes. Daí a necessidade de uma distinção entre ponto de vista jurídico — a ser deixado aos juristas que, de resto, tinham sido por séculos os principais artífices dos tratados sobre o Estado — e ponto de vista sociológico, que deveria valer-se das contribuições dos sociólogos, dos etnólogos, dos estudiosos das várias formas de organização social: uma distinção que não podia ser percebida antes do advento da sociologia como ciência geral que englobava a teoria do Estado.

¹⁰⁹⁰ JELLINEK, Georg – **Teoría general del Estado**. [s.l]: ILCA, 2007, p. 5.

¹⁰⁹¹ Ibidem.

¹⁰⁹² KELSEN, Hans – **Teoria geral do direito e do Estado**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 183.

¹⁰⁹³ Ibidem.

¹⁰⁹⁴ Ibidem.

pela definição anterior de corporação. A única questão é a de que o Estado difere de outras corporações.¹⁰⁹⁵

A diferença deve ser encontrada na ordem normativa que constitui a corporação do Estado. O Estado é a comunidade criada por uma ordem jurídica nacional (em contraposição a uma internacional). O Estado como uma pessoa jurídica é uma personificação dessa comunidade ou a ordem jurídica nacional que constitui essa comunidade. De um ponto de vista jurídico, o problema do Estado, portanto, surge como o problema da ordem jurídica nacional.¹⁰⁹⁶

Hans Kelsen examina que o Estado como unidade sociológica constitui o “uno entre os muitos”, dessa forma, não pode ser encontrado.¹⁰⁹⁷ A comunidade social traduz-se em unidade de uma pluralidade de indivíduos ou de ações de indivíduos. A afirmação categórica de que o Estado não é exclusivamente uma entidade jurídica, mas também uma entidade sociológica, uma realidade social que tem existência real independentemente de sua ordem jurídica, só pode ser comprovada evidenciando-se que os indivíduos que fazem parte do mesmo Estado formam uma unidade que não seja constituída pela ordem jurídica, mas por um elemento que nada tem a ver com o Direito.¹⁰⁹⁸

A perspectiva sociológica do problema do Estado parte do pressuposto que os indivíduos pertencentes a um mesmo Estado estão adstritos pelo facto de possuírem uma vontade comum ou, que resulta no mesmo interesse comum.¹⁰⁹⁹ Articula-se de uma “vontade coletiva” ou de um “interesse coletivo” e pressupõe-se que essa “vontade coletiva” ou “interesse coletivo” designe a unidade e, à vista disso, a realidade social do Estado.¹¹⁰⁰ Fala-se do mesmo modo de um “sentimento coletivo”, de uma “consciência coletiva”, uma espécie de alma coletiva, como sendo a razão que constitui a comunidade do Estado.¹¹⁰¹

¹⁰⁹⁵ Ibidem.

¹⁰⁹⁶ Ibidem.

¹⁰⁹⁷ Idem, p. 185.

¹⁰⁹⁸ Idem, pp.185-186. Quando se considera o Estado como uma unidade social, o critério de unicidade é, sem dúvida, completamente diferente da interação social. A natureza jurídica do critério torna-se evidente a partir da maneira em que o problema sociológico é formulado. Dizer que o Estado é uma unidade social concreta de interação é dizer que os indivíduos, num sentido jurídico, pertencem ao mesmo Estado também têm uma relação de interação jurídica, isto é, que o Estado é uma unidade social real, além de uma unidade jurídica. Pressupõe-se o Estado como unidade jurídica quando se formula o problema da sua unidade sociológica.

¹⁰⁹⁹ Idem, p. 186.

¹¹⁰⁰ Ibidem.

¹¹⁰¹ Idem, pp. 186-187. Se a teoria do Estado não deve transcender os dados da experiência e degenerar em especulação metafísica, essa “vontade coletiva” ou “consciência coletiva” não pode ser a vontade ou a consciência de um ser diferente dos indivíduos humanos que pertencem ao Estado; o termo “vontade coletiva” ou “consciência coletiva” pode significar apenas que os indivíduos querem, sentem ou pensam de uma certa maneira e estão unidos por sua consciência desse querer, sentir e pensar comuns. Afirmar que todos os cidadãos

Kelsen afirma que o Estado não se identifica com nenhuma das ações que constroem o objeto da sociologia, muito menos com a soma de todos eles. No entanto, o Estado não pode ser entendido como uma ação ou uma comunidade de ações, não mais do que é um ser humano ou uma quantidade de seres humanos.¹¹⁰² Conquanto, “o Estado é aquela ordem da conduta humana que chamamos de ordem jurídica, a ordem à qual se ajustam as ações humanas, a ideia à qual os indivíduos adaptam sua conduta”¹¹⁰³.

Com a transformação do puro Estado de direito em Estado social, as teorias somente jurídicas do Estado, censuradas como formalistas, foram abandonadas pelos próprios juristas. “Com isso, recuperaram vigor os estudos de sociologia política, que têm por objeto o Estado como forma complexa de organização social (da qual o direito é apenas um dos elementos constitutivos)”¹¹⁰⁴.

Max Weber observou, a propósito, que uma associação “política” e, particular, um Estado não pode ser definido pelo conteúdo do que fazem.¹¹⁰⁵ Isto é, o Estado moderno só poder ser definido, em última instância, a partir de um “meio” específico que lhe é peculiar, a coação física.¹¹⁰⁶ Desse modo, Weber compreende que “*el Estado es aquella comunidad humana que en el interior de un determinado territorio – el concepto del “territorio” es esencial a la definición – reclama para sí (com éxito) el monopolio de la coacción física legítima*”¹¹⁰⁷.

de um Estado querem, sentem ou pensam sempre de uma mesma maneira é uma ficção política óbvia [...]. Mais fictícia ainda é a visão de que o Estado é ou tem uma “vontade coletiva” acima e além das vontades de seus sujeitos. Tal afirmação pode, na verdade, ser considerada apenas como uma expressão figurada da força de obrigatoriedade que a ordem jurídica nacional tem sobre os indivíduos cuja conduta ela regulamenta. Percebe-se com mais clareza esse propósito ideológico quando o Estado é descrito como um “interesse coletivo”. Na verdade, a população de um Estado está dividida em vários grupos de interesses mais ou menos opostos entre si. A ideologia de um interesse coletivo de Estado é usada para ocultar esse inevitável conflito de interesses.

¹¹⁰² Idem, p. 190.

¹¹⁰³ Ibidem. Se a conduta humana adapta a essa ordem jurídica forma o objeto da sociologia, então seu objeto não é o Estado. Não existe nenhum conceito sociológico de Estado ao lado do conceito jurídico. Tal conceito duplo de Estado é impossível logicamente, senão por outro motivo, pelo menos pelo facto de não poder existir mais de um conceito do mesmo objeto. Existe apenas um conceito jurídico de Estado: o Estado como ordem jurídica, centralizada. O conceito sociológico de um padrão efetivo de conduta, orientado para a ordem jurídica, não é um conceito de Estado; ele pressupõe o conceito de Estado, que é um conceito jurídico.

¹¹⁰⁴ BOBBIO, Norberto – Op. Cit., 2007, p. 57.

¹¹⁰⁵ WEBER, Max – **Economia y sociedad**. 2ª Edición. Madrid: Fondo de cultura económica, 1993, p. 1056. Sem se restringir, entretanto, à análise da conjuntura política da Alemanha e da Europa da época, Max Weber buscou nela, tomando uma perspectiva universalizante, demonstrar que “o recurso específico, embora não o único do Estado foi, em todos os tempos, a dominação baseada na violência física legítima, e que a política sempre significa a luta por uma parte do poder político”.

¹¹⁰⁶ Ibidem. Por supuesto, la coacción no es en modo alguno el medio normal o único del Estado – nada de esto – pero sí su medio específico.

¹¹⁰⁷ Ibidem.

Contudo, procura-se aclarar que a constituição do Estado e sua metamorfose, aqui, em análise, não recai sobre o âmbito jurídico, precisamente do Direito Público. Com efeito, merece evidenciar que a formação do Estado, no domínio das Relações Internacionais¹¹⁰⁸, dá-se através das teorias constitutiva e declaratória, apesar dos elementos anteriormente referidos, serem a razão pela qual o Estado toma existência.

Antes de olharmos para perspectiva de Beck, pretende-se averiguar qual constituição de Estado está em referência, no âmbito das Relações Internacionais. Assim, são sustentadas duas principais teorias a propósito do reconhecimento dos Estados: a teoria constitutiva e a teoria declaratória, esta última, a mais aceita pelo *mainstream* atualmente.¹¹⁰⁹

Em primeiro lugar, a teoria constitutiva está intrinsecamente ligada ao processo danoso do colonialismo europeu, porque afirma que a existência dos novos Estados depende, de forma exclusiva, do reconhecimento dos Estados pré-existentes.¹¹¹⁰ Com efeito, somente aquelas entidades estatais que satisfariam as expectativas e interesses das potências Europeias poderiam ter a sua personalidade jurídica reconhecida.¹¹¹¹

Por outro lado, a teoria declaratória “não condiciona a existência dos Estados ao seu reconhecimento por outros, mas limita-se, de maneira fática, a constatar e a declarar a existência dos novos Estados, sem emitir juízo normativo de valor sobre eles”¹¹¹². Ou seja, reduz-se a constatar que existe, efetivamente, um Estado, quando se deparam reunidos território, população, governo e soberania, todos esses pré-requisitos citados com aceitação e pleno reconhecimento interno e externo.¹¹¹³

Teoricamente o “reconhecimento” obedece a duas modalidades das quais uma é considerada a mais exata. O reconhecimento *de jure* e reconhecimento *de facto*. Não existem, no entanto, Estados *de facto*, mas podem existir governos de facto.

É oportuno, entretanto, distinguir, de modo a evitar conclusões inexatas, que “todo o reconhecimento é um ato jurídico, que comporta efeitos jurídicos em matéria de capacidade de

¹¹⁰⁸ Relações Internacionais, em maiúsculo, designa a área de conhecimento científico, e, relações internacionais, em minúsculo, a relação entre os atores internacionais.

¹¹⁰⁹ CASTRO, Thales – **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 112

¹¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹¹ Ibidem.

¹¹¹² Ibidem.

¹¹¹³ Ibidem.

uma entidade nas relações internacionais”¹¹¹⁴ com efeito, “não existe uma diferença de natureza, mas somente de grau, entre o reconhecimento *de jure* e o reconhecimento *de facto*”¹¹¹⁵.

Nota-se que há, no entanto, dificuldades no *reconhecimento* do Estado e, esta dificuldade está, sobretudo, relacionada em “estabelecer as *regras* segundo as quais o reconhecimento deve ser concedido ou negado”.¹¹¹⁶ Contudo, os modelos anteriormente projetados em função das ideologias e das necessidades dos povos que o Estado-Nação foi adaptando não seguiram o caminho desejado. “As elites condutoras do processo revolucionário, ou as que foram compostas de europeizados pelas universidades, ou que vieram dos quadros militares e do sindicalismo, associaram o poder como um *projeto nacional*”¹¹¹⁷.

A crise do Estado soberano verifica-se, contrariamente, que tal forma institucional tem continuado a fomentar a sua própria ultrapassagem.¹¹¹⁸ O Estado poderá dar passos firmes dentro da génese de uma sociedade mundial, se, entretanto, assumir uma posição como “*instituição de instituições*”¹¹¹⁹, ou seja, confinar uma estrutura de rede e entidade com capacidade para gestão de crises, não se reger, somente, em órgãos para funções que, por sinal, são dispensáveis.¹¹²⁰

O Estado, a soberania ou a democracia estão em crise.¹¹²¹ Porém, não são, somente, estes entes que estão em crise, mas, também, “a própria noção de *político*, entendido como uma autonomia

¹¹¹⁴ DINH, Nguyen Quoc; et al. – **Direito internacional público**. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 505.

¹¹¹⁵ Ibidem.

¹¹¹⁶ MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**. 6ª Edição. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2010, p. 343.

¹¹¹⁷ Ibidem.

¹¹¹⁸ MALTEZ, José Adelino – **Curso de Relações Internacionais**. 1ª Edição. Lisboa: Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2002, p. 169. Primeiro, ele está em crise quando é contestado por grupo subestaduais que querem autodeterminar-se, de acordo com o princípio das nacionalidades, mas estes, quando o conseguem, a primeira coisa que fazem é constituir-se em Estados soberanos.

Segundo, o Estado Soberano pode ver-se ameaçado pela globalização, mas é através dele que esta tem fomentado. Basta assinalar que, desde 1945, foram depositados na ONU cerca de 50 000 tratados bilaterais e multilaterais.

¹¹¹⁹ HAURIUO, Maurice apud MALTEZ, José Adelino – Op. Cit. 2002.

¹¹²⁰ Ibidem.

¹¹²¹ MALTEZ, José Adelino – Op. Cit. 2002, p. 31. Mas a crise do Estado pode não ser do político, se entendermos que o mesmo político tanto existe antes dos Estados como está ao lado e acima dos próprios Estados. Crise do Estado pode não ser crise do político se formos capazes de teorizar um político supraestadual e um direito verdadeiramente universal.

que vem de baixo para cima, dos indivíduos como cidadãos e participantes nas decisões, mesmo que seja através de representantes”¹¹²².

Reavendo, então, a visão sistémica do Estado, relembramos que ocorrem precisamente momentos particulares de intuição e de luz, nos quais os acontecimentos, os debates, as ideias tornam-se as colunas que sustentam a construção sucessiva do Estado, que pode durar séculos, e cujos conteúdos são conservados vivos por todas as tradições culturais que concorreram para a edificação da sociedade política.

Todas as leis seguintes, votadas por uma maioria particular, devem ser confrontadas com os valores previamente edificantes e, se estiveram em desacordo com esses valores, precisam ser alterados. Portanto, esses valores, de facto, sendo consentidos como verdadeiros, podem ser relidos, reinterpretados e atualizados, mas nunca suprimidos, a menos que se queira conscientemente mudar a natureza dessa sociedade.

Giddens confere que as sociologias marxista e não-marxista, por exemplo, tiveram a génese a partir da crítica da teoria clássica. A não-marxista atribuiu ao Estado um papel insignificante. De acordo com os primeiros economistas, “as mais importantes forças propulsoras da transformação social estão centradas na produção e, por conseguinte, no âmbito da *sociedade civil*”¹¹²³. Porém, o Estado moderno vê-se confrontado por duas influências intrinsecamente antagonistas ou *contraditórias*. O Estado moderno está comprometido com uma série de medidas, incluindo o bem-estar social, mas também uma série de outros serviços, tomadas em prol da comunidade como um todo.¹¹²⁴

O Estado é, também, compreendido no âmbito da teoria política, o que Hobbes chamou a pele de um Leviatã, e internamente cada leviatã era politicamente independente dos demais.¹¹²⁵ Para além disso, os Estados à luz do estatuto de Vestefália, mantinham as suas relações com outros Estados em questões de princípios, religiões, dinásticas etc.¹¹²⁶

A constituição do Estado deveria corresponder uma organização por um pacto e contrato, como sustentou Kant, onde a liberdade fosse precisamente o fim do Estado, contudo não absorvendo essa liberdade como uma “arbitrariedade subjetiva”, senão o respeito da liberdade moral de

¹¹²² Idem, p. 170.

¹¹²³ GIDDENS, Anthony – **Sociologia uma breve porém crítica introdução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, SA, 1984, p. 63.

¹¹²⁴ Idem, p. 68.

¹¹²⁵ WATSON, Adam – **A evolução da sociedade internacional. Uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 271.

¹¹²⁶ Idem, p. 276.

cada um e, seguidamente, a liberdade moral comum sendo possível mediante a lei. O Estado, em Kant, é uma sociedade de homens sobre a qual mais ninguém a não ser ele mesmo pode mandar e dispor.¹¹²⁷ Com efeito, a ideia de Estado e de liberdade individual incorporam-se uma na outra, e esta fusão opera-se pontualmente dentro de uma nova ideia de lei e direito.¹¹²⁸

Não obstante, o orgulho do lugar pertenceu, em toda a era moderna, ao Estado. “Somos tentados a dizer: ao Estado territorial; mas as ideias de Estado e de “soberania territorial” tornaram-se sinónimas na prática e na teoria modernas, de modo que a expressão “Estado territorial” tornou-se um pleonasma”¹¹²⁹.

Ordenar um sector do mundo passou a significar: estabelecer um Estado dotado de soberania para fazer exatamente isso. Também significava necessariamente a ambição de impor um certo modelo de ordem preferido em vez de outros modelos alternativos. Isso só podia ser realizado com a aquisição do veículo estatal ou com a captura da direção do Estado existente.¹¹³⁰

Weber, por exemplo, sustentou que o Estado age como o agente que reivindica o monopólio dos meios de coerção e do uso deles em seu território soberano. Para o autor em referência, o Estado é o detentor da capacidade de dominação e, assim sendo, nos indivíduos.

Cornelius Castoriadis adverte contra a prática muito difundida de confundir o Estado com o poder social enquanto tal. Para Castoriadis, o “Estado”, insiste ele, “refere-se a uma forma específica de distribuir e condensar o poder social, precisamente tendo em mente a capacidade reforçada de ordenar”¹¹³¹.

Castoriadis observa que o Estado “é uma entidade separada da coletividade e instituída de modo tal a garantir a permanência dessa separação.”¹¹³² Deveríamos reservar o nome “Estado” “para os casos em que ele é instituído na forma de Aparelho de Estado, o que implica uma

¹¹²⁷ KANT, Immanuel – **A paz perpétua. Um projeto filosófico**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008, p. 5

¹¹²⁸ MONCADA, Cabral - **Filosofia do Direito e do Estado**. Coimbra: Sucessor, 1955, p. 201.

¹¹²⁹ BAUMAN, Zygmunt – **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 60. O significado de “Estado” foi precisamente o de um agente que reivindicava o direito legítimo de e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor as regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território; regras e normas que, esperava-se, transformassem a contingência em determinação, a ambivalência em *Eindeutigkeit* [clareza], o acaso em regularidade, em suma, a floresta primeva num jardim cuidadosamente planejado, o caos em ordem.

¹¹³⁰ *Ibidem*.

¹¹³¹ CASTORIADIS, Cornelius apud BAUMAN, Z. – Op. Cit., 1999, p. 60.

¹¹³² *Ibidem*.

“burocracia” separada, civil, clerical ou militar, ainda que rudimentar: em outras palavras, uma organização hierárquica com área de competência delimitada.”¹¹³³

Por necessidade, a soberania legislativa e executiva do Estado moderno apoiou-se no “tripé” das soberanias militar, económica e cultural; em outras palavras, no domínio estatal dos recursos outrora utilizados pelos focos difusos de poder social, mas todos agora necessários para sustentar a instituição e a manutenção da ordem administrada pelo Estado.¹¹³⁴

As sociedades se concebem como se fossem recipientes que surgem e se afirmam a nível do Estado. É precisamente esta conceção, que equipara as sociedades com as sociedades de Estados-nação e lhes concebe como entidades territorialmente delimitadas.¹¹³⁵ Neste contexto, poder-se-ia falar de um *nacionalismo metodológico*.¹¹³⁶

O *nacionalismo metodológico* surge como marco de relevância basicamente inquestionado. Ou seja, o espaço social estatalmente ordenado e delimitado é concebido como o espaço em que se refletem ou encontram todos os processos e condições essenciais que são importantes para o diagnóstico da sociedade.¹¹³⁷

O que até ao momento não foi levando em consideração é que a teoria dos novos movimentos sociais cooperou para a análise da conceção dos variados espaços de manifestações e práticas da política, que abriram portas à participação dos indivíduos e permitiu o exercício de novas formas de cidadania, chamando a atenção para outras formas de mobilização social.

A ideia e a hipótese chave do nacionalismo metodológico é precisamente que a humanidade está dividida em um número finito de nações cada uma das quais deve crescer e viver a sua própria cultura unitária, garantida pelo Estado, o Estado-nação.¹¹³⁸

Beck aparece com bastante relevância ao afirmar que o Estado moderno está “ferido” pela “reflexividade” dos riscos que o próprio Estado engendrou. Os movimentos sociais (entende-

¹¹³³ Ibidem.

¹¹³⁴ BAUMAN, Z. – Op. Cit., 1999, p. 61. Só umas poucas populações que aspiravam à soberania de um Estado próprio eram grandes o bastante e tinham a capacidade necessária para passar num teste tão exigente e assim contemplar a soberania e a condição estatal como uma perspectiva realista. Por essa razão, foram relativamente poucas as vezes em que a tarefa de ordenação foi empreendida e executada primordialmente, talvez exclusivamente, através do agente estatal soberano, eram poucos os Estados.

¹¹³⁵ BECK, Ulrich. **Libertad o capitalismo. Conversaciones con Johannes Willms**. Buenos Aires: Paidós, 2000b, p. 8.

¹¹³⁶ Idem, pp. 8-9.

¹¹³⁷ Ibidem.

¹¹³⁸ Idem, p. 9.

se indivíduos, etc.) acarretam seus objetivos que derivam dos anseios de atuação no sentido de estabelecer novo equilíbrio de forças entre Estado e “sociedade civil”¹¹³⁹.

Embora se digam coisas contraditórias sobre o Estado moderno; por um lado, ele está definhando, mas, por outro, está mais importante do que nunca, observa Beck, e, entretanto, as duas coisas têm suas razões.¹¹⁴⁰ Talvez isso não seja tão ilógico quanto parece à primeira vista.

Se porventura reduzirmos a uma fórmula “definhar mais inventar igual a metamorfose do Estado. É assim que se pode esboçar e completar a imagem de um Estado que, como uma cobra, está perdendo a pele de suas tarefas clássicas e desenvolvendo uma nova “pele de tarefas” global”¹¹⁴¹.

Os políticos estão ofendidos pelo facto de as pessoas estarem cada vez menos interessadas neles... fariam melhor se perguntassem qual é o motivo disso. Suspeito de que os partidos têm sido vítimas de seu próprio engodo... O cerne da política atual é a capacidade de auto-organização... Isso começa com as coisas mais simples: questões escolares, problemas de ocupação ou regulamentações de trânsito... Hoje em dia, o Estado é confrontado por todos os tipos de grupos e minorias... não somente as antigas organizações, mas também os sindicatos, as igrejas e os meios de comunicação. Até os atletas estão extremamente organizados. E também os homossexuais, os traficantes de armas, os motoristas, os deficientes, os pais, os sonegadores de impostos, os divorciados, os conservacionistas, os terroristas etc. Eles constituem dez mil centros de poder diferentes na nossa sociedade.¹¹⁴²

A teoria clássica (sociedade industrial em Beck) teve o mérito de examinar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos

¹¹³⁹ Sociedade civil: o conceito de sociedade civil era visto como sinónimo de Estado, como uma comunidade política enraizada nos princípios da cidadania. Neste sentido, é possível notar que, até o século XVIII a preocupação comum dos teóricos, como Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Montesquieu e Hume por exemplo, era a de examinar as condições sob as quais os seres humanos poderiam escapar do Estado de natureza e entrar numa forma contratual de governo baseada na regra da lei, isto é, numa sociedade civil. Destarte, um componente essencial desse uso do termo sociedade civil era seu contraste com um estado de natureza imaginário. Ou seja, o termo sociedade civil denotaria um novo estágio na evolução do governo e da civilidade humana.

¹¹⁴⁰ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 52.

¹¹⁴¹ Ibidem.

¹¹⁴² ENZENSBERGER, Magnus apud BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 53. A política segundo o modelo do corpo humano. O governo era o governante supremo, o líder. Esta metáfora está definitivamente ultrapassada. Não há mais nenhum centro disponível que preveja, controle e decida. O cérebro da sociedade não pode mais ser localizado; de algum tempo para cá, as inovações e decisões sobre o futuro não tiveram sua origem na classe política. Ao contrário, só quando uma ideia se torna uma banalidade ela passa para o âmbito da responsabilidade dos partidos e dos governos.

sociais, de acordo com o princípio da diversidade sociocultural (de género, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos, etc.).

A *auto-organização*, como declarou Hermann Schwengel, “não tem o mesmo sentido do velho *topos* liberal das forças sociais livres”, já que, agora, elas estão se voltando contra o apelo político do Estado.¹¹⁴³ Neste contexto, observa Beck, “auto-organização significa, mais precisamente, uma reunificação dessas forças livres na camada mais profunda da sociedade, na atividade económica, comunitária e política.”¹¹⁴⁴

Dito de outro modo, entende-se por *auto-organização* a *subpolíticação* (reflexiva) da *sociedade*. “O local e o sujeito da definição do bem-estar social, de uma técnica específica de poder político, da garantia da paz pública e da afirmação provocadora de uma história política desta e apenas desta sociedade, separaram-se”¹¹⁴⁵. Eles são tão acessíveis às instituições económicas e culturais quanto às políticas.

O Estado atingiu a sua “temporalidade”, de acordo com Zaki Laïdi, contudo, quando referimos a esse Estado, está em evidência o Estado-providência, que se esforçou por proteger os indivíduos dos acasos do mercado.¹¹⁴⁶ Todavia, esta interpretação só muito tenuemente dá conta de uma realidade mais abrangente, mais ampla e muito anterior ao estabelecimento dos sistemas de proteção social.¹¹⁴⁷

Conforme podemos ver, a decisão autoritária e a ação do Estado dão lugar ao “Estado de negociação”, que prepara os palcos e as negociações e dirige o espetáculo. Por conseguinte, a capacidade do Estado moderno em negociar é supostamente até mais importante que sua capacidade hierárquica unilateral para agir, que está se tornando cada vez mais problemática e contraditória.¹¹⁴⁸

Na *modernidade tardia ou reflexiva*, no desfecho do século, “o Estado (tradicional) está definhando como uma “criatura especial”, como a estrutura de uma soberania e como um

¹¹⁴³ SCHWENGEL, Hermann apud BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 53.

¹¹⁴⁴ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 54.

¹¹⁴⁵ Ibidem.

¹¹⁴⁶ LAÏDI, Zaki – Op. Cit., 2000, p. 185.

¹¹⁴⁷ Ibidem. Os Estados-nação foram, de facto, instituições ligadas de temporalidades distintas e disjuntivas, no seio de um espaço territorial delimitado, o da nação. Os Estados-nação mais não foram do que instituições simbólicas, no fundo, capazes de enunciarem esta realidade inédita – é a pertença a um mesmo espaço que induz a pertença a uma mesma temporalidade, e é a pertença a uma mesma temporalidade que gera direitos e obrigações exigíveis em simultâneo.

¹¹⁴⁸ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott – Op. Cit., 1997, p. 54.

coordenador hierárquico”¹¹⁴⁹. Enfraquecimento não é sinónimo de fracasso, tal como não o é o amplo ressentimento em relação aos partidos políticos. Ao contrário, o sucesso também pode matar.¹¹⁵⁰

Frequentemente, o enfraquecimento do Estado é apenas o outro lado da “auto-organização”, a subpolitização da sociedade; é um pouco de utopia resgatada. A política condensada no simbolismo caracteriza o estágio intermediário, no qual os problemas clássicos do Estado em relação à modernidade simples têm sido em parte resolvidos e em parte esquecidos no âmbito da sociedade ativa, em que, entretanto, os desafios governamentais de uma modernidade reflexiva ainda não são de modo algum percebidos.¹¹⁵¹

No mesmo itinerário surge a inferência de Zaki Laïdi quando sustenta que os Estados atingiram o seu “tempo”, pelo que, estamos a assistir ao seu malogro assim como, prematuramente, o fim da sociedade de mercado. Laïdi em concomitância com os argumentos de Beck, no que diz respeito ao “definhamento” do Estado. O primeiro compreende que o fenómeno estatal, entendido como produto de uma configuração histórica particular, sob a forma de Estado-nação, dispositivo político, institucional e cultural, na verdade, se quebrou em mil pedaços.¹¹⁵²

Uma vez que inúmeras transformações estão alterando as normas da soberania do Estado, assim como impactando a presente capacidade dos Estados de exercerem a soberania, é relevante, entretanto, distinguir entre soberania do Estado e soberania popular.¹¹⁵³

Primeiro, soberania significa a capacidade de um corpo público, neste caso o Estado-nação moderno, para agir como o alicerce definitivo e indivisível da autoridade com a jurisdição de exercer não só o “monopólio sobre os meios de violência” [...], mas também de distribuir justiça e gerir a economia. Soberania também significa, particularmente desde a Revolução Francesa, soberania popular, isto é, a ideia do povo como sujeito e objeto do direito, ou como criadores tanto como obedientes do direito. Soberania popular envolve instituições representativas, a separação de poderes e a garantia não somente de liberdade e de igualdade, mas do “igual valor da liberdade de cada um”.¹¹⁵⁴

¹¹⁴⁹ Ibidem.

¹¹⁵⁰ Ibidem.

¹¹⁵¹ Ibidem.

¹¹⁵² LAÏDI, Zaki – **A chegada do Homem-Presente ou da nova condição do tempo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, p. 184.

¹¹⁵³ BENHABIB, Seyla – Op. Cit., 2012, p. 24. O conceito de “soberania” ambigualmente refere-se a dois momentos na fundação do estado moderno, e a história do pensamento político moderno no Ocidente desde Thomas Hobbes pode ser plausivelmente narrada como uma negociação destes polos.

¹¹⁵⁴ Idem, pp. 24-25.

Etienne Balibar admite que a “soberania de Estado tem simultaneamente «protegido» a si mesma e «fundado» a si mesma sobre a soberania popular na medida em que o estado político foi transformado em um “estado social” [...]”¹¹⁵⁵ isto é, “passando pela instituição progressiva de uma “representação de forças sociais” pelo mecanismo de sufrágio universal e pela instituição da cidadania social [...]”¹¹⁵⁶.

O Estado vestefaliano que se estendeu em direção ao resto do mundo agora descobre que suas fronteiras são factualmente porosas em ambas as direções e que não é unicamente o centro que flui para a periferia, mas a periferia que flui em direção ao centro.¹¹⁵⁷

A análise crítica do Estado-nação não deve, contudo, fazer esquecer que este último se inscreve no modelo de “sociedade”, enquanto outros tipos de Estado não só não integram no mesmo como tentam submeter todos os pontos de vista da sociedade à construção do seu conveniente poder.¹¹⁵⁸

Touraine argumenta que estamos precisamente num retorno ao político, mas este retorno não existiu antes do paradigma social. Todavia, aclara a crise da sociedade moderna de tipo europeu. Dito de outro modo, “o retorno do político não é um regresso ao paradigma político que precedera o paradigma social. É a queda deste último que fez renascer o político, mas desta vez como um subsistema”¹¹⁵⁹.

Qualquer um que exclua o conceito de uma “morte institucional” se esquece de que estamos lidando com isso em toda parte, nesta época de mudança social radical: Instituições zumbis que têm estado clinicamente mortas durante um longo tempo, mas não são capazes de morrer. Como exemplos, poderíamos considerar os partidos de classe sem classes, exércitos sem inimigos ou um aparelho governamental que, em muitos casos, reivindica começar e manter em andamento as coisas que, independente dele, estão acontecendo.¹¹⁶⁰

¹¹⁵⁵ BALIBAR, Etienne apud BENHABIB, Seyla – Op. Cit., 2012, p.25.

¹¹⁵⁶ Ibidem.

¹¹⁵⁷ BENHABIB, Seyla – Op. Cit., 2012, p. 29.

¹¹⁵⁸ TOURAINE, Alain – **Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 73.

¹¹⁵⁹ Ibidem. Este retorno de um pensamento específico do político é um aspeto tão importante da crise da sociedade de tipo europeu que não é possível apresentar esta última sem evocar essa mudança ocorrida no interior do pensamento social e cujo efeito principal foi o desenvolvimento das análises e das teorias sobre a democracia.

¹¹⁶⁰ BECK, Ulrich; *et. al.* – Op. Cit., 1997, p. 54.

Entretanto, Beck compreende que as tarefas governamentais extinguiram e as novas devem ser decididas e constituídas, contudo, em seguida surge a questão de que tarefas são estas e como são definidas.

Carl Bohret sugere um interessante critério, isto é, a “capacidade de negociação” dos interesses sociais.¹¹⁶¹ Com efeito, Bohret considera que isso deve ser realizado onde os interesses se tornam capazes de *auto-organização*, onde acolhem de agentes organizados voz ativa e significado nas arenas da sociedade e da política.¹¹⁶²

Ao contrário, as novas tarefas do governo que devem ser iniciadas são caracterizadas pelo facto de não serem passíveis de negociação, mas podem e devem ser feitas mesmo assim. Beck, no fundo, prognostica as mais recentes dissonâncias entre os Estados já existentes e aqueles que se pretendem formar à luz novos princípios ético-religiosos, político-culturais, etc.

Todos os campos problemáticos, que em princípio são “negociáveis” entre os grupos de pessoas e organizações, podem ser “socializados”. Neste caso, isso significa que podem ser elaborados no sistema de negociação multilateral, com a participação do Estado. Isso, cada vez mais também diz respeito à estrutura jurídica, na qual se confere, especialmente ao agente governamental, o controlo central do contexto. Colocado de outra forma: as áreas clássicas da política simbólica podem ser deslocadas e delegadas à subpolítica organizada da sociedade.¹¹⁶³

Isso sempre se implementa quando o “princípio da sobrevivência” é atingido e existe uma suposição de uma “responsabilidade geracional” de proteger as gerações que se advêm, mas também se aplica ao caso das “catástrofes sorradeiras”.¹¹⁶⁴ Na verdade, Beck clarifica, o que está em jogo aqui não é apenas uma redefinição das áreas de responsabilidade governamental, mas antes a questão radical relativa às tarefas supostamente “eternas” e as Instituições com jurisdição sobre elas durarem mais que a sua utilidade. Nesse contexto, a *política reflexiva* não significa apenas a invenção, significa o desaparecimento do político.¹¹⁶⁵

Os Estados mantêm-se presos nas categorias metodicamente suspensas. Ou seja, o funcionamento das políticas implementadas pelos Estados assemelham-se a *categorias zombis*¹¹⁶⁶. Dito de outro modo, as *categorias zombis* vêm do horizonte experiencial do século

¹¹⁶¹ BOHRET, Carl apud BECK, Ulrich; *et. al.* – Op. Cit., 1997, p. 55.

¹¹⁶² *Ibidem*.

¹¹⁶³ BECK, Ulrich; *et. al.* – Op. Cit., 1997, p. 55.

¹¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶⁶ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2000b, p. 14.

XIX, da referida *primeira modernidade*, e nos tornamos cegos para proceder de maneira analiticamente *a priori*, a experiência e a dinâmica da *segunda modernidade*.¹¹⁶⁷ Walter Benjamin afirmara, como o anjo da história que viaja de costas para o futuro, de asas abertas, boca dilatada e olhando fixamente ao passado, ignorando uma cadeia de acontecimentos, assim, assemelha-se à sociedade moderna, que mantém as *categorias zumbis* para responder às exigências da *segunda modernidade*.

Isso não significa uma defesa de novas tarefas governamentais dentro das velhas formas. Antes pelo contrário, a essência da discussão é que esta nova tarefa, simultaneamente, impulsiona o Estado a uma nova forma de questionamento das tarefas. Conquanto o Estado deva praticar o *autoconstrangimento* e a *auto-abnegação*, abandonar alguns monopólios e conquistar outros, temporariamente, e assim por diante.¹¹⁶⁸

Nem o *laissez-faire* de um Estado protetor nem o planeamento geral autoritário de um Estado intervencionista é adequado às necessidades operacionais de uma sociedade moderna extremamente diferenciada... O objetivo é a construção de realidades em que as construções das realidades de outros sistemas tenham alguma liberdade de ação.¹¹⁶⁹

A relevância que pode constatar presente nessa teoria prende-se ao facto de contribuir para a formação de diversos espaços de manifestação de práticas da política (a subpolítica), proporcionando a participação dos indivíduos e novas modelos de cidadania.

Todavia, é a consciência nacional, cristalizada em volta da percepção de uma providência, de uma língua e de uma história comuns, é, portanto, a consciência de pertencer a um “idêntico povo” que transforma os sujeitos em cidadãos de uma exclusiva comunidade política, dito de outro modo, em membros capazes de se sentirem responsáveis uns pelos outros.¹¹⁷⁰ É necessário observar que o princípio que consiste em se sentirem responsáveis (os indivíduos) uns pelos outros não foi instituído num dia. Com efeito, a sua interiorização foi muito lenta e, em definitivo, relativamente recente.

Beck propõe uma nova forma de questionamento das tarefas do Estado, abdicando de alguns monopólios e conquistando outros. Contudo, ao propor o estabelecimento de um sistema

¹¹⁶⁷ Ibidem.

¹¹⁶⁸ BECK, Ulrich; *et. al.* – Op. Cit., 1997, p. 56.

¹¹⁶⁹ Ibidem. Diante das externalidades que não são mais internamente controláveis, o que está em jogo são autolimitações de sistemas funcionais diferenciados por meio de um processo de supervisão, em que a perspectiva de intervenção mútua – talvez da política na ciência, ou da ciência na política, seja complementada pela perspectiva da invenção de identidades mutuamente compatíveis.

¹¹⁷⁰ LAÏDI, Zaki – Op. Cit., 2000, p. 185.

institucionalizado de garantias sociais baseado nos princípios de universalidade e de incondicionalidade, observa Laïdi, reconhecemos aos indivíduos direitos-créditos sobre a sociedade, porque, de alguma forma, a sociedade desapruma o mercado.¹¹⁷¹ O risco social foi admitido e ficou sob a responsabilidade da coletividade. O destino dos indivíduos foi integrado numa perspectiva comum, de tal modo que é irreversível.¹¹⁷²

4.9 – Globalização: dimensões do conceito em Ulrich Beck

O fenómeno da globalização poderia ser equiparado às dinâmicas das empresas que atuam a nível internacional, pois igualmente permitem a exportação de postos de trabalho, em busca de condições salariais bonificadas. Assim, a globalização é considerada como acontecimento irreversível, pois, conforme sustenta Beck, tal se deve à intensidade do intercâmbio internacional das multinacionais.

A análise em torno do conceito em questão merecerá, de igual modo, diferentes perspetivas, sem se apartar da visão “beckiana” que é o cerne desta investigação. A diferença entre “globalização” e “globalidade” ater-se-á sobre as implicações que estes dois conceitos têm para a compreensão da fragmentação da sociedade moderna.

Beck analisa o meio como o debate sobre a globalização e a globalidade se têm repercutido atualmente, no plano da atuação política dos Estados-nação. Beck debruça-se sobre as consequências do atual momento e o modo como as sociedades nacionais se organizaram politicamente na modernidade, acompanhando o modelo do Estado territorial.

Nota-se que, com o surgimento da globalização, por volta dos anos de 1960, de acordo com Manfred Steger, o conceito tem sido usado quer na literatura popular quer na academia, de modo que, em ambas descrevem um processo, uma condição, um sistema, uma forma e uma era.¹¹⁷³ A combinação descuidada para compreender a diferença entre “condição” e “processo”, dá azo a definições inócuas e pouco explicativas.

Manfred B. Steger, não obstante, observa que comumente se tende a uma verdade “banal” tantas vezes repetida de que “globalização (o processo) conduz a mais globalização (a condição)”¹¹⁷⁴,

¹¹⁷¹ Idem, p. 187.

¹¹⁷² Ibidem.

¹¹⁷³ STEGER, Manfred B. – **A Globalização. Compreender**. 1ª Edição. Portugal: Quasi Edições, 2006, p. 16.

¹¹⁷⁴ Ibidem.

pelo contrário, esta compreensão não permite fazer uma distinção analítica significativa entre causas e efeitos.¹¹⁷⁵

O termo *globalidade* designa uma *condição social* caracterizada pela “existência interligações e fluxos globais ao nível económico, político, cultural e ambiental que tornam irrelevantes muitas das fronteiras e dos limites existentes”¹¹⁷⁶. Contudo, não se pode inferir, observa Steger, que a “globalidade” se reporta a um certo ponto terminal que exclui qualquer posterior desenvolvimento.¹¹⁷⁷

Pelo contrário, o termo *globalização*, na visão de Steger, denota a um *conjunto de processos sociais* que transformam a nossa condição social presente numa condição de globalidade.¹¹⁷⁸ Por outras palavras, a globalização, na sua essência, resume-se na alteração das formas de contacto humano.¹¹⁷⁹

Na realidade, tal como na discussão sobre a “modernização”, a globalização propõe um tipo de dinamismo que se enquadra na definição de “desenvolvimento” ou “desenrolar dos acontecimentos” de acordo com as várias diferenciações.¹¹⁸⁰

Verifica-se que, a investigação em torno da conceptualização da globalização como um encadeamento em curso e não como uma condição estática, obriga o investigador, de algum modo, a acautelar as perceções mutáveis de tempo e espaço. Pois, enunciar que a globalização designa um conjunto de encadeamentos sociais que nos projetam para a condição de globalidade pode eliminar a ameaça de definições circulares, mas dá-nos somente uma característica de maior interdependência e integração.¹¹⁸¹

Giddens, por sua vez, afirma que não se trata somente de englobar aparelhos modernos, vídeos, televisores, computadores etc., nas nossas práticas de viver. Na realidade, vivemos num mundo de metamorfoses, que afetam quase tudo o que fazemos.¹¹⁸² Assim, trata-se de perceber, para o melhor ou para o pior, se estamos a ser impelidos para uma ordem global cuja direção ainda se desconhece, mas cujos efeitos já se fazem presentes.¹¹⁸³

¹¹⁷⁵ Ibidem.

¹¹⁷⁶ Ibidem.

¹¹⁷⁷ Ibidem.

¹¹⁷⁸ Idem, p. 17.

¹¹⁷⁹ Ibidem.

¹¹⁸⁰ Ibidem.

¹¹⁸¹ Idem, p. 18.

¹¹⁸² GIDDENS, Anthony – **O mundo na era da globalização**. 6ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2006, p. 19.

¹¹⁸³ Ibidem.

A querela em volta desse conceito, globalização, pela sua complexidade, engendrou duas posições que na, perspectiva de Giddens, dividir-se-iam em *céticos* e *radicais*. Neste contexto, os primeiros são aqueles que veem a globalização como uma mera “conversa” e quaisquer que sejam os seus benefícios ou dificuldades são meros acontecimentos, pois “a economia global não é assim tão diferente da que existia em períodos anteriores”¹¹⁸⁴.

A globalização é um facto concreto, sustentam os “radicais”, cujos efeitos são cada vez mais presentes em toda parte. Para estes, o mercado global está muito mais desenvolvido do que estava nos anos 60 e 70 do século XX, e é indiferente às fronteiras nacionais.¹¹⁸⁵ Como consequência, as nações perderam uma parte da soberania que conservavam e os políticos deixaram de possuir as suas capacidades de influenciar os acontecimentos.¹¹⁸⁶

Os “céticos” tendem a fazer parte da esquerda política, em particular, à velha esquerda. Para eles, a ideia não passa de um mito, isto é, os governantes permanecem com a capacidade para controlar a vida económica e manter intactos os benefícios do Estado-providência.¹¹⁸⁷

De acordo com os céticos, a globalização é uma ideia posta a correr pelos adeptos da liberalização do comércio que querem destruir os sistemas de segurança social e diminuir os gastos públicos. O que está a acontecer é um regresso ao mundo de finais do século XIX, em que já existia uma economia global, com grandes volumes de comércio entre os países, incluindo negócios com divisas.¹¹⁸⁸

Pelo contrário, a perspectiva sustentada pelos “radicais” dá conta que o volume do comércio externo, atualmente, é superior ao de qualquer período anterior e abarca uma série mais extensa de bens e serviços.¹¹⁸⁹ A globalização não é unicamente uma coisa nova, é também algo de revolucionário. Contudo, tanto os “céticos” quanto os “radicais”, na visão de Giddens, compreendem integralmente o que é a globalização ou quais são, na verdade, as suas implicações em relação às nossas vidas.¹¹⁹⁰ Para ambos os grupos versa-se, antes de mais, de um fenómeno de natureza económica. O que é uma imprecisão.

¹¹⁸⁴ Idem, p. 20.

¹¹⁸⁵ Ibidem.

¹¹⁸⁶ Idem, pp. 20-21.

¹¹⁸⁷ Idem, p. 21.

¹¹⁸⁸ Ibidem.

¹¹⁸⁹ Ibidem. Mas a maior diferença regista-se a nível financeiro e nos movimentos de capitais. Alimentada pelo dinheiro eletrónico – isto é, dinheiro que só existe como informação digital nos discos dos computadores – a economia do mundo atual não tem paralelo com a das épocas anteriores.

¹¹⁹⁰ Idem, p. 22.

A globalização é política, tecnológica e cultural, além de econômica. E tem sido influenciada pelo desenvolvimento nos sistemas de comunicação, registrado desde o final da década de 1960.¹¹⁹¹ A globalização não é um processo simples, é, portanto, uma rede complexa de processos.¹¹⁹²

O fenômeno da globalização não pode unicamente ser circunscrito como um acontecimento que nos empurra para cima, também, puxa para baixo. Daniel Bell descreve e esclarece bem esta conjuntura quando diz que os países se tornam demasiado pequenos para solucionarem problemas de grande dimensão, mas também demasiado grandes para solucionarem os problemas mínimos.¹¹⁹³

Como se pode observar, a expansão e o aprofundamento drástico da interdependência à escala mundial e dos intercâmbios globais que ocorreram a partir dos princípios dos anos de 1970, representam evidentemente um salto considerável na história da globalização. Na verdade, o progresso tecnológico da dimensão que se tem observado nas últimas três décadas é precisamente um bom indicador do sintoma de profundas transformações sociais.

Bauman constatou que com a comunicação e o avanço tecnológico falar de “espaço” e “tempo” tornou-se insignificante, pois as ações passaram a mover-se a partir de um *click*. Por essa razão, encontrar-se num espaço “longínquo” deixou de ter razão de ser.

Com o tempo de comunicação implodindo e encolhendo para a insignificância do instante, o espaço e os delimitadores de espaço deixam de importar, pelo menos para aqueles cujas ações podem se mover na velocidade da mensagem eletrônica. A oposição entre “dentro” e “fora”, “aqui” e “lá”, “perto” e “longe” registrou o grau de domesticação e familiaridade de vários fragmentos (tanto humanos como não humanos) do mundo circundante.¹¹⁹⁴

Por outras palavras, Bauman compreende que em vez de se homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Isto é, ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certas

¹¹⁹¹ Idem, pp. 22-23. Pela primeira vez na História, podemos estabelecer comunicação instantânea com o outro lado do mundo. Outros tipos de comunicação eletrônica, cada vez mais integrados com as transmissões via satélite, têm acelerado a evolução nos anos mais recentes. A comunicação eletrônica instantânea não é apenas um meio de transmitir informações com maior rapidez. A sua existência altera o próprio quadro das nossas vidas, ricos e pobres. Quando a imagem de Nelson Mandela nos pode ser mais familiar do que a do vizinho que mora na porta ao lado da nossa, é porque qualquer coisa mudou na nossa vida corrente.

¹¹⁹² Idem, p. 24.

¹¹⁹³ BELL, Daniel apud GIDDENS, Anthony – Op. Cit., 2006, p. 24.

¹¹⁹⁴ BAUMAN, Zygmunt – **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 16.

denotações frutificadas da comunidade, ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade.¹¹⁹⁵

É comum que a globalização augure uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir à distância. De igual modo, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca oportunidade de se libertar para mudar-se para outro lugar.¹¹⁹⁶

Bauman defende que “as distâncias não significando mais nada”¹¹⁹⁷, as localidades, separadas por distâncias, também perdem seu significado. Isso, no entanto, augura para alguns a liberdade face à criação de significado, mas para outros pressagia a falta de significado que vá além do conceito de globalização.¹¹⁹⁸

Castells considera que a tese da globalização ignora o empenho do Estado-nação e a considerável obrigação do governo na definição da estrutura e da dinâmica da nova economia.¹¹⁹⁹ Para Castells, o novo sistema económico global é bastante dinâmico e, ao mesmo tempo, mantém alta dose de exclusão e fronteiras demasiado instáveis.¹²⁰⁰

Embora se constate que a “interconexão” global abrange o mundo inteiro e, nesse sentido, seja, de facto, global, a maior parte das pessoas do planeta não trabalha para a economia informacional/global nem compra os seus produtos.¹²⁰¹ Entretanto, “todos os processos económicos e sociais relacionam-se com a lógica da estrutura dominante nessa economia”¹²⁰²

A dimensão política da globalização compreende a intensificação e a expansão das interligações políticas no mundo. Embora se observe cada vez mais integração de âmbito económico, há cada vez mais uma pulverização política, pois o conjunto de matérias políticas que dizem respeito ao princípio da soberania do Estado continua preso ao sistema vestefaliano.

Nas presentes circunstâncias, sustenta Bauman, a “cena global” era compreendida como o teatro da política interestatal, que, através de conflitos armados, de acordos ou ambas as coisas,

¹¹⁹⁵ Idem, p. 21.

¹¹⁹⁶ Ibidem.

¹¹⁹⁷ Ibidem.

¹¹⁹⁸ Ibidem.

¹¹⁹⁹ CASTELLS, Manuel – **A era da Informação: Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede.** Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999b, p. 115.

¹²⁰⁰ Idem, p. 120.

¹²⁰¹ Ibidem.

¹²⁰² Ibidem.

destinava-se antes e acima de tudo a traçar e conservar (garantindo internacionalmente) as fronteiras que separavam e encerravam o território de soberania legislativa e executiva de qualquer Estado.¹²⁰³

A “política global”, na medida em que a política externa dos Estados soberanos tinha algum horizonte global, concernia sobretudo à sustentação do princípio de plena e incontestada soberania de cada Estado sobre o seu território, com a eliminação dos poucos “espaços vazios” que restassem no mapa do planeta, e o afastamento do perigo da ambivalência decorrente da ocasional superposição de soberanias ou de importantes reivindicações territoriais.¹²⁰⁴

Esperava-se que todos os Estados acorressem em defesa dos direitos de polícia uns dos outros, por contrário, o “cenário global” é visto cada vez mais como o “teatro da coexistência e da competição entre grupos de Estados e não entre os próprios Estados”¹²⁰⁵. Steger fala em desaparecimento do próprio Estado-nação em função da “hiperglobalização”.

Com efeito, com a ascensão de um “mundo sem fronteiras” os “hiperglobalizadores” convenceram a opinião pública de que, na verdade, a globalização envolve forçosamente o declínio do território delimitado como um conceito significativo para o entendimento da mudança política e social.¹²⁰⁶ De igual modo, as forças da modernização e da globalização inflamaram a rebelião islâmica e, da mesma forma, a armaram para a luta.¹²⁰⁷

4.10 - Globalização e o colapso do Estado-nação em Ulrich Beck

Como anteriormente se observou, a querela em torno dos conceitos de “globalização” e “globalidade” abarcam várias perspectivas, contudo a posição de Beck é desenvolvida a partir de uma compreensão crítica de cuja análise irá consistir na distinção sobre esses dois conceitos. A diferenciação entre os dois conceitos cinge-se no objetivo de fortalecer a ideia de que o Estado-nação proveniente da *primeira modernidade* tornou-se infundado. Assim, não se pode olhar para globalização a partir de uma visão cética, pois essas impossibilitam a obtenção de saídas transnacionais.

¹²⁰³ BAUMAN, Z. – Op. Cit., 1999, p.62.

¹²⁰⁴ Ibidem.

¹²⁰⁵ Ibidem.

¹²⁰⁶ STEGER, Manfred B. – Op. Cit., 2006, p. 66.

¹²⁰⁷ KAGAN, Robert – **O regresso da história e o fim dos sonhos**. Portugal: Casa das Letras, 2009, p. 123.

A globalização está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande parte dos indivíduos em toda parte do globo. Não obstante as vivências e opiniões de uns e outros, a maioria anui que esse problema está presente na forma pela qual se configura o novo mapa do mundo, na realidade e no imaginário.

O conceito de “globalização”, que atualmente impõe preocupação em qualquer declaração pública, não assinala agora para o fim da política, mas sim para a exclusão da política do quadro categorial do Estado-nação.¹²⁰⁸ No entanto, os argumentos do “Estado de bem-estar social e do sistema de aposentadoria, da assistência social e da política comunitária, da política de infraestruturas”¹²⁰⁹, tal como as despesas públicas e a “justa cobrança” dos impostos “tudo se derrete sob o novo sol desértico da globalização na (suposição da) configurabilidade política”¹²¹⁰.

Pode-se então afirmar: a questão da globalização na passagem para o século XXI representa, para as empresas que fazem negócios transnacionais, o mesmo que a questão das classes sociais representava para o movimento dos trabalhadores no século XIX, mas com uma diferença essencial: enquanto o movimento dos trabalhadores atuava como poder *de oposição*, as empresas globais atuam até este momento *sem oposição* (transnacional).¹²¹¹

Neste contexto, poder-se-ia entender a “globalização” num sentido de “politização”. Isto é, com o aparecimento da globalização foi consentido aos empresários e suas associações a readquirir e deter o onusto domínio do poder de negociação que outrora havia sido, do ponto de vista político, dominado pelo “Estado do bem-estar social capitalista organizado em bases democráticas”¹²¹². A “globalização” tornou viável o que, de alguma forma, já se encontrava subjetivamente presente no capitalismo, ou seja, com e através da globalização, o que se encontrava oculto no seu estágio de submissão ao Estado democrático do bem-estar, reavivou o domínio latente do capitalismo.

Beck observa que a economia de atuação global põe fim os fundamentos do Estado e da economia nacional.¹²¹³ Assim, a “subpolitização” entra numa trajetória de dimensões imprevistas e consequências inesperadas. Trata-se de um novo *round* para demolir o pretérito

¹²⁰⁸ BECK, Ulrich – **O que é a globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 13.

¹²⁰⁹ Ibidem.

¹²¹⁰ Idem, p. 14.

¹²¹¹ Ibidem.

¹²¹² Ibidem.

¹²¹³ Idem, p. 15.

adversário “trabalho”, mas ao mesmo tempo trata-se principalmente da demissão do “capitalismo ideal e completo”¹²¹⁴.

Com o surgimento da “globalização” como indicativo de instabilidade político-social, não atravessou unicamente as correntes sindicais, mas também as do Estado-nação.¹²¹⁵ O Estado desarmou-se do seu aparelho e das suas tarefas abrindo espaços “à concretização da utopia anarco-mercadológica do Estado mínimo”¹²¹⁶.

O próprio mercado necessita da multiplicidade e das oposições locais para progredir, através da inovação, do próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia, das estratégias de concorrência bem como do marketing. Nota-se o definhamento do Estado na medida em que este não se reconhece que sob a bandeira da “globalização” se encontra de “mãos atadas”, e, neste contexto, não é somente o Estado, mas também os sindicatos e a política.

Políticos de vários partidos, surpresos e fascinados diante do poder da globalização rebelam-se procurando “soluções”, mas permanecendo de “olhos vendados” diante da extração que o fenómeno da “globalização” engendrou para o desmoronamento do Estado e da própria política. As querelas dentro das sociedades “mais distantes” têm os mesmos efeitos e contágios em todas as outras sociedades, é precisamente uma globalização do risco de dimensão política e social.

As empresas transnacionais detêm o poder que outrora pertencia aos Estados. O Estado social foi vítima de ataques aos centros vitais da sociedade moderna no qual estava fundado.¹²¹⁷ Não obstante, este processo teve o seu caminho aberto *sem* insurreições, *sem* mudanças legislativas ou mesmo constitucionais e meramente com o curso normal.¹²¹⁸

Conforme observa Ianni, a *globalização* acompanhada pela publicidade, a média impressa e eletrónica, a indústria cultural, projeta a simbiose em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação, dissolve fronteiras, aceleram os mercados, generaliza o consumismo. Desse modo,

¹²¹⁴ Ibidem. Como Marx chamava o Estado; ou seja, trata-se da libertação das amarras do trabalho e do Estado, tais como estes surgiram nos séculos XIX e XX. “Tudo que é estamental, tudo que foi herdado pela tradição, tudo que está petrificado e incrustado se dissolve no ar”, festeja Marx no *Manifesto Comunista*, numa referência ao potencial revolucionário do capital. O “estamental” é agora a organização sindical e sócio-estatal do trabalho e o petrificado e incrustado, as pretensões da burocracia e a opressiva cobrança de impostos do Estado (nacional). Assim a efetividade e a elegância se encontram fundamentadas nas dimensões absolutamente inéditas de uma “política realista e opressora” da globalização.

¹²¹⁵ Idem, p. 16.

¹²¹⁶ Ibidem.

¹²¹⁷ Idem, p. 17.

¹²¹⁸ Ibidem.

provoca a desterritorialização e a *reterritorialização* das coisas, indivíduos e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos.¹²¹⁹

Em primeiro lugar, as empresas transnacionais podem, igualmente, exportar os postos de trabalho e têm as menores despesas e os mais baixos impostos possíveis para a utilização de mão-de-obra.¹²²⁰ Numa segunda dimensão, elas estão aptas (em face do enorme alcance dos meios técnicos de informação) “para distribuir produtos e serviços nos mais diversos lugares, bem como para reparti-los nos mais diversos pontos do mundo”¹²²¹.

Por outro lado, as suas posições das empresas transnacionais permitem-lhes criar “confrontos” entre Estados-nação ou locais de produção e assim realizar “pactos globais”, obtendo para si os menores “impostos e as melhores condições de infraestrutura; podem ainda “punir” os Estados-nação sempre que estes se tornarem “caros” ou «pouco propícios para investimentos»¹²²².

A quarta e última dimensão, as empresas transnacionais “podem escolher de modo autónomo seus locais de investimento, produção, recolhimento de impostos e de sede na selva da produção global e confrontá-las uma a uma”¹²²³. Deste modo, os representantes podem viver e morar nos lugares mais belos e pagar impostos de menor custo.

Observa-se que as perspetivas apresentadas demonstram que não se encontram delimitadas por decisões ou requerimentos parlamentares, mudanças da legislação vigente, não necessitam sequer de um debate público para o efeito. No entanto, com esta dinâmica, as dimensões política e social deram espaços ao nascimento da “subpolítica”.

A “subpolítica” vem justificar-se não como uma (teoria da) conspiração, mas agindo como uma oportunidade adicional que fez com que prosperassem as empresas atuantes na moldura da sociedade mundial.¹²²⁴

O equilíbrio e o pacto de poder da primeira sociedade industrial moderna foram rescindidos e – sem a participação do Governo e do Parlamento, da esfera pública e dos tribunais – foi novamente redigida nos termos da *autogestão* da atividade económica. A passagem para a política, ainda não negociada – mas, que, apesar de

¹²¹⁹ IANNI, Octavio – **As teorias da globalização**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p. 19.

¹²²⁰ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 17.

¹²²¹ Ibidem. Como consequência as etiquetas das firmas e as das nações acabam sempre por ser enganosas.

¹²²² Ibidem.

¹²²³ Ibidem.

¹²²⁴ Idem, pp. 17-18.

tudo, subscreve a nova política da globalização –, segue os passos da normalidade e da legitimação daquilo que, bem ou mal, acaba por acontecer: modernização.¹²²⁵

O Estado-nação tradicionalmente compreende a um estado territorial, ou seja, seu poder está assente na associação com um determinado espaço (no controlo sobre associações, definições de leis vigentes, salvaguarda das fronteiras etc.).

Por conseguinte, a sociedade mundial, que interiorizou uma nova configuração no curso da globalização, e isto não somente no âmbito económico, relativiza e interfere na atuação do Estado-nação, pois uma diversidade de lugares interligados entre si “cruza suas fronteiras territoriais, consolidando novos círculos sociais, redes de comunicação, relações de mercado e formas de convivência”¹²²⁶.

Na coluna da autoridade do Estado-nação, como sustenta Beck, verifica-se, por exemplo nos impostos, a não interferência do Estado-nação. No entanto, “não estamos lidando, no caso do recolhimento de impostos, com um princípio qualquer, mas com o princípio da autoridade do Estado-nação”¹²²⁷.

O valor deste imposto está relacionado a atividade económica dentro de um determinado território - uma premissa que se torna cada vez mais fictícia diante das perspectivas do comércio mundial. Empresas podem produzir em um país, pagar impostos em outro e exigir investimentos públicos sob a forma de aprimoramento da infraestrutura em um terceiro.¹²²⁸

Ao ultrapassar as fronteiras com o intuito de conquistar novos mercados e, portanto, dizimar a concorrência, as maiores empresas vivem um tom festivo. Na verdade, consta que o lucro das empresas cresceu mas não proporcional ao seu volume de negócio.¹²²⁹ Conforme argumenta Beck, “os lucros sobem, os empregos somem”¹²³⁰.

A crescente intensidade do conflito entre contribuintes “reais” e “virtuais” está cada vez mais presente no campo económico. As empresas transnacionais esquivam-se dos impostos do Estado-nação e as pequenas e médias empresas, geralmente as responsáveis pela maior parte da

¹²²⁵ Idem, p. 18.

¹²²⁶ Ibidem.

¹²²⁷ Ibidem.

¹²²⁸ Idem, pp. 18-19. As pessoas se tornaram mais móveis, e também mais engenhosas: se são ricas podem encontrar e explorar brechas nas redes de captação do Estado ou se, dispuserem da competência requerida, empregar sua capacidade de trabalho onde lhes for mais vantajoso; ou, por fim, se forem pobres, podem emigrar para o lugar onde acreditam jorrar o leite e o mel.

¹²²⁹ Idem, p. 19.

¹²³⁰ Ibidem.

oferta de posto de trabalho, são as que não escapam dos impostos do Estado-nação.¹²³¹ É justamente sobre os “perdedores” da globalização que muitas vezes recai o dever de pagar “tudo”, o Estado social e o funcionamento democrático, ao passo que, os “vencedores” caminham em busca de receitas astronómicas e se livram de suas responsabilidades para com a democracia futura.¹²³²

As empresas transnacionais desnudam-se do quadro político dos Estados-nação e revogam *de facto* sua lealdade aos atores do Estado-nação. E, como consequência, entra também em decréscimo o grau de integração social interna em tais países, de tal forma que, quanto mais este Estado estiver ancorado na economia, maior será este declínio.¹²³³

Estas empresas, pela sua posição na arquitetura dos Estados-nação, obtêm quatro tipos de subvenção: em primeiro lugar, com a otimização da infraestrutura; em segundo lugar, com a subvenção de seus produtos; em terceiro lugar, com a redução de impostos e, por último, com a “externalização” do custo do desemprego.¹²³⁴

O círculo no qual o Estado social se envolve não é somente uma consequência do vertiginoso crescimento das despesas provocadas pela queda dos recursos, também se deve ao facto de que a sua carência em meios para a satisfação das necessidades sociais perante o crescimento do abismo entre ricos e pobres.¹²³⁵

Uma vez que o quadro do Estado social nacional perde seu poder de coesão, os vencedores e os perdedores da globalização deixam, por assim dizer, de sentar-se a mesma mesa. Os novos ricos não “precisam” mais dos novos pobres. Estabelecer entre eles um acordo é difícil precisamente por este motivo, pois falta um quadro de interesses comuns que poderia dar forma e regulamentar este conflito que sobrepuja fronteiras.¹²³⁶

Torna-se questionável o paradigma de modernização do Estado-nação, projetado e pensado sob a unidade da identidade cultural (de um “povo”), “do território e do Estado, sem que se tenha à vista ou se reclame por uma nova unidade do planeta, da humanidade e do Estado mundial”¹²³⁷.

¹²³¹ Idem, p. 21.

¹²³² Idem, pp. 21-22.

¹²³³ Idem, p. 22.

¹²³⁴ Idem, p. 23.

¹²³⁵ Ibidem.

¹²³⁶ Ibidem.

¹²³⁷ Ibidem.

Na atualidade, vivemos num mundo onde tudo é vigorosamente acelerado e dificilmente controlável. Neste transitório período de tempo a atenção pública mundial concentrou-se na questão de como controlar o mercado financeiro global e seus riscos globais. Contudo, o fundamentalismo mercantil, naturalmente, assumiu que os mercados financeiros se tornassem sistemas capazes de autorregulamentação e que tendessem constantemente ao equilíbrio.¹²³⁸

George Soros constata que em virtude do caráter reflexivo dos meios de informação, os mercados financeiros tendem à instabilidade. Ou seja, podem ficar caóticos, podem igualmente ser influenciados por efeitos de “*bandwaggon*”, por práticas de massa irracionais e por fenômenos de pânico.¹²³⁹ Por estes pressupostos os mercados financeiros globais pertencem à categoria da sociedade mundial do risco cuja principal consequência é que a era da ideologia do mercado livre já não passa de uma vaga reminiscência. Todavia, verifica-se exatamente o contrário, isto é, a politização do mercado global.

Na Ásia está acontecendo algo que se poderia chamar de uma Chernobyl económica: o caráter “socialmente explosivo” do risco financeiro global está se transformando numa realidade. E isto dá vida a uma dinâmica de transformação cultural e política que enfraquece as burocracias, contesta a hegemonia da economia clássica, desafia o neoliberalismo e redesenha as fronteiras e as arenas da política contemporânea. Aparecem novas opções políticas: o protecionismo nacional e regional, o recurso a mecanismos de regulamentações e a instituições supranacionais e, enfim, a questão da democratização destas políticas.¹²⁴⁰

Neste contexto, tudo isto abre novas perspectivas e faz emergir forças políticas transnacionais. É, portanto, uma possibilidade ainda que neste momento não se constate indícios profundos neste sentido. Contudo, os processos de globalização tendem a hierarquizar ulteriormente as relações internacionais inserindo no vértice do poder e da riqueza um diretório de potências industriais, sobretudo os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão.

A globalização é gradativamente um fenómeno descentralizado, não controlado e não controlável por um único país ou por um conjunto de países. Na realidade, os resultados da globalização atingem ou podem atingir os Estados Unidos como a França, a Itália, a Alemanha ou os países asiáticos. Isto é verdade pelo menos para os riscos financeiros, para os meios de

¹²³⁸ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – A sociedade do risco. Um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. **Prim@ Facie**. [Em linha]. Ano 1, Nº 1 (2002), p. 6. [Consult. 07 Agosto 2013]. Disponível: <URL: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4245>>.

¹²³⁹ SOROS, George apud BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – Op. Cit., 2002, p.6

¹²⁴⁰ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – Op. Cit., 2002, pp. 6-7.

comunicação e para os desequilíbrios ecológicos (o aquecimento da atmosfera, por exemplo).¹²⁴¹

Beck afirma que os Estados Unidos se transformaram em “polícias” do mundo através do uso instrumental até mesmo do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não obstante, a *segunda modernidade* não significa que cada coisa deva ir pelo seu próprio caminho. Para Beck, há novas ameaças que ninguém está preparado para enfrentar, ou seja, é fundamental observar o “mau cidadão”, quer dizer, “o cidadão que usa sua liberdade para contrastar as incertezas sociais que encontra diante de si e nas quais está imerso. Muito mais difícil é tentar reconstruir e desenvolver as novas opções, os novos horizontes sociais e políticos que estão surgindo”¹²⁴².

Na verdade, existem, atualmente, culturas e civilizações capazes de resistir à imponente deriva que difunde no mundo a ciência, a tecnologia, a burocracia, o industrialismo e o individualismo ocidentais, porém há dois modos de conceber e de conceituar a globalização, isto é, dois meios que devem ser mantidos nitidamente dissemelhantes. Um corresponde à ideia de uma globalização “simples” e linear e o outro ao conceito de “globalização reflexiva”.¹²⁴³

Em primeiro lugar, a versão “simples” leva à teoria de que poderíamos definir de “recipiente social”, quer dizer, o recipiente é a sociedade estatal e nacional, fundamentada numa identidade coletiva mais ou menos homogênea. A globalização deste ponto de vista é algo que nos agrega, que vem de fora e, por isso, nos ameaça e até nos agride na nossa identidade comum.¹²⁴⁴

Em seguida, na perspectiva da concepção “reflexiva da globalização” a própria definição de sociedade alterou-se radicalmente. Viver juntos não significa mais residir juntos em lugares geograficamente contíguos.¹²⁴⁵ Designa também viver juntos atravessando fronteiras estatais e também continentais. Isto vale não apenas para os “atores globais” e para os “gestores” do capitalismo global, mas também, por exemplo, “para o taxista indiano que trabalha em Londres

¹²⁴¹ Idem, p. 7-8. O Estado-nação está submetido a desafios de maneira igual na América do Sul, na Ásia, na Europa ou na América setentrional. Há até fenômenos de “colonização inversa”. Ou seja, acontece que países não-ocidentais modelem formas de desenvolvimento no ocidente. Por exemplo, a “latinização” de algumas grandes cidades estadunidenses, a emergência na Índia e na Malásia de um sector de alta tecnologia sem raízes territoriais e orientado para o mercado global, ou então a aquisição feita por Portugal de uma grande quantidade de produtos musicais e televisivos do Brasil. Mas, naturalmente, há vencedores e perdedores no jogo da globalização. Uma minoria torna-se cada vez mais rica e uma maioria crescente torna-se cada vez mais pobre.

¹²⁴² Idem, p. 8.

¹²⁴³ Idem, p. 10.

¹²⁴⁴ Ibidem.

¹²⁴⁵ Ibidem.

ou para os mexicanos que vivem em Nova Iorque ou no México e que decidam em cima das fronteiras os negócios comuns a serem realizados em cidades mexicanas”¹²⁴⁶.

Nota-se que a delimitação territorial não mais é, como no tempo do Estado-nação, um imperativo para a vida social e para a realização de uma comunidade. É vital acrescentar que as relações e os laços sociais e políticos de natureza não-territorial que se estendem na sociedade cosmopolita não foram ainda encontrados, afirmados e encorajados.¹²⁴⁷

Na verdade, o desenvolvimento da modernidade não é linear e pode quebrar-se a qualquer momento por razões endógenas. Por outras palavras, diríamos que a “cela de aço” da modernidade, conforme sustentou Weber, está se abrindo, solicitada por uma pluralidade de modernizações divergentes.¹²⁴⁸

A globalização é uma realidade irreversível, em nível económico, ecológico, técnico-comunicativo, civil, de organização do trabalho etc., que nenhum protecionismo, novo ou velho, pode parar ou condicionar, nem o protecionismo “negro” dos nacionalistas, já obsoleto, nem o protecionismo “verde” dos ecologistas radicais que hoje redescobrem o Estado-nação como um “biótipo” em extinção e se apressam para protegê-lo, nem, finalmente, o protecionismo “vermelho” que relança anacronicamente em nível mundial a palavra de ordem da luta de classe.¹²⁴⁹

Consta que, há um “reflexo protecionista” presente em todos os países e que é sustentado pela maior parte dos partidos políticos. Recusar tomar conhecimento do que está acontecendo além do “beiral” da porta de casa e não assumir expor-se aos riscos do novo não será uma maneira eficaz de preparar-se para o futuro.¹²⁵⁰

O Estado-nação está se transformando, contudo não se pode dizer que esteja em vias de extinção. Para Beck pode, através desta transmutação, se reforçar tornando-se um Estado cooperativo, um Estado transnacional ou cosmopolita. Todavia, não será mais um Estado-nação no sentido pretérito.¹²⁵¹ Para fazer com que se cumpra o seu “interesse nacional” o Estado da

¹²⁴⁶ Ibidem.

¹²⁴⁷ Idem, pp. 10-11.

¹²⁴⁸ Ibidem.

¹²⁴⁹ Idem, p. 11.

¹²⁵⁰ Ibidem.

¹²⁵¹ Idem, p. 12.

segunda modernidade deve ativar-se simultaneamente em vários níveis locais e transnacionais e entre Instituições muito distantes das suas fronteiras.¹²⁵²

Se eventualmente um Estado vier usar a Europa, por exemplo, como um pretexto para não tomar decisões locais ou para concretizar, em nível europeu, decisões para as quais o governo nacional não disporia do apoio da maioria interna, estaríamos precisamente diante de uma dimensão transnacional do Estado-nação.

Os atores globais, designadamente as empresas multinacionais, dispõem de um grande poder no âmbito dos negócios de um Estado-nação, pelo facto de poderem aumentar ou reduzir a oferta de emprego. Contudo, um novo protecionismo regional poderia, apesar de tudo, revelar-se eficaz.¹²⁵³ Ora, “imaginemos um mundo em que os custos de informação e de transporte além das fronteiras nacionais aumentem de modo significativo. As economias regionais e os mercados regionais, os da União Europeia, por exemplo, tirariam, certamente, proveito”¹²⁵⁴.

O realce globalista deprecia o facto de que o Estado-nação aparenta estar destinado não apenas a conservar por longos anos suas funções tradicionais, mas também a assumir funções novas que não poderão ser absorvidas por estruturas de agregação regional ou global. Isto é, apenas um Estado-nação democrático parece ter condições de assegurar uma saudável relação entre extensões geopolíticas e lealdade dos cidadãos e, só por isso, produz uma função não facilmente substituível, também em referência aos excessos das reivindicações étnicas.¹²⁵⁵

Por outro lado, pelo facto das pessoas serem muito menos móveis que o dinheiro, as mercadorias, e as ideias, isto é, nos conteúdos da comunicação eletrónica, faz com que estas sejam muito mais “nacionalizadas” e, de qualquer forma, associadas ao enraizamento nacional e territorial dessas pessoas, mesmo no futuro, para dar legitimidade às Instituições supranacionais é primordial romper com o “nacionalismo metodológico”.¹²⁵⁶

Seria ilógico pensar em recuar os ponteiros do “relógio da História” e voltar aos tempos da democracia nacional. Como anteriormente referimos, no contexto europeu, por exemplo, não se pode acreditar numa democracia efetiva na Europa se não houver uma democracia reforçada no plano transnacional.¹²⁵⁷ A democracia foi inventada mais de mil anos atrás num contexto

¹²⁵² Ibidem.

¹²⁵³ Ibidem.

¹²⁵⁴ Ibidem.

¹²⁵⁵ Ibidem.

¹²⁵⁶ Idem, pp. 12-13.

¹²⁵⁷ Idem, p. 13

local. Ulteriormente, ao longo da *primeira modernidade*, assumiu uma dimensão nacional. Atualmente e, quiçá, no futuro próximo a democracia deve ser reinventada a nível transnacional. É este o sentido do projeto democrático para a Europa.¹²⁵⁸

A globalização, neste sentido, não pode de modo algum ser freada, pois é irreversível. Os antropólogos reforçam a substância desta história, ou seja, “as culturas locais do globo, hoje, não podem ser estudadas e entendidas sem levar em conta os “fluxos globais”, como sustentou, entre outros, Appadurai. Mas, claro, isto não exclui que as desigualdades sociais estejam aumentando”¹²⁵⁹. Todavia, o mundo em que hoje vivemos, em que a modernidade anda decididamente à solta, por vezes acanhada e sentida de forma desigual, provoca seguramente um corte com todo o tipo de passados.¹²⁶⁰

4.11 - Globalismo, globalidade e globalização em Ulrich Beck

Como até aqui se observou, o projeto da modernidade, ao que parece, fracassou. Os filósofos da pós-modernidade examinaram, com um humor altissonante, as pretensões da razão e da racionalidade científica como se já estivessem obsoletas. O que se concebeu ser o Universalismo dos Direitos do Homem e do Iluminismo, sustentaram os pós-modernistas, nada significava, a não ser a voz dos “homens mortos, velhos e brancos” que simplesmente extinguiram o direito das minorias étnicas, religiosas e sexuais ao consolidarem um valor absoluto para suas “metanarrativas” extremamente parciais.¹²⁶¹

Na medida em que se ressentem a proporcionalidade secular da individualização, o tecido social tornou-se cada vez mais poroso, e, como consequência, a sociedade perdeu a sua consciência

¹²⁵⁸ Ibidem. Todavia, o problema se põe, sobretudo, fora da Europa, onde a dimensão transnacional é bem mais problemática. Vivemos numa sociedade mundial em que qualquer representação de “espaços fechados” só pode ser fictícia. Na verdade, o próprio Estado é pensado apenas como um “Estado transnacional”, cuja “sociedade civil” é atravessada por uma enorme quantidade de agências e instituições transnacionais como as grandes empresas económicas, os mercados financeiros, as tecnologias da informação e da comunicação, a indústria cultural e assim por diante. Por outras palavras, por um lado, diríamos que a especificação da globalização está na extensão, na densidade e na estabilidade da rede de interdependência entre global e local (a chamada “glocalização”) da qual a humanidade inteira está tomando consciência através da comunicação de massa. Por outro lado, a globalidade já é o horizonte cognitivo ao qual ninguém pode subtrair-se. Mas, há continentes inteiros, por exemplo, em África, e amplas faixas de novos pobres e de novos analfabetos até mesmo dentro dos países mais ricos que são excluídos do horizonte cognitivo da globalidade (e do uso dos meios eletrónicos que difundem a consciência reflexiva).

¹²⁵⁹ APPADURAI, Arjun apud BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – Op. Cit., 2002, p. 14.

¹²⁶⁰ APPADURAI, Arjun - **Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004, p.13.

¹²⁶¹ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 25.

coletiva resultante da sua autoconsciência coletiva. Dito de outro modo, a indagação por respostas políticas para as grandes questões do futuro não possuem mais local ou sujeito.¹²⁶²

A globalização na sua dimensão económica é tão-somente a propulsora, numa perspectiva sombria, “daquilo que a *pós-modernidade* pôs em curso, em termos intelectuais, e a *individualização*, em termos políticos: a dissolução da modernidade”¹²⁶³. Neste sentido, o diagnóstico sumariza-se: “o capitalismo gera desemprego e não dependerá do trabalho”¹²⁶⁴.

Por conseguinte, assim cai por terra o histórico casamento entre economia de mercado, Estado do bem-estar social e democracia que legitimou e integrou, até a contemporaneidade, ou seja, o modelo ocidental e o projeto do Estado-nação para a modernidade.

Neste sentido, Beck sustenta que os neoliberais se transformam nos desarticuladores do Ocidente, ainda que apareçam como reformadores. Por outras palavras, eles promovem o desenvolvimento, no que concerne ao Estado do bem-estar social, a democracia e a esfera pública, de uma modernização que os encaminha à morte.¹²⁶⁵

Esta diferenciação pauta-se ao objetivo de dissolver a ortodoxia territorial da política e da sociedade procriada com a conceção do Estado-nação, que em Beck é atinente a *primeira modernidade*, que ficou assegurado em termos categoriais e institucionais absolutos.¹²⁶⁶

Como se referiu nos parágrafos anteriores, a nossa investigação pretende realçar e afastar esta visão “*megafantasma*” que circunda na sociedade moderna, a fim de firmar uma distinção entre *globalismo*, de um lado, e *globalidade* ou *globalização*, de outro, na perspectiva do autor em análise.

Beck esclarece que *globalismo* é precisamente a conceção cujo mercado mundial permuta a consciência política, ou seja, o mercado mundial abarca um domínio ideológico ou ideologia neoliberal. Para ele, o *globalismo* compreende a “conceção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo”¹²⁶⁷.

¹²⁶² Ibidem.

¹²⁶³ Ibidem.

¹²⁶⁴ Ibidem.

¹²⁶⁵ Idem, pp. 25-26. Os conceitos são vazios, já não elevam, iluminam ou inflamam mais. O tom cinzento que toma conta do mundo... Talvez encontre sua razão de ser num emboloramento das palavras. Aquilo que aparenta ser a decadência poderia ser transformado no anúncio de uma *segunda modernidade* de caso pudesse vencer as ortodoxias que levaram a *primeira modernidade* ao fracasso.

¹²⁶⁶ Idem, p. 27.

¹²⁶⁷ Ibidem.

O procedimento é monocausal, restrito ao especto económico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão - a económica, que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões – relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial.¹²⁶⁸

Nota-se que, a natureza do *globalismo* fundamenta-se muito mais no facto de que nela se liquida uma distinção fundamental em relação à *primeira modernidade*, ou seja, a diferenciação entre economia e política. Todavia, cabe à política uma obrigação primária que consiste na demarcação e na fixação de condições para os espaços de âmbitos jurídicos, sociais e ecológicos, dos quais a função da economia depende para ser socializada e tornar-se legítima, se perde de vista ou é destituída.¹²⁶⁹

Beck defende que o *globalismo* “é subordinador, a ponto de exigir que uma estrutura tão complexa como o Estado, a sociedade, a cultura, a política externa seja dirigida como uma empresa”¹²⁷⁰. Desse modo, constata-se, um carácter imperialista da economia, no qual as empresas impõem as condições sob as quais ela poderá otimizar seus propósitos lucrativos.¹²⁷¹

O *globalismo* não inclui unicamente uma perspectiva afirmativa, existe de igual modo um *globalismo* de negação que, assegurado de que não haja evasiva ao domínio do mercado mundial, apresenta escapatórias sob diversos pretextos firmando, assim, um proteccionismo.¹²⁷²

Proteccionistas pretos lamentam a decadência dos valores e a perda de significado do nacional, mas contraditoriamente praticam a destruição neoliberal do Estado-nação; *Proteccionistas verdes* identificam o Estado-nação como um biótipo político ameaçado de extinção, protegem o *standard* ambiental contra a opressão do mercado mundial e são, assim como a natureza ameaçada, dignos de proteção; *Proteccionistas vermelhos* tiram o pó das vestimentas da luta de classes para todas as ocasiões; a globalização e para eles uma variante da expressão “tínhamos razão”.¹²⁷³

O exemplo parte da “*americanization*” que pode ser definida como uma poderosa unidirecional, um processo que tende a sobrecarregar processos concorrentes (por exemplo *japonização*), bem como a força das forças locais que possam resistir, modificar e/ou transformarem modelos

¹²⁶⁸ Idem, pp. 27-28.

¹²⁶⁹ Idem, p. 28.

¹²⁷⁰ Ibidem.

¹²⁷¹ Ibidem.

¹²⁷² Ibidem.

¹²⁷³ Ibidem.

americanos em formas híbridas.¹²⁷⁴ Além disso, a noção de “*americanização*” está relacionada a uma nação em particular – os EUA - mas tem um impacto diferenciado em muitas nações específicas.¹²⁷⁵

Com efeito, a “*americanization*” ou “*americanização*” é inclusiva de “*Mcdonaldização*” ou “*McDonaldization*” em algum grau, mas também inclui outras formas de imperialismo cultural, político e económico norte-americano.¹²⁷⁶ Pode-se captar, sob o título de *americanização* do mundo, toda a difusão do modelo industrial americano na era pós-Segunda Guerra Mundial, a difusão mundial do modelo de consumo norte-americano na década de 1990.

Quanto mais se consome a cultura americanizada, mais as reivindicações identitárias e as procuras da diferença cultural ganham relevo: a mundialização combina cosmopolitismo e celebração do vernacular. Quanto mais os indivíduos participam na cultura-mundo, mais comprovam a necessidade de defender as suas identidades cultural e linguística. No tempo da cultura-mundo, ser si mesmo já não é negar, mas reivindicar o seu passado, uma história, a herança coletiva.¹²⁷⁷

Já a *globalidade* designa a própria realidade, ou seja, significa “sociedade mundial”. Assim sendo, é caracterizada pela irreversibilidade nos sentidos multidimensionais aonde se conjugam as dimensões políticas, económicas e culturais.

Beck define que *globalidade* significa que “já vivemos há tempos em uma sociedade mundial, ao menos no sentido de que a ideia de espaços isolados se tornou fictícia. Nenhum país, nenhum grupo pode se isolar dos outros”¹²⁷⁸. Portanto, aqui, se enlaçam as múltiplas formas económicas, culturais e políticas, e o que se observava ser evidente, mesmo dentro do modelo ocidental, carece de uma nova validação.¹²⁷⁹

Sociedade mundial significa o conjunto das relações sociais, que não estão integradas a política do Estado-nação ou que não são determinadas (determináveis) por ela. Aqui

¹²⁷⁴ BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – **Global America? The cultural consequences of globalization**. Liverpool: Liverpool University Press, 2003, p. 35.

¹²⁷⁵ Ibidem.

¹²⁷⁶ Ibidem. A comercialização dos meios de comunicação americanos, incluindo filmes de Hollywood, música popular e Basquete da NBA, no exterior; a comercialização de produtos norte-americanos, incluindo a Coca-Cola, calça *jeans* e sistemas operacionais de computador, no exterior; extensão diplomática e envolvimento militar com a Europa, Ásia e América do Sul, incluindo os esforços para apoiar a democratização; a formação dos militares, as elites políticas e científicas nas universidades americanas; e o desenvolvimento e utilização do mercado de trabalho internacional e dos recursos naturais por empresas americanas.

¹²⁷⁷ LIPOVETSKY, Gilles; JUVIN, Hervé – **O ocidente mundializado. Controvérsia sobre a cultura planetária**. Lisboa: Edições 70, 2011, p.90.

¹²⁷⁸ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 29.

¹²⁷⁹ Ibidem.

a autopercepção (apresentada pela média nacional) desempenha um papel estratégico, de forma que a “sociedade mundial” (em sentido restrito), para optar por um critério operacional (que tem também relevância política), acaba significando sociedade mundial *real e reflexiva*.¹²⁸⁰

Portanto, “«mundial», na expressão “sociedade mundial”, designa então *diferença, diversidade*, e «sociedade» designa *não-integração*, de tal forma que se pode compreender a sociedade mundial como *diversidade sem unidade*”¹²⁸¹. Esta “sociedade mundial” transforma a “globalidade” irreversível pelo facto de ser *capitalista* e de *risco*. Isto é, com a crescente dependência económica os Estados estão precisamente mais incorporados, assim, a “sociedade mundial” assume-se como uma “sociedade do risco”.

A *globalização* desenvolve-se como um fenómeno múltiplo, irreversível, na qual a transnacionalidade é a característica fundamental. No conceito de *globalização* estão, portanto, inseridas atividades da “sociedade mundial”, o que faz com que os Estados-nação fiquem, assim, subordinados.

Neste contexto, *globalização* significa, na presença deste quadro, “os processos, em cujo andamento os Estados-nação veem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas oportunidades de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais”¹²⁸².

Nota-se a essencial distinção entre a *primeira a segunda modernidade*, isto é, a *irreversibilidade* do surgimento da *globalização*.¹²⁸³ Por outras palavras, com a convivência entre as lógicas particulares da *globalização ecológica, cultural, económica, política e social*, já não podem ser reproduzidas nem reduzidas umas às outras e, entretanto, devem ser todas consideradas uma a uma e nas suas relações de interdependência.¹²⁸⁴

A *globalização* afeta, por conseguinte, a vida de todos os indivíduos e, portanto, é um fenómeno irreversível. Não existem dúvidas neste sentido, contudo um ponto central da *globalização* está

¹²⁸⁰ Ibidem.

¹²⁸¹ Idem, pp. 29-30. Isto pressupõe aspetos bastante distintos [...]: formas de produção transnacionais e concorrência no mercado de trabalho, jornais televisivos globais, boicotes transnacionais de compradores, modos transnacionais de vida, crises e guerras ao menos percebidas como “globais”, utilização pacífica e militar de poder atómico, destruição ambiental etc.

¹²⁸² Idem, p. 30.

¹²⁸³ Ibidem.

¹²⁸⁴ Ibidem. A aposta decisiva consiste em acreditar que é precisamente esta consideração que vai abrir o espaço para a política. Por que? Porque só desta maneira será quebrado o encanto despolitizado do globalismo; porque e apenas sob a perspectiva da pluridimensionalidade da globalidade que a ideologia opressora do globalismo perde seu espaço. Mas o que torna a globalidade irreversível?

precisamente na sua expansão dramática do comércio internacional entre vários países nas últimas décadas, que, no fundo, tem efeitos nas esferas políticas, culturais e sociológicas.

Beck apresenta oito pontos que, à partida, são impulsionadores da irreversibilidade da *globalização*¹²⁸⁵:

Ampliação geográfica e crescente interação do comércio internacional, a conexão global dos mercados financeiros e o crescimento do poder das companhias transnacionais; A ininterrupta revolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação; A exigência, universalmente imposta, por direitos humanos - ou seja, o princípio (do discurso) democrático; As correntes icónicas da indústria cultural global; A política mundial pós-internacional e policêntrica em poder e número - fazem par aos governos uma quantidade cada vez maior de atores transnacionais (companhias, organizações não-governamentais, uniões nacionais); A questão da pobreza mundial; A destruição ambiental mundial; Conflitos transculturais localizados.¹²⁸⁶

A *globalização* proporciona mais um motivo para a decomposição da soberania dos Estados-nação, diluindo a interdependência entre lugar e comunidade. Com efeito, é necessário adquirir um novo significado com estas novas condições, para se dar respostas ao significado da vida humana nesta nova situação em que o mundo se encontra.

Globalidade denomina facto de que, daqui para a frente, nada que venha a acontecer em nosso planeta será um fenómeno espacialmente delimitado, mas o inverso: que todas as descobertas, triunfos e catástrofes afetam a todo o planeta, e que devemos redirecionar e reorganizar nossas vidas e nossas ações em torno do eixo “global-local”.¹²⁸⁷

A partir deste conceito de *globalidade*, pode-se caracterizar o conceito de *globalização* como um processo dialético que fornece as conexões e os espaços transnacionais e sociais, que voltam a dar valor às culturas locais e põem em cena terceiras culturas “um pouco disso, um pouco daquilo, assim vão surgindo as novidades no mundo”¹²⁸⁸.

¹²⁸⁵ Ibidem.

¹²⁸⁶ Idem, pp. 30-31.

¹²⁸⁷ Idem, p. 31. Compreendida deste modo, globalidade designa apenas a nova situação da *segunda modernidade*. Este conceito reúne simultaneamente desta forma duas razões elementares que mostram por que são contraditórias e inadequadas as respostas clássicas da *primeira modernidade* às questões da segunda; mostram, em outras palavras, que a política precisa ser reinventada e reformulada para a *segunda modernidade*.

¹²⁸⁸ RUSHDIE, Salman apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, pp. 31-32. Primeiro: sua extensão no espaço; Segundo: estabilidade no tempo e terceiro: densidade (social) das redes de comunicação, das conexões e das imagens icónicas.

Como anteriormente se observou, a pretensão de negar a globalização como fenómeno irreversível, por parte dos céticos, conforme salientou Giddens, impossibilita a busca de saídas transnacionais, pelo simples facto de que os mesmos permanecem enclausurados as possibilidades de resistência existentes dentro dos Estados-nação.

A *sociedade mundial* não pode ser entendida como uma “megassociedade nacional” que agrega e dissolve todas as sociedades nacionais, somente, evidencia um horizonte que se “caracteriza pela multiplicidade e pela não-integração, e cujo caminho terá sido aberto quando ele for protegido e produzido pela comunicação e pela atividade”¹²⁸⁹.

Globalização significa também: negação do Estado mundial. Mais precisamente: sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial. Está se disseminando um capitalismo global desorganizado, pois não há poder hegemónico ou regime internacional económico ou político.¹²⁹⁰

Portanto, *globalização* significa, igualmente, a desnacionalização, a erosão, mas também a possível transformação do Estado-nação em transnacional. Assim, desde que os Estados-nação tomem consciência que, de facto, o processo de globalização tem efeitos deletérios, agirá mais eficazmente para encontrar uma “dialética” para este fenómeno.

Se o atual modelo do Estado-nação, já ultrapassado, tem a ainda a oportunidade de uma sobrevida nas novas estratificações de poder ao lado dos movimentos e dos atores transnacionais, ela só existirá de facto caso o processo de globalização venha a se tornar o critério da política nacional em todos os campos (económico, jurídico, militar etc.).¹²⁹¹

Os fundamentos da *primeira modernidade* precisam ser reexaminados, os direitos humanos que devem valer para todos apesar da diversidade cultural, continuam sendo a grande dubiedade. Estamos presentemente num dilema de quem eventualmente irá garantir os direitos humanos num mundo pós-Estado-nação bem como reafirmar as garantias sociais numa era de agravamento da pobreza mundial e do desemprego.

Beck alerta que a *globalização* põe em questão uma premissa fundamental da *primeira modernidade*, isto é, a construção lógica denominada por Adam D. Smith como “nacionalismo

¹²⁸⁹ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 32. A especificidade do processo de globalização consiste hoje (e certamente no futuro) na extensão, na densidade e na estabilidade recíproca- que ainda está por ser comprovada empiricamente- das redes relacionais regionais globais e sua autodefinição dos meios de comunicação de massa, bem como do espaço social e das correntes icónicas nos domínios cultural, político, económico e militar.

¹²⁹⁰ Idem, p. 33.

¹²⁹¹ Idem, p. 37.

metodológico”, os contornos da sociedade devem se sobrepor progressivamente aos contornos do Estado.¹²⁹²

Não se pode resumir a uma nova variedade de conexões e de relações entre Estados e sociedades, que se manifesta com a globalização em todas as suas dimensões, é mais do que um conjunto das suposições fundamentais sob as quais todas as sociedades modernas se organizaram, viveram e apoiaram sua condição de uniformidades territoriais mutuamente separadas.¹²⁹³

Globalidade significa o desmanche da unidade do Estado e da sociedade nacional, novas relações de poder e de concorrência, novos conflitos e incompatibilidades entre atores e unidades do Estado-nação por um lado e, pelo outro, atores, identidades, espaços sociais e processos sociais transnacionais.¹²⁹⁴

4.12 - A ambivalência identitária

É necessário considerar que a discussão em torno da identidade numa era global, está relacionada com a crescente sensibilidade para o tópico da diferença e sua articulação em termos socioculturais e político-jurídicos sob a forma de uma reivindicação de direitos para grupos subordinados. Com efeito, a descentralização da cultura ocidental assumiu modalidades paradoxais e um carácter “ambivalente”.

Os espaços sociais transnacionais restringem, como anteriormente observámos, a coesão territorial de uma comunidade (no sentido de Estado-nação de sociedade). Assim, é construída uma arquitetura lógica que reúne a ideia de que vivemos e agimos simultaneamente em dois lugares distintos.

O conceito de *americanization*, por exemplo, é baseado num pressuposto nacional que se vincula à “globalização”.¹²⁹⁵ Este efeito tem-se verificado em todas as dimensões desde o amplo sector da produção, política externa, distribuição de audiovisual até aos filmes de Hollywood.

¹²⁹² SMITH, Adam D. apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, pp. 48-49.

¹²⁹³ Ibidem.

¹²⁹⁴ Ibidem.

¹²⁹⁵ BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – **Global America? The cultural consequences of globalization**. Liverpool: Liverpool University Press, 2003, p. 16.

Beck aclara que no universo político e no imaginário das sociedades individuais ordenadas pelo Estado-nação, a migração se fraciona nos “períodos e contextos (cuja investigação requer ainda outras divisões que a remetam para as suas causas) das invasões, dos deslocamentos, das chegadas e da integração (que muitas vezes pode vir a fracassar)”¹²⁹⁶.

Diante deste universo, a linha de pesquisa e de pensamento dos espaços sociais transnacionais acrescenta ainda o surgimento de uma terceira: contextos de convivência e interação para as quais vale o “aqui-e-ali”, o “tanto-um-quanto-o-outro”. Em meio aos mundos separados e ordenados – e também abaixo dele – vão-se formando novas “paisagens sociais” que modificam e conectam os pontos de partida e de chegada.¹²⁹⁷

Neste sentido, a *globalização* mostra que os modelos e estilos de vida, formas políticas e as atividades de âmbito transnacional permanecem inalterados dentro e fora dos Estados, ou seja, mantêm-se unidas aos seus lugares de origem. Assim, cabe aos Estados “regular” o modo e estilo de vida dos “cidadãos transnacionais” preservando as duas identidades.

4.13 - Lógicas, dimensões e consequências da globalização

Em primeiro lugar, observamos uma dimensão específica da *globalização* sob a perspectiva de diferentes autores, contudo merecerá aqui, igualmente, mais alguns parágrafos sobre este conceito que tem vindo a ser analisado. Inicialmente, em linhas específicas, os principais autores: Wallerstein, Rosenau, Gilpin, Held, Robertson, Appadurai e, em linhas mais gerais, Anthony Giddens.

Para Beck, Wallerstein foi um dos primeiros a confrontar, as ciências sociais com o problema da *globalização*, isto é, introduziu o conceito de “sistema mundial”. De acordo com Wallerstein, “o capitalismo é o motor da globalização”¹²⁹⁸. Wallerstein compreende que a sociedade moderna está precisamente mais interligada, mas não por questões de âmbito ideológico, contudo organizacional. Com efeito, as instituições económicas e políticas estão voltadas à dimensão internacional e sentem, entretanto, que os interesses locais são também globais.¹²⁹⁹

¹²⁹⁶ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p.61.

¹²⁹⁷ Idem, p. 61.

¹²⁹⁸ WALLERSTEIN, Immanuel - **The modern world-system**. London: Academic Press, 1974, p. 225.

¹²⁹⁹ Ibidem. One of the persisting themes of the history of the modern world is the seesaw between “nationalism” and “internationalism”. I do not refer to the ideological seesaw, though it of course exists, but to the organizational one. At some points in time the major economic and political institutions are geared to operating

Rosenau, Gilpin e Held, por sua vez, se ocuparam da política internacional. Eles colocam a ortodoxia nacional-estatal em questão, por um lado, ao ressaltarem o significado da globalização tecnológica (as sociedades de conhecimento e informação), e por outro ao acentuarem os fatores e pontos de vista político-militares (política do poder).¹³⁰⁰

A teoria dos espaços sociais transnacionais contém alcance médio. Assim sendo, ocorre um rompimento com a interpretação estatal-nacional de sociedade em função da re colocação da teoria do *container* social por terceiras maneiras de vida, isto é, por formas de vida integradas transnacionalmente e que superam as fronteiras, por espaços muito mais amplos de atuação social.¹³⁰¹

A metáfora do espaço encontra aqui uma aplicação contraditória a característica mais perceptível destes “espaços” e a supressão das distâncias. “Transnacional” quer dizer: surgem formas de vida e de atuação cuja lógica interna pode ser explicada pela riqueza das descobertas que conduziriam os homens a erigir e sustentar mundos de convivência e relação de intercâmbio “sem distâncias”.¹³⁰²

De acordo com Beck, Robertson, Appadurai, Albrow, Featherstone, Lash, Urry e outros “argumentam dentro da tradição da *cultural theory*. Eles refutam de maneira enérgica a ideia corrente de uma *McDonaldização* do mundo”¹³⁰³.

A proposição sobre a “*McDonaldization*” é, como se referiu em parágrafos anteriores, em alguns aspectos, a antítese da perspectiva de cultura global. A teoria da globalização, como vimos, tende a inscrever-se numa visão cada vez mais pluralista do mundo.¹³⁰⁴ Como observámos acima, a perspectiva da globalização prevê, entre outras coisas, uma crescente variedade de opções organizacionais. Contudo “*McDonaldization*” é principalmente um processo de *homogeneização*.¹³⁰⁵

Por conseguinte, a “*McDonaldization*” tende a reduzir a diversidade dos meios de consumo na medida em que são incompatíveis com eficiência, previsibilidade, calculabilidade e a restituição do ser humano com a tecnologia não-humana.¹³⁰⁶ Desse modo, a sociedade tende a ser

in the international arena and feel that local interests are tied in some immediate way to developments elsewhere in the world.

¹³⁰⁰ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, pp. 65-66.

¹³⁰¹ Idem, p. 67.

¹³⁰² Ibidem.

¹³⁰³ Idem, p. 66

¹³⁰⁴ BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – Op. Cit., 2003, p. 35.

¹³⁰⁵ Ibidem.

¹³⁰⁶ Ibidem.

“*McDonaldized*” no sentido de “isomorfismo organizacional” como sustentam Paul DiMaggio e Walter Powell.¹³⁰⁷

A globalização cultural não significa a homogeneização mundial. Globalização quer muito mais dizer “glocalização”, isto é, um processo altamente contraditório, tanto no que envolve o seu conteúdo como suas consequências. Duas das mais problemáticas consequências para a estratificação da sociedade mundial deverão ser brevemente focalizadas: *riqueza global, pobreza local* (Bauman) e *capitalismo sem trabalho*.¹³⁰⁸

Appadurai observa que a comunicação eletrónica dá uma composição nova ao contexto em que o moderno e o global aparecem comumente como faces opostas da mesma moeda. Sempre portadora do sentido da distância entre observador e acontecimento, provoca, no entanto, a transformação do discurso quotidiano.¹³⁰⁹

A *globalização*, fornece mecanismo para toda a espécie de experiências de construção do eu em todas e quaisquer sociedades e para tipo de pessoas.¹³¹⁰ Factualmente, permite a composição de vidas possíveis persuadidas pela sedução das “estrelas de cinema e de fantásticos argumentos de filmes sem que percam seu carácter de plausibilidade, como noticiários, documentários e outras formas de telemediatização informativa e de texto impresso”¹³¹¹.

Como se observou, o fenómeno da *globalização* projeta-nos para outras dinâmicas de integração, como o “cosmopolitismo” por exemplo, que demonstra, de facto, não somente a falência das fronteiras dos Estados-nação, mas também dos conceitos de cidadania e soberania.

¹³⁰⁷ DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W., “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields”. **American Sociological Review**. [Em linha]. 48 (1983), pp. 147-60. [Consult. 30 Out. 2014]. Disponível em: <URL: http://faculty.babson.edu/krollag/org_site/org_theory/Scott_articles/dimag_powel.html>.

¹³⁰⁸ BECK, Ulrich – *Op. Cit.*, 1999, p. 66.

¹³⁰⁹ APPADURAI, Arjun - **Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004, p.14.

¹³¹⁰ Ibidem.

¹³¹¹ Ibidem.

4.14 - Globalização, uma janela para o cosmopolitismo

A sociedade da *segunda modernidade* é caracterizada pelas incertezas que a *primeira modernidade* engendrou de forma “imprevista”. A contínua utilização de métodos decrépitos para solucionar problemas vigentes espelha precisamente a existência dessas incertezas.

Como anteriormente se referiu, o “nacionalismo metodológico” e a sua refutação, representa o real sentido da *globalização* e torna obrigatória uma distinção entre *primeira* e *segunda modernidade*. Na verdade, o conceito de sociedade da *primeira modernidade*, como um “nacionalismo metodológico”, designava que quer a sociedade quer o Estado cobrem um mesmo espaço e são pensados, organizados e vivenciados como sendo um mesmo limite.¹³¹²

Com efeito, isso vem, portanto, determinar a fixação e o controlo político-estatal do espaço a que a sociedade e o Estado estão circunscritos. O Estado territorial transforma-se num *container* da sociedade. Ou seja, as aspirações inerentes ao poder e ao controlo do Estado fundamentam e delimitam a sociedade.¹³¹³

A “sociedade civil” transnacional abre espaços a existência de “negros judeus” ou de “espanhóis alemães”, isto somente vem lembrar do que há de mais trivial em meio ao caos da *sociedade mundial*, e percebida neste horizonte como exceções ou casos, limite, isto é: como ameaças.¹³¹⁴

Esta arquitetura do pensamento, da ação e da vida dentro dos espaços e das identidades na sociedade nacional-estatal se desmantela com a globalização económica, política, ecológica, cultural, biográfica. A globalização significa: surgem alternativas de poder, de ação e de percepção da vida social que desmontam e confundem a ortodoxia da política e da sociedade nacional-estatal.¹³¹⁵

Verifica-se designadamente que as empresas transnacionais conquistam a oportunidade de dispor postos de trabalho e impostos naquilo que se poderia caraterizar “xadrez” da *sociedade mundial*. Assim, evidentemente, as empresas transnacionais maximizam seus lucros e privam

¹³¹² BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p.121.

¹³¹³ Ibidem. É indispensável que este primado do nacional seja concebido e desenhado de forma que abranja os diversos direitos fundamentais, o sistema educacional, a política social, o contexto pluripartidário, os impostos, o idioma, a história, a literatura, as leis de trânsito; as condições de infraestrutura, o controlo de passaportes e fronteiras etc.

¹³¹⁴ Idem, p. 122.

¹³¹⁵ Ibidem.

os Estados voltados para o bem-estar das oportunidades de configuração e de poder o que, de alguma forma, não acontece de forma proposital.¹³¹⁶

Beck, neste sentido, observa que todos esses elementos são novos e decisivos, mas não porque estas empresas transnacionais ascendem em números e dimensão, mas sobretudo por caber a elas, dentro do âmbito da globalização, a missão de jogar os Estados-nação uns contra os outros.¹³¹⁷ No que concerne ao encadeamento entre *primeira* e *segunda modernidades*, já não temos diante de nós uma política que regule ou determine as regras, e sim uma política que altera e transforma as regras, ou seja, como se considerou precedentemente, uma política da política (*metapolítica*)¹³¹⁸

Isto se notabiliza pelo facto de que o novo jogo de poder, que coloca atores nacionais e transnacionais em lados opostos, é disputado com as mesmas regras e uniformes da batalha tão conhecida pela distribuição do poder nas sociedades industriais. Os empregados, os sindicatos e os governos ainda estariam jogando “damas”, enquanto as companhias internacionais jogam “xadrez”.¹³¹⁹

Mediante os mundos simbólicos da indústria cultural global é eliminada igualmente a equivalência entre Estado, sociedade e identidade, como bem sustenta Appadurai “a imaginação de vidas possíveis já não pode mais ser conceituada em termos de nações ou etnias, ou então a partir dos antagonismos entre ricos e pobres, mas sim nos termos desta nova sociedade mundial”¹³²⁰.

Como se pode analisar, a *globalização* da estrutura social da mesma forma pode designar variações agregadas de organizações que ultrapassam as fronteiras, isto é, o plano transnacional, o internacional, o macrorregional, o intranacional, o microrregional, o municipal, o local.¹³²¹ A *globalização* da própria vida vem, no entanto, proporcionar mais uma justificava da fragmentação da sociedade moderna, da soberania e do próprio Estado-nação, diluindo a correlação entre lugar e comunidade, em suma, da sociedade como tal.

¹³¹⁶ Ibidem.

¹³¹⁷ Ibidem.

¹³¹⁸ Idem, p. 123.

¹³¹⁹ Ibidem.

¹³²⁰ APPADURAI, Arjun apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 123.

¹³²¹ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 127. Esta conduta administrativa é ampliada e favorecida por associações, organizações internacionais, organizações não-governamentais e também par *experts* e internautas.

4.14.1 - A globalização da biografia

A *globalização da biografia* representa um outro fenómeno que surge para responder às questões inerentes à falência da sociedade moderna. A transição da *primeira* para a *segunda modernidade* é, pela mesma razão, a transferência da *topomonogamia* à *topopoligamia*. Nota-se que a vida dos indivíduos já não é uma vida fixa a um lugar, uma vida de residência estabelecida. Porém, é cada vez mais uma vida “para viagem” (nos sentidos direto e figurado), “uma vida nómade, uma vida no automóvel, no avião, na estrada, ou no telefone, na Internet; é uma vida transnacional, impregnada e sustentada pelos mass média”¹³²².

As tecnologias representam meios quotidianos de superação do tempo e do espaço. Todavia, elas recusam o afastamento, estabelecem a proximidade entre as distâncias e a distância entre as proximidades, ausência na contiguidade.¹³²³ Assim, enfrenta-se constantemente uma vida plurilocalizada.

Beck sustenta que a *topopoligamia transnacional* consiste em estar associado com lugares que pertencem a mundos dissemelhantes e, por conseguinte, “esta é a porta de entrada da *globalidade* na vida de cada um, e conduz à globalização das biografias”¹³²⁴. A *globalização das biografias* significa, entretanto, que as incompatibilidades do mundo não se encontram somente do lado de fora, mas igualmente no seio da vida de cada indivíduo, nos casamentos e nas famílias, na escola, na música, no amor etc.¹³²⁵

Residir num lugar não significa conviver com ele, e conviver com um lugar não significa ali residir. A figura arquetípica da vida individual não é mais a do *flâneur*¹³²⁶, mas a da convivência com o E-mail e o telefone viva-voz; se está e não se está ali; não se responde, mas há o envio e o recebimento automático – o deslocamento

¹³²² Idem, p. 136

¹³²³ Ibidem.

¹³²⁴ Idem, p. 135.

¹³²⁵ Ibidem.

¹³²⁶ O vocábulo *flâneur* originalmente do francês e tem o significado de “vagabundo”, “vadio”, “preguiçoso”, que, não obstante, vem do verbo francês *flâner*, que significa “para passear”. Contudo, Charles Baudelaire elaborou um significado para *flâneur* de “uma pessoa que caminha pela cidade a fim de experimentá-la”. Devido à duração da utilização e teorização por Baudelaire e inúmeros pensadores em termos económicos, culturais, literários e históricos, a ideia do *flâneur* tem acumulado importante significado como uma referência para compreender fenómenos urbanos e a modernidade. Walter Benjamin caracteriza o *flâneur* como um produto da vida moderna e da Revolução Industrial, sem precedentes, um paralelo com o advento do turismo. Benjamin se tornou o seu próprio exemplo, observou o social e estético durante longas caminhadas por Paris.

espacial e temporal – de informações que, tecnicamente, foram recebidas e armazenadas em outra parte do mundo.¹³²⁷

A *plurilocalização*, a transnacionalidade da biografia e a *globalização da vida individual* mostram mais uma outra razão para fragmentação da soberania do Estado-nação e para a obsolescência político-social, a relação entre o espaço físico e a comunidade, em suma, a sociedade, se desmancha. A alternância e a escolha dos espaços são os estímulos da *globalização*.¹³²⁸

Seja por vontade própria ou por obrigação, ou então por ambos, o homem estende sua vida sobre mundos desagregados. De facto, a *globalização*, em todas as dimensões, desenvolve uma série de restrições que delimitam a liberdade de ação dos governos bem como as tomadas de decisões dos Estados e, de igual modo, colocam limites na política interna.

A “globalização das biografias” não deve incluir toda e qualquer multilocalização, mas apenas aquelas que sobrepujam as fronteiras entre mundos separados, entre nações, religiões, culturas etc., e que precisa abrigar suas contradições numa única vida ou está autorizada para tanto. Pois a crença na *necessidade* desespero e da sobrecarga destas diversas vidas e a lenda com a qual os *topomonogâmicos* procuram se defender das ambições dos *topopolígamos*.¹³²⁹

Para Beck, estes mundos distintos apresentam capacidades presentes em um mesmo lugar (através de informações, do consumo, de contradições sociais, culturais, religiosas), estando sujeitos de fontes acessíveis de informação, da dimensão das relações interculturais, da migração, das legislações para estrangeiros etc. Dito de outro modo, o fenómeno da *transnacionalização* se instaura em todos os lugares e estabelece novas conexões entre culturas, pessoas e locais. Assim, a ideia de que se vive num lugar isolado e apartado de todo o resto vai se tornando claramente fictícia.¹³³⁰

A *multilocalização* pode designar que a apetência pelas discrepâncias, pelos rostos e pelas histórias de um lugar é sempre renovada e que se está associado com ele (para contradizer o

¹³²⁷ Idem, pp. 136-137.

¹³²⁸ Idem, p. 137. Em função das alternativas e dos conflitos da sociedade mundial nem sempre a alternância e a escolha de espaços obedecem a decisões subjetivas. Em certas carreiras profissionais há uma pressão ainda relativamente branda pela alternância entre vários locais. A brutalidade da violência corporal dos confrontos de guerra conduz milhares de homens rumo a outros países e continentes, pelos quais eles necessariamente vão prosseguir suas viagens, ou necessariamente retornarão a suas pátrias depois de meses ou décadas; a pobreza e a esperança de uma vida melhor levam a imigração legal ou ilegal, permanente ou temporária.

¹³²⁹ Idem, p. 138.

¹³³⁰ Idem, p. 139.

extremo oposto). Por tudo isso, os lugares se convertem em sucessivas oportunidades para a descoberta e a apreciação de aspetos de si mesmo.¹³³¹

Para Beck, diante destes dilemas, levantam-se novas questões, “Em qual medida este lugar é o “meu lugar” e o “meu lugar” a minha própria vida? Mas qual o significado da *multilocalização*, da *transnacionalidade* da vida individual, se o próprio conceito de local não é unívoco?”¹³³²

A *multilocalização* não quer forçosamente dizer nem emancipação, nem a não-emancipação, “nem anomia, nem a não-anomia; nem o automatismo da “visão cosmopolita”, nem um novo fundamentalismo; nem banalização, nem alarmismo; nem difamação”¹³³³. Ela traduz-se, portanto, em algo novo, que se tem a curiosidade de ser ou experimentar para decifrar este(a) novo(a) (visão de) mundo.¹³³⁴ É o nascimento da “sociedade sem Estado”.

No que concerne ao “mal-estar” que o aspeto político da globalização pavimentou, conforme enunciámos nos parágrafos anteriores, temos a reter que Estado-nação perdeu, de facto, a sua centralidade tradicional enquanto coesão privilegiada de disposição económica, cultural, social e política.

Do mesmo modo, a despeito da enorme tradição histórico-jurídica do Estado-nação, a colisão da globalização enfraqueceu os poderes do Estado. Assim, as atividades cosmopolitas abarcam todas as dimensões estruturais do Estado-nação de tal modo que é necessário repensar e reconfigurar a sua própria desregulação.

4.15 - Cosmopolitismo, dimensão e perspetiva em Ulrich Beck

O cosmopolitismo não é precisamente um conceito novo. Na filosofia política, por exemplo, este conceito nos remete aos estoicos, a pensadores como Séneca, Marco Aurélio, pelas suas reações sobre a visão clássica grega na liberação das fronteiras da *polis*, ou seja, para os estoicos os seres humanos, como membros de uma comunidade, são “cosmopolitas”, isto é, são “cidadãos do mundo”.

¹³³¹ Idem, p. 140.

¹³³² Idem, pp. 140-141. Se a vida individual se expande por diversos lugares, isto pode significar que estas biografias se desenvolvem num espaço comum, isto é, em aeroportos, em hotéis, restaurantes etc., que se assemelham em todas as partes, parecem não pertencer a lugar algum e que em última análise transformam a questão: onde estou? Num enigma insolúvel.

¹³³³ Idem, p. 141.

¹³³⁴ Ibidem.

Séculos mais tarde, encontra-se novamente o conceito de cosmopolitismo em Kant, pois ele observa que é possível sustentar a necessidade de reconhecer o direito de todos os homens independente das suas nacionalidades.

Neste contexto, o homem como principal sujeito, tem o direito de não receber um tratamento hostil, pelo facto de se encontrar em território estrangeiro. É o direito a *hospitalidade*.¹³³⁵ Refere-se a um *Direito* e não de filantropia, ou seja, *hospitalidade* exprime aqui o direito que tem um estrangeiro de não ser tratado hostilmente pelo facto de estar em um território alheio.¹³³⁶

Por conseguinte, este direito, como sustenta Kant, implica automaticamente na existência de um outro, que é o *direito de visita*, “direito a apresentar-se à sociedade, que têm todos os homens em virtude do direito da propriedade em comum da superfície da terra, sobre a qual o ser humano não pode estender-se até o infinito, por ser uma superfície esférica”¹³³⁷.

A vontade de um direito cosmopolita, não é meramente moral, significa o alçamento de um Estado subordinado a uma ordem constitucional, aonde a proteção dos direitos dos homens e dos cidadãos se vejam consagrados.

O direito de hospitalidade, não obstante, ou seja, a faculdade dos estrangeiros recém-chegados não se estende mais além das condições de possibilidade para *tentar* um comércio com os antigos habitantes. Desta maneira, podem estabelecer relações pacíficas [...], relações que se converterão finalmente em legais e públicas, podendo, assim, aproximar o género humano a uma constituição cosmopolita.¹³³⁸

O *cosmopolitismo* apresenta um contraste no relacionamento com o capitalismo global, com as leis da limitação territorial, da identidade, etc. Com o surgimento de normas cosmopolitas, como a lei da desterritorialização, fragilizou-se cada vez mais o Estado-nação e, de algum modo, se lhe escapa a soberania e a cidadania nacional.

A desagregação dos direitos de cidadania, por um lado, o surgimento de um regime internacional de direitos humanos e a disseminação de “normas cosmopolitanas”, por outro lado, refletem, segundo Seyla Benhabib, o cosmopolitismo que dilui o Estado-nação. Seyla Benhabib sustenta que a cidadania nacional é precisamente um *status* jurídico e social, que corresponde alguma forma de identidade coletivamente compartilhada com o direito a

¹³³⁵ KANT, Immanuel – **Para a paz perpétua**. Vol. V. Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006, p. 79.

¹³³⁶ *Ibidem*.

¹³³⁷ *Ibidem*. Tendo que suportar-se uns juntos aos outros e não tendo ninguém originariamente mais direito que o outro a estar num determinado lugar da terra.

¹³³⁸ *Idem*, p. 80.

privilégios sociais e económicos e à qualidade de membro político através do exercício de direitos democráticos.¹³³⁹

4.15.1 - Cosmopolitismo em Ulrich Beck

A partir deste contexto, analisaremos a perspetiva de Ulrich Beck no que tange ao *cosmopolitismo*. Compreender a “cosmopolitização” que se forjou como um fenómeno inevitável, mas que acarretou os seus próprios riscos. O *cosmopolitismo* do início do século XXI deve ser entendido como a reversão das fronteiras, em um sistema de interdependência global, que não podemos escapar. Não é um processo nem desejado nem provocado. Não só tem consequências positivas ou negativas. É ambivalente.

A *globalização* mantém o discurso do *local* e *global*, com ênfase especial sobre a economia, pelo contrário, o *cosmopolitismo* é um fenómeno que só pode ser elucidado com novos conceitos para além da diferenciação tradicional: nem nós, nem eles, nem dentro, nem fora, nem local ou global.

O “cosmopolitismo” sustentado por Beck não tem a ver com o que a “sociedade mundial” que refere Niklas Luhmann na década de 1970, nem é o “sistema capitalista globalizado” de Immanuel Wallerstein. Por outras palavras, não é um olhar total em relação ao mundo, ou seja, o “cosmopolitismo” pôs um fim às fronteiras do pensamento. Essas outras teorias são, rigorosamente falando, uma radicalização das ideias do nacionalismo clássico levadas a outro nível, mas ainda atravessadas por um modo implícito dos limites anteriores, enquanto o cosmopolitismo quer aboli-los completamente.¹³⁴⁰

Assim, em vez da lógica de “ou isto ou aquilo”, prevalece no “tanto um quanto o outro”, as fronteiras não podem manter-se longe das outras, daí que devemos adotar a política da atitude cosmopolita que aceita e tenta fazer o melhor deste novo estado global das coisas. A *cosmopolitização* não denota exatamente como Kant observou, um ativo e uma tarefa de ordenar o mundo, *cosmopolitização*, na *sociedade de risco* mundial, abre nossas visões para as

¹³³⁹ BENHABIB, Seyla – “O declínio da soberania ou a emergência de normas cosmopolitanas? Respondendo a cidadania em tempos voláteis”. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. [Em linha]. Vol. 12, Nº 1, (2012), p. 21. [Consult. 03 Abril 2013]. Disponível em <URL: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11146/7630>>.

¹³⁴⁰ BECK, Ulrich - Mi cosmopolitismo es realista, autocrítico, incluso escéptico. **Revista de Occidente**. Nº 296, (2006c), p. 3.

responsabilidades incontroláveis, para algo que nos acontece, nos ocorre, mas ao mesmo tempo nos estimula a fazer novos começos que transcendem fronteiras.¹³⁴¹

Como se observou anteriormente nos teóricos clássicos, as ciências sociais que emergiram no século XIX e foram desenvolvidas no século XX, apresentavam carizes cosmopolitas dos clássicos. Nota-se isso em Simmel, Durkheim e Weber. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial quer a sociologia, quer teoria política é construída exclusivamente sobre o *nacionalismo metodológico*, para o qual o Estado, a sociedade, a política, a democracia, etc., deve ser estudado no contexto da nação e do Estado-nação.

Beck afirma que a aceção do *nacionalismo metodológico* é a negação quase integral da realidade. Centrado no *nacionalismo metodológico*, as ciências sociais estão “cegas” para a “cosmopolitização”, portanto, permanecem reflexivamente irrelevante.

Respostas claras são urgentemente necessárias para inúmeras perguntas que pairam sobre o conceito de *cosmopolitismo*, pois está amplamente difundido e é considerado sinónimo de muitas coisas diferentes: globalização, globalidade, localismo, globalismo, multiculturalismo, pluralismo e imperialismo.¹³⁴²

A noção de *cosmopolitização* é propriamente uma tentativa de superar este *nacionalismo metodológico* e produzir conceitos capazes de refletir o recém mundo transnacional.¹³⁴³ Evidentemente que se tornaria mais complexo desenhar uma linha clara entre esses conceitos, sustenta Beck. Todavia, Beck propõe “uma nova teoria crítica” do *nacionalismo metodológico*. Uma nova revisão normativa que cubra o *cosmopolitismo*. Para tal, é necessário, antes tudo, reapropriar as ciências sociais e abrir novas perspectivas para o estudo da realidade.

Na verdade, a partir de uma perspectiva nacional, o *cosmopolitismo* ou o “cosmopolita” é visto de forma pejorativa, ou seja, como uma imagem de inimigo.¹³⁴⁴ Contudo, “cosmopolita” refere-

¹³⁴¹ BECK, Ulrich - Clash of Risk Cultures or Critique of American Universalism. **Contemporary Sociology: A Journal of Reviews**. [Em linha]. (2011), pp. 40-662. [Consult. 13 Abril 2014]. Disponível em <URL: <http://csx.sagepub.com/content/40/6/662>>.

¹³⁴² BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar - Re-thinking a cosmopolitan Europe. **East**. [Em linha]. Nº 17 (2007), p. 30. [Consult. 09 Nov. 2014]. Disponível em <URL: http://www.eastonline.eu/attachments/article/394/east17_Re-thinking%20a%20cosmopolitan%20Europe.pdf>.

¹³⁴³ BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – **Global America? The cultural consequences of globalization**. Liverpool: Liverpool University Press, 2003, p. 16.

¹³⁴⁴ Ibidem.

se ao “jogador global”, o “capitalista imperial” ou alguém de “classe média intelectual sem raízes locais”, e como tal, com um conceito subcarregado.¹³⁴⁵

Desde o final da década de 1990 que este conceito tem tido um forte crescimento na literatura que tenta relacionar o discurso sobre globalização (em termos políticos e culturais) para uma redefinição do *cosmopolitismo* da era global.¹³⁴⁶ Do ponto de vista etimológico, *cosmopolita* é a combinação de “cosmos” e “polis”. Assim, *cosmopolitismo* refere-se a uma ambivalência pré-moderna direcionada a uma identidade dupla e uma lealdade dupla.¹³⁴⁷

Por outras palavras, todo ser humano está enraizado por nascimento em dois mundos, em duas comunidades, isto é, no *cosmos* (ou seja, da natureza) e na *polis* (ou seja, a cidade / Estado). Factualmente, cada indivíduo tem suas raízes em um *cosmos*, mas, simultaneamente, em diferentes cidades, territórios, etnias, hierarquias, nações, religiões, e assim por diante.¹³⁴⁸

Esta perspetiva, na verdade, não é exclusiva, antes, porém, é uma associação plural inclusiva. Sendo parte do *cosmos – natureza* – todos os homens (e todas as mulheres) são iguais, ou seja, mesmo sendo parte de diferentes estados, organizados em unidades territoriais (*polis*), os homens são diferentes (tendo em mente que as mulheres e os escravos estavam excluídos da *polis*).¹³⁴⁹

O “*cosmopolitismo*”, na sua essência, inclui o que foi separado pela lógica da exclusão mais tarde, (mulheres e escravos). Assim, o *cosmopolitismo* gera uma lógica de “oposições não-exclusivas”, tornando “patriotas” de dois mundos que são simultaneamente iguais e diferentes. O que torna o *cosmopolitismo* tão significativo, para a teoria política e social das sociedades na *segunda modernidade*, é o seu zelar e viver em termos de “oposições inclusivas”.¹³⁵⁰ Isto é, a natureza está incorporada com a sociedade, o objeto faz parte da subjetividade, a alteridade do outro está englobada na própria autoidentidade e autodefinição, e a lógica das “oposições exclusivos” é rejeitada.¹³⁵¹

Beck compreende que “natureza” não está mais separada da “sociedade nacional” ou “internacional”, seja como indivíduo ou como objeto, ressaltando a velha afirmação “Nós” não

¹³⁴⁵ Ibidem.

¹³⁴⁶ Ibidem.

¹³⁴⁷ Ibidem.

¹³⁴⁸ Ibidem.

¹³⁴⁹ Ibidem.

¹³⁵⁰ Idem, p. 17.

¹³⁵¹ Ibidem.

nos opomos a “eles”. Este pressuposto foi o modo dominante de teorização política e social e ação política nas primeiras sociedades modernas e no Estado-nação.¹³⁵²

Kant definiu o *cosmopolitismo* como uma forma de combinar o universal e o particular, a nação e a cidadania mundial. Para Beck, quanto ao conceito de “globalidade”, o *cosmopolitismo* está enraizado ao *cosmopolitismo*, ou seja, tem “raízes” e “asas” ao mesmo tempo.¹³⁵³ Esta perspectiva põe de parte a oposição dominante entre cosmopolitas e moradores, já que não há cosmopolitismo sem localismo.¹³⁵⁴

O *cosmopolitismo metodológico* opõe-se ao *nacionalismo metodológico*. *Cosmopolitismo metodológico* implica tornar-se sensível e aberto aos diversos universalismos, os universalismos contextuais conflituantes, por exemplo, da experiência pós-colonial, crítica e imaginação.¹³⁵⁵

O *cosmopolitismo metodológico* significa também inclusão de outras sociologias (“nativos”). Neste contexto Beck propõe as sociologias de e sobre Africanos, experiências asiáticas e sul-americanas de “modernidades emaranhadas”, conforme sustentou Shalini Randeria, na perspectiva europeia.¹³⁵⁶

4.15.2 - Universalismo e cosmopolitismo

É necessário olharmos para a dimensão “universal” para, de facto, se perceber o *cosmopolitismo* no pensamento de Beck. Teríamos de recuar alguns séculos para melhor analisar a sua perspectiva. Com efeito, o que vai distinguir a doutrina do Universalismo e a do Cosmopolitismo é, precisamente, onde se fixa a alteridade do Outro como anteriormente se referiu.

O discurso em volta da modernização e do desenvolvimento tem sido objeto de muitas críticas, especialmente de pensadores do denominado “Terceiro Mundo”. Os escritores pós-colonialistas têm descortinado que a doutrina de valores universais é um “favo de mel” de interpretações que

¹³⁵² Ibidem.

¹³⁵³ Ibidem.

¹³⁵⁴ Ibidem.

¹³⁵⁵ Ibidem.

¹³⁵⁶ RANDERIA, Shalini apud BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – Op. Cit., 2003, p. 17. “Entangled modernities” replaces the dualism of the modern and the traditional, pointing to and again creating the image of a deterritorialized mélange of conflicting contextual modernities in their economic, cultural and political dimensions.

regulam a forma como os europeus devem comportar-se em relação às pessoas definidas, em termos culturais, como o Outro.¹³⁵⁷

Beck sustenta que a descoberta da “humanidade” como uma entidade social empiricamente resgatável e ocorreu historicamente ao mesmo tempo que a descoberta dos, então, designados “selvagens”.¹³⁵⁸ Ou seja, mal o progresso da navegação e do comércio abriram portas a uma sociedade mundial, o que Jean Bodin designou por *res publica mundana*, o género humano começou a ser dividido de acordo com o lema de que “igual” denomina “de igual valor” e “diferente” implica de “menor pena”.¹³⁵⁹

Contudo, encontrava-se subjetivamente a atribuição de um instinto de mútua associação como meio de proteção contra atos de violência. Porém em qualquer caso, são os mesmos males que ameaçam os homens, a destruição de sua liberdade e a apreensão de seus bens.¹³⁶⁰

A partir desta perspetiva, a doutrina europeia das postulações universalmente válidas é, ainda hoje, uma estratégia de poder.¹³⁶¹ Todo o conceito de modernização implica forçosamente um tradicionalismo contra o qual pode ser medido, e cada asserção de que a modernização é um *bem* implica uma afirmação de que o tradicionalismo que se está substituindo é pior.¹³⁶²

Neste contexto, se eventualmente se objetivar de que a ciência moderna e a economia moderna são abordagens livres de valor para o conhecimento universalmente válido, e similarmente se identificar essas abordagens com a sociedade moderna, equivale a elevar a afirmação de que as sociedades tradicionais são inferiores num dogma indiscutível.

Embora o cenário institucional tenha mudado, para Beck, as estratégias discursivas mantêm-se semelhantes às expressas há 500 anos. Recordar-se o que sucedeu em 1550 em Valladolid a questão de saber se, de facto, os índios eram diferentes e, conseqüentemente, de menor valor do que os europeus.

The Finnish political scientist Teivo Tievainen (1999) discusses in detail a conference held in 1550 in Valladolid to determine an answer to the question of whether Indians were different from, and therefore of lesser worth than, Europeans. He points out that there are interesting parallels between the positions staked out there and the postulates that guide the IMF and the WTO. In Valladolid the two main positions were

¹³⁵⁷ BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – Op. Cit., 2003, p. 24.

¹³⁵⁸ Ibidem.

¹³⁵⁹ Ibidem.

¹³⁶⁰ BODIN, Jean - **Six Books of the Commonwealth**. London: Basil Blackwell Oxford, 1995, p. 20.

¹³⁶¹ BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – Op. Cit., 2003, p. 24.

¹³⁶² Ibidem.

represented by Bartolome de Las Casas, a Dominican priest who devoted most of his life to the cause of the Indians, and the Aristotelian philosopher Juan Ginés de Sepúlveda.¹³⁶³

Neste mesmo contexto, Francisco de Vitoria igualmente observou que “si los indios bárbaros eran, antes de la llegada de los españoles, verdaderos dueños privada y públicamente, y si habla entre ellos verdaderos jefes y señores de los otros”¹³⁶⁴, com efeito, “se examina el error de algunos que decían que nadie, estando en pecado mortal, puede tener dominio sobre cosa alguna; por derecho divino, el hereje no pierde el dominio sobre sus bienes por causa de su herejía”¹³⁶⁵.

Ademais, Bartolomé de Las Casas argumenta, diante dessa conjuntura, que todos os que nascem numa cidade são dela naturais e pertencem a mesma pátria, e por isso, são obrigados a obedecer e a lutar por sua defesa.¹³⁶⁶

Y teniendo como patria suya aquella en que han nacido, los ciudadanos tienen ante todo el deber de mirar por su patria, y por tanto ninguna ley les obliga a exponerse a sí mismos o a su ciudad por ayudar a otra parte de del reino [...].¹³⁶⁷

Beck fundamenta que neste esquema, parecia óbvio que “diferente” significava menor, seguidamente, duas consequências afloram a partir desta posição. Em primeiro lugar, as diferenças entre os “bárbaros” e os europeus pareciam ser não apenas tão grandes como a distância entre os europeus e Deus, mas do mesmo modo e ordenado.¹³⁶⁸

Diante disso, o papel da educação era fazer os “nativos” entenderem que eles estavam servindo a vontade de Deus, servindo as sociedades mais elevadas, por outras palavras, para reconciliá-los a sua exploração e opressão.¹³⁶⁹

O que se pode extrair desse paralelismo é que justamente desde aquela época, tanto o “racismo” do filósofo quanto o progressismo do sacerdote tenha sido submetido a muitas críticas. Ou seja, do ponto de vista cosmopolita, a coisa mais interessante é o que eles têm em comum. Nenhum

¹³⁶³ Ibidem.

¹³⁶⁴ VITORIA, Francisco - **Relecciones sobre los indios y el derecho de guerra**. 3ª Edição. Madrid: Espasa-calpe, S.A, 1975, p. 31.

¹³⁶⁵ Ibidem. El pecado mortal no impide el dominio civil y dominio verdadero. Si el dominio se pierde por razón de la infidelidad. Por derecho divino, el hereje no pierde el dominio sobre sus bienes por causa de su herejía.

¹³⁶⁶ LAS CASAS, Bartolomé – **De regia potestate. O derecho de autodeterminacion**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969, p. 41.

¹³⁶⁷ Ibidem.

¹³⁶⁸ BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – Op. Cit., 2003, p. 24.

¹³⁶⁹ Idem, pp. 24-25.

deles entreteve a possibilidade que os índios pudessem ser tanto “diferentes” como de “igual valor”.

Assim, ambas as posições pressupõem uma escala universal de valores que necessariamente transmuta diferença para superior e inferior. Para Beck, mesmo o Padre Las Casas só aceita a igualdade dos índios, porque eles são capazes, com os seus próprios olhos, de aceitar a verdade universal do cristianismo.¹³⁷⁰ Por outras palavras, ele acreditava que a divisão entre cristãos e pagãos poderia ser resolvida. Os “bárbaros” podiam ser batizado, e então eles podem participar da verdadeira religião.¹³⁷¹

Beck afirma que, em função do evidenciado, não é ilógico, muito menos longe de dizer que “países subdesenvolvidos” e “sociedades tradicionais” podem ser “modernizados”, que podem ser “batizados” na *verdade da democracia* e da *economia de mercado* e, assim, alcançar a *salvação* através do universalismo ocidental.¹³⁷²

Beck examina que ambas as posições de Valladolid descartam que o Outro é ao mesmo tempo “diferente” e “igual”.¹³⁷³ Beck sustenta, igualmente, que o *cosmopolitismo* é precisamente a luta para manter esse racismo aparentemente intemporal e duradouro para o futuro.¹³⁷⁴ No entanto, isto permite clarificar a medida em que o *cosmopolitismo* é um antídoto para o etnocentrismo e o nacionalismo.¹³⁷⁵

O núcleo de *cosmopolitismo* é, no fundo, o reconhecimento da alteridade do Outro. Pressupõe dizer que o Outro é ao mesmo tempo diferente e igual. Portanto *cosmopolitismo* define-se tanto contra o racismo como contra o universalismo.¹³⁷⁶

Todavia, o *cosmopolitismo* não deve ser confundido com euforia multicultural. Pelo contrário, o *cosmopolitismo* começa a partir da visão duramente conquistada que há uma conexão invariável entre o etnocentrismo e o ódio aos estrangeiros, e tenta avançar além desse tipo de “senso comum”.¹³⁷⁷ Por uma razão semelhante, o *cosmopolitismo* é um avanço sobre o conceito

¹³⁷⁰ Idem, p. 25.

¹³⁷¹ Ibidem.

¹³⁷² Ibidem.

¹³⁷³ Idem, p. 26.

¹³⁷⁴ Ibidem.

¹³⁷⁵ Ibidem.

¹³⁷⁶ Idem, p. 26.

¹³⁷⁷ Ibidem.

de “hibridização”, porque evita os perigos inerentes ao uso de metáforas biológicas da diferença humana.¹³⁷⁸

4.16 - Cosmopolitismo contra nacionalismo metodológico

Com o que se tem vindo a analisar, essa nova teoria (cosmopolitismo) deve operar com outras unidades de investigação que se opõem ao *nacionalismo metodológico*. A “interconectividade” crescente de Estados-nação significa que o social não pode ser identificado com os antigos limites. Da mesma forma, se as instituições democráticas estão a desenvolver, os seus problemas não podem ser mantidos no paradigma nacionalista.

Beck não anuncia o desaparecimento da política, mas o fim da política do Estado-nação. Algo tão óbvio como o facto que a cooperação promove a produtividade, não pode ser entendido através *nacionalismo metodológico* do que coloca a soberania nacional acima de tudo. É, portanto, empiricamente observável e demonstrável que as velhas fronteiras não funcionam mais.

Nota-se que o *nacionalismo metodológico* dá as seguintes premissas de valor: iguala sociedades com sociedades do Estado-nação e vê Estados e seus governos como “pilares” da análise social-científica. Do mesmo modo, pressupõe que a humanidade é naturalmente dividida num número limitado de Nações, que se organizam internamente como Estados-nação e externamente estabelecem limites para se distinguir de outros Estados-nação.¹³⁷⁹

A realidade da transnacionalidade está subtilmente transformando toda essa estrutura de dentro para fora. Quando examinamos o mundo de uma perspectiva transnacional, é óbvio que a nacional e a internacional estão se tornando cada vez mais difíceis de distinguir.¹³⁸⁰

As “peças” que outrora definiam a Nação estão se tornando desnacionalizadas. Isto é, o nacional está se tornando em *categorias zumbis*.¹³⁸¹ Hodiernamente, as coordenadas políticas mapearam tudo sobre o espaço e o tempo nacional. Contudo, a dissolução dessas coordenadas justifica e

¹³⁷⁸ Ibidem.

¹³⁷⁹ BECK, Ulrich - Toward a New Critical Theory with a Cosmopolitan Intent. **Constellations**. Vol. 10, Nº 4 (2003c), p. 453.

¹³⁸⁰ Ibidem.

¹³⁸¹ Ibidem.

descreve isso como o início de uma nova era. Dito de outro modo, a *primeira modernidade* foi a modernidade nacional.¹³⁸²

A “segunda era da modernidade” é uma “senha” mágica que se destina a abrir as portas para novas paisagens conceituais. Quer dizer, o mundo de nação e soberania está desaparecendo e com ele se esvaece a “teoria recipiente da sociedade” em que a maior parte da teoria política e social da *primeira da modernidade* se sustentou.¹³⁸³

Beck argumenta que isso não deve ser confundido com o *pós-modernismo*. Após a primeira modernidade em que os princípios individualistas caminhavam de mãos dadas com um número de instituições autorizadas a florescer, a *segunda modernidade* é, entretanto, a radicalização dos princípios e questionamento das Instituições.

Como se observou, o princípio da dignidade de todos os seres humanos é reforçado e o poder das “Instituições” que delimitam as fronteiras são débeis. O desaparecimento das fronteiras requer tomada de decisões. Uma das premissas básicas que sustentara a teoria da “modernização clássica” é a ideia fascinante de um tipo de difusão ou transferência de teorias europeias para a periferia.¹³⁸⁴ Ou seja, todas as sociedades, de algum modo, estavam rendidas, num longo período, à “modernidade clássica” da distinção entre *modernidade* e *tradição* e produziram padrões institucionais típicos da modernidade ocidental, que se encontravam disponíveis numa espécie de “repertório mundial”.¹³⁸⁵

Essa expectativa de *convergência*, de um modelo *homogéneo* e *universal* da modernidade (ocidental) que, mais cedo ou mais tarde irá ser seguida em todos os lugares, é exatamente o oposto da teoria de modernidades cosmopolitas.¹³⁸⁶

O ponto de uma “transformação cosmopolita” na teoria política e social está precisamente na abertura da possibilidade de uma variedade de diferentes modernidades interligadas e autónomas (“pluralidade de modernidades”), por um lado, e aos novos imperativos, globais, pressões e constrangimentos, por outro lado.¹³⁸⁷ Não obstante, estes novos “imperativos cosmopolitas” não são atribuídos de maneira universal, mas se desenvolvem historicamente no

¹³⁸² Idem, pp. 26-27.

¹³⁸³ BECK, Ulrich - The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity. **The British Journal of Sociology**. Vol. Nº. 51 Issue Nº. 1 (January/March 2000d) p. 79.

¹³⁸⁴ BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar - Varieties of second modernity: the cosmopolitan turn in social and political theory and research. **The British Journal of Sociology**. Vol. Nº 61. Issue 3 (2010), p. 413.

¹³⁸⁵ Ibidem.

¹³⁸⁶ Ibidem.

¹³⁸⁷ Ibidem.

início do século XXI e criam conflitos estruturais e conflitos dinâmicos e um novo processo de construção da sociedade.¹³⁸⁸

4.16.1 - A interligação entre o processo nacional das sociedades e o cosmopolitismo: a cosmopolitização

A interligação como processo irreversível assegura que nós não vivemos numa época de cosmopolitismo, mas numa época de *cosmopolitização*, isto é, uma condição de “outro global” está-se configurando no nosso meio. Na verdade, a teoria da *modernização reflexiva* é aberta até à existência de “múltiplas modernidades”¹³⁸⁹, contudo a teoria das “múltiplas modernidades” está aberta para a possibilidade de mudança social descontínua.¹³⁹⁰

O ponto de partida da nossa averiguação são as duas dimensões do conceito de *cosmopolitismo*. A primeira, a dimensão vertical, *cosmopolitismo* refere-se às responsabilidades individuais ou coletivas para com a humanidade. Neste contexto, através da teoria da *modernização reflexiva*, Beck argumenta que as sociedades modernas, ocidentais e não ocidentais, são confrontadas com problemas qualitativamente novos, que criam “imperativos cosmopolitas”.¹³⁹¹

Estes “imperativos cosmopolitas” manifestam-se devido aos riscos globais, nomeadamente, riscos nucleares, riscos ecológicos, riscos tecnológicos e riscos económicos criados pela insuficiente regulamentação financeira dos mercados, etc.

Para Beck estes novos riscos globais têm pelo menos duas consequências: em primeiro lugar, eles miscigenam os “nativos” com os “estrangeiros” e criam, portanto, uma consciência global todos os dias, e, em segundo lugar, eles criam cadeias de decisões políticas interligadas e resultados entre Estados e seus cidadãos, que alteram a natureza e a dinâmica dos sistemas de governação territorial definidos.¹³⁹²

O resultado de interconexão global não é exatamente um cosmopolitismo normativo de um mundo sem fronteiras. Pelo contrário, esses riscos produzem novas responsabilidades cosmopolitas, “imperativos cosmopolitas”, que ninguém se pode livrar.

¹³⁸⁸ Ibidem.

¹³⁸⁹ EISENSTADT, Shmuel Noah – **Múltiplas modernidades**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 19.

¹³⁹⁰ BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar - Varieties of second modernity: the cosmopolitan turn in social and political theory and research. **The British Journal of Sociology**. Vol. Nº 61. Issue 3 (2010), p. 417.

¹³⁹¹ Ibidem.

¹³⁹² Ibidem.

O que surge, é a possibilidade universal de “comunidades de risco” que se estabelecem e se tornam conscientes da sua composição cosmopolita, por outras palavras, emergem “comunidades cosmopolitas imaginárias”, que surgem na consciência de que perigos ou riscos não podem mais ser socialmente delimitados no espaço ou no tempo.¹³⁹³

A segunda dimensão proposta por Beck, o *cosmopolitismo* refere-se a uma teoria da diversidade, mais precisamente, um modo específico de interpretar e lidar com a diversidade.¹³⁹⁴ A análise de uma *modernidade cosmopolita*, neste contexto, significa alargar o horizonte para incluir uma variedade de modernidades ocidentais e não ocidentais.

O desafio conceitual para uma teoria da “modernização cosmopolita” é identificar os padrões de variação, sua origem e suas consequências.¹³⁹⁵ Em suma, a ideia de “modernidade cosmopolita” deve ser desenvolvida fora da variedade de modernidades, fora da riqueza interna das variantes da modernidade.¹³⁹⁶

A *cosmopolitização* relaciona-se e conecta indivíduos, grupos e sociedades em novas formas, mudando a posição e a função do “self” e do “outro”. É em função dessa relação que brota a “internacionalização do outro”. A “internalização do outro” pode ser o produto de dois processos totalmente diferentes. Pode ser o resultado de uma ativa, deliberada e reflexiva abertura dos indivíduos, grupos e sociedades para outras ideias, preferências, regras e práticas culturais, mas também pode ser o resultado de processos passivos e involuntárias, reforçando a internalização da alteridade.¹³⁹⁷

Portanto, *cosmopolitização* não é, por definição, um processo simétrico e autónomo, isto é, pode muito bem ser o produto de assimetrias, dependências, poder e força, e poderá também criar novas assimetrias e dependências dentro e entre as sociedades.¹³⁹⁸

¹³⁹³ Ibidem.

¹³⁹⁴ DELANTY, G.; TYFIELD and URRY, J. apud BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar – Op. Cit., 2010, p. 418.

¹³⁹⁵ Ibidem.

¹³⁹⁶ BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar – Op. Cit., 2010, p. 418

¹³⁹⁷ Ibidem.

¹³⁹⁸ Ibidem. In integrating these two dimensions of cosmopolitization, it becomes apparent that a cosmopolitan modernity differs significantly from a Kantian world of “perpetual peace”. It is characterized, rather, by structural contradictions resulting from two conflicting processes, which create what we call a “cosmopolitan dialectic”.

4.16.2 - *Realpolitik cosmopolita*

Para efetivamente se tratar as condições das “múltiplas modernidades” que concorrem com os seus diferentes modelos normativos, interesses materiais e constelações de poder político, Beck propõe o conceito de *realpolitik cosmopolita*. Com o objetivo de compreender e desenvolver este conceito, Beck procura distingui-lo da perspectiva do *cosmopolitismo* filosófico-normativa, por um lado, e o cosmopolitismo utópico idealista do outro.¹³⁹⁹

Realpolitik cosmopolita não apela, pelo menos não primordialmente, para ideias e identidades compartilhadas, mas ao poder e interesses que são trazidos a jogo.¹⁴⁰⁰ O conceito de *realpolitik cosmopolita*, que visa dar resposta às questões atinentes à fragmentação da sociedade, baseia-se em quatro pressupostos. Em primeiro lugar, a nova realidade histórica da sociedade de risco global é que nenhuma nação pode dominar seus problemas sozinha. Aqueles que jogam o “cartão” nacional vão inevitavelmente perder.¹⁴⁰¹

Em segundo lugar, os problemas globais produzem novos “imperativos cosmopolitas” que dão origem a comunidades transnacionais de risco.¹⁴⁰² Em terceiro lugar, as organizações internacionais não são meramente a continuação da política nacional por outros meios. Elas podem transformar os interesses nacionais.¹⁴⁰³ Por último, o *realismo cosmopolita* também é, rigorosamente, *realismo* económico. Reduz e redistribui os custos porque os custos aumentam exponencialmente com a perda de legitimidade.¹⁴⁰⁴

Cosmopolitismo assim compreendido implica uma abordagem específica para garantir que seus próprios interesses (individuais ou coletivos) sejam para prevalecer. Para Beck, o *realismo cosmopolita* não exige o sacrifício dos seus próprios interesses, nem apresenta uma tendência exclusiva para mais ideias e ideais. Pelo contrário, ele aceita que a maior parte da ação política esteja baseada em interesses. Contudo, ele insiste numa abordagem para a prossecução dos interesses próprios que seja compatível com os de uma comunidade maior.¹⁴⁰⁵

O *realismo cosmopolita* significa basicamente o reconhecimento dos interesses legítimos de terceiros e a sua inclusão no cálculo dos seus próprios interesses. Neste processo, os interesses

¹³⁹⁹ Idem, p. 436.

¹⁴⁰⁰ Ibidem.

¹⁴⁰¹ Ibidem.

¹⁴⁰² Ibidem.

¹⁴⁰³ Ibidem.

¹⁴⁰⁴ Ibidem.

¹⁴⁰⁵ Ibidem.

tornam-se “interesses nacionais reflexivos”, através de estratégias conjuntas repetidas de autolimitação, mais precisamente, o empoderamento surge da autolimitação.¹⁴⁰⁶

Assim, idealmente, objetivos individuais e coletivos, tanto nacionais como globais, podem ser alcançados simultaneamente. Na realidade, existem muitas vezes limites e dilemas da *realpolitik cosmopolita*. Beck compreende que os conceitos que desenvolve, de algum modo, não são nenhuma panaceia para todos os problemas presentes do mundo e de nenhuma maneira sempre funciona.

Por conseguinte, se um problema tem uma solução cosmopolita, depende do quadro normativo e institucional, no qual as decisões devem ser tomadas. A mensagem básica da *realpolitik cosmopolita* resume-se: O futuro está aberto. Depende das decisões que tomamos. A pesquisa que fazemos e os quadros conceituais que usamos fazem a diferença.¹⁴⁰⁷

4.16.3 – Europa cosmopolita, o que significa?

A perspetiva de Beck, ao olhar uma *Europa cosmopolita*, engloba uma definição de que a Europa, por si, não é uma realidade fixa e estabelecida. A Europa compreende uma geometria variável, interesses nacionais de índole volúveis, políticas nacionais e internacionais mutáveis, formas de Estados e identidades variáveis. Beck observa uma Europa que deve ser compreendida como uma *proposta política não fechada*. Assim, deverá ter a aspiração de se definir de forma política e, por conseguinte, preparar-se para questões controversas da legitimidade.

Para se compreender, efetivamente, o sentido de uma *Europa cosmopolita* é necessário ter em consideração que a Europa, em questão, abarca uma construção social que obedece à lógica das *consequências indiretas*, isto é, às consequências imprevisíveis e, forçosamente, colaterais decorrentes das decisões políticas.

Não se quer dizer, na presente análise, defendem Beck e Edgar Grande, que se está a falar de uma “globalização” ou de uma “ameaça terrorista” ou da “ampliação” da União Europeia para os países da Europa oriental, senão de uma população que cresce desmesuradamente, dos

¹⁴⁰⁶ Idem, pp. 436-437.

¹⁴⁰⁷ Idem, p. 437.

contrapontos que fazem surgir os primeiros sinais dos efeitos retificadores de uma nova forma de Estado.¹⁴⁰⁸

A definição da Europa como um projeto político extremamente complexo e diferenciado, pode ser compreendido como um projeto variável desde o ponto de vista histórico e em permanente transformação. Não é possível definir a Europa de forma clara. Embora os sinais da crítica transformação estrutural europeia sejam outros, chama-nos atenção a semelhança do que sucedera no início do século XXI as formas linguísticas se parecem àquelas do início da Idade Média, isto é, no final do século XVI e início do século XVII, quando as transformações reais foram efetivamente as transformações da sociedade.¹⁴⁰⁹

As transformações político-sociais assim como quem olha para ciência como fonte de renovação foram colocados sob alerta, sustenta Beck. Para ele, o “amigo da verdade” deve “manter-se atento a todas as inovações”, porque como conferiu Lentulus “*omnis novitas periculosa*” (cada novidade é perigosa).¹⁴¹⁰

Hoje há uma recusa em reconhecer a União Europeia política e cientificamente, dentro da perspectiva nacional antiquada, enquanto as realidades criadas pela *Europeização* de facto representam a refutação histórico-clássica da ontologia nacional da política e da sociedade.¹⁴¹¹ Beck apresenta um ceticismo quanto à Europa. Para ele, a Europa é a entidade mais incompreendida no mundo, um grande “não”: não um estado e não uma sociedade, pelo menos no sentido em que, por exemplo, os Estados Unidos da América são tanto um como o outro.¹⁴¹²

Em contraste com os grandes espíritos da Europa, que filosófica e politicamente projetaram sua visão da Europa para terem uma ideia do que representaria uma *europeização*, atualmente, são confrontados com a experiência da *europeização*, sem saber como se pode pensar e conceber isso.¹⁴¹³

Para Beck, a Europa em movimento, ou seja, a Europa como movimento escapa à nossa compreensão, porque esse processo de transformação a longo prazo contradiz o pressuposto de

¹⁴⁰⁸ BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar – **La europa cosmopolita. Sociedad y política en la segunda modernidade.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006, p. 17.

¹⁴⁰⁹ Ibidem.

¹⁴¹⁰ Ibidem.

¹⁴¹¹ Idem, p. 18.

¹⁴¹² BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar - Re-thinking a cosmopolitan Europe. **East.** [Em linha]. Nº 17 (2007), p. 22. [Consult. 09 Nov. 2014]. Disponível em <URL: http://www.eastonline.eu/attachments/article/394/east17_Re-thinking%20a%20cosmopolitan%20Europe.pdf>.

¹⁴¹³ Ibidem.

que a Europa parece ter sido constituída, até então, que é o horizonte conceitual Estado-nação.¹⁴¹⁴

A *europaização* também é determinada por interesses e instituições e o sucesso ou fracasso dessa experiência não depende apenas de uma falha de auto-compreensão.¹⁴¹⁵ A *europaização* apresenta um sentido de fora para dentro, através do contínuo alargamento da União Europeia e suas adaptações estruturais que sucedem nos vários Estados membros, e, no sentido, de dentro para fora por meio da contínua ampliação da União e a exportação das suas regras e normas.

Como se observou, anteriormente, o conceito de *cosmopolitismo* engloba precisamente duas dimensões, uma vinculada ao passado e outra, simultaneamente, que aponta ao futuro. Esta noção de *cosmopolitismo* extingue a velha dualidade entre global e local, nacional e internacional.

O conceito e a ideia de uma *Europa cosmopolita* rompe com o “ou... ou”, isto é, ou nacional ou internacional; ou global ou local, lógica da livre formas e conceitos fundamentais do que é social e político, sociedade, Estado, política, desigualdade social, mobilidade, ética, justiça, solidariedade, etc.¹⁴¹⁶ A *Europa cosmopolita* que está a nascer abre um novo espaço para a organização social e participação política, mas não na imagem de um *demos* Europeu ou de um monopólio Europeu da política, no sentido convencional do termo, ou seja, com base em unidades e uniformidade.¹⁴¹⁷

Beck afirma que a história de sucesso de *europaização* foi executada nas faixas de um delimitado, contraditório e “cosmopolitismo deformado”, que é aberto ao conflito e produz, simultaneamente, os seus próprios conflitos.¹⁴¹⁸

Uma das premissas centrais do cosmopolitismo é, exatamente, o facto de, no que se refere às diferenças culturais, raciais e sociais não interessar necessariamente uma subordinação hierárquica, mas sim uma superação das desigualdades, isto é, o reconhecimento a nível institucional de normas universais que concebem fundamentar e defender a igualdade de tratamento entre todos.

¹⁴¹⁴ Ibidem.

¹⁴¹⁵ Idem, pp. 22-23.

¹⁴¹⁶ Idem, pp. 24.25.

¹⁴¹⁷ Idem, p. 25.

¹⁴¹⁸ Ibidem.

O *cosmopolitismo institucionalizado* “deformado” abrange vários temas e esferas, abrigando juntos e entrelaçados dentro dele as ações e estratégias de um número crescente de atores envolvidos na definição e configuração no diálogo de Europa.¹⁴¹⁹ O princípio cosmopolita de perceber os outros como iguais e diferentes tem uma dupla aplicação: o reconhecimento da alteridade do outro na verdade pode se referir tanto para sujeitos coletivos e indivíduos.¹⁴²⁰ Ambas as interpretações constituem o princípio de *cosmopolitismo*. No primeiro caso, o de sujeitos coletivos, que sombreia fora do multiculturalismo. Além disso, o princípio do multiculturalismo refere-se apenas às categorias coletivas de alteridade, ou seja, é orientado principalmente para a (mais ou menos) grupos homogêneos e, em segundo lugar, ele localiza-os dentro do perímetro do Estado-nação.¹⁴²¹

Consequentemente, o multiculturalismo é uma guerra de fundamento tanto com a transnacionalização como com a individualização.¹⁴²² Isso não é de todo o caso com o *cosmopolitismo*. Todavia, este princípio chama a atenção justamente para o facto de que as fronteiras étnicas e títulos territoriais que são aparentemente inequívocos desapareçam e se misturem tanto a nível nacional e transnacional, com a consequência de que, na insegurança radical do mundo todos são iguais e cada um é diferente.¹⁴²³

O *cosmopolitismo* exige um novo conceito de integração e identidade, que torna possível e confirma uma coabitação para além das fronteiras sem ter que sacrificar a particularidade e diferença na “mesa consagrada” da suposta igualdade (nacional).¹⁴²⁴ Uma Europa cosmopolita significa, entretanto, “identidade” e “integração” que já não são palavras diferentes para indicar a hegemonia sobre a outra ou sobre as outras, a hegemonia da maioria sobre as minorias.¹⁴²⁵

O *cosmopolitismo* aceita alteridade, mas não a absolutiza, pelo contrário, ao mesmo tempo procura formas de torná-la universalmente tolerável. A fim de fazer isso, depende de uma fonte de autoconsciência cosmopolita.¹⁴²⁶ Um facto de importância primordial para a ideia de uma *Europa cosmopolita* é uma *Europa cosmopolita* pressupor uma Europa nacional, que é uma

¹⁴¹⁹ Ibidem.

¹⁴²⁰ Idem, p. 32.

¹⁴²¹ Ibidem.

¹⁴²² Ibidem.

¹⁴²³ Ibidem.

¹⁴²⁴ Ibidem.

¹⁴²⁵ Ibidem.

¹⁴²⁶ Idem, pp. 32-33.

Europa das nações, e que não representa um mero contraste em relação a isso.¹⁴²⁷ Uma *Europa cosmopolita* não pode apagar uma Europa nacional, mas deve “cosmopolitizá-la” por dentro.¹⁴²⁸

Este sentido de Europa cosmopolita não pretende dissolver nem substituir o conceito de nação, senão reinterpretar seu conceito à luz dos princípios ideais com os quais a Europa foi concebida, à luz de um novo cosmopolitismo político.

4.17 - Democracia cosmopolita e sua dimensão política

Ao lado da experiência da sociedade civil, como anteriormente referimos, os direitos elementares de validade transnacional fundam a democracia cosmopolita. No que diz respeito à validade dos direitos elementares, estes dependem, como sustenta Kant, de um escalonamento de direitos entre os cidadãos das diversas nacionalidades e, portanto, da garantia de uma legislação cosmopolita para todos. No interior de uma humanidade permanentemente dividida é somente através da filiação a uma comunidade política em que o direito a ter direitos é defendido pela solidariedade de todos que as aporias da condição de apátrida podem ser resolvidas.¹⁴²⁹

Seyla Benhabib sustenta que “o direito a ter direitos deve combinar a visão liberal de cidadania como titularidade de direitos com a visão democrática republicana de filiação através da participação democrática plena”¹⁴³⁰. Contudo, isso acarreta um escalonamento interno de direitos (políticos e sociais) distintos. A civilização estaria protegida (apenas provisoriamente) contra a barbárie somente quando o contexto dos direitos elementares possuísem validade global.¹⁴³¹

A garantia de direitos elementares pressupõe, coincidentemente, o Estado-nação. Como seria então fundada e assegurada a relação jurídica entre Estados e cidadãos de diferentes nacionalidades? Beck afirma que quando se trata de proteção aos direitos humanos, diversos atores convergem, cooperam e concorrem entre si, nomeadamente organizações interestatais como as comissões da ONU, Estados-nação, que podem trabalhar isoladamente ou em

¹⁴²⁷ Idem, p. 34.

¹⁴²⁸ Ibidem.

¹⁴²⁹ BENHABIB, Seyla – Op. Cit., 2012, p. 23.

¹⁴³⁰ Ibidem.

¹⁴³¹ BECK, Ulrich – **O que é a globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 166.

cooperação com outros Estados ou de organizações não-governamentais, ou ainda sob a forma de acordos regionais.¹⁴³²

A enorme disparidade existente entre estes diagnósticos da nossa condição contemporânea, que se estendem das previsões de uma guerra civil global e um estado permanente de exceção à utopia de uma cidadania para além do Estado e à democracia transnacional, pode ela própria ser uma indicação do momento volátil e obscuro que estamos a transpassar.¹⁴³³

Observa-se, por um lado, as relações entre estes atores estatais e não-estatais e, por outro lado, os indivíduos que são os portadores destes direitos se descreve com o auxílio de três modelos: o do *realismo político*, o *internacionalista* e o *cosmopolita*.¹⁴³⁴ O modelo designado por *realismo político* compreende um modelo concentrado no Estado, reforça a primazia e a soberania dos Estados.¹⁴³⁵ A visão dos realistas os direitos dos indivíduos são, precisamente por este motivo, uma oportunidade de afirmação dos direitos do Estado-nação, ou seja, as organizações interestatais e não-governamentais (ONGs) podem, quando necessário, assumir uma função consultiva.¹⁴³⁶

A conceção do *realismo político* é ampliada e desenvolvida pelo segundo modelo designado por *internacionalista*. Por conseguinte, os Estados seguem ocupando um papel central e conservam para si a responsabilidade primeira pelos direitos individuais.¹⁴³⁷ De igual modo, as suas ações, no entanto, são influenciadas e em certa medida alteradas por um consenso transnacional no que diz respeito a normas de direitos humanos que se encontram em execução.¹⁴³⁸

¹⁴³² Idem, p. 167.

¹⁴³³ BENHABIB, Seyla – Op. Cit., 2012, p. 23.

¹⁴³⁴ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 167.

¹⁴³⁵ Ibidem.

¹⁴³⁶ Ibidem. As relações interestatais permanecem pouco desenvolvidas, pois o princípio da soberania impede a intromissão em assuntos internos de outros Estados, enquanto a política externa deve se ocupar muito mais com os interesses geopolíticos do que com as preocupações morais. O critério das decisões a respeito de ajuda financeira ou do fornecimento de instrumentos de tortura deverá, por consequência, ser medido apenas de acordo com sua utilidade para o fornecedor.

¹⁴³⁷ Idem, p. 168.

¹⁴³⁸ Ibidem. Organizações interestatais e ONGs tentam desempenhar um papel relevante na defesa de direitos humanos, e em vários casos elas são bem-sucedidas; mas o seu poder efetivo de intervenção continua a depender da cooperação dos Estados; por esta razão, a influência das Comissões de (des)Respeito aos Direitos Humanos é consideravelmente maior no Canadá do que na China ou na Grã-Bretanha.

Por último, o modelo designado por *cosmopolita* corresponde ao indivíduo pois, este, está no centro da análise, e postula-se uma relação direta entre indivíduos, organizações interestatais e ONGs.¹⁴³⁹

A precedência do Estado na intervenção mundial passa então a ser mais fortemente inquirida a partir de cima e a partir de baixo na medida em que o desenvolvimento de uma “sociedade burguesa global” se torna viável e real.¹⁴⁴⁰ A solução para a garantia dos direitos fundamentais não será constatada no consenso transcultural a seu respeito, porém nas atuações de cooperação e na dependência desta cooperação.

Beck afirma que são os procedimentos parcialmente codificados e parcialmente *não-codificados* nos quais as conexões transnacionais, um tecido espesso e multidimensional de entrelaçamentos e de obrigações mútuas, são construídas, negociadas e reunidas que devem trazer a ideia de uma *democracia cosmopolita* e viabiliza-la.¹⁴⁴¹

4.17.1 - Dimensão política, Sociedade (Sem) Estado

O autoquestionamento subversivo, involuntário da busca dos fundamentos políticos (modernização reflexiva), postos em movimento pela percepção de riscos em todo o mundo, acaba por acontecer algo que os sociólogos, sempre tão apegados à Max Weber, mal acreditavam ser possível, isto é, as Instituições põem-se em movimento.

Como analisámos, o diagnóstico de Weber assegura que a “modernidade se transforma dentro de uma caixa de bronze à qual os homens oferecem sacrifícios em frente ao altar da racionalidade, tal como os felás do antigo Egipto”¹⁴⁴². A teoria da sociedade mundial de risco abriga o princípio opoente, isto é, “o caixão da modernidade se abre”¹⁴⁴³.

Para Beck, produz mais sentido a perspectiva de Nietzsche segundo a qual “já é passado o tempo da pequena política”, “o próximo século irá trazer a disputa pelo domínio da Terra – a *imposição* da grande política”.¹⁴⁴⁴ O conceito de sociedade mundial “sem Estado” deverá ser esclarecido,

¹⁴³⁹ Ibidem.

¹⁴⁴⁰ Ibidem.

¹⁴⁴¹ Idem, pp. 168-169.

¹⁴⁴² WEBER, Max apud BECK, Ulrich – **O que é a globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 179.

¹⁴⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴⁴ NIETZSCHE, Friedrich apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 180.

o que nos permitirá precisar a sua avaliação. A expressão “sociedade mundial” oculta o facto de que a referida realidade no fundo nada é senão uma forma subversiva da política, se examinada de acordo com a compreensão nacional-estatal da política.¹⁴⁴⁵

Quando se distingue entre *primeira e segunda modernidade*, “sociedade nacional” e “mundial”, não se faz referência somente a uma outra época da sociedade, mas também a uma outra compreensão da sociedade. O que bloqueia a percepção da *segunda modernidade* é acima de tudo esta não identidade de ambos os conceitos de “sociedade”.

Os conceitos de Estado, local e diferenciação funcional podem ser invocados como pontos centrais para a reformulação do conceito de sociedade.¹⁴⁴⁶ No entanto, “a sociologia da globalização”, de acordo com Martin Albrow, representa a mais recente tentativa de se buscar respostas para questões que são colocadas para todas as gerações.¹⁴⁴⁷

E Mark Poster pergunta: “Se converso diretamente ou por E-mail com um amigo que está em Paris enquanto eu me encontro na Califórnia; se acompanho acontecimentos políticos e culturais em todo o globo sem sair da minha casa; se informações contendo meu perfil pessoal são utilizadas por empresas e governos de todo o planeta sem que eu possa impedir; se eu faço compras em casa, utilizando o computador: então, onde eu estou? Quem sou eu?”.¹⁴⁴⁸

A *Globalidade* irreversível, como anteriormente referimos, designa que há muito já vivemos numa sociedade mundial, o que implica em duas constatações fundamentais: de um lado, a totalidade das relações sociais e de poder politicamente organizadas e desvinculadas dos Estados-nação, e, de outro, a experiência da ação e da convivência *acima das fronteiras*.¹⁴⁴⁹

A unidade entre Estado, sociedade e indivíduo, pressuposta pela *primeira modernidade*, está se desembainhando. Ora, “sociedade mundial” não quer dizer sociedade mundial *estatal* ou sociedade mundial *económica*, e sim sociedade não-estatal, isto é, um agregado de sociedades.

¹⁴⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁴⁷ ALBROW, Martin apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, pp. 180-181. Cada geração deve reformula-las novamente porque apenas ela poderá descobrir quem realmente é. A globalização não trata exclusivamente de questões técnicas e nem exclusivamente de questões económicas, nem tampouco está em jogo apenas o maior dos desafios – este que se encontra diante dos chefes de empresas e de governos. Trata-se de tudo isto, mas também de algo muito mais importante: trata-se da forma como eu e você conduzimos nossas vidas.

¹⁴⁴⁸ BECK, Ulrich – Op. Cit., 1999, p. 181.

¹⁴⁴⁹ Ibidem.

Por consequência, tende a demonstrar que para o qual as garantias de ordem territorial do Estado e também as regras da política publicamente legitimada desperdiçaram sua obrigatoriedade.¹⁴⁵⁰

Beck assegura que a “ausência de Estado” significa a existência de uma *relação concorrencial* entre Estados e sociedades nacionais de um lado, e do outro, a heterogeneidade instável das conexões, dos atores e dos espaços de interação da sociedade mundial.¹⁴⁵¹ Outrora na *primeira modernidade* o campo das relações internacionais, por exemplo, era dominado pelo confronto e pela associação dos Estados-nação e de seus atores, na *segunda modernidade* isto deixa de acontecer.

Se, acompanhando o raciocínio de Michael Oakeshott, compreendermos o Estado da tradição do Ocidente como uma “associação civil” que serve ao objetivo de viabilizar e aproximar as atividades sociais, políticas e económicas de seus cidadãos, então reconheceremos que entra em curso com a globalização não somente uma erosão de seu tecido institucional e administrativo, mas uma transformação radical de seus pressupostos.¹⁴⁵²

Na *segunda modernidade* surge, ao lado da sociedade mundial dos Estados-nação, uma poderosa “sociedade mundial não-estatal”, dessemelhante de todas as outras formas válidas de legitimação política e composta pelos mais diversos atores transnacionais.¹⁴⁵³

Seus traços distintivos são: (1) eles atuam em diversos lugares, sobrepõem as fronteiras, inclusive transnacionalmente e anulam deste modo o princípio territorial do Estado-nação (2) sua atuação produz resultados inclusivos os mais diversos, menos exclusivos do que aquela dos atores nacionais-estatais (assim sendo, as companhias transnacionais e os ativistas do *Greenpeace* atuam simultaneamente em vários Estados-nação, seus integrantes provêm de diversas nações etc.).¹⁴⁵⁴

Quanto mais a “sociedade mundial não-estatal” se faz presente diversos componentes se limitam e se fortalecem, mais forte se torna o questionamento da autoridade, da legitimidade, do controlo e da configuração política dos Estados feita tanto a partir do seu interior como do

¹⁴⁵⁰ Ibidem.

¹⁴⁵¹ Idem, p. 182.

¹⁴⁵² Ibidem.

¹⁴⁵³ Ibidem.

¹⁴⁵⁴ Idem, pp. 182-183. (3) Sua ação frequentemente é mais eficaz do que a ação das instâncias nacionais, mesmo se os principais critérios de eficiência adotados forem aqueles da atuação do Estado (por exemplo, combate ao desemprego, garantia do bem-estar e também a defesa dos direitos fundamentais); portanto, são as companhias internacionais que criam ou destroem os postos de trabalho e a condição de vida em determinados locais; a própria Amnistia Internacional denuncia, sempre com forte repercussão, desrespeitos aos direitos fundamentais que o Estado oculta por razões diplomáticas. (4) Os atores transnacionais e não-estatais criam para si uma “soberania inclusiva” ao criar oposições entre os Estados territoriais exclusivos.

exterior.¹⁴⁵⁵ Contudo, estamos diante de uma *politização por meio da despolitização* no campo da sociedade mundial.¹⁴⁵⁶

Os atores da “sociedade mundial” são, do ponto de vista dos atores do Estado-nação, de certo modo, “atores coadjuvantes”, cuja legitimidade e cuja fidelidade são questionáveis. Mas, por outro lado, estes atores da sociedade mundial mantêm sempre seus propósitos em primazia, mesmo porque o contacto com atores e controlos do Estado-nação lhes abrem novas oportunidades de poder e de atuação política. Eles são, muitas vezes, os vencedores da globalização, este “ser vencedor” aqui pode ser compreendido exclusivamente como uma comparação personificada dos rendimentos de cada um.¹⁴⁵⁷

Neste contexto, *sociedade mundial* designa sociedade não-territorial, não-integrada, não-exclusiva, o que denomina que esta forma da diversidade social e da diferença cultural não possui ou conhece nenhum vínculo local, ou seja, a forma deste vínculo local supera, no entanto, a *equiparação entre as distâncias sociais e espaciais* pressupostas na imagem da “sociedade nacional-estatal”.¹⁴⁵⁸

Contudo, estes fenómenos transnacionais não podem ser equiparados aos fenómenos “interestatais”. A vida comunitária transnacional significa proximidade social *apesar* da distância geográfica. Igualmente, distância social *apesar* da proximidade geográfica.¹⁴⁵⁹ Não obstante, nas biografias multilocais, transnacionais, glocais, os pontos de cruzamento e de semelhança entre os homens se ampliam e se diversificam. As formas de contacto (virtual) pela comunicação computadorizada talvez sejam o melhor dos exemplos.

A ideia de uma “aldeia global”, na verdade, não é em última instância uma ideia ilógica, pois ela anuncia o retorno da “comunidade”.¹⁴⁶⁰ Mas o segredo da média eletrónica está fundamentado em seu momento a *princípio* mobilizante e, por consequência, potencialmente político.¹⁴⁶¹ A comunicação eletrónica viabiliza algo que até então não poderia ser concebido, o contacto ativo, recíproco e simultâneo entre atores individuais que sobrepassa as fronteiras entre países, religiões e continentes.¹⁴⁶²

¹⁴⁵⁵ Idem, p. 183.

¹⁴⁵⁶ Ibidem.

¹⁴⁵⁷ Idem, p. 184.

¹⁴⁵⁸ Idem, p. 185.

¹⁴⁵⁹ Ibidem.

¹⁴⁶⁰ Idem, pp. 185-186.

¹⁴⁶¹ Ibidem.

¹⁴⁶² Ibidem.

4.17.2 - Dimensão e arquétipo do Estado transnacional

Não se deve esperar das elites dirigentes uma inversão de perspectiva, isto é, das relações internacionais para uma política interna transnacional, se nas respetivas esferas públicas não se articula qualquer preocupação que ultrapasse as cercas de arame das nações e se elas não representarem o interesse decidido de seus grupos populacionais.

Num outro sentido, compreende-se que os Estados transnacionais só se tornarão possíveis por meio da consciência e da conscientização a respeito da sua necessidade.¹⁴⁶³ Ora, o modelo do Estado transnacional é híbrido, ou simplesmente hermafrodita.¹⁴⁶⁴ Nele existem “traços fundamentais que o senso comum talvez imaginasse excludentes são recombinações e dissolvidos de forma ideal-típica”¹⁴⁶⁵.

Beck afirma que os Estados transnacionais são, em primeiro lugar, Estados não-nacionais, ou seja, Estados não territoriais (mesmo assim, de modo restrito).¹⁴⁶⁶ Estes Estados devem, à vista disso, ser considerados como uma contestação isolada ou um modelo de oposição a teoria do *container* social e estatal.¹⁴⁶⁷

Assim, em segundo lugar, o modelo do Estado transnacional contesta o Estado-nação, mas afirma o (conceito de) Estado.¹⁴⁶⁸ No entanto, a compreensão do Estado se descola aqui da armadilha territorial da teoria do Estado-nação e se abre para um conceito de Estado que obedece a duas novas dimensões.

Em primeiro lugar, “(re)conhece a globalidade como um facto fundamental e incontestável em sua multidimensionalidade”¹⁴⁶⁹ e, em segundo lugar, “eleva a determinação e a organização do âmbito transnacional à condição de chave para a nova determinação e a revitalização da política (não apenas no sentido referente ao Estado, mas também a sociedade civil)”¹⁴⁷⁰.

Estados transnacionais não são também, é bom lembrar, Estados-nação internacionais ou Estados-nação supranacionais (ou então Estados mundiais regionais), pois a elaboração de tais modelos, de organizações internacionais, do multilateralismo, ou da política multissectorial, toma sempre o Estado-nação como o principal ponto de

¹⁴⁶³ Idem, p. 193.

¹⁴⁶⁴ Ibidem.

¹⁴⁶⁵ Ibidem.

¹⁴⁶⁶ Ibidem.

¹⁴⁶⁷ Ibidem.

¹⁴⁶⁸ Ibidem.

¹⁴⁶⁹ Ibidem.

¹⁴⁷⁰ Ibidem.

referência: seja como opositor (organizações internacionais), como célula inicial capaz de vencer as normas gerais ou as reciprocidades específicas entre os Estados associados (multilateralismo), ou como Estado supranacional autónomo (política multisectorial).¹⁴⁷¹

A profícua dissemelhança está efetivamente no contexto da teoria dos Estados transnacionais (o plural é fundamental) o sistema de coordenadas políticas não resulta mais da separação e da oposição entre nações, e sim gira em torno do eixo globalização-localização.¹⁴⁷² O modelo do Estado transnacional diferencia-se face a outros modelos de cooperação interestatal, pelo facto de que nesta conceção a “globalidade” passar a ser considerada o fundamento irrefutável da ação e do pensamento político.¹⁴⁷³

Esta perspetiva sustentada por Beck confere que no modelo de Estado transnacional são expostas a teoria e a política da era global, que atualmente se despedem da necessidade aparente de uma época política que declarou (ou condenou) o Estado-nação como um *non plus ultra* ou um mal necessário.¹⁴⁷⁴ Ela apoia-se em dois enunciados principais.¹⁴⁷⁵

Inicialmente, Beck observa que “insurgir-se ou mesmo mobilizar-se contra a globalização, ou seja, reagir a ela com o protecionismo não é apenas inútil; estas atitudes representam a cegueira e a surdez perante os horizontes que se tornaram possíveis com os colapsos”¹⁴⁷⁶. Neste sentido procuram-se formas sociais que não colidam com os sentidos cosmopolitas. Com efeito, o segundo enunciado responde através da “cooperação e da dependência transnacional nas dimensões da economia, da política, das Forças Armadas, do Direito, da cultura etc.”¹⁴⁷⁷.

Nota-se que na *primeira modernidade* não era ilógico o raciocínio segundo o qual “em um mundo de jogadores nacionais existem apenas dois caminhos para a estabilidade: equiparação de forças ou hegemonia”¹⁴⁷⁸. Contudo, na era da globalização vale, ao contrário, a seguinte alternativa: “perda da soberania nacional ou cooperação transnacional”¹⁴⁷⁹.

¹⁴⁷¹ Idem, p. 194.

¹⁴⁷² Ibidem.

¹⁴⁷³ Ibidem.

¹⁴⁷⁴ Idem, pp. 194-195.

¹⁴⁷⁵ Ibidem.

¹⁴⁷⁶ Idem, p. 195. Estamos num limiar, no qual também uma sociedade cosmopolita se torna possível – fazendo par com as catástrofes que esta possibilidade traz em si. Fixar-se no aspeto catastrófico e desconsiderar as possibilidades restantes significa não ser realista. Acrescentaria ainda, de modo enfático, que um *ceticismo convicto* diante do otimismo precipitado que prevê uma pacificação da sociedade mundial, e uma pressuposição necessária a concretização desta alternativa.

¹⁴⁷⁷ Ibidem.

¹⁴⁷⁸ Ibidem.

¹⁴⁷⁹ Ibidem.

A questão de como se alcançar e construir a arquitetura política do Estado transnacional poderá ser respondida se nos remetermos a dois princípios: primeiro, ao princípio do *pacifismo jurídico*, segundo, ao princípio *federalista* do domínio interestatal.¹⁴⁸⁰ O primeiro princípio, o do pacifismo fundamentado no direito internacional, designa: “sem a elaboração de uma legislação internacional e de instâncias que o representem, os conflitos transnacionais não serão contidos por vias pacíficas”¹⁴⁸¹.

O segundo princípio, o *federalismo* possui, se aplicado à relação entre Estados, a decisiva vantagem de fazer com que o poder não seja posto em atividade de cima para baixo e seja também controlado ou neutralizado horizontalmente.

Na verdade, um dos cruciais problemas consiste no facto de que a instância controladora destes Estados não deve ser supra-estatal, ou seja, uma instância supra-estatal seria ineficiente ou mesmo monopolizada pelos mais fortes, como consequência levaria a criação de um Estado mundial.¹⁴⁸²

O *federalismo transnacional* expressa uma “política de auto-integração-ativa dos Estados isolados no contexto das relações internacionais com vista à renovação dos Estados locais isolados e a delimitação do poder dos centros transnacionais”¹⁴⁸³.

Em suma, a *soberania inclusiva* daria o sentido de que a renúncia aos direitos de soberania implica a conquista do poder de conformação política fundamentado na cooperação transnacional. Todavia, isto só poderá acontecer se a globalização for concebida e compreendida como um projeto político. Apenas serão viáveis os crescimentos locais e transnacionais da arrecadação, dos empregos, do entendimento e das liberdades políticas. Neste sentido, a Europa tornou-se um laboratório para a soberania inclusiva.¹⁴⁸⁴

Beck reconhece a irreversibilidade do processo de globalização, porém sustenta que seus efeitos deletérios, como o aumento do desemprego e da pobreza e a queda da arrecadação tributária, podem ser refreados, e apresenta como solução a cooperação entre os Estados num nível transnacional a fim de “fiscalizar” as multinacionais que já, entretanto, agem de maneira

¹⁴⁸⁰ Idem, p. 233.

¹⁴⁸¹ Ibidem.

¹⁴⁸² Idem, p. 236.

¹⁴⁸³ Idem, pp. 236-237.

¹⁴⁸⁴ Idem, p. 237.

transnacional enquanto os Estados-nação se mantêm “fiéis” aos modelos da *primeira modernidade*.

Com efeito, serão necessários novos projetos políticos, quer dizer, partidos cosmopolitas aptos de atuar em termos de representação transnacional dos interesses, mas que o façam nas arenas políticas dos Estados-nação. Todavia, estes sujeitos podem, dessa forma, assegurar-se, no plano pragmático e organizativo, exclusivamente em formas plurais, ou melhor, como movimentos nacionais e globais ao mesmo tempo, como partidos locais representando “cidadãos globais”.¹⁴⁸⁵

Os partidos cosmopolitas deveriam competir com os partidos nacionais dentro das competições políticas (aparentemente) nacionais. Estes seriam os primeiros atores em condições de experimentar no plano político as estratégias já há tempo adotadas pelas corporações industriais e de libertar-se da prisão territorial do Estado-nação. E deveriam ser ativos em vários níveis e pôr os interesses dos Estados-nação em concorrência entre eles.¹⁴⁸⁶

Os eleitores dispostos a serem representados por este padrão de partido cosmopolita seriam atraídos a partir das grandes metrópoles, nas “cidades globais”, que pode nascer uma compreensão pós-nacional da política e uma convergente concepção pós-nacional do Estado, da justiça, da arte, da ciência e das relações públicas. Isto não se resume exclusivamente ao facto estar ligado à Internet para ser cidadão global.¹⁴⁸⁷

Os fenómenos de integração regional atualmente em desenvolvimento em algumas das áreas mais ricas do planeta parecem dificilmente exportáveis em nível global. Podem, aliás, ser vistas como um reforço da lógica particularista da soberania estatal em vez de um passo a mais em direção ao objetivo desejado da governança democrática do mundo.¹⁴⁸⁸

A democracia transnacional deverá levar em conta algumas transformações fundamentais ocorridas na organização transnacional do crime e da violência. As clássicas distinções entre “guerra” e “paz”, “interno” e “externo”, “sociedade civil” e “barbárie”, distinções associadas à autonomia do Estado-nação, já estão superadas. Ao mesmo tempo é possível identificar novas tendências civis que poderiam fornecer as bases para uma paz estável. As Nações Unidas devem certamente ser fortalecidas.

¹⁴⁸⁵ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – A sociedade do risco. Um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. **Prim@ Facie**. [Em linha]. Ano 1, Nº 1 (2002), p. 18. [Consult. 07 Agosto 2013]. Disponível: <URL: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4245>>.

¹⁴⁸⁶ Ibidem.

¹⁴⁸⁷ Ibidem.

¹⁴⁸⁸ Idem, p. 19.

Mas o fenómeno da globalização do crime e da violência exige também uma resposta por parte de uma estrutura de cooperação estatal.¹⁴⁸⁹

4.17.3 - Equívocos do globalismo

Um dos pontos mais essenciais que diferenciam a *primeira* da *segunda modernidade* é, como já observámos, a irreversibilidade do sucesso da globalidade. Ou seja, denota que vivemos numa sociedade mundial policêntrica, contingente e política na qual atores nacionais-estatais e transnacionais se relacionam.

Globalidade e globalização significam também Estado não-mundial designadamente, sociedade mundial *sem Estado* mundial e *sem governo* mundial.¹⁴⁹⁰ Por este motivo, manifesta-se um capitalismo mundial “desorganizado”, pois não há poder hegemónico ou regime internacional seja económico ou político.¹⁴⁹¹

Desta complexidade da globalidade pode ser facilmente distinguida a nova simplicidade do globalismo, compreendida como o império do mercado mundial e seu poder de penetrar e transformar todas as coisas. Mas não se deve aqui exorcizar a ação económica (mundial). Deve-se muito mais revelar o primado e o ditado do mercado mundial preconizado pela ideologia neoliberal do globalismo para tudo, isto é, para todas as dimensões da sociedade, como aquilo que ele de facto é: um economicismo antiquado, projetado em proporção gigantesca, uma revivescência da história da metafísica, uma revolução social apolítica.¹⁴⁹²

A ideia dos “salvadores do mundo (do mercado)” neoliberais que merecem a sua abordagem no que diz respeito aos dez equívocos o globalismo deve ser objeto de análise. Com efeito, Beck apresenta dez equívocos a que sociedade moderna está sujeita. A saber:

1. Metafísica do mercado mundial; 2. O chamado livre comércio mundial; 3. (Ainda) estamos diante de uma internacionalização, e não de uma globalização da economia; 4. Dramaturgia do risco; 5. A ausência da política como revolução; 6. O mito da

¹⁴⁸⁹ Idem, p. 20. Naturalmente, um tribunal internacional seria, a longo prazo, uma grande conquista em favor de uma ordem cosmopolita.

¹⁴⁹⁰ Idem, p. 203

¹⁴⁹¹ Ibidem.

¹⁴⁹² Idem, pp. 203-204.

linearidade 7.Crítica do pensamento catastrofista; 8.Protecionismo preto;
9.Protecionismo vermelho; 10.Protecionismo verde.¹⁴⁹³

¹⁴⁹³ Idem, p. 204.

5º CAPÍTULO – POLÍTICA E FRAGMENTAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA

5.1 - Europa como realidade da “falência” dos modelos políticos, sociais e económicos

A sociedade moderna não encontrou estabilidade em si mesma fruto da falência das próprias Instituições. O Estado ficou mais pobre, mas cresceu o número de ricos. Classicamente diríamos que a burguesia fez do Estado o seu próprio motor para o enriquecimento. Não se trata de analisar questões de âmbito meramente económico e muito menos quantificá-las. Contudo, a dimensão teórico-política submerge todas as esferas que compõem um Estado e vai para além delas. Por outras palavras, estuda a metafísica dos Estados.

Não obstante, é imprescindível percorrer os conceitos económicos para analiticamente sustentarmos as nossas inferências. Assim, tal como confere Thomas Piketty “o rendimento é o fluxo. Corresponde à quantidade de riquezas produzidas e distribuídas do decurso de um determinado período (regra geral, um ano é o período de referência)”¹⁴⁹⁴.

Um outro conceito que merece o seu entendimento é o que se entende concretamente por capital. Para Piketty, “o capital é um *stock*. Corresponde à quantidade total de riquezas possuídas num determinado momento. Esse *stock* provém das riquezas apropriadas ou acumuladas no decurso de todos os anos passados”¹⁴⁹⁵.

Então, por que razão a sociedade moderna, com os meios que a tecnociência engendrou, produziu mais desigualdades político-sociais? A falência das Instituições à escala global tem sido um facto. No entanto, o Ocidente, e a Europa concretamente, que sempre expandiu os seus modelos vivenciais comuns, demonstra o fracasso de que a modernidade para além de inacabada, como referiu Habermas, é fragmentada.

Ao observarmos as dinâmicas que ocorrem no Ocidente, que muito tem servido de modelo, desde a integração às políticas de governo e democracia, nota-se que a sociedade moderna produziu os seus próprios riscos e, entretanto, é açoitada pela “modernização reflexiva”. As desigualdades socioeconómicas, as discrepâncias de rendimentos e de fortunas entre os grupos sociais são sempre, ao mesmo tempo, motivações e consequências de outros factos e de outras

¹⁴⁹⁴ PIKETTY, Thomas – **O capital do século XXI**. Lisboa: Temas e Debates, 2014, p. 85.

¹⁴⁹⁵ *Ibidem*.

esferas, ou seja, “todas as dimensões estão sempre indissociavelmente ligadas umas às outras”¹⁴⁹⁶.

A crise do euro revelou falhas profundas na sua própria construção que os mercados e as autoridades financeiras de antemão ignoraram.¹⁴⁹⁷ Esse fracasso resulta da má conceção intelectual que alterou reflexivamente o mundo real, como salienta George Soros.¹⁴⁹⁸ A maior derrapagem foi não compreender que os países se endividaram naquilo que era uma moeda estrangeira quando nasceu um Banco Central Europeu independente.¹⁴⁹⁹

Os países chamados “países periféricos”, Espanha e Irlanda mais do que os outros, gozaram de *booms* imobiliários e de consumo que os tornaram menos competitivos e originaram profundos défices.¹⁵⁰⁰ Pelo contrário, a Alemanha, assoberbada pelo custo da reunificação, deu início por um mercado laboral denso e outras reformas estruturais que a tornaram mais competitiva.¹⁵⁰¹

Os mercados financeiros globais colapsaram, literalmente, e tiveram de ser sujeitos a suporte artificial de vida. Isto exigiu a substituição do crédito soberano, com o suporte do dinheiro dos contribuintes, pelo crédito de instituições financeiras cujo nível estava debilitado.¹⁵⁰²

Na verdade, a UE (União Europeia) não fez da crise financeira uma oportunidade para dar o passo seguinte rumo à uma união política e financeira, pois não houve vontade política.¹⁵⁰³ A União Europeia encontra-se ameaçada por um demasiado respeito pelo império da Lei.¹⁵⁰⁴ O império da lei é pensado como algo que muito se aspira, contudo as leis são falíveis, como todas as construções humanas.¹⁵⁰⁵

Sabe-se que o primeiro Estado a ser alvejado pela crise do euro foi a Grécia, procedência da civilização, que, nem por isso, lhe foi dada um tratamento adequado, desde o primeiro dia. Enquanto os Estados denominados periféricos, da Zona Euro, excluídos ou não sem apoio financeiro, e infringindo os princípios fundamentais da solidariedade e da igualdade, foram

¹⁴⁹⁶ Idem, p. 408. Eis por que razão a história da distribuição da riqueza constitui em todas as épocas uma verdadeira grelha de leitura da história geral de um país.

¹⁴⁹⁷ SOROS, George – **A tragédia da União Europeia. Desintegração ou renascimento**. Lisboa: Temas e Debates, 2014, p. 118.

¹⁴⁹⁸ Ibidem.

¹⁴⁹⁹ Idem, p. 119.

¹⁵⁰⁰ Idem, p. 120.

¹⁵⁰¹ Ibidem.

¹⁵⁰² Idem, p. 121.

¹⁵⁰³ Idem, p. 122.

¹⁵⁰⁴ Idem, p. 123.

¹⁵⁰⁵ Ibidem. E quando as leis são baseadas em doutrinas económicas incorretas, o império da lei pode causar danos profundos, sobretudo quando aplicado demasiado literalmente, como hoje em dia sucede.

entrando gradativamente em crise. Começando com a Irlanda, depois Portugal, a Espanha, a que se seguiu a Itália (a terceira economia europeia), Chipre, a recente e surpreendente explosão da Holanda e igualmente a França.

A crise pôs em movimento uma *renacionalização* dos bancos no sentido em que eles estão agora a regressar aos seus silos nacionais, e, contrariamente, em vez de um sistema bancário de escala europeia, observa-se cada um dos países com o seu sistema bancário separado, o que representa um processo de desintegração.¹⁵⁰⁶ O xadrez da União Europeia alterou-se dando precisamente vantagens à Alemanha que optou por se transformar numa hegemonia hipoteticamente “benigna”. Contudo, a alternativa é o pesadelo no qual a Europa está hoje mergulhada.

Bauman demonstra uma nova estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados, isto é, muitas áreas do “Terceiro Mundo” mostram à Europa o quadro do seu futuro. Por um lado, este seria um aspeto positivo, se factualmente se pudesse indicar elementos como o desenvolvimento de sociedades multirreligiosas, multiétnicas, e multiculturais, estilos de vida intraculturais e uma multiplicação das soberanias.¹⁵⁰⁷ Por outro lado, este seria um aspeto negativo, se pudéssemos apontar a difusão de áreas de informalidade, a flexibilidade do trabalho, a “*deregulation*”¹⁵⁰⁸ de vastos sectores da economia e das relações de trabalho, o aumento do desemprego e do subemprego (trabalhos “part-time”, trabalhos temporários ou por tarefas, trabalhadores domésticos e outras categorias que não são fáceis de designar recorrendo às terminologias tradicionais¹⁵⁰⁹).

É necessário, entretanto, acrescentar a radicalização das desigualdades e uma alta taxa de violência e criminalidade. Neste contexto, Bauman alerta para a ascensão da segregação político-social em função da venda da profissionalização do indivíduo. Isto é, em função do “imaginário mercantil” do qual o “homem moderno”, atualmente, se encontra revestido, este vende a mão-de-obra a favor de si mesmo a fim de obter maior e melhor prestígio junto dos mercadores.¹⁵¹⁰

¹⁵⁰⁶ Idem, p. 126.

¹⁵⁰⁷ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – A sociedade do risco. Um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. **Prim@ Facie**. [Em linha]. Ano 1, Nº 1 (2002), pp. 14-15. [Consult. 07 Agosto 2013]. Disponível: <URL: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4245>>.

¹⁵⁰⁸ **Deregulation** - The reduction or elimination of government power in a particular industry, usually enacted to create more competition within the industry.

¹⁵⁰⁹ Ibidem.

¹⁵¹⁰ BAUMAN, Zygmunt – **Vida para o consumo. A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 16. A tarefa da recomodificação do trabalho foi a mais afetada até agora pelos

Beck descreveu estes fenómenos como “filhos da liberdade”, ou seja, vivemos sob as condições de uma democracia internalizada, para a qual muitos dos conceitos e receitas da “primeira modernidade” se tornaram insuficientes.¹⁵¹¹ É, essencialmente, o sentido de usar instrumentos e métodos decrépitos com a finalidade de solucionar problemas modernos. Barbara Sichtermann afirma que o futuro se tornou multidimensional, os velhos modelos explicativos não se suportam, ou seja, existem, atualmente, muito mais enigmas do que soluções e, doutro modo, grande parte das soluções manifestadas são sacos cheios de enigmas.¹⁵¹²

O “globalismo económico” é, no seu léxico teórico, algo bem diferente da globalização. É uma ideologia “ultralibertária”, ou seja, uma “metafísica do mercado global”, que procura esconder os riscos que comportam, em particular, os processos de globalização económico-financeira. O perigo muito mais grave, entretanto, vem dos sectores mais resistentes da economia globalizada, isto é, vem da capacidade que as grandes empresas industriais e financeiras têm de abdicar-se dos vínculos da solidariedade nacional, em particular das imposições fiscais.¹⁵¹³

É comum falar-se, em toda a parte, de “flexibilidade”, forma de dizer que um “empregador” pode “despedir” espontaneamente seus empregados. Desse modo, quanto mais as condições de trabalho são “desreguladas” e “flexibilizadas”, mais célere a sociedade do trabalho se transforma numa “sociedade do risco”, na qual nem o modo de vida, para os indivíduos, nem as medidas, para o Estado e a política, serão previsíveis.¹⁵¹⁴

A estrutura das grandes *corporations* é de tal forma extensa que estas podem definir a bel-prazer e mudar rapidamente as suas sedes geográficas ou funcionais dos próprios fatores de produção, angariando, deste modo, grandes vantagens e subtraindo-se às regras impostas pelos órgãos estatais.¹⁵¹⁵ Com efeito, um capitalismo que fosse concentrado exclusivamente na

processos gémeos da desregulamentação e da privatização. Essa tarefa está sendo excluída da responsabilidade governamental direta, mediante a “terceirização”, completa ou parcial, do arcabouço institucional essencial à prestação de serviços cruciais para manter vendável a mão-de-obra (como no caso de escolas, habitações, cuidados com os idosos e um número crescente de serviços médicos). Assim, a preocupação de garantir a “vendabilidade” da mão-de-obra em massa é deixada para homens e mulheres como indivíduos (por exemplo: transferindo os custos da aquisição de habilidades profissionais para fundos privados e pessoais), e estes são agora aconselhados por políticos e persuadidos por publicitários a usarem seus próprios recursos e bom senso para permanecerem no mercado, aumentarem seu valor mercadológico, ou pelo menos não o deixarem cair, e obterem o reconhecimento de potenciais compradores.

¹⁵¹¹ BECK, Ulrich – **Hijos de la libertad**. 2ª Edição. México: FCE, 2002a, p. 9.

¹⁵¹² SICHTERMANN, Barbara apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 2002a, p. 15.

¹⁵¹³ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – Op. Cit., 2002, p. 15.

¹⁵¹⁴ BECK, Ulrich – As quatro esquerdas em tempos de globalização. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2006b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/1734-as-quatro-esquerdas-em-tempos-de-globalizacao-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁵¹⁵ BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – Op. Cit., 2002, p. 15.

propriedade e no lucro, que não desse “reconhecimento” aos trabalhadores, ao *Welfare State* e à democracia, terminaria por se autodestruir. Por isso hoje não é somente o risco que milhões de pessoas fiquem desempregadas. E não é exclusivamente o *Welfare State* que corre riscos. A liberdade política e a democracia correm risco!¹⁵¹⁶

Beck propõe que devemos fazer com que a economia seja responsável pelo futuro e pela democracia, reforçando, por exemplo, a política transnacional na Europa. Mas é necessário sobretudo tentar fortalecer as organizações transnacionais dos consumidores e, em geral, a chamada *global civil society*. À medida que multiplicam os lucros das grandes empresas, nos países ocidentais estão cessando os recursos financeiros tradicionalmente destinados às aposentadorias, aos serviços sociais e à assistência aos idosos. Estão chegando ao fim porque as grandes empresas conseguem diminuir não unicamente o custo da mão-de-obra mas também os vínculos dos encargos fiscais.¹⁵¹⁷

Observam-se cada vez mais uma crise das balanças estatais que podem contar cada vez menos com as receitas fiscais ligadas às atividades produtivas. Não é, portanto, apenas o trabalho que vem a faltar, faltam igualmente os recursos públicos.¹⁵¹⁸ O risco de que toda forma de *Welfare State* esteja destinada à extinção e que os defensores dos direitos sociais nos países ocidentais se estejam debatendo por uma causa já perdida para sempre vem se tornando um facto.

5.2 - Efeitos reflexivos da globalização na sociedade moderna

O panorama que se mantém vivo na sociedade moderna, no que diz respeito aos riscos engendrados pela crise da modernidade, por um lado, revela que ao nível do mercado de trabalho, é perceptível que quanto mais se cortam os direitos, mais se reduz a identificação do funcionário com quem oferece o trabalho. Por outro lado, retraem-se a produtividade e a criatividade, as únicas armas coerentes que são aplicadas para competir com os países emergentes.¹⁵¹⁹

¹⁵¹⁶ Ibidem.

¹⁵¹⁷ Idem, pp. 16-17

¹⁵¹⁸ Ibidem.

¹⁵¹⁹ BECK, Ulrich - A redução da produtividade e da democracia. Instituto Humanitas Unisinos. [Em linha]. (2011b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/39768-a-reducao-da-produtividade-e-da-democracia-entrevista-com-ulrich-beck>>.

Presentemente, a globalização entra nas fábricas, nos Estados, na vida das pessoas e muda as suas regras. Os Estados do século XIX haviam produzido Instituições a fim de limitar os danos que o capitalismo industrial podia provocar. Contudo, este matrimónio entre poder e política está, porém, acabando em divórcio. “O poder é sempre menos democrático, menos legal, mais informal, parcialmente transferido a um capital sempre mais móvel e ao mercado financeiro. E em parte aos indivíduos, que deveriam se proteger sozinhos”¹⁵²⁰.

O papel exíguo dos sindicatos e a débil atuação democrática faz com que os indivíduos, por exemplo, os consumidores com uma consciência política, que são um gigante adormecido, se alienem dos seus poderes reais. Se se reúnem, se se organizam, seguramente que a sua decisão de comprar ou não comprar alguma coisa pode valer quase mais do que um voto.¹⁵²¹

A UE é um dos paradigmas mais presentes dos efeitos reflexivos da globalização. A democraticidade do capital não se decide mais dentro de uma nação. Essa questão deveria ser enfrentada pela UE. Um dos motivos pelos quais a UE se depara com inúmeras controvérsias para ser aceite pela população é que ela se ocupa unicamente do mercado, numa perspetiva neoliberal. Na verdade, se começasse a pensar em como garantir uma segurança social aos trabalhadores dos Estados membros, a sua reputação, decerto, se favoreceria.¹⁵²²

Como anteriormente referimos, quanto mais se cortam os direitos, mais se reduz a identificação do empregado com a empresa e com ela a flexibilidade e a criatividade que são úteis para prosperar. Assim sendo, com a redefinição do Estado e dos sindicatos numa dimensão transnacional, as empresas também se dariam conta de que democracia e produtividade são exatamente os dois lados da mesma moeda.¹⁵²³

Talvez podemos recuperar de Marx a ideia de internacionalização da classe operária. Mas se quisermos reinventar a política do trabalho no início do século XXI devemos nos dar conta de que vivemos em um mundo policêntrico e tentar novas alianças: entre trabalhadores e consumidores, entre Estados, reorganizando a UE. O que falta nesse

¹⁵²⁰ A Fiat é um ótimo exemplo de como a globalização pode ser usada como novo jogo de poder para mudar as regras do poder. Assistimos à emancipação da economia dos vínculos nacionais e democráticos. Em 2001, a Volkswagen queria que os seus operários trabalhassem mais, por um salário menor e com menos direitos. Ou aceitavam entrar numa *newco* apropriada, ou deslocariam aquela parte da produção para a Eslováquia ou a Índia. Dentro da Volkswagen há um conselho internacional de trabalhadores a ser interpelado todas as vezes que a empresa tenta deslocalizar a países onde o custo do trabalho é mais baixo. Um contrapoder ao *management* que, mesmo agindo dentro da lei, é sempre menos legitimado com relação à comunidade nacional que o expressa.

¹⁵²¹ Ibidem.

¹⁵²² Idem, p. 3.

¹⁵²³ Ibidem.

debate é uma esquerda não nostálgica do velho *welfare state* nacional, mas aberta a se tornar a contrapartida do atual capital transnacional.¹⁵²⁴

As políticas neoliberais, nos últimos 20 anos, foram expressas como o progresso, mas só agora nos damos conta de que são “categorias zumbis”, ou seja, haviam-nos asseverado “mais mercado, menos pobres”, e ocorreu o oposto. O mesmo com a crise financeira. A visão neoliberal que a Europa também elegeu fracassou em toda a sua linha. A partir de uma visão social-democrática, quiçá, é possível superá-la. Talvez com um acréscimo ambientalista. E, logicamente, transnacional.¹⁵²⁵

Os cidadãos estão indefesos. O Estado já não os protege, todavia, mantém uma “capa” sobre si mesmo, fundada na decrépita ideia de Estado protetor e garante da segurança. É fundamental que se tomem medidas no acolhimento de cidadãos cosmopolitas. A globalização se rege sobre a deslocalização rumo a países mais económicos. Desse modo, as empresas economizam e enriquecem.¹⁵²⁶

Em primeiro lugar, as companhias são sempre mais globalizadas também no seu interior. BP, hoje, não quer dizer mais *British Petroleum*, mas sim *Beyond Petroleum*. Ou seja, uma multinacional que paga os impostos na Suíça e opera em inúmeros Estados. É difícil, portanto, dizer qual é a real sede dessa companhia. Em segundo lugar, porque a redistribuição da riqueza foi tarefa dos Estados-nação.¹⁵²⁷

Relembramos que a globalização designa duas perspectivas fundamentais, em primeiro lugar, abre um “novo jogo” em que as regras e os conceitos primordiais do “velho jogo” deixam de ser reais ou aplicáveis. Ou seja, o “velho jogo” tem muitos nomes, por exemplo, Estado-nação, sociedade industrial nacional, capitalismo nacional ou também Estado de bem-estar nacional, todos esses já não funcionais isoladamente.¹⁵²⁸

Em segundo lugar, com a globalização, no entanto, surgiu um novo espaço e um novo quadro de ação, isto é, a política perdeu o seu limite e afastou-se da esfera estatal. A consequência é que aparecem “jogadores” adicionais, novos papéis, novos recursos, regras desconhecidas, contradições e novos conflitos.¹⁵²⁹

¹⁵²⁴ Ibidem.

¹⁵²⁵ Ibidem.

¹⁵²⁶ Ibidem.

¹⁵²⁷ Ibidem.

¹⁵²⁸ BECK, Ulrich – El metajuego de la política cosmopolita. **Claves de Razón Práctica**. ISSN: 1130-3689. Vol. N.º 145 (2004a), pp.4-13.

¹⁵²⁹ Idem, p. 5.

É possível falar num derrotismo político, pois não seria possível falar de uma transnacionalização da soberania do povo sem diminuição do nível de legitimação. Habermas propõe a eliminação do bloqueio ao pensamento, ao sugerir a existência de uma dependência conceptual da soberania do povo em relação à soberania do Estado.¹⁵³⁰ Para Habermas três componentes são fundamentais para a transnacionalização da soberania do povo. Em primeiro lugar, “a comunitarização de pessoas jurídicas livres e iguais; em segundo lugar, a organização de capacidades de ação coletivas, e, por último, o instrumento da integração de uma solidariedade cívica entre estranhos”¹⁵³¹.

A estes componentes adquirem uma nova configuração a nível europeu. A este nível, as duas inovações, notáveis, consistem no facto de os Estados-Membros, que preservam o seu monopólio da violência, se subordinem, por razões funcionais, ao direito supranacional, mesmo que com uma reserva interessante, e partilhem, num determinado sentido, a sua “soberania” com a totalidade dos cidadãos da União.¹⁵³²

O mercado fracassou em razão dos riscos incalculáveis do crédito imobiliário e de outros empréstimos que foram ocultados intencionalmente, com a esperança de que a sua diversificação e ocultação viriam a reduzir. Contudo, agora se demonstra que esta estratégia de minimização se transformou no oposto, deste modo, numa estratégia de maximização e extensão de riscos cuja abrangência é incalculável. Beck alerta que o vírus do risco se encontra em todos os lugares, ou pelo menos, a sua expectativa. Por consequência, o medo dissolve a confiança, o que potencializa os riscos e origina, numa reação em cadeia, um autobloqueio do sistema financeiro. Ninguém tem melhores certezas. Mas, presentemente se sabe em todas as partes que o mercado já não funciona sem o Estado.¹⁵³³

De acordo com Beck, até mesmo os neoliberais mais radicais aclamam o intervencionismo do Estado na economia e mendigam as doações dos contribuintes. Outrora, quando se registavam lucros, consideravam isso diabólico.¹⁵³⁴ Por outras palavras, a história da crise é fundamentalmente a história do fracasso do mercado.

As crises económicas são tão antigas quanto os próprios mercados. E, pelo menos desde a crise económica mundial de 1929, sabemos que os colapsos financeiros

¹⁵³⁰ HABERMAS, Jurgen – **Um ensaio sobre a constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 74.

¹⁵³¹ Ibidem.

¹⁵³² Ibidem.

¹⁵³³ BECK, Ulrich – Da fé no mercado à fé no Estado. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2008b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/13485-da-fe-no-mercado-a-fe-no-estado-um-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁵³⁴ Ibidem.

podem derrubar sistemas políticos, como a República de Weimar, na Alemanha. Mas o que é mais surpreendente é que as instituições de Bretton-Woods, fundadas depois da Segunda Guerra Mundial, que foram pensadas como resposta política aos riscos económicos globais (e cujo funcionamento foi uma das chaves para que o Estado de bem-estar social fosse implantado na Europa), tenham sido dissolvidas sistematicamente a partir dos anos 70 e substituídas por sucessivas soluções *ad hoc*. A partir de então estamos confrontados com a situação paradoxal de que os mercados estão mais liberalizados e globalizados que antes, mas as Instituições globais, que controlam sua atuação, têm que aceitar drásticas perdas de poder.¹⁵³⁵

Na realidade, não se deve confundir risco com catástrofe. Risco designa a antecipação da catástrofe. Os riscos pressupõem uma situação global, o que (ainda) não se dá. Ao passo que catástrofe tem lugar num espaço, num tempo e numa sociedade determinada, a previsão da catástrofe não conhece nenhuma delimitação desta índole. Entretanto, ao mesmo tempo, pode-se transformar naquilo que desencadeia a catástrofe, sempre no caso dos riscos financeiros globais.

As “crises financeiras” são somente pleiteadas sob a perspectiva das possíveis ameaças para os mercados financeiros. Todavia, as crises globais não podem “se enquadrar” dentro do subsistema económico, designadamente as crises ecológicas globais, já que tendem antes a suscitar convulsões sociais e a desencadear riscos ou colapsos políticos.¹⁵³⁶ A “lei de ferro” da globalização do livre mercado ameaça desintegrar-se, e sua ideologia entrar em colapso. Em todo o mundo, não somente na América do Sul, mas também no mundo árabe e sobretudo na Europa e inclusive na América do Norte, os políticos dão passos em oposição a globalização.¹⁵³⁷

Existem surpreendentes paralelismos entre a catástrofe nuclear de Chernobyl, a crise financeira asiática e a ameaça de colapso da economia financeira. Diante dos riscos globais, os métodos tradicionais de controlo e contenção mostram-se ineficazes. E ao mesmo tempo, se põe de manifesto o potencial destrutivo nos âmbitos social e político dos riscos que o mercado global entranha. Milhões de desempregados e pobres não podem ser compensados financeiramente. Caem governos e há ameaças de guerra civil. Quando os riscos são percebidos, a questão da responsabilidade adquire relevância pública.¹⁵³⁸

O convencimento seguro de que, numa crise, o Estado acabará por salvá-los, proporciona aos bancos e às empresas financeiras fazer negócios em tempos de bonança sem muita consciência

¹⁵³⁵ *Idem*, p. 3.

¹⁵³⁶ *Idem*, p. 4.

¹⁵³⁷ *Ibidem*.

¹⁵³⁸ *Idem*, p. 5.

dos riscos. Se eventualmente o castelo de cartas da especulação ameaça cair, os bancos centrais e os contribuintes devem salvá-lo. Com efeito, ao Estado apenas lhe resta fazer pelo interesse comum o que sempre lhe reprovaram aqueles que agora o reclamam, quer dizer, pôr fim ao fracasso do mercado mediante uma regulação supranacional.¹⁵³⁹

O mercado congregou as funções vitais e objetivas do Estado, nomeadamente o Estado social, o Estado-nação, o poder sindical e as restrições ecológicas. Todos esses elementos foram colocados à disposição do investimento privado.¹⁵⁴⁰ Com a absolutização do mercado brota uma contradição histórica. O mercado envolve as Instituições culturais, políticas e jurídicas, quem pretender objetar esta constatação põe todos em perigo e as consequências são fatais não somente para os indivíduos, mas também para a sociedade.¹⁵⁴¹

A incalculabilidade dos riscos financeiros deriva da extraordinária importância do não-poder-saber. Ao mesmo tempo, porém, a aspiração do Estado ao conhecimento, ao controlo e à segurança deve ser renovada, aprofundada ao extremo.¹⁵⁴² Mas por que lá onde a economia do equilíbrio fracassa o Estado deve estabelecer, de modo decisivo, o que é oportuno fazer? A essa pergunta, há uma resposta política e sociologicamente convincente, ou melhor, porque a promessa de segurança é o ponto de força do Estado moderno, que não é anulado pelo não-saber, mas, pelo contrário, é por ele ativado.¹⁵⁴³

Os efeitos reflexivos da globalização consolidaram-se também aos grupos terroristas que se transformaram em novos atores globais em competência direta com os Estados, a economia e a sociedade civil. As redes terroristas são, de alguma forma, “ONG’s da violência”.¹⁵⁴⁴ Atuam como organizações não-governamentais (ONG’s), sem um território próprio, descentralizadamente, ou melhor, por um lado, agem localmente, e, por outro, transnacionalmente.¹⁵⁴⁵

Ora, enquanto, por exemplo, *Greenpeace* e a Amnistia Internacional lançam contra o Estado as cartas que visam a crise do meio ambiente e dos direitos humanos, as ONG’s terroristas destituem o monopólio estatal da violência, o que, na realidade, significa, em primeiro lugar,

¹⁵³⁹ Idem, p. 6.

¹⁵⁴⁰ BECK, Ulrich – **Hijos de la libertad**. 2ª Edição. México: FCE, 2002a, p. 24.

¹⁵⁴¹ Ibidem.

¹⁵⁴² BECK, Ulrich – Os banqueiros convertidos e o Estado de exceção. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2008c). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/17663-%60os-banqueiros-convertidos-e-o-estado-de-excecao%60-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁵⁴³ Idem, p. 6.

¹⁵⁴⁴ BECK, Ulrich – **Sobre el terrorismo y la guerra**. Barcelona: Paidós, 2003b, p. 28.

¹⁵⁴⁵ Idem, p. 29.

que esta classe de terrorismo transnacional não está ligada ao terrorismo *islâmico*, mas pode unir-se com todos os objetivos, ideologias e fundamentalismos possíveis.¹⁵⁴⁶

O aspeto peculiar dos terroristas, pertencentes às “ONG’s da violência”, é que tentam “salvar” as suas vidas depois de cometer um delito.¹⁵⁴⁷ Por outras palavras, os terroristas suicidas extraem uma enorme força destrutiva da renúncia premeditada da sua própria vida. Com efeito, os Estados não têm como buscar aos terroristas suicidas para provar a culpabilidade dos mesmos. Os culpados se provam e se condenam em suas próprias ações.¹⁵⁴⁸ Desse modo, enfrentam-se “homens sombra”, ou seja, ao se autocondenarem pelos crimes cometidos, as causalidades se perdem e se desvanecem.

5.3 - Distribuições e desigualdades nos anais da crise económica e a Europa reflexiva

A edificação europeia, na sua contemporaneidade e, quiçá, no seu futuro, deve preferir por completo o conceito de Estado-nação e a perspetiva nacionalista que lhe está implícita. Uma e outra perspetiva fazem parte de uma tradição histórica que torna presente uma visão de um momento da Modernidade destituído de validade conceptual pela dinâmica crítica imposta pela matriz reflexiva da sociedade vigente.

Beck defende a ideia segundo a qual, no que tange à insustentabilidade do padrão das Instituições responsáveis pela Modernidade Clássica numa sociedade apelidada pelos riscos, é apropriado igualmente para as instituições da União Europeia no seu momento recente, isto é, a lógica que tem presidido à edificação do padrão europeu deve ser colocada à parte face à natureza cada vez mais interdependente dos desafios presentes e futuros de destino comunitário em que estão diretamente envolvidos os vinte e oito Estados membros europeus.

Quando se pensa nos eventos principais de “riscos” das últimas décadas, nomeadamente, Chernobyl, 11 de Setembro, alterações climáticas, crise financeira, Fukushima e a crise do euro, na verdade, três características são comuns a todos eles. A começar, porque “riscos” dão origem a uma radicalização dramática das desigualdades sociais intra-nacional e internacionalmente, ou seja, eles não podem continuar a ser conceitualizados em termos do pré-definido conceito

¹⁵⁴⁶ Ibidem.

¹⁵⁴⁷ Idem, p. 30.

¹⁵⁴⁸ Ibidem.

empírico-analítico da análise de classe como “conflitos de classe na sociedade de classe”.¹⁵⁴⁹ Em seguida, antes dos “riscos” realmente ocorrerem, eram inconcebíveis. Por último, eles são globais em caráter e em suas consequências e processam a rede progressiva dos espaços de ação e ambientes tangíveis.¹⁵⁵⁰

No domínio da crise do euro, as consequências são visíveis, os países mais afetados são Portugal, a Grécia, a Espanha, Irlanda, etc., este primeiro, conheceu um decréscimo de investimento por parte das empresas estrangeiras devido a tensão política de julho de 2013, cujo resultado adveio da renúncia do ministro das finanças e das relações exteriores. Na sequência destes acontecimentos, Portugal iniciou uma política de “desvalorização interna”, isto é, a redução dos custos de trabalho.¹⁵⁵¹

O ambiente “áspero” que assombrara a política e economia portuguesa justifica a tese da inevitabilidade de “Estados cooperativos”. No entanto, o país entrou num “estado de incerteza”, ou seja, com o declínio de poder de compra em consequência dos salários mais baixos, impostos mais elevados e cada vez menor as rendas indiretas (gastos sociais...), o país torna-se “refém” do investimento estrangeiro assim como dos recursos dos emigrantes.¹⁵⁵²

No ano de 2013, Portugal beneficiou-se de 10%, mais do que o ano anterior (2012), das remessas dos emigrantes portugueses que representaram 1,8% do PIB de 2013.¹⁵⁵³ Partindo do princípio que a arrecadação dos impostos sobre as remessas tenha exclusivamente provindo da contribuição dos “bons cidadãos”, aqueles que declaram os seus rendimentos, e que os “maus cidadãos”, os que eventualmente não declaram os seus rendimentos e não têm sido alvos dos impostos, dá crédito à imprescindibilidade de “Estados cooperativos” a fim de fiscalizar as

¹⁵⁴⁹ BECK, Ulrich – Why “class” is too soft a category to capture the explosiveness of social inequality at the beginning of the twenty-first century. **The British Journal of Sociology**. ISSN 0007-1315. Vol. 64 Issue 1 (2013b), p. 64.

¹⁵⁵⁰ Ibidem.

¹⁵⁵¹ FONTAN, Sylvain – “Portugal: entre crise politique et crise économique”. *L’Economiste*, (11 Septembre 2013). [Consult. 21 Jan. 2015]. Disponível em: URL< <http://www.leconomiste.eu/decryptage-economie/84-portugal-entre-crise-politique-et-crise-economique.html>>.

¹⁵⁵² Ibidem.

¹⁵⁵³ MONTEIRO, Fábio – “Remessas dos emigrantes portugueses representaram 1,8% do PIB em 2013”. *Observador*, (1 Janeiro 2015). [Consult. 21 Jan. 2015] Disponível: URL:< <http://observador.pt/2015/01/06/remessas-dos-emigrantes-portugueses-representaram-18-pib-em-2013/>>.

Com o aumento da emigração nos últimos três anos, o valor das remessas enviadas pelos portugueses no estrangeiro tem vindo a crescer. De acordo com um relatório publicado pelo Observatório da Emigração, que compila dados do Banco de Portugal, em 2013 o valor das remessas aumentou 10% face ao ano anterior. O valor das remessas de emigrantes recebidas em Portugal foi de pouco mais de três mil milhões de euros, valor recorde desde que o país aderiu ao euro, o que correspondeu a cerca de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013. Mais de metade deste valor veio da França (30%) e da Suíça (25%), os dois países onde residem mais emigrantes portugueses. Em terceiro lugar, surge Angola com 10% das remessas.

transações financeiras, não somente aos cidadãos, mas sobretudo às empresas de escala transnacional.

A sociedade moderna, atualmente, padece de uma espécie de “secularização do trabalho”, ou melhor, o cidadão que perdeu a sua fé em Deus crê na divindade das suas mãos, o trabalho cria tudo que é sagrado para ele, especificamente, o bem-estar, a posição social, personalidade, sentido de vida, democracia, coerência política.¹⁵⁵⁴

O modelo fiscal para regular o capital patrimonial globalizado do século XXI deve ser repensado, o exemplo de Portugal serve naturalmente para entender a utilidade de padrões desta natureza a fim de adaptá-los ao mundo de hoje. Os “Estados cooperativos”, neste contexto, são imprescindíveis. Thomas Piketty, em conformidade com Beck, afirma que para reconfigurar o Estado social e o imposto progressivo é igualmente preciso inventar novas ferramentas, adaptadas aos desafios do momento, para que a democracia possa retomar o domínio do capitalismo financeiro globalizado deste novo século.¹⁵⁵⁵

[...] à falta de uma solução dessa natureza – que na sua forma complexa exige um nível muito elevado e sem dúvida pouco realista a médio prazo de cooperação internacional, mas que pode muito bem ser criado de maneira gradual e progressiva nos países que o desejarem (mas terão de ser em número suficiente, por exemplo no plano europeu) –, é provável que prevaleçam formas diversas de nacionalismos. Tais instrumentos representam na verdade subtítulos muito pouco satisfatórios da regulação ideal que constitui o imposto mundial sobre o capital, que tem o mérito de preservar a abertura económica e a globalização simultaneamente regulando com eficácia e distribuindo os lucros de modo justo no interior dos países e entre eles.¹⁵⁵⁶

Anthony Giddens ao propor uma “terceira via” reconhece que a aplicação do esforço político deve ser conduzida no sentido de uma atualização do Estado e de suas relações supranacionais, em compatibilidade com as condições dominantes na economia contemporânea. Do mesmo modo, é fundamental uma nova conceção de soberania, sem excluir forçosamente a compreensão clássica do conceito, tendo como vetores a modernidade e o pragmatismo, introduzindo o fim da igualdade como propósito permanente, e do Estado como sujeito central

¹⁵⁵⁴ BECK, Ulrich – **Un nuevo mundo feliz. La precaridad del trabajo en la era de la globalización**. Barcelona: Paidós, 2003a, p. 75.

¹⁵⁵⁵ PIKETTY, Thomas – Op. Cit., 2014, p. 785.

¹⁵⁵⁶ Idem, pp. 786-787.

da justiça social. Para tal, é necessário que exista solidez na campanha promocional pois, ao contrário, a sociedade civil insurge-se rapidamente contra o Estado.¹⁵⁵⁷

Com a ascensão e crescente desvalorização económica do trabalho nos países como Portugal, Espanha e Grécia, ressurgem ideias “antieuropéias” no seio das comunidades e dos partidos de esquerda. Neste sentido, revê-se uma Europa mais “reflexiva”, uma Europa cujas alternativas para o seu resgate passam precisamente pelo “sacrifício” dos países designados por “periféricos”, através de políticas “suicidas” de austeridade.

A atmosfera e a “palavra de ordem” nos países periféricos são de que temos uma Europa erguida às pressas, sob o aliciante ou o chamariz de uma perspetiva exclusivamente economicista, quimérica, senão mesmo enganadora, mas sem debate elucidativo e oportunidade dos povos respetivos apresentarem formal e expressamente a sua vontade de participação para lá das fronteiras tradicionais da Europa.¹⁵⁵⁸ Assim sendo, fica claro que não se desenharam os traços gerais sequer, neste verdadeiro afã, uma organização com capacidade satisfatória para atuar em circunstâncias de emergência, nem liderança com prestígio bastante.¹⁵⁵⁹

No atual quadro da globalização, os Estados-nação por si e por mais nobre que haja sido o seu passado configuram-se como algo exíguo.¹⁵⁶⁰ Os vastos espaços políticos e económicos são hodiernamente inevitáveis. Contudo, “o puro cego sacrifício das nações no altar da Europa apenas gerará males temíveis”¹⁵⁶¹. Esta nova configuração reacende a convicção da ausência de “cooperação” entre os Estados membros. Por outras palavras, a falta de “cooperação” entre os Estados demonstra que os mais “fracos” perdem as suas soberanias em favor dos mais “fortes”.

¹⁵⁵⁷ GIDDENS, Anthony – **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 168.

¹⁵⁵⁸ ALBUQUERQUE, Martim – **A ideia de Europa no pensamento português**. Lisboa: Babel, 2014, p. 12.

¹⁵⁵⁹ Idem, pp. 12-13. À má estrutura do edifício, somam-se as falhas de vigor dos materiais. Por isso, o conjunto ameaça, mais uma vez, a ruir. María Zambrano falava nos anos 40 da *agonia da Europa* como uma “constante” da sua história. A grande guerra de 1939-45 foi mais um golpe tremendo e pareceu confirmar-se a si próprio como estocada definitiva. A Europa, todavia, emergiu do coma. Os seus *fundamentos*, para utilizar a propósito dela uma palavra do Cardeal Ratzinger (Bento XVI), conseguiram superar a morte. Mas resistirá de novo? A crise provocada e que estamos vivendo, produto dos senões acima expostos, pode resultar num desmembramento sem ressurreição. Por dois motivos. Em primeiro lugar, pelo *grande cansaço*, o qual, como Hurssel pôs em relevo, e lembrando a sua lição em sede de ideia de Europa bem venceu George Steiner, é *perigo*. Em seguida, porque, sob a crise aberta pela inconsideração em favor dos benefícios materiais e pela falta de regulação capaz de conter os interesses, abre de novo as cesuras entre os mais ricos e os mais pobres, os mais fortes e os mais fracos, e traz de volta à crista das ondas os antagonismos nacionais.

¹⁵⁶⁰ Idem, p. 15.

¹⁵⁶¹ Ibidem.

Não obstante a invocação de perda de soberania ser uma das querelas mais atinentes dos Estados periféricos e conseqüentemente a “falência” do conceito (soberania), como nos capítulos anteriores elucidamos, lembramos que, desde a pertença das Nações à Organização das Nações Unidas, se visto numa dimensão jurídica, o conceito de soberania depois disso já não se adapta ao conceito clássico enunciado por Jean Bodin.

A soberania atualmente exhibe menor amplitude, ou seja, é portanto *partilhada*.¹⁵⁶² Esta redução provém precisamente do facto das nações juntarem-se sob os auspícios de um certo denominador. A restrição da ideia clássica de soberania, neste contexto, não pode ser operada com prejuízo do princípio da *igualdade* ou *pacificação*.¹⁵⁶³ Com a fragmentação dos princípios em favor das nações preponderantes, designadamente Alemanha e França no que tange ao cumprimento do défice, e com as exigências delas a custo de uma austeridade execrável, reascendem sentimentos antigermânicos.¹⁵⁶⁴

Habermas afirma que o aumento, sem controlo político, da complexidade da sociedade mundial, que circunscribe, gradativamente, de forma sistémica, o espaço de manobra dos Estados-nação, provoca que a exigência de alargar as capacidades políticas de atuar além-fronteiras nacionais derive do próprio sentido normativo da democracia.¹⁵⁶⁵

Os Estados tentaram compensar, em parte, a perda, entretanto surgida, de capacidades de solução de problemas com a ajuda de organizações internacionais; mas, independentemente da problemática simetria de poderes existente a composição da maioria dos regimes internacionais baseados em tratados, os Estados envolvidos, caso sejam constituídos de acordo com os princípios da democracia, pagam a governação baseada na intergovernabilidade com o decréscimo dos níveis de legitimação. O facto de os governos que enviam os seus representantes para organizações internacionais serem democraticamente eleitos não chega para compensar este dano.¹⁵⁶⁶

¹⁵⁶² Idem, p. 16. Recordamos que ao usarmos a ideia de *soberania partilhada* não ignoramos que, consoante justamente, observou Habermas, pode ser *equivoca*. É passível ou suscetível de interpretações muito diversas. O próprio Habermas dela se prevaleceu num sentido particular e concreto. A propósito do *poder constituinte*. Em duas direções. “A partilha do poder constituinte – defende ele – partilha a soberania não só *na fonte da comunidade constituída*, como também *na origem da comunidade por constituir*”. Sem excluir este ponto de vista e outros, o que pretendemos com a menção *soberania partilhada* é enfatizar que, a despeito de no campo conceptual isso constituir um absurdo lógico, uma contradição nos termos, no domínio da *praxis* constitucional e jurídica terá de se transformar numa vivência perante e quotidiana.

¹⁵⁶³ Ibidem.

¹⁵⁶⁴ Ibidem.

¹⁵⁶⁵ HABERMAS, Jurgen – **Um ensaio sobre a constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 76.

¹⁵⁶⁶ Ibidem.

A dilatação do poder das organizações internacionais, na prática, enfraquece os procedimentos democráticos dos Estados-nação, na medida em que as funções dos mesmos são cedidas para o nível de governação transnacional.¹⁵⁶⁷ Neste sentido, Habermas propõe uma extensão dos procedimentos democráticos à uma dimensão transnacional. Se, por um lado, não queremos conformar a tal, mas, por outro, temos de admitir como irreversível a dependência crescente dos Estados-nação das limitações sistémicas de uma sociedade mundial progressivamente mais interdependente, impõe-se a necessidade política de ampliar as condutas democráticas para lá das fronteiras do Estado-nação.¹⁵⁶⁸

É óbvio que imperativos surgidos em circunstâncias em que a lógica da própria democracia se altera podem não resistir à realidade. No entanto, o ceticismo mais renitente em relação a uma juridicização *democrática* do domínio político que vai além das fronteiras nacionais alimenta-se de um mal-entendido coletivista que mistura soberania do povo e soberania do Estado. Este mal-entendido que se cria na interpretação comunitarista e liberal, assim como na conservadora e nacionalista, deve-se à hipergeneralização de uma constelação histórica ocidental e leva à ignorância do carácter artificial e, portanto, difuso de uma consciência da identidade nacional construída na Europa do século XIX.¹⁵⁶⁹

A erosão destruidora da Europa, num prazo mais ou menos longo, tornar-se-á, decerto, fatal. Isto é, “cada uma das nações integrantes da Europa possui uma memória coletiva específica que constitui, também ela, parte da própria *identidade cultural europeia*”¹⁵⁷⁰, contudo esse ponto de vista evidencia a presença do “nacionalismo metodológico” como obstáculo para uma “verdadeira” União Europeia. Ademais, só com a Sociedade *no* Estado e o Estado *com* a Sociedade é que será possível ultrapassar o grande desafio da Europa assim como da globalização.¹⁵⁷¹

¹⁵⁶⁷ Idem, p. 77.

¹⁵⁶⁸ Ibidem.

¹⁵⁶⁹ Idem, pp. 77-80. Enquanto a soberania externa do Estado é pensada segundo o modelo da liberdade arbitrária, a soberania do povo manifesta-se numa legislação generalizadora do ponto de vista democrático que garante a todos os cidadãos as mesmas liberdades. Em termos concetuais, a “liberdade arbitrária” é substancialmente diferente da “liberdade legal”. Por isso, restrição da soberania nacional em prol de uma transferência dos direitos de soberania para instâncias supranacionais não *deve*, de maneira alguma, ser conseguida à custa da declaração de incapacidade de cidadãos democráticos. Esta transferência – *caso deixe intactos os procedimentos democráticos* – prossegue precisamente aquele tipo de constitucionalização do poder estatal ao qual os cidadãos já devem as suas liberdades ao seio do Estado-nação.

¹⁵⁷⁰ ALBUQUERQUE, Martim – Op. Cit., 2014, p. 16.

¹⁵⁷¹ MALTEZ, José Adelino – **Metodologia da ciência política**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007, p. 231.

As medidas de resgate para Grécia, por exemplo, foram providenciadas através de uma miríade de acordos institucionais.¹⁵⁷² Como consequência, inclui a resistência do povo grego ao enfraquecimento dos seus direitos e esfacelamento dramáticos no seu nível de vida, assim como ao mero facto de que as reformas planeadas se tornaram impossíveis de implementar.¹⁵⁷³

[...] as políticas de austeridade aliadas às consecutivas alterações abrangentes em termos de legislação desencadearam uma era de grande incerteza e recessão generalizada. A irracionalidade de perseguir uma política orçamental pró-cíclica durante uma forte recessão tem sido muitas vezes realçada. O resultado foi um espetacular falhanço, tendo em conta, inclusivamente, as metas declaradas pela *troika*.¹⁵⁷⁴

Consta que, “os bancos e fundos de pensões gregos detinham uma grande parte dos títulos da dívida pública grega e a sua inclusão no PSI (Envolvimento do Sector Privado) teve o efeito imediato de arruinar os seus balanços”¹⁵⁷⁵. Há aqui, portanto, a certificação de que os Estados-nação estão cada vez mais subordinados aos “mercados”.

No caso da Grécia, por exemplo, as condições impostas foram vigorosamente dilemáticas, ou seja, a Grécia ou aceitava as condições do resgate ou entrava em incumprimento. Todavia, a “não-aceitação” pressuporia a reversibilidade ao pacto que colocaria, mais uma vez, em causa as bases do projeto europeu.

A renúncia ao projeto europeu, partindo da nossa perspetiva, é irreversível. Com isso, é essencial que se busque uma Europa “de baixo para cima”, como sustentara Beck. À semelhança dos corolários da realidade grega, ficou quase que visível, que a saída da Zona Euro¹⁵⁷⁶ acarretaria elevadas consequências, quiçá, incalculáveis.

Os governos gregos proclamaram que a rejeição das medidas de austeridade e o abandono da moeda comum acarretaria uma miséria inconcebível, mas as políticas impostas à população até aqui tiveram efeitos semelhantes e revelaram-se pouco

¹⁵⁷² LASKARIDIS, Christina – Grécia: a pior história de sucesso da Europa. In, **A Europa à beira do abismo. A crise das dívidas soberanas. Memorando da periferia**. PHILLIPS, Tony et al., Lisboa: Bertrand Editora, 2014, p. 71.

¹⁵⁷³ Ibidem.

¹⁵⁷⁴ Idem, p. 72.

¹⁵⁷⁵ Idem, p. 84.

¹⁵⁷⁶ **Zona Euro/Eurossistema**. A Zona Euro é o subconjunto da União Europeia que consiste nas nações que usam o Euro como moeda. O Eurossistema é o sistema dos bancos centrais nacionais da Zona Euro mais o seu próprio banco central, o BCE (Banco Central Europeu).

melhores para o futuro. Muitas das alegadas consequências da saída da Zona Euro, no que diz respeito à pobreza e à falta de recursos, já estão presentes.¹⁵⁷⁷

Quatro anos de recessão e políticas de austeridade foram suficientes para criarem aproximadamente um milhão de desempregados.¹⁵⁷⁸ São, portanto, muitos os números que demonstram a importância dos aspetos político-sociais da crise grega.¹⁵⁷⁹ Os níveis de trabalho na Grécia deterioraram-se dramaticamente na sequência de oscilações de reduções salariais, acréscimo de impostos e reformas institucionais.¹⁵⁸⁰

Neste sentido, mais política pressupõe mais Estado no plano qualitativo, a fim de haver mais sociedade.¹⁵⁸¹ É indispensável mais estratégia de Estado, isto é, de mais pensamento de Estado, de mais política internacional, justiça, segurança, menos evasão fiscal de mais imparcialidade administrativa com o intuito de criar mais mercado, mais produção, mais solidariedade, mais bem-estar, para a realização do direito dos direitos, ou melhor, o direito à felicidade.¹⁵⁸²

O que eventualmente sucederá é que quando os países, então designados por “periféricos, forem obrigados a regressar às suas moedas nacionais, nacionalizar as suas bancas e originar uma economia de guerra e racionamento para alimentar legiões de desempregados, então a Alemanha perderá os seus mercados assim como os seus aliados.

É imperioso recordar que a crítica de Beck ao padrão de pensamento e ao Estado-nação enquanto categoria política não tenciona determinar o fim da sua existência, pelo contrário, para Beck este padrão continua a ser uma das categorias adequadas a sua continuidade. Por outras palavras, o que se encontra, de facto, contrapondo o projeto europeu é razão da ignorância da relação existente entre a “neoliberalização” e “neonacionalização” da Europa.¹⁵⁸³ Essas duas lógicas de pensamento se antagonizam.

A criação de um mercado europeu, de uma união monetária europeia e as diversas tentativas de se estabelecerem as bases de um quadro jurídico comum, contradizem precisamente a conceção subsidiária que o projeto europeu legitimou na mentalidade nacional dos indivíduos,

¹⁵⁷⁷ Idem, p. 93. As consequências económicas e sociais da atual crise são terríveis; o impacto é de grande alcance, afetando todos os aspetos da vida e alterando a estrutura política e social. A crise mudou a Grécia, um país agora, em muitos aspetos, irreconhecível em relação ao que era há poucos anos.

¹⁵⁷⁸ Idem, p. 94.

¹⁵⁷⁹ Idem, p. 96.

¹⁵⁸⁰ Idem, p. 98.

¹⁵⁸¹ MALTEZ, José Adelino – Op. Cit., 2007, p. 229.

¹⁵⁸² Ibidem.

¹⁵⁸³ BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar – **La europa cosmopolita. Sociedad y política en la segunda modernidade.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006, p. 45.

provocando uma reação nacionalista em muito deles. Pois a retórica da competitividade global alterou a modernização europeia.¹⁵⁸⁴

De acordo com Beck, a lógica *ou/ou*, de pendor nacionalista que resulta da razão *ou* os Estados-nação *ou* a Europa, não possibilita agregar e harmonizar as desigualdades existentes numa Europa que é assinalada pela diversidade. As políticas alicerçadas nesta racionalidade são essencialmente exclusivas e não reconhecedoras do carácter de diferença que é o que caracteriza a essência do espaço comunitário europeu.

A sociedade do século XXI assinala a cadência de uma reconsideração acentuada e positiva do papel do Estado no fundamento socioeconómico, correspondente ao descrédito da posição neoliberal. Isso quer dizer que a centralidade do Estado no que diz respeito à intervenção económica e à integração social torna-se axiomática e há, portanto, uma necessidade de manutenção do equilíbrio da sociedade de uma maneira geral e do mercado em particular.

Por consequência, é neste âmbito que a esquerda entra fortalecida no século XXI, é notória a sua hegemonia em inúmeros países ocidentais, desde então. Na União Europeia, há um contraste agudo, ou seja, entre uma recuperação de uma política diretiva forte em relação aos mercados e à integração social, por parte da esquerda, e uma política de austeridade administrativa face ao social e de sustentação do liberalismo económico clássico (*laissez-faire*), por parte da direita, que incita às resistências à volta do processo de modernização económica e suas consequências a respeito da evolução social e da compreensão do político.

As relações entre as instituições europeias e sociedade civil não têm sido verticais, pelo que a “nostalgia nacional”¹⁵⁸⁵ ressurge na arena política e social. Para Beck os antagonismos e as dificuldades da Europa mínima neoliberal não se eliminam politicamente pelo progressivo populismo de direita.¹⁵⁸⁶ Deste modo, a sua força reside fundamentalmente na “ilusão” neoliberal de que o projeto europeu possa ser realizado de forma “apolítica” como um mercado europeu que deixe intactas as velhas sociedades nacionais.¹⁵⁸⁷

É nesse contexto que a reafirmação do padrão de Estado de bem-estar social, nas suas funções de intervenção, regulação económica e de integração social, se transforma na essência da programática teórico-política de esquerda, no intuito de suprir as insuficiências de uma

¹⁵⁸⁴ Idem, pp. 45-46.

¹⁵⁸⁵ Idem, p. 45.

¹⁵⁸⁶ Idem, pp. 46-47.

¹⁵⁸⁷ Idem, p. 47.

modernização económica dimensionada ao mundo através da globalização dos mercados, da produção e do trabalho.

Nota-se que, há progressivamente uma adesão aos movimentos e partidos que apresentem propostas “antieuropeias”. Esse cenário deixa claro que as políticas implementadas pela União Europeia não têm levado em consideração as dinâmicas político-sociais dos países membros. Na Grécia um movimento partidário denominado Syriza teve grande adesão da sociedade civil, igualmente se dá a mesma situação em Portugal, o movimento “Junto Podemos”, em Espanha o “Podemos”, em França a “Frente Nacional”. Na realidade, esses movimentos não são precisamente “antieuropeus” num sentido real, todavia, demonstram insatisfação ante as políticas da União Europeia.¹⁵⁸⁸

O nascimento de movimentos com esta característica atesta que o atual panorama político-social está fortemente comprometido. Esses movimentos não são a catástrofe da UE, mas a evidência de que o projeto pode vir a ruir. As sociedades modernas dependem essencialmente, para sua reprodução estável, de um Estado de bem-estar social diretivo da vida social, em suas funções de intervenção económica e de integração material.

Não se pode pensar uma Europa partindo de pressupostos nacionalistas. Seria atar o próprio projeto europeu. É fundamental desprender-se das velhas Instituições abraçando os desafios que a sociedade moderna atualmente expressa a fim de ulteriormente os solucionar. Beck sustenta que a crise que a Europa enfrenta não se pode unicamente reduzir ao aspeto económico, mas acima de tudo a uma crise da sociedade e do político. Foi propriamente a economia que se esqueceu da sociedade da qual se ocupa.¹⁵⁸⁹

Factualmente, a ascensão do Syriza na Grécia revela o triunfo da esquerda radical e inaugura um novo sistema de partidos o que, de alguma forma, obriga a Europa a refletir sobre as políticas anticrise. Embora se viva uma atmosfera otimista com este triunfo, “a Alemanha decide, hoje, sobre o Ser ou Não-ser da Europa”¹⁵⁹⁰. O agravamento da crise proporcionou um ambiente mais favorável para Alemanha fazendo dela mais poderosa.

A crise da Europa está a agravar-se e a Alemanha vê-se perante a decisão histórica de reanimar a visão da Europa política, contra todas as resistências, ou de manter uma

¹⁵⁸⁸ PRADOS, Luis – “Syriza abre uma nova era política”. *El País* (26 Janeiro 2015). [Consult. 30 Jan. 2015]. Disponível em: <URL: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/25/internacional/1422211547_533935.html>.

¹⁵⁸⁹ BECK, Ulrich – **A europa alemã. De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de poder na crise do euro**. Lisboa: Edições 70, 2013a, p. 12.

¹⁵⁹⁰ Idem, p. 16.

política de sobrevivência e a tática da moderação e hesitação – “até que o euro nos separe”. A Alemanha tornou-se demasiado poderosa para se dar ao luxo de tomar qualquer decisão.¹⁵⁹¹

É de capital importância recordar que o modelo de Estado de bem-estar social, de facto, é percebido enquanto uma instância apaziguadora dos conflitos sociais que podem desabrochar entre capital e trabalho, no sentido de, por um lado, proporcionar o crescimento económico planeado e, por outro, associá-lo à realização de valores de uso, ou melhor, ao cumprimento de ideais de justiça distributiva. Por conseguinte, o desenvolvimento económico e justiça social necessitam de caminhar de mãos dadas. Naturalmente, essa é uma exigência fulcral deste século, dado que, a imparcialidade na análise da justiça social e dos arranjos sociais preenche um lugar central no entendimento que se tenha de justiça.¹⁵⁹²

A ideia fundamental é que sem a ampliação e consolidação da liberdade política e sua forma social, a sociedade civil, não poderá funcionar num futuro próximo. No entanto, o importante é reconhecer, em primeiro lugar, que a transformação dos valores e o sentido da democracia pertencem à mesma classe, que existe um íntimo parentesco entre os valores de realização pessoal e a ideia de democracia.¹⁵⁹³

Atualmente, o quadro que se vive na UE, é a ameaça existencial da crise financeira e do euro que ocasiona que os europeus compreendam de que não vivem na Alemanha, em França, em Itália, etc., mas na Europa.¹⁵⁹⁴ O que está em questão é precisamente a exigência de justiça social. A Europa bem como a sua juventude estão unificadas pela antipatia em consequência de uma política que resgata bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, todavia desperdiça o futuro da juventude.¹⁵⁹⁵

Com efeito, nas eleições realizadas nos países devedores emergiu um terceiro fosso relevante cujas consequências políticas serão de longo prazo. Enquanto os governantes deliberam a favor dos pacotes de austeridade, as populações votam contra. Este processo aclara a tensão estrutural

¹⁵⁹¹ Idem, pp. 17-18. O jornalista e escritor italiano Eugenio Scalfari argumenta, por exemplo: “se a Alemanha praticar uma política financeira que leve ao fracasso do euro, os alemães serão responsáveis pelo fracasso da Europa. Esta seria a quarta culpa, depois das duas Guerras Mundiais e do Holocausto. A Alemanha tem de assumir agora a sua responsabilidade pela Europa”.

¹⁵⁹² SEN, Amartya – **A ideia de justiça**. Coimbra: Almedina, 2010, p. 183.

¹⁵⁹³ BECK, Ulrich – **Hijos de la libertad**. 2ª Edição. México: FCE, 2002a, p. 16.

¹⁵⁹⁴ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2013a, p. 19.

¹⁵⁹⁵ Idem, p. 20.

entre um projeto europeu apresentado e conduzido *de cima* pelas elites, quer políticas quer económicas, e a resistência *de baixo*.¹⁵⁹⁶

Os cidadãos opõem-se à exigência, considerada extremamente injusta, de tomar um remédio com consequências possivelmente fatais. Não só em Atenas, mas por toda a Europa, cresce a resistência a uma política de resolução da crise que abre caminho a uma redistribuição *de baixo para cima* – segundo a máxima: o socialismo de Estado para os ricos e os bancos, neoliberalismo para a classe média e os pobres.¹⁵⁹⁷

A “sociedade do risco” é, com certeza, continuamente uma sociedade de *possibilidades*.¹⁵⁹⁸ As centrais nucleares, cujo complexo funcionamento interno não percebemos, *poderiam eventualmente* conter uma avaria. Ora, os mercados financeiros não fogem a regra, *poderiam eventualmente* sofrer um colapso.¹⁵⁹⁹ Em função do colapso dos mercados financeiros, as políticas de austeridade abrangeram todas as esferas político-sociais, designadamente as pensões de reforma bem como as supressões salariais nos países periféricos. A crença no mercado financeiro e nos sistemas por capitalização, em pensões de reforma, por exemplo, elevam, portanto, os riscos de os Estados ruírem juntamente com os mercados financeiros.

Neste contexto, a perspetiva referida por Thomas Piketty é crucial para se compreender a “sociedade do risco” inerente aos mercados financeiros cuja consequência se reflete nas estruturas do Estado nomeadamente ao futuro das pensões de reforma. Os sistemas públicos fundamentam-se, no essencial, no princípio da distribuição, isto é, “as contribuições sobre os salários são imediatamente utilizadas para pagar as pensões de reforma”¹⁶⁰⁰. Nestes casos, nenhuma quantia é investida, tudo é no mesmo instante transferido, contrariamente aos sistemas por capitalização.¹⁶⁰¹

¹⁵⁹⁶ Idem, p. 21.

¹⁵⁹⁷ Ibidem.

¹⁵⁹⁸ Idem, p. 23.

¹⁵⁹⁹ Ibidem. O condicional enquanto estado permanente: hoje, antecipamos permanentemente catástrofes que poderiam acontecer amanhã. O condicional catastrófico irrompe no cerne das instituições e no quotidiano das pessoas – é imprevisível, não se preocupa com a Constituição e as regras da democracia, está carregado de um desconhecimento explosivo e faz desaparecer todos os pontos de referência.

¹⁶⁰⁰ PIKETTY, Thomas – **O capital do século XXI**. Lisboa: Temas e Debates, 2014, p. 730.

¹⁶⁰¹ Idem, pp. 730-731. Nos sistemas por distribuição, fundados no princípio de solidariedade entre gerações (pagamos contribuições para os reformados atuais, na esperança de que os nossos filhos venham a fazer o mesmo por nós amanhã), a taxa de rentabilidade é igual por definição à taxa de crescimento da economia: as contribuições que permitem financiar as reformas de amanhã serão tanto mais elevadas quanto a massa salarial tiver progredido. Em princípio isso implica também que os ativos de hoje têm interesse em que a massa salarial progrida tão rapidamente quanto possível: devem assim investir em escolas e universidades para os seus filhos, e encorajar a natalidade. Por outras palavras, todas as gerações estão ligadas umas às outras: uma sociedade virtuosa e harmoniosa parece estar ao nosso alcance.

Na realidade, a confiabilidade depositada aos sistemas por capitalização cujo entendimento assenta na ideia de que as contribuições devem ser aplicadas e não transferidas imediatamente para os reformados, e à vista disso poderão recapitalizar-se mais percentagens ao ano e financiar as reformas daqui a algumas décadas.¹⁶⁰² Todavia, essa conceção está fundamentada em “risco”. Antes de mais, se eventualmente um sistema de capitalização seja efetivamente preferível, à semelhança das opções dos “Estados modernos”, a transição da distribuição para a capitalização contém uma dificuldade que não é, de modo algum, negligenciável, ou seja, “ela deixa toda uma geração de reformados totalmente desprotegidos”¹⁶⁰³.

É factualmente uma “sociedade do risco”. É, com certeza, incerto alienar as responsabilidades e garantias do Estado aos mercados financeiros cujo colapso é, todavia, suscetível. Seria excessivamente arriscado aplicar todas as contribuições de reforma de um país nos mercados financeiros mundiais.¹⁶⁰⁴ Porém, assim acontece.

A primeira justificação dos sistemas de reforma por distribuição é que eles são os melhores para garantir o montante das pensões de maneira fiável e previsível: a taxa de crescimento da massa salarial é talvez mais fraca que a taxa de rentabilidade do capital, mas é também entre cinco vezes menos volátil. O mesmo acontecerá no século XXI, e a reforma por distribuição continuará assim a fazer parte do Estado social ideal do futuro, em todos os países.¹⁶⁰⁵

Observámos que a perspetiva económica é cega e torna as pessoas cegas em termos políticos e sociais. Esta cegueira deriva, porventura, do facto de que os economistas olham continuamente para o mundo através de um modelo qualquer, e se os modelos não se adequam, surge um problema.¹⁶⁰⁶

Na verdade, quem considera a crise europeia substancialmente como uma crise económica, pode tornar-se com facilidade cego para aquilo que está realmente em jogo, isto é, criar uma Europa em posição de descobrir respostas para a mudança fundamental e para os grandes desafios, sem recair na xenofobia e na violência.¹⁶⁰⁷

¹⁶⁰² Idem, p. 731.

¹⁶⁰³ Idem, pp. 731-732. A geração que se prepara agora para se reformar e que financiou as pensões da geração precedente veria com maus olhos que as contribuições que daqui a algum tempo lhes serão transferidas para que possam pagar a sua renda de casa e as suas compras sejam na realidade investidas por esse mundo fora. Não existe uma solução simples para esse problema de transição, que só por si torna uma tal reforma totalmente impraticável, pelo menos sob esta forma extrema.

¹⁶⁰⁴ Idem, p. 732.

¹⁶⁰⁵ Ibidem.

¹⁶⁰⁶ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2013a, p. 28.

¹⁶⁰⁷ Idem, p. 36.

Quem considera a Europa igual ao euro, já desistiu da Europa, sustenta Beck. A Europa deve ser compreendida como uma aliança de antigas culturas mundiais e superpotências que procuram uma escapatória da sua história bélica. A “arrogância” dos europeus do Norte em relação aos países do Sul evidencia um esquecimento simplesmente brutal da história e uma ignorância cultural.¹⁶⁰⁸

5.4 - Desprazimento, do poder à juridicidade

O risco global das finanças, seus corolários políticos e sociais, privaram de legitimidade o capitalismo neoliberal. Como resultado, nasce o paradoxo entre poder e juridicidade. Por outras palavras, grande é o poder e exígua é a juridicidade do lado do capital e dos Estados, ou seja, escasso poder e elevada legitimidade do lado dos manifestantes.¹⁶⁰⁹

Como é possível que a consigna Ocupe Wall Street não leve às ruas apenas os jovens de outras cidades dos Estados Unidos, mas também de Londres e Vancouver, Bruxelas e Roma, Frankfurt e Tóquio? E essas manifestações não se reuniram para elevar sua voz contra uma lei ruim, mas contra o próprio “sistema”. Questiona-se aquilo que antes se denominava “economia de livre mercado” e agora se volta a chamar “capitalismo”. Por que o mundo está disposto a escutar quando Ocupe Wall Street se erige em porta-voz dos 99% dos oprimidos contra o 1% dos ricos?.¹⁶¹⁰

Paradoxalmente observa-se uma crescente manifestação contra os sistemas e as políticas que os Estados na sociedade moderna têm vindo a registar. Pode-se constatar na página da internet que o “*WeareThe99Percent*”¹⁶¹¹ teve a sua repercussão em escala global, não tão-somente pelo facto de estarmos, cada vez mais, interconectados, mas sim pela inconformação de que todas as sociedades modernas se encontram revestidas.

O movimento trouxe a questão da desigualdade social para o topo da discussão em todas as partes. O que, de alguma forma, estava encubado emergiu. Os que na verdade detêm o poder reclamam pelo mesmo. Agora, a visão transformadora do movimento recebe um reforço de

¹⁶⁰⁸ Idem, p. 37.

¹⁶⁰⁹ BECK, Ulrich - Indignados, entre o poder e a legitimidade. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2011a). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/502749-indignados-entre-o-poder-e-a-legitimidade-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁶¹⁰ Ibidem.

¹⁶¹¹ Sobre o assunto, ver: **OccupyWallStreet**. [Consult. 09 Jun. 2014] Disponível em:<URL: <http://occupywallst.org/tag/wearethe99percent/>>.

quem está, por assim dizer, do lado de lá. Com isso, elevam-se as esperanças de se concretizar os desideratos.

Com os efeitos da crise da União Europeia, desabrochou o que subjetivamente estava ignorado no que diz respeito às políticas sociais e económicas. Como consequência, ficou demonstrada a inadequação dos modelos políticos na sociedade vigente e trouxe à tona os riscos que foram engendrados pela *primeira modernidade*. Os que perderam as suas casas na crise imobiliária, são os novos precários, não podem ter um seguro de saúde ou têm que se endividar para poder estudar.¹⁶¹² Curiosamente, “não são os “supérfluos”, como sublinha Bauman, os excluídos, o proletariado, mas a classe média que protesta. Isso deslegitima e desestabiliza «o sistema»”¹⁶¹³.

Uma nova *rebelião dos devedores*, em termos transnacionais, transculturais, legalizada e sustentada pela *multidão* alvejada pelos efeitos de políticas em que não participou, e apenas conheceu pelos efeitos, pode, portanto, introduzir polemologias “de perspetiva universal e fora dos quadros legais existentes, mas ultrapassados pelos factos dolorosos que lhe não reconhecem ainda a legitimidade”¹⁶¹⁴.

É vidente que os riscos financeiros globais, ainda, não pressupõem um cataclismo global. Contudo, poderá vir a sê-lo.¹⁶¹⁵ Este condicional cataclismo é o “tufão” dos acontecimentos que irromperam em forma de crise financeira no seio das Instituições sociais e da vida quotidiana das pessoas, limpando as coordenadas que até o momento serviam para orientação.¹⁶¹⁶ Nota-se que os protestos não são contra o capitalismo. Mas contra o sequestro do Estado, em várias partes do mundo, feito por uma minoria egoísta, desonrada e disposta a tudo para aumentar ilicitamente sua riqueza. É o infame “1%”, um grupo que construiu “Estados-bebês” para proveito próprio.

Esta antecipação do risco financeiro global é uma das grandes formas de mobilização do século XXI. Porque é um tipo de ameaça que se percebe em todas as partes. São acontecimentos que chocam com os marcos conceituais e institucionais dentro dos quais pensávamos até agora a sociedade e a política; questionam esses marcos a partir de dentro, embora afetem diversos contextos e situações culturais, económicas e políticas; por essa razão, os protestos globais exibem diferenças locais.¹⁶¹⁷

¹⁶¹² BECK, Ulrich – Op. Cit., 2011a, p. 1.

¹⁶¹³ Ibidem.

¹⁶¹⁴ MOREIRA, Adriano – **Memórias do outono ocidental**. Coimbra: Almedina, 2013, p.67.

¹⁶¹⁵ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2011a, p. 1

¹⁶¹⁶ Ibidem.

¹⁶¹⁷ Ibidem.

Do mesmo modo que se dinamizam os protestos na “sociedade do risco global” remetem de forma exemplar os fluxos financeiros destas novas transações digitais financeiras, que mantêm em perpétuo movimento a totalidade do globo, que fazem subir e depois deixam cair países inteiros.¹⁶¹⁸ Por conseguinte, “os meios de comunicação colocam-nos a par da radical cisão entre aqueles que produzem os riscos e deles beneficiam e aqueles que têm que arcar com as consequências”¹⁶¹⁹.

Os 99% fazem parte de uma grande tentativa económica que se move no espaço vazio de uma ignorância mais ou menos inconfessada, ignorância que diz respeito tanto aos meios empregados como aos objetivos perseguidos, mas que tem resultados hediondos para todos.¹⁶²⁰ Podem-se distinguir inúmeras formas de revolução: golpe de Estado, luta de classes, resistência civil, etc. Contudo, os perigos financeiros globais não se assemelham a nada disto, mas incorporam, de uma forma politicamente explosiva, as inexatidões do capitalismo financeiro, que até ontem seguia vigente. São uma espécie de retorno do reprimido em um nível coletivo: à arrogância, característica do neoliberalismo, se repercute à origem.¹⁶²¹

Involuntariamente, os riscos financeiros globais, que ameaçam a situação das pessoas, engendram novas politizações. A dependência dos Estados ao mercado (empresas) é evidente tanto no plano político como no intelectual. Como referimos anteriormente, Globalidade enuncia riscos que afetam a todos e todos se consideram afetados.¹⁶²²

A sociedade do risco global, conforme mostra o protesto dos 99%, pode efetivamente alcançar, em um momento cosmopolita, um conceito reflexivo de si mesma.¹⁶²³ Isto se torna possível quando a manifestação objetiva da situação puder ser transformada em um compromisso

¹⁶¹⁸ Idem, p. 2.

¹⁶¹⁹ Ibidem. Nos Estados Unidos, o país do capitalismo depredador, formou-se um movimento crítico ao capitalismo: o que também era impensável. Quando o Muro de Berlim veio abaixo, dissemos que aquilo era “uma loucura”. Quando, em 11 de Setembro de 2001, as Torres Gêmeas viraram pó, dissemos que isso era “uma loucura”. E voltamos a exclamar que aquilo era “uma loucura” quando, após o colapso do Lehman Brothers, eclodiu a crise financeira global. O que quer dizer “uma loucura”? Em primeiro lugar, assistimos a um ato de transformação digno de um espetáculo: banqueiros e executivos, os fundamentalistas do mercado por antonomásia, clamam pela ajuda do Estado Político que até a pouco tempo atrás – como na Alemanha a chanceler Angela Merkel – elogiavam o capitalismo livre de empecilhos, executam no meio da noite e do nevoeiro uma mudança de opinião e de bandeira, que o converte numa espécie de socialismo de Estado para ricos. E a ignorância reina em todas as partes. Ninguém sabe o que é, nem que efeitos que se avizinham.

¹⁶²⁰ Ibidem.

¹⁶²¹ Ibidem.

¹⁶²² Idem, pp. 2-3.

¹⁶²³ Ibidem.

político, em um Movimento Ocupe global, por exemplo, no qual todos saiam às ruas, virtual ou efetivamente.¹⁶²⁴

O perigo global das finanças, suas consequências políticas e sociais, privaram de legitimidade o capitalismo neoliberal. A consequência é que se dá um paradoxo entre poder e legitimidade. Grande poder e escassa legitimidade do lado do capital e dos Estados; escasso poder e elevada legitimidade do lado dos manifestantes. É um desequilíbrio que o Movimento Ocupe poderia aproveitar para fazer demandas chaves como, por exemplo, um imposto sobre as transações financeiras.¹⁶²⁵

Nota-se que, na compreensão do risco global, face à antecipação da catástrofe se abre um novo campo para a política de poder. Diferente das estruturas político-sociais anteriores, na aliança entre os movimentos globais de protesto e a política dos Estados, no longo prazo poder-se-ia conseguir que não fosse a economia a que domina a democracia, mas o inverso.

Beck, neste sentido, adianta que essa “oportunidade de ouro” poderia ser mais tangível através do Movimento Ocupe, que escrutinou, tanto para dentro como para fora, os objetivos sobre os quais se pode atingir um consenso. Todavia, não se trata unicamente do controlo do sector bancário, mas também de uma política fiscal justa e da segurança social em um marco transnacional.¹⁶²⁶

Atualmente é comum visualizar-se manifestações de larga escala nas redes sociais, ou seja, encontramos páginas que convidam a queimar ou a pendurar os banqueiros.¹⁶²⁷ É notório, também, que a partir de diversos componentes, adquire-se assim uma explosiva mistura política e social. Não apenas aumenta a desigualdade, quer no âmbito nacional quer no global, mas também, o rendimento e os ganhos já se desligaram completamente aos olhos da sociedade.¹⁶²⁸

Consta que, a cólera popular se acende pelo facto da contradição entre legalidade e legitimidade com a qual a elite financeira incrementou fabulosamente sua riqueza. Mas essa indignação se

¹⁶²⁴ Ibidem.

¹⁶²⁵ Idem, p. 3.

¹⁶²⁶ Idem, p. 4. Contra o desalento, talvez ajude a pensar que os principais adversários da economia financeira global não são aqueles que armam agora em todo o mundo suas tendas nas praças públicas e diante das catedrais bancárias; o adversário mais convincente e tenaz da economia financeira global é [...] a própria economia financeira global.

¹⁶²⁷ BECK, Ulrich - A revolta da desigualdade. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2009a). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/21984-a-revolta-da-desigualdade-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁶²⁸ Ibidem.

acende ainda mais, precisamente, porque essa desproporção enganou todas as medições dos rendimentos, e porquanto as leis vigentes seguem encobrindo tão clamorosas desigualdades.¹⁶²⁹

A consequência disso é que o grito de dor socialista que exige a igualdade é proferido justamente do centro ferido da sociedade e encontra repercussão em toda parte. Mas essa consciência da igualdade agora não faz mais do que alimentar as desigualdades sociais de um modo politicamente explosivo. As desigualdades sociais se convertem em material conflituoso que se inflama com facilidade, não só porque os ricos sempre são mais ricos, e os pobres, mais pobres, mas sobretudo porque se propagam normas de igualdade que estão reconhecidas, e porque, em todas as partes, se levantam expectativas de igualdade, mesmo que, no final, sejam frustradas.¹⁶³⁰

A legitimação estava assente no princípio segundo o qual, “quem se esforçar será recompensado com bem-estar”. Por sua vez, o Estado-nação procurava que as desigualdades globais se mantivessem encobertas e que parecesse que fossem legítimas e inalteráveis, uma vez que, até então, as fronteiras nacionais desagregavam nitidamente as desigualdades politicamente relevantes das irrelevantes.¹⁶³¹ A legitimação das desigualdades globais está alicerçada, desse modo, na dissimulação do Estado-nação. A perspectiva nacional se exime de olhar a miséria do mundo¹⁶³², contudo há cada vez mais presente na mente dos indivíduos um sentido de “solidariedade comutativa” entre os lesados da concorrência do mercado.

Beck afirma que o “emprego para a vida” desapareceu.¹⁶³³ Assim, o aumento do desemprego já não pode ser explicado em termos de crises conjunturais, mas é resultado dos sucessos do capitalismo tecnologicamente avançado. O velho arsenal de políticas económicas não tem sido capaz de apresentar resultados e todo o trabalho remunerado está sujeito à ameaça de substituição.¹⁶³⁴

As “democracias ricas” trazem consigo um emblema dos direitos humanos até ao lugar mais distante do planeta, sem se darem conta de que, desse modo, as fortificações fronteiriças das

¹⁶²⁹ Ibidem.

¹⁶³⁰ Idem, p. 2. Uma quinta parte da população mundial, a que se encontra em pior situação (possui, em conjunto, menos que a pessoa mais rica do mundo), carece de tudo: alimentação, água potável e um teto onde se abrigar. Neste sentido, levantam-se inúmeras questões relevantes, a saber: Qual foi a causa para que essa ordem global de desigualdades mundiais, nestes últimos 150 anos, se mostrasse, apesar de tudo, legítima e estável? Como é possível que as sociedades do bem-estar na Europa tenham podido organizar custosos sistemas financeiros de transferência em seu interior com base em critérios de necessidade e pobreza nacionais, enquanto boa parte da população mundial vive sob a ameaça de morrer de fome? Para responder a estas questões, somos, forçosamente, a resumir numa só: As Instituições continuam a funcionar?

¹⁶³¹ Ibidem.

¹⁶³² Ibidem.

¹⁶³³ BECK, Ulrich – **The Brave New World of Work**. UK: Polity Press, 2000c, p. 10.

¹⁶³⁴ Ibidem.

nações, que pretendem interromper os fluxos migratórios, perdem a sua base legítima.¹⁶³⁵ Assim sendo, muitos imigrantes levam a sério a igualdade pregada como direito à liberdade de movimento, no entanto se encontram com países e Estados que, rigorosamente pela pressão das crescentes desigualdades internas, querem pôr fim à norma de igualdade em suas fronteiras blindadas.¹⁶³⁶

A revolta contra as desigualdades realmente existentes se alimenta assim desses três princípios que Beck sustenta como evidentes face ao atual paradigma: “do desacoplamento entre rendimento e ganhos, da contradição entre legalidade e legitimidade, assim como das expectativas mundiais de igualdade”¹⁶³⁷.

A esquerda radical acusa os diretores dos bancos e o capitalismo. A direita radical acusa mais uma vez os imigrantes. Ambas as partes corroboram mutuamente que o sistema capitalista imperante perdeu sua legitimidade. Em certo sentido, são os Estados-nação os que deslizaram involuntariamente para o papel de sujeito revolucionário. Agora, de repente, estes colocam em prática um socialismo de Estado só para ricos: apoiam o grande banco com quantidades inconcebíveis de milhões, que desaparecem como se fossem absorvidos por um buraco negro. Ao mesmo tempo, aumentam a pressão sobre os pobres. Tal estratégia é como querer apagar o fogo com fogo.¹⁶³⁸

Um “pseudo” princípio anunciava a ideologia que qualquer um podia triunfar, ou seja, o “paraíso na terra” consistia em que os indivíduos podiam comprar com dinheiro emprestado, e, em seguida, podiam-se tornar ainda mais ricos, também com dinheiro emprestado. Essa era, e segue sendo, a fórmula da irresponsabilidade organizada da economia global.¹⁶³⁹

Na realidade, observa-se, novamente, que quando a perspectiva da catástrofe determina a consciência pública, os fundamentos da sociedade e do “político” alteram-se, dito de outro modo, as antigas Instituições cessam de ser adequadas aos desafios, é provável ou até mesmo

¹⁶³⁵ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2009a, p. 2.

¹⁶³⁶ Ibidem.

¹⁶³⁷ Idem, p. 3.

¹⁶³⁸ Ibidem.

¹⁶³⁹ Ibidem. Trata-se de coisas tão concretas como das novas formas de energia regenerativa, mas também de fomentar um espírito cívico que supere as fronteiras nacionais. E de qualidades como a criatividade e a autocrítica, para que temas chave como a pobreza, as mudanças climáticas ou civilizar os mercados tenham um lugar central.

necessário reverter as regras.¹⁶⁴⁰ Por conseguinte, abrem-se espaços de manobra para processos negociais, pequenas e grandes revoluções, algo que não era prognosticado até aos dias hoje.¹⁶⁴¹

O que se observava é que os cidadãos que trabalhavam tinham de ganhar a vida de alguma forma ou de outra, a fim de dar vitalidade aos direitos e liberdades políticas. O trabalho remunerado tem sido o ponto constante de ambas existências, quer privada quer pública. Assim, a questão agora não é “apenas” os milhões sem trabalho, nem “somente” o destino do Estado de bem-estar e da prevenção da pobreza ou da exclusão, mas também o futuro da liberdade política e da democracia.¹⁶⁴²

Os desafios políticos, sociais e a juridicidade nos Estados da sociedade moderna entraram num “estado de negociação” direta. Os governos são destituídos, o cumprimento do direito, a legalização de uma proposta ou mesmo a instituição de um novo “comportamento psicossocial” é formalizado através de manifestações.

Carl Bohret afirmara que é somente através da “capacidade de negociação” que seria possível refrear o novo mal-estar político-social na sociedade vigente. Mais recentemente, na China os estudantes, através de manifestações, pediam a demissão do chefe do executivo, Leung Chun-Ying, e o abandono ou a modificação da proposta de reforma eleitoral para a ex-colónia, proposta pelo Governo central chinês.¹⁶⁴³ Com efeito, “tal proposta prevê o voto universal no território autónomo a partir de 2017, mas impede que a população possa eleger candidatos ao posto de chefe do Governo local”¹⁶⁴⁴.

Com isso, tem-se precisamente a evidência de que já não existe uma “dialética”, uma relação “objetiva” entre as Instituições, isto é, quem governa e quem é governado. Sempre que o governado não se revê nas políticas do governante, este, parte para a manifestação para destituir o governo, ainda que não se cumpram os anos legais de mandato. Ora, este é um fenómeno que não se observava na “primeira modernidade”, estamos rigorosamente a assistir a um novo padrão de governação, de relação entre a sociedade civil e o Estado.

Neste contexto, ainda que muitas das teorias relevantes garantam que a política acabou, assistimos, neste momento, precisamente ao contrário, ou melhor, “estamos numa época em

¹⁶⁴⁰ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2013a, p. 44.

¹⁶⁴¹ Ibidem.

¹⁶⁴² BECK, Ulrich – Op. Cit., 2000c, p. 23.

¹⁶⁴³ WANG, Pablo – “Tribunais ordenam acabar com os protestos em Hong Kong”. *El País* (20 Outubro 2014). [Consult. 15 Nov. 2014]. Disponível em: <URL: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/20/internacional/1413819594_013069.html>.

¹⁶⁴⁴ Ibidem.

que o “político” assume novas formas”¹⁶⁴⁵. A política é equiparada, neste caso, à política dos Estados-nação. Consequentemente, o que se pode afirmar é que as *concepções* desta política a respeito da política nacional/internacional caducaram. Consequentemente, a questão de saber quais as novas formas (transnacionais) da política fica ofuscada.¹⁶⁴⁶

Contudo, não se sabe ao certo que direção acabará por seguir a transformação da ordem da sociedade e da política assente em Estados-nação. Beck propõe dois cenários diferentes designando, o primeiro, por cenário *hegeliano* e, o segundo, por cenário *Carl Schmitt*.¹⁶⁴⁷ Este é o ponto em que a teoria da “sociedade do risco” e os argumentos de Carl Schmitt a respeito do “estado de exceção” se encontram.

Recorde-se, Schmitt observara que, “aquilo que é normal não prova nada, a exceção prova tudo; ela não só confirma a regra, como é dela que esta vive. Na exceção, a força da verdadeira vida quebra a crosta de um mecanismo cristalizado na repetição”¹⁶⁴⁸. Todavia, ao passo que Schmitt põe no centro a lógica da ameaça de guerra, a teoria da “sociedade do risco” põe a lógica do risco.¹⁶⁴⁹

A “sociedade do risco” é uma sociedade (latentemente) revolucionária, na qual deixou de ser possível distinguir claramente entre estado normal e estado de exceção. Quando se enfrenta a ameaça que põe em causa a continuação do euro e da União Europeia, negocia-se implicitamente também o estado de exceção que já não está limitado apenas aos Estados-nação. Estamos confrontados com um “estado de exceção transnacional” que pode ser utilizado de várias formas (legitimadas tecnocrática ou democraticamente) por agentes muito distintos (políticos nacionais, representantes das instituições europeias não eleitos, como BCE, movimentos sociais, mas também gestores de poderosos grupos financeiros).¹⁶⁵⁰

¹⁶⁴⁵ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2013a, p. 44.

¹⁶⁴⁶ Ibidem.

¹⁶⁴⁷ Idem, pp. 44-45. No primeiro caso, os egoísmos nacionais determinarão as respostas à crise até o carro político chamado “Europa” ficar pendurado com as rodas dianteiras sobre o escolho. Nesta situação, olhar para o abismo poderia desencadear forças terapêuticas, se os atores reconhecerem, no último minuto, que insistir numa atitude em que cada um age por si levará, necessariamente, à catástrofe. O *cenário Carl Schmitt* [...] a antecipação da catástrofe desencadeia um movimento da paisagem política, para permitir abrir um jogo de estratégia do poder. Surgem novas opções, os riscos podem ser utilizados de forma orientada como instrumento de legitimação.

¹⁶⁴⁸ SCHMITT, Carl apud BECK, Ulrich – Op. Cit., 2013a, pp. 45-46. No estado de exceção, portanto, em “caso de emergência extrema”, de “ameaça à existência do Estado ou algo semelhante”, é legítimo suspender a ordem existente, para proteger o bem comum. “Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção”.

¹⁶⁴⁹ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2013a, p. 46

¹⁶⁵⁰ Ibidem.

5.6 - Transformações do poder no xadrez da União Europeia. Efeitos de uma Europa reflexiva

Clausewitz considerava que a maioria dos homens não era capaz de alcançar um conhecimento intelectual significativo das áreas complexas da atividade humana, nem estava muito interessado em fazê-lo. A fim de acudir através da confusão da guerra era fundamental que houvesse guias relativamente sólidos.¹⁶⁵¹ Ora, esta lógica não está distante da atual estrutura político-económica e social que a União Europeia tem vindo a registar fruto da crise vigente.

Não se trata de uma guerra no seu sentido real, contudo não deixaria de ser uma “guerra dos tronos” na direção e no poder da União Europeia. Mais uma vez, entenderíamos o pensamento de Clausewitz para a conclusão de que a política é a condução da guerra por outros meios. Afora a anarquia global em que nos encontramos, com matizes sem precedente, depois da queda do muro de Berlim, em 1989, a Europa volta a cair, mas, desta vez, às mãos de um único denominador: a Alemanha.

A ideia de um império parece uma tradução apropriada para o unilateralismo alemão que vem dando passos “firmes” na conquista do poder. Seria mais ou menos correto assumir a ideia de que o “improvável aconteceu”, contudo com a convicção de que é essencial reconhecer que valores de democracia e liberdades continuem a ser o futuro das sociedades.

Sensivelmente no ano de 1953, o escritor Thomas Mann apelou para uma audiência de estudantes, em Hamburgo, para não ambicionarem uma “Europa alemã”, mas uma “Alemanha europeia”. Esta promessa foi repetida infinitamente mexendo no momento da unificação alemã. Hoje temos uma variação que poucos previram: a Alemanha europeia numa Europa alemã.¹⁶⁵²

Berlim, no entanto, é uma Alemanha europeia num sentido rico, positivo, democrático e social e ambientalmente consciente que qualquer outro grande país da Europa.¹⁶⁵³ No entanto, em função da crise da zona euro, esta Alemanha Europeia concentrou-se, sem querer, no centro de uma Europa alemã. É indubitável que a Alemanha é que controla e lidera na comunidade

¹⁶⁵¹ CLAUSEWITZ, Carl Von – **Da guerra**. Los Angeles: World Politics, 1984, p. 15.

¹⁶⁵² ASH, Timothy Garton – “Angela Merkel needs all the help she can get”. *The Guardian* (8 February 2012). [Consult. 21 Jan. 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/feb/08/angela-merkel-all-help-can-get>>.

¹⁶⁵³ Ibidem.

Europeia. A razão pela qual se tem um tratado compacto fiscal acordado por 25 estados membros da UE é em razão de que Berlim assim o quis.¹⁶⁵⁴

Todavia, Alemanha não procurou esta posição de liderança. Pelo contrário, esta é uma ilustração perfeita da lei das consequências não intencionais¹⁶⁵⁵, ou seja, é um efeito “reflexivo” pelo facto do não reconhecimento das políticas a adotar aquando da conceção do projeto europeu.

Os historiadores podem argumentar sobre o quão distante o compromisso assumido no Tratado de Maastricht foi um *quid pro quo* direto para apoio francês à unificação alemã, contudo duas coisas são evidentes. Ambos os lados do *Rhine* concordaram que esta era uma parte importante de se ligar a Alemanha recém-unida a uma Europa mais unida, em que a França iria continuar a desempenhar um, se não o, papel de liderança. E muitos alemães viram desistindo, por assim dizer, seu precioso marco alemão como pagamento de um preço económico para uma boa política maior.¹⁶⁵⁶

Decorridos mais de vinte anos, depois de Maastricht, vemos que precisamente o contrário aconteceu. Economicamente, o euro acabou por ser muito bom para a Alemanha. Politicamente, é propriamente a união monetária que colocou a Alemanha no banco do motorista relegando a França para o banco do passageiro da frente.¹⁶⁵⁷

Hoje, os europeus agem como se a Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Portugal, e assim por diante, ainda existissem. No entanto, há muito que deixaram de existir, porque assim que o euro foi introduzido, se não antes, estes Estados-nação isolados, recipientes de poder e igualmente isolados, excluindo mutuamente sociedades que representavam, entraram no reino do irreal.¹⁶⁵⁸ Na medida em que a Europa existe, não há mais qualquer coisa como a Alemanha ou a França, ou Itália, ou a Grã-Bretanha, e assim por diante, como estes existiram na cabeça das pessoas e nas fotos dos livros dos historiadores.¹⁶⁵⁹ Isso ocorre porque as fronteiras, as responsabilidades e os espaços vivenciais exclusivos que o mundo do Estado-nação se baseou não existem mais.

¹⁶⁵⁴ Ibidem.

¹⁶⁵⁵ Ibidem.

¹⁶⁵⁶ Ibidem.

¹⁶⁵⁷ Ibidem.

¹⁶⁵⁸ BECK, Ulrich – **Power in the Global age**. Uk: Polity Press, 2005b, p. 9.

¹⁶⁵⁹ Ibidem.

A lei número um da sociedade de risco mundial sintetiza-se na seguinte frase “nunca se deve deixar passar um risco global sem aproveitá-lo, posto que é uma oportunidade para fazer algo extraordinário”¹⁶⁶⁰. Angela Merkel aproveitou a crise da moeda europeia para reorientar as fragilidades da política financeira da zona do euro para uma Europa alemã. Ora, o risco de falência estatal não é sinónimo de falência estatal. Como anteriormente referimos, risco quer dizer a antecipação da catástrofe no presente, que devemos distinguir de um futuro efetivo. Em alternativa, esta distinção é relevante visto que os prognósticos de riscos nos colocam diante dos olhos diretamente esse futuro que é preciso evitar.¹⁶⁶¹

Cada Estado tem a autonomia e o direito de regular seus próprios problemas financeiros. Ao mesmo tempo, cada país deve reconhecer a soberania dos demais países europeus, de tal modo que todos evitem as repercussões negativas em outros países de suas decisões em matéria de política económica. Esta perspectiva se baseia em três princípios: igualdade de direitos, consenso quanto às medidas adotadas e responsabilidade recíproca. A estes se acrescenta um quarto: uma recusa estrita do desenvolvimento das competências dos Estados Unidos no âmbito da política económica. Se um Estado quebrar, ameaça arrastar os outros consigo.¹⁶⁶²

Veja-se, os atuais riscos financeiros desencadeiam um “imperativo cosmopolita”, ou melhor, obrigam a cooperar mesmo quando agentes centrais, como a chanceler alemã, não veem motivos para tanto.¹⁶⁶³ O jogo retórico minou a Europa (Zona Euro) levando a crer que o marco alemão era a moeda do poder alemão, desse modo, o mesmo deve valer agora para o euro. O euro ameaçado pelo desmantelamento fica marcado, de forma retrospectiva e duradoura, pelo nacionalismo do marco alemão.

Na realidade, a premissa por antonomásia da política da Alemanha no pós-guerra, o multilateralismo, foi dedicada a uma estranha mistura de autorreferencialidade, autoexaltação e autoengano em relação a uma carência de “estabilidade do euro” em nome da Europa.¹⁶⁶⁴

¹⁶⁶⁰ BECK, Ulrich – O e-nacionalismo alemão. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2010b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/31527-o-e-nacionalismo-alemao-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁶⁶¹ Ibidem.

¹⁶⁶² Ibidem.

¹⁶⁶³ Idem, p. 2. Na crise de risco do euro cristalizaram-se as novas relações de poder. No caso de decisão, não atua a Comissão Europeia, nem o presidente da União Europeia, nem o presidente do Conselho, como também não a França, a Itália, a Espanha ou o Reino Unido; na hora da verdade, age a chanceler alemã fechando fileiras com o presidente da França. Do mesmo modo que o segundo presidente Bush utilizou o risco do terrorismo para impor ao resto do mundo seu unilateralismo da guerra contra o terror, assim Angela Merkel aproveitou o risco financeiro europeu para impor aos demais a política de estabilidade alemã.

¹⁶⁶⁴ Ibidem.

O avanço de Merkel rumo ao “euro alemão” se enquadra dentro de um marco mais amplo. Quer se trate da economia, da política externa ou das intervenções no estrangeiro do Exército alemão, a chanceler fala em nome de um país que, como dizem os franceses, se encontra em um *repli en soi* (voltado sobre si mesmo); uma Alemanha que deixou de encarnar os mais europeus dos europeus, e que, ao contrário, desvaloriza suas obrigações e laços com a Europa; uma Alemanha que escolhe seu futuro como a “Suíça maior” e a “China menor”; uma Alemanha que redefine o sentido da história constitucional alemã após a 2ª Guerra Mundial no sentido de um Estado-nação autorreferencial; e com isso, em última instância, uma Alemanha que reaviva a “questão alemã” de Europa.¹⁶⁶⁵

Como vimos, o modelo alemão do pós-guerra estava consignado sobre uma política exterior própria da modernidade avançada, isto é, pós-nacional, multilateral, repleta de acrónimos, economicista, substancialmente pacífica em todos os seus aspetos, propugnadora da interdependência em todas as direções, a procura de amigos em todas as partes, figurando-se inimigos em nenhuma, deste modo, “poder” era quase uma palavra deselegante, que era substituída por “responsabilidade” e os interesses nacionais sempre se encobriam atrás de um pano grosso no qual foram bordados os nomes “Europa”, “paz”, “cooperação”, “estabilidade”, “normalidade” e também “humanidade”.¹⁶⁶⁶

A política interna europeia exprime que as pessoas não se orientam pelo bem comum europeu, porém pelas eleições, pelos meios de comunicação social e pelos proveitos económicos nacionais.¹⁶⁶⁷ Beck afirma que a crise da UE não é unicamente a crise da dívida. Para Beck é primordial a distinção entre *mudanças sociais* e *transformações* da ordem social e política.¹⁶⁶⁸

No entanto, se olharmos para os acontecimentos e para as tendências fraturantes das últimas décadas – a catástrofe nuclear de Chernobyl, o colapso da União Soviética, os ataques do 11 de Setembro, as alterações climáticas, a crise financeira e do euro – repararemos que todos eles possuem duas características em comum: por um lado, eram *inimagináveis* antes de ocorrerem; por outro, o seu carácter e as suas consequências são *globais*.¹⁶⁶⁹

¹⁶⁶⁵ Idem, p. 3.

¹⁶⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁶⁷ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2013a, p. 34.

¹⁶⁶⁸ Idem, p. 39.

¹⁶⁶⁹ Idem, p. 40. Trata-se de acontecimentos mundiais no sentido literal da palavra, que revelam uma interligação cada vez mais estreita entre os espaços de ação e os espaços vitais e que ficam fora do alcance dos instrumentos e categorias de pensamento e de ação dos Estados-nação. Não só eram praticamente imagináveis no contexto do paradigma de reprodução da ordem dos Estados-nação, como também extravasaram radicalmente este quadro de referência, pondo-o, assim, em causa. A teoria da sociedade do risco, pelo contrário, parte, conscientemente, das ameaças que a modernidade coloca a si mesma e atribui um lugar central à questão da

Embora Beck apresente uma posição otimista face às meças da crise do euro, para o sociólogo alemão, existe a necessidade e uma oportunidade realista para criar “outra Europa”, o que inclui a refundação da Europa de baixo para cima. No panorama da crise do euro, isto quer dizer o seguinte: apesar de existirem hoje catástrofes pessoais e sociais dramáticas (numerosos gregos, portugueses e espanhóis já não podem pagar consultas médicas ou internamentos hospitalares, o desemprego elevado), no que concerne às instituições fundamentais do euro da UE, encontramos-nos até numa circunstância de risco.¹⁶⁷⁰

O progresso que a UE representa, equiparado com a história universal, ou seja, a União Europeia pode progredir em dois sentidos. Se eventualmente a evolução for positiva, consegue atravessar definitivamente a história bélica dos Estados-nação e conter as crises atuais por intermédio de uma cooperação democrática.¹⁶⁷¹ Caso contrário, as reações tecnocráticas à crise propiciam o fim da democracia, uma vez que as providências alegadamente necessárias são legitimadas por meio de invocação da catástrofe iminente, seja qual for a oposição é declarada como inadmissível e, assim sendo, a governação assume a forma absolutista.¹⁶⁷²

Na verdade, criou-se a união monetária, mas a estrutura era desequilibrada, ou seja, o elemento monetário era forte, o económico era fraco e a base política era frágil. Deste modo, observa-se que os países na zona do euro estão experimentando a crise de maneira bem diferentes, por isso a coordenação de soluções comuns é politicamente difícil.

Esta observação é absolutamente correta, todavia, as linhas de fragmentação são ainda caóticas, existindo, pelo menos, três dimensões da nova desigualdade na Europa: primeiro, “a cisão entre países da zona euro e países da UE; segundo, a cisão dentro do grupo dos países da zona euro

fragilização da ordem dos Estados-nação perante potenciais catástrofes e à forma como a compreensão do poder, a desigualdade social e o “político” como tal se altera.

¹⁶⁷⁰ Idem, p. 41. Normalmente fala-se de “crise”, mas aqui, na maior parte das vezes, fala-se de “risco” – qual é a relação entre estes dois conceitos? O conceito “risco da Europa”, que é introduzido aqui, inclui o conceito “crise do euro” (ou “crise da Europa”), mas vai essencialmente mais longe em três pontos: *primeiro*, o conceito de crise encobre a diferença entre o risco (encenado), enquanto futuro presente, e a catástrofe enquanto o presente futuro (sobre o qual não podemos, em última análise, saber nada). O discurso sobre a crise “ontologiza” simultaneamente a diferença entre catástrofe antecipada e atual, aqui no centro das atenções. *Segundo*, hoje, a utilização do conceito de crise ilude a possibilidade de, no processo de resolução da crise, regressar ao *status quo ante*. Pelo contrário, o conceito de risco revela a “diferença secular” entre a ameaça global e as possíveis respostas disponíveis no quadro da política dos Estados-nação. No entanto, com isso afirma-se simultaneamente – e este é o *terceiro* ponto –, que o risco, tal como se entende, não representa uma exceção – como a crise –, mas torna-se uma situação normal e, portanto, o motor de uma transformação maior da sociedade e do “político”.

¹⁶⁷¹ Idem, p. 47.

¹⁶⁷² Ibidem.

(países credores *versus* países devedores); e, terceiro, a cisão numa Europa a duas velocidades”¹⁶⁷³.

5.7 - Uma cultura-mundo num mundo plural e complexo

O mundo parecia relativamente ordenado dentro da desordem e complexidade, como uma paisagem de colinas e bosques, de continentes e pessoas próximas ou distantes, familiares e exóticas, e neste mundo, sobretudo, cada um ocupava seu lugar. Ou seja, os chineses eram da China, os “negros” da África, os italianos da Itália e os dinamarqueses da Dinamarca, os franceses da França, os brasileiros do Brasil e assim por diante.¹⁶⁷⁴

Todos cidadãos eram provenientes de um lugar, estavam enraizados e, quando preciso, podia-se devolvê-los aos seus países de origem. Ainda que não se soubesse muito a respeito dos “estrangeiros”, sabia-se, ao contrário, porque podiam ser visitados naqueles lugares geográficos. Sob esta concepção da cultura alicerçada no hermetismo territorial afigurava-se que era simples tanto viajar de uma sociedade a outra como comunicar uns com os outros para além de todos os obstáculos linguísticos.¹⁶⁷⁵

Esta visão do mundo se tornou duvidosa. Pela primeira vez na história todas as pessoas, os grupos étnicos e religiosos e as populações, têm um presente comum: cada povo se converteu em vizinho imediato de outro, e as turbulências numa determinada parte do globo terrestre se propagam em grande velocidade para o conjunto da população do planeta. Mas este presente fático e comum não se baseia num passado comum, nem garante de nenhuma maneira um futuro comum. Precisamente, porque o mundo está “unido” mesmo sem querê-lo, sem escolhê-lo e sem aprová-lo, de repente as contradições entre as culturas, os passados, as distintas posturas e as religiões se tornam evidentes.¹⁶⁷⁶

A fragmentação da cultura americana é real, contudo está lentamente a desintegrar-se no barbarismo do computador e no instrumento que, em última avaliação, usa e molda o computador: a empresa.¹⁶⁷⁷ As empresas são tão fragmentadas como o resto da cultura

¹⁶⁷³ Idem, p. 62.

¹⁶⁷⁴ BECK, Ulrich – Por que Huntington se equivoca. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2007a). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/2897-por-que-huntington-se-equivoca-um-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁶⁷⁵ Ibidem.

¹⁶⁷⁶ Ibidem.

¹⁶⁷⁷ FRIEDMAN, George – **Os próximos 100 anos. Uma previsão para o século XXI**. 4ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 2014, p. 94.

americana. Contudo, na sua dissemelhança, exprimem a mesma convicção de qualquer ideologia americana.¹⁶⁷⁸

Sabe-se que os Estados Unidos são socialmente imitados e politicamente condenados.¹⁶⁷⁹ Ora, essa percepção está factualmente assente na falha ideológica do sistema internacional. Ou seja, à medida que a sua população entra em declínio, em consequência da mudança nos padrões reprodutivos, os Estados Unidos tornam-se no centro de um modo vida social redefinido de forma radical.¹⁶⁸⁰

Há cada vez mais integração política e económica, mas um crescente “choque de civilizações” entre as sociedades de culturas. Não é possível, atualmente, ter uma economia moderna, sem computadores ou empresas e, para se programar computadores, é necessário saber inglês, a linguagem da computação.¹⁶⁸¹

A “sociedade ambivalente” compõe-se, por um lado, pelos que pretendem resistir à tendência liberalizadora e que têm, portanto, de evitar ativamente o modelo de vida e de pensamento americano.¹⁶⁸² Por outro lado, os que não adotam o modo de vida americano, não conseguem ter uma economia moderna.¹⁶⁸³ As Instituições antigas desmoronaram-se, todavia ainda não emergiram outras as pudessem substituir. O século atual é um período no qual uma série de novas Instituições começam a desabrochar, sistemas morais e práticas experimentam emergir, pela primeira vez, sob alicerces instáveis.

Será interessante ver a emergência espontânea de padrões sociais estáveis e não monógamos. O número de indivíduos que apenas tiveram um parceiro sexual na vida já diminuiu drasticamente. Tal como em qualquer nova época, o desafio estará em construir a ordem a partir do caos [...].¹⁶⁸⁴

O mundo no qual cada cultura, cada grupo étnico e sua correspondente hierarquia e crença religiosa estavam encaixados num lugar geográfico exclusivo, já não existe. Por outras palavras, estas culturas e nações surgem indissolivelmente enredadas umas nas outras. Atualmente,

¹⁶⁷⁸ Ibidem.

¹⁶⁷⁹ Ibidem.

¹⁶⁸⁰ Ibidem.

¹⁶⁸¹ Ibidem.

¹⁶⁸² Ibidem.

¹⁶⁸³ Idem, pp. 97-98.

¹⁶⁸⁴ Idem, p. 98.

vivemos numa comunidade de vizinhos, mesclados uns com os outros, e isto se expressa igualmente através de uma dolorosa competição para além de todas as fronteiras.¹⁶⁸⁵

Os autores das caricaturas [de Maomé] pensaram no começo que se tratava de um assunto estritamente dinamarquês. Mas, alguns meses depois, ardiam embaixadas ocidentais no mundo árabe, e não apenas as dinamarquesas, mas também muitos europeus se viram obrigados a defender os valores da liberdade de imprensa contra a censura religiosa.¹⁶⁸⁶

Beck afirma que nem os sonhos dos humanistas nem as ideias dos filósofos, nem ainda as atividades políticas levaram a esta “união” da humanidade. Nesta comunidade de vizinhos que tudo partilha, esses mesmos veem-se a si mesmos como estranhos, incompreendidos e ameaçados.¹⁶⁸⁷

Na realidade, nós vivemos numa condição em que não podemos deixar de estar conscientes de que há uma série de diferentes interpretações, visões inteligentes e razoavelmente existem pessoas sem ilusões, de boa vontade, que podem e discordam sobre as “crenças puritanas”. Não podemos deixar de olhar sobre os nossos ombros sempre que necessário, olhando para os lados, vivendo nossa fé também em um condição de dúvida e incerteza.¹⁶⁸⁸

A fim de situar a discussão entre crença e descrença, atualmente, temos que colocá-la no contexto da experiência vivida e as interpretações que deram forma a esta experiência. Isto significa que não se deve observar como mais do que uma questão de diferentes “teorias” para explicar as mesmas experiências, mas também, a compreensão, a posição diferencial de distintas interpretações, isto é, como estas podem ser vividas “ingenuamente” ou “Reflexivamente”; como um ou outro pode se tornar a opção padrão para muitas pessoas ou *milieux*.¹⁶⁸⁹

Beck entende que na sociedade vigente se criou um “Deus pessoal” que só pode ser praticado por uns e não por outros, por consequência, o “religioso” saiu do espaço público para um âmbito privado. Um “Deus pessoal” é uma espécie de “Deus humanizado” com as pessoas, isto é, as

¹⁶⁸⁵ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2007a, p. 2.

¹⁶⁸⁶ Ibidem.

¹⁶⁸⁷ Ibidem. As pessoas que vivem num mundo com uma concepção autoritária de poder, como acontece em algumas formas do islão, vivem de maneira diferente daquelas que vivem num mundo no qual o poder é repartido democraticamente. As pessoas que têm um conceito de “honra” com um significado tão predominante que podem chegar a matar as suas irmãs tornadas impuras porque foram violentadas, são diferentes das pessoas que vivem num mundo no qual os sujeitos são julgados segundo suas intenções e seus rendimentos.

¹⁶⁸⁸ TAYLOR, Charles – **A secular age**. London: Cambridge, 2007, p. 11.

¹⁶⁸⁹ Idem, p. 13.

diferentes formas de crenças no “Deus pessoal” simboliza a vitória da doutrina da igreja, que afirma a liberdade de religião e de consciência.¹⁶⁹⁰

O fenómeno da secularização está alicerçado em duas perspectivas, de acordo com Beck. Em primeiro lugar, a modernização é um processo universal que leva a resultados semelhantes em todo o mundo, em segundo lugar, a secularização está indissociável à modernização. Assim, a secularização é vista (ou considerada) como um requisito constitutivo da democracia e da modernidade.¹⁶⁹¹

A “primeira modernidade” é marcada por religiões cujo fundamentalismo dependia da orientação de “líder” religioso, hoje, incorre-se a uma espécie de politeísmo fundamentalista, ou melhor, as ações ou atos fundamentalistas são iniciativas dos indivíduos com o objetivo de vingar ou fazer vingar uma “situação” em que se veem comprometidos ou que destas vejam os seus ideais ridicularizados.

A secularização não significa o colapso da religião e da fé, mas a formação e difusão generalizada de uma religiosidade que se refere progressivamente à individualização. Por conseguinte, a pluralização pelo fortalecimento de religiões não-cristãs, designa que o alargamento das religiões substituiu a secularização linear no quotidiano das pessoas e em todas as outras áreas da sociedade e da política. Um exemplo seria as diferenças no caso do Islão entre a Europa e os EUA.¹⁶⁹² Um outro exemplo do “potencial” de emoções religiosas foram as “caricaturas de guerra” que ocorreram quando um jornal dinamarquês caricaturou Maomé, que causou protestos em Gaza, Líbia, Egito, Arábia Saudita, Iémen, Paquistão, Síria, Líbano e até mesmo a Rússia.¹⁶⁹³

Beck constata que na Europa, quanto mais longe e mais rápido o processo de modernização tem sido avançado, maior é a clareza da vitória da racionalidade científica e da técnica demolindo todas as estruturas que sustentam a plausibilidade da crença religiosa.¹⁶⁹⁴ Aproximadamente há 200 anos, a religião parecia ser uma segunda ordem, um fenómeno não fundamental que progressivamente desapareceu perdendo terreno e, como consequência, as suas causas foram

¹⁶⁹⁰ BECK, Ulrich – **El Dios personal: la individualizacion de la religion y el espiritu del cosmopolitismo**. Barcelona: Paidós Iberica, 2009b, p. 12.

¹⁶⁹¹ Idem, p. 13.

¹⁶⁹² Ibidem.

¹⁶⁹³ Ibidem.

¹⁶⁹⁴ BECK, Ulrich – **A God of One’s own: religion’s capacity for peace and potencial for violence**. UK: Polity Press, 2010c, p. 30.

eliminadas.¹⁶⁹⁵ Esta mesma realidade não se viveu a nível global, pois, em algumas partes do globo, existem civilizações que mantêm as suas crenças preambulares. Assim, a tentativa de olhar para outras sociedades não europeias, cuja fé e crença permanecem enraizadas, como se de europeias se tratassem, agindo de forma secular, corresponde num dos maiores desafios da sociedade moderna.

De acordo com Beck, observou-se, anteriormente, nas sociedades europeias o seguinte: uma vez que a pobreza altamente visível foi superada, a educação tornou-se universal, a desigualdade social foi desmantelada e a opressão política tornou-se coisa do passado, a religião adquiriu o *status* de um hobby pessoal.¹⁶⁹⁶ Como resultado, a fé religiosa sobreviveu como uma opção, passando a ter um poder vinculativo sobre a consciência pessoal de crentes, mas perdeu o seu papel na formação da identidade individual ou coletiva.¹⁶⁹⁷

De igual modo, com o mais recente episódio em Copenhaga, fevereiro de 2015, cujo alvo era, portanto, o cartoonista sueco Lars Vilks, ameaçado desde que em 2007 por ter assinado uma série de *cartoons* onde Maomé aparecia com cabeça de cão, que a polémica em volta da liberdade de expressão tem sido grande. Com efeito, depois do massacre *Charlie Hebdo* (07 de janeiro de 2015), cresceram os pedidos aos muçulmanos na Europa e no Ocidente para que façam ataques e que se institua um estado de terror, de medo e de insegurança, com atos mais hediondos possíveis, desde às decapitações às explosões em lugares públicos.¹⁶⁹⁸

Com isso, Beck constata que do mesmo modo que existem “múltiplas modernidades” também existem “múltiplas secularizações”.¹⁶⁹⁹ É fundamental salientar que, a religião é globalização desde o início, ou seja, a questão dos múltiplos e contraditórios regimes de fronteiras religiosas pertence a definição primária de religião.¹⁷⁰⁰

A característica fundamental da religião passa por mesclar, ultrapassar e desenhar as fronteiras. As religiões, ao mesmo tempo, constroem pontes onde existem hierarquias e fronteiras entre as pessoas, mas também abrem abismos onde nunca existiram.¹⁷⁰¹

¹⁶⁹⁵ Ibidem.

¹⁶⁹⁶ Idem, p. 36.

¹⁶⁹⁷ Ibidem.

¹⁶⁹⁸ AFP – “L’Etat islamique appelle à de nouvelles attaques après «Charlie Hebdo»”. *Libération*. (26 Janvier 2015). [Consult. 09 Fev. 2015]. Disponível em: <URL: http://www.liberation.fr/monde/2015/01/26/l-ei-appelle-a-de-nouvelles-attaques-apres-charlie-hebdo_1189126>.

¹⁶⁹⁹ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2009b, p. 14.

¹⁷⁰⁰ Idem, p. 15.

¹⁷⁰¹ Ibidem.

Na realidade, uma outra dimensão não menos importante prende-se ao facto de que as pessoas que tem conhecimento de que a humanidade está ameaçada de desaparecer por culpa de uma catástrofe climática originada pela sociedade industrial, vivem noutra mundo que aquelas que ainda não ouviram nada a respeito do assunto ou que pensam que estas previsões são produto de uma histeria pseudocientífica. E uma parte fundamental do problema está em que todos estes mundos convivem associados na mesma sociedade.¹⁷⁰²

Samuel Huntington trata de explicar estas contradições com a imagem do “choque de civilizações”. Mas esta imagem é falsa. Ainda é devedora do antigo mundo de representações, no qual as culturas são construções fechadas hermeticamente numa localização geográfica específica. Evidentemente, a Europa também recebeu a herança dos antigos através da cultura árabe e islâmica. E naturalmente, o islão estava estreitamente entrelaçado em muitas partes com o Ocidente cristão e com o mundo judaico. Não há nada mais falso que dizer que a herança europeia e o islão competem entre si.¹⁷⁰³

O motor central dos acontecimentos não será por muito tempo só a globalização, isto é, a integração de contextos de atividades e experiências para além das fronteiras dos Estados-nação. Trata-se, acima de tudo, de um antagonismo no interior destas culturas que vivem associadas para impor os preceitos do caminho correto, ou melhor, o poder de delimitar o que é verdadeiro e o que é falso, o bom e o mal, o arriscado e o seguro.¹⁷⁰⁴

Na realidade, negar a verdade elementar de meu lugar de origem e do mundo conceitual europeu e ocidental, segundo a qual todas as pessoas estão dotadas de direitos inalienáveis e que, em decorrência, a democracia é a única forma de exercer o poder que garante a dignidade humana, seria o equivalente a um suicídio cultural. Precisamente, na vizinhança tão enigmática e conflituosa em que estamos misturados uns com os outros esta verdade é mais importante que nunca. É a chave da sobrevivência.¹⁷⁰⁵

Esta conflitualidade resulta que o contrário da verdade foi a simples opinião apresentada como equivalente da ilusão, isto é, com a configuração ou estandardização de normas “morais puritanas”¹⁷⁰⁶ asseguraram-se modelos políticos e jurídico-morais para uns e para outros não

¹⁷⁰² BECK, Ulrich – Op. Cit., 2007a, p. 2.

¹⁷⁰³ Ibidem.

¹⁷⁰⁴ Idem, p. 3.

¹⁷⁰⁵ Idem, p. 4.

¹⁷⁰⁶ ARENDT, Hannah – **Verdade e Política**. Lisboa: Relógio D’água, 1995, p. 17.

foi forçosamente levado em consideração as realidades, princípios e entendimentos políticos, morais e culturais.

Os conceitos como verdade, racionalidade e justificação, que são exatamente os propósitos que dão origem aos choques políticos, culturais e jurídico-morais, têm o mesmo papel em todas as comunidades linguísticas, apesar de que sejam interpretados de maneira diferente e aplicados de acordo com critérios distintos.¹⁷⁰⁷ Entretanto, este facto é satisfatório para ancorar os mesmos conceitos universalistas de moralidade e justiça em formas de vida diversas e antagónicas entre si, confirmando que aquelas são adaptáveis com distintas conceções do bem.¹⁷⁰⁸

A postura de Habermas, neste contexto, de fazer convergir a modernização cultural, por um lado, a fim de a aproximar do “mundo da vida”, é indício de reconhecimento da ambivância da sociedade moderna, no qual avanços e retrocessos caminham lado a lado e em que a pureza ou autenticidade de esferas diferenciadas é frequentemente inficionada pela experiência vivida do quotidiano, por outro lado.¹⁷⁰⁹

5.8 - Em favor de uma sociedade cosmopolita

A irreversibilidade do cosmopolitismo resulta de que a sociedade moderna já não é capaz de “travar” a miscigenação. Hodiernamente, a dimensão étnico-cultural vai além das normas jurídicas, ou seja, com a globalização os povos tornam-se mais próximos e essa proximidade resultou numa mestiçagem irreversível. A necessidade pressurosa de se “proteger de si mesmo” acabou por exteriorizar o movimento humano de criação e manutenção de suas garantias como ser integrante da sociedade, ou seja, da história da humanidade, através da incumbência de valores intrínsecos a uma ordem abstrata, universal, e que, na época, se consubstanciava no Estado do Bem-Estar Social, responsável pela salvaguarda dos valores.

A globalização da política, as relações económicas, direito, cultura e redes de comunicação e interação estimulam controvérsias. Na verdade, o choque gerado por riscos globais dá continuamente origem a políticas públicas em todo o mundo.¹⁷¹⁰ Desta forma, o

¹⁷⁰⁷ HABERMAS, Jurgen – **A modernidade: Um projeto inacabado**. Lisboa: Passagens, 2013, p. 20.

¹⁷⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁰⁹ *Idem*, p. 26.

¹⁷¹⁰ BECK, Ulrich – **The cosmopolitan vision**. UK: Polity, 2006a, p. 2.

cosmopolitismo deixou de ser meramente uma ideia racional controversa, para passar a ser uma forma distorcida, que deixou o reino de castelos filosóficos no ar e entrou para a realidade.¹⁷¹¹

O cosmopolitismo tornou-se a característica definidora de uma nova era, a era da “modernidade reflexiva”, em que as fronteiras nacionais e diferenças estão se diluindo e devem ser renegociadas de acordo com a lógica de uma “política de política”.¹⁷¹² Por esta razão, um mundo que se tornou cosmopolita exige urgentemente um novo ponto de vista, isto é, a perspectiva cosmopolita, a partir do qual podemos compreender as realidades políticas e sociais em que vivemos e agimos. Portanto, a perspectiva cosmopolita é tanto o pressuposto e o resultado de uma reconfiguração conceitual dos nossos modos de percepção.¹⁷¹³

Num mundo cada vez mais marcado por tendências globalizadoras esta abordagem torna-se inevitavelmente anacrônica, sobretudo quando se pretende compreender a geração moderna e suas situações existenciais, suas orientações e formas de atuação.¹⁷¹⁴ De todos os problemas que perturbam a sociedade moderna, da proteção do meio ambiente à paz, passando pelas contrariedades da interdependência económica ligados à mundialização ou aos movimentos migratórios, o pensamento que se funda sobre os recursos nacionais tocou os limites de sua competência política.¹⁷¹⁵

Os argumentos morais a favor do cosmopolitismo estão assentes em dois pontos de vista. Em primeiro lugar, a igualdade moral das pessoas, e, em segundo lugar, a igualdade de oportunidades.¹⁷¹⁶ O cosmopolitismo é atraente pois parece agregar o fundamental do ponto de vista moral, apropriando princípios morais a todos os seres humanos.¹⁷¹⁷ Nota-se que “quando vemos uma criança a afogar-se, não lhe começamos a perguntar a sua nacionalidade ou filiação religiosa antes de a salvarmos”¹⁷¹⁸. Esta tendência imanente do ser humano representa a superação das leis, ou seja, evidencia que a “razão da Humanidade” sobrepõe qualquer lei.

¹⁷¹¹ Ibidem.

¹⁷¹² Ibidem.

¹⁷¹³ Ibidem.

¹⁷¹⁴ BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – **Generación global**. Barcelona: Paidós, 2008, p. 10.

¹⁷¹⁵ BECK, Ulrich – As quatro esquerdas em tempos de globalização. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2006b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/1734-as-quatro-esquerdas-em-tempos-de-globalizacao-artigo-de-ulrich-beck>>.

¹⁷¹⁶ POJMAN, Louis – **Terrorismo, Direitos Humanos e a apologia do Governo Mundial**. Lisboa: 2007, p. 113.

¹⁷¹⁷ Ibidem.

¹⁷¹⁸ Idem, pp. 113-114.

As nações com as suas fronteiras não são características fundamentais da moralidade, são, na melhor das hipóteses, Instituições dissimuladas contingentes que só se justificam se servirem o bem humano.¹⁷¹⁹

Os Estados são apenas instrumentos contingentes no reportório moral. Se servirem os interesses humanos, muito bem. Mas se e quando conseguirmos encontrar uma forma melhor de servir as necessidades humanas, devemos substituir o Estado-nação por essa forma.¹⁷²⁰

A justificação filosófica no que tange ao princípio da humanidade está assente na nossa natureza humana comum. Somos todos fundamentalmente semelhantes nas nossas capacidades inatas para raciocinar e sofrer e podemos interagir racionalmente uns com os outros.¹⁷²¹ A perspectiva moral pressupõe a igualdade moral, não necessariamente a igualdade de resultados, contudo a igualdade de oportunidades.¹⁷²² A dimensão jurídica requer a tentativa de dar a cada pessoa igualdade de oportunidades para viver uma vida digna de ser vivida.¹⁷²³

Cada indivíduo tem direito, *prima facie*, às condições que lhe permitirão desenvolver as suas potencialidades dentro do razoável.¹⁷²⁴ Somos todos seres humanos, e apenas acidentalmente cidadão dos Estados Unidos, do Afeganistão, da Alemanha, do Brasil, etc.¹⁷²⁵ O cosmopolitismo, na sua dimensão mais extensa, abrangeu todas as dimensões do Estado-nação.

Hoje o cosmopolitismo volta-se à própria realidade social com maior relevância para os riscos globais, por exemplo, o terrorismo que não conhece quaisquer fronteiras. O mesmo se pode empregar no protesto contra a invasão ao Iraque. Pela primeira vez, tratou-se a guerra como um assunto de política interna em que toda humanidade participou em direto através dos meios de comunicação.¹⁷²⁶ A mesma resistência contra a globalização, produz globalização política, algo que se observa cada vez mais.¹⁷²⁷ Quando assistimos à decapitação de um indivíduo por parte de grupos islâmicos fundamentalistas, a reação a este fenómeno não se restringe ao Estado do qual o indivíduo pertencera, mas se regista uma cadeia global de reações, quer através das redes

¹⁷¹⁹ Idem, p. 114.

¹⁷²⁰ Idem, pp. 114-115.

¹⁷²¹ Idem, p. 115.

¹⁷²² Idem, p. 116.

¹⁷²³ Ibidem.

¹⁷²⁴ Idem, p. 117.

¹⁷²⁵ Ibidem.

¹⁷²⁶ BECK, Ulrich – **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz**. Barcelona: Paidós, 2005a, p. 10.

¹⁷²⁷ Ibidem.

sociais quer através de manifestações em prol da vítima. Trata-se de uma visão e receptividade cosmopolita que na “primeira modernidade” não ocorria.

Estamos numa nova era em que se dissolvem as fronteiras e as dissemelhanças entre os Estados-nação. Esse cenário impõe uma nova contemplação cosmopolita, e uma nova ciência política e social, para compreender a realidade em que vivemos e atuamos.¹⁷²⁸ No presente, quiçá no futuro tal-qualmente, deve-se declinar o conceito de Estado-nação, na sua dimensão clássica, e a visão nacionalista que lhe está implícita. O cosmopolitismo não somente nos desamarra das velhas categorias, mas também nos abre para novas possibilidades de encontrar soluções para os obstáculos modernos.

A globalização refere-se a muitas coisas. Em primeiro lugar, é a gradual interconexão que existe em assuntos políticos e económicos, pela qual o Estado-nação ou a sociedade nacional já não é a identidade exclusiva de interação social e comunicação. Em segundo lugar, provavelmente mais radical, é a globalização ser um novo jogo de poder mundial que pressupõe redefinir as regras de poder entre os Estados-nação, o capital e os funcionamentos da sociedade civil.¹⁷²⁹

O Estado-nação mantém o seu paradigma da política, mas não tem a totalidade do poder estratégico diante do capital que se move. A globalização tem reproduzido um novo grupo de atores, designadamente os movimentos da sociedade civil, como o Attac (*Association for the Taxation of Financial Transactions and for Citizens Action*), Greenpeace, Amnistia Internacional, etc... Estes grupos têm um poder especial e múltiplos recursos. Um deles é a informação de que fazem uso com a finalidade de denunciar as ações do capital e do Estado em temas como falta de respeito a direitos humanos ou o meio-ambiente. Outro é a organização de movimentos de defesas do direito do consumidor.¹⁷³⁰

Neste contexto, significa que a globalização não é algo que diz respeito apenas a questões globais. A globalização muda a importância da relação como o local e modifica a relação com as pessoas do local. É ao mesmo tempo um sistema de redefinição do local. A globalização refere-se que estamos às vezes atuando a nível local, mas temos que antecipar e oferecer

¹⁷²⁸ BECK, Ulrich – Cosmopolitismo, um novo paradigma para as ciências sociais. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2007c). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/10685-cosmopolitismo-um-novo-paradigma-para-as-ciencias-sociais-entrevista-com-ulrich-beck>>.

¹⁷²⁹ Ibidem. O capital foi o primeiro ator que abandonou a prisão do Estado-nação e desenvolveu novas estratégias de poder no espaço global. Os capitais são capazes de usar a tecnologia da informação para reorganizar a divisão da mão-de-obra em escala global e de usar mão-de-obra barata em todo o mundo como um recurso para maximizar os seus lucros.

¹⁷³⁰ Idem, p. 5.

oposição tendo presente o processo que está se desenvolvendo na esfera global. Na verdade, é primordial que se tenha uma visão cosmopolita, o que implica empregar uma metáfora: “ter raízes e às vezes asas”.¹⁷³¹

Partindo de uma visão ativa, as ideias principais é que os atores políticos devem começar a aprender como organizar a si mesmos e identificar-se com políticas transnacionais, construindo, como o capital global já o fez, um novo espaço para a política a nível transnacional. Inventando novas formas de cooperação entre os Estados, entre a sociedade civil, atores que incluam contextos nacionais diferentes para se ter uma visão de mundo globalizado e localizado ao mesmo tempo. O conceito apropriado para definir isto seria “soberania de inclusão”.¹⁷³²

A sociedade moderna confronta-se com muitos problemas que já não têm soluções nacionais, como os problemas de migração, meio-ambiente, etc. De todo modo não se pode olvidar que a cultura do Estado-nação existe. Quando nos referimos à globalização não se pressupõe que se abandone a nação. Todavia, a fim de dar força à nação é preciso abrir o Estado-nação e ser inclusivo para os outros países.¹⁷³³ A visão cosmopolita tem a ver com a abertura a partir de baixo, desde dentro e com uma extensão às instituições básicas do Estado-nação.¹⁷³⁴

É fulcral reafirmarmos a distinção entre “globalismo”, “globalização” e “cosmopolitização”, como anteriormente elucidámos, no intuito de compreender a saída para solucionar os efeitos da fragmentação societal. O “globalismo” defende a ideia de mercado global, ou seja, as virtudes do crescimento neoliberal e a utilidade de mover sem obstáculos o capital, os produtos e os seres humanos de um lado e de outro das fronteiras.¹⁷³⁵ Isto também afeta a economia e os grandes sectores da opinião pública quando se refere a “globalização”.¹⁷³⁶

Por conseguinte, a “cosmopolitização” é um processo *multidimensional* que mudou de forma irreversível a “natureza” do mundo político-social e a relevância dos Estados neste mundo.¹⁷³⁷ Desse modo, a “cosmopolitização” assume o surgimento de múltiplas lealdades, assim como diversas formas de vida transnacionais, a ascensão de autores políticos não estatais (desde a Amnistia Internacional até à Organização Mundial do Comércio) e o progresso de movimentos de protestação global contra o globalismo (neoliberal), em prol de uma globalização *diferente*

¹⁷³¹ Idem, p. 6.

¹⁷³² Ibidem.

¹⁷³³ Idem, p. 7.

¹⁷³⁴ BECK, Ulrich – **Poder y contrapoder en la era global. La nueva economía política mundial**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2004b, p. 19.

¹⁷³⁵ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2005a, p. 19.

¹⁷³⁶ Ibidem.

¹⁷³⁷ Ibidem.

(cosmopolita).¹⁷³⁸ Defende-se o reconhecimento internacional dos direitos humanos, o direito ao trabalho, a proteção do meio ambiente, a supressão da pobreza, etc.¹⁷³⁹

Beck aponta duas gerações que vivem realidades extremamente diferentes, por um lado, a que acolhe o cosmopolitismo, e, por outro, a que o objeta impiedosamente. Em primeiro lugar, há a “geração de 11 de Setembro”. Esta geração é consciente dos efeitos negativos do terrorismo em oportunidades de vida, designadamente em relação a viagens, segurança urbana, emprego em todo o mundo, liberdades civis, identidade religiosa e nacional, mas também a marginalização ou aquisição do poder do mundo pós-colonial.¹⁷⁴⁰ Em segundo lugar, a geração anterior é, portanto, distinta da “geração de 1989” (a geração da queda-do-muro de Berlim), que experimentou o mundo após a guerra fria como um espaço aberto. Mas ao mesmo tempo o conceito e a imagem de uma “geração de 11 de Setembro” são altamente ambivalentes. Este “evento traumático cosmopolita”, 11 de Setembro, foi comemorado pelos adversários do “Imperialismo ocidental”.¹⁷⁴¹ Evidentemente, deve ser feita uma distinção, ou seja, estamos todos conscientes de 11 de Setembro, mas a consciência produzida pode ser diferente, alguns tornando-se mais cosmopolitas, outros mais anti-cosmopolitas.¹⁷⁴²

O cosmopolitismo europeu, por exemplo, transcende a ideia, apenas aparentemente contraditória, de converter a perda de soberania num aumento da própria soberania. Neste sentido, os Estados deverão definir os seus proveitos nacionais e europeus, no caso em concreto, e conjugá-los. Beck propõe uma “política de interdependência”. Essa deve conter em si mesma a perceção e a criação de interdependências. Ora, sem essa noção de interdependências supranacionais reais, quer no domínio económico quer no domínio militar, não existe qualquer razão para definir os interesses nacionais. Para o efeito, é fundamental discutir sobre esta interdependência no intuito de se pensar as condições essenciais para a “transnacionalização da política”.

A expressão mais adequada para designar o cosmopolita é “*WeltBürger*”¹⁷⁴³ que se traduz como mundial ou o cidadão do mundo. Uma vez que a sociologia, a ciência política, muitas outras ciências humanas são em grande medida prisioneiras do Estado-nação em seu pensamento. Este

¹⁷³⁸ Ibidem.

¹⁷³⁹ Ibidem.

¹⁷⁴⁰ BECK, Ulrich - Global Generations in World Risk Society. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**. ISSN 1133-6595. Nº 82-83 (2008d), p. 204.

¹⁷⁴¹ Ibidem.

¹⁷⁴² Ibidem.

¹⁷⁴³ **Weltburger** – (do alemão) *Citizen of the world*.

conceito remonta ao século XIX quando se fortaleceram as ciências sociais com a ideia do Estado-nação como a unidade básica para a sociedade, a cultura, a identidade política.¹⁷⁴⁴

Não obstante, vivemos num mundo onde as fronteiras geográficas ou territoriais, as fronteiras económicas, culturais e políticas já não se harmonizam. As pessoas vivem em distintos países ao mesmo tempo, constroem diferentes identidades culturais ao mesmo tempo. A globalização denomina que o espaço do Estado-nação não é a unidade de ação e o pensamento económico, etc. De modo que necessitamos de uma perspetiva díspar.¹⁷⁴⁵

Nota-se que, este novo paradigma é no fundo um relevante desafio para as ciências sociais. Ou melhor, os atores desse mundo não são apenas os membros das elites ou os capitais globais. Existem igualmente em outros níveis, como exemplo, os professores universitários, que são, na verdade, modelos factuais da transnacionalização do ensino, do conhecimento e das políticas em geral. Os professores universitários já são transnacionais, já agem de forma transnacional e cooperativa. É essencial que os Estados-nação adotem as mesmas características.

Esta transnacionalização não está unicamente consubstanciada aos professores, pois os professores e outros profissionais que pelo seu ofício têm que se deslocar por diversos países e culturas, do mesmo modo, o cosmopolitismo é encontrado também nos imigrantes. Os imigrantes, particularmente, forçam o cosmopolitismo porque são os que acumulam conhecimento com o intuito de saber como inter-relacionar-se entre as fronteiras e usam as diferenças nas regulações e nas culturas para edificar a sua própria forma de vida.

Beck fortalece essa ideia sustentando que esses migrantes-imigrantes transmudam as fronteiras, misturam as línguas, as leis, os sistemas etc, ou seja, são os que estão erguendo espaços transnacionais para viver e atuar. E isso é de alguma forma um paradigma do futuro, estão colocando em cena um novo modelo de cosmopolitismo.¹⁷⁴⁶

É admissível, portanto, cultivar serenamente o orgulho do passado, conjugando-o com a abertura em direção ao mundo externo, conquistando resultados profícuos, quer do ponto de vista económico, quer na ótica cultural. Por certo, um cosmopolitismo bem entendido, ou então, uma aproximação à globalização que não negligencie seu lado cultural, deve ter raízes e asas, enfim, ser capaz de defender a tradição, mas também de voar.

¹⁷⁴⁴ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2007c, p. 7.

¹⁷⁴⁵ Idem, p. 8.

¹⁷⁴⁶ Idem, p. 9.

5.9 - A irreversibilidade dos riscos globais face a sociedade cosmopolita

A sociedade moderna conheceu avanços e retrocessos e, ao longo dos anos, estes dois binómios, caminharam entrelaçados. Os riscos provocados pelo progresso da ciência e da técnica mantiveram-se como sombras construindo uma sociedade não propriamente moderna, mas contra-moderna. Este é o começo de uma “sociedade do risco”, pois os elementos que causam a contra-modernidade não são identificados até que estes se manifestem.

Esta irreversibilidade dos riscos globais pode ser justificada em duas dimensões, uma *realista* e outra *construtivista*. A visão realista determina que as consequências e os perigos do desenvolvimento da indústria são globais.¹⁷⁴⁷ O processo que produz as forças para o “desenvolvimento” está interligado com o que produz forças destrutivas e conjuntamente elevam a dinâmica de conflitos na “sociedade do risco”.¹⁷⁴⁸

Na visão construtivista dos riscos globais, a “sociedade do risco global” não é uma função da globalidade dos problemas (diagnosticado pela ciência), mas resulta do *acordo dos discursos transnacionais* que colocam as ameaças globais para o meio ambiente na agenda pública.¹⁷⁴⁹

O que há muito se ignorou é que em função da interligação global, a sociedade moderna caminha para “epidemias globais”, ou seja, já não se pode isolar muito menos afirmar que um Estado padece de epidemias localizadas, mas sim globalizadas. A “ignorância” face à interdependência, em várias dimensões das atividades quotidianas, torna-nos mais indefesos na presença dos riscos com os quais nos deparamos.

Reduzir as “epidemias globais” a um mero problema de saúde pública local é ignorar a interdependência global. A “sociedade do risco” está igualmente associada às novas doenças e epidemias, umas crónicas e outras incuráveis. São vírus sem fronteiras. Estes transtornos epidémicos vêm desafiando as sociedades e o conhecimento, o que na “primeira moderna” não configurava no âmbito da esfera política, todavia, atualmente, são os novos reptos que penetram na esfera política.

A expansão e o contágio do vírus do Ébola, em escala global, representaram, factualmente, a interdependência dos riscos globais, sobretudo numa dimensão que traspôs as fronteiras que,

¹⁷⁴⁷ BECK, Ulrich – World risk society as cosmopolitan society: Ecological questions in a Framework of manufactured uncertainties. In **Human footprints on the Global environment. Threats to sustainability**. London: Cambridge, 2010a, p.53.

¹⁷⁴⁸ Ibidem.

¹⁷⁴⁹ Idem, 54.

até então, se achavam seguras de qualquer ameaça. O “securitarismo”, bem entendido, é uma obsessão simplesmente incomum para viver em segurança absoluta. Todavia, este é o princípio da precaução que empurrou para o infinito a sociedade moderna.

Na “Sociedade de Risco”, Beck adverte que a sociedade global se tornaria numa comunidade de perigos. O que sucedeu em África revela que a sociedade ignorou o que se pensava ser um outro problema. Regista-se uma “solidariedade do medo” ativa, o que, como Beck aponta, não significa que é a motivação mais nobre, mas pode servir para mudar as coisas.¹⁷⁵⁰

De uma forma ou de outra, temos de encontrar novas maneiras de nos orientar num mundo que está em estado de turbulência. Evidentemente, os líderes políticos precisam abordar questões locais para reagir às solicitações específicas das pessoas, todavia sem uma visão cosmopolita, tal reação é provável que seja inadequada.¹⁷⁵¹

Assumir uma visão cosmopolita e reconhecer que presenciamos um mundo em crise é uma demonstração da política cosmopolita na prática. É mais do que um espelho, ou seja, é uma lupa que põe em foco os processos que estão transformando o nosso mundo e destaca os desafios formidáveis que enfrentamos hoje.¹⁷⁵²

O nacionalismo é particularmente tóxico, não só por causa da justificação evidente que dá ao protecionismo nacional e às desigualdades globais, mas especialmente porque é inseguro em virtude do seu *status* cognitivo, ou melhor, o nacionalismo define e ossifica os quadros científicos políticos e sociais e as categorias mais básicas do pensamento e do conhecimento.¹⁷⁵³

O nacionalismo como ideologia, portanto, limita não só o que podemos imaginar e desejar, mas, o que sabemos e como nós concebemos a realidade.

¹⁷⁵⁰ TAPIAS, José A. Pérez – “Virus sin fronteras”. *Diariodecadiz.es*. (2014) [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <<http://www.diariodecadiz.es/article/opinion/1878242/virus/sin/fronteras.html>>.

¹⁷⁵¹ BECK, Ulrich – **Twenty observations on a world in Turmoil**. UK: Polity Press, 2012, p. 8.

¹⁷⁵² Ibidem.

¹⁷⁵³ Ibidem.

5.10 - Política interna mundial e legitimação da segunda modernidade

A barbaridade da sociedade impiedosamente capitalista que afasta a humanidade da liberdade e da democracia possui os seus rostos. Para Beck na política interna mundial, falta a legitimação que até presentemente tornou possível essa relatividade da indignação. Ou seja, os pobres converteram-se em pobres não apenas por causa da sua pobreza, mas também por obra dos fluxos de informações que fazem a sua situação comparável. Eles tornaram-se os “nossos” pobres, e pobres uma vez que conhecem a riqueza.¹⁷⁵⁴

Quanto mais as normas da igualdade se difundem no mundo, quanto mais energicamente e com sucesso o Ocidente promove os direitos humanos, tanto mais a desigualdade global perde a base de legitimação da indiferença institucionalista. Porém, isso ocorre na forma de uma assimetria unilateral: os pobres não aceitam mais a não comparabilidade construída pelas fronteiras nacionais. Eles se comparam e querem entrar!¹⁷⁵⁵

Os pobres passaram a ser comparativamente iguais, isto é, uma assimetria unilateral eclodiu, pelo que, se comparados para pior, aferem-se com os pobres dos países em desenvolvimento, se para melhor comparam-se aos pobres dos países desenvolvidos.

A perspectiva Beckiana de “política interna mundial” “significa que a pobreza dos pobres se torna um escândalo político não apenas por causa da crescente pobreza, mas também por causa da generalização da igualdade”¹⁷⁵⁶. Atualmente é possível observar que a pobreza é a condição da riqueza, que a desumanidade da sua condição pressupõe e, ao mesmo tempo, coloca em debate as nossas pretensões de humanidade. Todavia, esse “poder ver” vale mais para os pobres. E consegue apenas inquietar a má consciência dos ricos, e isso também só raramente.¹⁷⁵⁷ Na verdade, é um risco pelo facto dos pobres verem os ricos como sendo os seus provocadores da pobreza.

Na segunda modernidade, ou na sociedade de risco global, a ciência tem um papel ambivalente. Por um lado, ainda é, sem dúvida, uma fonte de soluções, mas por outro, é também fonte de problemas. E esses problemas não são o produto de uma crise da ciência e da modernidade, mas, sim, um produto de suas vitórias. É pelo facto de a

¹⁷⁵⁴ BECK, Ulrich – As vidas devastadas que os ricos não veem. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2009c). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/25531-as-vidas-devastadas-que-os-ricos-nao-veem-artigo-de-ulrich-beck->>>.

¹⁷⁵⁵ Ibidem.

¹⁷⁵⁶ Ibidem.

¹⁷⁵⁷ Idem, p. 5.

ciência ser tão bem sucedida em tantos campos que ela produz estes problemas. Um dos principais exemplos é a bomba e a energia atômicas, que são uma grande vitória da ciência moderna, da Física, para ser mais exato, e, ao mesmo tempo, produzem problemas incontroláveis ou de muito difícil controle.¹⁷⁵⁸

Veja-se que se trata do produto de uma industrialização bem-sucedida. Crescem o número de indústrias, mais desenvolvimento econômico, mais carros, mais motores específicos que fazem o uso de energias específicas produzem o dióxido de carbono que afeta o clima. Por conseguinte, estamos na mesma situação.¹⁷⁵⁹

Com efeito, é o produto da vitória da industrialização que dá origem aos problemas, que, em primeiro lugar, não haviam sido identificados, ou que por muito tempo não foram reparados e que são consequências indesejáveis que ameaçam os fundamentos vitais da nossa vida moderna. Um outro ponto prende-se ao facto de que quanto melhor a ciência se converte, mais aumenta o nosso conhecimento quanto àquilo que a ciência não conhece. Consequentemente “se tem um novo aumento do não-conhecimento, especialmente em relação a todo tipo de riscos”¹⁷⁶⁰.

Descobrimos que nós, de facto, não conhecemos toda a complexidade de causas e efeitos. De repente descobrimos que há consequências que ninguém realmente conhecia, e com as quais ninguém sabia lidar. Novamente, isso não resulta de uma ciência fracassada, mas é a melhor ciência que gera resultados destes tipos de descoberta e de consequências.¹⁷⁶¹

Um dos obstáculos mais premente na atual política interna mundial é a “terceirização”, ou seja, a descarga de riscos e responsabilidades nos países mais “fracos”, o que torna o rico trabalho indecoroso em troca de poucas receitas financeiras, tornou-se uma prática que não foi questionável.¹⁷⁶² Os governos seguem o exemplo e terceirizam tudo, desde a prestação de serviços sociais à tortura, por meio da guerra através de “subempreiteiros”. Os cientistas desenvolvem projetos de pesquisa moralmente questionáveis ou diretamente ilegais em “países eticamente inferiores”.¹⁷⁶³

¹⁷⁵⁸ BECK, Ulrich – A segunda modernidade e o papel ambivalente da ciência. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2007b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/7509-a-segunda-modernidade-e-o-papel-ambivalente-da-ciencia-entrevista-com-ulrich-beck>>.

¹⁷⁵⁹ Ibidem.

¹⁷⁶⁰ Idem, p. 6.

¹⁷⁶¹ Ibidem. A ciência não pode mais ser a base principal das nossas decisões políticas em relação a todos esses temas. É uma única fonte de informação e a política não pode continuar se baseando apenas nela. Então este é, novamente, um ponto ambivalente e interessante. E isto é verdadeiro em relação à discussão sobre mudanças climáticas.

¹⁷⁶² BECK, Ulrich – **Crónicas desde el mundo de la política interior global**. Barcelona: Paidós, 2011d, pp.8-9.

¹⁷⁶³ Ibidem.

A fim de responder a estas e outras perspetivas, paradoxos bem como as implicações da compulsão da política, Beck desenvolve e elucida usando o conceito de *meta-game* “meta-jogo” da política mundial. Por “meta-jogo” entende-se que a política do velho mundo, que funcionou por aplicação das regras, e as novas políticas mundiais, que funciona, mudando as regras, estão totalmente interligadas, ou seja, elas não podem ser separadas, seja em termos de atores específicos, estratégias ou alianças.¹⁷⁶⁴

Torna-se claro que, na zona de penumbra entre a passagem da era nacional e o surgimento da era cosmopolita, a ação política segue dois recursos completamente diferentes e ainda mutuamente entrelaçados. Em outras palavras, existem dois conjuntos diferentes agindo sobre o desempenho do cenário mundial, duas peças diferentes de acordo com cada perspetiva, ou seja, existe uma trama altamente paradoxal entre o estabelecido e o drama político alternativo, entre o que está fechando e que está se abrindo.¹⁷⁶⁵

Um exemplo concreto é aceitação e nacionalização dos imigrantes pela Europa e pelo mundo em geral. As travessias temerárias através do mar mediterrâneo correspondem a uma violação das fronteiras delineadas no conceito clássico de Estado-nação, contudo estas violações dizem respeito aos novos desafios globais que são conjuntamente diferentes, se comparados as políticas nacionais, mas ao mesmo estão entrecruzados, pois não serão os Estados a incentivar o naufrágio das embarcações, todavia consentir a violação. Este consentimento representa uma característica nova dos Estados da “segunda modernidade”.

A percepção de que isto é assim, no entanto mais fácil que seja para provar, contribui para a confusão não só no pensamento das pessoas, mas também na própria realidade. É justamente essa confusão existente de categorias, que urge a necessidade de uma reformulação da política mundial, mesmo quando eles estão sendo realizados, que caracteriza a essência do meta-jogo.¹⁷⁶⁶ Os sistemas de regras que regem a política mundial podem ser identificados de acordo com as instituições e organizações. Instituições referem-se às regras subjacentes ao exercício do poder (*Macht*) e dominação (*Herrschaft*), em outras palavras, códigos formais e informais de comportamento que servem para facilitar ou para prescrever certas formas de prática política nacional e internacional.¹⁷⁶⁷

¹⁷⁶⁴ BECK, Ulrich – **Power in the Global age**. Uk: Polity Press, 2005b, pp. 20-21.

¹⁷⁶⁵ Ibidem.

¹⁷⁶⁶ Ibidem.

¹⁷⁶⁷ Idem, p. 21.

Neste sentido, é essencial lembrarmos que a globalização, no entanto, introduziu um novo espaço e estrutura para atuar, com isso, a política já não está sujeita às mesmas fronteiras de antes, e já não está vinculada apenas aos atores estatais e instituições, o resultado é que os “jogadores” adicionais, novos papéis, novos recursos, regras desconhecidas e novas contradições e conflitos aparecem em cena.¹⁷⁶⁸ Este é um realismo cosmopolita.

¹⁷⁶⁸ *Idem*, pp. 22-23.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da realidade, que inferimos mediante a nossa investigação, demonstra que a incapacidade de pensar em conjunto os problemas locais e os problemas globais constitui o aspecto intelectual da tragédia da presente época. A falência das Instituições não deve ser considerada como uma ameaça que tem um aspecto irreal, embora seja o motor da incompreensão e da fragmentação da sociedade moderna, contudo, é essencialmente através do reconhecimento da inoperância das Instituições que nos permite preparar e reorganizar a sociedade.

O pensamento reducionista continua, em larga escala, a pavimentar a míope visão da causa e efeito, a determinar o bem e o mal, e a intitular o culpado e o salvador, ou seja, prossegue em eliminar toda a ambiguidade, toda incerteza por meio da solução económica acreditando que esta resolverá todos os problemas. O enclausuramento às velhas Instituições e aos decrépitos conceitos epistemológicos corresponde o maior desafio da sociedade moderna. À semelhança do quadro, *Ângelus Novus* de Paul Klee, que refere Walter Benjamin, a sociedade moderna continua presa às velhas concepções epistemológicas procurando, ainda assim, com estas, dar resposta aos dilemas atuais mais plurais e complexos.

Uma vez que a modernidade se caracteriza por uma crescente complexidade no ambiente político e social, verificou-se que a evolução da sociedade se desencadeou de acordo com os riscos do seu “progresso”, isto é, à medida que se usaram os instrumentos político-sociais e conceptuais obsoletos para dar respostas aos desafios do presente, a sociedade moderna derrapou cegamente para um abismo sem fundo. A incapacidade de ajuste das pretéritas Instituições aos desafios vigentes tornou-se mais visível do que nunca, porém a anuência e a refundação de novas categorias continuam a ser um dos problemas da atualidade.

As dinâmicas modernas globais representam, o que há algum tempo fora ignorado, a ideia de que modernidade vista a partir de uma perspectiva unilateral somente ocasiona anarquia e contenda. Enquanto as variáveis relevantes diversificam-se nas diferentes partes do mundo, transforma igualmente a configuração institucional da modernidade. Assim sendo, o programa político, social e cultural da modernidade, que inicialmente, diríamos, surgiu na Europa ocidental é inadequado a todas as civilizações. A tentativa de procurar convergência compulsória comprova a ignorância das “múltiplas modernidades” e, por consequência, crescem continuamente os conflitos.

Os desenvolvimentos na era contemporânea não vieram atestar a difundida “convergência” das sociedades modernas. Ao invés, apontam que as diversas arenas institucionais autónomas modernas, económica, política, cultural, educativa e familiar, se definem, regulam e interagem de maneiras diferentes em distintas sociedades, em função dos seus períodos históricos.¹⁷⁶⁹

As Instituições modernas mostram-se inoperantes uma vez que, ao longo da história, procurou-se cristalizar um programa político-social e cultural da modernidade, enquanto modo distinto de interpretações do mundo e das experiências para os institucionalizar em padrões vigentes. O que de novo se observou, na presente investigação, foi, antes de mais, o facto de que os grandes avanços tecnológicos e as dinâmicas das formas económicas e políticas modernas terem feito com que o seu choque, nas sociedades em que a modernidade se expandiu, se tornassem intenso e mais extenso do que noutros tempos históricos.¹⁷⁷⁰

Do mesmo modo, inferiu-se que, apesar destes problemas, uma coisa irradia convicção, a modernidade fornece razões comparativas e, portanto, não se pode afincar à ideia eurocêntrica da modernidade. Esta é uma das razões essenciais da fragmentação da sociedade moderna. O pensamento etnocêntrico, político e social é o preço que se paga ao desconhecer a vasta interdependência de que a sociedade moderna está associada.

No entanto, é neste sentido que a relevância das teses de Beck para o entendimento da falência das Instituições têm lugar. Bauman identificou variações dentro da modernidade, ou melhor, distinguiu a pré-modernidade, a modernidade e a pós-modernidade ou a sociedade líquida, contudo, nos vários casos, o último estágio da evolução das sociedades modernas (a pós-modernidade de Bauman e a modernidade reflexiva de Beck) é descrita como um ciclo na qual a modernidade tomou consciência de si própria e das suas próprias limitações.¹⁷⁷¹ A compreensão sobre a modernidade no pensamento de Beck envolve alguma ambiguidade, pois Beck define o início da primeira modernidade, precisamente nos séculos XVII e XVIII com o início da modernidade industrial, e não define o seu término. A segunda modernidade ou modernidade reflexiva, neste contexto, está associada à primeira modernidade e se desenvolve com os avanços desta.

Beck ao fundamentar nesta perspetiva abre precisamente uma discussão em torno deste “binómio”, das duas modernidades. As duas modernidades acabam por ser infinitas, ou seja,

¹⁷⁶⁹ EISENSTADT, Shmuel Noah – **Múltiplas modernidades**. Lisboa: Livros Horizonte: 2007, pp. 15-16.

¹⁷⁷⁰ Idem, p. 37.

¹⁷⁷¹ BAERT, Patrick; SILVA, Filipe C. – **Teoria social contemporânea**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2014, p. 240.

sem um limite. Beck objeta a ideia de uma possível “pós-modernidade”, “transmodernidade” ou mesmo “hipermodernidade”, para ele, são “moletas” para o pensamento uma vez que ter-se-ia de procurar (inventar) vários prefixos para definir as diferentes fazes da modernidade. No fundo, a dialética entre as duas modernidades aparenta estar próxima da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, mas distanciam-se pelo facto da segunda modernidade ser a reflexividade da primeira, o que na teoria dos sistemas não acontece.

Identificou-se, além disso, na presente investigação, que a prevalência de estruturas burocráticas modernas, presas às velhas categorias, coadjuvaram para a criação e multiplicação de organizações excessivamente eficientes constituídas por indivíduos literalmente alheios à moral, capazes e dispostos a pôr em prática quaisquer objetivos, incluindo propósitos desumanos, com uma simplicidade e competência inéditas.

A verdade é que todos os “ingredientes” do Holocausto, todas as inúmeras coisas que o tornaram possível, foram normais; “normais” não no sentido do que é familiar, do que não passa de mais um exemplo numa vasta categoria de fenómenos de há muito plenamente descritos, explicados e assimilados (ao contrário, a experiência do Holocausto era nova e desconhecida), mas no sentido de plenamente acompanhar tudo o que sabemos sobre nossa civilização, seu espírito condutor, suas prioridades, sua visão imanente do mundo, e dos caminhos adequados para buscar a felicidade humana e uma sociedade perfeita.¹⁷⁷²

Mediante ao que se aspirou com a presente investigação consta que, a convicção de que é necessário mais capital financeiro para salvar as controvérsias da sociedade moderna, isto é, dos Estados, é irreal. O capital financeiro está fora do controlo dos Estados, está associado às grandes multinacionais que detêm igualmente os maiores benefícios e isenções fiscais.

O Estado abdicou, involuntariamente, dos deveres para com a sociedade civil, perdendo a favor do mercado as suas obrigações essenciais, mas reservando, ainda assim, o seu direito de ação em última instância, o que é, na verdade, contraditório. Por outras palavras, temos, cada vez mais, escolas, hospitais e segurança privada, contudo a falência destas corporações repercute-se no âmbito público onde o Estado “continua” a ser o denominador principal. Neste contexto, ao Estado somente lhe foi reservado as consequências da falência das Instituições, ou seja, a obrigação de restituir e assumir as consequências. Esse novo paradigma representa a exígua ação do Estado moderno e o seu definhamento.

¹⁷⁷² BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 27.

As empresas são as que mais beneficiam, todavia, a exígua legitimidade das empresas transnacionais é evidente e receiam a fragilidade de seus mercados. Conferiu-se que as empresas jogam com o Estado, não pagando impostos e reduzindo ou deslocando postos de trabalho, a jogada serve de “vantagem” a favor das empresas para recuperar a confiança e estabilizar os seus mercados.¹⁷⁷³ É fundamental que o Estado, para estancar esta “hemorragia”, opte por cooperações entre Estados, reduza a carga fiscal aos que menos possuem e a aumente aos que mais detêm capital financeiro com o intuito de reduzir as desigualdades sociais. O aspeto primordial, entretanto, é a ação mais direta do Estado às funções pela qual é constituído.

A reação à globalização reside numa melhor coordenação internacional das políticas, nas monotorizações supranacionais mais eficazes dos bancos e das instituições financeiras, na redução do *dumping* fiscal entre Estados e numa cooperação mais estreita entre as organizações transnacionais.¹⁷⁷⁴ É mister aproveitar esse desequilíbrio para impor exigências fundamentais, nomeadamente um imposto sobre as transações financeiras, como propõem Beck e Piketty, que no fundo seria do interesse para o próprio Estado e, dessa forma, objetaria a teimosia dos “ortodoxos” que desacreditam numa cooperação transnacional.

Para devolver à política sua capacidade de agir, as soluções estão aí, não há outras. O caminho a fim de conquista-las é o método do *realismo cosmopolita*. Proporcionar e receber de forma multilateral de maneira que cada um possa resolver melhor, em última instância, seus problemas nacionais.¹⁷⁷⁵ Tão-somente não podemos prosseguir usando o Estado-nação e a sociedade do Estado-nação como unidade de pesquisa. Estaríamos diante do chamado *nacionalismo metodológico*. O *nacionalismo metodológico* é uma obstrução ao reconhecimento da falência das Instituições, é, do mesmo modo, uma conceção pretérita utilizada para o Estado-nação reafirmar-se, todavia, em função daquilo que realidade nos apresenta, o *nacionalismo metodológico* já não é funcional porque são cada vez mais irrealis os elementos que o compõem.

Por último, a tese aqui apresentada delineou as dimensões teórico-política e social, associadas aos dados empíricos, sua ênfase na autocompreensão da realidade vigente, com um forte suporte hermenêutico crítico. Os obstáculos a esta tarefa não devem, de algum modo, ser subestimados, todavia. É laborioso standardizar, pois as fronteiras disciplinares colocam ainda obstáculos aos investigadores que trabalham sobre temas de vanguarda, sem referir as barreiras ideológicas que muitas vezes impedem o verdadeiro diálogo. Conservámos, contudo, a esperança de que se

¹⁷⁷³ BECK, Ulrich – Op. Cit., 2006b, p. 5.

¹⁷⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁷⁵ Ibidem.

consiga construir ou reconstruir, uma “utopia” que ajude a progredir. Cada vez estamos menos confiantes na possibilidade de dar início à equidade e à justiça social. A desigualdade é antiutópica, está presente, é factualmente o mais mortal de todos os vírus deste declínio da sociedade moderna. No entanto, isso não quer dizer que com esta investigação se esgotam os dilemas agregados à sociedade moderna, pelo contrário, com esta indagação contribuimos para a compreensão da falência das Instituições no intuito abrir novas “janelas” da ciência a fim de convergirmos às soluções aqui propostas para o bem comum.

De acordo com esta perspectiva, a nossa investigação assume um papel central que, na realidade, a sociedade moderna pode ter para se distanciar dos seus pressupostos até então ignorados, com a finalidade de fazer alguma diferença no mundo político e social no qual estamos inseridos. A nossa abordagem neo-teórica e pragmática apresenta uma base política e filosófica para o conhecimento reflexivo implicado na teoria política e social tanto crítica como pública. Assim sendo, tencionamos dar maior contributo, futuramente, uma vez que o nosso pensamento neo-teórico e pragmático contribui para a filosofia das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS DE ULRICH BECK:

BECK, Ulrich – **A europa alemã. De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de poder na crise do euro.** Lisboa: Edições 70, 2013a.

BECK, Ulrich – **A God of One's own: religion's capacity for peace and potencial for violence.** UK: Polity Press, 2010c.

BECK, Ulrich – **A política na sociedade de Risco.** Brasil: 1992a.

BECK, Ulrich – A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997.

BECK, Ulrich – **Crónicas desde el mundo de la política interior global.** Barcelona: Paidós, 2011d.

BECK, Ulrich – **El Dios personal: la individualizacion de la religion y el espiritu del cosmopolitismo.** Barcelona: Paidós Iberica, 2009b.

BECK, Ulrich – **Hijos de la libertad.** 2ª Edição. México: FCE, 2002a.

BECK, Ulrich - **La democracia y sus enemigos.** Barcelona: Paidós, 2000a.

BECK, Ulrich – **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz.** Barcelona: Paidós, 2005a.

BECK, Ulrich – **La sociedad del riesgo global.** Madrid: Siglo veintiuno, 2002b.

BECK, Ulrich - **La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidade.** Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, Ulrich – **O que é a globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, Ulrich – **Poder y contrapoder en la era global. La nueva economía política mundial.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2004b.

BECK, Ulrich – **Power in the Global age.** Uk: Polity Press, 2005b.

BECK, Ulrich – **Risk society towards a new modernity.** London: Sage publications, 1992b.

BECK, Ulrich – **Risk Society’s “Cosmopolitan Moment”**. EUA: Harvard University, 2008a.

BECK, Ulrich – **Sobre el terrorismo y la guerra**. Barcelona: Paidós, 2003b.

BECK, Ulrich – **The brave new world of work**. UK: Polity Press, 2000c.

BECK, Ulrich – **The cosmopolitan vision**. UK: Polity, 2006a.

BECK, Ulrich – **Twenty observations on a world in Turmoil**. UK: Polity Press, 2012.

BECK, Ulrich – **Ulrich Beck, pioneer in cosmopolitan sociology and risk society**. London: Springer, 2014.

BECK, Ulrich – **Un nuevo mundo feliz. La precaridad del trabajo en la era de la globalización**. Barcelona: Paidós, 2003a.

BECK, Ulrich – World risk society as cosmopolitan society: Ecological questions in a Framework of manufactured uncertainties. In **Human footprints on the Global environment. Threats to sustainability**. London: Cambridge, 2010a.

BECK, Ulrich. **Libertad o capitalismo. Conversaciones con Johannes Willms**. Buenos Aires: Paidós, 2000b.

BECK, Ulrich; ADAM, Barbara; LOON, Joostvan - **The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory**. London: Sage publications, 2005.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – **Distant love. Personal live in the global age**. UK: Polity Press, 2014.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – **Generación global**. Barcelona: Paidós, 2008.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth – **Individualization**. London: SAGE Publications, 2002.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth - **The Normal Chaos of Love**. United Kingdom: Polity Press, 2004.

BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar – **La europa cosmopolita. Sociedad y política en la segunda modernidad**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan; WINTER, Rainer – **Global America? The cultural consequences of globalization**. Liverpool: Liverpool University Press, 2003.

ARTIGOS DE ULRICH BECK:

BECK, Ulrich - A redução da produtividade e da democracia. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2011b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/39768-a-reducao-da-produtividade-e-da-democracia-entrevista-com-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich - A revolta da desigualdade. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2009a). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/21984-a-revolta-da-desigualdade-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich – A segunda modernidade e o papel ambivalente da ciência. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2007b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/7509-a-segunda-modernidade-e-o-papel-ambivalente-da-ciencia-entrevista-com-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich – As quatro esquerdas em tempos de globalização. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2006b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/1734-as-quatro-esquerdas-em-tempos-de-globalizacao-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich – As vidas devastadas que os ricos não veem. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2009c). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/25531-as-vidas-devastadas-que-os-ricos-nao-veem-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich - Clash of Risk Cultures or Critique of American Universalism. **Contemporary Sociology: A Journal of Reviews**. [Em linha]. (2011c), pp. 40-662. [Consult. 13 Abril 2014]. Disponível em <URL: <http://csx.sagepub.com/content/40/6/662>>.

BECK, Ulrich – Cosmopolitismo, um novo paradigma para as ciências sociais. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2007c). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/10685-cosmopolitismo-um-novo-paradigma-para-as-ciencias-sociais-entrevista-com-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich – Da fé no mercado à fé no Estado. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2008b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/13485-da-fe-no-mercado-a-fe-no-estado-um-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich – El metajuego de la política cosmopolita. **Claves de Razón Práctica**. ISSN: 1130-3689. Vol. N.º 145 (2004a), pp.4-13.

BECK, Ulrich - Global Generations in World Risk Society. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**. ISSN 1133-6595. N.º 82-83 (2008d), pp. 204-216.

BECK, Ulrich - Indignados, entre o poder e a legitimidade. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2011a). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/502749-indignados-entre-o-poder-e-a-legitimidade-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich - Mi cosmopolitismo es realista, autocrítico, incluso escéptico. **Revista de Occidente**. N.º 296, (2006c).

BECK, Ulrich – O e-nacionalismo alemão. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2010b). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/31527-o-e-nacionalismo-alemao-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich – Os banqueiros convertidos e o Estado de exceção. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2008c). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/17663-%60os-banqueiros-convertidos-e-o-estado-de-excecao%60-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich – Por que Huntington se equivoca. **Instituto Humanitas Unisinos**. [Em linha]. (2007a). [Consult. 09 Jun. 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/2897-por-que-huntington-se-equivoca-um-artigo-de-ulrich-beck>>.

BECK, Ulrich - The Anthropological Shock: Chernobyl And The Contours Of The Risk Society. **Berkeley Journal of Sociology**. [Em linha]. Vol. 32 (1987), pp. 153-165 [Consult. 01 Agosto 2014]. Disponível: <URL: <http://www.jstor.org/stable/41035363>>.

BECK, Ulrich - The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity. **The British Journal of Sociology**. Vol. N.º. 51 Issue N.º. 1 (January/March 2000 d).

BECK, Ulrich - Toward a New Critical Theory with a Cosmopolitan Intent. **Constellations**. Vol. 10, N.º 4 (2003c), pp. 453-468.

BECK, Ulrich - Why “class” is too soft a category to capture the explosiveness of social inequality at the beginning of the twenty-first century. **The British Journal of Sociology**. ISSN 0007-1315. Vol. 64 Issue 1 (2013b), pp. 63-74.

BECK, Ulrich - World Risk Society and Manufactured Uncertainties. **Iris**. ISSN: 1234-567. Vol. II, Nº 1 (2009d), pp. 3-11.

BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar - Re-thinking a cosmopolitan Europe. **East**. [Em linha]. Nº 17 (2007), p. 30. [Consult. 09 Nov. 2014]. Disponível em <URL: http://www.eastonline.eu/attachments/article/394/east17_Re-thinking%20a%20cosmopolitan%20Europe.pdf>.

BECK, Ulrich; GRANDE, Edgar - Varieties of second modernity: the cosmopolitan turn in social and political theory and research. **The British Journal of Sociology**. Vol. Nº 61. Issue 3 (2010).

BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo – A sociedade do risco. Um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. **Prim@ Facie**. [Em linha]. Ano 1, Nº 1 (2002), p. 1. [Consult. 07 Agosto 2013]. Disponível: <URL: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4245>>.

OBRAS COMPLEMENTARES:

ADORNO, Theodor – **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max – **Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, Martim – **A ideia de Europa no pensamento português**. Lisboa: Babel, 2014.

APPADURAI, Arjun - **Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004.

ARENDT, Hannah – **O que é a política**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, Hannah – **Verdade e política**. Lisboa: Relógio D’água, 1995.

BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude – **O mundo em viragem. Sociologia da cena internacional**. Lisboa: Piaget, 1999.

BAERT, Patrick; SILVA, Filipe Carreira – **Teoria social contemporânea**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2014.

BAUDELAIRE, Charles – **O pintor da vida moderna**. 1ª Edição. Lisboa: Passagens, 1993.

BAUDRILLARD, Jean – **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUDRILLARD, Jean – **À sombra das maiorias silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas**. Brasil: Editora Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt – **Ética pós-moderna**. 1ª Edição. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Zygmunt – **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt – **Intimations of postmodernity**. First published. New York: Routledge, 1992.

BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Zygmunt – **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt – **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BAUMAN, Zygmunt – **Vida para o consumo. A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BELL, Daniel – **Advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

BELL, Daniel - **Las contradicciones culturales del capitalismo**. 2ª Edição. México: Editorial Patria, 1994.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas – **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. 24ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BERMAN, Marshall – **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1986.

BOBBIO, Norberto - **A era dos direitos**. 7ª Edição. São Paulo, Brasil: Editora Campus/Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto – **Direito e esquerda. Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.

BOBBIO, Norberto – **Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BODIN, Jean - **Six Books of the Commonwealth**. London: Basil Blackwell Oxford, 1995.

BOTTOMORE, Tom – **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAOUI, Mohamed e LÉCUYER, Bernard-Pierre – **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

BRAUDEL, Fernand – **A dinâmica do capitalismo**. 1ª Edição. Paris: Editorial Teorema, 1985.

CANCLINI, Néstor García – **Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), 2000.

CASTELLS, Manuel – **A era da Informação: Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CASTELLS, Manuel – **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo – **A sociedade em rede. Do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius – **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Thales – **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHÂTELET, François – **A filosofia do mundo científico e industrial (1860-1940)**. 6ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

CLAUSEWITZ, Carl Von – **Da guerra**. Los Angeles: World Politics, 1984.

COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc – **A sabedoria dos Modernos. Dez questões para o Nosso Tempo**. Instituto Piaget, 2000.

CRUZ, M. Braga – **Teorias sociológicas – Os fundadores e os clássicos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

D'HONDT, Jacques; DERRIDA, Jacques; ALTHUSSER, Louis; DUBARLE, Dominique; JANICAUD, Dominique e RÉGNIER, Marcel – **Hegel e o pensamento moderno**. Porto: Rés Editora Limitada, 1979.

DE MASI, Domenico – **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001.

DEJEAN, Joan – **Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um *fin de siècle***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DELEUZE, Gilles – **Foucault**. Lisboa: Edições 70, 2005.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain – **Direito internacional público**. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

DURKHEIM, Émile - **Da divisão do trabalho social**. [s.l]: Editor Victor Civita, 1983.

DUVERGER, Maurice – **Ciência Política: teoria e método**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

DUVERGER, Maurice – **Introdução à política**. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1966.

EISENSTADT, Shmuel Noah – **Múltiplas modernidades**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

EWALD, François – **L'état providence**. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 1986.

FEATHERSTONE, Mike – **Cultura de consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERREIRA, Manuel J. Carmo; SANTOS, Leonel Rideiro – **Religião, História e Razão. Da Aufklärung ao Romantismo**. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

FOSTER, Hal – **The anti-aesthetic. Essays on postmodern culture**. 15ª Edição. Washington: Bay Press, 1987.

FRIEDMAN, George – **Os próximos 100 anos. Uma previsão para o século XXI**. 4ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 2014.

FUKUYAMA, Francis – **O fim da história e o último homem**. Lisboa: Gradiva, 1992.

GIANNOTTI, José Arthur – **Certa herança marxista**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

GIDDENS, Anthony – **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony – A vida em sociedade pós-tradicional. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony - **As consequências da modernidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora UNESP Fundação, 1991.

GIDDENS, Anthony - **Modernidade e identidade pessoal**. 1ª Edição. Portugal: Celta Editora, 1994.

GIDDENS, Anthony – **O mundo na era da globalização**. 6ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

GIDDENS, Anthony – **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

GIDDENS, Anthony - **Política, sociologia e teoria social – Confrontos com o pensamento social clássico e contemporâneo**. 1º Edição. Oeiras: Celta Editora, 1998.

GIDDENS, Anthony – **Sociologia uma breve porém crítica introdução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, SA, 1984.

GUÉNON, René – **A crise do mundo moderno**. 3ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2013.

HABERMAS, Jurgen – **A modernidade: Um projeto inacabado**. Lisboa: Passagens, 2013.

HABERMAS, Jurgen – Modernity - An Incomplete Project. In, **The anti-aesthetic. Essays on postmodern culture**. 15ª Edição. Washington: Bay Press, 1987.

HABERMAS, Jurgen – **O discurso filosófico da modernidade**. 2ª Edição. São Paulo – Brasil: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jurgen – **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2011.

HABERMAS, Jurgen – **Um ensaio sobre a constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012.

HAFERKAMP, Hans; SMELSER, Neil J. - **Social Change and Modernity**. Los Angeles: Oxford, 1992.

HALL, Stuart – **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot – **Trem fantasma. A modernidade na selva**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

HAYEK, Friedrich – **O caminho da servidão**. 6ª Edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAYEK, Friedrich A. Von - **The Theory of Complex Phenomena: A Precocious Play on the Epistemology of Complexity**. Originally published in Hayek, F. A. London, UK: Routledge & Kegan Paul, Studies in Philosophy, Politics and Economics, 1967.

HEGEL, Georg W. Friedrich – **Fenomenologia do espírito**. Brasil: Editora Vozes Ltda, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – **Propedêutica filosófica**. Lisboa: Edições 70, 1989.

HOBBSAWM, Eric – **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. 26ª Edição. São Paulo, 2003.

HORKHEIMER, Max – **Origens da filosofia burguesa da história**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

HUNTINGTON, Samuel – **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio – **As teorias da globalização**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

JAMESON, Fredric – **Postmodernism or, the cultural logic of late capitalismo**. 2ª Print. United States of America: Duke Universty, 1992.

JELLINEK, Georg – **Teoría general del Estado**. [s.l]: ILCA, 2007.

KAGAN, Robert – **O regresso da história e o fim dos sonhos**. Portugal: Casa das Letras, 2009.

KANT, Immanuel – **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995.

KANT, Immanuel – **A paz perpétua. Um projeto filosófico**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KANT, Immanuel – **Para a paz perpétua**. Vol. V. Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.

KANT, Immanuel Kant – **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KELSEN, Hans – **Teoria geral do direito e do Estado**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

KERLINGER, Fred N. - **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais. Um tratamento conceitual**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária (E.P. U), 2007.

KOSELLECK, Reinhart – **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora Puc Rio, 2006.

KUMAR, Krishan – **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**. 2ª Edição. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade – **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

LAS CASAS, Bartolomé – **De regia potestate. O derecho de autodeterminacion**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1969.

LASH, Scott - Risk Culture. In **The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory**. London: Sage publications, 2005.

LASKARIDIS, Christina – Grécia: a pior história de sucesso da Europa. In, **A Europa à beira do abismo. A crise das dívidas soberanas. Memorando da periferia**. PHILLIPS, Tony et al., Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

LAÏDI, Zaki – **A chegada do Homem-Presente ou da nova condição do tempo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LE GOFF, Jacques – **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro Editora, 2011.

- LÉVI-STRAUSS, Claude – **A antropologia face aos problemas do mundo moderno**. 1ª Edição. Lisboa: Temas & Debates, 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles – **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien – **Os tempos hipermodernos**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles; JUVIN, Hervé – **O ocidente mundializado. Controvérsia sobre a cultura planetária**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- LYOTARD, Jean-François – **A condição pós-moderna**. 1ª Edição. Lisboa: Ed. Gradiva, 1989.
- MACHADO, Álvaro Manuel – **A Geração de 70 – Uma revolução cultural e literária**. 1ª Edição. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- MAFFESOLI, Michel – **Entre o bem e o mal. Compêndio de subversão Pós-moderna**. Lisboa: Piaget, 2002.
- MALTEZ, José Adelino – **Curso de Relações Internacionais**. 1ª Edição. Lisboa: Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2002.
- MALTEZ, José Adelino – **Metodologia da ciência política**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich - **A ideologia alemã**. Brasil: Ridendo Castigat Mores, 2005.
- MICHAUD, Ives – **Locke**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1991.
- MONCADA, Cabral - **Filosofia do Direito e do Estado**. Coimbra: Sucessor, 1955.
- MOREIRA, Adriano – **Memórias do outono ocidental**. Coimbra: Almedina, 2013.
- MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**. 6ª Edição. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2010.
- MORIN, Edgar – **O paradigma perdido. A natureza humana**. Portugal: Editor Francisco Lyon de Castro, 2000.
- MYTHEN, Gabe – **Ulrich Beck: a critical introduction to the risk society**. London: Pluto Press, 2004.

NAIR, Sami; MORIN, Edgar – **Uma política de civilização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

NAISBITT, Jonh – **Megatrends. Ten New Directions Transforming Our Lives**. New York, 1984.

OAKESHOTT, Michael Joseph – **Ser conservador**. Lisboa: Editora: Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2012.

OHMAE, Kenichi – **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

ORTIZ, Renato - **Mundialização e cultura**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

PACHECO, Mário – **A génese do problema da acção em Blondel (1878-1882). Sentido de um projeto filosófico**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

PARSONS, Talcott - **El sistema social**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

PARSONS, Talcott - **Sociedades perpectivas evolutivas e comparadas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

PASQUINO, Gianfranco; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola – **Dicionário de política**. 11ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PIKETTY, Thomas – **O capital do século XXI**. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

PIMENTEL, F. J. Vieira – **Literatura portuguesa e modernidade. Ensaio sobre os séculos XIX e XX**. Ponta Delgada: F. J. Vieira Pimentel, 1991.

PIMENTEL, F. J. Vieira – **Literatura portuguesa e modernidade**. Portugal: Angelus Novus, 2001.

POJMAN, Louis – **Terrorismo, Direitos Humanos e a apologia do Governo Mundial**. Lisboa: 2007.

POLLOCK, Friedrich - State Capitalism: Its Possibilities and Limitations. In **The Essential Frankfurt school reader**. New York: The Continuum Publishing Company, 1990.

PRÉLOT, Marcel – **A ciência política atual**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1975.

PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges – **História das ideias políticas**. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4ª Edição. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAWLS, John – **Uma teoria da Justiça**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RIVIERA, Francisco J. Uribe – **Agir comunicativo e planeamento social: uma crítica ao enfoque estratégico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

ROCHA-CUNHA, Silvério - **O Improvável que Aconteceu & Outros Estudos em Torno de Dilemas do Direito e da Política numa Era Global**. Lisboa: Húmus, 2008.

ROSSEAU, Jean-Jacques - **Do contrato social**. Edição Ridendo Castigat Mores, Março, 2002.

ROUANET, Sergio Paulo – **As razões do iluminismo**. 5ª Edição. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa – **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 8ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Milton - **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon - **Pobreza, exclusão social e modernidade: Uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SEN, Amartya – **A ideia de justiça**. Coimbra: Almedina, 2010.

SILVA, José Maria Rodrigues – **A (pós) modernidade e o estado de direito democrático**. Lisboa: Europress, 1994.

SIMÕES, João Gaspar – **A Geração de 70. Alguns tópicos para a sua história**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, [s.d].

SMART, Barry – **A pós-modernidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1993.

SOROS, George – **A tragédia da União Europeia. Desintegração ou renascimento**. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

SOUSA, Fernando (Dir.) - **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SOUSA, Maria José; BAPTISTA, Cristina Sales – **Como fazer investigação, dissertação, teses e relatórios**. 4ª Edição. Lisboa: Pactor, 2011.

- SPENCER, Herbert – **Do progresso: sua lei e sua causa**. Lisboa: Editorial Inquérito, 2002.
- STEGER, Manfred B. – **A Globalização. Compreender**. 1ª Edição. Portugal: Quasi Edições, 2006.
- TAYLOR, Charles – **A secular age**. London: Cambridge, 2007.
- THOMAS, Henry; THOMAS, Dana Lee – **Vidas de grandes filósofos**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1956.
- TOURAINÉ, Alain – **Crítica da Modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- TOURAINÉ, Alain – **Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- VATTIMO, Gianni – **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- VELHO, Octávio Guilherme – **O fenómeno urbano**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- VITORIA, Francisco - **Relecciones sobre los indios y el derecho de guerra**. 3ª Edição. Madrid: Espasa-calpe, S.A, 1975.
- WALLERSTEIN, Immanuel - **The modern world-system**. London: Academic Press, 1974.
- WATSON, Adam – **A evolução da sociedade internacional. Uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- WEBER, Max – **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Scharcz Lda, 2005.
- WEBER, Max - **Economia y sociedad**. 2ª Edición. Madrid: Fondo de cultura económica, 1993.
- WEBER, Max – **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- WEBER, Max et al. – **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

OBRAS ONLINE:

LOCKE, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**. Editora Vozes. [Em linha]. [s.d], p. 88 [Consult. 29 Agosto 2013] Disponível em:<URL:http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf>.

MARX, Karl – **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 12. [Consult. 19 Abril 2014]. Disponível: <URL: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>.

MARX, Karl – **Para uma crítica da economia política**. Ridendo Castigat Mores. Brasil: Rocket Edition, 2005, p. 15. [Consult. 18 Abril 2014]. Disponível: <URL: <http://pensamentosnomadas.files.wordpress.com/2012/03/karl-marx-para-uma-crc3adtica-da-economia-polc3adtica.pdf>>.

PERRAULT, Charles – **Le Siecle de Louis le Grand**. [Em linha]. Paris: Academie, 1687. [Consult. 28 Maio 2014] Disponível: <URL: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k108214v/f1.image>>.

SIMMEL, Georg – **The metropolis and mental life (1903)**. In Gary Bridge and Sophie Watson. Eds: The Blackwell City Reader. Oxford and Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2002, p.11. [Consult. 07 Maio 2014]. Disponível: <URL: http://www.esperdy.net/wp-content/uploads/2009/09/Simmel_21.pdf>.

WEBER, Max - **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª Edição Revista. [s.l]: [s.d], p. 9. [Consult. 29 Janeiro 2014]. Disponível em: <URL:http://www.nesua.uac.pt/uploads/uac_documento_plugin/ficheiro/8db98cff48151daf946fe625988763bfb0737c7e.pdf>.

ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS ONLINE:

AFP – “L’Etat islamique appelle à de nouvelles attaques après «Charlie Hebdo»”. *Libération*. (26 Janvier 2015). [Consult. 09 Fev. 2015]. Disponível em: <URL: http://www.liberation.fr/monde/2015/01/26/l-ei-appelle-a-de-nouvelles-attaques-apres-charlie-hebdo_1189126>.

ALEXANDER, Jeffrey C. – Modern, Anti, Post, and Neo: How social theories have tried to understand the “new word” of “our time”. *Zeitschrift fur Soziologie* [Em linha]. Jg. 23, Heft, 3, Juni (1994), S. 165-197. [Consult. 23 Julho 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.zfs-online.org/index.php/zfs/article/viewFile/2860/2397>>.

ASH, Timothy Garton – “Angela Merkel needs all the help she can get”. *The Guardian* (8 February 2012). [Consult. 21 Jan. 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/feb/08/angela-merkel-all-help-can-get>>.

BENHABIB, Seyla – “O declínio da soberania ou a emergência de normas cosmopolitanas? Respondendo a cidadania em tempos voláteis”. **Civitas -Revista de Ciências Sociais**. [Em linha]. Vol. 12, Nº 1, (2012), p. 21. [Consult. 03 Abril 2013]. Disponível em <URL: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11146/7630>>.

BENHABIB, Seyla: “O declínio da soberania ou a emergência de normas cosmopolitanas? Respondendo a cidadania em tempos voláteis”. **Civitas -Revista de Ciências Sociais**. [Em linha]. Vol. 12, Nº 1, (2012). P. 23. [Consult. 03 Abril 2013]. Disponível em: <URL: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11146/7630>>.

DAHRENDORF, Ralf - Toward a Theory of Social Conflict. **The Journal of Conflict Resolution** [Em linha]. Vol. 2, Nº 2 (1958), p. 179. [Consult. 20 Abril 2014] Disponível: <URL: <http://petermarina.com/DOCUMENTS/sociologyofconflict/mail2/Toward%20a%20Theory%20of%20Social%20Conflict.pdf>>.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W., “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields”. **American Sociological Review**. [Em linha]. 48 (1983), pp. 147-60. [Consult. 30 Out. 2014]. Disponível em: <URL: http://faculty.babson.edu/krollag/org_site/org_theory/Scott_articles/dimag_powel.html>.

DORÉ, Andréa - Joan Dejean. Antigos contra modernos. As guerras culturais e a construção de um *fin de siècle*. **História: Questões & Debate**. [Em linha]. Nº 48/49 (2008), pp. 433-434. [Consult. 30 Maio 2014]. Disponível: <URL: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/15312/10302>>.

FERNANDES, António Teixeira – A mudança cultural e a sociedade moderna. [Em linha]. **Revista de comunicação e linguagem**. 1988, p. 134. [Consult. 20 de Nov. 2014]. Disponível: URL:< <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1691.pdf>>.

FONTAN, Sylvain – “Portugal: entre crise politique et crise économique”. *L’Economiste*, (11 Septembre 2013). [Consult. 21 Jan. 2015]. Disponível em: URL< <http://www.leconomiste.eu/decryptage-economie/84-portugal-entre-crise-politique-et-crise-economique.html>>.

GARCÍA, José M. González – Max Weber y Goerg Simmel: Dos teorías sociológicas de la modernidad? **Reis: Espanhol Jornal da pesquisa sociológica**. [Em linha]. N ° 89 (2000), p. 74. [Consult. 08 Maio 2014]. Disponível: <URL: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=250156>>.

GUIVANT, Julia S. - A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos sociedade e agricultura** [Em linha]. N° 16 (2001), pp. 95-112. [Consult. 10 Maio 2013]. Disponível em: <URL: <http://www.civil.ist.utl.pt/~joana/DFA-riscos-net/sociedade%20risco.pdf>>.

HONÓRIO, Cláudia; KROL, Heloísa da Silva - A contribuição teórica de Franz Hinkelammert ao projeto ético de libertação formulado por Dussel. **Revista Eletrônica do CEJUR** [Em linha]. V.1, n.3, ago./dez. (2008), p. 65. [Consult. 03 Jan. 2014]. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cejur/article/viewFile/16758/11144>>.

KUNZLER, Caroline de Moraes – A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Revista – Estudos de Sociologia** [Em linha]. V. 9, n. 16 (2004), pp. 124-125. [Consult. 07 Jan. 2014]. Disponível em: <[URL: http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/146/144](http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/146/144)>.

Marx, Karl - Teses sobre Feuerbach. **Edições Progresso Lisboa – Moscovo** [Em linha]. (1982). [Consult. 11 Dez. 2013] Disponível em: <[URL: https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm](https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm)>.

MATHIS, Armin - A sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann [Em linha]. [s.d], p. 3. [Consult. 10 Maio. 2013] Disponível em: <[URL:http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf](http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf)>.

MONTEIRO, Fábio – “Remessas dos emigrantes portugueses representaram 1,8% do PIB em 2013”. *Observador*, (1 Janeiro 2015). [Consult. 21 Jan. 2015] Disponível: URL:<<http://observador.pt/2015/01/06/remessas-dos-emigrantes-portugueses-representaram-18-pib-em-2013/>>.

MORAES, Maria Cândida - O social sob o ponto de vista autopoietico. [Em linha]. **PUC**. Setembro, (2002), p. 2. [Consult. 07 Janeiro 2014]. Disponível em: <[URL:http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/o_social.pdf](http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/o_social.pdf)>.

PRADOS, Luis – “Syriza abre uma nova era política”. *El País* (26 Janeiro 2015). [Consult. 30 Jan. 2015]. Disponível em: <[URL: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/25/internacional/1422211547_533935.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/25/internacional/1422211547_533935.html)>.

RIVIERA, Francisco J. URIBE. “*Agir comunicativo e planeamento social: uma crítica ao enfoque estratégico*”. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

TITTENBRUN, Jacek - Ralph Dahrendorf's conflict theory of social differentiation and elite theory. **Innovative Issues and Approaches in Social Sciences** [Em linha]. Vol. 6, Nº. 3 (2013), p.120. [Consult. 18 Abril 2014]. Disponível: <URL: <http://www.iiass.com/pdf/IIASS-volume6-number3-article7.pdf>>.

WANG, Pablo – “Tribunais ordenam acabar com os protestos em Hong Kong”. *El País* (20 Outubro 2014). [Consult. 15 Nov. 2014]. Disponível em: <URL: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/20/internacional/1413819594_013069.html>.

WESTPHAL, Vera Herweg – A individualização em Ulrich Beck: análise da sociedade contemporânea. **Emancipação**. [Em linha]. Vol. 10, Nº 2 (2010), pp.419-433. [Consult. 13 Julho 2013]. Disponível: URL:< <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1325>>.

YATES, Joshua - An interview with Ulrich Beck on fear and risk society. **IASC: The Hedgehog Review**. [Em linha]. Volume 5, Nº 3 (Fall 2003), pp. 96-107. [Consult. 22 Nov. 2014]. Disponível em: <URL: <http://iasc-culture.org/THR/archives/Fear/5.3HBeck.pdf>>.

TESES DE DOUTORAMENTO:

FERREIRA, Valdinei Aparecido – **Protestantismo e modernidade no Brasil**. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

GELABERT, Tomeu Sales - **Modernidad, política y globalización. La teoría social y política de Ulrich Beck**. Palma de Mallorca, junio 2009. Tesis Doctoral. Departament de Filosofia i Treball Social. Universitat de les Illes Balears.